

Anais do IV Jornadas Mercosul

7 a 9 de novembro
Unilasalle, Canoas/RS, Brasil



Monumento da Integração Cone-Sul
(C. Tenius/ Canoas/RS)

**CENTRO UNIVERSITÁRIO LA
SALLE**

Reitor

Prof. Dr. Paulo Fossatti, fsc

**Vice-Reitor e Pró-Reitor de Pós-
graduação, Pesquisa e Extensão**

*Prof. Dr. Cledes Antônio
Casagrande, fsc*

Pró-reitora de Graduação

Prof. Dra. Vera Lúcia Ramirez

Pró-reitor de Administração

Prof. Me. Renaldo Vieira de Souza

COMISSÃO ORGANIZADORA

*Profa. Dra. Judite Sanson de Bem
(Coordenadora)*

Prof. Dr. Lucas Graeff (editor)

Profa. Dra. Cleusa Graebin

COMISSÃO CIENTÍFICA

Profa. Dra. Aline Accorssi (UNILASALLE)

*Profa. Dra. Carla Renata Antunes de
Souza Gomes (FTSG)*

*Profa. Dra. Cleusa Graebin
(UNILASALLE)*

Profa. Dra. Eloísa Capovilla (UNISINOS)

*Prof. Dr. Francisco Ramos Farias
(UNIRIO)*

Profa. Dra. Luciane Raupp (UNILASALLE)

*Profa. Dra. Maria Letícia Mazzucchi
Ferreira (UFPel)*

Prof. Dr. Mário Cezar Silva Leite (UFMT)

*Profa. Dra. Roberta Barros Meira
(UNIVILLE)*

Profa. Dra. Zilá Bernd (UNILASALLE)

*Prof. Renato Ferreira Machado
(UNILASALLE)*

**ACADÊMICOS DE DOUTORADO
MEMBROS DA COMISSÃO
CIENTÍFICA**

Douglas Angeli (UNISINOS)

Mariluci Neis Carelli (UNIVILLE)

Marlise Buchweitz (UFPel)

Rute Teixeira (UFPel)

SUMÁRIO

(clique no número da página para acessar diretamente o artigo)

APRESENTAÇÃO	11
VALE DOS BUTIAZAIS EM GIRUÁRS: ABORDAGEM A PARTIR DO CONCEITO DE PAISAGEM CULTURAL E PATRIMÔNIO IMATERIAL	13
<i>ADRIANA APARECIDA FELINI</i> <i>CLEUSA MARIA GRAEBIN</i>	
DA CASA AO SOBRADO: AS LEMBRANÇAS PRESENTES DE UM PASSADO DISTANTE...	25
<i>ARLETE CAYE</i>	
A NOÇÃO DE PATRIMÔNIO A PARTIR DA PAISAGEM E OS DESAFIOS PARA A GESTÃO PATRIMONIAL	33
<i>LUCIANA DE CASTRO NEVES COSTA</i> <i>JULIANE CONCEIÇÃO PRIMON SERRES</i>	
A EMERGÊNCIA DA ECOLOGIZAÇÃO COMO UM TÓPICO DA AGENDA DE PLANEJAMENTO URBANO NO BRASIL NA DÉCADA DE 1970 A PARTIR DO CASO DA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE/RMPA	45
<i>DANIELLE HEBERLE VIEGAS</i>	
PAISAGEM CULTURAL E PATRIMÔNIO DA IMIGRAÇÃO ALEMÃ NO BRASIL MERIDIONAL: POR UMA FLORESTA DAS MIGRAÇÕES	53
<i>EDUARDO RELLY</i>	
CONJUGANDO TEMPO, MEMÓRIA E VELHICE NO FILME “HISTÓRIAS QUE SÓ EXISTEM QUANDO LEMBRADAS”	67
<i>ELIANE JOST BLESSMANN</i> <i>LUCAS GRAEFF</i>	
RESTAURANDO A PAISAGEM: UM DESAFIO AMBIENTAL E SOCIAL	76
<i>ALINE B. P. CARVALHO</i> <i>LETÍCIA C. ESCOBAR</i> <i>CRISTINA V. CADEMARTORI</i>	
VELHOS E NOVOS DESAFIOS PARA A SUSTENTABILIDADE: POR UMA NOVA CONSCIÊNCIA ECOLÓGICA E PLANETÁRIA	87
<i>CRISTINA VARGAS CADEMARTORI</i> <i>ALINE BEATRIZ PACHECO CARVALHO</i>	
PATRIMONIO, TURISMO Y SUSTENTABILIDAD: LA PROPUESTA DE LOS ITINERARIOS CULTURALES	96
<i>MARÍA DEL CARMEN FRANCHELLO DE MARICONDE</i>	
PAISAGEM CULTURAL E LITERATURA: O MEIO NA CONSTRUÇÃO DO DISCURSO PATRIMONIAL	107
<i>MARÍLIA GARCIA BOLDORINI</i> <i>ROBERTA BARROS MEIRA</i>	
HOVENIA DULCIS (UVA-DO-JAPÃO) NO SUL DO BRASIL: INVASÃO, CULTURA E ALTERAÇÃO DA PAISAGEM	115
<i>MAURICIO PEREIRA ALMERÃO</i> <i>CRISTINA VARGAS CADEMARTORI</i> <i>SÉRGIO AUGUSTO DE LORETO BORDIGNON</i> <i>GABRIEL SELBACH HOFMANN</i> <i>PEDRO MANUEL SILVA GENTIL ANASTÁCIO</i>	

O PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO, REPRESENTATIVIDADE E O CONCEITO DE PAISAGEM CULTURAL: UMA ALTERNATIVA PARA A PRESERVAÇÃO 123

*ROGÉRIO PIVA DA SILVA
DIONIS M. P. BLANK
KELLY RAQUEL SCHMIDT
MÁRCIA ALONSO PIVA DA SILVA
MARINA GOMES NUNES*

UM PANORAMA FUTURÍSTICO SOBRE OS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS NO BRASIL 137

*ROSANA VASCONCELLOS BRUSAMARELO
SYDNEY SABEDOT*

COLEÇÕES MUSEALIZADAS E HISTÓRIA DAS MULHERES: REPRESENTAÇÕES DE INVISIBILIDADE, DISTINÇÃO E INSUFICIÊNCIA 147

ANDRÉA REIS DA SILVEIRA

A REAFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE INTELCTUAL NATALENSE A PARTIR DO CULTO À MEMÓRIA DO CÔNEGO MONTE 160

BRUNA RAFAELA DE LIMA LOPES

IMAGENS DA POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL: AS FOTOGRAFIAS DO ACERVO PARTICULAR DE FRANCISCO DE PAULA BROCHADO DA ROCHA (1945-1962) 169

*DOUGLAS SOUZA ANGELI
SAMUEL DA SILVA ALVES*

O PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO E SUAS IMPLICAÇÕES NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL 180

*GUILHERME DIAS
ALEXANDRA BEGUERISTEIN
JOÃO VITOR SAUSEN
MURILO DE MELO PENHA
DR. ANDRÉ LUIS RAMOS SOARES*

PATRIMONIO CULTURAL, MEMÓRIA SOCIAL E IMAGEM 189

JULIANE PETRY PANOZZO CESCÓN

A CASA DO CONSELHEIRO: NARRATIVAS ESQUECIDAS NOS PROCESSOS DE TOMBAMENTO E MUSEALIZAÇÃO 197

*NORIS MARA P. M. LEAL
FRANCISCA FERREIRA MICHELLON*

A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA E DA IDENTIDADE POR INTERMÉDIO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS: SOBRE O CASO DO MOVIMENTO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS DE PORTO ALEGRE 203

*ROBERTA PINTO MEDEIROS
EVELYN GOYANNES DILL ORRICO*

ENTRE A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E A PREDUÇÃO IMOBILIÁRIA: UMA ANÁLISE DO IMPACTO DO RESIDENCIAL HUGO AMORIM NA AMBIÊNCIA DA IGREJA DE NOSSO SENHOR DOS PASSOS 211

TAUÃ LIMA VERDAN RANGEL

AS ROTAS CULTURAIS COMO INSTRUMENTO DE EXCLUSÃO E SEGREGAÇÃO: UMA REFLEXÃO SOBRE A SITUAÇÃO DAS PANELEIRAS DE GOIABEIRAS 222

TAUÃ LIMA VERDAN RANGEL

ESTUDO TÉCNICOS DE DESIGN PARA PROMOVER EXPERIÊNCIAS EM UM ACERVO DE EQUIPAMENTOS COMPUTACIONAIS	232
<i>DANIELE DOS SANTOS MOTA</i> <i>PATRÍCIA KAYSER VARGAS MANGAN</i>	
O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO HISTÓRICO/ MEMORIAL DO CAMPUS SÃO MIGUEL DO OESTE DO IFSC: UMA PROPOSTA	245
<i>JOSÉ FABIANO DE PAULA</i> <i>BALDUINO ANTONIO ANDREOLA</i>	
PROJETO CENTRO CULTURAL DE MÚLTIPLAS ARTES ESTAÇÃO COLÔNIA	257
<i>ISADORA FORNER STEFANELLO</i> <i>ANA PAULA NOGUEIRA</i> <i>ANA PAOLA BRUGALLI</i>	
A CASA DOS ROSA: FRAGMENTOS DE UMA HISTÓRIA: UM DIÁLOGO ENTRE O PASSADO E O PRESENTE	269
<i>ISRAEL TAVARES BOFF</i>	
O PATRIMÔNIO E O ENSINO DE SOCIOLOGIA: APONTAMENTOS A PARTIR DA TEMÁTICA VIOLÊNCIA E O MUSEU MILITAR	279
<i>RICARDO CORTEZ LOPES</i> <i>MÔNICA BACKES KERBER</i>	
WEBMUSEU: DIAGNOSTICO DE EQUIPAMENTO CULTURAL	288
<i>ANDRÉA DOS SANTOS BENITES</i> <i>ROSEMERI ANTUNES DOS SANTOS</i> <i>MARGARETE PANERAI ARAUJO</i>	
O MUSEU, O TRABALHO E O POVO BRASILEIRO	297
<i>VANDA MARIA ANACLETO</i>	
ARQUIVOS PÚBLICOS COMO FONTE DE INFORMAÇÃO E CIDADANIA	302
<i>VITOR CORRÊA</i> <i>VERA DODEBEI</i> <i>RENAN FIGUEIREDO</i>	
A DIALÓGICA NA INSTITUIÇÃO PRISIONAL: POR UMA ABERTURA DAS INSTITUIÇÕES TOTAIS	310
<i>ALEX MEDEIROS KORNALEWSKI</i> <i>FRANCISCO RAMOS DE FARIAS</i>	
A REGULAÇÃO-EMANCIPAÇÃO E OS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS SEGUNDO BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS	320
<i>ANGÉLICA MASSUQUETTI</i> <i>LUIZ VALDEMIR RIBAS DA CRUZ JUNIOR</i>	
A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E OS MOVIMENTOS SOCIAIS DE ACORDO COM MANUEL CASTELS	328
<i>ANGÉLICA MASSUQUETTI</i> <i>LUIZ VALDEMIR RIBAS DA CRUZ JUNIOR</i>	
INFLUÊNCIA DA MÍDIA PARA A CRIMINALIZAÇÃO DA JUVENTUDE: UMA ANÁLISE DAS NOTÍCIAS PUBLICADAS NO SITE DO DIÁRIO GAÚCHO	336
<i>CAROLINE GONÇALVES NASCIMENTO</i> <i>ALINE ACCORSSI</i>	
VIDA PRECÁRIA, LUTO E MEMÓRIA: UM ENTRELAÇE POSSÍVEL?	344
<i>FERNANDA SANTOS CURCIO</i>	

- OS MONGES BARBUDOS DE SOLEDADE (BRASIL – RS): UM CASO DE VIOLÊNCIA POLÍTICA** 354
FABIAN FILATOW
- A EXPERIÊNCIA TRAUMÁTICA DO ABANDONO NA VIDA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL** 363
GLÁUCIA REGINA VIANNA
SOFIA DÉBORA LEVY
FRANCISCO RAMOS DE FARIAS
- MODALIDADES DE INCLUSÃO SOCIAL ALIENADA: VIOLÊNCIA E CRIME** 372
JOSÉ MAURO DE OLIVEIRA BRAZ
FRANCISCO RAMOS DE FARIAS
- INTERAÇÕES ENTRE: REPRESENTAÇÃO SOCIAL, MEMÓRIA SOCIAL E IDENTIDADE** 384
KELLEN LAZZARI
ALINE ACCORSSI
- VIDA, MEMÓRIA E SABER TRÁGICO DE UMA EDUCADORA DA AFRICANIDADE** 391
ROBERTO SANCHES
- CONTEXTO PROFISSIONAL DO BAILARINO: ASPECTOS HISTÓRICOS** 402
ANA LÍGIA TRINDADE
PATRÍCIA KAYSER VARGAS MANGAN
- PAUL RICOEUR E A HISTÓRIA ORAL: CONTRIBUIÇÕES E APROXIMAÇÕES** 415
CELSO AUGUSTO UEQUED PITOL
MARIA LUIZA BERWANGER DA SILVA
CLEUSA MARIA GOMES GRAEBIN
- CONTEXUALIZANDO A CRIAÇÃO DO INSTITUTO DE INFORMÁTICA DA UFRGS** 422
CLÁUDIA DE QUADROS ROCHA
- CONCEPÇÕES DE LAZER E USOS DO TEMPO LIVRE NOS FILMES “A INVENÇÃO DA INFÂNCIA” E “ENVELHESCÊNCIA”** 431
ELIANE JOST BLESSMANN
LUCAS
GILCA MARIA LUCENA KORTMANN
LAUREN DIETRICH
ARLETE CAYE
- FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA UMA EDUCAÇÃO INTERCULTURAL** 439
FERNANDA FONTES PRETO
GILBERTO FERREIRA DA SILVA
- SERRA GAÚCHA NO YOUTUBE: O VIDEOCLÍPE COMO LUGAR DE RESSIGNIFICAÇÕES DO PASSADO DA “PEQUENA ITÁLIA”** 448
IVANA ALMEIDA DA SILVA
- INTERCULTURALIDADE NA PERSPECTIVA DA DESCOLONIALIDADE: DESAFIOS E POSSIBILIDADES** 454
JOÃO ALBERTO STEFFEN MUNSBERG
GILBERTO FERREIRA DA SILVA
- TV PIRATINI: A MEMÓRIA DOS PRIMEIROS PROGRAMAS DE TELEVISÃO PRODUZIDOS NO RIO GRANDE DO SUL** 463
WILSON SEVERO DA ROSA

<i>PATRÍCIA KAYSER VARGAS MANGAN</i>	
SILVA FREIRE: “DESCONSTRUÇÃO POÉTICA DESCOLONIZADORA”	471
<i>LARISSA SILVA FREIRE SPINELLI</i> <i>MÁRIO CEZAR SILVA LEITE</i>	
LYGIA CLARK E O COLONIAL: REFLEXÕES ACERCA DA OBRA NEOCONCRETA DA ARTISTA EM RELAÇÃO À COLONIALIDADE.	482
<i>LUCIANA SILVA FONTANA</i> <i>MARGARETE PANERAI ARAUJO</i>	
O PAPEL MATERNO NA TRANSMISSÃO CULTURAL	493
<i>LUCIANO LUNKES</i>	
ROMANCES DE FILIAÇÃO E SEUS MODOS DE TRANSMISSÃO: ALGUNS EXEMPLOS DA LITERATURA BRASILEIRA ATUAL	505
<i>ZILÁ BERND</i> <i>TANIRA RODRIGUES SOARES</i>	
GESTÃO DA MOBILIDADE ACADÊMICA NO CENTRO INTERNACIONAL E HOSPITALIDADE: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO DO CAPITAL MOBILIDADE DE INTERCAMBISTAS ESTRANGEIROS NO UNILASALLE – CANOAS/RS	516
<i>ALICE NUNES AMADO</i> <i>LISIANE SCHERER</i> <i>LUCAS GRAEFF</i>	
NOTAS SOBRE A PRODUÇÃO AUDIOVISUAL NO PAMPA CONTEMPORÂNEO	526
<i>ALVARO BENEVENUTO JR.</i>	
VESTÍGIOS DE MEMÓRIA NO INSTITUTO DE MATEMÁTICA E ESTATÍSTICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	536
<i>ANA LÉRIDA PACHECO GUTIERREZ</i> <i>MARIA DE LOURDES BORGES</i>	
A MEMÓRIA ORGANIZACIONAL DOS PROJETOS DE CULTURAL DA UFRGS NO PERÍODO 2009-2015	547
<i>ANÁLIA KNIEST DORNELLES</i> <i>JUDITE SANSON DE BEM</i>	
DIVERSIDADE CULTURAL COMO PRÁTICA DE ECONOMIA DA CULTURA E DESENVOLVIMENTO	561
<i>ANDREA BENITES</i> <i>MARGARETE PANERAI ARAUJO</i>	
CONTEXTUALIZAÇÃO DA TRAJETÓRIA DO RELATÓRIO DE GESTÃO DA UFRGS NO PERÍODO DE 2000 A 2014 SOB O PONTO DE VISTA DE MEMÓRIA ORGANIZACIONAL (MO)	573
<i>CLAUDIA FREIRE BEUX</i> <i>TAMÁRA CECÍLIA KARAWEJCZK</i>	573
MEMÓRIA ORGANIZACIONAL, AUTOGESTÃO E TOMADA DE DECISÃO EM UM EMPREENDIMENTO ECONÔMICO SOLIDÁRIO NO CAMPO DA RECICLAGEM	583
<i>DAIANA SCHWENGBER</i> <i>RITA DE CÁSSIA DA ROSA SAMPAIO BROCHIER</i> <i>MARIA DE LOURDES BORGES</i>	
POSSIBILIDADES DE TECNOLOGIAS SOCIAIS PARA REPLICAÇÃO EM COOPERATIVAS DE RESÍDUOS SÓLIDOS	594

JULIANA PUGLIESE CHRISTMANN
DAIANA SCHWENGBER
RITA DE CÁSSIA DA ROSA SAMPAIO BROCHIER

**DISTRIBUIÇÃO DAS SALAS DE CINEMA NO RIO GRANDE DO SUL:
CONSIDERAÇÕES NO PERÍODO DE 2005 A 2012** 602

JUDITE SANSON DE BEM
MARGARETE PANERAI ARAUJO
MOISÉS WAISMANN
LEANDRO DA SILVEIRA LOPES

**INSTITUTO PESTALOZZI CANOAS - MEMÓRIA INSTITUCIONAL: UM OLHAR
DAS LIFES HISTORIE DE CHARLOTTE LINDE** 610

MIREILE STEINER DE SOUSA
TAMÁRA CECÍLIA KARAWEJCZYK

**REFLEXÕES SOBRE A APLICAÇÃO DA LEI ROUANET AO PATRIMÔNIO
CULTURAL BRASILEIRO: 2006 E 2015** 625

JUDITE SANSON DE BEM
MARGARETE PANERAI ARAUJO
MOISÉS WAISMANN
NOÊMIA FÁTIMA RODRIGUES

**MEMÓRIA ORGANIZACIONAL DO TEATRO SÃO PEDRO: NOTAS
INTRODUTÓRIAS** 633

RENATA B. DELLAMEA FERRAZ
JUDITE SANSON DE BEM

**NOMINANDO O AGRUPAMENTO DE MICROERVEJARIAS DO BAIRRO
ANCHIETA EM PORTO ALEGRE** 642

RICARDO BUNEDER
MOISÉS WAISMANN

MEMÓRIA SOCIAL E AUTOGESTÃO: INTERSEÇÕES TEÓRICAS 651

RITA DE CÁSSIA DA ROSA SAMPAIO BROCHIER
MARIA DE LOURDES BORGES

DEFESA DA CULTURA NACIONAL: MOVIMENTO ARMORIAL 660

ROBERTA FERNANDES FAJER
MARGARETE PANERAI ARAUJO

**HALBWACHS E O UNIMÚSICA: UMA INTERPRETAÇÃO POR MEIO DE
IMAGENS** 670

RUBENS CLAIR VIANA FILHO
MARIA DE LOURDES BORGES

**PERCURSO FORMATIVO DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU DOS
SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO DA UFRGS:
ESTUDO DE MEMÓRIA SOCIAL** 684

SANDRA REGINA DOS SANTOS LEDESMA

**A INDÚSTRIA CRIATIVA NO MUNICÍPIO DE CANOAS/RS: UM OLHAR
SUSTENTÁVEL PARA A MODA** 694

SILVANA LEHN
JUDITE SANSON DE BEM
MOISÉS WAISMANN

**CONSIDERAÇÕES DA MEMÓRIA ORGANIZACIONAL SOBRE AS
INTERAÇÕES ENTRE A UNIVERSIDADE E SOCIEDADE NA UFRGS** 707

SUZETE MORÉM DE FRAGA

MARGARETE PANERAI ARAUJO
JUDITE SANSON DE BEM
MOISÉS WAISMANN

“SOZINHOS NÃO VAMOS VENCER”: PRÁTICAS COLABORATIVAS EM UMA REDE DE EMPREENDIMENTOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA 716

TATIANE MARTINS CRUZ PIROTTI
CLÁUDIA CRISTINA BITENCOURT
DOUGLAS WEGNER

CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS ENTRE PUBLICAÇÕES DE REVISTAS (ATREVIDA E TODATEEN) E A CRIAÇÃO DE CAPAS DE REVISTAS CRIADAS POR JOVENS ALUNOS DE UMA ESCOLA COMUNITÁRIA EM NOVO HAMBURGO-RS 727

ROBSON DA SILVA CONSTANTE
SARAÍ PATRÍCIA SCHMIDT
ANA LUIZA CARVALHO DA ROCHA

SEMIFORMAÇÃO: POKÉMON GO COMO POTENCIALIZADOR E LEGITIMADOR DA INDÚSTRIA CULTURAL 733

ADILSON CRISTIANO HABOWSKI
DANIEL FELIPE JACOBI
JÚLIO SERGIO DOMICIANO
VINÍCIUS BARBOSA CANNAVÔ

KOMBIT COMO DIMENSÃO SOCIAL DO VODU 742

CHARLES WILNER

OS DESAFIOS DOS IRMÃOS MARISTAS QUE PARTIRAM AO RIO GRANDE DO SUL: UMA LEITURA A PARTIR DE MEMÓRIAS CONTEMPORÂNEAS 747

DANIEL FELIPE JACOBI
ADILSON CRISTIANO HABOWSKI

TRACUNHAÉM: AS MEMÓRIAS E IDENTIDADES MOLDADAS NO BARRO 756

JULIANO LEAL CAMARGO
ARTUR CESAR ISAIA

GAUCHISMO NA FÉ CATÓLICA: ADAPTAÇÕES E RESISTÊNCIAS 765

JULIANO SOUZA DE OLIVEIRA

CONHECENDO O CENTRO DE UMBANDA CACIQUE SETE ONDAS: ONTEM E HOJE, NA MEMÓRIA DA CIDADE 773

MARILDA BATTILANA DA SILVA

A ASCENSÃO DA MEMÓRIA EM UM TERREIRO DE CANDOMBLÉ 780

SANDRO RODRIGUES DA SILVA
ARTUR CESAR ISAIA

NARRATIVA E LEITURA DE QUADRINHOS: DO IMPRESSO AO DIGITAL 799

THIAGO DA SILVA KRENING
TÂNIA LUISA KOLTERMANN DA SILVA

JUVENTUDE, IDENTIDADE E MEMÓRIA 809

LUCIANE RAUPP

A FÁBRICA RHEINGANTZ: UM PATRIMÔNIO CULTURAL ETERNIZADO NA SALA DE AULA 816

MÁRCIA ALONSO PIVA DA SILVA
ROGÉRIO PIVA DA SILVA

**POLIANTEIA DO PADRE CARLOS TESCHAUER: ENTRE VÍNCULOS
INTELECTUAIS E RELIGIOSOS** 829
CLÁUDIO PEREIRA ELMIR

MEMÓRIA E PAISAGEM NA POESIA ITAQUIENSE 840
JUCELINO VIÇOSA DE VIÇOSA
MARIA LUIZA BERWANGER
CLEUSA MARIA GOMES GRAEBIN

**NARRATIVAS SOBRE AUTOS DE RESISTÊNCIA: DESMENTIDO E REDES DE
SOLIDARIEDADE** 852
MARCELA WERNECK
VERA DODEBEI

APRESENTAÇÃO

A quarta edição das Jornadas Mercosul foi exitosa. Ao longo de três dias, recebemos estudantes de graduação e pós-graduação, professores e profissionais de diversas regiões do País, da Argentina e do Uruguai. Foram compostos oito Grupos de Trabalho, reunindo cento e dez comunicações orais, um recorde para o evento. Também foi marcante a influência das parcerias institucionais: UNILASALLE, UNIRIO, UFPel, FTSG, UNIVALLI, UNISINOS, UFMT, Faculdades EST e UPF reuniram-se na coordenação dos GTs e colaboraram na Comissão Científica, garantindo a qualidade e a abrangência interinstitucional e interdisciplinar das comunicações.

Os textos ora apresentados são oriundos desses GTs e representam a diversidade do evento. Tratam-se de uma memória das trocas intelectuais e afetivas que se efetivaram ao longo do evento. Aqui, leitores e leitoras encontrarão discussões atuais sobre Patrimônio Cultural, Paisagens Culturais, Memória Social, Culturas Políticas, Linguagens Culturais, Educação, Violência, Gestão Cultural, Economia Solidária, Arte Sequencial, Cultura Pop, Religião e Religiosidades. As escolhas de leitura são amplas, repercutindo a efervescência do evento.

Neste ano, não contamos com apoio das agências de fomento. Todo o evento foi financiado pelos participantes e pela instituição acolhedora, o Centro Universitário La Salle. Em um momento de crise política, social e econômica, a Comissão Organizadora entende que o UNILASALLE respondeu ao desafio de manter a excelência da proposta agindo inteligentemente por meio de suas redes regionais, nacionais e internacionais. Nesse sentido, registram-se os agradecimentos a todos e a todas que custearam sua vinda a Canoas, no sul do País, assim como a todo corpo docente, discente e técnico-administrativo desta instituição. Direta e indiretamente, vocês facilitaram a realização do evento e trouxeram muitas alegrias e oportunidades de troca para nossos visitantes.

*Profa. Dra. Judite Sanson, Prof. Dr. Lucas Graeff e Profa. Dra. Cleusa
Maria Gomes Graebin*

VALE DOS BUTIAZAIS EM GIRUÁ/RS: ABORDAGEM A PARTIR DO CONCEITO DE PAISAGEM CULTURAL E PATRIMÔNIO IMATERIAL

ADRIANA APARECIDA FELINI¹
CLEUSA MARIA GRAEBIN²

Resumo: O Vale dos Butiazais, localizado no município de Giruá – RS é considerado pelos seus moradores um espaço de memória. As imagens retratadas nesse trabalho qualificam dois tipos de patrimônios nessa cidade: natural e imaterial. Assim sendo, essas imagens representa a memória e o cotidiano de artesãos e doceiros que utilizam butiá como base de seus produtos e de suas tradições familiares perpassadas a cada geração.

Palavras-chaves: memória; cotidiano; patrimônio.

Abstract: The Vale dos Butiazais, located in the municipality of Giruá - RS is considered by its residents a space of memory. The images portrayed in this work qualify two types of patrimony in this city: natural and immaterial. Thus, these images represent the memory and daily life of artisans and sweet men who use butiá as a base of their products and of their family traditions perpassed to each generation.

Keywords: Memory; everyday; patrimony.

INTRODUÇÃO

O Vale dos Butiazais está situado no município de Giruá/RS, a 6 km do centro de Giruá, RS 15, antiga estrada de chão que acessava a cidade de Santo Ângelo/RS, às margens do rio que deu origem ao primeiro nome de Giruá: Passo da Pedra. Há mais de um século o Vale pertence à família Fernandes, sendo deixado por herança a cada geração. Com base nas informações de Marizete Fernandes:

Então lá o Vale foi comprado pelo Vô José e ficou para os filhos, ficou para a Vó primeiro, Vó Domingas, que depois deixou de herança para os filhos e... na verdade é uma grande herança, uma riqueza bem grande, pelo valor cultural, pelo valor natural... (2015).

A família Fernandes atribui grande valor (cultural) ao Vale, abrindo o espaço para escolares, para pesquisadores e interessados no assunto. A família tem, como um dos meios de renda, a comercialização da fruta, folha e semente como relata Valzulmiro Fernandes, proprietário do Vale.

¹Licenciatura e bacharelado em História, Mestranda em Memória Social e Bens Culturais – Unilasalle/Canoas. Bolsista Unilasalle Cultural. E-mail: Adriana.felini@uol.com.br

² Professora Doutora do PPG em Memória Social e Bens Culturais – Unilasalle/Canoas. E-mail: cleusa.graebin@unilasalle.edu.br

Eu comecei a ganhar dinheiro com a fruta do butiá que eu vendia na beira da estrada, [...] fui fazendo meus dinherinho e primeira coisa que comprei foi um par de sapato, primeiro sapato que calcei. Depois fui vendendo mais e mais tarde comprei uma bicicleta zero quilômetro, nova também, foi as duas única coisa que eu lembro agora que comprei com o dinheiro do butiá, que eu era ainda piá, novo.(2015).

A fruta era vendida “debulhada” do cacho, como relatou Valzumiro, e colocada em “redezinhas” ou “punhado”, que continham em torno de vinte “frutinhas”. Algumas pessoas compravam o cacho todo. A seguir, na figura1, imagem de cacho de butiá.

Figura 1- Cacho de butiá



Fonte: Acervo de imagem de Marizete Fernandes (2015)

Diversas pesquisas são realizadas no Vale, dentre elas, destaca-se a de uma pesquisadora da Califórnia (Estados Unidos) que datou alguns butiazeiros.

[...] quanto à idade dos pés de butiazeiro, vieram algumas pessoas, veio uma pesquisadora da Califórnia que atestou cerca de 300 anos [para] os pé mais velho, veio o pessoal da Embrapa clima temperado de Pelotas, que disse, contou num dos pés lá maiores, achou que deveria ter uns 250 anos [...] (Marizete Fernandes, 2015)

A idade de um butiazeiro é contada a partir de quantos “anéis” há no tronco da planta. A seguir, a figura 2 ilustra essa informação:

Figura 2- Anéis do tronco



Fonte: Acervo de imagem de Marizete Fernandes (2015)

O Vale está preservado para essas ações culturais, devido às terras em que estão os butiazeiros remanescentes do período indígena, como contam os giruaenses, não serem boas para o plantio.

[...] bem eu conheci o .. os butiazais esse quando eu tinha 6 anos, aí nós cortava folha do butiá para fazer colchão depois terminou a fábrica de crina³ de fazer colchão e aí deixamos só pra comer fruta e vende na beira da estrada e foi conservado porque a maioria dos butiazais foi arrancada pra plantação de linhaça e trigo depois virou em soja também [...] foi arrendado pra uns linhaceros que disseram que veio de outro lugar e foi arrendado e foi arrancado todos butiazais **só sobrou aquele reduto ali porque não era próprio pra terra, não era terra de campo alto, assim né, sobrou aquele porque era mais baixo e ficou, ficou até hoje daí**⁴. (Valzulmiro Fernandes, 2015) (Grifo nosso)

Atualmente, Valzulmiro planta mudas de butiá para preservar o Vale. No entanto, nem todas as mudas são nativas, da espécie yatai, característica da espécie giruaense e de algumas localidades uruguaias, de acordo com Rivas e Barbieri (2014). O Vale já teve mais de 1000 pés de butiá; hoje em dia conta com menos de 300.

Eu resolvi planta porque tava no fim os butiazero, os butiazero tão ficando muito velho e daí eu resolvi

³Crina vegetal: palha da folha do butiazeiro, utilizada para confeccionar colchões. Utilizou-se esse material até a inclusão do colchão de espuma.

⁴Grifo de autoria própria.

então a planta.. E daí tinha que legaliza e tudo e foi pra Porto Alegre e tá legalizado. O poquinho que eu plantei quarenta pés, os primero quarenta pé ta tudo legalizadinho lá e depois to plantando, cada ano planto um poco. Já tem mais de uns cento e poucos plantados. (Valzulmiro Fernandes, 2015)

O documentário coordenado por Rosa Lia Barbieri (2015) “Amamos Butiá”⁵, realizado pela Embrapa e alguns parceiros, salienta a ameaça sobre os butiazais, pela expansão de áreas agrícolas e urbanas, o que implica em essas paisagens tornarem-se raras no Rio Grande do Sul. O butiá é recurso cultural e econômico devido à matéria-prima para artesãos e culinharistas de Giruá e demais participantes da Rota dos Butiazais⁶.

O butiá também é um recurso alimentar de grande valor para a fauna nativa e os animais silvestres retribuem esse favor semeando novas plantas, sendo os verdadeiros jardineiros dos butiazais. Ao dispersarem os coquinhos, ampliam as áreas de butiazais e renovam as populações. (EMBRAPA)

Exemplos de Animais que comem butiá e semeiam novos butiazeiros:

Quadro 1 - Quadro de animais que auxiliam na dispersão dos butiazais

FAUNA NATIVA E SILVESTRE

Saracuruçu;
Sacacura- três- potes;
Sanhaçu – cinzento;
Jacu;
Gralha – azul;
Lagarto – teiú;
Graxaim – do – mato;
Paca;
Mão – pelada;
Veado – catingueiro;
Cutia.

Fonte: Embrapa. Adaptação: autoria própria (2016)

⁵<https://www.youtube.com/watch?v=pwq7DnX6dql>. Acesso em 05/07/2016.

⁶Rota dos Butiazais: iniciativa que busca consolidar uma rota turística de valorização da biodiversidade associada aos butiazais e butiás no Rio Grande do Sul e em países vizinhos, como Uruguai e Argentina. A parceria prevê investimento na ordem dos 300 mil reais para a implantação de um programa turístico – ainda em definição – que une conservação, valorização cultural e geração de renda no Bioma Pampa. www.embrapa.br. Acesso em 08/07/2016.

A preservação do Vale dos Butiazais (Giruá/RS), um dos poucos locais sul-rio-grandenses ainda com extensão de plantação de butiá, independentemente de resguardar culturalmente, economicamente ou para fauna e flora, requer um projeto de educação ambiental e patrimonial para a comunidade e salvaguarda dessa localidade, relacionado-a com memórias e história giruaense, a partir de classificação desse local de acordo com os conceitos de patrimônio imaterial.

A partir dessas reflexões, iniciou-se pesquisa para compor dossiê, a fim de caracterizar o Vale dos Butiazais como paisagem cultural e patrimônio imaterial de Giruá. Voltar-se para as questões locais, faz com que o sentimento de pertença a uma dada comunidade se fortaleça, a partir do momento em que o cidadão se reconheça como parte integrante da história do município e o quanto pode divulgar, em termos de seu patrimônio.

É importante destacar que um patrimônio imaterial reveste-se de significado a partir do momento em que se torna capaz de inserir o município no contexto cultural do estado e do país a partir de suas belezas naturais; no caso da presente pesquisa, o Vale dos Butiazais tem como se tornar um importante atrativo cultural para o município a partir de sua vinculação com memórias e fatos históricos ocorridos em Giruá.

REFERENCIAL TEÓRICO

Para preservar um patrimônio citadino, a comunidade precisa conhecer e reconhecer seu valor histórico e afetivo, além da ligação e interação deste com a comunidade. Dessa forma, as culturas locais geram seus sistemas de valores e determinam seu próprio patrimônio, de modo que “o povo reconhece-se a si mesmo em sua identidade cultural, em sua memória coletiva formada pela sua história e nos traços sociais manifestados na vida cotidiana”. (PEREZ; CAPANERO; LEITE, p.72, 2010).

De acordo com informações obtidas em página digital da UNESCO⁷, o patrimônio imaterial “compreende as expressões de vida e tradições que comunidades, grupos e indivíduos em todas as partes do mundo recebem de seus ancestrais e passam seus conhecimentos a seus descendentes”. (www.unesco.org).

As técnicas utilizadas pelos antepassados indígenas: utilizar folhas da palmeira para confecção de cestos; beneficiar as castanhas dos coquinhos, inserem-se no conceito pontuado pela UNESCO, quanto ao patrimônio imaterial, de tradição recebida de seus antepassados e passado adiante aos seus descendentes.

Por conseguinte, outro conceito “el conjunto de creaciones que emanan de una comunidad cultural fundadas em la tradición, expresadas por un grupo o por individuos y que responden a las expectativas de la comunidad en cuanto expresión de su identidad cultural y social”⁸ (PORTAL UNESCO)⁹, alude aos trabalhos feitos em torno das tradições do Vale, incluindo saídas a campo para pesquisas nas áreas culturais e ambientais.

Funari (2006) diz que “os movimentos em defesa do meio ambiente também foram importantes para a ampliação de noção de patrimônio, para que incluísse não apenas a cultura, mas também a natureza”. Passeios com escolares, entre outros, por consequência desenvolvem junto aos visitantes salvaguardas de patrimônio e reconstrução da memória local, rememorando os primeiros habitantes dessa terra. Acrescenta-se, portanto:

Quando pensamos no que recebemos de nossos antepassados, lembramo-nos não apenas dos bens materiais, mas também da infinidade de ensinamentos e lições de vida que eles nos deixaram. [...] os ditados e provérbios que sabemos de cor e que nos guiam por toda a vida são exemplos de um

⁷ UNESCO: www.unesco.org/new/pt/brasil/cultura/world-heritage/intangible-heritage/. Acesso em 06/07/2016.

⁸ “o conjunto de criações que emanam de uma comunidade cultural fundadas na tradição, expressadas por um grupo ou por indivíduos e que respondem as expectativas da comunidade enquanto expressão de sua identidade cultural e social”. Tradução de autoria própria.

⁹ http://portal.unesco.org/es/ev.phpURL_ID=13141&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html Acesso em 06/07/2016.

patrimônio imaterial inestimável. (FUNARI;
PELEGRINI, p. 8, 2006).

Não há modo de passear pelo Vale dos Butiazais, sentir o cheiro de butiá e não ser conduzido à infância, aos doces e compotas produzidos por nossos familiares. Até mesmo vídeos produzidos tendo o escopo de pesquisa, reproduzem imagens que remetem ao convívio e aos hábitos alimentares que nos seguem até a maioridade. Essas recordações são importantes para a compreensão do patrimônio passado de geração a geração e o reconhecimento de sua história, ancorada em suas lembranças. As próximas figuras retratam a beleza do Vale dos Butiazais.

Figura 3 - Imagem do Vale dos Butiazais



Fonte: Acervo de imagem de Margarete Fernandes (2015)

Figura 4 - Imagem do Vale dos Butiazais



Fonte: Acervo de imagem de Marizete Fernandes (2015)

Ademais, o Vale pode ser evidenciado como paisagem cultural. O conceito de paisagem cultural é caracterizado pelo IPHAN¹⁰ como: “porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores” (IPHAN).

O Vale dos Butiazais pode ser definido como paisagem cultural de acordo com as definições do IPHAN, entretanto, não há reconhecimento de nenhum órgão público. No Brasil, as paisagens culturais reconhecidas pela UNESCO, estão em sua maioria no Estado do Rio de Janeiro, entre elas: Corcovado, Pão de Açúcar, Lagoa Rodrigo de Freitas.

Da imbricada relação do homem com a natureza, surge segundo o IPHAN, uma característica fundamental de paisagem cultural:

[...] a ocorrência, em determinada fração territorial, do convívio entre a natureza, os espaços construídos e ocupados, os modos de produção e as atividades culturais e sociais, numa relação complementar capaz de estabelecer uma identidade que não possa ser conferida por qualquer um desses elementos isoladamente (IPHAN).

A particularidade observada nesse conceito nos remete vividamente ao Vale dos Butiazais no tocante do trabalho junto aos butiazais, a relação de uso sustentável e a identidade conferida aos giruaenses como artesãos

¹⁰IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

e culinárias do Butiá, confirmado na Festa do Butiá que ocorre há mais de uma década no município, tendo como eixo determinante o butiá.

De acordo com o ICOMOS¹¹ a inserção da Paisagem cultural dá-se como bem, devido à consideração da trajetória histórica da sociedade humana e às oportunidades ofertadas pelo ambiente natural. Essa relação vem ao encontro das atividades do Vale em que há mais de um século concatena a comunidade de Giruá e o percurso do Vale (ICOMOS, 2009). O Vale dos Butiazais se coaduna com o que diz a Carta de Bagé¹², ou seja, paisagem cultural é “o meio natural ao qual o ser humano imprimiu as marcas de suas ações e a paisagem formas de expressão, resultando em uma soma de todos os testemunhos resultantes da interação do homem com a natureza, e, reciprocamente, da natureza com o homem”.

O Vale dos Butiazais é uma propriedade privada e não conta com plano de gestão de patrimônio, tampouco com reconhecimento da UNESCO enquanto paisagem cultural ou patrimônio imaterial, no entanto, nesse estudo apropriou-se desses termos para caracterizar um espaço que não tem visibilidade governamental, porém, possui características que o credencia para requerer este status.

METODOLOGIA

Para candidatura a chancela de paisagem cultural é necessário constituir um dossiê do Vale dos Butiazais com os seguintes elementos:

Identificação do sítio

Estado parte

Localização e coordenadas geográficas

Superfície do sítio

Delimitação do sítio

Mapa do sítio

Justificativa, neste caso levando em consideração elementos de paisagem associativa, representada pela intervenção humana.

Declaração de valor universal

¹¹ ICOMOS – International Council of Monuments and Sites. Associação civil, não-governamental, com sede em Paris. É ligado à UNESCO, onde propõe os bens que receberão classificação de Patrimônio Cultural da Humanidade.

¹² Carta de Bagé: ou carta da Paisagem Cultural tem por objetivo a defesa das paisagens culturais em geral e, mais especificamente, do território dos Pampas e das paisagens culturais de fronteira.
<file:///C:/Documents%20and%20Settings/95675370030/Meus%20documentos/Downloads/Anexos.pdf>. Acesso em 10/07/2016.

Análise comparativa com outros contextos
Autenticidade e integridade
Critérios adotados (de acordo com a Aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial)
Mapas com visuais do sítio
Descrição do sítio
História e desenvolvimento do sítio
A forma do sítio e os documentos relativos a Paisagem Cultural
Plano de manejo do sítio
Plano Diretor do sítio
Decreto Municipal de chancela
Relatório de levantamento das espécies
Fontes documentais históricas que comprovem o valor universal do Vale dos Butiazaís
Conservação e promoção do sítio
Fatores que afetam o sítio
Políticas e programas relacionados ao sítio
Projeto educativo da candidatura
Programa de aceleração do crescimento
Nível de proteção
Gestão
Treinamento e capacitação
Infraestrutura turística

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As características de patrimônio imaterial e paisagem cultural adéquam-se ao Vale de forma a salientar a interação cultural e identitária. Mesmo que esses conceitos sejam de âmbito nacional, podemos empregá-los à história local de forma a sobrelevar a paisagem como espaço “mediador para a vida, e constitui-se em espaço de referências múltiplas [...] um recurso comum e partilhado [...]” (GASTAL; COSTA, 2010).

Há necessidade de maiores pesquisas em torno de Paisagem Cultural e Patrimônio Imaterial, bem como o levantamento dos diversos elementos para a chancela desses. Igualmente, é relevante considerar que a preservação desse tipo de sítio é um processo contínuo e, sendo assim, pode-se inferir que somente a interação entre diferentes agentes pode desenvolver processos de classificação de paisagem e patrimônios de pequenos municípios.

Em vista disso, a pesquisa utilizará estudos desenvolvidos a respeito de patrimônio imaterial, artigos que conceituem paisagem cultural, bem

como os órgãos nacionais e mundiais de patrimônio: IPHAN, UNESCO E ICOMOS, além das transcrições de entrevistas com os envolvidos no Vale.

Nesse sentido, a ideia de cultura e tradição será abordada nesse artigo, almejando esboçar a importância do butiá e do Vale dos Butiazais na economia, tradição, esporte, ciência. Assim, espera-se afirmar, ao final desse estudo, a importância da história local e dos bens imateriais na vida das pessoas.

REFERENCIAS

BARROS, José D'Assunção. **O projeto de pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico**. 7 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BLOG ARTESANTO GIRUÁ. Disponível em <www.artesanatogirua.com>. Acesso em: jul 2016.

CAPANERO, Maria Cristina, LEITE, Edson. Inter-relações entre festas populares, políticas públicas, patrimônio imaterial e turismo. **Patrimônio: Lazer & Turismo**, v.7, n. 10, abr.-mai. -jun/2010 p. 99-113. Disponível em <[www.unisantos.br/pos/revistapatrimonio/pdf/Ensaio1_v7_n10_abr_mai_jun_2010_Patrimonio_UniSantos_\(PLT_21\).pdf](http://www.unisantos.br/pos/revistapatrimonio/pdf/Ensaio1_v7_n10_abr_mai_jun_2010_Patrimonio_UniSantos_(PLT_21).pdf)>. Acesso em: jul 2016.

Documentário “Amamos Butiá”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=pwq7DnX6dql>>. Acesso em: jul 2016.

EMBRAPA. Disponível em: < <https://www.embrapa.br/clima-temperado>>. Acesso em: jul 2016

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PELEGRINI, Sandra De Cássia Araújo. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

GASTAL, Susana de Araújo, COSTA, Luciana de Castro Neves. Paisagem Cultural: Diálogos entre o Natural e o Cultural. In: SEMINTUR, 6º, 2010. Caxias do Sul/RS. Anais ... Caxias do Sul, 2010.

ICOMOS. Disponível em: <http://www.international.icomos.org/centre_documentation/bib/culturallandscapes.pdf>. Acesso em: jul 2016.

IPHAN. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br>> Acesso em: jul 2016.

IPHAN; UFPEL; Prefeitura Municipal de Bagé. Carta de Bagé ou Carta da Paisagem Cultural. 2007, p. 01-02. Disponível em:

<<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Texto%20-%20NASCIMENTO%20e%20SCIFONI.pdf>> Acesso em: jul 2016.

PINTO, Muriel. As micro-identidades da Região das Missões Jesuítica-Guarani através da interpretação das paisagens culturais: uma dialética com as reflexões de Guy Di Méo. Revista do Departamento de Geografia-USP, V. 24 2012, p. 124-150.

RIVAS, Mercedes; BARBIERI, Rosa Lia. **Boas práticas de manejo para o extrativismo sustentável do butiá**. Brasília: Embrapa, 2014.

DA CASA AO SOBRADO: AS LEMBRANÇAS PRESENTES DE UM PASSADO DISTANTE...

ARLETE CAYE¹³

Resumo: A partir de um poema de Cora Coralina propõe-se refletir a passagem do tempo e as lembranças evocadas pelo texto. Podemos considerar o uso da memória como repositório de lembranças revisitadas por aqueles que compartilharam daquele passado, que podem ser acessadas por todos os indivíduos a partir de um objeto acessível a todos. As lembranças emergidas no poema podem ser exploradas pelo viés da memória coletiva, onde Halbwachs coloca que toda memória individual surge da memória coletiva, presente em determinado grupo.

Palavras-chaves: Sobrado. Tempo. Memória.

Asbract: From a poem by Cora Coralina proposed reflect the passage of time and the memories evoked by the text. We can consider the use of memory as a repository of memories revisited by those who shared that past, that can be accessed by all individuals from an object accessible to all. The memories emerged in the poem can be explored by the collective memory bias, where that individual memory whole Halbwachs arises from collective memory, present in certain group.

Keyword: Loft. Time. Memory.

Introdução

O presente artigo se propõe a desenvolver reflexões a partir de parte do poema de Cora Coralina (1889-1985) *O Passado...*, publicado originalmente em 1965, o texto remete aos anos de opulência de um certo sobrado, onde as festas eram aguardadas e prestigiadas pelos munícipes. No presente, a construção, encontrava-se relegada as sombras do passado, esquecida pelos transeuntes, um objeto obsoleto para os mais jovens.

A poetisa goiana, que teve seu primeiro livro publicado aos 76 anos de idade, esboçava seu talento com as palavras desde o início do século XX, em sua escrita simples expressou neste e em tantos outros textos a nostalgia do tempo vivido e revive as lembranças evocadas pelos objetos restantes (REIS, 2011). A poetisa brasileira é reconhecida por retratar os lugares em que viveu, em especial, na cidade de Goiás. Buscou-se refletir sobre os elementos textuais que denotam o saudosismo pela passagem do

¹³ Doutoranda em Memória Social e Bens Culturais no UNILASALLE. Mestre em Diversidade Cultural e Inclusão Social. Professora da Unipacs. E-mail: arletecaye@gmail.com

tempo, lembranças estas trazidas pela memória. A fundamentação teórica se fez a partir de uma revisão bibliográfica, contextualizando com as obras de Maurice Halbwachs, Jacques Le Goff que abordam a questão da memória, tempo e história.

Sobrado e memória do lugar

*[...] Gente que passa indiferente,
olha de longe,
na dobra das esquinas,
as traves que despencam.
Que vale para eles o sobrado?
(CORALINA, 1965).*

A passagem do tempo atinge a todos de uma forma ou de outra, para as pessoas a juventude antecede a vida adulta, que por fim, dá lugar a velhice. No Brasil o envelhecimento populacional é um assunto recente, em poucas décadas os números de idosos dobrou, e os estudos apontam que teremos mais de 15% de idosos até 2025 (IBGE, 2013). Ao longo da história as pessoas idosas desempenharam diversos papéis sociais, desde conselheiros e líderes em suas comunidades, como também um peso para suas famílias e sociedade. Beauvoir (1979) ao publicar o livro *Velhice*, pontuou que nas sociedades que valorizavam o ancião, atribuíam a este o papel de transmissor, contador de histórias aos descendentes, portanto a memória dos mais velhos era valorizada pela comunidade. A memória ocupa um papel social e revela aspectos de um lugar, das pessoas que ali vivem e compartilham suas lembranças. As lembranças estão relacionadas a um grupo, mesmo que o acesso a elas se dê de forma individual, mas terá impressões únicas. Em sua obra Halbwachs discorre sobre:

[...]o primeiro plano da memória de um grupo de destacam as lembranças dos eventos e das experiências que dizem respeito à maioria dos seus membros e que resultam de sua própria vida ou de suas relações com os grupos mais próximos, os que estiveram mais frequentemente em contato com ele (2003, p. 51).

Ao refletirmos sobre essa citação e o poema de Cora, que ao fazer os questionamentos aos leitores, espera que alguém possa vir a se

manifestar de forma a compreender a importância do mesmo. Uma vez que no passado o sobrado foi palco de eventos da comunidade, um representante da elite local, mas que, ao passar do tempo, o esquecimento o tornou obsoleto para o grupo. Da mesma forma que Cora descreve o atual estado da casa, possibilita que o leitor forme uma imagem do mesmo, impactando-nos com o estado lastimável do próprio. Pois ela o retrata como resultado de anos de negligência, pela falta de interesse em preservar a história, sendo o sobrado uma afirmativa de um passado não tão distante, mas já esquecido por muitos. Segundo Halbwachs (2003, p. 162) as cidades se transformam, as ruas ganham novos contornos e moradores, as construções se modernizam e outras agonizam com o passar do tempo, “apenas uma imagem de velhice” e nem sempre sendo reconhecida pelos antigos moradores do bairro.

James Fentress e Chris Wickham (1992, p. 242) que discutem a transmissão da memória e a história da memória social, da forma como ambas estão entrelaçadas, ponderando que “só quando as nossas memórias fazem parte de nós podemos partilha-las com os outros” e os autores concluem:

Somos nós que recordamos e é a nós que, em última análise, se referem o conhecimento, as emoções e as imagens. O que se esconde nos modelos da memória como uma superfície na qual se inscrevem o conhecimento ou a experiência é a nossa própria presença como pano de fundo. Seja qual for a natureza da memória enquanto objecto puramente neurológico ou puramente epistemológico, não podemos conhecer nem sentir as nossas recordações a não ser que as <<pensamos>> primeiro; e quando <<pensamos>> as nossas recordações, evocando-as e articulando-as, elas deixam de ser objectos e passam a fazer parte de nós (p. 242).

Dando seguimento ao poema Cora parece questionar a insensibilidade daqueles que por ali passam:

*Quem vê nas velhas sacadas
de ferro forjado
as sombras debruçadas?
Quem é que está ouvindo
o clamor, o adeus, o chamado?
(CORALINA, 1965).*

Uma vez que suas recordações ainda tão vívidas, alimentam sua anciã de instigar nos mais jovens as histórias que tiveram como pano de fundo a casa. Neste sentido, Coralina (1965) se propôs a compartilhar suas memórias, juntamente com as histórias vividas naquele sobrado, pois estas lhe eram próximas, o que fica evidenciado na verissimilidade nas suas descrições, tanto do presente como nas suas lembranças do passado. As transformações e a própria decrepitude do sobrado o tornou obsoleto para muitos, sendo que as memórias não acessavam o período de esplendor, apenas as ruínas remanescentes, mas aqueles que recordavam dos anos de glória o faziam através do pensamento, onde o espaço é estável. Segundo Halbwachs (2003,189):

Portanto, não é exato dizer que, para lembrar, é preciso que nos transportemos em pensamento fora do espaço, pois ao contrário é justamente a imagem do espaço que, em função de sua estabilidade, nos dá a ilusão de não mudar pelo tempo afóra e encontrar o passado no presente – mas é exatamente assim que podemos definir a memória e somente o espaço é estável o bastante para durar sem envelhecer e sem perder nenhuma de suas partes.

Mesmo ao compartilhar suas memórias, os idosos encontram limitações, uma vez que, recriar os cenários de suas recordações nem sempre lhes parece fácil, pois muitas vezes já não é possível acessá-las. Ao finalizar o poema: “E vão fugindo do sobrado, aos poucos, os quadros do Passado” Cora expõe a fragilidade de suas palavras, pois mesmo que suas recordações tragam imagens do sobrado, as mesmas não mais são acessíveis para os jovens, pois o passado não é encontrado no presente.

À sombra do sobrado

*Que importam as salas destelhadas,
e o pudor das alcovas devassadas...
Que importam?
E vão fugindo do sobrado,
aos poucos,
os quadros do Passado.
(CORALINA, 1965).*

A indiferença aliada ao esquecimento está presente nas frases finais, acima citadas, do poema, antevendo uma tristeza por tudo que o sobrado representou e hoje nada ou pouco interfere na paisagem da cidade. Ao recordar com detalhes dos ambientes demonstra uma nostalgia pelas histórias que se ocorreram e se consolidaram na velha residência. Neste sentido para Halbwachs (2003, p. 164) os sentimentos de pesar “ou inquietações individuais não tocam a coletividade” de as palavras fazem eco no vazio. Em contrapartida as lembranças evocadas pelo velho sobrado na poesia de Cora, permite que o mesmo volte a vida, a partir de recordações que elucidam e compõem uma nova imagem que se sobrepõe as ruínas agora vistas e descritas no poema.

Para trabalhar com o tempo e espaço, buscou-se fundamentar na obra A memória coletiva de Halbwachs (2003), sendo que para este o tempo possui uma representação coletiva, e os homens se acomodam de forma natural, como parte de uma tradição alicerçada na sociedade. Adiante o autor pontua que o espaço em que habitamos tem um significado, uma familiaridade, que encontramos na disposição dos objetos, cores e cheiros próprios. As cidades se transformam, os bairros ganham e perdem prestígios, as velhas residências sobrevivem ao tempo em meio de modernas construções, que ofuscam a imagem do passado que nem sempre são lembrados pelos anciões (HALBWACHS, 2003).

Halbwachs (2003) pontua que quando um grupo está vinculado a um espaço, a própria moradia é um objeto de recordação. Os moradores deste lugar criam e recriam impressões a cerca deste lugar, e através da existência material podemos acessar o passado por eles vividos. Em outro momento o autor resume:

[...] diremos que a maioria dos grupos, não apenas aqueles que resultam na justaposição permanente de seus membros, nos limites de uma cidade, uma casa ou um apartamento, mas também muitos outros, esboçam sua forma sobre o solo e encontram suas lembranças coletivas no contexto espacial assim definido (2003, p. 187-188).

O trecho acima citado evoca a memória visitada por Coralina em seu poema, onde o sobrado remetia há lembranças que muitos já não

acessavam e apenas os mais velhos e antigos moradores, compartilhavam desta bela memória. A partir do poema as recordações podem encontrar eco em muitos outros moradores que compartilham lembranças e histórias junto ao sobrado.

No texto intitulado *A casa – do porão ao sótão*, Bachelard (1989) discorre sobre a casa como sendo o primeiro lugar de memória e também onde guardamos nossas lembranças. O tempo muitas vezes passa despercebido, mas as lembranças permanecem envoltas de uma névoa de encantamento, fantasia até, está mais presente ao recordar de espaços habitados na infância. Coralina (1965) demonstra no poema o pesar por aqueles que não percebem a riqueza e importância do sobrado, uma história esquecida, por poucos lembradas, talvez por não ter participado da construção das lembranças, por ela poetisa, vividas no passado. Mas que, inconformada, parece clamar por atenção, por um passado renegado.

Le Goff (2003) considera fundamental o estudo da memória social como ferramenta para abordar os problemas do tempo e da história, estando a memória hora em evidencia hora não. Podendo o poema ter o intuito de chamar a atenção para a questão do descaso com aquele imóvel e também registrar na memória da população a história do mesmo para aquele grupo. Le Goff afirma que: “A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia” (2003, p. 469).

As recordações trazidas pela memória devem ser observadas com um olhar crítico, de forma sensata. Uma vez que ao utilizarmos a memória como fonte para recriarmos o passado, devemos ter o cuidado em considerar as influências do presente, de forma que a imagem projetada do passado jamais será uma cópia exata do foi (FENTRESS; WICKHAM, 1992). Neste viés podemos considerar a paisagem local, que mesmo para a autora que viveu os áureos anos do sobrado, o próprio também passou por transformações/manutenções, da mesma forma a comunidade passou por mudanças, podendo sobrepor algumas lembranças a outras.

Considerações finais

As reflexões presentes neste artigo se propuseram à dialogar sobre memória, tempo a partir do trecho final do poema “O passado” de Cora Coralina. Observou-se a presença do saudosismo, da inconformidade em presenciar a deterioração do sobrado. Sem que as lembranças e histórias ali vividas pudessem fazer com que a comunidade repensasse seu descaso ou que tomassem uma atitude para evitar que o mesmo fosse relegado cada vez mais a uma existência medíocre há quem de sua importância de um passado distante para a comunidade. As histórias vividas e compartilhadas neste sobrado descrito por Cora, o torna protagonista de fatos que marcaram inúmeros cidadãos daquela cidade, a imponência da construção transformou a paisagem em determinado tempo legitimando os frequentadores da mesma. A passagem do tempo e o papel do sobrado permeiam, por fim, a memória coletiva desta comunidade que Cora descreveu de forma saudosista ao longo do poema.

Referências

- BACHELARD, Gaston. A Casa. Do porão ao sótão. O sentido da cabana. In. **A Poética do Espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- BEAUVOIR, S. A velhice - a realidade incomoda. São Paulo: Difusão Eurpéia do livro, 1976.
- CORALINA, Cora. **O Passado**. In. **Poema dos Becos de Goiás e Estórias Mais, 1965**.
- FENTRESS, J. WICKHAM, C. **Memoria social**. Teorema. 1992
- HALBWACHS, Maurice**. A memória coletiva. **São Paulo: Centauro, 2003**.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. Brasília: IBGE, 2013. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=codmun=431080>>. Acesso em: 16 Jul. 2016.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2003.

REIS, Claudia Barbosa. Cora Coralina e sua casa silenciosa. **Revista UFG**,
Ano XIII, n. 11, dez. 2011.

A NOÇÃO DE PATRIMÔNIO A PARTIR DA PAISAGEM E OS DESAFIOS PARA A GESTÃO PATRIMONIAL

LUCIANA DE CASTRO NEVES COSTA¹⁴
JULIANE CONCEIÇÃO PRIMON SERRES¹⁵

Resumo: As concepções dicotômicas entre patrimônio natural e patrimônio cultural caracterizaram, por longo tempo, as políticas patrimoniais em âmbito nacional e internacional. Recentemente, visando romper tal dicotomia, a noção de paisagem foi adotada como uma nova tipologia de bem patrimonial, concebida como uma nova compreensão da relação entre natureza e cultura, a partir da valorização da interrelação entre grupos e seus ambientes. Neste sentido, este trabalho, que integra uma pesquisa de doutorado em desenvolvimento, visa analisar como se dá este diálogo de aproximação entre a interface natural e cultural dos bens patrimoniais nas políticas patrimoniais da UNESCO e do IPHAN referentes à Paisagem Cultural, e como essa noção integrada de patrimônio estimula a compreensão da gestão patrimonial a partir de uma abordagem territorial.

Palavras-chaves: Paisagem Cultural; Patrimônio Cultural; Patrimônio Natural; Gestão Patrimonial.

Abstract: Dichotomous conceptions between natural heritage and cultural heritage have characterized, for a long time, the patrimonial policies in national and international contexts. Recently, in order to break this dichotomy, the notion of landscape was adopted as a new patrimony typology, conceived as a different understanding of the relationship between nature and culture, based on the appreciation of the interrelationship between groups and their environments. In this sense, this text, which is part of a developing doctoral research, aims to analyze how occurs this approximation dialogue between the natural and cultural interface of patrimony in UNESCO and IPHAN heritage policies related to Cultural Landscape, and how this patrimony integrated notion stimulates the comprehension of heritage management since a territorial approach.

Keywords: Cultural Landscape; Cultural Heritage; Natural Heritage; Heritage Management.

1. Introdução

O conceito de paisagem, em processo constante de reelaboração de seus contornos semânticos em diferentes campos científicos, viria a influenciar, também de modo amplo e processual, a noção de paisagem em âmbito patrimonial. Neste contexto, seu entendimento vinculou-se ora como manifestação de cultura, ora de natureza, firmando-se recentemente como uma categoria de bem patrimonial que visa valorizar a conjugação

14 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). E-mail: lux.castroneves@gmail.com

15 Professora do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). E-mail: julianeserres@gmail.com

dos elementos culturais e naturais a partir da interação entre seres humanos e as características do meio ambiente, e tendo como elemento norteador a gestão integrada de manifestações patrimoniais.

Neste sentido, este trabalho visa a analisar como essa relação entre a interface cultural e natural compõe o entendimento de paisagem dentro das políticas patrimoniais da UNESCO e do IPHAN, incitando novas compreensões acerca do patrimônio, porém engendrando novos desafios, principalmente relacionados à sua gestão.

2. Paisagem, Natureza e Cultura: relações dialógicas

A noção de paisagem surge vinculada ao contexto artístico, vindo a representar uma nova relação do ser humano com a natureza, a partir da mediação que a pintura (e as representações sociais construídas a partir dela) viria a promover enquanto elemento que consolida um esquema simbólico de nosso contato com a natureza (CAUQUELIN, 2007). A pintura de paisagens teria desempenhado um papel determinante na construção de códigos estéticos de apreciação da natureza, com a aproximação do ser humano com o mundo natural, relação até então caracterizada por seu aspecto funcional ou teológico. Ao fazer da natureza tema de quadros, valorizando o natural como fonte de espetáculo e fruição estética, a pintura instituiu uma nova forma de olhar a natureza em busca do prazer (SALGUEIRO, 2001).

Tal fato pode ser explicado uma vez que a paisagem ultrapassa o real oferecido pela natureza (embora ela também o incorpore), sendo resultado - e ao mesmo tempo fazendo parte - da cultura (CASTRO, 2002, p. 123). A natureza não pode ser compreendida como um dado independente da representação social¹⁶. Neste sentido, qualquer percepção de paisagem encontra-se imersa em um processo cognitivo vinculado à adesão de imagens que a mesma suscita, e a uma perspectiva estética, uma vez que toda paisagem implica uma dimensão sensível e emocional por parte do sujeito (SILVEIRA, 2009).

¹⁶ Representação é definida por Castro (2002, p. 125) como uma "estrutura cognitiva mental relativamente geral e abstrata, a partir da qual pode-se falar em modelo, internalizado pelos indivíduos de uma sociedade, que permite interpretar o real".

Segundo Font (2007), as transformações espaciais advindas de processos de industrialização e urbanização em ritmo acelerado, a dispersão das cidades e a progressiva consciência ambiental, trazem como consequência a preocupação com a paisagem e com instrumentos que garantam sua proteção, como um modo de preservar o sentido de lugar propiciado pelas paisagens, consideradas como centros de significado, e numa tentativa de reduzir a conflitividade territorial promovida por tais transformações da paisagem. Ainda de acordo com o autor, criam-se assim paisagens híbridas, de transição, cuja lógica discursiva é de difícil apreensão.

Dentro desta perspectiva, diante da capacidade cognitiva, estética e afetiva da paisagem e seu recente interesse de preservação, a paisagem é adotada em políticas patrimoniais, constando em cartas e convenções internacionais, ora tendo como objeto de proteção a "natureza em si" (e os valores culturais à ela atribuídos), a partir da concepção de patrimônio natural, ora os elementos culturais construídos na (e a partir) da paisagem. Entretanto, seria a partir da consolidação da Paisagem Cultural como uma tipologia de bem patrimonial que novas construções de sentido, em esfera integrada, viriam a ser elaboradas, reconhecendo e tomando como foco de valorização a relação de simbiose entre cultura e natureza.

3. A Noção de Patrimônio a partir da Paisagem Cultural: novas perspectivas de gestão patrimonial

Nutrindo-se do movimento ecológico e da preocupação com o meio ambiente, a figura da Paisagem Cultural seria adotada pela UNESCO em 1992, sendo definida como propriedades que representam o trabalho combinado da natureza e dos indivíduos, ilustrando a trajetória histórica da sociedade e seus assentamentos a partir de influências físicas do ambiente, e influências sociais, econômicas e culturais que nelas interferem (UNESCO, 2009).

Traz-se então à discussão patrimonial internacional a consideração de elementos como: técnicas específicas de uso sustentável do solo, considerando as características e limites do ambiente natural; relações

espirituais com a natureza; bem como a manutenção da diversidade biológica por meio da diversidade cultural; e a valorização de manifestações culturais indígenas (UNESCO, 2009). Importante ainda salientar que o termo "sustentabilidade" passa a integrar o Guia de Diretrizes Operacionais para a Implementação do Patrimônio Mundial a partir da inclusão desta tipologia de bem patrimonial.

Neste sentido, apesar de serem classificadas como uma tipologia de patrimônio cultural, as primeiras inscrições de Paisagem Cultural, o Parque Nacional Tongariro (Nova Zelândia), e o Parque Uluru-Kata Tjuta (Austrália), foram significativas desta nova concepção de natureza a partir da paisagem, ao valorizar a relação simbólica de povos indígenas, respectivamente os Maori e os Anangu, com as montanhas e elementos paisagísticos dos sítios.

Por seu caráter integrado, as candidaturas de sítios à Paisagem Cultural são analisadas pelo ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios) e pelo IUCN (União Internacional para a Conservação da Natureza). O interesse do IUCN dar-se-ia principalmente pela importância de muitas paisagens culturais na conservação dos recursos naturais, principalmente em paisagens com importância ativa na sociedade que a produz e reproduz (IUCN, 2006). Entretanto, apesar da tipologia de Paisagem Cultural ter sido adotada buscando romper com a visão dicotômica entre cultura e natureza, institucionalizada por meio da noção de patrimônio cultural e patrimônio natural (apesar da figura de bem misto), nota-se, pelos critérios usados na caracterização das candidaturas à inscrição na Lista do Patrimônio Mundial, que o enfoque dado ao meio ambiente ainda é pequeno, frente aos critérios relacionados ao patrimônio cultural (COSTA e SERRES, 2014).

Por outro lado, segundo Fowler (2003), a noção de paisagem cultural permitiria o reconhecimento de estruturas ligadas a sociedades tradicionais, os *faceless ones* (os "sem rosto"), historicamente marginalizadas na atribuição de valor como patrimônio mundial, além da valorização de bens patrimoniais de caráter dinâmico e não-monumental, e do reconhecimento de bens culturais de comunidades indígenas, até então

não contemplados na Lista do Patrimônio Mundial. Dentro deste contexto, pode-se perceber uma relativa abertura da Lista a países ainda subrepresentados, como Andorra, Gabão, Nigéria, Papua Nova Guiné, e a países que apenas apresentavam sítios vinculados ao patrimônio natural na Lista do Patrimônio Mundial, como Islândia, Madagascar e Nova Zelândia (COSTA e SERRES, 2014).

Atualmente, 98 Paisagens Culturais figuram na Lista do Patrimônio Mundial, envolvendo desde jardins projetados a campos cultivados e, recentemente, recortes de uma grande cidade como Rio de Janeiro. A maioria destas paisagens é constituída por sítios em que as características do meio e a apropriação destas pelas populações ainda se mantém, a partir das funções e usos das paisagens, como os terraços de arroz nas Filipinas, as plantações de agave e as instalações industriais de tequila, no México, as paisagens cafeeiras na Colômbia, e vinícolas, na Hungria e em Portugal.

No Brasil, a figura da Paisagem Cultural Brasileira consolida-se em 2009, porém com uma proposta conceitual próxima da elaborada por Mário de Andrade em seu anteprojeto para criação do então Serviço do Patrimônio Artístico Nacional (SPAN), em 1936. Para Andrade, a paisagem poderia compreender "determinados lugares da natureza, cuja expansão florística, hidrográfica ou qualquer outra, foi determinada definitivamente pela indústria humana dos Brasis, como cidades lacustres, canais, aldeamentos [...]" ou ainda "lugares agenciados [...] pela indústria popular, como vilejos lacustres vivos da Amazônia, tal morro do Rio de Janeiro, tal agrupamento de mocambos no Recife, etc" (ANDRADE, 1980, p. 57).

O Decreto-lei nº 25, de 1937, que define Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, viria igualmente a considerar a paisagem como bem patrimonial, compreendendo os "monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela Natureza ou agenciados pela indústria humana" (IPHAN, 1937, p. 01), contemplando tanto sua esfera humanizada quanto sua esfera ambiental. Ribeiro (2007) faz uma estruturação de padrões das

inscrições no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, no que se refere ao valor do bem como paisagem entre as décadas de 1930 a 1960: tombamento de jardins mais ligados ao paisagismo; tombamento de monumentos junto a aspectos da natureza que os emolduram; tombamento de áreas cujo panorama seja importante às populações que vivem nos arredores; tombamento de conjuntos arquitetônicos menos significativos ou já em fase de descaracterização.

Segundo Mongelli (2011), a partir da direção de Aloísio Magalhães (1979-1982) no IPHAN, a noção de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional tornou-se mais abrangente, incorporando temas como ecologia, cidadania, referências culturais e desenvolvimento, assumindo o sentido amplo de bem cultural. Neste período, devido ao fortalecimento da discussão ecológica, ao patrimônio natural é atribuído um novo valor para além de sua consolidação como monumento notável, sendo revisto a partir de suas características geomorfológicas e das atividades humanas ligadas ao ambiente.

Atualmente, do total de bens tombados ou em instrução do Brasil (de 1937 a 2015), 84 apresentam referência ao termo “paisagem” (conforme pesquisa realizada a partir da lista de bens tombados ou em instrução do IPHAN), seja em sua denominação, seja em sua classificação. Tais bens compreendem conjuntos urbanos e arquitetônicos, jardins e parques, conjuntos rurais, ruínas e sítios arqueológicos, indicando a amplitude de seu entendimento. Já no que se refere especificamente a bens classificados como "Bem Paisagístico" de acordo com a sistematização proposta pelo Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG) do IPHAN, atualmente constam 40 sítios (12 Jardins Históricos e 28 Paisagens), sendo os jardins históricos compreendidos como ambientes marcados por elementos arquitetônicos e vegetais, em uma compreensão de paisagem humanizada, e as paisagens como patrimônio natural, em sua esfera não-humanizada (PEREIRA, 2016).

Se a paisagem engendrou, ao longo da trajetória nacional de preservação, valores associados ora à valorização estética da natureza a partir de sua feição notável, ora a sítios menos representativos

arquiteticamente, a partir de 2009, a noção de paisagem ganha novos contornos semânticos a partir da adoção da chancela de Paisagem Cultural Brasileira, estabelecendo uma reaproximação com a proposta de Mário de Andrade. A Paisagem Cultural Brasileira corresponde a uma "porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores" (BRASIL, 2009, p. 17).

Entre os motivos a justificar a criação da chancela estão a massificação de paisagens urbanas e rurais, a ameaçar contextos de vida e tradições locais, além da deficiência de instrumentos de proteção que contemplem integralmente o conjunto de componentes implícitos na paisagem, uma vez que a maioria dos dispositivos referentes ao patrimônio os toma individualmente em sua dimensão natural e cultural.

Segundo o IPHAN (2011, p. 13), são considerados exemplos de paisagens culturais "as relações entre o sertanejo e a caatinga, o candango e o cerrado, o boiadeiro e o pantanal, o gaúcho e os pampas, o pescador e os contextos navais tradicionais, o seringueiro e a floresta amazônica".

Entre os estudos em desenvolvimento, grande parte deles está vinculada ao contexto naval, e envolvem localidades como Elesbão (AP), Valença (BA), Pitimbu (PB) e a Foz do São Francisco (nos municípios de Brejo Grande e Pacatuba/SE, e Piaçabuçu/AL) (WEISSHEIMER, 2010; IPHAN; MEMÓRIA ARQUITETURA, 2014). Busca-se compreender os significados atribuídos às características do meio ambiente pelas comunidades, bem como modos de apropriação e uso do mesmo, por meio da pesca, da carpintaria naval, de embarcações específicas adaptadas ao regime de ventos, do modo de construção de casas em palafitas, e dos saberes que envolvem a produção, manutenção e transformação da paisagem, bem como as ameaças às quais tais contextos estão sujeitos: poluição, proibição de extração de determinados tipos de madeira, regras de vigilância sanitária, além de instalação de hidrelétricas a mudar o regime de águas de rios.

Apesar de tratar-se de um instrumento ainda recente, a chancela de paisagem parece adotar uma postura de gestão mais vinculada ao

território, uma abordagem territorial de patrimônio em caráter sistêmico. Diferentemente de um processo de tombamento ou de registro, a chancela estabelece como premissa a gestão compartilhada do território, por meio do estabelecimento de relação interinstitucional como ferramenta básica para uma política continuada de preservação, tendo como instrumento o pacto de gestão, com articulações das diferentes esferas de gestão: municipal, estadual e federal, envolvendo sociedade civil e poder público.

Ao envolver "marcas" e "valores", a noção de paisagem cultural dialoga ainda com outras dimensões do patrimônio, como sua intangibilidade, relacionando-se ao patrimônio imaterial (principalmente no registro dos Lugares), como o registro da Cachoeira do Iauaretê, que contempla a relação física e simbólica entre as diversas etnias indígenas e o local, a partir da sacralidade atribuída ao sítio. Além disso, a noção de paisagem alinha-se à noção de patrimônio genético e o conhecimento tradicional associado, que estão relacionados com o uso dos recursos naturais pelas comunidades, e os saberes e práticas vinculados a este uso em seu cotidiano. Trata-se de uma abordagem mais próxima ao cotidiano dos grupos contemplados, estimulando uma compreensão de patrimônio vivenciado, enquanto processo, e não como produto, alijado daqueles que lhe atribuem sentido.

Atualmente, o IPHAN encontra-se em uma fase de revisão da chancela de Paisagem Cultural Brasileira salientando, entre outros: a necessidade de uma discussão conceitual entre as unidades do IPHAN, e em conjunto com a sociedade; a dificuldade de elaboração do plano de gestão (um dos pontos centrais da proposta de Paisagem Cultural como categoria de bem patrimonial dinâmica, não restritiva, e vinculada ao desenvolvimento local, qualidade de vida e sustentabilidade) e de seu cumprimento; e a inexistência de um método definido para estabelecimento de uma chancela de Paisagem Cultural (IPHAN, 2015).

Neste sentido, um dos desafios que se colocam no horizonte de implementação da chancela de Paisagem Cultural Brasileira é a gestão compartilhada e a descentralização das ações de preservação. Vecslir e Tommei (2013), em estudo desenvolvido na Paisagem Cultural da

Quebrada de Humauaca (Jujuy/Argentina), salientam a necessidade de adotar não apenas medidas de caráter protetivo, mas também propositivas, com propostas de ações de reordenação e valorização dos sítios, visando a melhoria da qualidade de vida e manutenção da paisagem a partir da presença e participação dos sujeitos envolvidos com a mesma. Além disso, o estudo destaca a importância de operacionalizar a continuidade dos planos e projetos, a partir da manutenção de um grupo gestor que garanta as ações em curto, médio e longo prazo, desafios que parecem impor-se não apenas ao contexto brasileiro, mas ainda em esfera mundial.

Considerações Finais

Conforme salienta Castriota (2009), a complexidade deste tipo de patrimônio, consolidado na Paisagem Cultural, que envolve a interação entre natureza e cultura, e, ao mesmo tempo, está ligado intimamente às maneiras tradicionais de viver, viria a representar uma importante contribuição para se abordar a questão do desenvolvimento sustentável, ao envolver mais de perto as próprias comunidades.

Além disso, ao realocar o sujeito em sua relação com a natureza, não a partir da noção de centralidade, mas a partir da noção de indissociabilidade, de interdependência, esta tipologia de bem patrimonial parece estabelecer pontes para o reconhecimento de novas formas de gestão e de novas referências culturais ainda obscurecidas dentro de uma narrativa identitária nacional a partir do patrimônio cultural.

Novas pesquisas acadêmicas e novos direcionamentos institucionais poderão indicar as potencialidades e os desafios da Paisagem Cultural, não apenas uma nova tipologia de bem patrimonial, mas como um modo de compreensão, valorização e gestão integrada do território.

Referências

ANDRADE, Mário. Anteprojeto de lei criando o Serviço do Patrimônio Artístico Nacional. In: SPHAN/Pró-Memória - SECRETARIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E NACIONAL / FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA. **Proteção e revitalização do patrimônio**

cultural no Brasil: uma trajetória. Brasília: SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA, 1980.
p. 55-69. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Protecao_revitalizacao_patrimonio_cultural.pdf> Acesso em: 12 jul. 2015.

BRASIL. Portaria nº 127, de 30 de abril de 2009. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, n. 83, 05 maio 2009. Seção 1, p. 17. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1070>> Acesso em: 25 set. 2009.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio Cultural:** conceitos, políticas e instrumentos. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.

CASTRO, Iná Elias de. Paisagem e turismo: de estética, nostalgia e política. In: YÁZIGI, Eduardo (Org.). **Turismo e paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002. p. 121-140.

CAUQUELIN, Anne. **A invenção da paisagem**. Tradução Marcos Marcionilo. São Paulo: Martins, 2007.

COSTA, Luciana de Castro Neves; SERRES, Juliane Conceição Primon. Paisagem Cultural: novas leituras do patrimônio cultural? In.: 3º Colóquio Ibero-Americano de Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto: desafios e perspectivas. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2014. Cd Rom.

GOMBRICH, Ernst H. **A história da arte**. Tradução Álvaro Cabral. 16. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

IPHAN - INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Decreto lei nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Brasília, DF, 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De10025.htm>. Acesso em: 06 jul. 2009.

IPHAN- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Reflexões sobre a Chancela de Paisagem Cultural Brasileira**. Brasília, mar. 2011. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1757>> Acesso em: 10 mai. 2011.

IPHAN - INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL; MEMÓRIA ARQUITETURA. **Levantamento de subsídios**

técnicos para a elaboração de Dossiê com vistas ao estabelecimento da chancela de Paisagem Cultural Brasileira - Foz do Rio São Francisco. Brasília, DF: IPHAN, 2014.

IPHAN - INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Lista de Bens Tombados e Processos de Tombamento em Andamento:** atualizado em 09/12/2015. Brasília, DF: IPHAN, 2015.

Disponível em:
<<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista%20Bens%20Tombados%20Dez%202015.pdf>> Acesso em: 03 mar. 2016.

IPHAN - INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização (DEPAM). **Memorando nº 384/2015, de 19/06/2015.** Informe sobre a necessidade de exclusão do serviço 'estabelecer a chancela da paisagem cultural brasileira' da Carta de Serviços ao Cidadão. Brasília, DF: IPHAN, 2015b.

Disponível em:
<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Memorando_depam_Cancela_Paisagem_Cultural.pdf> Acesso em: 20 dez. 2015.

IUCN - INTERNATIONAL UNION FOR CONSERVATION OF NATURE. **IUCN evaluations of world heritage nominations:** guidelines for reviewers of cultural landscapes: the assesment of natural values in cultural landscapes. Suíça, 2006. Disponível em
<https://cmsdata.iucn.org/downloads/guidelines_for_reviewers_of_cls.pdf>
Acesso em: 10 nov. 2014.

LUCHIARI, Maria Tereza Duarte Paes. A (re)significação da paisagem no período contemporâneo. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Paisagem, imaginário e espaço.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 09-28.

MONGELLI, Mônica de Medeiros. **Natureza e cultura:** práticas de preservação patrimonial no Brasil. 2011. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2011. Disponível em:
<http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/9955/1/2011_MonicaMedeirosMongelli.pdf> Acesso em: 08 abr. 2015.

PEREIRA, Danilo Celso. Paisagem como Patrimônio Cultural: reflexões sobre as ações federais de preservação. In.: 4º Colóquio Ibero-Americano de Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto: desafios e perspectivas. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, IEDS, 2016. Cd-Rom.

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem cultural e patrimônio**. Série Documentação e Pesquisa do IPHAN. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007.

SALGUEIRO, Teresa Barata. Paisagem e Geografia. **Finisterra: Revista Portuguesa de Geografia**, Lisboa, v. 36, n. 72, p. 37-53, 2001. Disponível em <<http://www.ceg.ul.pt/finisterra/>>. Acesso em: 22 nov. 2009.

SILVEIRA, Flávio Leonel A. A Paisagem como Fenômeno Complexo, reflexões sobre um tema interdisciplinar. In.: SILVEIRA, Flávio Leonel; CANCELA, Cristina Donza. (org). **Paisagem e Cultura: dinâmicas do patrimônio e da memória na atualidade**. Belém (PA): UFPA, 2009. p. 71-83.

WEISSHEIMER, Maria Regina. Paisagem cultural e patrimônio naval: novos desafios do patrimônio cultural brasileiro. In: 1º Colóquio Ibero-Americano de Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto: desafios e perspectivas. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, IEDS, 2010. Cd-Rom.

VECSLIR, L.; TOMMEI, C. Hacia un proyecto territorial para un paisaje cultural: la Quebrada de Humauaca, Jujuy, Argentina. In: **Revista Bitácora Urbano**

Territorial. v. 22, nº 1, enero-junio, 2013. pp. 61-74. ISSN 0124-7913. Acesso: 25 mai. 2015. Disponível em:

<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=74829048007>>

A EMERGÊNCIA DA ECOLOGIZAÇÃO COMO UM TÓPICO DA AGENDA DE PLANEJAMENTO URBANO NO BRASIL NA DÉCADA DE 1970 A PARTIR DO CASO DA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE/RMPA

DANIELLE HEBERLE VIEGAS¹⁷

Resumo: A partir do caso do planejamento da Região Metropolitana de Porto Alegre/RMPA, o presente texto busca discutir a emergência da ecologia como um tópico da agenda de planejamento urbano no Brasil na década de 1970. O Plano de Desenvolvimento Metropolitano/PDM foi elaborado a partir de um convênio entre o Brasil e a República Federal da Alemanha, entre 1971 e 1978, fator determinante para a introdução de discussões de circularidade internacional quanto à organização institucional e temática da RMPA, entre as quais destaca-se a preocupação com o meio ambiente. As fontes utilizadas foram, além do próprio PDM, depoimentos orais de profissionais envolvidos bem como publicações e periódicos de época.

Palavras-chaves: Região Metropolitana de Porto Alegre/RS; ecologia; planejamento urbano; Relações Brasil-Alemanha; metropolização.

Abstract: Considering the case related to the urban planning of the Metropolitan Region of Porto Alegre, this text intends to discuss the emergence of ecology as a topic of the urban planning agenda in Brazil during the 1970s. The Metropolitan Development Plan was prepared from an agreement between Brazil and the Federal Republic of Germany, between 1971 and 1978 and became a determined factor for the introduction of international circularity discussions on the institutional and thematic organization of the Metropolitan Region, among which is the concern about the environment. The resources used were, in addition to the plan itself, oral testimonies of professionals involved as well as publications and newspapers.

Keywords: Porto Alegre Metropolitan Region; ecology; urban planning; relations between Brazil and Germany; metropolization.

Introdução

As décadas de 1960 e 1970 marcaram a projeção e institucionalização de temática relacionadas à ecologia em escala global. Com efeito, em 1977 ocorreu o primeiro encontro do chamado “Clube de Roma”, uma associação de intelectuais dedicada ao ambientalismo responsável por reportar um relatório intitulado *Limits of Growth* (em

17 Doutora em História das Sociedades Ibero-Americanas pela PUCRS. Professora do Curso de História do UniLasalle e do Mestrado em Memória Social e Bens Culturais na mesma instituição. E-mail: danielle.viegas@unilasalle.edu.br

português, limites do desenvolvimento). O episódio foi realizado sequencialmente à famosa conferência organizada em 1972 pela Organização das Nações Unidas, em Estocolmo, para refletir sobre a degradação do meio ambiente em nível planetário.

Quanto ao contexto brasileiro, o tópico possuía substrato de fomento nos âmbitos local e nacional desde, pelo menos, a década de 1940¹⁸. Em 1977, o meio ambiente foi incluído entre os programas prioritários do Ministério do Interior/MINTER¹⁹, sendo notadamente associado à politização da questão urbana no país. O artigo intitulado “Elementos de climatologia aplicados ao planejamento metropolitano”, publicado na Revista Pernambucana de Desenvolvimento, é um indício da circularidade que o assunto progressivamente ganhou no Brasil em articulação com o planejamento metropolitano, tanto em sua dimensão técnica quanto estatal. Conforme lê-se em reprodução de trecho do artigo:

o estudo, ou no caso, a pesquisa aplicada ao planejamento, sobre a estrutura e função da natureza, requer uma visão global do conjunto, evidentemente. E a operacionalização desse ponto de vista, conduzirá ao que já foi chamado “administração dos recursos naturais” ou “administração integrada dos recursos naturais.”²⁰

No Rio Grande do Sul, a causa era debatida em relação ao Vale do Rio dos Sinos, pelo Padre Balduino Ramos desde idos da década de 1950 e, posteriormente, pelo conhecido ambientalista José Lutzemberger. Em 1972, um projeto autorizando a instituição da Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul foi enviado pelo governador do Rio Grande do Sul (1971-1975), Euclides Triches à Assembleia Legislativa. A criação da Fundação Zoobotânica foi justificada pelo fato “do desenvolvimento regional envolver, em seu conceito, aspectos bem amplos, não só econômicos e sociais,

¹⁸ Para uma sistematização da relação entre urbanismo e a “questão verde”, consultar: REIS, Karina dos Reis. **A Cidade e o Elemento Natural: o Parque Marinha Do Brasil e as Políticas Públicas do verde em Porto Alegre (1960-1970)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. PUCRS, 2011.

¹⁹ MINISTÉRIO DO INTERIOR. **Atuação do MINTER no ano de 1977**. Coordenadoria de Comunicação Social. Brasília: Escopo Editora, 1978, p. 71. Acervo IAI Berlin.

²⁰ CAVALCANTI, André de Oliveira; LIMA, Adilson R. Ferreira. **Elementos de climatologia aplicados ao planejamento metropolitano: uma introdução**. Revista Pernambucana de Desenvolvimento. Recife, CONDEPE: Ano 1, número 1. Jan-Jun 1974. Acervo IAI Berlin.

como aqueles complementos de ambiente”.²¹ Tais atitudes marcaram uma ruptura em relação ao paradigma que fundamentava a relação entre homem e natureza desde os séculos do século XIX, ligada ao ecologismo como “a conservação da natureza, o biologismo social e a sacralização de uma natureza mítica” (ACOT apud REIS, 2011, p. 49).

Complementarmente, a cidade de Porto Alegre, na década de 1970, inaugurou alguns ícones no sentido da valorização ambiental, como o Parque Marinha do Brasil e o Parque Maurício Sirotsky Sobrinho, sem contar as ampliações do Parque Moinhos de Vento e do Parque Farroupilha. Tais medidas, atribuídas à gestão do Prefeito Guilherme Socias Villela, foram consagradas com a criação da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Lei do Impacto Ambiental, relativo ao controle da poluição do meio ambiente no Município. Karina dos Reis Kerpen, autora de dissertação de mestrado sobre o tema, afirmou que:

A preocupação com a ecologia deixou de ser reduzida à preservação de uma espécie de animal ou uma área verde restrita. O consumo excessivo foi criticado e trouxe definitivamente a necessidade de se pensar a relação entre homem e natureza dentro do espaço urbano frente às dinâmicas econômicas e políticas (idem, p. 51).

No que se refere a RMPA, a despeito da discussão decorrente quanto à implementação das propostas lançadas com base nessa alçada, o tópico pode ser destacado dentro do quadro de intencionalidades que representou na publicação do Plano de Desenvolvimento Metropolitano.

O PDM tratou-se de um planejamento total concebido sobre a RMPA a partir da elaboração realizada por uma equipe mista teuto-brasileira, formada por ocasião do Acordo de Cooperação Técnica entre Brasil e República Federal da Alemanha, firmado em 1963²². O seu quinto ajuste complementar foi assinado em 1971 e trata da cooperação

²¹ Jornal do Comércio. 27/10/1972.

²² BRASIL. Ministério das Relações Exteriores/MRE. Departamento Consular e Jurídico. Divisão de Atos Internacionais. Atos Internacionais nº 517, de 30 de novembro de 1963. Departamento de Comunicações e Documentação: Divisão de Divulgação Documental: 1977.

estabilizada com vistas ao planejamento da RMPA, motivo que assegurou a vinda de diversos profissionais estrangeiros ao Rio Grande do Sul, além de equipamentos e recursos financeiros.

As publicações basilares do PDM foram lançadas em 1973²³, após dois anos de elaboração, mas existem publicações relacionadas lançadas somente em 1978. Eram os chamados planos setoriais, cada qual dedicado a uma dimensão da infraestrutura urbana, tais como: indústria, transporte, mobilidade, habitação, áreas rurais, educação e, notavelmente, meio ambiente.

O tema ganhou uma pasta específica dentro do projeto de planejamento da Região. Ela foi comandada por Gerhard Naschold e Isaac Zilberman, respectivamente engenheiro agrônomo alemão e engenheiro ambiental brasileiro. O último relatou que foi “montado um programa com relação ao programa dos rios, arroios, esgoto e tratamento da água (...)” e que:

os primeiros trabalhos em relação a vegetação junto ao curso da água, principal área de especializando do Naschold. Foi feita uma série de propostas junto as margens para segurar a terra e o lodo que terminavam no rio.²⁴

A questão ambiental foi mirada, também, a partir de quesitos tais como: treinamento de pessoal; controle de poluição ao nível metropolitano; montagem de um esquema de coleta de lixo; tratamento de esgoto; gerenciamento de reservas ambientais e, enfim, pesquisa de bacias hidrográficas, através do convênio com a CORSAN e o DMAE, além de legislação apropriada.

Destaca-se, de imediato, que o trabalho realizado por alguns agentes dentro do escopo ambiental foi um ponto articulador das trajetórias profissionais de agentes envolvidos no PDM. Este foi o caso de Clion Estivalet, Jorge Ossanai, Maria Celina Santos De Oliveira, Nanci Begnini

²³ GERM. Plano de Desenvolvimento Metropolitano. Vols. I, II, III. Porto Alegre: Ed. A4, 1973; GERM. Plano de Desenvolvimento Metropolitano. Sinopse. Porto Alegre: Ed. A4, 1973.

²⁴ Entrevista realizada com Isaac Zilberman. Duração: 1h 38 min. Local: Porto Alegre. Data: 03/12/2015.

Giugno e Isaac Zilberman, que tiveram suas carreiras entrelaçadas ao tópico ecologia nas décadas que sucederam o PDM.

A ecologia, como uma temática, surgiu como uma prioridade não só em associação às preocupações ambientais, mas, também, em entrelaçamento com outro item que tornaria alvo do planejamento urbano nas décadas seguintes: as áreas designadas ao turismo. Sendo a RMPA essencialmente voltada às áreas industriais e residenciais e, tendo em vista a identidade operária atrelada a algumas cidades da região, o lazer era anunciado como uma nova dimensão assistencial através da qual “empregado e empregador se beneficiam pois o primeiro ganha recreação e o segundo vê produtividade aumentar”²⁵.

O lazer e o turismo foram contemplados a partir da criação do Parque Estadual de Itapoã (atualmente, Itapuã), em 1973. A imprensa local noticiou a iniciativa a partir da manchete “Itapõa: o turismo com roteiro organizado”²⁶. O Plano Piloto foi elaborado pelo GERM e preveu a criação de dois museus – um de ecologia e outro de história. O projeto atendia à preservação ambiental e a RMPA, acusada de ser carente de áreas verdes, ganharia “30 quilômetros de praia sem poluição”²⁷. O Parque de Itapõa colocou a o Município de Viamão em evidência dentro da RMPA, cujas cidades mais atendidas usualmente eram aquelas ligadas ao eixo norte-sul, como Canoas e São Leopoldo.

Mas foi o caso da *Borregaard*, fábrica de celulose de origem norueguesa que se estabeleceu na cidade de Guaíba/RS em 1972, que projetou o tema entre os focos de atenção da RMPA. A empresa foi alvo de protestos por conta dos danos ambientais que estaria causando na região²⁸. Isaac Zilbermann, que estudou por conta do convênio entre Brasil e RFA no *Karlsruher Institut für Technologie/KIT*²⁹ tornou-se,

²⁵ Zero Hora. **Lazer: encontro começa hoje**. 13/03/1974.

²⁶ Zero Hora. 03/03/1975.

²⁷ Zero Hora. **Parque de Itapoã**. 15/03/1975.

²⁸ Zero Hora. **Primeira denúncia vem dos técnicos do GERM em Seminário de Saneamento**. 10/02/1972.

²⁹ *Institut für Regionalwissenschaft der Universität Karlsruhe*. Stellungagme zum Projekt: Regionalplannug Porto Alegre/Brasilien: ausgearbeitet von der Projektgruppe “Porto Alegre”. Karlsruhe, 1974. Acervo KIT/Karlsruhe Archiv.

posteriormente, um profissional renomado na área da engenharia ambiental. Ele compartilha suas impressões sobre o caso ressaltando que:

O que trouxe o problema foi realmente a *Borregaard* porque tu sempre apresentas problemas quando tu tem uma área dolorida. (...) nós não podemos esquecer que o regime político era complicado, para dizer em palavras macias. Portanto, quando o regime dizia, não adianta tu discutir. A *Borregaard* foi vítima de ser válvula de escape do problema ambiental, que era maior.³⁰

Outro ponto contemplado a partir da ótica do ambientalismo no PDM foi a destinação do lixo. O tópico era pauta de preocupação nos jornais pois “ninguém quer uma nova *Borregaard* no meio da cidade”³¹, referindo-se à construção de uma usina de lixo no bairro Partenon. Como consequência desses reclames, foi elaborado um plano específico dentro da RMPA³², publicado em 1978. Segundo noticiou-se no *Correio de Povo*, em agosto de 1973:

Dentro de seis meses o Grupo Executivo da Região Metropolitana- (GERM) definirá qual o melhor modo para a destinação final do lixo da Grande Porto Alegre. Já existe um grupo trabalhando nesse sentido, coordenado pelo arquiteto Danilo Landó, um dos diretores técnicos do GERM. Essa equipe técnica contará, também, com a colaboração da República Federal da Alemanha, que enviará um especialista no assunto para durante três meses para auxiliar o GERM (...).³³

Para além dos recursos técnicos desenvolvidos dentro do propósito do gerenciamento de impactos ambientais na RMPA, é possível afirmar que o tópico ambientalismo esteve envolto em contribuições da equipe alemã em termos teóricos. Vale lembrar a própria tradição cultural da

³⁰ Entrevista realizada com Isaac Zilberman. Duração: 1h 38 min. Local: Porto Alegre. Data: 03/12/2015.

³¹ *Correio do Povo*. **Grande Porto Alegre: Plano De Destinação do lixo ficará pronto em 180 dias.** Agosto de 1973.

³² Grupo Executivo da Região Metropolitana. **Plano de desenvolvimento metropolitano:** projeto de destinação final dos resíduos sólidos na RMPA. Porto Alegre: CMM, GERM, 1974.

Porto Alegre: CMM, GERM, 1974.

³³ *Correio do Povo*. **Grande Porto Alegre: Plano De Destinação do lixo ficará pronto em 180 dias.** Agosto de 1973.

Alemanha no que tange ao assunto³⁴. O caráter histórico da ideia de floresta é constantemente renovado, tendo em conta dados que indicam, por exemplo, que a cidade de Berlim possui, atualmente, 1/3 de sua superfície coberta de áreas verdes.

É crucial mencionar, outrossim, a importância que a matéria assumiu dentro da agenda de planejamento urbano nas décadas seguintes, sendo uma das principais áreas de ação de agências como *Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit/GTZ*. Hans Karpe, um os líderes da primeira fase do projeto da RMPA, destacou-se por sua atuação profissional na área, tendo sido organizador de obra dedicada ao desenvolvimento urbano global associado ao clima e outras variáveis relativas ao meio ambiente. Karpe, inclusive, publicou artigos sobre o Brasil em 1990, a partir da colaboração da ONU.³⁵

O planejamento da Região Metropolitana de Porto Alegre/RS apresenta-se, nesses termos, como um caso notável para discussão e introdução à reflexão dos temas que marcaram a agenda do planejamento urbano global e brasileiro na década de 1970. Através de seu estudo, foi possível acompanhar a empiricização de alguns dos princípios emanados pelas políticas públicas de planejamento urbano do período e a circulação de temas em escala transnacional, sem perder de vista as especificidades locais e, notadamente, as contribuições e conflitos próprios a um processo de internacionalização.

Referências

KARPE, Hans; TRINIDADE, Sergio C.(eds.). **Climate and development: climate change and variability and the resulting social, economic and technological implications**. Germany: United Nations, 1990.

³⁴ Consultar: WILSON, Jeffrey K. **The German forest: Nature, identity and the contestation of a national symbol, 1871 - 1914**. Toronto: University of Toronto, 2012.

³⁵ KARPE, Hans; TRINIDADE, Sergio C.(eds.). **Climate and development: climate change and variability and the resulting social, economic and technological implications**. Germany: United Nations, 1990. Acervo Staatsbibliothek zu Berlin.

LÜCKER, Reinhold; Dicker, Arno. **Entwicklung am Rande des Rio dos Sinos-Tals.** Tübinger Beiträge zur geographischen Lateinamerika-Forschung Geograph. Inst. d. Univ., 1987.

MIRANDA, Carla. **Relações internacionais e desenvolvimento local:** uma análise da cooperação técnica Brasil e Alemanha (1987-2003). Dissertação de mestrado, 2004, IREL – UnB. Brasília: IREL, 2004.

REIS, Karina dos Reis. **A Cidade e o Elemento Natural:** o Parque Marinha Do Brasil e as Políticas Públicas do verde em Porto Alegre (1960-1970). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. PUCRS, 2011.

SANTOS, MILTON. **A urbanização brasileira.** 5ª ed. São Paulo: Ed. da USP, 2013.

SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. Do rural ao urbano: demografia, migrações e urbanização (1930-85). IN: GERTZ, René (dir.); GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (coord.) **História Geral do Rio Grande do Sul:** República: da revolução de 1930 a ditadura militar (1930-1985). Passo Fundo: Méritos, 2007.

SOUZA, Célia Ferraz de. Ideias em Circulação Sobre o Planejamento Urbano Integrado no RS na Década de 1960. IN: SOUZA, Celia Ferraz (Org.). **Ideias em circulação na Construção das Cidades.** Porto Alegre, 2014, p. 207-237.

PAISAGEM CULTURAL E PATRIMÔNIO DA IMIGRAÇÃO ALEMÃ NO BRASIL MERIDIONAL: POR UMA FLORESTA DAS MIGRAÇÕES

EDUARDO RELLY³⁶

Resumo: A tutela institucional do patrimônio histórico brasileiro teve início durante a Era Vargas (1930-1945), uma era marcada pela tentativa de definição da nacionalidade brasileira. Até a década de 1970 os bens culturais que foram alvo de proteção patrimonial eram aqueles que perfaziam um roteiro determinado da formação nacional do Brasil; tal caminho era constituído por elementos centrais da história luso-brasileira e excluía as experiências sociais dos imigrantes. Ainda que a noção de patrimônio cultural tenha se deslocado em direção ao conceito de memória social, a atribuição de patrimônio nacional aos bens culturais de imigrantes permaneceu bastante tímida. Neste sentido, destaca-se a aplicação recente do conceito de paisagem cultural como forma de se conceder cidadania patrimonial às experiências de imigrantes no Brasil. Através do critério de peculiaridade paisagística e da integração entre as dimensões da natureza e cultura na definição de patrimônio, a chancela de paisagem cultural se converte num mecanismo eficiente de valoração e tutela de experiências culturais até então negligenciadas. Tomando como referência a chancela do Roteiros Nacionais da Imigração em Santa Catarina, percebemos que a peculiaridade desta paisagem cultural privilegiou os espaços não florestais da paisagem. Desta forma, sugerimos que as florestas sejam nesses espaços historicizadas de modo a garantir e enriquecer a ideia de peculiaridade que envolve o conceito e aplicação de paisagem cultural.

Palavras-chave: paisagem cultural; florestas; peculiaridade; imigração alemã;

Abstract: The institutional tutelage of the Brazilian national heritage began during the “Era Vargas” (1930-1945), an age characterized by attempts to define the Brazilian nationality. Up to the 1970s the cultural goods that were targets of conservation policies were constituted by core elements of Portuguese-Brazilian history and they excluded the social experiences of recent mass migrations to Brazil. Though the designation of cultural heritage had moved towards the notion of social memory, the assignment of national heritage to the immigrants’ cultural goods has remained quite limited. However, the recent application of the concept of cultural landscape has been giving voice to the experience of immigration. Through the criterion of landscape peculiarity and a deeper integration between the dimensions of nature and culture regarding the definition of cultural heritage, the Brazilian cultural landscape seal turned into an efficient mechanism to evaluate wider cultural experiences. Taking as reference the seal Roteiros Nacionais da Imigração em Santa Catarina, we realize that the peculiarity of this cultural landscape privileged non-forested spaces. Thus, we suggest that the forests in these areas should be historicized in

³⁶ Mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Doutorando em História da América Latina pela Universidade Livre de Berlim. E-mail: erelly@hotmail.com

order to keep and enrich the idea of peculiarity, which involves the concept and enforcement of cultural landscape.

Keywords: cultural landscape; forests; peculiarity; German immigration;

Introdução

A imigração de europeus não-ibéricos foi um processo que marcou os dois últimos séculos da história brasileira. No sul do Brasil, particularmente, a imigração maciça de alemães, italianos, poloneses, ucranianos, russos, austríacos, escandinavos, etc., resultou numa paisagem rural e urbana bastante distinta e ainda pouco conhecida pela sociedade nacional. Com efeito, poucos são os espaços de migração que receberam status de patrimônio cultural da nação brasileira e só recentemente se percebeu uma mudança nesta orientação por parte dos órgãos competentes.

Com o restabelecimento da democracia no país nos anos 1980 e a promulgação da Constituição Federal de 1988, o Estado brasileiro se tornou mais receptivo no sentido de perceber suas minorias étnicas enquanto construtoras da nação. Não obstante, a institucionalização da defesa do patrimônio histórico brasileiro coincidiu com um período de flagrante nacionalismo e centralismo administrativo (PANDOLFI, 2003). Gestada num ambiente político internacional caracterizado por discussões sobre a identidade cultural-racial das nações, a política cultural da Era Vargas – chefiada pelo influente ministro Gustavo Capanema - refletiu tal momento e se caracterizou pela opção de uma nacionalidade hegemônica. A discussão de uma nacionalidade brasileira se distanciou por sua vez do diálogo e das contribuições ligadas às tradições culturais dos imigrantes que aportavam no Brasil desde meados do século XIX.

Logo, o patrimônio construído, imaterial e ambiental do sul do Brasil fora largamente preterido em virtude das políticas de nacionalização da era Vargas. Ainda que tal processo não tenha desencadeado a truculência estatal observada frente às instituições escolares que animavam o mundo colonial do Brasil meridional (SEYFERTH, 1997), percebe-se que as expressões da cultura de diversos grupos étnicos foram largamente ignoradas na construção da narrativa da formação nacional.

De modo geral, tal tradição persiste. As inserções dos núcleos de imigração europeia não-ibérica são ainda amplamente minoritárias quando pensadas em relação à monumentalização da história nacional de origem luso-brasileira. A assertiva não é em si surpreendente, pois a rememoração das culturas imigrantes se reveste de um caráter vinculado ao papel das minorias étnicas que compõem o Brasil; a história das imigrações europeias não-ibéricas é ainda vista e sentida como uma história particular, *sui generis*, do país. Por outro lado, ela igualmente evidencia o substrato cultural e os compromissos políticos da época de formação das políticas de patrimônio entre os anos 1930 e 1940. Recentemente, entretanto, bens culturais associados às imigrações vêm conquistando espaço na seara do patrimônio cultural brasileiro (PAIVA, 2015).

Neste trabalho nos reportaremos especificamente ao patrimônio cultural da imigração alemã no Brasil. Tomaremos igualmente uma posição de repensar as fronteiras entre natureza e cultura nesse caso particular. Deste modo, objetivamos contribuir à integração de uma agenda de sustentabilidade para a defesa do patrimônio cultural e sua ampliação semântica. Proporemos igualmente uma categoria adicional de valorização da peculiaridade das paisagens culturais oriundas do processo migratório germânico ao Brasil: as florestas da imigração.

O patrimônio cultural da imigração alemã no Brasil meridional

A pouca representatividade da experiência social alemã no mapa do patrimônio cultural nacional eclipsou aspectos relevantes dos processos de negociação social existentes entre a Alemanha e o Brasil. Como efeito de tais posturas, a escassa proteção do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) aos bens culturais originados da imigração alemã contribuiu para o relativo desconhecimento das culturas teuto-brasileiras nas demais regiões do país. Os órgãos de proteção dos estados buscam suprir as lacunas criadas pelas políticas de preservação em âmbito nacional, porém as suas limitações financeiras e mesmo a competência de atuação dos órgãos envolvidos limitam a fruição e divulgação deste patrimônio ao âmbito regional.

Mesmo assim, nos locais onde a cultura teuto-brasileira foi patrimonializada pelo IPHAN, os bens culturais protegidos geralmente se encaixam nas categorias de patrimônio edificado e há sobretudo uma ênfase no espaço urbano. Do ponto de vista do patrimônio intangível, não há ainda nenhum bem cultural individual registrado que verse sobre a experiência cultural de alemães no Brasil³⁷; ademais, as imigrações do século XIX ainda não produziram qualquer registro individual por parte do IPHAN em termos de patrimônio imaterial.

No Rio Grande do Sul, o patrimônio da imigração alemã encontra-se majoritariamente protegido e divulgado por meio de ordenações e instituições municipais (museus, centros culturais, casas de cultura, etc.). No entanto, há também edifícios tombados por órgãos mais amplos de defesa e regularização do patrimônio cultural como o IPHAE (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual) e o próprio IPHAN. Pelo IPHAE encontram-se tombados, por exemplo, a Antiga Igreja Matriz de Ivoti, a Igreja Matriz de São Miguel de Dois Irmãos; pelo IPHAN, destacam-se o Museu Comunitário Casa Schmitt Presser – a primeira construção em enxaimel a ser tombada em nível federal no Brasil (1986) - em Novo Hamburgo e a Ponte do Imperador³⁸ em Ivoti (DHEIN, 2012).

Um fenômeno particular se desenvolveu no Rio Grande do Sul em relação à divulgação de uma ideia bastante controvertida de cultura teuto-brasileira: o turismo na Serra Gaúcha, centrado na cidade de Gramado, Canela e Nova Petrópolis. O *boom* turístico desta região foi apoiado por um projeto iniciado nos anos de 1990, que é conhecido popularmente como “Rota Romântica”. Comandado pela Associação Rota Romântica (ARR) que congrega 14 municípios gaúchos, a ARR coordena os mais exitosos projetos turísticos do estado do Rio Grande do Sul. Seu principal produto é, no entanto, vender antes uma pretensa experiência alemã no Brasil do que verdadeiramente promover uma incursão rumo à diversidade das culturas

³⁷ Na chancela do projeto “Roteiros Nacionais da Imigração em Santa Catarina” há entretanto bens imateriais registrados, ainda que dispersos no conceito integrador de paisagem cultural.

³⁸ A Ponte do Imperador em Ivoti está imersa numa paisagem colonial teuto-brasileira, porém o critério de seu tombamento não se refere diretamente a um processo histórico advindo da imigração alemã.

teuto-brasileiras. É válido de nota que a inspiração para a criação da ARR fora justamente a *Romantische Straße* existente na Alemanha; tal circuito turístico cobre regiões que, todavia, não participaram ativamente dos processos migratórios que se destinaram ao Brasil a partir do século XIX.

No Paraná, assim como no Rio Grande do Sul, a expressão e proteção do patrimônio cultural de imigrantes se concentra basicamente em iniciativas do governo estadual e nas administrações municipais. Nesse sentido, há uma ênfase sobretudo na consideração das experiências polonesa, russa e ucraniana no conjunto de bens destinados à preservação. Destacam-se assim a Igreja do Arcanjo Miguel em Mallet, a Casa do Cavalo Baio em Araucária, a Igreja de São Josafat em Prudentópolis e a Igreja Imaculada Conceição em Antônio Olinto. Por outro lado, as tentativas de tombamento federal de alguns exemplares arquitetônicos oriundos das imigrações polonesa e ucraniana falharam e foram indeferidas. O Conjunto de Residências construídas por imigrantes poloneses no Bosque João Paulo II em Curitiba, é um exemplo disso; corre, entretanto, desde 2011 no IPHAN, em regime de instrução, a candidatura do bem Igrejas Ucranianas do Paraná. Logo, a situação do Paraná é bastante semelhante às condições observadas no Rio Grande do Sul, com a flagrante diferença de que no Paraná a imigração alemã não foi tematizada com igual intensidade em comparação às imigrações de russos (ainda que muitos deles fossem falantes de dialetos alemães), ucranianos e poloneses.

Em Santa Catarina é possível divisar uma situação sensivelmente diferente. Neste estado, o patrimônio da imigração – e muito especialmente o da imigração alemã - logrou ser recentemente incorporado ao domínio do patrimônio cultural brasileiro. Em 2011, através da chancela do projeto “Roteiros Nacionais da Imigração em Santa Catarina” pelo IPHAN, os bens culturais relacionados aos desenvolvimentos das imigrações no Brasil foram alçados a novos patamares de proteção, responsabilidade e comunicação (WEISSHEIMER E VIEIRA FILHO, 2011).

Por meio da chancela do projeto “Roteiros da Imigração” originou-se uma experiência inovadora no conjunto da história da defesa e proteção do

patrimônio cultural brasileiro. Um marco regulatório e administrativo complementar ao tombamento também foi erigido e a ideia de paisagem cultural e peculiaridade informam as especificidades do sítio e sinalizam a intervenção das autoridades. Todavia, o expediente da chancela tem servido mais para erigir uma cadeia de responsabilidades entre diferentes atores públicos e privados do que para estabelecer uma fórmula original de tombamento. De acordo com Weissheimer (2012, p 3), a ideia de paisagem cultural passou a ser definida - administrativamente através da portaria do IPHAN 127/2009 - como “uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores”.

Sob outro aspecto, é interessante notar que a paisagem cultural abrangida no projeto Roteiros da Imigração compreende em grande parte as áreas rurais dos municípios afetados³⁹ (IPHAN, 2011). Até então, a proteção e promoção do patrimônio cultural atinente à imigração alemã havia se concentrado em áreas urbanas já estabelecidas ao tempo da chegada dos imigrantes ou em assentamentos convertidos posteriormente em cidades. Isto conota uma dificuldade de adaptação dos mecanismos de proteção do patrimônio cultural aos contextos rurais e a emergência do conceito de paisagem cultural parece refletir esta especificidade.

Em Santa Catarina houve, portanto, a iniciativa de se promover definitivamente as experiências das migrações dos séculos XIX e XX na constelação nacional do patrimônio cultural. Ademais, o estado de Santa Catarina através da Fundação Catarinense de Cultura possui em seu livro tomo uma importante série de bens oriundos das experiências de imigrantes em seu território. Salta aos olhos, porém, o empenho da sucursal catarinense do IPHAN em propor o debate acerca da necessidade de inclusão de uma agenda ainda mais plural da história brasileira; e que

³⁹ A área compreendida no Roteiros Nacionais da Imigração em Santa Catarina é relativamente extensa. Destacam-se os municípios de Ascurra, Indaial, Timbó, Rodeio, Benedito Novo, Pomerode, Rio dos Cedros, Blumenau, Jaraguá do Sul, Joinville, São Bento do Sul, Guabiruba, Orleans, Urussanga, Nova Veneza, entre outros. Estes municípios partilham um passado comum de imigração e entre eles há diferenças étnicas, linguísticas e religiosas marcantes. Em geral, alemães, italianos, poloneses, austro-húngaros e russos ocuparam este território a partir da fundação das primeiras colônias no Vale do Itajaí por volta de 1850 (IPHAN, 2011).

ela pudesse encontrar expressão por meio de políticas de preservação do patrimônio cultural em nível federal.

Este curto panorama das estratégias de conservação e de operacionalização do patrimônio cultural no Brasil meridional serviu para que tenhamos uma ideia das linhas de ação que informam as políticas de preservação na região. Ainda que o tempo recente tenha contribuído para uma ideia mais plural da experiência social brasileira e que a tradução desta sensibilidade tenha se materializado em ações concretas de preservação, é flagrante a marginalidade das culturas imigrantes no bojo do patrimônio cultural nacional. Ainda que Fonseca (2005) tenha alertado sobre a diversidade de opiniões e posturas na história institucional da tutela do patrimônio cultural brasileiro, e tenha por isso contestado a assertiva de que as políticas públicas da era Vargas (1930-1945) e da ditadura militar (1964-1985) não eram necessariamente nacionalistas e monolíticas, cremos que ainda existem suficientes razões para um aprofundamento dos significados da brasilidade em suas mais variadas e heterogêneas expressões. O patrimônio é um campo de disputas e as culturas imigrantes devem nele se engajar para se fazerem representadas e dialogarem como parte integrante da história e sociedade brasileiras.

As florestas da imigração alemã: peculiaridade e o *Urwald*

Florestas: múltiplas competências de preservação e paisagem cultural

As florestas são elementos da paisagem que quando protegidas tradicionalmente se encaixavam dentro dos limites de atuação dos antecessores institucionais do atual Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Eles eram sobretudo ligados à tutela do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, que, por sua vez, era subordinado ao Ministério da Agricultura (FRANCO E DRUMMOND, 2009). Administrativamente, as responsabilidades de proteção florestal foram adquirindo tonalidades oriundas das discussões envolvendo o ambientalismo; após 1985, a gestão florestal no Brasil passou a ser deslocada para Secretarias Especiais e institutos de preservação, que

acabaram por fim culminando no Ministério do Meio Ambiente e seus respectivos braços.

De toda a forma, os elementos naturais da paisagem eram incorporados à supervisão do IPHAN somente quando preenchiam de algum modo os critérios de tombamento. É o caso, por exemplo do Parque Nacional da Tijuca, tombado em 1966. Não obstante, as florestas e formações naturais entravam sob tutela estatal normalmente sob a rubrica de parques nacionais.

A incorporação do conceito de paisagem cultural no manejo administrativo de bens culturais no Brasil veio a complementar de algum modo as medidas de proteção aos entes florestais e paisagens anexas. Cabe destacar que a elevação em 2012 do conjunto “Rio de Janeiro: paisagens cariocas entre a montanha e o mar” em paisagem cultural Unesco compreende a floresta urbana da Tijuca e estabelece medidas correlatas de preservação e manejo. As florestas que integram paisagens culturais são, portanto, alvos de medidas de proteção partilhadas entre diferentes entes administrativos. Isto é particularmente visível através da lista dos bens relacionados pela Unesco como paisagens culturais. De 1986 até 2014, das 89 inscrições registradas como paisagem cultural, 52 delas possuem elementos florestais em sua definição (CHIURATTO, 2015). Neste sentido, analisaremos agora a avaliação da peculiaridade das florestas no caso específico da primeira paisagem cultural brasileira chancelada pelo IPHAN no estado de Santa Catarina.

“Roteiros Nacionais da Imigração em Santa Catarina” e a floresta como elemento de paisagem

O processo que culminou com a chancela do projeto “Roteiros Nacionais da Imigração em Santa Catarina” como paisagem cultural brasileira emprestou novas possibilidades para a defesa da mais original forma de ocupação territorial advinda da experiência alemã no Brasil: o ambiente de picadas em meio à Mata Atlântica do sul do Brasil.

As paisagens formadas pelos assentamentos rurais teuto-brasileiros possuem diferentes objetos distintivos ou “rugosidades” como preferia

Milton Santos (1978, p. 138). Na chancela da paisagem cultural dos “Roteiros Nacionais da Imigração em Santa Catarina”, houve uma ênfase sobretudo na expressão paisagística da terra arável, campos, configurações e edifícios urbanos e assentamentos rurais domiciliares e comerciais. No dossiê de tombamento, a floresta não foi referida como um capítulo *sui generis* do processo de construção de paisagem, ainda que houvesse menções às recorrentes cumeadas florestadas que fazem os limites dos fundos dos lotes coloniais; é justo também mencionar que houve uma seção destinada ao uso da madeira (IPHAN, 2011). A floresta é sim parte da paisagem descrita e catalogada, porém parece estar em plena desvantagem diante da importância e peculiaridade das demais rugosidades da paisagem.

O elemento norteador da caracterização institucional de uma paisagem cultural é a peculiaridade inscrita na mesma (NASCIMENTO e SCIFONI, 2010). Esta peculiaridade está ligada contundentemente a uma perspectiva de memória social dos grupos que habitam determinados territórios. Como podemos observar em cartas de imigrantes, documentações administrativas e relatos de viajantes, a Mata Atlântica sulina fora até a fundação das colônias de imigrantes a rugosidade mais notada, percebida, admirada e lamentada por diversos atores sociais que participaram do empreendimento colonizador imigrantista (BUBLITZ, 2014). Em suma, a floresta dos imigrantes - e aqui em especial a floresta teuto-brasileira, também conhecida como *Urwald*⁴⁰ - precisa ter sua cidadania patrimonial elevada no sentido de ter contribuído para a formação de uma paisagem específica e peculiar.

As colônias rurais teuto-brasileiras tiveram – do Espírito Santo ao Rio Grande do Sul – de ser arrancadas das florestas. A história da colonização teuto-brasileira é necessariamente uma história de conversão de paisagens. Ademais, as paisagens ora observadas em muitos confins teuto-brasileiros são testemunhas de uma degradação ecológica ainda sem precedentes no sul do país (BUBLITZ E CORREA, 2006). Embora o êxodo rural e o envelhecimento da população do campo tenham dado fôlego à

⁴⁰ *Urwald* significa algo como floresta primitiva, pristina. Tradução do autor.

regeneração florestal em tempos recentes, as florestas apresentam muitos problemas de desenvolvimento e poucos são os espaços onde atitudes coordenadas orientam a formação de maciços florestais mais vastos. A fragmentação e a ausência de corredores ecológicos marcam a configuração florestal das regiões teuto-brasileiras.

A peculiaridade da floresta teuto-brasileira nos potencializa a pensar uma paisagem de ausência, mesmo de perda; pois a paisagem como um artefato dinâmico e inteligível deve também registrar sua historicidade e transformações. Ademais, os paradigmas contemporâneos de sustentabilidade face à devastação das florestas meridionais do Brasil obrigam a repensar o fio do desenvolvimento regional e a problematizar todos os outros projetos socioambientais – refiro-me principalmente ao extrativismo de erva-mate e ao manejo agroflorestal das comunidades indígenas e caboclas (ZARTH, 2012) - que acabaram sendo superados pelo projeto colonizador imigrante. Os remanescentes florestais por sua vez criam elos com o passado e providenciam necessidades do presente, exemplificadas através de serviços ambientais indispensáveis para a qualidade de vida dos cidadãos. A peculiaridade da ausência e os compromissos daí resultantes com os remanescentes florestais se conformam ao apelo de Warren Dean (1996) quando ele sugeriu a inserção da história da Mata Atlântica como ferramenta pedagógica indispensável para a sociedade brasileira.

Não obstante, a perda da floresta do Brasil meridional foi um processo ocorrido em grande parte pelas mãos de colonos de diversas origens e por atores variados como empreendedores nacionais e estrangeiros, governos, religiosos e personalidades do mundo científico e cultural. Cada colônia apresentava – em maior ou menor medida – flagrante heterogeneidade cultural. No caso das colônias teuto-brasileiras, o tema silvestre se traduziu em torno da ideia de *Urwald*, uma floresta selvagem, inóspita, insalubre, infernal, mas ao mesmo tempo bela e fascinante. Essa dualidade de significados não se restringiu somente ao território nacional e o discurso de *Urwald* pode ser encarado como um constructo cultural de dimensões transnacionais. Na Alemanha do século

XIX, por exemplo, houve toda uma literatura para se falar do Brasil e o tema do *Urwald* era extremamente recorrente (NEUMANN, 2005). As florestas da África e da Ásia também foram categorizadas desta maneira e o discurso de *wilderness* se interpôs como uma das mais eficientes categorias de distinção entre a Europa e o mundo tropical (KUNDRUS, 2003). Neste sentido, as paisagens teuto-brasileiras são tributárias de um discurso de domesticação global da natureza; logo, trata-se não somente de um patrimônio adstrito à sociedade brasileira.

Sugerimos, portanto, uma paisagem que venha a dialogar com a sociedade contemporânea. Onde ela experimente os dilemas dos projetos sociais do passado e as suas consequências no presente. A ideia de ambientalismo e de consciência ambiental é historicamente recente, mas ela vem mudando a forma como entendemos o papel da comunidade humana no mundo. As paisagens culturais da imigração alemã devem por isso também contar a história trágica do *Urwald*. E assim, talvez, uma consciência histórica e ambiental do desenvolvimento brasileiro possa ser erigida; ademais, a peculiaridade da floresta teuto-brasileira enquanto paisagem cultural pode servir como ferramenta complementar de preservação do meio ambiente.

Conclusão

A institucionalização dos órgãos de defesa e gestão do patrimônio cultural brasileiro no período nacionalista da Era Vargas deixou marcas permanentes. Um dos aspectos mais notáveis da atuação do IPHAN e de seus antecessores institucionais foi a negligência aos bens culturais advindos das migrações em massa que atingiram o Brasil entre os séculos XIX e XX. Este vício de origem nacionalista vem sendo desconstruído desde a década de 1970, porém o mapa do patrimônio cultural brasileiro ainda é tímido no que se refere à proteção dos bens culturais de imigrantes.

Neste sentido, é salutar observar o acolhimento recente das noções de paisagem cultural no Brasil. E é sob este conceito que se promoveu em 2011 a chancela dos “Roteiros Nacionais da Imigração” de Santa Catarina

à constelação do patrimônio cultural brasileiro. A chancela desse projeto pelo IPHAN significou um desenvolvimento conceitual de patrimônio cultural que agregou, de uma só vez, elementos da cultura, natureza e memória social numa unidade paisagística. Esta visão de patrimônio se afasta dos critérios de monumentalidade e excepcionalidade que viriam a caracterizar os tombamentos realizados até por volta da metade da década de 1970; o critério transversal de formação da nacionalidade também se tornou mais heterodoxo e plural. Ademais, o instrumento de chancela de paisagem cultural permitiu maior flexibilidade em se perceber os espaços rurais como dignos de tutela patrimonial.

A chancela de paisagem cultural instituída pela portaria 127/2009 do IPHAN entende que a reivindicação de um conjunto paisagístico no sentido de se tornar uma paisagem cultural demarcada, passa pela demonstração de peculiaridade, de distintividade de um determinado território. Através do dossiê da chancela de paisagem cultural empregado para fundamentar e justificar os “Roteiros Nacionais de Imigração” em Santa Catarina, as peculiaridades paisagísticas têm uma ênfase nos elementos não-florestais da paisagem, ainda que a Mata Atlântica fosse à época da colonização destes territórios predominante no sentido de sua caracterização.

Por isto propomos que a peculiaridade das paisagens produzidas pelos assentamentos rurais de imigrantes no Brasil meridional – e enfatizamos as paisagens produzidas pelos imigrantes alemães – levem em consideração a conversão paisagística das colônias e que se aderece as devastações ecológicas ocorridas neste espaço como elementos da paisagem. E assim, as paisagens rurais podem ser problematizadas em função do paradigma de sustentabilidade, unindo de modo concreto o conteúdo programático inerente ao conceito de paisagem cultural: a integração da natureza e da cultura como expressão de patrimônio cultural.

Referências

BUBLITZ, Juliana. Os significados da floresta: elementos para uma história ambiental da colonização alemã no Rio Grande do Sul. In: PEREIRA,

Elenita Malta et al (Orgs.). **História ambiental do Rio Grande do Sul**. Lajeado: Editora Univates, p. 83-100, 2014.

BUBLITZ, Juliana; CORREA, Silvio Marcus de Souza. **Terra de promessa**: uma introdução à eco-História da colonização do Rio Grande do Sul. Santa Cruz: Edunisc; Passo Fundo: UPF Editora, 2006.

CHIURATTO, Agnes Helena. **Paisagem cultural e a experiência urbana latino-americana Buenos Aires/Rio de Janeiro**. São Paulo: Dissertação de Mestrado (FAUUSP) – USP, 2015.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo**: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DHEIN, Cíntia Elisa. **A interpretação patrimonial da imigração alemã para o turismo na rota romântica RS/BR**. Caxias do Sul: Dissertação de mestrado (Programa de pós-graduação em Turismo) – UCS, 2012.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: Trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

FRANCO, José Luís de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. **Proteção à natureza e identidade nacional no Brasil, anos 1920 - 1940**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009.

IPHAN. **Roteiros Nacionais de Imigração**: Santa Catarina: o patrimônio do imigrante. Florianópolis: 11ª. Superintendência Regional do Iphan-SC, 2011.

KUNDRUS, Birthe. **Moderne Imperialisten**: das Kaiserreich im Spiegel seiner Kolonien. Colônia: Böhlau, 2003.

NASCIMENTO, Flávia Brito; SCIFONI, Simone. A paisagem cultural como novo paradigma para a proteção: a experiência do Vale do Ribeira- SP. **Revista CPC**, v. 1, n. 10, p. 29–48, 2010.

NEUMANN, Gerson Roberto. **Brasilien ist nicht weit von hier!**: die Thematik der deutschen Auswanderung nach Brasilien in der deutschen Literatur im 19. Jahrhundert (1800 - 1871). Frankfurt no Meno: Lang, 2005.

OLIVEIRA, Suzana Vielitz. **Os planos diretores e as ações de preservação de Patrimônio edificado em Novo Hamburgo**. Porto Alegre: Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - UFRGS, 2009.

PAIVA, Odair da Cruz. Imigração, patrimônio cultural e turismo no Brasil. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 23, n. 2, p. 211–237, 2015.

PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge Luís (Org.). **O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 15-37, 2003.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Hucitec, 1978.

SEYFERTH, Giralda. A assimilação dos imigrantes como questão nacional. **Mana**, v. 3, n. 1, p. 95–131, 1997.

VIEIRA, Dalmo; WEISSHEIMER, Maria Regina. **Roteiros nacionais de imigração**. Florianópolis: 11^a. Superintendência Regional do Iphan-SC, 2011. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/publicacoes/lista?categoria=&busca=Roteiros+nacionais+de+imigra%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em: 04 set. 2015.

WEISSHEIMER, Maria Regina. Paisagem cultural brasileira: do conceito à prática. **Fórum Patrimônio: Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável**, v. 5, n. 2, 2012. Disponível em: <<http://www.forumpatrimonio.com.br/seer/index.php/forumpatrimonio/article/download/116/103>>. Acesso em: 06. Set. 2015.

ZARTH, Paulo. Agricultura e impactos ambientais no planalto do Rio Grande do Sul. In: KLUG, João; NODARI, Eunice Soeli. **História ambiental e migrações**. São Leopoldo: Oikos, p. 54-76, 2012.

CONJUGANDO TEMPO, MEMÓRIA E VELHICE NO FILME “HISTÓRIAS QUE SÓ EXISTEM QUANDO LEMBRADAS”

ELIANE JOST BLESSMANN⁴¹
LUCAS GRAEFF⁴²

Resumo: Este artigo desenvolve uma reflexão sobre a inter-relação entre tempo, memória e velhice no filme “Histórias que só existem quando lembradas”(2011), uma trama rica em elementos que possibilitam pensar o drama de pequenas cidades esquecidas por causa do fim das monoculturas e as situações que daí advém. As histórias podem ficar perdidas na memória, ou nos relatos que deixam de existir quando não registrados e desaparecem com seus depoentes. E é mais grave, quando se trata de lugares inteiros que podem deixar de existir. Tendo o filme como recurso audiovisual gerador de discursos e reflexões, tempo, memória e velhice passam a constituir as categorias de análise para o desenvolvimento do trabalho. Todo o simbolismo presente no filme remete a temporalidade da existência e a permanência do lugar que somente na memória poderá continuar a existir.

Palavras-chave: tempo; memória; velhice; histórias; filme.

Abstract: This article develops a reflection on the interrelationship between time, memory and old age in the movie “Stories that only exist when remembered” (2011), a rich plot elements that make it possible to think the drama of small towns because of the end of monocultures and situations that arises from this. Stories can be lost in memory, or on reports that cease to exist when unregistered and disappear with their deponents. It is more serious when it comes to whole places that can cease to exist. Having the film as audiovisual resource generator speeches and reflections, time, memory and old age begin to constitute categories of analysis for the development of work. All this symbolism in fime refers the temporality of existence and permanence of the place only in memory can continue to exist.

Keywords: time; memory; old age; stories; movie

Introdução

Este artigo desenvolve uma reflexão sobre a inter-relação entre tempo, memória e velhice no filme “Histórias que só existem quando lembradas” (2011). Em linhas gerais, propõe-se que a obra remete à temporalidade da existência e à persistência de um lugar imaginado por meio do trabalho da memória e das tensões entre o tradicional e o novo.

⁴¹ Mestre em Ciências do Movimento Humano. Assistente Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/RS, Brasil). E-mail: eliane.blessmann@gmail.com

⁴² Doutor em Etnologia e Sociologia Comparada pela Universidade de Paris 5 – Sorbonne. Professor do curso de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais do Unilasalle (Canoas/RS). E-mail: lucas.graeff@unilasalle.edu.br

Para dar conta dessa proposta, o texto organiza-se em quatro tempos: de início, a trama do filme é resumida; em seguida, aborda-se o tempo por meio de metáforas como o relógio e os ciclos das noites e dias que ritmam o cotidiano da cidade em que as histórias se passam; o terceiro tempo versa sobre a memória, em particular no que se refere à sua dimensão coletiva e tradicional; por fim, a seção envelhecimento encerra a reflexão destacando as relações entre corpo, existência e morte.

A trama

“Histórias que só existem quando lembradas”, é uma trama rica em elementos que possibilitam pensar o tempo, a memória e a velhice. Dirigido pela jovem cineasta Julia Murat (2011), o filme foi selecionado para o Festival de Veneza, Toronto, San Sebastian e Rotterdam e vencedor de mais de 25 prêmios internacionais. Por si, o título inspira diversos textos. As histórias podem ficar perdidas na memória, ou nos relatos que deixam de existir quando não registrados e desaparecem com seus depoentes. E o que dizer da poesia do esquecimento, ao tratar de uma vila esquecida, onde os moradores se esqueceram até de morrer e onde a rotina não muda?

A trama se desenrola na decadente Jotuomba, vila fictícia localizada no outrora próspero Vale do Paraíba no interior do Rio de Janeiro, intimamente ligado ao ciclo do café. A partir dos anos 1930 as ricas fazendas de café foram à falência e Jotuomba inscreve-se nesse tempo pós-opulência, tornou-se um pedaço ressecado de terra à margem do que foi uma ferrovia, habitada somente por um punhado de anciãos. Um lugar fantasma que parece parado no tempo. É nesse cenário que os personagens tecem enredos de sua história.

Desde a primeira cena do filme salienta-se a natureza repetitiva do cotidiano daqueles indivíduos. Toda madrugada Madalena acorda para fazer pães ainda com a luz de um lampião. Quando termina a atividade, ela os leva para a venda de Antonio. Caminha sobre os trilhos onde o espectador avista um vagão de trem abandonado. Madalena e Antonio discutem todos os dias como o pão deve ser exposto na prateleira. Enquanto isso ele prepara o café, moído e passado na hora. Depois é hora

de tomar o café juntos, sentados à frente do armazém; em seguida vão a missa e almoçam com todos os moradores reunidos, até a hora de ir para casa. A vida segue seu rumo de um modo praticamente automático.

Essa rotina é quebrada com a chegada de Rita, uma jovem fotógrafa. Ela se hospeda na casa de Madalena e passa a acompanhar sua rotina. As duas desenvolvem uma estranha e afetuosa relação. Rita ouve música com seu *ipod* e tira fotografias com sua câmera digital. Ela simboliza a modernidade e a tecnologia. Sua atitude destoa das características arcaicas do vilarejo.

Na sua chegada, cada morador olha para a moça com expressões incrivelmente sensíveis. Há um misto de curiosidade, de incompreensão, incômodo e ao mesmo tempo, de felicidade por alguém ainda vir conferir que eles existem. Tudo gira em torno dessa tensão entre o velho e o novo, o residente e o estrangeiro.

É a ideia de que Jotuomba é um vilarejo que “parou no tempo”, habitado somente por pessoas idosas, vivendo uma rotina em comum, que inspirou a reflexão a partir das categorias tempo, memória e velhice, entrelaçadas na trama.

O tempo

O relógio parado e esquecido na prateleira mostra que a rotina é marcada pelo amanhecer e entardecer, o nascer e o pôr do sol e pelo sino da igreja. Tudo se passa como se as noções de tempo estivessem ligadas apenas aos ciclos naturais ou das necessidades tangíveis, semelhante aos grupos humanos que, outrora, puderam viver sem relógios e sem calendário conforme apontou Elias (1998). Os instrumentos de medição do tempo não são utilizados. É o espaço social que define o ritmo de vida e ali está impressa uma cadeia de temporalidades socialmente definida. Se cada um fosse viver a sua própria temporalidade, isto prejudicaria a convivência. Assim, a presença de Rita na cidade dá o tom de uma novidade, uma metarreflexão: ela pergunta qual é a hora da missa. Madalena estranha, mas responde prontamente “noite e dia que importa”.

No filme, o tempo é, sobretudo, social no sentido em que é concebido por Durkheim (1996). É um tempo “comum” ao grupo. Os ritmos

são coletivos porque as atividades também o são. Segundo Mourão (2016) isso é fundamental para a constituição do tempo social. No caso particular de Jotuomba, a igreja exerce um papel fundamental de regulação temporal e de orientação aos espaços de sociabilização.

O passado que só existe nas lembranças de cada um, se sobressaem na trama com a chegada da jovem fotógrafa. Ainda antes de os moradores terem conhecimento da chegada da jovem ao vilarejo, D. Madalena (a padeira) pergunta ao dono do bar (Seu Antonio) o que ele acha dos jovens. Após um breve silêncio ele diz “o meu mais velho morreu debaixo de um trator; outro morreu em Paraíba, afogado, e o terceiro, em Volta Redonda, matado”. Falava de seus filhos que tinham saído do vilarejo. Em outra ocasião, em um diálogo com a jovem sobre fotografia, Madalena exclamou “tirar retrato” e revelou que perdeu seu filho com um ano de idade por causa de uma fotografia. Outro morador diz que a namorada morreu com 18 anos de idade. São episódios do passado que preferem deixar de lado numa verdadeira política do esquecimento. Reportando a Pollak (1989), mesmo em não se tratando de memória nacional, é possível denominar essas memórias de “subterrâneas” que prosseguem no silêncio e afloram em momentos de crise em sobressaltos. Parafraseando Pollak: a chegada da jovem parece ser a razão para romper o silêncio, no momento em que as testemunhas sabem que vão desaparecer e querem inscrever suas lembranças contra o esquecimento de suas histórias de vida.

Para Ades (1990) o tempo não é uma dimensão fria, de pura constatação; permeia-se de desejos e afetos. A duração contém os momentos disponíveis para o fazer, aponta para um futuro que se carrega de medos e esperanças; recua ao passado, que a memória veste das cores da saudade ou da rejeição. “A duração é expectativa e é tédio” (p. 12). Os idosos de Jotuomba vivem o presente que é a vida em comunidade, portando suas memórias e com diferentes expectativas implicando na vivência subjetiva do tempo. Para D. Antônia a expectativa é a morte, já Seu Antônio não está infeliz o suficiente para querer morrer, conforme declarou.

Memória

A abordagem que melhor se apresenta para a memória neste caso é a perspectiva de memória coletiva de Halbwachs (1990). Memória que tira sua força e duração do fato de ter por suporte o grupo, lembranças comuns que se apoiam umas sobre as outras. Para o autor a memória coletiva é uma corrente de pensamento contínuo que retém do passado somente aquilo que está vivo na consciência do grupo que a mantém (p. 81) e é neste sentido que se pode voltar ao filme e abstrair a sua mensagem. Quem contará a história deste lugar se a memória de uma sociedade (no caso de uma comunidade) quando o grupo que dela guarda a lembrança desaparecer?

Cada grupo definido localmente, para Halbwachs, tem sua memória própria e uma representação do tempo que é só dele. Não havendo mais o grupo que participou dos acontecimentos e que suportou as conseqüências, o único meio de salvar tais lembranças é fixá-las por escrito, uma vez que palavras e pensamentos morrem, mas os escritos permanecem. D. Madalena escrevia, diariamente, cartas ao marido falecido. Cartas que não eram enviadas, mas sim guardadas em uma caixa. Mas o que continham estas cartas?

A jovem fotógrafa corresponde a introdução de um novo elemento no grupo, incompatível com seu passado, que terá uma memória própria, onde subsistirá apenas uma lembrança incompleta e confusa da história deste grupo que precedeu a sua chegada.

O lugar, Jotuomba, recebeu a marca do grupo e vice-versa. Ou seja, o grupo marcou o lugar e foi por ele marcado, imprimindo cadeias temporais que lhe são próprias. Uma cadeia de temporalidade socialmente definida para viver naquele local, pois de acordo com Barros Filho (2015) é nos espaços sociais que são definidos ritmos de vida. Há um estranhamento e uma tendência a deslegitimar a cadeia temporal e o ritmo desse local, uma vez que não corresponde às cadeias temporais da maioria das cidades atualmente marcadas pela agitação.

Envelhecimento

O envelhecimento traz consigo a idéia da passagem do tempo marcada no corpo e a certeza da finitude.

A condição temporal, que é a aparência, foi expressa de forma poética por Gebara:

Envelhecer é perceber esse passar da vida, constante e intenso, como se a gente pudesse se olhar no espelho e, em um minuto, ver a metamorfose do mesmo rosto desfilando sucessivamente diante dos próprios olhos, transformando-se gradativamente de jovem para velho. (1991, p. 109).

A cena de Madalena diante do espelho comporta a estranheza diante da realidade da velhice conforme acima retratada. Mas esta não é a única realidade da velhice, ela comporta a proximidade da morte. A vida é antes de mais nada uma trajetória que é finita, isto é, temporalmente definida. A vida é o próprio passar do tempo em cada um.

A idéia da morte, a consciência da finitude é presente no filme. É simbolizada na memória de Madalena, na chave do cemitério, no brinde, na fotografia e, principalmente, na forma como ela é anunciada. Madalena é ligada à memória de seu marido morto, que está enterrado no único cemitério local, hoje trancado. Na parede da igreja, anexa ao cemitério, os moradores pararam de registrar os nomes dos mortos. Há muito tempo que ninguém morre nesse vilarejo. Antonio explica que ali “a gente esquece de morrer”.

Conversando, Madalena revela para o Seu Antonio que tem medo de morrer e pergunta por que ele não morre também. Ele responde dizendo que não terá ninguém para fazer o café e também que não está infeliz o suficiente. Desta forma, a morte parece poder ser decidida. Seu Antônio não julga estar pronto para morrer, como se pudesse decidir. Em outro momento, em um brinde, é dito por Seu Antonio: “a gente só morre quando chega a hora, ninguém morre de véspera”. Mas a morte representa o limite externo de nossas possibilidades e não de nossa própria escolha. Assim como não podemos fugir da certeza da morte, pois a vida é temporal, também não cabe a nós definirmos quando morrer.

E então, a morte é anunciada no vilarejo. Há toda uma preparação de Madalena para a sua morte. Quando a jovem anuncia a sua partida ela pede que permaneça por mais uns dias. Rele as cartas que escreveu a seu marido, ensina a jovem a fazer o pão como quem prepara sua sucessora, pousa para a fotografia como gostaria, sem o lenço na cabeça para não rirem dela, conta sua história para a jovem, casou jovem, perdeu o filho de 1 ano por causa de um retrato e, por fim, entrega-lhe a chave.

O cemitério é aberto; morre Madalena. A presença da jovem acena para a possibilidade de continuidade.

Ao preparar-se para partir a jovem é surpreendida pelo grupo de idosos que pedem para ela ficar. “Quem vai fazer o pão?”

Considerações finais

O embate entre passado, presente e futuro materializa-se na questão da memória, já apontado no título, pois as histórias quando deixam de ser contadas, deixam de existir.

O que é “passado”, “presente” e “futuro” depende das gerações vivas do momento, diz Elias (p. 63), e este lugar não tem futuro, uma vez que sua população está sujeita a se extinguir. Vivem uma rotina semelhante a dos idosos institucionalizados pesquisados por Zaidan (2010), onde para eles não há projeção do tempo futuro, apenas a “espera do tempo chegar” como lhes disseram – o tempo de morrer.

O lugar se apresenta como vítima de negligência, ou seja, descaso e abandono. Seus moradores são todos velhos e com uma certeza, a de que viver é viver uma trajetória finita, uma temporalidade definida. A esperança de continuidade é depositada na jovem que ninguém sabia o que lá fora fazer. Todo o simbolismo presente no filme remete a temporalidade da existência e a permanência do lugar que somente na memória poderá continuar a existir.

Referências:

ADES, César. A experiência psicológica da duração. In: **Estudos sobre o tempo**: os tempos biológico, psicológico e social. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. Julho de 1990. Disponível em:

<<http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/estudo-sobre-o-tempo-os-tempos-biologico-psicologico-e-social>>. Acesso em 19/07/2016.

BARROS FILHO, Clovis de. **A concepção de tempo em Agostinho**. Publicado em 06 de novembro de 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5p10dlpU_sg>. Acesso em: 30/08/2016.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas: Magia e técnica, arte e política - V. I**, 3.ed. Editora Brasiliense, 1987.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália**. Tradução Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

ELIAS, Norbert. **Sobre o tempo**. Tradução Vera Ribeiro; revisão técnica: Andrea Daher. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

FERNANDES, A. Teixeira. Processos e estratégias de envelhecimento. **Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, Universidade do Porto, Portugal, v. XXV, p. 223-247, 2005. Disponível em: < <http://www.redalyc.org/pdf/4265/426540419009.pdf>>. Acesso em: 21/07/2016.

GEBARA, I. Religião, Cultura e Envelhecimento: ponto de vista latinoamericano. **Concilium**, Petrópolis, t. 235, n. 3, p. 108-122, 1991.

HALBWACHS, Maurice. **Memória coletiva**. Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo, SP: Edições Vértice, 1990.

MOURÃO, Victor Luiz Alves. Temporalização do espaço social: apontamentos para uma sociologia do tempo. **Ciências Sociais Unisinos**. V. 52, n. 1, p. 69 – 79, 2016. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/index>. Acesso em: 22/07/2016.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, jun. 1989. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>>. Acesso em: 22/07/2016.

ZAIDAN, Geralda Maria de Carvalho. **Quando o relógio para: tempo, lembrança e memória no discurso do sujeito idoso asilado**. Tese

apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Campinas, 2010. Disponível em: <<http://bdt.d.ibict.br/vufind/Search/Results?lookfor=ZAIDAN%2C+Geralda+Maria+de+Carvalho&type=AllFields>>. Acesso em 07/07/2016.

RESTAURANDO A PAISAGEM: UM DESAFIO AMBIENTAL E SOCIAL

ALINE B. P. CARVALHO⁴³

LETÍCIA C. ESCOBAR⁴⁴

CRISTINA V. CADEMARTORI⁴⁵

Resumo: Considerando-se a perspectiva do diálogo sobre as relações entre a sociedade humana e a conservação da natureza, este trabalho tem por objetivo apresentar um estudo de caso que visou restaurar ecologicamente uma área degradada por ações antrópicas localizada no município de Glorinha-RS, sob o domínio do bioma Mata Atlântica.

Palavras-chave: conservação ambiental; educação ambiental; Mata Atlântica; restauração ecológica; impactos ambientais.

Abstract: Considering the prospect of dialogue on the relationship between human society and nature conservation this work aims to present a case study that aimed to ecologically restore an area degraded by human activities in the municipality of Glorinha -RS , under the rule the Atlantic Forest biome .

Keywords: environmental conservation; environmental education; Atlantic Forest biome; ecological restoration; environmental impacts.

INTRODUÇÃO

Algumas áreas das ciências têm se preocupado em restaurar ecossistemas em oposição à mera exploração de recursos. Tal preocupação faz-se presente em diversas localidades distribuídas pelo território nacional e tem aumentado o seu valor conforme cresce o impacto sobre o meio ambiente. Os princípios da ecologia da restauração buscam o restabelecimento de processos ecológicos em paisagens naturais ou urbanas, que integram aspectos físicos, químicos, biológicos, estéticos, econômicos e históricos. (RODRIGUES, 2013). Por essa razão, as iniciativas de restauração vêm ganhando importância nos projetos socioambientais.

De certa forma, todos os biomas nacionais estão, sob algum aspecto, ameaçados por atividades antrópicas. A degradação dos

⁴³ Mestre em Biologia pela Universidade do Vale dos Sinos. Doutoranda e bolsista CAPES do PPG em Memória Social e Bens Culturais, Centro Universitário La Salle – Unilasalle (Canoas, Rio Grande do Sul, Brasil). E-mail: pacheco.carvalho@gmail.com

⁴⁴ Mestranda do PPG em Impactos Ambientais – Centro Universitário La Salle – Unilasalle. Canoas, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: leticia3344@yahoo.com.br

⁴⁵ Doutora em Biociências pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Professora do PPG em Memória Social e Bens Culturais e do Mestrado em Avaliação de Impactos Ambientais, Centro Universitário La Salle – Unilasalle (Canoas, Rio Grande do Sul, Brasil). E-mail: cristina.cademartori@unilasalle.edu.br

ecossistemas florestais associados ao bioma Mata Atlântica iniciou há cerca de 500 anos atrás e propagou-se até a atualidade. Os ciclos econômicos que caracterizam a história econômica do país foram marcados por atividades extrativistas, especialmente na região da Mata Atlântica, cujos recursos foram explorados através da supressão da vegetação e queimadas, da introdução de monoculturas e da mineração (MMA, 2010). Esses ciclos de desenvolvimento resultaram na destruição de uma floresta com mais de um milhão de quilômetros quadrados originalmente, que hoje se encontra reduzida a pequenos fragmentos sem conectividade. Como consequência deste processo, têm-se, por um lado, as crescentes ameaças a um ecossistema florestal cuja complexidade foi forjada há milhões de anos e, por outro, a espécie humana, com sua habilidade nata de alterar e modificar o meio em prol de suas prioridades e necessidades (WARREN, 1996). Essa particularidade do modelo econômico do Brasil Colônia refletiu-se nos modelos atuais de desenvolvimento do país (BENSUSAN, 2006). O cenário de degradação ambiental ainda pode ser percebido na maior parte dos biomas e ecossistemas brasileiros. No entanto, a partir do século XX setores da sociedade começaram a chamar a atenção para a crise ambiental em curso e cobrar das instituições públicas o aperfeiçoamento da legislação ambiental. Como parte significativa desse avanço:

a nova Constituição Federal (1988) dedicou um capítulo exclusivo ao Meio Ambiente e tratou do tema em outros tantos dispositivos esparsos, abraçando, no art. 170, VI, a proteção dos recursos naturais como um dos princípios da ordem econômica (= *desenvolvimento ecologicamente sustentável*) e instituindo, de forma autônoma, o *princípio da função ecológica da propriedade* (art. 186, II), reconhecendo à Mata Atlântica, como bioma, *status* de patrimônio nacional. (MMA, 2010, p. 47).

O bioma Mata Atlântica, representado em 17 estados brasileiros, além de considerado Patrimônio Nacional, é, também, reconhecido como um bem tombado do Rio Grande do Sul, conforme o Instituto do Patrimônio

Artístico e Histórico do Estado do Rio Grande do Sul (IPHAE)⁴⁶. Desta forma, o processo de tombamento da Mata Atlântica e ecossistemas associados reforça os aspectos legais da preservação de paisagens naturais, consolidando as iniciativas do Poder Público na criação de Reservas e Parques Estaduais.

Originalmente a Mata Atlântica cobria uma área de aproximadamente 1.400.000 km² do território brasileiro, onde se estendia por uma larga faixa latitudinal ao longo da costa brasileira, do Rio Grande do Norte ao Rio Grande do Sul. Fatalmente durante os últimos cinco séculos, os sucessivos ciclos econômicos e a contínua expansão urbana comprometeram e ainda comprometem a integridade ecológica deste complexo bioma. Atualmente, os remanescentes de vegetação nativa estão reduzidos a cerca de 20% de sua cobertura original e encontram-se em diferentes estágios de regeneração. Apenas cerca de 7% estão bem conservados em fragmentos acima de 100 hectares (MMA, 2010). No Rio Grande do Sul, a Mata Atlântica é constituída por diferentes tipos de vegetação, desde estepes (campos de altitude) e florestas (Estacional Decidual, Estacional Semidecidual, Ombrófila Mista ou Floresta com Araucárias e uma pequena área de Ombrófila Densa), a formações pioneiras como restingas. Neste agrupamento de ecossistemas percebe-se que a perda da cobertura vegetal nativa está estreitamente relacionada com o aumento das áreas agrícolas, mecanização da agricultura, empreendimentos de hidrelétricas, crescimento populacional e a consequente urbanização. Sendo este um panorama insustentável, fazem-se urgentes ações de remediação, conservação ou restauração.

O COMPROMISSO DE RESTAURAR

O risco iminente de desaparecimento deveria justificar por um imperativo o compromisso de restaurar ecossistemas impactados e ameaçados. Duas correntes convergem para justificar a restauração. A corrente de McCauley (2006) afirma que se deve restaurar por motivos ético-morais, enquanto Cairns e Heckman (1996) defendem a restauração

⁴⁶ <http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=paginalInicialAc>

em razão dos serviços ambientais disponibilizados pela natureza (RODRIGUES, 2013). Pesquisadores têm se mostrado sensíveis a estas justificativas e, além disso, fundamentam seus projetos em dispositivos legais que obrigam a restauração em inúmeras circunstâncias.

Atualmente, os remanescentes deste bioma estão fragmentados e não se distribuem uniformemente ao longo do território, o que compromete a perpetuidade de espécies, da flora e fauna, consideradas raras ou não, endêmicas e ameaçadas de extinção. Além disso, a população humana também sofre as consequências dessa degradação, pois os serviços ambientais proporcionados pela Mata Atlântica estão associados à regulação do fluxo dos mananciais hídricos, à fertilidade do solo e ao equilíbrio climático. Igualmente importante representa a preservação da paisagem da Mata Atlântica como patrimônio histórico e cultural, uma vez que expressa a memória e a cultura de diferentes grupos sociais, frutos da interação homem-natureza.

A partir do exposto, a restauração dos remanescentes da Mata Atlântica se faz necessária frente a motivos ético-morais, à obrigatoriedade legal e pelas ameaças a sua biodiversidade.

O LOCAL DE ESTUDO

O município de Glorinha, RS, possui cerca de 90% de seu território ocupado por uma unidade de conservação de uso sustentável, a Área de Proteção Ambiental conhecida como APA do Banhado Grande. Criada em 1998 por Decreto Estadual, a APA do Banhado Grande possui 133.000 hectares formados pelos biomas Mata Atlântica e Pampa. A APA está situada nos municípios de Glorinha, Gravataí, Santo Antônio da Patrulha e Viamão. Os principais objetivos da APA são a preservação do conjunto de banhados, a compatibilização do desenvolvimento socioeconômico com a proteção dos ecossistemas naturais, a conservação do solo e recursos hídricos, a recuperação das áreas degradadas e a proteção da flora e fauna nativas, assim como de seus locais de reprodução.

A problemática das relações entre a população humana, a paisagem e os recursos naturais é considerada central nas discussões sobre o uso e

o gerenciamento do território, e a conservação da natureza em unidades de conservação. Assim como em outros lugares do Estado, o município de Glorinha enfrenta o desafio de conciliar interesses e necessidades da população com a urgência de conservar os remanescentes naturais presentes no seu território.

RESTAURAR É PRECISO: UM ESTUDO DE CASO

A área de estudo possui cerca de 3,5 hectares e está situada no município de Glorinha, sob o domínio da APA do Banhado Grande. A paisagem é formada por um misto de remanescentes de dois biomas típicos e ameaçados do Rio Grande do Sul, a Mata Atlântica e o Pampa. Anteriormente ao ano de 2008, a área era utilizada para pastoreio, criação de bovinos e plantio de cítricos sem fins comerciais. Dentre os impactos decorrentes destas atividades estavam a caça de animais silvestres, supressão da vegetação para a ampliação da área de cultivo, um remanescente florestal com o sub-bosque pouco desenvolvido, presença de gramíneas e espécies arbóreas exóticas, compactação do solo e de áreas úmidas presentes na propriedade. Após a aquisição da área pelos atuais proprietários, as atividades de impacto ao ambiente cessaram e pôde-se observar o processo natural de sucessão ecológica⁴⁷. Porém, tal processo exigiu intervenção técnica, já que apenas naturalmente não teria o êxito esperado. A melhor hipótese para essa afirmativa era a de que o solo se apresentava exaurido e ocupado por gramíneas exóticas, além de a área estar distante de fontes de propágulos (figura 1). Desta forma, motivados pelo dever ético-moral e preocupados com as situações adversas observadas, os proprietários permitiram que a área se tornasse objeto de estudo de um projeto de restauração realizado entre os anos de 2013 a 2015.

Durante o primeiro ano as atividades concentraram-se em torno do diagnóstico acerca dos principais agentes de perturbação da área, bem

⁴⁷ Refere-se à sequência de comunidades vegetais, animais e microorganismos que sucessivamente ocupam uma área ao longo do tempo ou aos processos de mudanças que essas comunidades bióticas imprimem umas às outras, ocasionando mudanças nas condições físicas do meio ambiente (KIMMINS; MAILLY, 1996).

como da proposição de soluções exequíveis em um período de ação determinado (tabela 1). Concomitantemente aos inventários faunísticos e florísticos, foram definidas as técnicas que seriam utilizadas, considerando-se os seus respectivos propósitos e a relação com os impactos observados (tabela 2).



Figura 1. Cobertura do solo da área de estudo, localizada no município de Glorinha, RS, evidenciando a presença de gramíneas exóticas.

Tabela 1. Identificação dos agentes de perturbação e as propostas de intervenção realizadas entre os anos de 2013 e 2015 em área degradada do município de Glorinha, RS.

AGENTES DE PERTURBAÇÃO	PROPOSTAS
Presença de espécies vegetais exóticas.	Remoção mecânica sem o uso de substâncias químicas.
Efeito de borda em remanescente de mata ciliar.	Isolamento da área e enriquecimento através de plantio direto de mudas nativas.
Solo desnudo e assoreado.	Isolamento da área. Poleiros e atrativos para a fauna dispersora de sementes.

Pastejo e pisoteio do gado em banhado, sub-bosque e nascentes.	Isolamento da área.
Supressão vegetal clandestina.	Educação Ambiental. Intervenção direta com a comunidade vizinha.
Caça clandestina.	Educação Ambiental. Intervenção direta com a comunidade vizinha.

Tabela 2. Técnicas de restauração utilizadas durante os anos de 2014 a 2015 em área degradada do município de Glorinha, RS.

TÉCNICAS DE RESTAURAÇÃO	PROPÓSITO
Isolamento das áreas de preservação permanente (APP).	Evitar o pisoteio e pastejo do gado.
Semeadura e plantio de mudas nativas.	Facilitar o restabelecimento e enriquecer a comunidade vegetal; acrescer a disponibilidade de alimentos para a fauna.
Abrigos horizontais formados por entulhos e dispostos no solo.	Servir de atrativo/abrigo para animais dispersores de sementes.
Poleiros.	Servir de atrativo/descanso para aves dispersoras de sementes.
Educação Ambiental	Ampliar e incentivar o diálogo ambiental; salientar os pontos positivos da restauração e suscitar a participação do coletivo através de ações que coíbam a invasão da área do projeto para a caça e a depredação.

Inúmeras razões justificam a implantação de programas que contemplam a conservação e restauração ecológica em biomas ameaçados. A tentativa de restaurar um fragmento de Mata Atlântica pode resultar na formação de uma área de conexão entre fragmentos próximos e, desta forma, atuar como um corredor ecológico, ou simplesmente oferecer local de repouso, abrigo e alimentação para a fauna. As restaurações proporcionam um aumento da riqueza florística e faunística

local, trazendo diversos benefícios e serviços ambientais. Além de promover melhora à saúde humana e à qualidade de vida, contribui para o aumento da diversidade genética, garantindo e protegendo a integridade da vida (NATIONAL RESEARCH COUNCIL, 1992; SER, 2004; DAVIS, 2004). Os esforços em prol da restauração ecológica somam valores positivos, pois proporcionam o reparo de uma ou mais condições próximas ao estado original de ecossistemas degradados e, desta forma, asseguram, quando possível, a recolonização e o estabelecimento da fauna e da flora no local restaurado. Este projeto, portanto, visou implementar ações favoráveis ao aumento da diversidade e ao restabelecimento de condições próximas às originais, que pudessem assegurar os atributos e valores ecológicos de ecossistemas pertencentes ao domínio da Mata Atlântica e ainda, desenvolver a educação ambiental através de atividades reflexivas sobre a conservação da Natureza.

Neste estudo, foram realizadas visitas orientadas ao público da educação básica e superior, fundamentadas no método *Problem Based Learning* (Aprendizagem Baseada em Problemas). Neste método a aprendizagem se baseia em problemas sobre os quais os alunos são instigados a refletir, em cooperação, para solucionar um estudo de caso real ou simulado a partir de uma situação pré-estabelecida pelo mediador da atividade (DELISLE, 2000). Neste contexto, os alunos visitantes eram desafiados a buscar, através de dicas ou pistas, as respostas aos problemas propostos. Na maior parte das vezes, a procura consistia em identificar visualmente, na área de estudo, vestígios de degradação associados ao manejo antrópico. Logo após, eram estimulados a pensar e formular medidas mitigatórias.

AS PERSPECTIVAS FUTURAS

Após o primeiro ano de atividades, algumas modificações na paisagem tornaram-se evidentes, trazendo resultados positivos. A recuperação do solo, das nascentes e do banhado somaram-se a outras respostas desencadeadas por estas (figura 2). O incremento da vegetação e a continuidade do processo de sucessão ecológica trouxeram novas

oportunidades para a fauna local e visitante, que passaram a utilizar as áreas vegetadas como fonte de abrigo e alimentação. O aumento da riqueza faunística foi evidenciado pelos inventários sistemáticos realizados sazonalmente.

Os projetos que envolvem áreas pequenas podem ter grande valor para a restauração se possibilitarem a integração das comunidades vizinhas como agentes participativos e multiplicadores de projetos da mesma natureza (RODRIGUES, 2013). As ações de educação ambiental foram bem recebidas por parte dos moradores do entorno, de forma que puderam ser ampliadas ao público externo. Programas de restauração proporcionam experiências de contemplação e/ou educativas. Visitas guiadas a grupos organizados harmonizam e aprofundam o diálogo acerca da conservação ambiental (figura 3).

A complexidade da restauração de ecossistemas, aliada aos diferentes tempos de resposta dos processos e organismos envolvidos, faz com que haja a necessidade de acompanhamento, monitoramento e manutenção ininterrupta. Desta forma, prevê-se a continuidade do projeto visando, ainda, o envolvimento da comunidade local a partir de suas múltiplas percepções acerca do patrimônio natural da região. Para tanto, pretende-se firmar parcerias com a Prefeitura Municipal de Glorinha, instituições de ensino da rede básica e superior (Graduação, Lato e Stricto Sensu), para agregar atividades acadêmicas, extensionistas, de pesquisa, assim como trabalhos de integração socioambiental que contribuam para a restauração e a conservação da Mata Atlântica.



Figura 2. Evidências do processo de recuperação do solo, cuja superfície apresentava-se descoberta no ano de 2013 e em 2015, já com cobertura de herbáceas.



Figura 3. A entrada da propriedade alvo de projeto de restauração ambiental, situada no município de Glorinha, RS, saúda os visitantes.

REFERÊNCIAS

BENSUSAN, N. **Conservação da Biodiversidade em áreas protegidas.**

Editora: FGV, Rio de Janeiro. 2006. 176 pg.

CAIRNS, J. e HECKMAN, JR. **Restoration Ecology: The State of an emerging Field.** Annual Review of Energy and Environment 21:167-89. 1996.

DAVIS, M. e SLOBODKIN, LB. **The Science And Values Of Restoration Ecology Restoration Ecology.** 12:1-3. 2004.

DELISLE, R. **Como realizar a Aprendizagem Baseada em Problemas.** Porto: ASA, 2000.

KIMMINS, JP. e MAILLY, D. **Ecological succession: processes of change in ecosystem.** In: Kimmins, J.P. (Ed.). Forest Ecology. New York: Macmillan Publishing Company. 1996. 399-348.

McCAULEY, DJ. **Selling out on nature.** Nature 443:27-8. 2006.

MMA. Ministério do meio ambiente. Secretaria de Biodiversidade e florestas. Núcleo Mata Atlântica e Pampa. **Mata Atlântica: patrimônio nacional dos brasileiros** /; organizadores Maura Campanili [e] Wigold Bertoldo Schaffer. – Brasília: MMA, 2010. 408 pg.

NATIONAL RESEARCH COUNCIL. **Restoration Of Aquatic Ecosystems: Science, Tecnology, And Public Policy Natl. ACAD. PRESS** 562 p. 1992.

RODRIGUES, E. **Ecologia da Restauração.** Editora Planta, Londrina. 2013. 300 pg.

SER SCIENCE AND POLICY WORING GROUP. **The Ser Primer On Ecological Restoration.** 2004.

WARREN, Dean. **A ferro e a fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

VELHOS E NOVOS DESAFIOS PARA A SUSTENTABILIDADE: POR UMA NOVA CONSCIÊNCIA ECOLÓGICA E PLANETÁRIA

CRISTINA VARGAS CADEMARTORI⁴⁸
ALINE BEATRIZ PACHECO CARVALHO⁴⁹

Resumo: Vive-se hoje uma crise ambiental sem precedentes na história humana, com implicações em escala global, resultante, basicamente, do modo como as sociedades e os indivíduos utilizam os recursos naturais, e dos modelos de produção e consumo. A população humana em franca expansão consome os recursos mais rapidamente do que a natureza é capaz de provê-los, produzindo tantos rejeitos que mesmo os mais remotos ambientes estão sendo degradados em taxa alarmante. O nosso futuro e o da vida tal como a conhecemos está sob a forte influência de nossas ações. Este trabalho tem o intuito de reunir elementos e contribuir para a discussão sobre a crise ambiental contemporânea, bem como para a busca de soluções.

Palavras-chave: crise ambiental; falência dos modelos de produção e consumo; desenvolvimento sustentável; Carta da Terra.

Abstract: Nowadays we live an unprecedented environmental crisis in human history, with implications on a global scale, resulting basically by the way societies and individuals use natural resources, and from models of production and consumption. The growing human population consumes resources faster than nature can provide them, producing so much garbage that even the most remote environments are being degraded at an alarming rate. Our future and of the life as we know is under the strong influence of our actions. This paper aims to introduce elements and contribute to the discussion about the contemporary environmental crisis as well as to find solutions to it.

Keywords: environmental crisis; failure of production and consumption models; sustainable development; the Earth Charter.

Prólogo

O que somos, afinal, nós que nos auto-intitulamos animais morais? Julgamo-nos com direito legítimo de extrair da natureza tudo o que possa ser convertido em bem material. Até mesmo benefícios ecológicos, tais como o ar e a água, aparentemente ilimitados, inesgotáveis, sinalizam alterações irreparáveis. Tornamo-nos usurpadores de algo que não nos pertence. E isso se tornou trivial, corriqueiro, socialmente instituído. *Gaia* (o

⁴⁸ Doutora em Biociências pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Professora do PPG em Memória Social e Bens Culturais e do Mestrado em Avaliação de Impactos Ambientais, Centro Universitário La Salle – Unilasalle (Canoas, Rio Grande do Sul, Brasil). E-mail: cristina.cademartori@unilasalle.edu.br

⁴⁹ Mestre em Biologia pela Universidade do Vale dos Sinos. Doutoranda e bolsista CAPES do PPG em Memória Social e Bens Culturais, Centro Universitário La Salle – Unilasalle (Canoas, Rio Grande do Sul, Brasil). E-mail: pacheco.carvalho@gmail.com

planeta Terra compreendido como um superorganismo capaz de gerar, manter e regular as suas próprias condições de sustentabilidade), para expressar seu descontentamento e tristeza profunda, “derramou lágrimas derradeiras”. Entretanto, lágrimas não comovem o coração de seu filho homem, sua criação mais surpreendente, a única capaz de olhar para o infinito e imaginar o futuro, reconstituir o passado... A única capaz de contar sua própria história. E a do universo. Também a única capaz de destruí-la e a de condenar tantas outras espécies ao mesmo fim, na volúpia de dominar a Natureza.

Insistindo em uma Antiga e Incômoda Questão

O meio ambiente compreende uma gama de ecossistemas e habitats, terrestres e aquáticos, que abrangem florestas, savanas, agroecossistemas, áreas úmidas, zonas litorâneas e regiões abissais dos oceanos. Individualmente ou em sinergia, provêm uma série de benefícios que contribuem para o bem-estar e a saúde humana, de forma direta, na medida em que são fonte de recursos e matéria-prima, ou indireta, por garantirem a regulação ou a manutenção de funções ecológicas fundamentais à vida. Entretanto, taxas atuais de degradação ambiental, causadas pela ação antrópica, ameaçam a sustentabilidade dos recursos naturais e a capacidade dos ecossistemas continuarem exercendo seus papéis regulatórios, deixando uma herança de desolação, miséria, caos social e ambiental.

Vive-se uma crise ambiental sem precedentes na história humana, fato este inquestionável. A população humana em franca expansão consome os recursos mais rapidamente do que a natureza é capaz de provê-los, produzindo tantos rejeitos que mesmo os mais remotos ambientes estão sendo degradados em taxa alarmante. As atividades humanas, que direta ou indiretamente afetam o ambiente, diferem na magnitude e no grau do seu impacto. Dentre as alterações consideradas de escala global, especial atenção tem sido dada à correlação entre crescimento populacional humano e modificações globais induzidas pelas práticas de uso da terra e consequentes mudanças causadas em sua

cobertura (DIAS, 2000). Aproximações sobre a extensão das áreas naturais convertidas, desde que as perturbações de causa antrópica se tornaram expressivas, revelam reduções de 49% para o conjunto das formações de estepe, savana ou campo, 74% para zonas arbustivas e 14% no que se refere à tundra, desertos quentes e frios; cultivos agrícolas cobrem cerca de 11% da superfície terrestre e áreas de pastagem, 23% (GASTON; SPICER, 2004). A maior parte dos continentes e, de forma progressiva, dos oceanos, passou ou vem passando à esfera da gestão humana. Segundo Ricklefs (2003), todas as áreas adequadas, sob latitudes temperadas, são ocupadas com cultivos agrícolas ou foram transformadas em campos destinados à pastagem, o que totaliza em torno de 35% da extensão dos continentes. As florestas tropicais, patrimônios de inestimável riqueza biológica, que, de acordo com Primack e Rodrigues (2001), apesar de cobrirem apenas 7% da superfície terrestre, compreendem mais de 50% da biodiversidade, vêm sendo suprimidas a uma alarmante taxa de milhões de hectares ao ano – considerando a última década apenas, perderam-se, anualmente, áreas com extensão equivalente ao território de Portugal. Até mesmo as regiões subtropicais semi-áridas foram transformadas em desertos pela sobrepastagem e extração de madeira (RICKLEFS, 2003). Considerando-se apenas o período de 1700 a 1980, houve um crescimento de 466% em terras cultivadas no mundo (DIAS, 2000). Não obstante, levando-se em conta somente os países de alta renda, como a Inglaterra, são necessários de quatro a cinco hectares de terra em constante produção para sustentar o modo de vida de cada pessoa; se toda a população mundial exercesse essa demanda, seria necessária uma área duas vezes maior do que a da Terra para sustentá-la (BUNYARD, 2004).

As consequências ambientais das mudanças na cobertura da superfície terrestre são múltiplas e complexas, agem em sinergia e, justamente por isso, não são completamente previsíveis. Em decorrência, ecossistemas e comunidades naturais vêm desaparecendo, gases geradores de efeito estufa se acumulam na atmosfera, provocando alterações climáticas globais, a poluição do ar e da água se intensificou, e zoonoses e vetores de doenças se difundiram em níveis críticos.

Igualmente, a degradação em escala mundial dos solos tem gerado pobreza, fome e êxodo rural. No que tange à biodiversidade, vale citar que seu declínio se configura, hoje, no sexto evento de extinção em massa, pois a taxa atual de extinção é 100 a 1.000 vezes superior à taxa de referência (TOWNSEND et al., 2010). De acordo com IUCN (2015), o número de espécies ameaçadas de extinção supera 23.250, em um universo de quase 80.000 espécies avaliadas, ou seja, atinge a cifra de quase 30%; para um período de cerca de meio milênio (desde 1500), o número de espécies extintas é superior a 900. A influência humana sobre a vida silvestre potencializa-se na medida em que os meios de exploração dos recursos se tornam cada vez mais precisos e eficientes. Como resultado, embora algumas espécies sejam beneficiadas pelas ações antrópicas, a maioria demonstra baixa tolerância às alterações ambientais rápidas e globalizantes (MACHADO et al., 2006).

Como muito apropriadamente afirmava Ramón Margalef – considerado um dos fundadores da Ecologia moderna, por ser um dos pioneiros na introdução da abordagem sistêmica – a partir da perspectiva de um naturalista: “... os problemas que se dizem ecológicos, pelo menos os problemas mais graves, na realidade, não se devem à natureza, mas às relações do homem com a natureza” (MARGALEF, 2004). A questão que se impõe, todavia, não é nova e tampouco foi resolvida. De acordo com o relato de Dias (2002), já em 1862, Thomas Huxley, biólogo evolucionista, publicou o ensaio *Evidence as to man's place in nature*, no qual aborda as relações de interdependência entre os seres humanos e os demais seres vivos. Um ano depois, George Marsh enfatiza tais reflexões, documentando como os recursos do planeta estavam sendo deplecionados, em seu livro *Man and nature: or geography as modified by man action*. Com o intenso crescimento econômico e acelerado processo de urbanização resultantes do pós-guerra, os sintomas da perda de qualidade ambiental se intensificaram. Em consequência, outras manifestações sucederam-se, como o livro *Silent Spring*, publicado por Rachel Carson em 1962, que se tornou um clássico na história do movimento ambientalista. E o ano de 1972 constituiu um marco na evolução da abordagem ambiental no mundo,

com a elaboração da *Declaração sobre o Ambiente Humano*, na primeira conferência da ONU sobre o meio ambiente, realizada em Estocolmo. Desde então, avaliações sobre o estado do Planeta e seus recursos vêm sendo realizadas sistematicamente no sentido de fundamentar mudanças estruturais e políticas imprescindíveis à reversão das tendências de degradação dos ecossistemas e suas funções, de aquecimento global e de declínio da biodiversidade. O fato é que

o modelo de desenvolvimento adotado pela sociedade contemporânea, baseado no binômio produção-consumo, não apenas tem se mostrado insustentável do ponto de vista ambiental, uma vez que a pressão gerada sobre os recursos naturais (consumo de matéria-prima, água, energia elétrica, combustíveis fósseis, etc.) acarreta degradação ambiental em escala global, como também não tem respondido minimamente às demandas sociais e econômicas. Essa degradação reflete-se na perda da qualidade de vida, como resultado de condições inadequadas de moradia e saneamento, poluição em todas as suas expressões, degradação e perda de habitats naturais, e intervenções desastrosas nos mecanismos que regulam a vida no planeta. (CADEMARTORI, 2006, p. 102)

Desta forma, alcançar a sustentabilidade ⁵⁰ ambiental requer mudanças radicais no modo como as sociedades e os indivíduos utilizam os recursos naturais, e nos modelos de produção e consumo. E isto ainda não será suficiente, se não se traduzir em conhecimento ao qual cada cidadão do mundo atribua significado próprio. E neste sentido são oportunas as palavras de Paulo Freire, quando expressou sua indignação frente à tragédia que tirou a vida de Galdino Jesus dos Santos – índio pataxó – em Brasília, no final da década de 1990:

... o fato em si de mais esta trágica transgressão da ética nos adverte de como urge que assumamos o dever de lutar pelos princípios éticos mais fundamentais como do respeito à vida dos seres

⁵⁰ Idéia cada vez mais associada, do ponto de vista dos sistemas biológicos, ao conceito de resiliência, segundo o qual, conforme Townsend et al. (2010), o sistema é capaz de retornar à situação semelhante à original após uma perturbação.

humanos, à vida dos outros animais, à vida dos pássaros, à vida dos rios e das florestas. Não creio na amorosidade entre mulheres e homens, entre os seres humanos, se não nos tornarmos capazes de amar o mundo. A ecologia ganha uma importância fundamental neste fim de século. Ela tem de estar presente em qualquer prática educativa de caráter radical, crítico ou libertador. (FREIRE, 2000, p. 66-67)

O futuro do planeta não nos pertence. Devemos abandonar as mazelas que permeiam esse discurso antropocentrista se quisermos avançar nesta discussão. Nossa estada na Terra, enquanto espécie, corresponde a um lapso de tempo, cerca de 200 mil anos, considerando que a vida aqui se estabeleceu há 3,85 bilhões de anos. Ao longo de todo esse tempo o planeta já passou por grandes e profundos câmbios. Estamos presenciando o mais recente, não menos dramático e contundente. Contudo, desta vez, o nosso futuro e o da vida tal como a conhecemos está sob a forte influência de nossas ações. Se quisermos preservar este estoque de biodiversidade do qual descendemos, ou seja, se quisermos preservar nossa história, não há outro caminho senão o da construção de uma nova aliança com a Natureza, baseada em uma nova consciência ecológica e planetária. A Carta da Terra, ratificada em março de 2000 em Paris (BOFF, 2002), propõe uma nova ética ambiental, a ser seguida por todos os povos. O propósito é que essa declaração de princípios conquiste o mesmo valor da Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas, de modo que se torne “lei de referência mundial, em nome da qual os violadores da dignidade da Terra poderão ser levados à barra dos tribunais” (BOFF, op. cit.). Assim, em virtude da premência de se consolidar tal aliança, compartilham-se, a seguir, os 16 princípios éticos básicos, transcritos da Carta da Terra (MMA, 2016), que deverão nortear a conduta da comunidade mundial pela busca de uma sociedade mais justa e igualitária, firmada em bases sustentáveis:

I. RESPEITAR E CUIDAR DA COMUNIDADE DA VIDA

1. Respeitar a Terra e a vida em toda sua diversidade.
2. Cuidar da comunidade da vida com compreensão, compaixão e amor.

3. Construir sociedades democráticas que sejam justas, participativas, sustentáveis e pacíficas.
4. Garantir as dádivas e a beleza da Terra para as atuais e as futuras gerações.

II. INTEGRIDADE ECOLÓGICA

5. Proteger e restaurar a integridade dos sistemas ecológicos da Terra, com especial preocupação pela diversidade biológica e pelos processos naturais que sustentam a vida.
6. Prevenir o dano ao ambiente como o melhor método de proteção ambiental e, quando o conhecimento for limitado, assumir uma postura de precaução.
7. Adotar padrões de produção, consumo e reprodução que protejam as capacidades regenerativas da Terra, os direitos humanos e o bem-estar comunitário.
8. Avançar o estudo da sustentabilidade ecológica e promover a troca aberta e a ampla aplicação do conhecimento adquirido.

III. JUSTIÇA SOCIAL E ECONÔMICA

9. Erradicar a pobreza como um imperativo ético, social e ambiental.
10. Garantir que as atividades e instituições econômicas em todos os níveis promovam o desenvolvimento humano de forma eqüitativa e sustentável.
11. Afirmar a igualdade e a eqüidade de gênero como pré-requisitos para o desenvolvimento sustentável e assegurar o acesso universal à educação, assistência de saúde e às oportunidades econômicas.
12. Defender, sem discriminação, os direitos de todas as pessoas a um ambiente natural e social, capaz de assegurar a dignidade humana, a saúde corporal e o bem-estar espiritual, concedendo especial atenção aos direitos dos povos indígenas e minorias.

IV. DEMOCRACIA, NÃO VIOLÊNCIA E PAZ

13. Fortalecer as instituições democráticas em todos os níveis e proporcionar-lhes transparência e prestação de contas no exercício do governo, participação inclusiva na tomada de decisões, e acesso à justiça.

14. Integrar, na educação formal e na aprendizagem ao longo da vida, os conhecimentos, valores e habilidades necessárias para um modo de vida sustentável.
15. Tratar todos os seres vivos com respeito e consideração.
16. Promover uma cultura de tolerância, não violência e paz.

A Carta da Terra expressa o compromisso com uma nova ética mundial e ecológica, propõe um novo nível de consciência coerente com a Teoria de Gaia, uma teoria de interdependência que nos mostra, de acordo com Bunyard (2004), que na medida em que nos desconectamos da natureza, estamos também nos separando dos processos que mantêm a vida no planeta e que tornam a Terra um lugar propício e habitável.

REFERÊNCIAS

- BOFF, L. Um ethos para salvar a Terra. In: CAMARGO, A.; CAPOBIANCO, J. P. R.; OLIVEIRA, J. A. P. de (Org.). **Meio ambiente Brasil: avanços e obstáculos pós-Rio 92**. 2. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2004. p. 49-56.
- BUNYARD, P. A Teoria de Gaia e a gestão do planeta. In: MENEGAT, R.; ALMEIDA, G. (Org.). **Desenvolvimento sustentável e gestão ambiental nas cidades: estratégias a partir de Porto Alegre**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004. p. 378-393.
- CADEMARTORI, C. V. Conservação da biodiversidade e desenvolvimento. In: PENNA, R. S.; TOALDO, A. M. M.; SABEDOT, S. (Org.). **Conhecimento, sustentabilidade e desenvolvimento regional**. Canoas, RS: Centro Universitário La Salle, 2006. p. 89-106.
- DIAS, G. F. **Pegada ecológica e sustentabilidade humana: as dimensões humanas das alterações ambientais globais, um estudo de caso brasileiro (como o metabolismo ecossistêmico urbano contribui para as alterações ambientais globais)**. São Paulo: Gaia, 2002. 257p.
- _____. **Educação Ambiental: princípios e práticas**. São Paulo: Gaia, 2000. 551p.
- FREIRE, P. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 2000. 134p.

GASTON, K. J.; SPICER, J. I. **Biodiversity**: an introduction. 2. ed. Malden, USA: Blackwell, 2004. 191p.

IUCN, International Union for Conservation of Nature. **Annual Report IUCN 2015**. Disponível em: <<http://www.iucn.org/secretariat/about/programme-work-and-reporting/annual-reports>>. Acesso em: 06 ago. 2016.

MACHADO, M.; CADEMARTORI, C. V.; BARROS, R. C. Extinções em massa e a crise atual da biodiversidade: lições do tempo profundo. **Diálogo**, Canoas, n. 9, p. 37-68, 2006.

MARGALEF, R. Biodiversidade como linguagem da natureza. In: MENEGAT, R.; ALMEIDA, G. (Org.). **Desenvolvimento sustentável e gestão ambiental nas cidades**: estratégias a partir de Porto Alegre. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004. p. 349-360.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. **Agenda 21 – Carta da Terra**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/carta_terra.pdf>. Acesso em: 06 ago. 2016.

PRIMACK, R. B.; RODRIGUES, E. **Biologia da Conservação**. Londrina: E. Rodrigues, 2001. 327p.

RICKLEFS, R. E. **A Economia da Natureza**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003. 503p.

TOWNSEND, C. R.; BEGON, M.; HARPER, J. L. FUNDAMENTOS EM ECOLOGIA. 3. ED. PORTO ARTMED, 2010. 576 P.

PATRIMONIO, TURISMO Y SUSTENTABILIDAD: LA PROPUESTA DE LOS ITINERARIOS CULTURALES

MARÍA DEL CARMEN FRANCHELLO DE MARICONDE ⁵¹

Resumen: Se aborda la relación Patrimonio, Turismo y Sustentabilidad, reflexionando sobre ciertas ideas que permitan optimizar en el futuro, las acciones que se desarrollen sobre los bienes patrimoniales y la actividad turística.

Esa relación sinérgica señala una combinación indisociable que cobra sentido a partir de la conciencia patrimonial y el reconocimiento de la comunidad poseedora de los bienes y la vivencia que de éstos, puedan realizar los visitantes. El turismo cultural ha experimentado mundialmente un importante crecimiento que se verifica también en distintas regiones de Latinoamérica. El turismo cultural sostenido y sustentable implica que tanto la cultura regional, los habitantes y su patrimonio, deben ser tratados como los factores de una producción turística perdurable en el tiempo y el espacio. Dentro de este marco, una de las estrategias es la de crear itinerarios culturales atractivos y singulares en las diversas regiones, haciendo visibles y potenciando sitios de interés, de acuerdo a su valor geográfico, histórico o cultural. Se ejemplifica con casos europeos y latinoamericanos y se analizan dos ejemplos de potenciales itinerarios culturales en nuestro país, declarados Patrimonio de la Humanidad por UNESCO: la Quebrada de Humahuaca en Jujuy y en Córdoba la Manzana Jesuítica y las cinco estancias en el interior provincial.

Palabras clave: patrimonio; sustentabilidad; turismo; recorridos; cultural

Abstract: The Heritage, Tourism and Sustainability relationship is addressed, reflecting on certain ideas to optimize in the future, the actions carried out on the assets and tourism. This synergistic relationship indicates an inseparable combination that makes sense from the financial awareness and recognition of the owning community property and experience that these, visitors can make. Cultural tourism has experienced significant worldwide growth is also seen in different regions of Latin America. Cultural tourism sustained and sustainable means that both the regional culture, people and assets, must be treated as an enduring factors tourist production in time and space. Within this framework, one strategy is to create attractive and unique cultural itineraries in the various regions, making visible and enhancing sites, according to their geographical, historical or cultural value. It is exemplified by European and Latin American cases and two examples of potential cultural itineraries are discussed in our country, declared World Heritage by UNESCO: the Quebrada de Humahuaca in Jujuy and Córdoba Jesuit Block and the five Jesuit Estancias in the provincial interior.

51 Arquitecta. Especialista em História de la Arquitectura. Profesora Consulta de la Facultad de Arquitectura, Urbanismo y Diseño, Universidad Nacional de Córdoba, Argentina.

E-mail: mfranchello@gmail.com

Keywords: heritage; sustainability; tourism; cultural; tours

1. Introducción

Esta exposición procura abordar distintas ideas, apreciaciones y reflexiones que permitan optimizar en un futuro sostenible, las acciones que sobre los bienes patrimoniales y la actividad turística, se desarrollen.

La apropiación turística del patrimonio natural y cultural, en todos los casos, plantea el desafío de elaborar modelos locales de desarrollo que transmitan el sentido de patrimonio como bien compartido y la necesidad de asumir un compromiso ético, acerca de su identidad, protección, valoración, autenticidad, sustentabilidad.

Las respuestas se manifestarán en acciones diversas, tendientes a acentuar y reafirmar la memoria social, como reconocimiento de una herencia y realidad del presente. La apropiación de esa memoria requiere necesariamente de una vivencia sensible y motivadora. Como dice el arquitecto José María Peña (1995):

...Por supuesto, lo primero de todo es conocer los espacios, vivirlos y compartirlos. La única forma de que esto pueda concretarse es precisamente una transmisión directa. Es imposible proteger lo que no se conoce, y es imposible defender aquello por lo cual uno no tiene necesariamente afecto⁵².

El turismo patrimonial, cultural, justamente, promueve esas vivencias y las relaciones entre comunidades locales y externas, que deben considerarse desde el reconocimiento mutuo y una compartida fruición de ese patrimonio. Y lo entendemos no sólo en sus aspectos físicos, sino también en aquellos otros intangibles que hacen a la identidad de una comunidad. Según el arquitecto Peña, antes citado: "...El patrimonio es esencia humanística de base y nos representa... De allí la importancia de preservar la identidad, tanto la tangible como la intangible"⁵³.

⁵² JOSÉ MARIA PEÑA. Exposición: "Crecimiento Urbano, Memoria e Identidad Cultural". En Seminario: La Gestión Cultural de la Ciudad ante el próximo Milenio. Ediciones Ciccus. Buenos Aires, octubre 1995.

⁵³ Op. Cit

Preservar el patrimonio implica relacionarlo estrechamente con la memoria colectiva y con una identidad reconocida y vigente que se integre a la contemporaneidad, como una confirmación y prolongación en el tiempo de nuestras esencias y raíces. Esto nos remite a un concepto dinámico de la relación Patrimonio e Identidad que, adhiriendo al pensamiento de Rojas Mix⁵⁴ (1999), se construye cotidianamente, concibiéndose como el proyecto de una comunidad hacia el futuro.

2. Patrimonio, Identidad y Turismo

En las últimas décadas el turismo cultural, a nivel mundial, ha experimentado un importante crecimiento que se verifica también en nuestros países latinoamericanos con acervos histórico – culturales diversos. Esta eclosión del turismo cultural se refiere tanto al aumento de la demanda turística en sitios de reconocidos valores patrimoniales, en otros de patrimonios regionales menos conocidos o difundidos, como a la creación, muchas veces forzada de sitios patrimoniales, aprovechando el desarrollo de nuevas tendencias de consumo recreativo.

Ante esta realidad y conscientes de las importantes potencialidades que ofrecen nuestras ciudades y regiones, es preciso promover a la reflexión crítica, para la elaboración de las estrategias más adecuadas para la revalorización y apropiación social del patrimonio histórico-cultural y, en consecuencia, para la gestión del turismo. Éste constituye un necesario factor de desarrollo, de crecimiento económico, de promoción social y de salvaguarda del patrimonio, aunque para lograr que sus acciones produzcan un impacto realmente positivo, es necesario diseñar estrategias de acción y promoción en perfecta adecuación con las características, límites y potencialidades de cada región y de sus habitantes, ya que cada caso es particular y requiere de un tratamiento específico.

Estos aspectos forman parte del debate teórico que hoy suscita la consideración de un turismo cultural, sostenido y sustentable, que no debe

⁵⁴ ROJAS MIX, MIGUEL. Conferencia dictada en el Salón de Grados de la Universidad Nacional de Córdoba en 1999.

tender a la producción de modelos teóricos universales, sino a la búsqueda de soluciones particulares y regionales esto implica que tanto la cultura regional, los habitantes y su patrimonio, deben ser tratados como los factores de una producción turística perdurable en el tiempo y el espacio.

Hoy se teoriza y discute sobre un turismo sustentable pero lamentablemente, en muchos casos, son los valores del mercado los que siguen primando. Desde otra visión, más sensible quizás y más comprometida con las comunidades, son los componentes ambientales y la identidad de las distintas regiones, los factores determinantes de toda propuesta a elaborar acerca del patrimonio y el turismo.

3. Acerca de los Itinerarios Culturales

Una de las estrategias para el logro de la sustentabilidad de un turismo cultural basado en la fruición de bienes patrimoniales, es la de crear itinerarios culturales atractivos y singulares en las diversas regiones, haciendo visibles y potenciando sitios turísticos de interés, de acuerdo a su valor geográfico, natural, histórico o cultural. Pueden presentarse planificados por organismos regionales o surgir espontáneamente, desde iniciativas que involucren a sectores de la comunidad y se presenten como factores importantes de desarrollo regional.

Los itinerarios culturales son sendas, caminos, recorridos, que se estructuran en territorios acotados, que pueden presentar diferentes extensiones o escalas y que vinculan, a lo largo de su trazado, testimonios del patrimonio de cultural de la región. Estos territorios, entendidos como ámbitos geográficos antropizados a través de la historia y de valores significativos, se conforman como paisajes culturales. Para serlo, deben contener recursos naturales y paisajísticos destacables, bienes valorables como por ejemplo: yacimientos arqueológicos, poblados históricos, conjuntos arquitectónicos o monumentos de interés, expresiones auténticas de patrimonio intangible de las comunidades involucradas, etc.

Citando antecedentes, existen en la actualidad, una serie de propuestas ya verificadas y evaluadas en sus resultados, tanto en lo que respecta al diseño y gestión de itinerarios como de paisajes culturales.

Estos casos, de muy diversa índole, tanto por su especificidad temática como por sus diferentes escalas territoriales, localizados en diversos países, presentan interesantes propuestas de planificación y gestión, a ser tenidos en cuenta como antecedentes para este tipo de proyectos en nuestro medio.

Entre ellos, podemos citar el antiguo “Camino de Santiago”, itinerario de peregrinación medieval que, partiendo de París recorre el sur de Francia y el norte de España hasta la ciudad de Santiago de Compostela, en Galicia. Su larga extensión territorial abarca a dos países, encontrándose jalonado por ciudades históricas y arquitectura religiosa románica.

Otros ejemplos, de reciente implementación y de una escala territorial menor en España, son la “Ruta del Quijote”, siguiendo el recorrido del personaje de Cervantes en territorios de Castilla y La Mancha y la “Ruta de los Íberos”, conformada por yacimientos arqueológicos que testimonian su presencia en la península Ibérica.

En los Estados Unidos, entre muchos otros casos, se puede mencionar “*The Royal Road*” -El Camino Real- en California, que recorre de sur a norte desde San Diego a Sonoma, veintiuna misiones franciscanas españolas desarrolladas a fines del siglo XVIII.

En Brasil, en el territorio de la región de *Minas Gerais*, la histórica “*Estrada Real*”, va uniendo distintos poblados coloniales del siglo XVIII, relacionados con las actividades mineras del oro y los diamantes, conteniendo los más reconocidos monumentos arquitectónicos y obras de arte del *barroco mineiro* .

Si bien algunos de estos lugares han sido declarados “Monumento de la Humanidad”, se lo ha hecho en forma individual y en distintas tiempos, lo que no contribuye a la afirmación y consolidación del itinerario como conjunto aún, cuando de cierta forma existe para los fines turísticos.

4. Dos casos de itinerarios culturales en Argentina

En nuestro país, son ejemplos potenciales de itinerarios culturales, dos casos declarados Patrimonio de la Humanidad por Unesco: la

Quebrada de Humahuaca y en Córdoba la Manzana Jesuítica y las cinco estancias en el interior provincial.

Con respecto al primero, La Quebrada de Humahuaca ocupa un valle andino que se extiende por 155 kilómetros en el noroeste argentino, provincia de Jujuy, fue declarada “Patrimonio Mundial de la Humanidad” en Julio de 2003, con el calificativo de “sistema patrimonial de características excepcionales”, y fue incluida en el rubro de “Paisaje Cultural”. Esta es una nueva categoría en la que los bienes patrimoniales representan una síntesis entre paisaje natural y recorrido cultural.

Se conforma como un itinerario cultural con una historia de 10.000 años relacionando importantes paisajes naturales, culturales e históricos. Fue habitado en su diversidad geográfica y recorrido a través de sus rutas ancestrales, por pueblos originarios de distintas etnias, que aún hoy permanecen vivenciando sus tradiciones, modos de vida, creencias, cultos, representando testimonios valiosos de patrimonio tangible e intangible.

Es un tramo del “Camino del Inca”, que nacía en el Ecuador y se extendía hasta el sur de la provincia de Mendoza. Este recorrido es otro de los sitios que la UNESCO analiza declarar Patrimonio de la Humanidad. Argentina junto con Ecuador, Colombia, Bolivia, Perú y Chile preparan una presentación conjunta ante la UNESCO que, de concretarse, sería histórica, pues marcaría una política de integración cultural entre distintos países de América Latina.

En el período colonial y para nuestro territorio, la Quebrada constituyó una vía ineludible de comunicación entre el Alto Perú y el Virreinato del Río de la Plata.

5. El caso de Córdoba

El Itinerario Cultural llamado “El Camino de las Estancias”, ha sido reconocido y potenciado a partir de la declaratoria de Patrimonio de la Humanidad por UNESCO en diciembre de 2000. El conjunto incluye a la Manzana Jesuítica en la ciudad de Córdoba, y las Cinco Estancias

localizadas hacia las sierras en el noroeste provincial, ocupando originalmente cada una de ellas, vastísimos territorios.

Este recorrido turístico-cultural abarca regiones diversas en torno a cada una de las estancias, pero a pesar de esa diversidad, es posible reconocer en las diferentes etapas de su trayecto el sello inconfundible de la cultura que los jesuitas desarrollaron en Córdoba.

La llegada de la Orden de la Compañía de Jesús se produjo en 1599, ocupando una doble manzana en el borde sur de la cuadrícula de reciente fundación. Durante el siglo XVII, construyeron el convento, que responde a la tipología tradicional europea de templo, varios claustros, talleres y huerta. En 1613 fundaron el Colegio Máximo, que es el origen de la primera Universidad en el cono sur americano, hoy Universidad Nacional de Córdoba.

El convento urbano de la Orden en Córdoba se constituyó como el centro ideológico y administrativo de un sistema de asentamientos productivos rurales, creados con el propósito de sostener las actividades de la Orden.

De este modo se generó una nueva tipología religiosa rural, la Estancia, que es el resultado de una pragmática fusión de las típicas constantes de un convento y de una factoría.

Los cinco establecimientos que han permanecido hasta hoy son los conjuntos de las Estancias de Caroya, Jesús María, Santa Catalina, Alta Gracia y La Candelaria, adquiridas o construidas, en ese orden cronológico, a partir de 1616 y hasta 1687.

Sus localizaciones geográficas son el soporte físico de una diversidad de situaciones regionales; una de ellas, Alta Gracia, fue el origen de una estructura urbana hoy consolidada; La Candelaria y Santa Catalina persisten en su entorno rural y las otras dos Jesús María y Caroya se ubican en entornos peri-urbanos.

Además debe destacarse que existe una compleja diversidad jurisdiccional del Conjunto declarado Patrimonio, por lo tanto resulta imprescindible la coordinación de políticas y estrategias comunes, con el objetivo de optimizar la gestión del mismo.

Durante la etapa Colonial, la sociedad cordobesa se caracterizó por su dependencia de otros centros de poder y decisión y por la cultura de la escasez que le generaba un medio predominantemente semiárido desprovisto de los valiosos recursos minerales como el oro y la plata de otras regiones y alejado de las costas de ríos navegables y oceánicas.

Esta situación fue configurando los rasgos identitarios de sus habitantes, austeros, conservadores e introvertidos, rasgos que podemos inferir se trasladan a la arquitectura regional.

La obra jesuítica refleja la escasez de recursos materiales y humanos y la austeridad en sus resoluciones formales. Las envolventes exteriores del templo de la Compañía de Jesús, construidas con la típica fábrica mixta de ladrillo y piedra cordobesa, desnudas de todo revestimiento u ornamentación, reflejan esas condiciones, es decir esa identidad de la arquitectura cordobesa colonial. Sin embargo, esta realidad exterior contrasta con el mundo mágico que alberga su interior. La Compañía expresa de este modo la ambigüedad de una sociedad atrapada entre lo real y lo ideal.

Aún hoy, cuando los usos y significados de estas arquitecturas han mutado en el tiempo, se percibe, vivencial y emocionalmente, el espíritu que define a la arquitectura jesuítica de Córdoba. Esta percepción se revierte en la toma de conciencia de la propia identidad.

Identidad que, para los actuales cordobeses, en su tradición e idiosincrasia, sigue ligada a esa ciudad doctoral y monástica, en la que todavía hoy la vida universitaria que participa de la Manzana Jesuítica y su entorno inmediato, es un rasgo fundamental de la dinámica social y de la apropiación de nuestro centro histórico.

Las Estancias, conformaron nuevos tipos cuya organización funcional y espacial basada en las relaciones entre el atrio, el templo, la residencia de los jesuitas, el obraje, la ranchería, el cementerio, la huerta, el molino, el tajamar y las áreas de explotación agrícola y ganadera controladas por puestos estratégicamente localizados, inauguraron un nuevo modelo de apropiación de la tierra.

La claridad de lectura de los sitios y los posibles acercamientos a ellos, dependen de sus respectivas localizaciones, y es en los escenarios rurales, como en los casos de Santa Catalina y La Candelaria, conservadas como permanencias en sus entornos naturales originales, donde se facilitan las visuales y percepción de forma completa.

Para que el turismo cultural generado por “El Camino de las Estancias” resulte positivo para los desarrollos locales y no se convierta en un factor de degradación para las comunidades involucradas, es necesario implementar políticas de acción y de intervención que potencien los valores regionales de cada uno de los monumentos, en el marco del itinerario cultural que conforman.

6. Algunas pautas a considerar para la consolidación del “El Camino de las Estancias”

En la vasta dimensión territorial, se presentan múltiples situaciones naturales y realidades culturales que conforman *regiones* con identidades muy propias. Es por ello, que resulta imprescindible la delimitación de cada región; esta operación debe realizarse a partir de los componentes físicos, tangibles, sobre los que los emergentes culturales del lugar van definiendo su pertenencia en función de valores preexistentes, que la región comparte o adopta, y que definen, en última instancia su particular carácter.

Se hace imprescindible trabajar sobre la regionalización de la totalidad del territorio que abarca el sistema, esto posibilitará en primer lugar, la formulación de proyectos estratégicos, diferenciados de acuerdo a las particularidades de cada situación, y consecuentemente, la descentralización de la gestión, que responderá a organismos regionales y locales, existentes o a ser creados con este fin. Por tratarse, de un itinerario cultural de gran extensión, la interconexión regional resulta un factor determinante, tanto para lograr una fácil accesibilidad como para posibilitar una percepción estructurada y unificada del carácter del circuito.

Para lograr esta percepción existen múltiples recursos, entre ellos, una correcta señalética; la puesta en valor o creación de mojones o hitos que actúen a modo de etapas del itinerario y que anticipen las vivencias de

los monumentos; la inclusión de expresiones populares y locales que constituyen los patrimonios intangibles regionales y la presencia de servicios turísticos adecuados, entre otros recursos.

A fin de crear conciencia y apropiación social de los proyectos es necesario implementar, en conjunción con los organismos pertinentes, a nivel local, regional y nacional, estrategias de participación comunitaria y planes educativos que incluyan el reconocimiento, la valoración y el compromiso frente a la propuesta de este itinerario cultural, entendido como un “sistema”.

Asimismo, resulta necesario acentuar la difusión y promoción, tanto a nivel local, regional, nacional como internacional, de “El Camino de las Estancias”, generando proyectos que potencien su carácter de recorrido cultural, a través de regiones con identidades diversas.

En ese marco, la Manzana Jesuítica de Córdoba debe actuar, por su situación central, tanto histórica como actual, como inicio del itinerario, a partir de la creación de un Centro de Interpretación de la totalidad del sistema y de orientación de los visitantes.

Todas las estrategias antes mencionadas, reforzarían el carácter de itinerario cultural, posicionando a Córdoba como destino turístico-cultural.

7. Conclusiones

La regionalización, antes mencionada, posibilitaría la creación de nuevas figuras jurídico-administrativas y jurisdiccionales, que darían mayor protagonismo a los actores locales en la gestión de los bienes patrimoniales. En algunos países, para lograr ese objetivo se ha creado una nueva figura jurídica, cuya eficacia ya ha sido probada, el Consorcio de Municipios, que constituye una vía superadora para una gestión conjunta de administraciones municipales o comunales de diferentes importancias y escalas territoriales. Esto posibilitaría aunar esfuerzos para elaborar planes conjuntos de desarrollos locales.

“El Camino de las Estancias” es actualmente, un recorrido cultural desestructurado, conformado por monumentos dispersos y aislados entre sí. A fin de lograr su definición como itinerario cultural, es preciso

trabajar sobre una planificación general que se exprese en un conjunto de acciones que le otorguen dicho carácter.

En estos tiempos sólo el imaginario colectivo es el que lo recompone y lo hace percibir como una totalidad. Sin embargo, esta percepción idealizada y manifiesta de la voluntad comunitaria es imprescindible y constituye el primer paso necesario para su concreción y afirmación.

8. Referencias

FERNÁNDEZ, ROBERTO: *El laboratorio americano*. Ed. Biblioteca Nueva. Madrid, 1998.

FRANCHELLO, María del C. y BERGALLO, JUAN MANUEL: *La Arquitectura Barroca Iberoamericana. Entre la unidad y la diversidad*. Ed. Nuevo Siglo. Córdoba, Argentina, 2006.

SARQUIS, JORGE (autor, compilador): *Investigación y conocimiento*. Ed. Nobuko. Buenos Aires, 2010.

VELLEGGIA, SUSANA (compiladora): *La gestión cultural de la ciudad ante el próximo milenio*. Ediciones CICCUS. Buenos Aires, Argentina. 1995

PÉREZ, ALEJANDRA y otros: *Estudios y perspectivas en turismo*. CIET Centro de Investigaciones y Estudios Turísticos. Vol.8, 1999 y Vol.10, 2000. Buenos Aires, Argentina.

PAISAGEM CULTURAL E LITERATURA: O MEIO NA CONSTRUÇÃO DO DISCURSO PATRIMONIAL

MARÍLIA GARCIA BOLDORINI⁵⁵
ROBERTA BARROS MEIRA⁵⁶

Resumo: Este texto pretende verificar a importância da paisagem cultural em textos literários, assim como discutir o papel da literatura como um importante fator na construção do discurso patrimonial local e nacional. A literatura consiste num conjunto de obras literárias de reconhecido valor estético de um país, por vezes retratando o povo, os lugares, as tradições e os costumes. Para o desenvolvimento do trabalho, procurou-se ressaltar quão significativa é a paisagem cultural em textos da literatura. Afinal de contas, a paisagem cultural na literatura consiste numa representação conforme a perspectiva do autor. A investigação, de cunho descritivo e qualitativo, terá a linguagem como o ponto primordial da abordagem, com base em fontes bibliográficas e documentais. Portanto, intenciona-se com isso perceber se é possível considerar textos literários em estudos sobre a paisagem cultural, além de verificar se a literatura pode ser vista como patrimônio cultural.

Palavras-chave: patrimônio cultural; paisagem cultural; literatura.

Abstract: This paper aims to verify the importance of cultural landscape in literary texts, as well as to discuss the purpose of the literature as an important factor in the construction of the local and national patrimonial speech. The literature consists in a group of literary works of remarkable esthetic value from a country and many times shows the people, places, traditions and habits. Therefore, to develop this investigation, we tried to emphasize how significant the cultural landscape is in literary texts. After all, cultural landscape in the literature is a representation according to the author's perspective. The study, descriptive and qualitative type, has the language as the primordial approach, based on bibliographic and documental sources. This way, the aim of this project is to notice if it is possible to consider the literary texts in cultural landscape studies, besides to verify if the literature might be seen as cultural heritage.

Keywords: cultural heritage; cultural landscape; literature.

Introdução

Este artigo é resultado do início de uma dissertação de mestrado que trata dos valores e significados do gênero textual biografia e o confronto entre os discursos literários, históricos e patrimoniais na construção da paisagem cultural da cidade de Joinville (SC). O objetivo

55 Mestranda em Patrimônio Cultural e Sociedade pela Universidade da Região de Joinville (Univille). Revisora e tradutora de textos. E-mail: mariliaboldorini@gmail.com

56 Doutora em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP). Professora do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille (Joinville/SC, Brasil). E-mail: rbmeira@gmail.com

parcial deste estudo, por sua vez, foi verificar a importância da paisagem cultural em textos literários e como a literatura ajuda na construção do discurso patrimonial local e nacional.

O tipo de discurso pertencente ao conjunto de obras literárias de reconhecido valor estético de um país consiste na literatura. Assim, é sabido que a literatura consiste numa das narrativas que constroem o patrimônio em seus diversos momentos.

Fora isso, a literatura consiste numa das formas de descrever o povo, a paisagem, as memórias, formando um dos pilares da cultura nacional. Então, qual é a importância da paisagem cultural em textos literários? Pode-se considerar a biografia, de maneira específica, em análises sobre a paisagem cultural? Tal gênero literário é uma boa fonte para pesquisas acerca do tema? É isso o que se deseja discutir no presente texto.

Este artigo tem como metodologia norteadora a pesquisa bibliográfica, de modo a compor a revisão da literatura. A intenção foi constatar a importância da paisagem cultural em textos literários e como o fator meio retratado na literatura ajuda na construção do discurso patrimonial local e nacional de identidade cultural de determinado grupo social.

Revisão da literatura sobre a paisagem e a biografia

Ao tratar da literatura como um exemplar dos valores estéticos e culturais do país, vê-se que por meio dela é possível entender tensões da sociedade naquele contexto sócio-histórico.

Sobre o assunto, portanto, Bosi (2005) explica que a literatura é a representação das ideologias dominantes, provando que toda obra literária reproduz os traços básicos do seu tempo. Navarrete (2011) concorda com a autora, garantindo que a literatura com construção ideológica é determinada pela posição do autor na estrutura social. Logo, a obra literária só seria compreendida da realidade, seja social, seja econômica, exterior a ela. O patriarca do pensamento conservador francês Louis de Bonald, por exemplo, definia a literatura como expressão da sociedade.

O filósofo e linguista Todorov (2010), por exemplo, acredita que a língua, modo pelo qual se dá a literatura, não é uma ferramenta neutra, mas está impregnada de pensamentos, uma vez que descreve a realidade transmitindo uma visão de mundo. Ortiz (2013) compartilha dessa mesma ideia no momento em que traz o termo “raças linguísticas” para referenciar-se a famílias de idiomas, que superam o elemento natural e passam a confeccionar a mentalidade do povo.

Logo, compreender um dos instrumentos da linguagem tem fundamental importância na questão da identidade nacional e do patrimônio cultural desse grupo. A língua é tão relevante para Todorov (2010) que ele acredita que seja a característica mais saliente e determinante da composição da identidade cultural. Comum a milhões de pessoas, trata-se de parte preciosa da nossa identidade e cultura essencial, afinal por ela se torna possível o domínio dos códigos comuns que permitem entender o mundo.

Essa compreensão de mundo de que Todorov (2010) fala ocorre por meio de representações, as quais não são simples reflexos dos fatos, nem somente aproximações estatísticas. Elas, em vez de refletirem passivamente a natureza das coisas, organizam-se de modo peculiar. Logo, são o resultado de combinações e escolhas que poderiam ter sido diferentes. Por conseguinte, a representação que temos a respeito de cultura não é automática, mas fruto de uma construção que se processa a todo instante.

Quando pensamos em patrimônio cultural, identidade nacional e representações do povo brasileiro, Arruda (2006) explica que, desde a chegada dos europeus às Américas, a natureza tem sido um dos principais temas para a produção de discursos, símbolos e imagens sobre o país. A natureza não assumiu os mesmos significados para os vários grupos sociais que a habitaram ou a utilizaram. Tais significados também mudaram ao longo dos anos, embora se lute para que se alcance uma representação capaz de ser entendida como única, tendo em vista a homogeneidade da cultura nacional.

Além disso, as representações exercem influência considerável sobre os comportamentos adotados pela sociedade e como imagem de mundo forçosamente incompleta e infiel, embora compartilhada pela maioria da população. Qualquer percepção é uma construção. Então, faz-se necessário escolher entre tais percepções.

A paisagem cultural na literatura consiste numa representação conforme a perspectiva do autor. É disso que nos fala Schama (1996) quando diz que, embora estejamos acostumados a situar a natureza e a percepção humana em dois campos diferentes, elas são inseparáveis, pois a paisagem é obra da mente, sendo composta de lembranças e de estratos de rochas. Arruda (2006) ainda afirma que a literatura consiste no relato dos eventos em determinado território, sobre o qual a geografia e a história projetavam seus conhecimentos para referendar as possibilidades de hegemonia e soberania da nação e a construção de um sentido de comunidade.

Logo, é impossível analisar uma obra literária sem levar em conta o meio que ela relata, pois a literatura trata das representações do real à vista de experiências imaginárias acerca do mundo exterior. Todo material literário expressa contextos espaço temporais, e, como se viu, ele é um poderoso suporte para a construção de identidades (ARRUDA, 2006), englobada pelo discurso literário. Logo, pergunta-se se a literatura pode ser um dos descritores dessa espacialidade para auxiliar na construção do patrimônio ambiental brasileiro.

Para enfatizar essa questão, recorre-se à afirmativa de Morais (2011, p. 6): “Os textos literários expressam contextos espaço-temporais, como [...] a urbanização da sociedade, as cidades, as expressões culturais e as religiosidades. Logo, há uma geograficidade nos textos literários”.

Dessa geograficidade contida na literatura falam Olanda e Almeida (2008, p. 8):

A leitura e a interpretação de obras literárias tornam-se, para o geógrafo humanístico, objetos de investigação, pois revelam e informam sobre a condição humana: os estilos de vida, as características sócio-culturais, econômicas e históricas e os diferentes meios físicos de

determinada área retratada. Nessa acepção, reconhece-se a obra literária como documento de certa realidade, por situar coletividades ou indivíduos de determinado lugar. Com suas criações os escritores refletem uma visão de vida, de espaço, de homem e de lugares de uma determinada sociedade em certo período.

Em seu artigo, as autoras trazem o teórico Tissier (1991 *apud* OLANDA; ALMEIDA, 2008), que vê as obras literárias como o encontro da literatura e da geografia, afinal o texto diz respeito a um lugar específico, vinculado à paisagem, ao conteúdo humano e social. Por consequência, a geografia, englobando o lugar, o conteúdo humano, o cotidiano, as representações e a paisagem cultural, serve como pano de fundo para a arte.

Deve-se pensar que a literatura reinventa o mundo mediante concepções subjetivas das personagens enfocadas nas narrativas, bem como dos lugares, nas paisagens literárias. Ou seja, o espaço é peça-chave na obra literária, pois ele é o recurso da instalação das ficções, ou verossimilhanças, e suporte das fantasias, materializando-se e ganhando autonomia sobre o mundo externo (MORAIS, 2011).

Querendo-se compreender como acontece o discurso literário em relação ao contexto e a geofricidade retratados em livros de literatura, chegou-se então ao termo paisagem cultural, que não se limita às visibilidades panorâmicas, porém engloba ainda a sensibilidade e a percepção política, social, econômica, cultural e religiosa (MORAIS, 2011). Compactam com essa afirmação Fraga e Silveira (2014), que complementam o conceito de paisagem com a ideia do reflexo e da marca impressa na sociedade dos homens na natureza. Tal qual um espelho, ela acaba por refletir ferramenta e cenário. Também, está em constante evolução, móvel e frágil, nem estática, nem condenada.

As narrativas do século XIX, por exemplo, deram à natureza um sentido comum de pertencimento. Ao falar sobre o espaço, tais narrativas promoveram grande esforço na constituição da delimitação e individualização das culturas e do território quando em confronto com outros territórios, com vistas à construção de nacionalidades e nações. Já

no fim do século XIX e começo do século XX, Lima (1999) afirma que os relatórios e obras produzidas pelos naturalistas estrangeiros em viagens pelo nosso país a respeito de suas regiões por muito tempo foram as fontes praticamente exclusivas para o estudo dos aspectos físicos e etnográficos das regiões brasileiras. O impacto dessas viagens e, conseqüentemente, da produção oriunda delas foi tanto que ultrapassou o conhecimento especializado das disciplinas científicas que então se estabeleciam e interferiu na formação de um imaginário social e na produção artística quanto à natureza e aos homens brasileiros.

Considerações finais

Quando falamos de patrimônio ambiental e de paisagem cultural representados na literatura de determinado grupo social, percebemos que um dos temas mais importantes e icônicos desses textos é a natureza. Com base nela foram produzidos representações, discursos, símbolos e imagens sobre o país, que foram diferentes conforme o grupo social que a habitava ou a usava. Com diversos significados através do tempo, sempre se procurou alcançar uma representação única, objetivando a homogeneidade da cultural nacional.

O objetivo deste artigo foi compreender a importância da paisagem cultural em textos literários e como o fator meio retratado na literatura ajuda na construção do discurso patrimonial local e nacional. Afinal, conforme Benjamin (1994), a narrativa e suas variações são isentas de parcialidade. Portanto, nenhum texto é neutro. Todo e qualquer texto expressa um ponto de vista peculiar e específico de quem o escreve. Um poderoso suporte para a construção de identidades é a narrativa (ARRUDA, 2006), englobada pelo discurso literário. Como dito por diversos autores aqui expostos, a natureza é a maior riqueza brasileira e deve-se partir daí a construção da identidade nacional, pois o cruzamento entre a natureza e o tempo produziu e ampliou a ideia de patrimônio para provar que este é específico, singular e que se diferencia dos outros (ARRUDA, 2006). Fora isso, a literatura consiste numa das formas de descrever o povo, a paisagem e as memórias, formando um dos pilares da cultura nacional.

Logo, não deve ser excluída nem deixada de lado em estudos sobre a paisagem cultural.

Referências

ARRUDA, Gilmar. O chão de nossa história: natureza, patrimônio ambiental e identidade. **Patrimônio e Memória**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 110-125, 2006.

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. *In*: _____. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BOSI, Alfredo. Caminhos entre a literatura e a história. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 55, p. 315-334, 2005.

FRAGA, Nilson Cesar; SILVEIRA, Heitor Matos da. Paisagens desveladas e (re)criadas pelas artes: o território identitário do Contestado. **Geographia Opportuno Tempore**, Londrina, v. 1, p. 554-571, jul./dez. 2014. Disponível em:

<<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/Geographia/article/view/20314/15366>>. Acesso em: 5 maio 2016.

LIMA, Nísia Trindade. Lições ao interior e interpretações do Brasil. *In*: _____. **Um sertão chamado Brasil**. Rio de Janeiro: Revan/Editora da Uperj, 1999.

MORAIS, Marcelo Alonso. O estudo de paisagens culturais através da literatura de matriz africana: uma experiência em escola. **Revista Brasileira de História das Religiões**, Maringá, v. 3, n. 9, p. 1-7, jan. 2011. Disponível em: <<http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pdf8/ST1/018%20-%20Marcelo%20Alonso%20Morais.pdf>>. Acesso em: 5 maio 2016.

NAVARRETE, Eduardo. Roger Chartier e a literatura. **Tempo, Espaço e Linguagem**, v. 2, n. 3, p. 23-56, set./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/tel/article/download/2660/2422>>. Acesso em: 21 mar. 2016.

OLANDA, Diva Aparecida Machado; ALMEIDA, Maria Geralda de. A geografia e a literatura: uma reflexão. **Geosul**, Florianópolis, v. 23, n. 46, p. 7-32, jul./dez. 2008. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/download/12490/11722>>

. Acesso em: 5 maio 2016.

ORTIZ, Renato. Imagens do Brasil. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 28, n. 3, p. 609-633, set./dez. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v28n3/a08v28n3.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

SCHAMA, Simon. Introdução. *In*: _____. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

TODOROV, Tzvetan. As identidades coletivas. *In*: _____. **O medo dos bárbaros: para além do choque das civilizações**. Petrópolis: Vozes, 2010.

HOVENIA DULCIS (UVA-DO-JAPÃO) NO SUL DO BRASIL: INVASÃO, CULTURA E ALTERAÇÃO DA PAISAGEM

MAURICIO PEREIRA ALMERÃO⁵⁷
CRISTINA VARGAS CADEMARTORI⁵⁸
SÉRGIO AUGUSTO DE LORETO BORDIGNON⁵⁹
GABRIEL SELBACH HOFMANN⁶⁰
PEDRO MANUEL SILVA GENTIL ANASTÁCIO⁶¹

Resumo: Em virtude dos impactos ambientais causados, as espécies exóticas invasoras (EEI's) têm se tornado foco de muitos estudos nas Ciências Biológicas. Entretanto, muitas EEI's têm a sua presença não evitada em novos ambientes, pois o homem é, muitas vezes, o principal vetor de dispersão, especialmente de espécies de plantas invasoras. Neste trabalho, é discutida a hipótese de uma forte influência cultural na introdução/expansão da uva-do-japão nesta região e o problemático cenário de invasão da espécie no sul do Brasil.

Palavras-chave: espécies exóticas invasoras (EEI's); alteração da paisagem; *Hovenia dulcis* (uva-do-japão); cultura.

Abstract: Invasive species (IS) have become focus on many studies in Biological Sciences because of environmental damages. However, the presence of IAS's is not prevented in new areas, because humans are often the main vector of dispersion, especially invasive plant species. In this work, the hypothesis of a strong cultural influence is discussed on the introduction/expansion of Japanese raisin tree in this region and the problematic scenario of invasion in southern Brazil.

Keywords: invasive species (IS's); landscape changes; *Hovenia dulcis* (japanese raisin tree); culture.

1. Espécies exóticas invasoras (EEI's) e a alteração da paisagem

Dentre as discussões mais atuais na área das Ciências Biológicas, sem dúvida, aquelas relacionadas ao estudo das espécies exóticas invasoras

⁵⁷ Doutor em Genética e Biologia Molecular pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Docente do Mestrado em Avaliação de Impactos Ambientais, Centro Universitário La Salle - Unilasalle (Canoas, Rio Grande do Sul, Brasil). E-mail: mauricio.almerao@unilasalle.edu.br

⁵⁸ Doutora em Biociências pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Professora do PPG em Memória Social e Bens Culturais e do Mestrado em Avaliação de Impactos Ambientais, Centro Universitário La Salle - Unilasalle (Canoas, Rio Grande do Sul, Brasil). E-mail: cristina.cademartori@unilasalle.edu.br

⁵⁹ Doutor em Ciências Farmacêuticas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Docente do Mestrado em Avaliação de Impactos Ambientais, Centro Universitário La Salle - Unilasalle (Canoas, Rio Grande do Sul, Brasil). E-mail: sergio.bordignon@unilasalle.edu.br

⁶⁰ Doutor em Ecologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Docente do Mestrado em Avaliação de Impactos Ambientais, Centro Universitário La Salle - Unilasalle (Canoas, Rio Grande do Sul, Brasil). E-mail: hofmann.gabriel@gmail.com

⁶¹ Doutor em Biologia pela Universidade de Coimbra. Docente do Departamento de Paisagem, Ambiente e Ordenamento, Universidade de Évora, Portugal. E-mail: anast@uevora.pt

(EEI's) têm ocupado cada vez mais espaço em meios científicos. Simplificadamente, uma espécie que é registrada fora da sua área de distribuição original (exótica), pode se estabelecer (estabelecida), aumentar em abundância ou amplitude geográfica, causando impactos à biodiversidade local (invasora). Incontestavelmente, as EEI's causam importantes impactos ambientais de diferentes magnitudes, modificando, muitas vezes, a paisagem na qual estão inseridas (SIMBERLOFF et al., 2013). Segundo o guia de princípios da Convenção da Diversidade Biológica (CDB) de 2002, a melhor estratégia para evitar os impactos gerados por EEI's é evitar que sejam introduzidas. Caso esta medida falhe, segue-se a detecção precoce, resposta rápida e possível erradicação, sendo o manejo em longo prazo, a última opção (SIMBERLOFF et al., 2013). Entretanto, existem vetores de introdução e, principalmente vetores de dispersão relacionados às EEI's, muitos dos quais são mal compreendidos ou, por vezes, ainda negligenciados. Dentre as vias de introdução e dispersão de EEI's, o ser humano exerce papel fundamental nestes processos. O presente trabalho objetiva discutir o papel da ação antrópica na presença de uma EEI ocorrente no Brasil, mais especificamente, no sul do Brasil, onde tem se tornado uma das principais EEI's modificadoras da paisagem.

2. *Hovenia dulcis* (uva-do-japão): uma estrangeira indesejada

No Brasil, ocorrem ~120 espécies exóticas invasoras de plantas, com mais de 3.000 registros no banco de dados da *Invasives International Network* (I3N) (ZENNI e ZILLER, 2011). Neste trabalho são citadas 11 espécies com o maior número de registros em território nacional e, dentre estas, está *Hovenia dulcis* Thunb. (Rhamnaceae). Esta é uma espécie arbórea, exótica invasora conhecida no Brasil por diferentes nomes comuns (ou populares): uva-do-japão, uva-japonesa, banana-do-japão, caju-do-japão, passa-japonesa, macaquinho, entre outros (I3N/BRASIL, 2016). A uva-do-japão é uma espécie de árvore caducifólia (perde folhas nos meses mais frios), nativa no leste asiático (KOPACHON et al., 1996),

que possui uma série de características biológicas e ecológicas, muitas das quais explicam, em parte, a sua capacidade de invadir novos ambientes (KOPACHON et al., 1996; HYUN et al., 2010; ZENNI e ZILLER, 2011; REJMÁNEK e RICHARDSON, 2013). A espécie é considerada pioneira, de crescimento rápido, normalmente atingindo de 10 à 15 metros de altura, podendo chegar, no Brasil, até 25 metros de altura (CARVALHO, 1994). Apresenta flores hermafroditas, pequenas, numerosas, de cor branco-esverdeada a creme, polinizadas, principalmente por abelhas (CARVALHO, 1994; I3N/BRASIL, 2016). Apresenta infrutescências compostas por cápsulas globosas, escuras e secas, que contêm de duas a quatro sementes (3-5 mm) e que estão presas a um pedúnculo carnoso de cor marrom ou canela (CARVALHO, 1994; ZHOU et al., 2013). No Brasil, a espécie floresce de agosto a fevereiro (do inverno ao verão), apresentando frutos maduros, de março a outubro (CARVALHO, 1994). Há relatos de populações da espécie com pico de frutificação no inverno, entre junho e julho (DECHOUM, 2015). Os frutos, com sabor doce e agradável, ricos em carboidratos, no Brasil, têm sido consumidos por algumas espécies de aves e mamíferos (LIMA et al., 2015) e, possivelmente, muitas outras espécies ainda não observadas devem atuar como dispersores de suas sementes em diferentes áreas florestais. Recentemente, em uma área inserida no Morro da Extrema, zona sul do município de Porto Alegre, RS foram encontradas sementes de uva-do-japão nas fezes de bugio-ruivo (dados não publicados). A fauna nativa tem sido, indiscutivelmente, um vetor de dispersão importante, o que explica a aparente expansão da área de distribuição da espécie no sul do Brasil.

3. *Hovenia dulcis* (uva-do-japão): o ser humano e seus hábitos

Apesar de a fauna desempenhar uma função importante como vetor de dispersão da espécie, o ser humano tem sido o vetor principal de introdução da uva-do-japão em novos ambientes e, conseqüentemente, o maior responsável pela sua dispersão, contribuindo de forma decisiva para a expansão geográfica desta espécie. O histórico de invasão da uva-do-japão no Brasil é pouco detalhado e quase anedótico. Entretanto, este

histórico está sempre relacionado aos vários usos conhecidos para a espécie (CARVALHO, 1994), os quais explicam as motivações da sua introdução. Com base neste trabalho, estes usos podem ser divididos em: silvicultura (reflorestamento, construção civil, móveis, lenha, celulose, etc.), indústria médica e farmacêutica (chás, alcaloides, saponinas, etc.), indústria alimentícia (mel, cachaça, quitutes, etc.) e arquitetura e paisagismo urbano (ornamentação). A partir de buscas por informações sobre o uso da espécie em artigos científicos, blogs, sites e outras fontes, constata-se que, atualmente, muitos destes usos são muito citados (ALMERÃO MP, observação pessoal). No sul do Brasil, os registros de usos da uva-do-japão datam do início da década de 70, quando, no estado de Santa Catarina, o cultivo da espécie nas zonas do litoral já estava muito difundido (JONHSTON e SOARES, 1972). Mais tarde, na década de 80 populações do oeste do estado, fomentadas pela agroindústria, utilizavam a espécie em granjas de suínos e aves (SELLE, 2009). Ainda para o estado de Santa Catarina há registros que abrangem desde a introdução da espécie nesta região de extensivo uso em propriedades rurais com fins madeireiros e para arborização de culturas, pastagens, cerca viva, uso em serraria e produção de energia (CARVALHO, 1004; SELLE, 2009). Apesar de essas informações explicarem o histórico de invasão no estado de Santa Catarina, imagina-se que nos outros dois estados do sul do Brasil, Paraná e Rio Grande do Sul, motivações similares tenham ocorrido.

4. *Hovenia dulcis* (uva-do-japão): aspectos culturais associados à introdução/invasão?

No Brasil, a quase totalidade dos registros da espécie ocorre para os três estados da região sul (I3N/BRASIL, 2016) e, a partir desta informação, três hipóteses podem ser formuladas. Primeira: é nesta região do Brasil que a espécie encontra condições ambientais (temperatura anual, pluviosidade, solo, etc.) similares às aquelas encontradas na área nativa (Ásia). Segunda: as pesquisas desenvolvidas com a espécie concentram-se, até o momento, nesta região do Brasil. Terceira: a maior incidência da espécie nesta região está relacionada ao uso das populações locais e,

neste caso, existe um componente cultural associado a sua presença. A princípio, as três hipóteses podem ser verdadeiras e não excludentes. Entretanto, suspeita-se, fortemente, que a terceira hipótese possa explicar em grande parte a ocorrência/expansão da espécie no sul do Brasil. Culturalmente, uma das principais características da região Sul do Brasil é o modo de colonização e os tipos de colonizadores recebidos, desde os séculos XVII e XVIII (WAIBEL, 1949). Das várias origens étnicas que colonizaram o Brasil, na região Sul, as colônias alemã e italiana têm maior destaque (SEYFERTH, 2013). Neste sentido, postula-se: O uso da uva-do-japão estaria vinculado às colônias discriminadas ou a outras colônias também presentes no sul do Brasil? Para que esta pergunta seja respondida, é necessário investigar, junto às comunidades do sul do Brasil que utilizam a espécie, principalmente aquelas com fortes traços de colonização, práticas culturais de uso do solo e manejo da paisagem.

5. *Hovenia dulcis* (uva-do-japão): legislação e comércio ilegal

Uma marca importante de quão problemática esta questão vem se tornando é a presença da uva-do-japão em listas de espécies exóticas invasoras, especialmente, nos estados do sul do Brasil, Paraná (PR), Santa Catarina (SC) e Rio Grande do Sul (RS). Tais listas enquadram as espécies em duas categorias (1 e 2), relacionadas ao seu potencial de invasão. Na categoria 1 (maior potencial de invasão), estão as espécies que não têm permitida a posse, o domínio, o transporte, o comércio, a aquisição, a soltura, a translocação, a propagação, o cultivo, a criação e a doação sob qualquer forma, bem como a instalação de novos cultivos e criações. Já na categoria 2 (menor potencial de invasão), estão as espécies cujo manejo, criação ou cultivo são permitidos sob condições controladas, estando sujeitas a normas e condições específicas para o comércio, a aquisição, o transporte, o cultivo, a distribuição, a propagação e a posse, estabelecidas no Programa Estadual de Espécies Exóticas Invasoras. Nas listas do PR e RS, *Hovenia dulcis* foi enquadrada, corretamente, na categoria 1, diferentemente da lista de SC, na qual a espécie foi enquadrada, equivocadamente, na categoria 2. Na própria lista

de SC, há uma coluna, “Ambiente com registro de bioinvasão”, em que são citadas as mais variadas formações florestais com registro de ocorrência da espécie: Floresta Estacional Semidecidual; Floresta Estacional Decidual; Estepe Gramíneo-Lenhosa; Floresta Ombrófila Mista; Floresta Ombrófila Densa; Áreas de Tensão Ecológica – Floresta Ombrófila Densa - Floresta Ombrófila Mista.

A legislação relacionada às EEI’s é clara: o comércio, especialmente daquelas espécies enquadradas na categoria 1, é proibido. Entretanto, investigações sobre o comércio de uva-do-japão (dados não publicados) em floriculturas e viveiros demonstram que: (1) há um comércio “muito ativo”, com muitos estabelecimentos comercializando mudas da espécie em grandes quantidades; (2) aparentemente, os comerciantes e as pessoas que adquirem mudas não conhecem a legislação e a problemática associada à espécie. Este também se constitui em campo de investigação importante para melhor entendimento das rotas de dispersão da espécie.

6. *Hovenia dulcis* (uva-do-japão): Unidades de Conservação (UC’s) e ausência de manejo

Todos os elementos trazidos, até então, remetem ao seguinte quadro: invasão de uma EEI no sul do Brasil, com vários atributos bioecológicos que a tornam uma forte competidora na paisagem, com importantes vetores de dispersão, sendo o principal deles, o próprio ser humano, cujas comunidades de imigrantes se configuram em prováveis “pontos de dispersão” da espécie e que potencializam a sua expansão no sul do Brasil. Outro elemento importante e preocupante, ausente neste quadro, refere-se à presença da espécie em Unidades de Conservação (UC’s) do sul do Brasil. Nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, a espécie tem sido registrada em sete, seis e oito planos de manejo de UC’s federais e estaduais, respectivamente (dados não publicados). Cabe salientar que muitas UC’s não possuem planos de manejo ou estes estão muito desatualizados, o que sugere que os indicadores para a espécie podem estar subestimados. Ademais, tais

planos de manejo não apresentam medidas específicas para o manejo adequado de EEI's. Dessa forma, podem as UC's se constituírem em importantes "núcleos de dispersão" da espécie, tornando o quadro, que já é grave, ainda pior.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, P.E.R. **Ecologia, silvicultura e usos da uva-do-japão (*Hovenia dulcis* Thunberg)**. Colombo: Embrapa Florestas, 1994. 24 p.

DE SÁ DECHOUM, Michele. **Invasão por *Hovenia Dulcis* Thunb.(Rhamnaceae) nas florestas do Rio Uruguai: aspectos ecológicos e diretrizes para o manejo**. 2015. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina.

HYUN, TK.; EOM, S.H.; YU, C.Y.; ROITSCH, T. ***Hovenia dulcis* - an Asian traditional herb**. *Planta Medica*. 76: 943-949. 2010.

I3N/BRASIL. **Base de dados sobre espécies exóticas invasoras**. Disponível em: <http://i3n.institutohorus.org.br/> Acesso em: 06 out. 2016.

JONHSTON, M.C.; SOARES, M.A.F. *Ramnáceas*. In: Reitz, P. R. (ed). **Flora Ilustrada Catarinense**. Itajaí, Herbário Barbosa Rodrigues, 1972. 50 p.

KOPACHON, S.; SURIYA, K.; HARDWICK, K.; PAKAAD, G.; MAXWELL, J.F.; ANUSARNSUNTHORN, V.; BLAKESLEY, D.; GARWOOD, N.C.; SELLIOTT, S. **Forest restoration research in northern Thailand:1. The fruits, seeds and seedlings of *Hovenia dulcis* Thunb. (Rhamnaceae)**. *Natural History Bulletin of the Siam Society*. 44: 41–52. 1996.

LIMA, R.E.M.; DECHOUM, M.S.; TARABINI, T. **Native seed dispersers may promote the spread of the invasive Japanese raisin tree (*Hovenia dulcis* Thunb.) in seasonal deciduous forest in southern Brazil**. *Tropical Conservation Science*. 8: 846-862. 2015.

REJMÁNEK, M.; RICHARDSON, D.M. **Trees and shrubs as invasive species - 2013 update on the global database**. *Diversity and Distributions*. 19: 1093- 1094. 2013.

SELLE, G.L. **Guias de densidade e índices de sítios para *Hovenia dulcis* Thunberg na região central do estado do Rio Grande do Sul, Brasil.** 2009. 97 p. Tese (Doutorado em Engenharia Florestal) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2009.

SEYFERTH, G. **Memória coletiva, identidade e colonização: representações da diferença cultural no Sul do Brasil.** MÉTIS: história & cultura. 11: 13-39. 2012.

SIMBERLOFF, D.; MARTIN, J-L.; GENOVESI, P.; MARIS, V, WARDLE, D.A.; ARONSON. J.; COURCHAMP, F.; GALIL, B.; GARCIA-BERTHOU, E.; MICHEL PASCAL, M.; et. al. **Impacts of biological invasions: what's what and the way forward.** Trends in Ecology and Evolution. 28: 58-66. 2013.

WAIBEL, L. **Princípios da colonização europeia no sul do Brasil.** Revista Brasileira de Geografia. 11: 159-217. 1949.

ZENNI, R.D.; ZILLER, S.R. **An overview of invasive plants in Brazil.** Revista Brasileira de Botânica. 34: 431-446. 2011.

ZHOU, Y. et al. **Peduncles elicit large-mammal endozoochory in a dryfruited plant.** Annals of Botany. 112: 85-93. 2013.

O PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO, REPRESENTATIVIDADE E O CONCEITO DE PAISAGEM CULTURAL: UMA ALTERNATIVA PARA A PRESERVAÇÃO

ROGÉRIO PIVA DA SILVA⁶²

DIONIS M. P BLANK⁶³

KELLY RAQUEL SCHMIDT⁶⁴

MÁRCIA ALONSO PIVA DA SILVA⁶⁵

MARINA GOMES NUNES⁶⁶

Resumo: A Fábrica Rheingantz, fundada em 1873 foi a pioneira na industrialização gaúcha e chegou a empregar 2.000 funcionários. Seu complexo era formado pela vila operária, casas e cassino dos mestres, um grupo escolar e clube social. O conjunto de edificações permanece erguido, apesar da degradação ambiental e econômica que vem sofrendo desde que a atividade entrou em declínio em 1968. Este trabalho foi desenvolvido por meio do método de abordagem dedutivo, descritivo e pesquisa de campo com o objetivo de apresentar o conceito de paisagem cultural como alternativa de preservação do complexo da fábrica Rheingantz, bem como apurar a posição da população rio-grandina sobre a representatividade patrimonial da antiga fábrica. Conclui-se que a instituição do conceito de paisagem cultural, permitirá aos órgãos públicos promoverem modelos de gestão compatíveis com a preservação do patrimônio material e da memória, desenvolvendo estratégias de uso e potencializando a economia, resguardando os saberes e fazeres locais.

Palavras-chaves: Fabrica Rheingantz. Paisagem Cultural. Preservação.

Abstract: The Rheingantz Factory, founded in 1873 in Rio Grande was a pioneer in industrialization in Rio Grande do Sul and employed 2,000 workers. Its complex consisting of the working village, houses and “cassino dos mestres”, an elementary school and social club. The buildings complex maintained its structure, despite the environmental and economic degradation that has been suffering since the closure in 1968. This work was developed through the deductive method of approach, descriptive and field research in order to introduce the concept of cultural landscape as an alternative to preserve Rheingantz factory complex, as well as to find out the position of rio-grandina population about the patrimonial. It is concluded that the introduction of the concept of cultural landscape, will allow public agencies to promote consistent management models with the preservation of material heritage and memory, developing stratagems and enhancing the economy, protecting the local knowledge and practices.

Keywords: Rheingantz Factory. Cultural landscape. Preservation.

⁶² Professor da Universidade Federal do Rio Grande – FURG - Doutorando em Memória Social e Patrimônio Cultural pela UFPel. E-mail: piva_furg@hotmail.com

⁶³ Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural pela UFPel. E-mail: dionisblank@gmail.com

⁶⁴ Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural pela UFPel. E-mail: kel.tur@gmail.com

⁶⁵ Mestranda em História pela Universidade Federal do Rio Grande. E-mail: marciaapiva@hotmail.com

⁶⁶ Acadêmica graduação em História pela FURG. E-mail: marinagnunes@outlook.com

1. Introdução

A primeira indústria de lã do país e a pioneira no processo de industrialização no Rio Grande do Sul teve origem na cidade do Rio Grande no ano de 1873, sob o nome de Fábrica Nacional de Tecidos e Panos Rheingantz e Vater. A "fábrica Rheingantz", como é conhecida até hoje está situado na principal avenida de acesso ao centro da cidade e chegou a empregar 2.000 funcionários em uma área de 145 mil metros quadrados. No entanto, o conjunto de edificações está em processo acelerado de degradação desde que a atividade entrou em declínio e chegou ao fim na década de 1960.

O complexo da fábrica Rheingantz é formado pela vila operária, casas de mestres e técnicos, um grupo escolar, jardim de infância, cassino dos mestres, além de vias de deslocamento e construções originadas pelo trabalho industrial. Sua implantação foi fundamental na urbanização, no crescimento portuário e na expansão da malha férrea do Rio Grande. Essa estrutura criou uma nova dinâmica, com características próprias, alterando a paisagem local, uma vez que, para Berque (2004), sujeito e paisagem são co-integrados em um conjunto unitário que se autoproduz e autorreproduz.

Para Corrêa e Rosendahl (2004, p. 57) “a paisagem cultural é a área geográfica em seu último significado. Suas formas são todas as obras do homem que caracterizam a paisagem”. Sendo assim e com a intenção de minimizar os efeitos devastadores para os bens edificados que compõem o complexo e também para facilitar a difusão da compreensão do processo histórico de formação da indústria e ocupação interiorana no Brasil este trabalho tem por objetivo apresentar o conceito de paisagem cultural como alternativa de proteção para o conjunto de construções da fábrica Rheingantz, bem como apurar a posição da população rio-grandina sobre a representatividade patrimonial da antiga fábrica. Isso se deve a abrangência do conceito de paisagem cultural que permite “avaliações com elevada subjetividade” (TORELLY, 2008, s. p.), prejudicando seu uso de forma isolada para valoração de complexos patrimoniais. Contudo, sua

utilização associada com a pesquisa de opinião pode consolidar o valor patrimonial de um sítio de interesse público.

Deste modo, este trabalho foi desenvolvido utilizando-se do método de abordagem dedutivo, descritiva e, quanto aos métodos de procedimento utiliza-se da pesquisa de campo com a técnica de questionário empregada a 218 rio-grandinos.

Fundamentou-se nas referências da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a qual, em 1992, incorporou a categoria “paisagem cultural” a fim de valorizar as inter-relações entre o homem e o meio ambiente, do Instituto do Patrimônio Histórico Nacional (IPHAN), o qual criou um instrumento nacional de reconhecimento da paisagem cultural brasileira definido como chancela, da Carta de Cracóvia (2000) e da Carta de Bagé (2007).

2. A Fábrica Rheingantz

Até 1880, Rio Grande que localiza-se a 317 quilômetros ao Sul da capital Porto Alegre, contava apenas com estabelecimentos artesanais, sua importância era principalmente comercial, contudo a fixação de estrangeiros, a peculiaridade do conjunto costeiro com um porto marítimo e hidrovias somados ao forte comércio com a Europa e ao capital acumulado pelos comerciantes, faz com que surja um impulso industrialista (COPSTEIN, 1982).

A fábrica Rheingantz⁶⁷ foi a primeira, fundada em 1873. Em 1881, a sociedade com Hermann Vater é dissolvida, recebendo o nome de Rheigantz e Cia. Posteriormente, a razão social muda novamente passando para Companhia União Fabril que perdura até o final dos anos de 1960.

⁶⁷ Extraído de SILVA (2012).



Figura 1 – Tecelagem Rheingantz, Rio Grande – RS, 1884.
Fonte: Acervo da Biblioteca Pública do Rio Grande.

Sua principal atividade baseava-se na produção de tecidos de lã, algodão e na confecção de tapetes, destinados basicamente ao comércio exterior e aos estados de São Paulo e Rio de Janeiro.



Figura 2 – Saída dos funcionários da Tecelagem Rheingantz em 1944.
Fonte: Acervo da Biblioteca Pública do Rio Grande.

Desde o início de suas atividades, a fábrica já possuía uma política de incentivos e de responsabilidade social. Organizou uma cooperativa de consumo, assistência médica, enfermaria, farmácia, escola primária, creche, biblioteca, casas para operários e mestres, cassino dos mestres e etc.



Figura 3 – Complexo da Fábrica Rheingantz na primeira metade do século XX.

Fonte: Acervo da Biblioteca Pública do Rio Grande

O complexo que impulsionou a economia local e está marcado na memória da população como parte integrante de sua identidade, encontra-se abandonado, sendo alvo de vândalos. A estrutura está comprometida, com vidros quebrados, portas destruídas, roubos de maquinários e cobertura ruindo.



Figura 4 – Fachada principal.
Fonte: Acervo Rogério Piva.

Em 22/12/1994, o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul ingressou com Ação Civil Pública em desfavor do Município do Rio Grande e do Estado do Rio Grande do Sul buscando declarar a relevância

histórica, cultural, arquitetônica e urbanística do conjunto urbano da Fábrica Rheingantz, com a condenação dos réus a realizarem o tombamento ou instaurarem o procedimento de tombamento do prédio da Fábrica Rheingantz, incluindo a Vila Operária interna e o Grupo Escolar Comendador Rheingantz.



Figura 5 – Fachada principal.
Fonte: Acervo Rogério Piva.

Após anos de discussão, a sentença foi proferida em 10/05/2006, a julgadora decidiu extinguir o processo sem julgamento quanto aos pedidos de inventário, vigilância, declaração de relevância histórica, cultural, arquitetônica e urbanística do conjunto urbano da Fábrica Rheingantz. Contudo, houve julgamento procedente ao efeito de condenar os réus a instaurarem o procedimento de tombamento do conjunto urbano da “Fábrica”, no prazo de um ano, sob pena de multa diária; condenou também os réus a fiscalizá-los, fazendo relatórios das condições do complexo e as providências que serão adotadas, sob pena de multa diária de dois salários mínimos nacionais.



Figura 6 – Cassino dos mestres (vista lateral).
Fonte: Acervo Rogério Piva.

Após quase duas décadas da solicitação de proteção oficial a fábrica Rheingantz foi decretada na portaria SEDAC nº38/2012 o tombamento. Mas, até o momento nada de concreto foi feito para restaurar esse importante complexo.

Assim, Conforme evidencia Ferreira (2009, p. 29) o declínio e consequente esvaziamento da fábrica como unidade produtiva, bem como o avanço da degradação dos prédios e maquinários, geraram um sentimento de luto e a necessidade de reter alguns desses vestígios do passado, lugares de memória que se transformaram. Dessa forma, menosprezar imóveis que retratam a cultura do nosso povo seria um verdadeiro crime contra a história.



Figura 7 – Cassino dos mestres (vista frontal).
Fonte: Fototeca Rio Grande.

3. A Paisagem Cultural e Suas Generalidades

3.1. Conceitos e normas para o reconhecimento

Nas palavras de Sauer (1998), a paisagem cultural é modelada a partir de uma paisagem natural por um grupo cultural. A cultura é o agente, a área natural é o meio, a paisagem cultural o resultado. A paisagem cultural é um artefato simultaneamente natural e cultural constituída por elementos que a tornam portadora de diferentes valores que podem lhe conferir interesse patrimonial. A noção de patrimônio está ligada a três categorias: tempo, espaço e valor.

O homem é um dos elementos de valor na paisagem, sob a ótica cultural, a leitura e a compreensão da paisagem não se limitam ao espaço, é também temporal. A paisagem testemunha e preserva dados de épocas passadas, sob os pontos de vista geológico, paleontológico e arqueológico. Qualquer marca que o homem introduza na paisagem significa uma modificação para sempre, um diferente valor patrimonial. Técnicas materiais, crenças religiosas e ideológicas perpassam cada paisagem, ela é a chave para a compreensão histórica.

A Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, aprovada em 1972, estabeleceu a inscrição de bens como patrimônio mundial em duas categorias diferentes: patrimônio natural ou patrimônio cultural. Havia, no texto da convenção, um antagonismo entre as categorias cultural e natural, reflexo da origem bipartite da preocupação com o patrimônio mundial, oriunda de dois movimentos: um que se preocupava com os sítios culturais e outro que lutava pela conservação da natureza, conforme destaca Ribeiro (2007).

Verificando a existência de bens que podiam ser incluídos nas duas categorias, foi criada a classificação de bem misto, justificada tanto por critérios naturais quanto culturais, mesmo sem a integração entre ambos. Foi apenas em 1992 que a Unesco adotou a categoria “paisagem cultural”, valorizando todas as inter-relações entre homem e meio ambiente, entre o natural e o cultural.

Segundo Santilli (2009), as paisagens culturais são classificadas em três categorias: a) paisagens claramente definidas, aquelas desenhadas e criadas intencionalmente; b) paisagens evoluídas organicamente, também chamadas de “essencialmente evolutivas”, que se subdividem em paisagens-reliquia ou fóssil, cujo processo de construção terminou no passado, e paisagens contínuas ou vivas, em que os processos evolutivos ainda estão em curso; c) paisagens culturais associativas, que têm o seu valor determinado de acordo com associações feitas acerca delas, como as associações espirituais de povos tradicionais com determinadas paisagens.

A Carta de Cracóvia (de 26 de outubro de 2000) apresenta a importância de uma conscientização relacionada a identidade, a memória e ao passado. Está fundamentada na mudança de valores que há em diferentes momentos históricos e contextos sociais relacionados ao patrimônio arquitetônico, urbano ou paisagístico, e apresenta métodos ligados diretamente à preservação do patrimônio, sua identificação, conservação, manutenção, reparação, restauração, e gestão.

As estratégias de gestão para o patrimônio cultural abordadas na Carta de Cracóvia (2000, p. 4) levam em consideração os contínuos

processos de mudança, transformação, desenvolvimento e a necessidade da adoção de regulamentos apropriados nas decisões tomadas durante os processos e no controle dos resultados. Acorda também para a necessidade de identificar os riscos, atuando preventivamente através de planos de emergência. A conservação deste patrimônio cultural deve integrar-se com o planejamento econômico e a gestão da comunidade, contribuindo para o desenvolvimento sustentável, qualitativo e social.

3.2. Conceito e normas de reconhecimento no Brasil

O arquiteto de paisagem e técnico do Iphan Carlos Fernando de Moura Delphim (2007) define a paisagem cultural como um sistema complexo, dinâmico e instável, onde os diferentes fatores evoluem, de forma conjunta e interativa, e defende a necessidade de que a legislação a proteja contra eventuais danos e ações lesivas.

O Brasil criou um instrumento nacional de reconhecimento das paisagens culturais brasileiras, denominado chancela. Tal instrumento foi criado com fundamento no artigo 216, parágrafo 1.º da Constituição Federal de 1988, que determina que o poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento, desapropriação e “outras formas de acautelamento e preservação”.

A paisagem cultural brasileira é declarada por chancela instituída pelo Iphan, mediante procedimento específico, e qualquer pessoa natural ou jurídica é parte legítima para requerer a instauração de processo administrativo visando a rubrica de uma paisagem cultural brasileira.

A chancela da paisagem cultural brasileira tem por objetivo atender ao interesse público e contribuir para a preservação do patrimônio cultural, complementando e integrando os instrumentos de promoção e proteção existentes, nos termos preconizados na Constituição Federal.

Em agosto de 2007, oficializou-se na cidade de Bagé, no Rio Grande do Sul, a Carta de Bagé ou Carta da Paisagem Cultural, que tem como objetivo a defesa das paisagens culturais em geral. O Artigo 10 do

documento define que: “A paisagem cultural inclui, dentre outros, sítios de valor histórico, pré-histórico, étnico, geológico, paleontológico, científico, artístico, literário, mítico, esotérico, legendário, **industrial**, simbólico, pareidólico, turístico, econômico, religioso, de migração e de fronteira, bem como áreas contíguas, envoltórias ou associadas a um meio urbano”. Sugere nas intervenções a participação da comunidade residente.

Segundo sua regração, “a paisagem cultural é o meio natural ao qual o ser humano imprimiu as marcas de suas ações e formas de expressão, resultando em uma soma de todos os testemunhos resultantes da interação do homem com a natureza, e, reciprocamente, da natureza com o homem”.

4. A Paisagem Cultural como Estratégia de Proteção do Complexo da Fábrica Rheingantz

As paisagens culturais, para serem incluídas na lista do patrimônio, devem ser selecionadas pelo seu valor universal, pela sua representatividade em termos de uma região geocultural claramente definida, pela sua capacidade de ilustrar elementos culturais distintos da região e pelo reconhecimento da sociedade. Portanto, conceito de paisagem cultural abarca também as idéias de pertencimento, significado, valor e singularidade do lugar.

Podemos constatar na análise do questionário que 44% do são do sexo feminino e 56% masculino. A faixa etária dos participantes é bastante diversificada, conforme se observa na Figura 8.

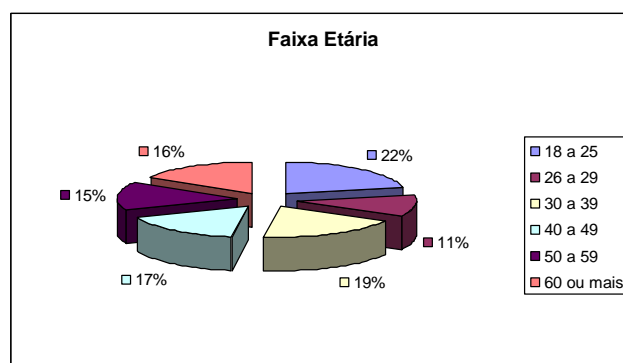


Figura 8 – Faixa etária.
Fonte: Elaborada pelos autores.

O grau de escolaridade de 73% dos entrevistados é de, no máximo, o ensino médio completo, Figura 9.

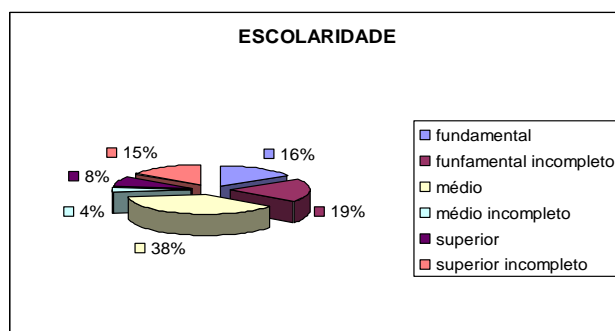


Figura 9 – Escolaridade.

Fonte: Elaborada pelos autores.

E, 74% deles afirmam que o complexo da Rheingantz representa um patrimônio cultural histórico do município do Rio Grande (Figura 10).

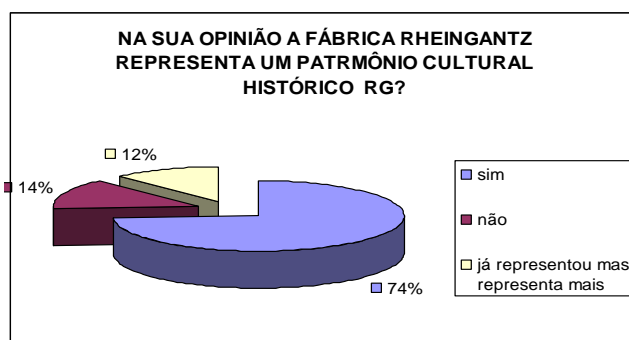


Figura 10 – Opinião quanto a representatividade Patrimonial do Complexo Rheingantz.

Fonte: Elaborada pelos autores.

Cada paisagem é específica em sua relação aos lugares, às culturas e às instituições. E sua efetivação necessita da participação da população, através do reconhecimento dos valores e significados. A relação entre a comunidade e o espaço onde vivem, suas formas tradicionais de ocupação e uso do solo são fundamentais para a gestão da paisagem.

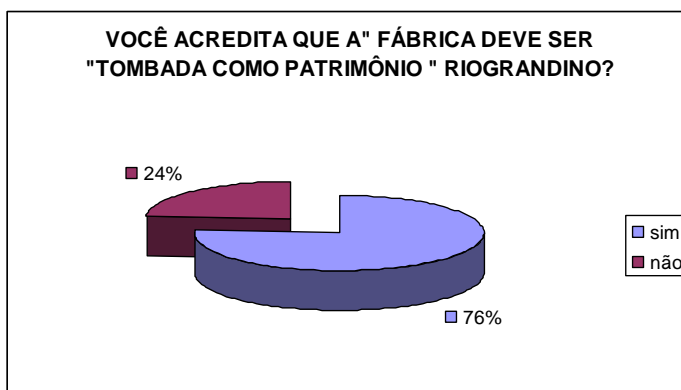


Figura 11 – Opinião quanto ao tombamento da Fábrica.
Fonte: Elaborada pelos autores.

6. CONCLUSÃO

O complexo da Rheingantz é produto da história reproduzindo história. Propor sua preservação por meio da utilização do conceito de paisagem cultural é uma alternativa que merece ser considerada, porque não existe vedação no âmbito legislativo, bem como, porquanto significou no passado na expansão da região sul do Brasil e o que representa essa memória hoje a um considerável grupo de indivíduos.

Considerar o conceito de paisagem cultural para embasar o processo de transformação no local é de extrema importância na luta pela consolidação do lugar como portador de uma memória e identidade rio-grandina. A Fábrica Rheingantz tem um valor e uma representatividade inegável por ser a pioneira no processo industrial gaúcha. Os dados demonstram que para 74% da população local o complexo da Rheingantz representa um patrimônio cultural do município.

Paisagem e identidade são elementos fortemente vinculados, entretanto, quando nada é feito para preservá-los, o tempo atua de forma inapelável acelerando sua transformação.

Embora a sua história e estrutura, em grande parte, resista ao tempo e a degradação, se nada for feito, rapidamente, corremos o risco de perder um dos últimos sítios industriais urbano histórico do Estado do Rio Grande do Sul que ainda mantém grande parte de sua estrutura edificada.

REFERÊNCIAS

COPSTEIN, Raphael. Evolução Urbana do Rio Grande. Porto Alegre, Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, n.122, p.43-68, 1982.

CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. Paisagem, tempo e cultura. 2. ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004

DELPHIM, Carlos Fernando de Moura. Paisagem. Rio de Janeiro: Iphan, 2007.

FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi. Patrimônio industrial: lugares de trabalho, lugares de memória. Revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, v. II, n. 1, p. 22-35, jan./jun. 2009.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO NACIONAL (IPHAN). CARTA DE BAGÉ (2007) e CARTA DE CRACÓVIA (2000)

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO).

RIBEIRO, Rafael Winter. Paisagem Cultural e Patrimônio. Série Documentação e Pesquisa do IPHAN. Rio de Janeiro, IPHAN, 2007

SANTILLI, Juliana. Os instrumentos jurídicos de proteção ao patrimônio cultural e o sistema nacional de unidades de conservação da natureza (SNUC). Revista de Direito Ambiental, São Paulo, a. 14, n. 56, p. 93-141, out.-dez. 2009.

SAUER, Carl O. A Morfologia da paisagem. In: CORRÊA, Roberto Lobato; HOSENDAHL, Zeny (Org.). Paisagem, tempo e cultura. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. p. 12-74.

SILVA, Rogério Piva. O Valor Econômico do Patrimônio Cultural: O Caso da Fábrica Rheingantz em Rio Grande – RS. Dissertação [Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural] Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2012.

TORELLY, Luiz Philippe Peres. Paisagem Cultural: uma contribuição ao debate. In.: Portal Vitruvius. Ano 09, v. 04, novembro de 2008. Disponível em <http://www.vitruvius.com.br/minhacidade/mc240/mc240.asp> Acesso em 18/05/2016.

UM PANORAMA FUTURÍSTICO SOBRE OS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS NO BRASIL

ROSANA VASCONCELLOS BRUSAMARELO⁶⁸

SYDNEY SABEDOT⁶⁹

Resumo: A gestão de resíduos sólidos urbanos (RSU) é um dos principais problemas ambientais em diversos países. Em geral, faltam áreas para sua disposição final e os custos de gestão são demasiados para as municipalidades. Os países desenvolvidos implantaram programas de reciclagem e logística reversa, que evitaram a geração de resíduos e renderam lucros. Este artigo apresenta dois modelos contrastantes de gestão de RSU em dois países: Alemanha e Brasil. Na Alemanha, a implantação dos citados programas, além das vantagens, evitou a necessidade de aterros sanitários e afins. No Brasil, ao contrário, a gestão inadequada gera problemas com a manipulação, o transporte e o armazenamento. Além disso, também gera altos custos e pressão nas prefeituras para implantação de aterro sanitário, que evitaria a disposição dos RSU em lixões, aterros controlados e vias públicas, fato que vem ocorrendo e causando enormes problemas administrativos para muitas cidades brasileiras.

Palavras-chaves: RSU; gestão ambiental; legislação ambiental.

Abstract: The management of municipal solid waste (MSW) is one of the main environmental problems in several countries. In general, there are no areas for final disposal and the management costs are too high for municipalities. Developed countries implemented recycling and reverse logistics programs, which avoided the generation of waste and generated profits. This paper discusses two models of MSW management in two countries, which show contrasts: Germany and Brazil. In Germany, the implementation of these programs, in addition to the advantages, avoided the need for sanitary landfills and the like. In Brazil, on the other hand, inadequate management creates problems with handling, transportation and storage. In addition, it also generates high costs and pressure in the municipalities for the implantation of a sanitary landfill, which would avoid the incorrect disposal of MSW, a fact that has been occurring and causing enormous administrative problems for many Brazilian cities.

Keywords: MSW; environmental management; environmental legislation.

1. Introdução

Com o desenvolvimento da civilização, os resíduos sólidos urbanos (RSU) produzidos pela humanidade se tornaram um sério problema que se agravou ao longo dos anos. O sistema consumista das últimas décadas

⁶⁸ Advogada. Discente no curso de mestrado Avaliação de Impactos Ambientais, do Centro Universitário La Salle (Unilasalle). E-mail: rosanabrusamarelo@gmail.com

⁶⁹ Doutor em Engenharia de Minas, Metalúrgica e de Materiais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor Adjunto II do Unilasalle (Canoas/RS, Brasil). E-mail: sydney.sabedot@unilasalle.edu.br

caracteriza a vida moderna. Com isso, enormes quantidades de RSU foram geradas e os lixões tornaram-se a uma solução alternativa para a sua destinação. No entanto, as administrações públicas deveriam encontrar soluções definitivas para o problema, considerando a publicação da Política Nacional dos Resíduos Sólidos (PNRS), através da Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, que determina a extinção dos lixões e sua substituição por aterros sanitários.

Segundo Zeller (2014),

a gestão de resíduos sólidos é um grande desafio para os municípios, sendo que o desafio ainda maior é a integração entre os diferentes níveis de eficiência ecológica, econômica e social, além de outros fatores inter-relacionados, como legislação, PIB, renda, nível e hábito de consumo, aspectos socioculturais e populacionais, entre outros.

A gestão de resíduos sólidos está definida na PNRS como um “conjunto de ações voltadas para a busca de soluções para os resíduos sólidos, de forma a considerar as dimensões política, econômica, ambiental, cultural e social, com controle social e sob a premissa do desenvolvimento sustentável” (BRASIL, 2010). Assim, de acordo com esta lei, é de responsabilidade das prefeituras municipais a tarefa de coletarem e destinarem os RSU, utilizando os recursos financeiros gerados por impostos, tarifas públicas e arrecadação de multas, além de incentivos do Governo Federal para os municípios que elaborarem um Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS).

Segundo Araújo *et al.* (2014), “7 bilhões de seres humanos produzem, anualmente, 1,4 bilhão de toneladas de RSU, uma média de 1,2 kg/hab/dia”. Quase metade desse total é gerada por menos de 30 países mais desenvolvidos do mundo. Estudos da Organização das Nações Unidas e do Banco Mundial relatam que nos próximos dez anos serão 2,2 bilhões de toneladas anuais. Na metade deste século, se o ritmo atual for mantido, estima-se 9 bilhões de habitantes e 4 bilhões de toneladas de RSU por ano (ARAÚJO *et al.*, 2014). De acordo com os dados fornecidos pela ABRELPE (2014), os cinco maiores produtores de RSU no mundo são a União Europeia (UE), os Estados Unidos da América, a China, o Japão e

o Brasil, sendo que a geração total do Brasil, em 2014, foi de 78,6 milhões de toneladas, um aumento de 29% desde 2010, quando da criação da lei.

Neste artigo analisam-se modelos de gestão de RSU na Alemanha e no Brasil. A Alemanha faz uma excelente gestão, porque aplica programas de reciclagem e logística reversa que geram renda, evitam a geração de resíduos e, conseqüentemente, a necessidade de áreas para a sua disposição. No Brasil, a situação é bem diferente e os problemas com a gestão ainda são críticos, principalmente porque a maior massa de RSU gerada no país é disposta inadequadamente. As análises mostram as realidades contrastantes nos dois países, tanto no aspecto legal, quanto na aplicação de métodos e tecnologias.

2. Metodologia

O artigo foi desenvolvido com a pesquisa de referencial teórico que aborda o tema. Gil (2002) indica que se trata de um método descritivo, na medida em que descreve as características das populações analisadas e os fenômenos referentes as mesmas, para estabelecer relações entre variáveis dos fenômenos avaliados. Conforme Rodrigues (2007), trata-se de uma abordagem qualitativa do problema, pois descreve-se os aspectos socioeconômico, operacional e legislativo da gestão dos RSU, comparando-se o modelo do Brasil com o da Alemanha. Sob este contexto, foram pesquisadas as publicações encontradas em livros, artigos e internet sobre o tema, as políticas e as legislações nacional e internacional para o relato do panorama geral nos dois países.

3. Resultados e discussão

Gestão dos RSU na Alemanha

A Alemanha busca, continuamente, melhorar o desempenho e aumentar o aproveitamento dos RSU gerados em seu território por investir em tecnologias e políticas públicas que a tornam líder mundial na solução dos problemas relacionados ao tema. Foi pioneira na adoção de medidas destinadas a equacionar a questão dos resíduos sólidos. Antes da Lei de Economia de Ciclo Integral e Gestão de Resíduos, que se aplica aos

resíduos gerados em seu território, a política alemã já preconizava práticas de valorização e destinação de resíduos. Porém, detectando que alguns métodos eram insuficientes, passou a adotar medidas para evitar a geração e valorizar os resíduos gerados antes de serem eliminados. Em 1986, com base na Lei de Minimização e Eliminação de Resíduos, traçou novos objetivos seguidos de vários regulamentos, entre os quais, sobre o Óleo Usado, de 1987, sobre os Solventes, de 1989, e sobre a Minimização de Vasilhames e Embalagens, de 1991. Em 1994, foi editada a Lei de Economia de Ciclo Integral e Gestão de Resíduos, que substituiu a norma de 1986, definindo-se, com essa nova legislação, a responsabilidade do fabricante sobre o ciclo de vida completo de seu produto, o que hoje se denomina de logística reversa, prática que, no Brasil, também está prevista na PNRS (JURAS, 2012).

A legislação alemã prima para que se evite a geração de resíduos. Se inevitável, as sobras deverão ser valorizadas na forma de recuperação material, através da reciclagem, ou, ainda, na valorização energética, através da produção de energia. No Brasil, tais práticas começaram a ser difundidas muito recentemente.

A legislação da União Europeia (UE) é baseada em “diretivas”, as quais, apesar de compulsórias, têm a sua implantação e sanção institucionalizadas em cada país-membro. As diretivas são atos legislativos que fixam objetivos obrigatórios, mas cada país-membro escolhe a forma e os meios para a sua implementação e tem um prazo determinado para concretizá-los.

A política de resíduos sólidos do governo federal alemão é particularmente marcada pelo entendimento de que os resíduos sólidos se constituam em recursos, bem como pela orientação que leve ao fechamento de ciclos. Segundo Wendenburg (2015), “todas as matérias-primas cuja utilização ocorre de forma material podem ser utilizadas em ciclos”.

Atualmente, a reciclagem é responsável por mais de 14% da demanda de matérias-primas na forma de materiais reciclados, cujo valor ultrapassa 10 bilhões de euros.

O exemplo da Economia Circular Alemã, segundo Jaron (2015),

com uma taxa de reciclagem de 70% para todos os tipos de resíduos e de 65% para os resíduos urbanos, demonstra que a utilização dos resíduos pode resultar na proteção de recursos naturais; 14% dos principais recursos necessários à produção alemã são substituídos por materiais secundários produzidos a partir de resíduos. Em 2005, como resultado da proibição da disposição de resíduos biodegradáveis em aterros, e juntamente com a exigência de pré-tratamento dos resíduos por incineração com a recuperação de energia, a gestão de resíduos contribuiu para que as metas alemãs, firmadas no Protocolo de Quioto, fossem atingidas em 20%. O volume de negócios anual no setor de gestão de resíduos é cerca de 40 bilhões de euros e emprega cerca de 200 mil pessoas, atestando uma situação de sucesso.

Em 2010, o país reciclou quase metade de todos os resíduos urbanos. Como afirma a Comissão Europeia (BIRKENSTOCK, 2016), “o lixo pode dar lucro”. Prova disso é o que está ocorrendo na Alemanha, considerada a campeã de reciclagem e sexto país mais eficiente no tratamento de lixo da UE.

O comissário europeu para o meio ambiente, Janez Potoenik, destacou a importância econômica do tratamento do lixo: “hoje, seis países combinam zero aterro sanitário, com altos índices de reciclagem. Dessa forma, eles utilizam não apenas o valor dos resíduos, mas conseguiram, através de uma indústria dinâmica, gerar muitos empregos” (BIRKENSTOCK, 2016).

Segundo a Comissão Europeia, todos os anos, na Alemanha, são gerados 583 kg de lixo/pessoa, valor acima da média do bloco (502 kg de lixo/pessoa). Os resíduos urbanos da Alemanha são 45% reciclados, 38% queimados e 17% se destinam à compostagem (BIRKENSTOCK, 2016).

De acordo com a Eurostat (2011), a definição de prioridades é um princípio orientador para gestão dos resíduos sólidos, sendo que os principais instrumentos legislativos incorporados aos países da UE versam nos padrões mínimos de reciclagem, na atribuição de impostos para os

resíduos produzidos e no banimento de disposição de resíduos com potencial de matéria e energia em aterros sanitários.

Tudo isto é devido à realidade da Alemanha, que conta com incentivos políticos e legais, cujos princípios de gerenciamento centram-se na hierarquia de resíduos, tendo em vista a redução, a reciclagem e a reutilização dos RSU, incluindo as medidas que buscam o consumo e a produção sustentáveis.

Gestão dos RSU no Brasil

A situação brasileira é bem diferente da Alemanha. No Brasil, o tema tratamento de resíduos sólidos só evoluiu com a criação da Lei 12.305/2010, denominada PNRS, que estabelece diretivas importantes, porém de difícil cumprimento por parte dos municípios.

A citada lei propõe disciplinar a gestão dos resíduos sólidos de uma forma ampla, abrangendo desde medidas para diminuir sua geração, até as atinentes à sua gestão, incluindo a disposição final de rejeitos, como se depreende dos artigos 9º e 54, nos quais a ordem de prioridade é a não-geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, estabelecendo um prazo de quatro anos a partir da publicação da lei para que a disposição final seja adequada.

A PNRS determina que os aterros controlados e os antigos lixões deveriam ser trocados até o ano de 2014 por aterros sanitários, conforme preconiza o artigo 54 da mesma. A lei não trata expressamente do encerramento de lixões, mas esta é uma consequência da disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, que deve estar refletida nas metas municipais para a eliminação e recuperação destes lixões em seus respectivos planos de resíduos sólidos.

O Sistema Nacional de Informações Sobre Saneamento (SNIS) divulgou dados da terceira edição do “Diagnóstico do Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos”, em cuja enquete participaram 3.765 municípios, ou 67,6% do total do País, e representando 147,4 milhões de habitantes, ou 86,1% da população urbana. A seguir, a divulgação do SNIS (2016):

segundo a classificação efetivada pelos próprios órgãos gestores municipais que responderam o SNIS-2014, é possível inferir o destino final de 81,7% da massa coletada no País. Da massa total coletada, estimada em 64,4 milhões de toneladas, desprezando-se, para efeito de segurança, a parcela que é recuperada, apurou-se que 52,4% são dispostas em aterros sanitários, 13,1% em aterros controlados, 12,3% em lixões e 3,9% encaminhados para unidades de triagem e de compostagem, restando, então, a parcela de 18,3% sem informação, a qual se refere sobretudo aos pequenos municípios com até 30 mil habitantes. Embora ciente das restrições impostas por tal lacuna, o SNIS-RS julga pertinente, a título de exercício, se admitir que dois terços desta “massa sem informação” seja encaminhada para os lixões. Nesta hipótese, pode-se dizer que 58,5% da massa total coletada no País é disposta de forma adequada, sendo o restante distribuído por destinações em lixões, aterros controlados e, em menor escala, a unidades de triagem e unidades de compostagem.

É notório que, com os dados apresentados, ainda falta muito para o Brasil atingir a meta almejada pela Lei 12.305/2010, que é a de acabar com os lixões e aterros controlados. Os custos para tais empreendimentos são elevados e a maioria dos municípios não tem capital para suportá-los, o que torna bem mais simples acumular os resíduos sólidos em lixões, a maioria deles sem qualquer controle, ou em aterros controlados com controle precário.

Só para se ter uma ideia dos gastos realizados, de acordo com o SNIS (2016):

a despesa total com o manejo dos resíduos sólidos, quando rateada pela população urbana, resulta em um valor médio anual de R\$ 110,00/habitante, partindo de um patamar inferior médio de R\$ 78,71 para municípios com até 100 mil habitantes e chegando a R\$ 163,83 no caso das duas maiores metrópoles brasileiras, embora também valha citar que, na hipótese de não se admitir os municípios Rio de Janeiro e São Paulo, o indicador médio nacional caia para R\$ 99,00/habitante. Este último valor significa um acréscimo aproximado de 7% sobre o valor do mesmo indicador no ano anterior. Extrapolando as despesas verificadas nos municípios

participantes do Diagnóstico, é possível estimar que, no ano de 2014, as Prefeituras tiveram um gasto aproximado de R\$ 17,3 bilhões com pessoal, veículos, manutenção, insumos e demais remunerações, exceto investimentos, para a lida com os resíduos sólidos urbanos em todo o País.

Caso a PNRS seja aplicada de maneira integral, o Brasil conseguirá, em um futuro pouco distante, alcançar o modo de gestão praticado na Alemanha. Porém, deverá seguir as metas traçadas e os objetivos propostos na Lei 12.305/2010. A legislação brasileira é consistente no que se refere aos RSU e é considerada uma das mais modernas e completas, quando comparada com as de outros países. No entanto, ainda falta muita ação para colocá-la em prática.

4. Conclusões

A pesquisa mostrou um diagnóstico geral acerca dos modelos de gestão de RSU na Alemanha e no Brasil. A Alemanha evoluiu muito na gestão de resíduos e não dispõe mais de aterros sanitários. O Brasil ainda tem dificuldades para acabar com os lixões e destinar seus resíduos para aterros sanitários.

A PNRS foi implantada no Brasil apenas no ano de 2010, obrigando os governantes a práticas ambientais sustentáveis, fato que, na Alemanha, este processo já ocorre desde 1986. A principal diferença entre os dois países é a disponibilidade de tecnologias para o tratamento e a recuperação dos RSU. No Brasil, a técnica principal utilizada é a disposição em aterros sanitários, enquanto que na Alemanha, que já passou por esta fase há muitos anos, as técnicas utilizadas permitem a recuperação de matérias-primas de modo eficiente e lucrativo, com geração praticamente zero de resíduos.

No Brasil, a gestão de resíduos gera custos enormes com triagem, transporte e disposição final adequada dos RSU em aterros sanitários. Na Alemanha, a gestão de resíduos gera lucros com as matérias-primas recuperadas. Quanto à logística reversa, sua prática é uma obrigação em todas as indústrias alemãs, enquanto que no Brasil ainda se estuda a melhor maneira para implantar o processo.

As realidades sobre a gestão de RSU nos dois países são bem distintas. No Brasil, as prefeituras alegam problemas com falta de áreas para aterros sanitários e custos elevados para sua administração. A Alemanha tinha os mesmos problemas e os solucionou com as práticas de logística reversa. E o que era custo para os cofres públicos virou lucro. O Brasil pode chegar próximo a esta realidade. Não faltam verbas para projetos que resultem em ações eficientes. O problema é que as prefeituras não dispõem de projetos qualificados e planos de ação eficazes.

A diferença entre os modelos alemão e brasileiro é muito grande. Mas, com a prática das políticas públicas e o cumprimento da legislação pelos cidadãos, admite-se que o Brasil tenha capacidade para atingir resultados similares aos do modelo alemão. Adicionalmente, considera-se imperativa a participação da comunidade acadêmica qualificada, e em parceria com a iniciativa privada, para que o País tenha sucesso neste empreendimento.

Referências

ARAÚJO, J.; TEIXEIRA, J. C.; PAGANINE, J.; GUEDES, S. **Rumo a 4 bilhões de toneladas por ano**. Revista Em Discussão, nº 22, 2014.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE LIMPEZA PÚBLICA E RESÍDUOS ESPECIAIS-ABRELPE. **Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil** – 2013, 2014, 208 p.

BIRKENSTOCK. G. **Tratamento de lixo na Alemanha está entre os mais eficientes da Europa**. Disponível em: <<http://www.nova.art.br/sil/principal/Noticias.asp?codNoticia=231>>. Acesso em 07 de setembro de 2016.

BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. **Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos**, altera a Lei n. 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e dá outras providências. Legislação de direito ambiental, 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

EUROSTAT. **Energy StatisticsDatabase**. 2011. Disponível em:<<http://epp.eurostat>.

ec.europa.eu/portal/page/portal/energy/data/database>. Acesso em 30 de agosto de 2016.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002, 184 p.

JARON, A. **Gestão Internacional de Resíduos: desafios, medidas e possibilidades**. Gestão sustentável de resíduos sólidos urbanos: transferência de experiência entre a Alemanha e o Brasil. Braunschweig: Technische Universität Braunschweig, 2015, 53 p.

JURAS, I. A. G. M. **Legislação sobre resíduos sólidos: comparação da Lei 12.305/2010 com a legislação de países desenvolvidos**. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/areas-da-conle/tema14/2012_1658.pdf>. Acesso em 01 de setembro de 2016.

RODRIGUES, W. C. **Metodologia científica**. Notas de aula. Paracambi, 2007. Disponível em: <http://unisc.br/portal/upload/com_arquivo/metodologia_cientifica.pdf>. Acesso em 10 março de 2016.

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE SANEAMENTO-SNIS. **Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental: diagnóstico do manejo de resíduos sólidos urbanos - 2014**. Brasília: MCIDADES. SNSA, 2016.

WENDENBURG, H. **A eficiência dos recursos e gestão da reciclagem: implementação na Alemanha**. Gestão sustentável de resíduos sólidos urbanos: transferência de experiência entre a Alemanha e o Brasil. Braunschweig: Technische Universität Braunschweig, 2015, 24 p.

ZELLER, K. **Instrumentos econômicos na Política Ambiental Urbana: desafios na área de resíduos sólidos**. Cadernos Adenauer. Rio de Janeiro, 2014. 55 p.

**COLEÇÕES MUSEALIZADAS E HISTÓRIA DAS MULHERES:
REPRESENTAÇÕES DE INVISIBILIDADE, DISTINÇÃO E
INSUFICIÊNCIA**

ANDRÉA REIS DA SILVEIRA⁷⁰

Resumo: Este texto apresenta o meu projeto de doutorado no Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade do Estado de Santa Catarina, UDESC, área de concentração História do Tempo Presente, linha de pesquisa Cultura Política e Sociabilidades. O projeto objetiva investigar as narrativas construídas nas coleções musealizadas do Museu Julio de Castilhos e que representam a Histórias das Mulheres. O objetivo do projeto é investigar sobre as intencionalidades institucionais quando da incorporação de vestígios relacionados com as mulheres, bem como o modo com que as suas significações vem sendo distribuídas em representações para os públicos, especialmente os escolares, numa compreensão do ensino de História.

Palavras chave: Coleções Museológicas; História das mulheres; Museu Julio de Castilhos; Ensino de História.

Abstract: This article presents my PhD project at the Graduate Program in History (PPGH) State University of Santa Catarina, UDESC, focus area History of Present Time, the search line Political Culture and Sociability. The project objective to investigate the collections turned into museum artifacts representing Stories of Women in Julio de Castilhos Museum. The aims of the project is to investigate on institutional intentions when incorporating traces related to women and the way that its meaning has been distributed in representations to the public, especially the students, an understanding of history teaching.

Keywords: Museological Collections; History of women; Julio de Castilhos Museum; History of Education.

Introdução

Este texto apresenta o meu projeto de doutorado no Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade do Estado de Santa Catarina, UDESC, área de concentração História do Tempo Presente, linha de pesquisa Cultura Política e Sociabilidades. O projeto objetiva pesquisar as coleções musealizadas que representam as Histórias das Mulheres no Museu Julio de Castilhos, instituição criada em 1903 que está localizada em Porto Alegre, RS. Dentre os objetivos do projeto, destaca-se o interesse em investigar sobre o modo com que as Histórias de Mulheres são difundidas pelo Museu Julio de Castilhos por meio de suas coleções. Busco

⁷⁰ Doutoranda no Programa de Pós Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC. Email: andrea1965@gmail.com.
Mestre em Patrimônio Cultural. Historiadora e Museóloga.

levantar as intencionalidades institucionais nos discursos museológicos quando da incorporação de vestígios relacionados com as mulheres, bem como o modo com que as suas significações vem sendo distribuídas em representações para os públicos, especialmente os escolares, numa compreensão do ensino de História. Inicialmente selecionamos para desenvolver a investigação, os seguintes espaços: o Museu Militar do Comando Militar do Sul e o Museu Julio de Castilhos, ambos localizados na cidade de Porto Alegre no RS, e ainda, o Museu Anita Garibaldi, da cidade de Laguna, SC. Numa observação preliminar e empírica sobre as construções do feminino e suas representações históricas nestas instituições, o lugar social que cabe a elas é subalterno, o que nos instiga refletir sobre a ressonância (GONÇALVES, 2005) e a apropriação da sociedade sobre objetos da História das Mulheres. Entretanto, os objetos foram alterados em suas condições devido à observância da dificuldade de verificação nas três instituições, ficando definido o Museu Julio de Castilhos (MJC) como alvo e foco de investigação.

Compreender e reconhecer o panorama de como a vida das mulheres em sociedade tem sido exibida no principal museu de história do Estado do Rio Grande do Sul é relevante frente ao olhar historiográfico. Propomos discutir e entendermos de que forma os múltiplos papéis das mulheres na história vem sendo difundidos no aspecto educacional a partir do discurso do MJC, estabelecendo que nessas categorias de representações possam estar sendo construídas e reforçadas relações de poder e construções arbitrárias sobre o patrimônio do RS. Pensaremos, em que momento e de que forma essas relações de poder se estabeleceram, e se nelas instituem desvantagem para elas. Buscaremos compreender se essas relações de poder repercutem na atualidade, na efetivação das funções educativas do museu e se essas legitimam distinções, invisibilidades e insuficiências para os desejos de memória e de história das mulheres.

No Museu Julio de Castilhos (MJC), localizado em Porto Alegre/RS, nosso olhar volta-se sobre a coleção Honorina Castilhos que exemplifica uma condição feminina “subterrânea” no contexto de historicidade. Ela foi esposa do

político rio-grandense Julio Prates de Castilhos e “dona da casa” que hoje abriga hoje o Museu que leva e consagra o nome de Julio de Castilhos. No âmbito individual de apresentação e representação museológica e expográfica, seu papel tem sido divulgado como mulher/esposa de político e mãe, num lugar feminino ligado ao lar e a reprodução, preservando as condições restritivas a ela como sujeito e agente de sua própria história. Seu papel junto aos públicos visitantes se resume a apresentação de uma fotografia ao lado do marido e dos filhos, com a função de evocar a memória do personagem masculino e dos seus feitos, submetida ao desaparecimento de sua condição de pessoa. Pretendo desenvolver o olhar sobre o gênero feminino nos acervos do Museu Julio de Castilhos a partir da biografia de Honorina Castilhos. Biografia é proposta cada vez mais comum no cenário historiográfico, sem que, no entanto, seja necessário tratar a temática numa abordagem cronológica e sim, apresentar um diálogo do contexto a partir do sujeito. Para Bourdieu (BOURDIEU, 1989) há esquemas invisíveis, hábitos, que são impressos entre representações e práticas aos indivíduos limitando suas escolhas, como por exemplo, na educação (familiar ou escolar). Reatualizados ao longo da vida social, os hábitos mostram que a história pessoal é circundada pela história social e coletiva que cerceia e estabelece categorias de pensamento e de ação. Na visibilidade das lutas femininas acontecidas desde o século XIX, em pleno século XXI o principal museu histórico do RS abordar o papel feminino meramente nessa subalternidade da vivência de Honorina Castilhos é um empecilho para que se pense uma Museologia que divulgue e preconize a diversidade e a alteridade dos direitos humanos.

Os acervos de Honorina Castilhos não falam por si mesmo, mas pelos valores e significados que são estabelecidos a respeito deles, nas diferentes formas. Na versão escrita, irei analisar a documentação museológica produzida, isto é, o conjunto de instrumentos de registro de cada um dos objetos que foi produzido no percurso da peça ao dar entrada no Museu. Verificarei os documentos que dão status de patrimônio aos objetos que simbolicamente são tidos como representativos de Honorina Castilhos, identificação,

registro e inventário em fichas catalográficas, de numeração, descrição, doação e etc. Para complementar os dados biográficos sobre Honorina, pretendo compor a narrativa a partir de cartas, documentos e outras fontes como registros de jornais, correspondências expedidas e recebidas (ego documentos) que estão sobre a guarda do Arquivo Histórico do RS e da Cúria Metropolitana, documentos que podem elucidar e compor as tramas do suicídio vazio desta mulher. Problematizar a sua história em corpus de textos e de objetos materiais dará luz a pensar o que foi selecionado, guardado, lembrado e esquecido sobre as mulheres na concepção do Museu Julio de Castilhos, sobre como o museu ensina a história das mulheres, pensando nas memórias apagadas e revividas como cultura política em que morte e vida estão presentes como atos sociais. Uma biografia reconstruída é um exercício interpretativo.

A historiadora Lynn Hunt (HUNT, 2009) tem uma elucidação a respeito dos papéis sociais correntes de homens e mulheres e que podem ser utilizadas para se pensar as representações sociais, quer dizer, os usos que a sociedade faz de si própria em discursos e imagens, notadamente nos objetos dos museus. A autora diz que depois da Revolução Francesa, cujos princípios afirmavam a igualdade, liberdade e fraternidade, os revolucionários argumentavam pela exclusão das mulheres, alegando a sua diferença dada a natureza biológica. Por gênero elas estavam destinadas à vida privada e doméstica, portanto, inadequadas à política. Uma tradição inventada e naturalizada sem fundamentos sólidos sobre a invisibilidade, a distinção e a insuficiência da historicidade das mulheres, visão que necessita ser desconstruída. As mulheres sempre estiveram abrangidas nos processos históricos, envolvidas com o trabalho, com a cultura, a economia, a política.

Algumas conquistas históricas para as mulheres como o direito ao voto, nos EUA em 1920, na Grã Bretanha em 1928, na França em 1944 e no Brasil em 1932, depois de muitos anos de discussões e lutas exemplificam o protagonismo delas na História. No caso brasileiro a conquista foi assegurada parcialmente às mulheres casadas e com a autorização dos maridos e isso pode se refletir ainda em algumas

situações. A partir desse pensamento das rupturas e de permanências no tempo presente que a sociedade e os museus tornam visíveis, justificamos a relevância deste projeto. Perceber a diferença ou a manutenção das representações sobre os objetos da cultura material na historiografia e na consciência histórica é tornar os acervos museológicos capazes de intervir no mundo que os criou. É pensar no discurso criador da narrativa dos acervos museológicos, considerando história como uma construção sobre a experiência humana no tempo e num espaço. Essa narrativa histórica nos acervos musealizados está associada à realidade representada num ato de memória que se apresenta numa perspectiva de continuação do passado no presente. Os objetos constituem titularidade de um passado construído segundo a lógica de seu tempo.

Alguns autores dão aporte teórico para estabelecer precisão conceitual no trabalho. Somente para citar alguns, Ricouer traz a pensar os discursos mnemônicos produzidos pelo museu, nas questões de tempo e da narrativa (a partir dos objetos) em seus esquecimentos e lembranças (RICOUER, 2007). Marcelo Rede (REDE, 1996) aborda varias formas de se trabalhar com a cultura material, estabelecendo categorias de análise que levam a pensar que o problema dos historiadores com a polissemia da cultura material está em como transforma-la em documento, situação que só a interdisciplinaridade pode ajudar a tratar. O que interessa “é a validação do conhecimento histórico e o valor probatório reconhecido as fontes materiais”, explica o autor.

Este texto está esboçado a partir de dois pontos norteadores considerados fundamentais para reflexão do tema. O primeiro aborda explanações sobre a cultura material como constituinte de fonte de informação e problematização histórico-social, principalmente na acepção educativa dos museus. A educação mediada pelos museus por intermédio dos acervos sob sua responsabilidade pode conduzir a interpretações generalizantes que afastam o museu de sua função primordial, dentre as demais, que é lidar com a diversidade humana. O segundo enfoque remete a pinceladas ainda rudimentares de como inserir o tema da História das Mulheres diante do pensar histórico no Tempo Presente. Como início, as

perguntas encorajam e se sobrepõem as respostas. A incipiência dos estudos e da pesquisa ainda não trouxera resultados, interpretações e análises. No entanto, produzir saber e modificar cenários muito enraizados e dados como naturais nos incita e entusiasma, e este é o desafio mais interessante do mundo acadêmico, aqui apresentado na forma desse projeto de doutoramento em História.

Acervos museológicos: informação, educação e fonte para a História

É indiscutível no campo das humanidades, o papel educativo que as instituições museológicas desempenham junto aos seus públicos. As investigações e estudos sobre os acervos museológicos, a recepção, a finalidade ou a falta dela nas instituições museais, podem ser ampliadas, modificadas. Por seu caráter polifônico o museu é espaço de educação não formal, cuja prática pedagógica, é produzida por meio de objetos e narrativas. Mais do que a materialidade, são as relações sociais contidas nessas ações museais que interessam ser exploradas como contexto educacional. As tarefas básicas de um museu são, a saber: coletar, conservar, estudar, interpretar e exibir coleções. Ao serem musealizados (darem entrada, serem adquiridos pela instituição), os objetos perdem seu valor de uso e recebem novas significações dependendo de sua musealidade, ou seja, da qualidade que estão imbuídos para serem aceitos e incorporados na instituição. Como explica Fernanda Camargo Moro, “o objeto deve ser significativo em função de sua própria representação, isto é, um bom representante de sua classe” (MORO, 1986). Nestor Garcia Canclini aborda que a função dos museus em relação a seus objetos passa pela construção de relações, apresentando vínculos que existem entre os acervos e as pessoas, de modo que se possa compreender o seu significado. Dessa forma, podemos concluir com aquilo que Rosana Nascimento comenta: “que os objetos museológicos refletem a complexa teia de relações entre os homens no processo histórico, portanto, são fragmentos de relações” (NASCIMENTO, 1994).

Vale reforçar que o envolvimento do museu com a produção de conhecimento por meio de seus objetos se dá, internamente, por meio de

todo processo museológico. Esse processo vai desde a incorporação da peça no estatuto museal, até sua comunicação em exposições e catálogos. Nesta gestão é que se define o aspecto educativo da prática museológica. Fora deste circuito informacional e de conhecimento, o museu será um mero reproduzidor de curiosidades e excentricidades que pouco contribui com a formação crítica e de conhecimento da realidade social, ou ainda, para as potencialidades educativas de se compreender a história nos acervos museológicos. Explorar um objeto na perspectiva da cultura material, produzida sobre e além da materialidade da peça, segundo Ulpiano B. de Meneses, é constituir uma narrativa histórica através dos objetos, ou seja, vetores materiais da condição humana. A inteligibilidade do mundo é o compromisso do museu, desnaturaliza-lo pela dimensão material composta pela ação humana, como explica Ulpiano Meneses: “(...) o museu nas suas diversas modalidades e escala diferenciada é uma plataforma capaz de articular solidariamente funções científico-documentais, culturais e educacionais” (MENESES, 2010, p. 16).

A grande questão que se cerca a respeito dessas coleções museológicas é a sua mobilização começada pelos vários grupos sociais que atribuem valores a cada um dos exemplares de acervo. É um campo que as enuncia pela autenticidade, antiguidade, e outras especificidades julgadas importantes como valoração. Nesses atributos, os objetos musealizados são marcados por escolhas, preferências, ações, ordenações de sentidos, juízos e apreciações, o que problematiza as peças enquanto patrimônios. O patrimônio é sempre vinculado à cultura, que pressupõe uma ação. No caso brasileiro, o patrimônio se constituiu como “histórico-nacional”, certificação dada por um campo constituído por especialistas que definiram como “herança” aquilo que poderia representar uma identidade nacional, consolidando “pedra e cal”. No que se refere ao patrimônio museológico, o marco foi o Museu Histórico Nacional (MHN) localizado no Rio de Janeiro, encabeçado por Gustavo Barroso no período getulista de 1930. A respeito do assunto, nos escreve com muita propriedade os pesquisadores CHAGAS (2010); SANTOS (2006); ABREU (1996); FARIAS (2014), entre tantos outros que se destacam no assunto. A

visão fetichista e auratizada sobre os objetos transformados em patrimônio nacional a favor do estado nação ainda ronda os museus. Hoje os museus pensam que não há um significado único para os objetos, eles são portadores de sentidos múltiplos uma vez que sua materialidade não garante uma única verdade. Como já foi dito neste texto, é a atribuição de sentidos, a interpretação, o valor extrínseco que define sua posição em relação ao passado, sempre questionado a partir de uma perspectiva do presente. O diálogo, a avaliação, a seleção garantem o patrimônio no jogo político e, por conseguinte os museus em suas coleções. É nesta perspectiva processual e de construção que a educação necessita ser aplicada no universo museológico. Uma premissa que se impõe a propósito de museus pode ser pensada na sua questão dimensional, ou seja, o museu processa sua dimensão educativa de ensino e de aprendizagem de modo não formal. Isso não significa que os museus atuem sem contorno organizado e sem objetivos, ao contrário; eles desenvolvem procedimentos documentais, linguagem própria do campo que define e estabelecem informação e significação individual as peças. Para além do exercício educativo, o caráter do lazer, da política, da contemplação, do encantamento e também do poder ultrapassam cada peça do museu.

Como dimensão política e de poder consideramos as diversas leituras, reflexões e mensagens que estão inerentes nas construções narrativas que os museus desenvolveram sobre as coleções. Essa dimensão política é de muita responsabilidade pois traz comunicação que não se estabelece neutra, embora deva ser dialógica e multifacetada de sentidos. De outra maneira, os processos museológicos da tríade preservação, pesquisa e difusão servem apenas como técnicas de operar na velha acepção de lugar de coisas velhas, sem vida, particularizado numa especialidade acrítica de legitimação de diferenças. A seleção, a organização e a disseminação das informações constituídas nos objetos, lançadas como saberes junto aos públicos escolares, concebem inquietações a cerca da escrita do passado ocidental e no caso deste trabalho, da História das mulheres. O reuso de informações e o avanço de

discussões pode despertar para ações futuras do social e dos museus em potencial.

O projeto que estamos apresentando está circunscrito no Programa de Pós Graduação em História da UDESC, área de concentração em História do Tempo Presente. Não ousaremos conceituar ou situar o campo de estudos, apenas anotar algumas balizas da especificidade da História do Tempo Presente. A História das mulheres na perspectiva das coleções museológicas pode ser campo de possibilidades e limites. Grosso modo, a História do Tempo Presente atua na arena de eventos não resolvidos, sem necessariamente preocupar-se com uma temporalidade. Uma ruptura do tempo histórico moderno que visa esgotar o presente, o presentismo pronunciado como Regime de Historicidade (HARTOG, 2006). Segundo ele, nas regras (regime) a que o tempo recorre, o tempo histórico tem diferentes maneiras de ser visto, é mutável segundo cada época, que privilegia o seu tempo. Daí se pode pensar o presente como qualificado para se sobressair sobre o passado e o futuro, sendo as questões históricas preponderantes a partir das tensões e crises desse presente. Vale refletir que não é o evento centrado no tempo presente que o coloca na especificidade da História do Tempo Presente (HTP). A História do Tempo presente está legitimada nas disputas traumáticas do passado, envolvendo questões éticas e subjetividades. Vale lembrar aquela afirmativa de Ricouer sobre o passado que não passa. São as sequelas que contribuem para que a temática aqui exposta possa ser posta nos enfrentamentos preconizados pela História do Tempo Presente. Não absorve a HTP das grandes narrativas, de vulto ideológico e possibilidade doutrinária, mas interessa o apelo daquelas histórias e memórias injustiçadas pela continuidade sem fim.

Na problematização de possibilidades de pesquisar a História das Mulheres na Museologia sobre a História do Tempo Presente, vemos a acrescentamento das abordagens temáticas e a cultura material como ampliação das fontes, expressas num jogo político. No assunto há claramente debate de memórias, formas e disputas daquilo que deve ser lembrado e do que deve ser esquecido, em que mecanismos e cortes estão

em aberto. Refletir sobre representações de “verdades” em torno daquilo que as ressignificações sobre diversos objetos museológicos disseram durante um longo percurso narrativo, nos incita a contribuir para o conhecimento de um passado atualizado. Cabe lembrar que os regimes de memórias são diferentes nos estratos do tempo e nos lugares. O museu do RS que será investigado por este projeto, têm questões de memórias diferenciadas, por exemplo, dos museus ibéricos. Daí a importância de se mapear as fontes e de se verificar como elas falam. Na História do Tempo Presente, o interesse está no político que se faz necessário nas problematizações. Esse político tem como objetivo a análise do processo de devolução de poder para diferentes grupos, pouco interessando metodologicamente o tempo como influencia do acontecimento, mas o olhar político sobre ele.

O processo de avaliação do MJC neste projeto se encaixa no político. Primeiramente, pela própria e inerente função da instituição museal, criada e mantida no domínio do estado. Em segundo lugar, porque o seu aparato institucional e a esfera pública decisória está no nível do controle do campo e do compromisso administrativo das políticas públicas e do sistema legal vigente brasileiro. No Brasil, com a Lei 11.904/2009 as instituições museológicas fazem parte de um sistema de museus e são regulamentados em estatuto próprio, com objetivos que vão além do campo educacional e cultural e dos interesses institucionais. No que se refere à gestão dos acervos museológicos, atualmente há um avanço favorável no processo de participação pública e comunitária por meio de comissões que constituem políticas temporárias de aquisição e descarte de coleções e seus inventários técnicos. Como diz a lei, museus por meio de seus acervos tem função cultural, educacional, social, muito além de depositários e de simples instrumentos de função educativa. Os museus são fatores de desenvolvimento a partir inserir problematizações, aprofundar informações, objetivos e experiências que conduzam com a natureza humana e os bens culturais. As lembranças e os esquecimentos fazem parte das seleções e das escolhas que se impõem no campo da cultura e da produção intelectual. Como objeto da história, o tema História

das Mulheres nas coleções museológicas ainda oscila entre a exclusão e a banalização, não tendo ao certo a centralidade crítica, necessária e atualizada frente à importância do teor político, social e cultural. Buscaremos trazer à tona a discussão, tão necessária da relação entre o campo da Museologia e o conjunto da pesquisa histórica, mas também a luz das ponderações da História do Tempo Presente.

Referências

ABREU, Regina. **A fabricação do imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil.** Rio de Janeiro: Rocco LAPA, 1996.

BENCHETRIT, Sarah Fassa. Por que refletir sobre o dilema dos museus. IN: TOSTES, Vera (Org.). **A História representada: o dilema dos museus.** Livro do Seminário Internacional. Rio de Janeiro, 2003. Livro do Museu Histórico Nacional.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

CANCLINI, Nèstor G. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade.** São Paulo: Editora da USP, 2013.

CHAGAS, Mario de S. **A imaginação museal: museu, memória e poder** em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: MinC/IBRAM, 2010.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio.** São Paulo: UNESP, 2001.

FARIA Ana Carolina G. O compromisso com a educação pública por meio do culto a saudade: investigando o caráter educativo do Museu Histórico Nacional. Dissertação de Mestrado do PPGE/UFRGS, 2014. Disponível em:

<http://sabi.ufrgs.br/F/5SAEB6KN88HXLNT64RRCJ2HXLMXX1S1C57UYKJ7D3848DXPTG6-36069?func=full-set-> Consulta em 20/08/2016.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro: Editora Paz & Terra, 2015.

GONÇALVES, José Reginaldo S. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. **Horizontes Antropológicos.** Porto Alegre: UFRGS, n. 23, p. 15-36, jan./jun. 2005.

HARTOG, François. Tempo e Patrimônio. **Varia História**. Belo Horizonte, V. 22, n. 36. Jul./dez. 2006.

HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos**: uma história. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

KOSELLECK, Reinhard. **Estratos do tempo: estudos sobre história**. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC/Rio, 2014.

MENESES, Ulpiano B. **Como explorar um museu histórico**. São Paulo: Museu Paulista da USP, 1992.

MENESES, Ulpiano B. Educação e Museus: sedução, riscos e ilusões. 2004. Disponível em <http://floresereflexosartemus.blogspot.com.br/2011/11/ulpiano-t-bezerra-de-menezes-educacao-e.html>. Acesso em maio de 2004.

MENESES, Ulpiano B. A comunicação e informação no museu: uma revisão de premissas. **Seminário Serviço de informação em museus**. Anais. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2010. P. 11-23.

MORO, Fernanda Camargo. **Museus**: aquisição e documentação. Rio de Janeiro: Livraria Eça, 1984.

NASCIMENTO, Rosana. O objeto museal, sua historicidade: implicações na ação documental e na dimensão pedagógica do museu. IN: **Cadernos de Sócio museologia**: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 1998.

PADILHA, Renata C. **Documentação Museológica e gestão do acervo**. Florianópolis: FCC, 2014. Coleção Estudos Museológicos, v.2.

RAMOS, Francisco Regis L. **A danação do objeto: o museu no ensino de história**. Chapecó: Argos/CEOM, 2004.

REDE, Marcelo. História a partir das coisas: tendências recentes nos estudos da cultura material. IN: **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, v.4, 1996. P.265-282.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: UNICAMPI, 2007.

SANTOS, Maria Celia S. **Encontros Museológicos: reflexões sobre a museologia, o museu e a educação**. Rio de Janeiro: MinC/IPHAN/DEMU, 2008. Coleção Museu, memória e cidadania, V. 4.

SANTOS, Myrian S. **A escrita do passado em museus históricos.** Rio de Janeiro: MinC/IPHAN/DEMU, 2006. Coleção Museu, memória e cidadania .

A REAFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE INTELLECTUAL NATALENSE A PARTIR DO CULTO À MEMÓRIA DO CÔNEGO MONTE

BRUNA RAFAELA DE LIMA LOPES⁷¹

RESUMO: Esta pesquisa, ainda em construção tem por objetivo analisar o culto que é praticado à memória do Cônego Luiz Gonzaga do Monte (1905-1944) a partir das ações que são praticadas em três lugares de memória do estado do Rio Grande do Norte, como o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN), o Seminário São Pedro e a Academia Norte-Riograndense de Letras (ANL-RN). Partimos da reflexão de alguns autores, como Regina Abreu, Pierre Nora, Ângela de Castro Gomes e Joel Candau. As observações desses autores sobre: *memória, lugares de memória, memorialismo, preservação da memória, guarda da memória e intelectuais* são essenciais na construção desse trabalho. As fontes principais desse estudo são reportagens, artigos e imagens, as maiores dessas fontes estão publicadas no jornal católico, *A Ordem* e no jornal *A República*. Os lugares escolhidos para análise são instituições em que os rituais simbólicos de recordação das memórias estão em pauta, continuamente e que a identidade "intelectual" natalense se reafirma, constantemente. O indivíduo que é o personagem dessa análise, Cônego Monte é tido no meio intelectual desses três lugares como o gênio do Rio Grande do Norte, é lembrado até os dias atuais nas três instituições.

Palavras-chave: Memória; Lugares de Memória; Identidade; Intelectuais; Cônego Monte.

ABSTRACT: This research, still under construction aims to analyze the cult that is practiced in memory of Canon Luiz Gonzaga do Monte (1905-1944) from actions that are practiced in three places of memory of the State of Rio Grande do Norte, as the Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN), the St. Peter Seminary and Academy-Riograndense de Letras (ANL-RN). We leave the reflection of some authors, such as Regina Abreu, Pierre Nora, Angela de Castro Gomes and Joel Candau. The observations of these authors on: *memory, memory, memory seats, memorialismo, preservation of memory, memory and intellectual Guard* are essential in the construction of this work. The main sources of this study are reports, articles and images, the majority of these sources are published in the Catholic newspaper, the order and in the newspaper the Republic. The places chosen for analysis are institutions in which the symbolic rituals of remembrance of memories are at stake, continuously and that the "intellectual" natal identity reaffirmed, constantly. The individual who is the character of this analysis, Canon Mount is held in the middle of these three places as the intellectual genius of Rio Grande do Norte, is remembered to this day in the three institutions.

Keywords: Memory; Places of memory; Identity; Intellectuals; Cônego Monte.

⁷¹ Mestre em História pela Unisinos; Professora do IFRN; email: bruna_21_pa@yahoo.com.br

Introdução

Este trabalho, ainda em construção tem por objetivo analisar e evidenciar o culto que é praticado à Memória do Cônego Luiz Gonzaga do Monte (1905-1944) a partir das ações que são praticadas em três lugares de memória do estado do Rio Grande do Norte, como o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN), o Seminário São Pedro e a Academia Norte-Riograndense de Letras (ANL-RN). Partimos da reflexão de alguns autores para nortearmos esse trabalho, dentre eles, Regina Abreu, em um de seus artigos e seguimos seu raciocínio nesse trabalho para justificar nossa escolha por esses lugares, no qual ela cita Pierre Nora que também será nosso guia:

a expressão "lugares de memória" serve como ponto de partida para este artigo. Dela retenho a ideia central de um "lugar" onde o tempo transcorre num ritmo diverso daquele em vigor num mundo em permanente e acelerado processo de transformação. Nora assinala que a razão de ser fundamental de um "lugar de memória" consiste em bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial para guardar o máximo de sentidos num mínimo de signos. Por outro lado, os "lugares de memória" vivem de sua aptidão à metamorfose, nas incessantes transformações de suas significações e em suas ramificações imprevisíveis. (ABREU, 1994, p. 66).

Diante dessa observação de Abreu, consideramos essas três instituições da capital potiguar como sendo lugares de memória, com poder em diversas esferas do Estado, como já mencionado. Também nos ancoramos teoricamente para a construção desse texto na definição do que seria um lugar de memória proposta Pierre Nora, que explicou a definição de lugar de memória a partir de seus estudos e tornou esse conceito usual e notório, ao afirmar que:

mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. [...] É material por seu conteúdo

demográfico; funcional por hipótese, pois garante ao mesmo tempo a cristalização da lembrança e sua transmissão [...]. (NORA, 1993, p. 21-22).

Partindo dessas observações de Regina Abreu e de Pierre Nora encontramos evidências para compreender os três lugares escolhidos como de fato lugares de memória, que são responsáveis por parte significativa da guarda da memória potiguar. Nessa lógica, vamos focar nesses espaços para analisarmos a consagração da memória do Cônego Luiz Gonzaga do Monte. Os lugares escolhidos são instituições em que os rituais simbólicos de rememoração estão em pauta constante. O indivíduo que é o personagem escolhido dessa análise é lembrado até os dias atuais nas três instituições, seja por comemorações ou eventos que envolvam sua história e sua obra, ou seja, por espaços dentro desses lugares que levam o seu nome.

Luiz Gonzaga do Monte nasceu na cidade pernambucana de Vitória de Santo Antão no dia 3 de janeiro de 1905, filho de Pedro Monte e Berlamina Monte foi primogênito de uma família de 05 filhos. Em 1907, em razão do pai se tornar trabalhador da estrada de ferro que ligava Pernambuco ao Rio Grande do Norte, a família mudou-se para Pesqueira (também em Pernambuco), João Pessoa (na Paraíba), Currais Novos e Natal (no Rio Grande do Norte), cidade que chegou em 1917. Nessa época Natal era uma pequena cidade com pouco mais de 20.000 habitantes, devido ao tamanho e importância só foi transformada em Diocese em 1909.

Faleceu, aos 39 anos de idade, em Natal, no dia 28 de fevereiro de 1944, às 11 horas da manhã, vítima de tuberculose, o Cônego Luiz Gonzaga do Monte. Para o Cônego Jorge O'Grady de Paiva, ex-aluno de Monte e que presenciou o acontecimento, o efeito dessa morte foi desolador para a cidade de Natal. "Sentia-se a orfandade. E, como raras vezes, a opressão do mistério da morte." (PAIVA, 1996, p. 331).

Essas informações sobre o dia da morte e o enterro do Cônego Monte, nos possibilitam retomar mais uma vez as reflexões de Regina Abreu sobre a questão do poder da memória de se consolidar no cotidiano dos grupos sociais, nesse sentido afirma que:

A confecção de máscaras mortuárias, os discursos – necrológicos – proferidos por ocasião do enterro e a produção de biografias são algumas das formas empregadas para manter viva a memória do indivíduo. Memória que, diga-se de passagem, é construída item por item (ABREU, 1996, p. 67).

Seguindo a lógica de Abreu percebemos em padre Monte um indivíduo que teve sua memória alimentada, construída e consagrada por alguns grupos no Rio Grande do Norte, percebemos ao longo da pesquisa sobre a trajetória desse indivíduo que esses grupos fazem parte, principalmente de três instituições no Estado. Instituições essas que estamos analisando como lugares de memória que buscam consolidar a imagem desse padre como um santo e um sábio.

Após o sepultamento, os jornais locais continuaram divulgando reportagens e artigos sobre o acontecido e enfatizando o significado da perda tanto para os católicos, quanto para os norte-rio-grandenses. Câmara Cascudo, que havia desfrutado da intimidade de Monte, publicou alguns artigos sobre o Cônego. Um desses artigos, divulgado no jornal “A Ordem” em 4 de agosto de 1944, foi especial por expressar com veemência a perda de Monte. Nesse artigo, Cascudo sentenciou: “depois de morto, mediu-se seu talento pela ausência dolorosa de seu trabalho. Foram descobrindo, lentamente como quem reconstrói uma porcelana, os trabalhos misteriosos, as caridades invisíveis de Luiz Gonzaga do Monte”. (CASCUDO, 1944). Percebe-se na afirmação de Cascudo, uma preocupação em valorizar a capacidade de renúncia das pessoas, em enaltecer o trabalho desinteressado. Cascudo considerava que a memória da cidade estava ameaçada pelo mundo egoísta e indiferente presente na cidade que crescia. Por isso, era importante manter viva a memória de Monte. (ARRAIS, apud CASCUDO, 2010, p. 623-648).

No decorrer das décadas de 1950 e de 1960, várias homenagens foram prestadas ao Cônego Monte. Como ele era muito presente na ANL-RN e no IHGRN, essas entidades organizaram eventos específicos para homenageá-lo. Especificamente na Academia, entidade de cujo lema (“Ad Lucem Versus” – Rumo à Luz) Monte havia sido o autor, foram realizadas várias sessões específicas para saudar o Cônego. Nessas oportunidades

sempre eram convidados conferencistas diferentes para falar sobre o homenageado, tais como: Berta Guilherme (da Juventude Feminina Católica), Maria Gurgel e o intelectual católico mariano, Nilo Pereira. No Colégio Atheneu, escola da qual havia sido professor, se organizou uma solenidade especial para colocar o seu retrato em destaque na sala da Diretoria. Fato semelhante aconteceu na Associação de professores, que o tinha como presidente de honra. As entidades católicas de Natal o homenagearam em diferentes oportunidades, dentre as quais, destacamos o Seminário São Pedro. (NAVARRO, 2009).

No IHGRN, encontramos a importância de padre Monte como intelectual do Estado, a partir do culto a sua memória. Na mais antiga instituição cultural do Estado, no interior do Instituto, tem várias fotos de padre Monte espalhadas, e uma das salas de pesquisa tem uma placa com o nome do padre apadrinhando o local e um busto dele inaugurado na festa do centenário. Em 2005 teve um evento de grande porte em homenagem ao Centenário de nascimento de Monte, organizado pelo IHGRN em parceria com o Conselho Estadual de Cultura e com a ANL-RN, nesse evento o confrade Dr. Jurandir Navarro proferiu a conferência principal para homenagear o personagem da noite e afirmou para todos os presentes que é:

Muito difícil falar sobre personalidade tão significativa, que é o homenageado desta noite, porque a sua pessoa transcende o comum dos mortais, sob o aspecto espiritual, intelectual e moral. Trata-se de personalidade das mais singulares da sociedade norte-rio-grandense. [...] Esse Centenário comemorativo lembra o primeiro intelectual do Rio Grande do norte aclamado sábio. (NAVARRO, 2005, p. 10).

Diante dessa constatação, somos levados a concordar com Regina Abreu, quando ela afirma “que as homenagens póstumas recriam a pessoa no templo da memória” (ABREU, 1996; 67). Nesse caso, esse templo seria o próprio IHGRN. Luís da Câmara Cascudo (1898-1986), historiador oficial da cidade do Natal e confrade do Instituto, referindo-se ao IHGRN, escreveu uma mensagem que foi afixada em uma placa comemorativa na sede oficial da instituição: “O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte não teve, em sua história, senão os elementos mais altos da dignidade cultural do mundo.

Foi à Casa da Justiça. Hoje é a *Casa da Memória*” (grifo nosso). Destacamos essa mensagem de Cascudo para enfatizarmos o lugar do IHGRN na consagração da memória do Estado e de personalidades tidas como ilustres para a História potiguar.

O Seminário, até os dias atuais promove algumas celebrações e encontros a fim de preservar a memória da Igreja Católica e a história de personalidades que marcaram a História da Igreja Católica potiguar. Destacaremos dois eventos que atestam nossa afirmação e faz com que uma das características dessa instituição de formação seja também evidenciada, o culto e a valorização da memória da sociedade católica norte-rio-grandense. Para isso o Seminário tem, constantemente, o trabalho de tornar viva a memória de certos acontecimentos e de certas personalidades. Essa atividade de rememoração não deixa de ser uma tarefa árdua de formação, afinal, de acordo com as ideias de Ângela de Castro Gomes:

memória é um trabalho. Como atividade, ela refaz o passado segundo os imperativos do presente de quem rememora, resignificando as noções de tempo e espaço e selecionando o que vai e o que não vai ser “dito”, bem longe, naturalmente, de um cálculo apenas consciente e utilitário. [...] A rememoração pode ser um difícil processo de negociação entre o individual e o social, pelo qual identidades estejam permanentemente sendo construídas e reconstruídas, garantindo-se uma certa coesão à personalidade e ao grupo, concomitantemente. (GOMES, 1996, p. 22).

O Seminário ao realizar um evento como esse, buscando imortalizar memórias por meio de obras, assume o papel de um verdadeiro guardião da memória literária, científica e cultural da Igreja norte-rio-grandense. O evento da exposição nos chama atenção para outro detalhe. O nome da biblioteca do Seminário São Pedro: *Biblioteca Cônego Luiz Monte*, esse detalhe, da denominação da biblioteca do Seminário, o fato de no interior da biblioteca ter esculturas com a imagem de Monte, e, também um busto do padre, a fim de tornar viva a sua memória naquele lugar e daquele lugar se irradiar para o cotidiano das pessoas que ali visitam, ou frequentam, nos faz refletir com as ideias propostas por Joel Candau, especialista no estudo

da memória e de seus usos, quando esse antropólogo trabalhou com o poder da memória na construção do passado das sociedades, nesse sentido Candau nos chama atenção para saber que:

de uma maneira geral, todos os traços que têm por vocação “fixar” o passado (lugares, escritos, comemorações monumentos etc.) contribuem para a manutenção e transmissão de lembrança de dados factuais: estamos, assim, na presença de “passados formalizados”, que vão limitar as possibilidades de interpretação do passado e que, por essa razão, podem ser constitutivos de uma memória “educada”, ou mesmo “institucional”, e, portanto, compartilhada. (CANDAU, 2011, p. 110).

A partir dessa ideia de Candau, fica evidente pra nós a função do Seminário na tentativa de consagrar a memória desses vultos católicos, em especial de Padre Monte, ao trazer sua história por meio de suas obras, mas também ao publicizar as obras do acervo da biblioteca que leva o seu nome, essas ações do Seminário São Pedro, evidenciam essa instituição, como um verdadeiro *Guardião de memória*.

Do momento das reuniões para pensar o projeto da Academia, as primeiras reuniões até ficar doente e falecer o padre Monte esteve presente, constantemente, nas atividades da Academia. Essa instituição reconheceu a atuação do Padre na percepção de alguns acadêmicos, e nomeou a biblioteca da Academia de “*Biblioteca Padre Luiz Monte*”, e em diversas sessões solenes homenageou padre Monte após sua morte, seja nas décadas de 1950 e 1960 como já mencionado, seja mais recentemente. A memória de padre Monte na Academia vem sendo celebrada em várias comemorações e situações, essas ações da academia nos leva a pensar como Joel Candau, em relação ao excesso dessas comemorações, nesse sentido Candau, afirma que:

A compulsão memorial se exprime de múltiplas formas: comemorações (de mais em mais celebradas no registro do que eu proponho chamar comemorialismo) (CANDAU, 2005) isto é, uma moral imperiosa da comemoração que invade o campo político-midiático e o debate público, aniversários, conflitos de memória, paixão genealógica, retrospectiva generalizada, busca de origens ou “raízes”, gosto pelas biografias e narrativas de vida,

reemergência ou invenção de numerosas tradições e outras formas ritualizadas da reminiscência. (CANDAU, 2005, p. 110).

Desse modo, após tantas inquietações que esse trabalho nos provocou, mapearemos outras possibilidades interpretativas, a partir de um montante ainda maior de fontes e voltaremos para essas fontes já analisadas para refletirmos sobre essas questões da repetição sobre as celebrações a fim de consolidar a memória de Monte, pois um bom indicativo da eficácia do processo de instituição de uma memória, coletiva ou individual, é a repetição, o quanto ela é lembrada. Isso atesta sua capacidade de mobilizar pessoas e produzir identidades. Ou seja, sua vitalidade. (POLLAK, 1989).

Para a continuação da pesquisa, abordaremos com mais ênfase uma das relações apontada nesse *texto* que foi a questão do poder de preservação de uma memória na concepção de uma trajetória intelectual. Esse exercício será muito válido, pois estamos envolvidos na pesquisa com a trajetória intelectual de padre Monte e essa relação entre memória, lugares de memória, preservação, celebração e poder será significativa para entendermos a construção de padre Monte, enquanto um intelectual.

Referências:

ABREU, Regina. **A fabricação do imortal**: memória, história e estratégias de consagração no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco; Lapa, 1996.

_____. Emblemas da nacionalidade: o culto a Euclides da Cunha. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 9, n. 24, p. 66-84, 1994.

ARRAIS, Raimundo. In: CASCUDO, Luís da Câmara. **História da Cidade do Natal**. 4 ed. Natal: EDUFRRN, 2010. Posfácio.

CANDAU, Joel. Memórias e amnésias coletivas. In: _____. **Antropologia da memória**. Lisboa: Instituto Piaget, p. 83-122. 2005.

_____. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.

CASCUDO, Luís da Câmara. Bolsa de estudos eclesiásticos. (04.08.1944, publicado originalmente no Jornal A Ordem). In: _____. **O Livro das Velhas Figuras**. Natal/RN: IHGRN. v. 04, 1978.

GOMES, Ângela de Castro. A guardiã da memória. **Acervo** - Revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1-2, p. 17-30, jan./dez. 1996.

NAVARRO, Jurandir. **Centenário do Padre Luiz Monte**: conferência de Jurandir Navarro. Natal/RN: Nordeste Gráfica e Editora, 2005.

_____. Natal, 30 de junho de 2009. **Entrevista** concedida a Bruna Rafaela de Lima, na sala de reunião do IHGRN.

NORA, Pierre. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. In: Projeto História, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez., 1993.

PAIVA, Jorge O' Grady. **Verdade e Vida**. 2º. Ed. Natal: Ed. Gráfica Nordeste, 1996. (A primeira edição dessa obra foi publicada no Rio de Janeiro em 1947).

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, 3: 3-15, 1989.

**IMAGENS DA POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL: AS FOTOGRAFIAS
DO ACERVO PARTICULAR DE FRANCISCO DE PAULA BROCHADO
DA ROCHA (1945-1962)**

DOUGLAS SOUZA ANGELI⁷²
SAMUEL DA SILVA ALVES⁷³

Resumo: Este trabalho propõe uma análise da política no Rio Grande do Sul entre os anos de 1945 e 1962, utilizando fotografias do acervo particular de Francisco de Paula Brochado da Rocha. A partir dele, busca-se obter um maior entendimento acerca das práticas políticas do período, bem como das elites políticas do Estado.

Palavras-chaves: Francisco Brochado da Rocha; representação política; campanhas eleitorais; imagens.

Abstract: This study propose an analysis of politics in Rio Grande do Sul between 1945 and 1962 using the pictures of Francisco de Paula Brochado da Rocha's private collection. We seek to obtain, through this collection, a better understanding of the political practices at this period as well as about the political elites of the state.

Keywords: Francisco Brochado da Rocha; political representation; electoral campaigns; images.

1. Considerações iniciais

Francisco de Paula Brochado da Rocha (1910-1962) foi um político gaúcho que atingiu projeção nacional, exercendo, inclusive, o cargo de primeiro-ministro no último ano da breve experiência parlamentarista iniciada com a posse de João Goulart na presidência da República. No Rio Grande do Sul, foi deputado estadual pelo Partido Social Democrático, eleito em 1947, e integrou o secretariado do governo de Leonel Brizola (1959-1962).

O acervo particular de Francisco Brochado da Rocha está disponível para pesquisa no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, sendo composto por documentos pessoais e relativos a atividades profissionais, acadêmicas e políticas, bem como um precioso conjunto iconográfico. O objetivo deste trabalho é apresentar esse acervo de fotografias de Brochado da Rocha e refletir sobre suas potencialidades como objeto e como fonte para os estudos de história política do Rio Grande do Sul entre 1945 e 1962.

72 Doutorando em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Bolsista CNPq. E-mail: douglasangeli@hotmail.com.

73 Graduando em História no Centro Universitário La Salle. Bolsista da FAPERGS. E-mail: samuel.alves13@outlook.com.

2. O político⁷⁴

Francisco Brochado da Rocha nasceu em 08 de agosto de 1910, em Porto Alegre, filho de Otávio Francisco da Rocha e Inácia Brochado da Rocha⁷⁵. Formou-se em Direito Constitucional pela Faculdade de Direito de Porto Alegre, tendo frequentado também o Instituto Lafayette, no Rio de Janeiro, e o Colégio Militar de Porto Alegre. Entrou para a vida pública em 1946, como Secretário da Educação e Cultura e Secretário da Segurança Pública no Rio Grande do Sul. Ainda no exercício do cargo, foi eleito, em 1947, deputado estadual. Durante seu mandato no Legislativo gaúcho (1947-1951), participou da Constituinte de 1947, exercendo o cargo de relator geral. Também neste período, assumiu a cadeira de Direito Constitucional, na faculdade do qual foi egresso (1947), e também a cadeira de Política da Faculdade de Filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul (1951).

Além de tomar assento na Assembleia Legislativa, Francisco Brochado da Rocha exerceu uma série de outras funções durante a década de 1950 e 1960. Dentre estes, destacamos, a nível nacional, o cargo de Consultor Geral da República (1955) e de Membro da Comissão Especial de Juristas (1956), encarregada de apresentar sugestões ao Ministro do Interior e Justiça, para a Reforma Constitucional. A nível estadual, Brochado da Rocha ocupou inúmeros cargos, principalmente durante o governo de Leonel de Moura Brizola. Dentre estes, destacamos os cargos de Secretário de Segurança Pública e Secretário do Interior e Justiça, além de, interinamente, ter sido nomeado Secretário da Fazenda, Secretário do Trabalho e Habitação, Secretário da Administração, Secretário da Energia

⁷⁴ Para este resumo biográfico de Francisco Brochado da Rocha, utilizamos o Dicionário Histórico Biográfico do CPDOC, disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>.

⁷⁵ A atividade política tinha origem familiar. Seu pai, Otávio Rocha (1877-1928), foi membro do PRR, deputado estadual (1909-1912) e federal (1912-1914; 1918-1924) e intendente de Porto Alegre (1924-1928) (COSTA FRANCO, 2010, p. 182). Seus irmãos, José Diogo e Antonio Brochado da Rocha, também exerceram atividades políticas, o primeiro sendo o deputado estadual mais votado nas eleições de 1947, com 20.446 votos, repetindo a liderança quando eleito deputado federal em 1950 com 44.812 votos e concorrendo a governador em 1954 pelo PSP, cargo para o qual não foi eleito (CORTÉS, 2007; CPDOC); o segundo sendo prefeito nomeado de Porto Alegre no fim do Estado Novo (CPDOC).

e Comunicações, Secretário da Economia, Indústria e Comércio e também Governador.

Francisco Brochado da Rocha viria a ganhar notoriedade nacional no início da década de 1960, após a renúncia de Jânio Quadros e o impasse quanto à posse do Vice-Presidente eleito, João Goulart, crise que teve como consequência a instalação do parlamentarismo no Brasil. Escolhido como Primeiro-Ministro brasileiro, Tancredo Neves renunciou ao cargo em 26 de junho de 1962, abrindo caminho para que Brochado da Rocha assumisse, após a aprovação do Congresso por um placar de 215 a favor e 58 contra, o cargo deixado pelo pessedista. No contexto de discussão do plebiscito que decidiria sobre o retorno ou não do presidencialismo, e de tensões militares e civis, Brochado da Rocha renunciou ao cargo em 14 de setembro de 1962 (FERREIRA, 2011, p. 308-310). Em seguida, regressou a Porto Alegre, aonde viria a falecer 12 dias depois.

3. O acervo

As fontes deste trabalho fazem parte de um *corpus* maior, formado por documentos do acervo particular de Francisco de Paula Brochado da Rocha, custodiado no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRG). Tais documentos são de natureza essencialmente profissional, predominando as atividades políticas e acadêmicas, juntamente com a documentação referente às suas atividades como advogado particular. Além destes, encontram-se também armazenados documentos de ordem pessoal, como exames médicos, cartões de felicitações, entre outros.

O acervo encontra-se organizado em 19 séries, sendo elas: Atividades acadêmicas; Atividades como deputado estadual; Procurador do município de Porto Alegre; Secretária do Interior e Justiça do Rio Grande do Sul; Coletânea de projetos e leis; Correspondências; Atividades como advogado particular; Atividades como governador substituto; Secretária da Fazenda do Rio Grande do Sul; Presidente do Conselho de Ministros; Jornadas de Direito Constitucional Comparado – Brasil/Uruguai; Consultor Geral da República; Atividades na educação; Diversos; Periódicos;

Publicações; Jornais; Iconografia – Álbuns; Iconografia – fotos avulsas. Tais séries estão divididas em 54 caixas – contendo 51 maços, além de fotos avulsas e objetos –, 08 pastas – contendo recortes de diversos jornais – e 11 maços avulsos – contendo quadros, alguns, entre outros. Neste trabalho, utilizamos fontes da série Iconografia – fotos avulsas –, referida anteriormente.

As fotografias avulsas não possuem um ordenamento ou divisão por assunto, tampouco por ordem cronológica, havendo inclusive imagens da vida pessoal e familiar de Francisco Brochado da Rocha, em especial fotos com sua esposa, Jurema Caruso da Rocha, e fotos do acervo de seu filho, Otávio Caruso da Rocha, com atividades políticas da fase inicial do Partido Democrática Trabalhista (PDT)⁷⁶. As fotos de atividades políticas de Brochado da Rocha incluem eventos relativos à política nos âmbitos estadual e nacional, acompanhadas de poucas informações e com raras identificações dos presentes. Há grande quantidade de imagens das elites dirigentes das sessões gaúchas do Partido Social Democrático (PSD) e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), entre os quais se destacam Alberto Pasqualini, Clóvis Pestana, Cylon Rosa, Ernesto Dornelles, Getúlio Dornelles Vargas, João Belchior Marques Goulart, Leonel de Moura Brizola, Protásio Vargas, Tarso Dutra e Walter Jobim, além de figuras nacionais como Eurico Gaspar Dutra, Henrique Teixeira Lott e Juscelino Kubitschek.

Considerando somente as fotografias relativas a eventos políticos do período de 1945 a 1962, é possível e sugerida a seguinte classificação:

1. Política no Rio Grande do Sul;

1.1 Assembleia Constituinte de 1947 e Assembleia Legislativa (1947-1951);

1.2 Governo Ernesto Dornelles (1951-1955);

1.3 Governo Leonel Brizola (1959-1962);

1.4 Campanhas eleitorais;

1.4.1 Campanha de Eurico Dutra no Rio Grande do Sul (1945);

1.4.2 Campanha para as eleições estaduais de 1947;

1.4.3 Campanha de Henrique Lott e João Goulart no Rio Grande do Sul (1960);

⁷⁶Incluindo políticos como Leonel Brizola, Sereno Chaise e Dilma Rousseff.

1.5 *Velório de Francisco Brochado da Rocha (1962)*;

2. Política nacional;

2.1 *Getúlio Vargas (1937-1954)*;

2.2 *Governo Juscelino Kubitschek (1956-1961)*;

2.3 *Governo João Goulart (1961-1962)*;

2.4 *Gabinete Brochado da Rocha (1962)*.

4. Imagens da política: aportes teórico-metodológicos

Conforme Boris Kossoy (1989, p. 80), a fotografia enquanto documento deve ser articulada com outras fontes históricas, possibilitando a busca de pistas sobre a atuação do fotógrafo e de suas intenções. Para além da “verdade iconográfica”, o autor nos convida a considerar que o significado mais profundo da imagem não está necessariamente explícito: “O vestígio da vida cristalizado na imagem fotográfica passa a ter sentido no momento em que se tenha conhecimento e se compreendam os elos da cadeia de fatos ausentes da imagem” (KOSSOY, 1989, p. 80).

Também para Ana Maria Mauad (2008, p. 37) a fotografia é uma fonte histórica que exige do historiador um novo tipo de crítica e deve ser considerada, remetendo a Jacques Le Goff (2003), como imagem/documento e como imagem/monumento: “No primeiro caso, considera-se a fotografia como índice, como marca de uma materialidade passada, na qual objetos, pessoas, lugares nos informam sobre determinados aspectos deste passado [...]. No segundo caso, a fotografia é um símbolo, aquilo que, no passado, a sociedade estabeleceu como a única imagem a ser perenizada para o futuro. Sem esquecer jamais que todo documento é monumento, se a fotografia informa, ela também conforma uma determinada visão de mundo” (MAUAD, 2008, p. 37).

Sendo que o historiador atribui à fotografia um sentido diferente do original, de acordo com a problemática por ele estudada, no problema proposto e na construção do objeto de estudo reside a competência de quem analisa imagens do passado: “A imagem não fala por si só; é necessário que as perguntas sejam feitas” (MAUAD, 2008, p. 41). Ainda conforme Mauad (2008, p. 43), “deve-se compreender a fotografia como uma escolha efetuada em um conjunto de escolhas então possíveis”.

No presente trabalho, propomos a leitura destas imagens em dois movimentos distintos: primeiro, buscando analisar os elementos, presentes nas fotografias, que sirvam de indicativos das práticas políticas daquele período, sendo a presença de tais elementos pensada ou não por quem produziu a imagem; segundo, buscando compreender a forma como os políticos deram-se a ver de forma deliberada, entendendo a construção da imagem como algo inerente à prática política. Em ambos os movimentos que orientarão a análise, devemos considerar fotografias em estudo como meios pelos quais os políticos, em especial Brochado da Rocha, demonstraram-se detentores das competências necessárias ao exercício da representação política⁷⁷.

5. Imagens da política: exercícios de análise

Selecionamos algumas fotografias do acervo como forma de exercitar a análise acima proposta. Iniciaremos com uma imagem da campanha eleitoral de 1947, quando Brochado da Rocha concorreu a deputado estadual pelo PSD. Em seguida, cenas da campanha de Eurico Dutra no Rio Grande do Sul, em 1945, e da campanha do Marechal Lott, em 1960.

Figura 1: Campanha eleitoral de Brochado da Rocha em 1947

⁷⁷ Conforme Pierre Bourdieu (2012, p. 169-170), somente aqueles que possuem tais competências podem entrar no jogo político com alguma probabilidade de sucesso. A aquisição deste *habitus político* supõe uma preparação especial: primeiro, a aprendizagem de saberes específicos (teorias, problemáticas, conceitos, tradições históricas, dados econômicos, etc) e das capacidades mais gerais (como o domínio de uma certa linguagem e de uma certa retórica política); segundo, uma inculcação do domínio prático da lógica do campo político, espécie de ritual de iniciação que vai impondo uma submissão aos valores, às hierarquias e às censuras inerentes a este campo.



Fonte: APBR – Iconografia – fotos avulsas – doc. 129 (AHRs).
Figura 2: Campanha de Eurico Dutra em Porto Alegre (1945)



Fonte: APBR – Iconografia – fotos avulsas – doc. 32 (AHRs)

Figura 3: Campanha de Henrique Lott



Fonte: APBR – Iconografia – fotos avulsas – doc 63 (AHRs).

Nos três casos, não sabemos se havia algum objetivo definido na produção das fotografias. De todo o modo, elas foram pensadas, por quem as produziu, considerando um conjunto de elementos como importantes para expressar imagetivamente a política. Ao mesmo tempo, as três fotografias proporcionam a visualização de práticas de campanha eleitoral nas quais o objetivo é, justamente, o de dar visibilidade aos candidatos. Destas práticas, as fotografias evidenciam a distribuição de panfletos (figura 1), por meio de uma espécie de banca montada em espaço de uso público, na qual constam cartazes do candidato Brochado da Rocha (havendo, inclusive, uma fotografia do candidato no cartaz).

A fotografia do desfile do candidato Eurico Dutra (figura 2), provavelmente na Rua dos Andradas, em Porto Alegre, sob chuva de papéis picados, indica a ideia de receptividade: é fundamental, na busca pelo convencimento, que o candidato seja “bem-recebido” por onde passa. A fotografia da campanha de Henrique Lott no Rio Grande do Sul, em município não identificado, mas provavelmente no interior, indica ao menos duas coisas: primeiramente, a busca por construir uma imagem de proximidade entre candidato e eleitores, que propicia-nos o entendimento das campanhas eleitorais como conjunto de práticas de mobilização; e, juntamente com a anterior, propicia o entendimento das campanhas

enquanto série de eventos que rompem com o cotidiano e, portanto, como série de práticas de mobilização que se dão no tempo determinado que antecede às eleições.

A seguir, selecionamos duas imagens que dizem respeito a outras práticas políticas, além das daquelas de mobilização eleitoral acima destacadas. Primeiro, uma imagem de Brochado da Rocha durante os trabalhos da constituinte estadual de 1947. Em seguida, uma reunião da Ala Moça do PSD.

Figura 4: Brochado da Rocha na comissão constitucional (1947)



Fonte: APBR – Iconografia – fotos avulsas – doc. 54 (AHRs).

Figura 5: Reunião da Ala Moça do PSD (sem data)



Fonte: APBR – Iconografia – fotos avulsas – doc. 152 (AHRs).

Se as imagens relativas às campanhas eleitorais evidenciam práticas de mobilização, de visibilidade e de aproximação entre candidatos e eleitores, as figuras 4 e 5 dizem respeito ao exercício da política no âmbito da representação parlamentar e da atividade partidária. Conforme Pierre Bourdieu (2012, p. 169), a preparação de um *habitus* político pressupõe um processo de aprendizagem de capacidades gerais de linguagem e retórica: “A do *tribuno*, indispensável nas relações com os profanos, ou a do *debater*, necessária nas relações entre profissionais”. Ou seja, além da relação com os eleitores, seja na forma do comício ou de outros eventos, é necessário ser suficientemente competente na relação com os pares (partido e parlamento) e no exercício da representação política.

A figura 4 busca dar visibilidade ao deputado Brochado da Rocha, no processo de constituinte estadual, como detentor das competências necessárias ao legislador, enquanto na figura 5 temos uma típica atividade partidária: o orador não aparece na fotografia, mas sua sombra, delineada na cortina que é o pano de fundo da cena, torna evidente aquilo que possivelmente foi o objetivo do fotógrafo e do político: da parte do primeiro, dar a ver como a política exige de quem a pratica no meio partidário a competência do tribuno; do segundo, dar-se a ver como detentor de tal competência. A própria sombra, refletida na cortina, é uma imagem do exercício da política no sentido que precisamos ao longo deste texto.

6. Considerações finais

O estudo do acervo iconográfico de Francisco Brochado da Rocha possibilita uma compreensão mais rica da produção da visibilidade de uma fração da elite política gaúcha por meio da fotografia, além de fornecer elementos para compreensão das práticas políticas do período. Com isso, oportuniza análises acerca dos ritos característicos da política e da forma como tal elite apresentava-se como detentora das competências necessárias à representação política.

Referências

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 16 ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2012.

CORTÉS, Carlos E. **Política Gaúcha (1930-1964)**. Porto Alegre: Edipucrs, 2007.

COSTA FRANCO, Sérgio da. **Dicionário político do Rio Grande do Sul. 1821-1937**. Porto Alegre: Suliani Letra e Vida, 2010.

CPDOC. Dicionário histórico-biográfico brasileiro. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>.

FERREIRA, Jorge. **João Goulart – uma biografia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. São Paulo: Ática, 1989.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas/SP: UNICAMP, 2003.

MAUAD, Ana Maria. **Poses e flagrantes: ensaios sobre história e fotografias**. Niterói, RJ: UFF, 2008.

O PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO E SUAS IMPLICAÇÕES NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

GUILHERME DIAS⁷⁸

ALEXANDRA BEGUERISTEIN⁷⁹

JOÃO VITOR SAUSEN⁸⁰

MURILO DE MELO PENHA⁸¹

DR. ANDRÉ LUIS RAMOS SOARES⁸²

Resumo: O resumo e o abstract devem ser em fonte Arial 12, espaçamento simples. O limite de linhas é o da página: título, nome dos autores, resumo e abstract não devem ultrapassar o limite da primeira página do manuscrito.

Palavras-chaves: palavra chave; usar ponto e vírgula; no máximo 5 (cinco).

Abstract: O resumo e o abstract devem ser em fonte Arial 12, espaçamento simples. O limite de linhas é o da página: título, nome dos autores, resumo e abstract não devem ultrapassar o limite da primeira página do manuscrito..

Keywords: palavra chave; usar ponto e vírgula; no máximo 5 (cinco).

Introdução

A polissemia do termo patrimônio revela amplas possibilidades de abordagens, do trabalho nos arquivos à pesquisa de campo, das recomendações internacionais (UNESCO e ICOMOS) às políticas nacionais e estaduais (IPHAN e IPHAE), potencial turístico, musealização, estudos referentes às técnicas construtivas, conservação, restauro, educação patrimonial, entre outros.

Francoise Choay, que analisa o processo de preservação do patrimônio francês demonstra a polissemia do termo, destacando a ampliação de significados e de bens contemplados pela preservação, afirmando que:

⁷⁸ Doutorando do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria – guilhermediaspoa@bol.com.br

⁷⁹ Doutoranda do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria – abeguesristain@gmail.com

⁸⁰ Acadêmico do Curso de História da Universidade Federal de Santa Maria – sausenjoavitor@gmail.com

⁸¹ Acadêmico do Curso de História da Universidade Federal de Santa Maria – murilopenha96@gamil.com

⁸² Professor Associado do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Maria – alrsoaressan@gmail.com

Patrimônio histórico. A expressão designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, construído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas da belas-artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e *savoir-faire* dos seres humanos. (CHOAY, 2001. P.11)

Nesse fragmento a autora evidencia duas importantes questões, primeiro o fato de tratar-se de um legado (passado) e segundo por ampliar-se (polissemia) essa ampliação da expressão “Patrimônio Histórico” acabou por contemplar uma diversa gama de imóveis, objetos e saberes, que seriam considerados representativos/emblemáticos, atestados de uma época ou da genialidade humana e por isso dignos de representação.

O presente artigo procura evidenciar algumas das problemáticas que envolvem o processo de patrimonialização, compreendido aqui como o trâmite legal (processo de tombamento) analisado levando em consideração os agentes envolvidos e os valores atribuídos aos bens tombados.

A patrimonialização: questões pertinentes

A patrimonialização é compreendida aqui como um elemento que colabora para a permanência de determinados bens na paisagem, colaborando para a formação do que para Pierre Nora são os lugares de memória (NORA, 1993) assim o processo de eleição de determinados espaços para a preservação colabora para que esses locais sejam referenciais para a memória e para a identidade. Tomaso destaca outro aspecto importante da patrimonialização:

Importa ressaltar que o processo de patrimonialização nem sempre visam fins que tem a ver com a preservação de uma identidade e frequentemente, como já vimos, operam exclusões sociais. Podem, por exemplo, atender a propósitos como os de disciplinamento social dos espaços públicos, de branqueamento de certas características identitárias e ou higienização dos hábitos das classes populares. (TOMASO, 2012, p.26).

A problematização feita pela autora nos interessa na medida em que colabora para uma visão crítica do processo de patrimonialização, levando em conta também, suas consequências como influência no binômio memória/esquecimento, através do que a autora chamou de “disciplinamento social do espaço”, o eu pode ser visto como uma determinação do que seriam esses lugares de memória que, segundo Nora:

São Lugares com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos. Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, somente é um lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. (NORA, 1993, p. 21)

Os valores atribuídos aos bens através do processo de tombamento, sua preservação e sua utilização (como igreja, museu, escola, entre outros), aproximam os patrimônios ao conceito de lugar de memória, porém um aspecto importante não pode ser negligenciado pelo pesquisador do patrimônio, a relação que as pessoas possuem com os bens tombados. A partir dessa relação alguns questionamentos podem ser elencados, como, por exemplo: Quais seriam as implicações do processo de patrimonialização para a memória individual e para a memória coletiva? De que forma o patrimônio é pensado e apropriado pela população? Os grupos que consideram o bem patrimônio na abertura do processo se mantem os mesmos anos após o final do processo de tombamento?

Algumas definições de memória podem nos ajudar a pensar acerca das reflexões propostas, ao abordar a memória e sus aspectos individuais e coletivos Halbwachs contribui para demonstrar a complexidade o tema:

Seria o caso, então de distinguir duas memórias, que chamaríamos, se o quisermos, a uma interior ou interna, a outra exterior; a uma memória pessoal, a outra memória social. Diríamos mais exatamente ainda: memória autobiográfica e memória histórica. A primeira se apoiaria na segunda, pois toda história de nossa vida faz parte da história em geral. Mas a segunda seria naturalmente, bem mais ampla do que a primeira. Por outra parte, ela não nos representaria o passado senão sob uma obra resumida e

esquemática, enquanto a memória de nossa vida representaria um quadro bem mais contínuo e mais denso. (HALBWACHS, 2004.p.41)

Dessa forma, segundo o autor, a memória individual, busca referências na memória social (coletiva) e dela também faz parte. Assim, ao definir o que será preservado, também, de certa forma, se define o que será lembrado e por consequência, o que será esquecido, não só no plano coletivo, mas também no individual.

As intersecções entre o patrimônio e a memória são abordadas por Tedesco, que nos ajuda a refletir acerca das problemáticas presentes na pesquisa com o patrimônio, com a memória(individual e coletiva), o tempo (passado e presente) através dos critérios de seleção e de certo como com futuro (legado/lembrança) são elementos não devem ser negligenciados nas pesquisas, segundo o autor:

Percebemos que cada vez mais os elementos mediadores da memória, sejam objetivos, de consciências coletiva e individual, de políticas de lembrança e de esquecimento, etc., servem de suporte à cultura, à identidade social e étnica, à tradição, à possibilidade de materialização das formas simbólicas da vida cotidiana, bem como aos dramas e tramas históricos. (TEDESCO, 2004.p.28)

E assim, a relação patrimônio e memória explicita-se, através da materialidade (geralmente) que serve de suporte a memória, a referida política da lembrança e esquecimento da qual o autor se refere pode ser associada ao processo de patrimonialização e sua lógica seletiva que acaba influenciando nas memórias em um processo conhecido como enquadramento da memória, acerca do qual Pollak afirma que:

O trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história. Esse material pode sem dúvida ser interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas; guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro. (POLLAK, 1989/3.p. 09)

A patrimonialização pode fazer parte do enquadramento da memória, isso porque é responsável por definir parte dos lugares de

memória, porém cabe lembrar que “a memória opera com grande liberdade escolhendo acontecimentos no espaço e no tempo, não arbitrariamente, mas que se relacionam através de índices comuns. São configurações mais intensas quando através delas incide o brilho coletivo.” (BOSI, 2003, p.31)

Esses questionamentos podem elucidar a complexidade do trabalho com o patrimônio, suas intersecções com a memória e com a identidade são um desafio sempre presente para o historiador que procura abordar esse tema.

A patrimonialização no Estado do Rio Grande do Sul

O órgão responsável pela preservação patrimonial no Estado do Rio Grande do Sul é o Instituto do Patrimônio Histórico do Estado – IPHAE, sua criação remonta uma preocupação com o patrimônio estadual que nos remete à década de 1960, onde o Decreto nº 17.018 de 1964 cria a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado que tem por finalidade “inventariar, tomba e conservar as obras e documentos de valor histórico e artístico, monumentos, paisagens e locais dotados de particular beleza” (ZANIN, 2006, p.45), antecipando as diretrizes do compromisso de Brasília, firmado em abril de 1970 na capital federal, dentre suas determinações destaca-se:

Reconhecem a inadiável necessidade de ação supletiva dos Estados e dos Municípios à atuação federal no que se refere à proteção dos bens culturais de valor nacional; aos Estados e Municípios também compete, com a orientação técnica da DPHAN, a proteção de bens culturais de caráter regional; (IPHAN, 2004, p.188)

A partir do Compromisso de Brasília a União, Estados e Municípios, partilham as responsabilidades pela proteção dos bens considerados excepcionais, dignos de preservação sobre os quais incidiu o processo de patrimonialização, as reflexões aqui propostas são fruto da análise dos processos de tombamento estaduais entre os anos de 1980 e 2000 (90 processos).

Frinéia Zanim (2006) analisa a preservação do patrimônio edificado do Estado do Rio Grande do Sul, e optou por classificá-los conforme o decreto-lei nº25 de 1937, ou seja, dividiu os tipos de tombamento em três grupos: “compulsório, voluntário e de ofício”.

Essa classificação colabora para a compreensão da postura adotada pelo IPHAE em diferentes momentos de sua história. No entanto, acreditamos que tal classificação não seria a melhor indicada para a análise do processo de patrimonialização, visto que demonstra mais sobre a postura do órgão do que os critérios que envolvem a valorização dos bens. A saber o tombamento de ofício incide sobre bens do Estado, tombamento voluntário quando há o desejo dos proprietários, e compulsório quando há resistência por parte dos proprietários.

Guilherme Dias (2012), em contato com as mesmas fontes, adotou uma classificação diferenciada por entender que o desenvolvimento dos processos, o envolvimento de agentes externos ao órgão de proteção e a atribuição de valores a determinados bens, não podem ser detectados apenas pelo tipo de tombamento (voluntário, compulsório ou de ofício), é preciso levar em conta todo o processo de tombamento e as fontes contidas no mesmo.

Assim, conforme classificação os patrimônios estaduais foram divididos nos seguintes grupos: Bens cuja percepção da preservação partiu do Estado; bens históricos onde a necessidade de preservação justifica-se pelo seu elevado estado de degradação; bens que tiveram o tombamento contestado e bens onde a principal justificativa para a preservação é sua ligação com a história e cultura das diferentes etnias que compõem o Estado do Rio Grande do Sul. (DIAS, 2012)

Os processos de tombamento estaduais atestam a trajetória da política de preservação no Estado do Rio Grande do Sul, nessa trajetória diferentes práticas foram adotadas e novas leis foram criadas, o que colaborou para uma ampliação do serviço de proteção estadual. Os processos de tombamento, refletem as modificações nas políticas culturais do Estado e entre 1980 e 2000, não possuem uniformidade, porém, dividindo esses períodos em quatro períodos de cinco anos cada é possível

agrupar processos com um padrão de documentação semelhante que torna-se cada vez mais técnica com o passar dos anos. (DIAS, 2012, p.77) demonstrando um maior rigor técnico atestado pela documentação diversificada.

A documentação geralmente encontrada nos processos de tombamento, jornais, revistas, correspondências, fotografias, a solicitação de tombamento que pode ser feita por um cidadão, por um grupo de pessoas, uma associação, uma instituição como, por exemplo, um museu. Na solicitação pretendemos perceber qual o elemento é considerado como a principal justificativa para o tombamento, caso o elemento ético apareça como o principal os demais documentos do processo serão analisados, geralmente a solicitação do tombamento conta com um histórico do bem.

O levantamento histórico do bem é outro elemento importante, porém nem sempre presente nos processos, colabora para percepção de que período histórico, grupo, ou personalidade esta sendo exaltada no processo.

Ainda é possível contar com um parecer/laudo técnico, fornecido, geralmente, por um arquiteto, nele é possível perceber a condição/estado de conservação do bem, e ainda que o parecer emita uma posição favorável ou contrária ao tombamento, explicando os motivos para tal, buscamos nesse documento compreender se o bem foi tombado por suas características arquitetônicas, por sua história ou por representar a história/memória. Os pareceres demonstram a visão oficial do Órgão.

Conclusão

Os conjuntos de documentos presentes nos processos de tombamento colaboram para elucidar diversos aspectos do processo de patrimonialização através deles podemos compreender, em parte, como se deu a preservação de determinados bens, como ocorreu esse enquadramento da memória, porém, a análise documental não dá conta da complexidade do tema.

Como alternativa metodológica a elaboração e aplicação de questionários podem colaborar para atestar as questões existentes na

documentação dos processos de tombamento e ainda elucidar novos questionamentos referentes aos bens tombado, questionário pode ser definido como:

[...] um instrumento de coleta de dados construído por uma série de perguntas ordenadas, que devem ser respondidas por escrito, sem a presença do entrevistador. Junto com o questionário deve ser enviado uma carta explicando os objetivos e a relevância da pesquisa, visando motivar o recebedor para que preencha e desenvolva o instrumento. (DMITRUK e GALLON, 2004. p.132)

Aplicar os questionários pode elucidar uma série de questões, visto que, as respostas individuais e pessoais podem nos fornecer mais informações sobre a memória individual e a identidade, sendo possível traçar as relações entre o impacto do processo de patrimonialização e a memória.

Entrevistas, utilizadas pela história oral, também podem fornecer valiosas informações acerca das vivências e da relação de afetividade com o patrimônio histórico “se a memória é não passividade, mas forma organizadora, é importante respeitar os caminhos que os recordadores vão abrindo a sua evocação porque são o mapa afetivo da sua experiência e da experiência de seu grupo – no caso até mesmo em sua cidade” (BOSI, 2003.p.56)

A complexidade do processo de patrimonialização exige a busca de novas alternativas metodológicas que possibilitem a ligação entre o patrimônio pensado, justificado e legitimado pelo Estado e agentes envolvidos no processo e o patrimônio vivido, ou seja, aquele que serve de referencial à memória individual.

Referências

- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro Zahar 2001
- BHABHA, Homini K. **O local da Cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2013
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do Patrimônio**. São Paulo: UNESP. 2001.
- DIAS, Guilherme. **O Patrimônio no Estado do Rio Grande do Sul: política, ações e preservação**. Dissertação de Mestrado. Curso de Pós-

graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2012.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em Processo: Trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 2ª edição revisada e ampliada. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MinC-IPHAN, 2005.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

HARTOG, Françoise. **Regimes de Historicidade: Presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

MAFFESOLI, Michel. Saturação. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural, 2010.

MEIRA, Ana Lúcia. **O Passado no Futuro da Cidade Políticas Públicas e Participa o Popular na Preserva o do Patrimônio em Porto Alegre**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. IN Estudos Históricos, São Paulo. Ed: Revista dos tribunais. 1989/3.

RICOUER, Paul. **A marca do passado**. In: História da Historiografia. N 10. Ouro Preto. 2012.

SANTOS, Myriam Sepúlveda dos. **Memoria coletiva e teoria social**. São Paulo. Ammblume, 2003.

TEDESCO, João Carlos. **Nas Cercanias da Memória: Temporalidade Experiência e Narra o**. Passo Fundo: UPF; Caxias do Sul: EDUCS, 2004.

TOMASO, Izabela M. **Por uma distin o dos patrimônios em Rela o   história,   memória e   identidade**. In: DE PAULA, MENDONÇA e ROMANELLO. Polifonia do Patrimônio. Londrina: Eduel. 2012.

PATRIMONIO CULTURAL, MEMÓRIA SOCIAL E IMAGEM

JULIANE PETRY PANOZZO CESCO⁸³

Resumo: Este trabalho realiza um breve estudo teórico sobre patrimônio cultural e memória social utilizando principalmente o aporte dos autores Dominique Poulot (2009) e James Fentress e Chris Wickham (1992), tendo por objetivo referenciar estudos preliminares para constituição de tese de doutoramento que envolve a análise de uma obra de arte do século XVIII, presente em uma comunidade do município de Encantado/RS. O referencial bibliográfico mostra que são muitos os fatores que intervêm na constituição do patrimônio cultural e da memória, tais como as relações entre interpretações e conflitos no âmbito social e políticas culturais que definem a constituição de bem cultural, preservação e conservação.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural; Bens Culturais; Memória

Abstract: This paper makes a brief theoretical study on cultural heritage and social memory using mainly the contribution of the authors Dominique Poulot (2009) and James Fentress and Chris Wickham (1992), with the objective reference preliminary studies for doctoral thesis constitution which involves analysis a work of art of the eighteenth century, present in a community of Encantado / RS municipality. The bibliographic reference shows that there are many factors involved in the formation of cultural heritage and memory, such as the relationship between interpretations and conflicts in the social and cultural policies that define the establishment of cultural object, preservation and conservation.

Keywords: Cultural Heritage; Cultural Assets; Social Memory

1 Introdução

Para tornar-se uma imagem que nos permita uma leitura iluminadora, uma obra de arte deve nos forçar a um compromisso, a um confronto; deve oferecer uma epifania, ou ao menos um lugar par dialogar (MANGUEL, 2001 p.286)

O presente estudo tem por objetivo levantar subsídios teóricos iniciais para contribuir na fundamentação do conceito de patrimônio cultural e suas relações na formação da memória social, tendo em vista a construção da tese, que envolve o debate sobre essa temática. A investigação se propõe a evidenciar, pela análise de relações da trajetória de uma obra de arte do século XVIII até nossos dias, como se constitui um bem cultural de uma comunidade urbana atual e as possíveis relações que

83 Mestre em Desenho Cultura e Interatividade. Professora do Centro Universitário da Serra Gaúcha. E-mail: julipanozzo@gmail.com

compõem o sentimento de pertença e significação da memória social, na contemporaneidade.

Abordamos, neste texto, a origem do termo patrimônio, desde o antigo direito romano, seguindo para a atribuição de valor na constituição de bem cultural e algumas discussões contemporâneas relativas à memória, preservação e conservação. Além disso, apresentamos a problemática de realização da seleção do que deve ser mantido como legado que merece ser considerado patrimônio.

2 Patrimônio e algumas de suas relações

O antigo direito romano criou um vocabulário jurídico para denominar o campo do patrimônio ligado à economia privada. Dominique Poulot (2009) explica que o patrimônio esteve articulado tradicionalmente à finalidade de atribuir legitimidade ao poder, às heranças familiares, “bens-a-transmitir”. Nessa perspectiva, o termo *patrimonium* relaciona-se aos bens do *pater familiae*, identificado pela existência de um patriarca, com poderes de gerir coisas e pessoas de sua propriedade, pela tradição patriarcal e pelo uso, de acordo com seus desejos. Sendo assim, ainda, segundo o autor, o termo “patrimônio”:

[...] refere-se aos ‘bens de herança’ que, de acordo com o dicionarista Littré, por exemplo, ‘passam segundo as leis, dos pais e das mães para sua filiação’. Ele não evoca *a priori* o tesouro ou a obra-prima – nem que ele tenha a ver *stricto sensu* com a categoria, reivindicada pelas ciências, do verdadeiro e do falso, mesmo que deva alegar a autenticidade. Assim, na retórica das lutas identitárias, as evocações do passado não coincidem, conforme tem sido observado frequentemente, com as análises do historiador, do etnólogo ou do arqueólogo. No entanto, apesar de desprovidas de realidade, até mesmo de verossimilhança, elas revelam-se regularmente eficazes (POULOT, 2009, p. 16).

Se o interesse primeiro deste trabalho foi o de retomar as origens do termo patrimônio, o sentido histórico da citação acima remete ao modo como a cultura organiza a noção de pertencimento, relativa aos bens

culturais, estes que merecem ser discutidos como campo do patrimônio cultural.

No âmbito dos bens culturais, o processo de escolha, para a transmissão e configuração do patrimônio coletivo, não segue apenas a lógica da propriedade privada, a partir da qual os bens são passados de geração para geração, automaticamente, como um tipo de herança ou “presente do passado” (GOMES e PACHECO, 2015). Ao contrário, estes bens são resultado de um intenso jogo de poder, no qual podem ser percebidas diversas esferas de influência e autoridade, seja política ou intelectual, que representam diferentes grupos e interesses sociais. Esses são aspectos que permeiam as discussões contemporâneas e situam os desafios conceituais sobre patrimônio.

Os debates sobre esse assunto ganham força, principalmente no decorrer do século XX. Poulot (2009) afirma que, na atualidade, “[...] raros são os termos que possuem um poder de evocação tão grande quanto ‘patrimônio’” (POULOT, 2009, p. 9). A importância atribuída ao termo, pelo autor, está ligada ao debate relativo à memória e a preocupação da preservação e conservação desta e pelo reconhecimento de “novos patrimônios”, que, além da materialidade como documentos, arte ou artefatos arqueológicos, vem ampliando seu escopo, agregando ao termo expressões como etnológico, biológico ou natural. Além desses, a sua territorialidade, ultrapassando as fronteiras locais, regionais e nacionais, é pensada também como mundial. Françoise Choay (2001) também traz a dimensão ampliada do patrimônio/espço, quando define o patrimônio histórico como “[...] um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum” (CHOAY, 2001, p.11).

Ao estudarmos o escopo do patrimônio, percebemos que entre este conceito e os de memória e identidade há elementos que se relacionam. O patrimônio, seja ele material ou imaterial, traz vestígios da história, da memória individual ou coletiva e fundamenta a identidade de um grupo,

constituindo-se na atribuição de valor a determinados bens, definidos pela sua função simbólica, situados num tempo específico, e escolhidos como representativos da produção de identidade. Conforme Marc Guillaume (2003), esse processo resulta de um movimento contínuo entre fluxos individuais e coletivos. Nesse fluxo, apenas alguns elementos são aproveitados, transformados e combinados “para construir a *ficção* de um passado coletivo” (Guillaume, 2003, p. 138). Deduz-se dessa contribuição teórica que produção de um passado comum é algo arbitrário, determinado pelo já mencionado jogo de poder, que vai construindo, por meio de memórias pré-selecionadas, uma identidade coletiva. Essa noção de identidade coletiva encontramos também em Benjamín Tejerina (2003), entendida como sentimento de pertença, dividido entre os participantes de determinado grupo ou entre vários grupos. Nesse envolvimento, define-se a noção de realidade e sua interpretação, norteando as atividades e atitudes de seus membros. Esse modo de constituição da identidade coletiva se consolida, mesmo estando na condição de sofrer alterações e reorganizações (TEJERINA, 2003, p. 24-25).

A constituição desta identidade coletiva, inserida em possibilidades de mudanças, pela dinâmica gerada pelas reinterpretações que ocorrem na dimensão espaço/temporal, é confirmada em Jacques Le Goff (2003, p. 525), ao afirmar que “De fato, o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operaram no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores”. Reforçando tal posição, Guillaume (2003, p. 138) explicita que “Não somente experiências comuns vividas no passado que fundam a coletividade enquanto entidade, mas também, reciprocamente, a coletividade que se esforça por produzir um passado comum”. Portanto, é recorrente a questão de determinadas escolhas na constituição de um passado coletivo.

O antropólogo James Fentress e o historiador Chris Wickham, em “Memória Social” (1992), destacam as vinculações e relações entre duas dimensões da memória: individual e coletiva, cujo suporte continua sendo

os indivíduos, pois são eles que recordam. A memória social está condicionada à existência do significado para o grupo que recorda, assim como valoriza-se a subjetividade essencial da memória como a questão chave por onde começar, analisa os grupos internamente, a partir de suas subjetividades, metáforas, sentimentos e valores; como afirmam Fentress e Wickham (1992, p.35): “[...] há memória social porque há significado para o grupo que recorda”. Para os autores, a memória só pode ser social se puder ser transmitida e, para isso, precisa ser articulada. Mas ela é um processo complexo, afetado por circunstâncias internas e externas. Além disso, demarcam a memória como sendo “uma expressão da experiência coletiva; a memória social identifica um grupo, conferindo sentido ao seu passado e definindo suas aspirações para o futuro” (id.1992: 35).

Guillaume trata das diferenças entre “memória heterológica” e da “memória simbólica” (2003, p. 138), sendo que “A primeira organiza-se a partir dos documentos e dos monumentos, produz-se e difunde-se através das ‘máquinas de memória’ situadas nas instancias do saber e do poder” (id. 2003, p. 139). Entendemos dessa posição, que a “heterológica” se instaura a partir de organismos oficiais da sociedade, caracterizados pela expressão do autor como “a vontade de atribuir um *sentido unívoco* às coisas do passado.” (id. 2003, p. 139). A crítica que o teórico faz é que se trata de uma memória frágil sem ligação na coletividade.

A “memória simbólica”, segunda mencionada, caracteriza-se como “um entrançado que cruza os diferentes níveis da coletividade; [...] ela imbrica em particular a memória familiar na da comunidade de vida.” (id. 2003, p. 139), sendo ela repertório que acumula as experiências do cotidiano, envolve narrativas, rituais e ações resignificadas continuamente no tempo. Nessas ações/relações, emergem técnicas e saberes que vão sendo modificados a cada geração, quando novas necessidades se impõem. As características desta memória simbólica, na ótica do autor, são consideradas “espessura de uma multiplicidade de sentidos, pois acolhe todas as interpretações, todas as leituras da vida quotidiana.” (2003, p.139). Nesse tipo de memória podemos inferir, pelas afirmações, que ali

existe o potencial gerador de novos bens culturais e novas significações produzidas pelas práticas originárias de uma coletividade.

A categoria de bem cultural passa pelo processo de atribuição de valor, de significação aos vestígios deixados pela ação humana. A significação cultural de um bem pressupõe um valor estético, histórico, científico ou social a ele atribuído por gerações passadas, presentes ou futuras. Os bens culturais que recebemos contribuem para a formação de identidades de grupos e categorias sociais, fazem parte da memória coletiva e, como tal, permitem-nos estabelecer elos de pertencimento e desejos de preservação.

Encontramos em Poulot (2009) a definição de patrimônio a ser preservado, que sintetiza aspectos discutidos acima, quando nos diz:

A noção de patrimônio implica um conjunto de posses que devem ser identificadas como transmissíveis; ela mobiliza um grupo humano, uma sociedade, capaz de reconhecê-las como sua propriedade além de demonstrar sua coerência e organizar sua recepção; ela desenha finalmente, um conjunto de valores que permitem articular o legado do passado à espera, ou a configuração de um futuro, a fim de promover determinadas mutações e, ao mesmo tempo de afirmar uma continuidade. Esboçadas progressivamente por dispositivos de enquadramento de artefatos, lugares e práticas, as diversas configurações desdobram-se através das sociabilidades que as cultivam, das afinidades que se estabelecem por seu intermédio, além das emoções e dos saberes que se experimentam nesse contexto (POULOT, 2009, p. 203).

Um aspecto importante nessa noção de patrimônio, em Poulot, é definido pelo conjunto de valores atribuídos ao que deve ser preservado e transmitido como um legado ao futuro, bem como das condições de escolha que “[...] depende da reflexão erudita e de uma vontade política, ambos os aspectos sancionados pela opinião pública” (POULOT, 2009, p. 13). Constata-se que a seleção dos bens culturais será sempre arbitrária e dependente dos agentes sociais.

3 Imagem, memória e patrimônio

A imagem traz em potencial o mobilizar a sensibilidade, fazer emergir memórias, criar um jogo de imagens ou impressões visuais que conectam o observador ao objeto observado, tendo em perspectiva sua inserção no mundo e possibilidades de interpretações. Uma imagem pertencente ao acervo da Capela de Santo Antão, no município de Encantado, no Rio Grande do Sul, apresenta aspectos que merecem a investigação no que diz respeito aos conceitos aqui tratados, principalmente patrimônio cultural e memória social.

Pretende-se encontrar, pela análise de relações da trajetória dessa obra de arte do século XVIII até nossos dias, como se constitui um bem cultural de uma comunidade urbana atual e as possíveis relações que compõem suas significações.

A origem do termo patrimônio remonta inicialmente às relações materiais de herança familiar, do campo privado. Na atualidade adotou-se a expressão cultural e ampliou a definição ao conjunto de valores atribuídos socialmente. Portanto, é resultado de escolhas realizadas no âmbito das relações de poder que julgam o que deve ser preservado e difundido. A memória social está condicionada à existência do significado para o grupo que recorda, assim como valoriza-se a subjetividade essencial da memória como a questão chave por onde começar, analisa os grupos internamente, a partir de suas subjetividades, metáforas, sentimentos e valores.

A complexidade que envolve a esfera das relações sociais e os jogos de poder se refletem no campo do patrimônio cultural, imbricado pelos interesses e interpretações que interferem e podem gerar conflitos. Depreende-se que este é um processo dinâmico e em reelaborações contínuas.

Podemos destacar como contribuições importantes para a construção da tese, ainda serão necessários aprofundamentos quanto às relações entre patrimônio cultural e memória social, considerando os fatores que intervêm nas escolhas que podem ser desencadeadas pelos interesses de indivíduos, repercutindo na valoração produzida na comunidade e os reflexos nas decisões e propostas oficiais de políticas de preservação.

REFERÊNCIAS

- CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Unesp, 2001.
- FENTRESS, James; WICKHAM, Chris. **Memória social: novas perspectivas sobre o passado**. Lisboa: Teorema, 1992.
- GOMES, Carla Renata A. S. e PACHECO, Ricardo de Aguiar. **Espólio e legado: a construção do patrimônio cultural como objeto de estudo da história cultural**. (mimeo), 2015.
- GUILLAUME, Marc. **A Política do Patrimônio**. Porto: Campo das Letras.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.
- MANGUEL, Alberto. **Lendo imagens: uma história de amor e ódio**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI: do monumento aos valores**. São Paulo: Edição Liberdade, 2009.
- TEJERINA, Benjamín. **Multiculturalismo, movilización social y procesos de construcción de la identidad en el contexto de la globalización**. Disponível em <http://www.ces.fe.uc.pt/publicacoes/oficina/187/1>

A CASA DO CONSELHEIRO: NARRATIVAS ESQUECIDAS NOS PROCESSOS DE TOMBAMENTO E MUSEALIZAÇÃO

NORIS MARÁ P. M. LEAL⁸⁴

FRANCISCA FERREIRA MICHELLON⁸⁵

Resumo: Este trabalho faz parte de uma pesquisa mais ampla que está sendo desenvolvida no PPGMSPC-UFPel, onde analisa-se os processos de patrimonialização e musealização, a partir de ações do IPHAN. Tomando como estudo de caso a residência do Conselheiro Francisco Antunes Maciel, tombada em 1977, e hoje sede do Museu do Doce da UFPel. Um museu universitário que tem por missão pesquisar, preservar e conservar o saber/fazer do doce da região de Pelotas. Esta musealização de um bem imaterial que é o doce, traz consigo lembranças e esquecimentos principalmente em relação ao bem material, que abriga o museu, e a vida que ali existiu.

Palavras-chave: Museu, Patrimônio, Narrativa, Memória, Esquecimentos

Abstract: This work is part of a broader research which it's being developed in PPGMSPC-UFPel, which analyzes the patrimonialization and musealization processes, from IPHAN actions. Taking as a case study the residence of Conselheiro Francisco Antunes Maciel, elected in 1977, and today where works the Museu do Doce UFPel. A university museum whose mission is to research, preserve and conserve the knowledge / act of making sweet of Pelotas. This musealization which is an intangible asset that is the sweet, brings memories and forgetfulness especially in relation to consistent material, which houses the museum, and the life that existed there.

Key words: Museum, Heritage, Narrative, Memory, Forgetfulness.

Introdução

Este trabalho faz parte de pesquisa de doutorado que está sendo desenvolvida no PPG em Memória Social e Patrimônio Cultural da UFPel, em que procura-se entender como acontece a patrimonialização de bens imóveis e a musealização destes, a partir das ações do IPHAN, usando como objeto de análise a casa do Conselheiro Maciel, casarão de nº 8 da Pça Cel Pedro Osório, centro histórico de Pelotas, onde esta sediado o Museu do Doce da UFPel. O prédio teve sua construção iniciada em 1878,

⁸⁴ - Professora do Bacharelado em Museologia ICH/UFPel - Dda - PPGMemória Social e Patrimônio Cultural - UFPel 1 - E-mail: norismara@hotmail.com

⁸⁵ - Professora do Bacharelado em Conservação e Restauração ICH/UFPel - Professora - PPGMemória Social e Patrimônio Cultural - UFPel - E-mail: fmichelon.ufpel@gmail.com

para abrigar a família de Francisco Antunes Maciel, o qual foi Conselheiro do Império no Gabinete de Lafayette Rodrigues Pereira, em 1883.

A política de preservação de patrimônio no Brasil, e mais especificamente no Rio Grande do Sul, ainda se mantém muito ligada aquilo que denominamos de pedra e cal, apesar do decreto que regulamenta a preservação do patrimônio imaterial brasileiro ser de 2001, quinze anos depois os passos são muito lentos, e a superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN - no estado, continua valorizando em larga escala o patrimônio material.

O tombamento da casa do Conselheiro Maciel, em 1977, que foi realizado em conjunto com a Casa do Barão de São Luiz e do Barão de Butuí, um dos primeiros conjuntos ecléticos a ter proteção federal no país, até então o ecletismo não era considerado como digno de ser tombado, segundo Fonseca (2005, pg.184), a partir da mobilização da comunidade local. O conjunto considerado de grande relevância estética, principalmente a do Conselheiro, que se diferencia das outras duas pelos exemplares, únicos no RS, de estuque esculpido. Estes dados arquitetônicos são os que foram preservados e mantidos, não havendo um estudo, mais profundo a respeito da história dos usos da casa desde a sua construção até o seu restauro para uso universitário. O seu fim último foi determinado pelo IPHAN em parceria com o gestor do município e pessoas ligadas a comunidade doceira como sede do Museu Nacional do Doce, esta musealização a princípio poderia ter desligado o prédio da história dos usuários do mesmo.

O imóvel foi comprado, das herdeiras de Francisco Júnior, pelo Professor César Borges, reitor da UFPel, em 2006 com o intuito de ali instalar a reitoria, no entanto, por pressão do IPHAN, ela torna-se a sede do Museu do Doce da UFPel, a casa foi restaurada entre os anos de 2009 e 2013, e no dia 17 de maio deste mesmo ano ela é aberta a visitação pública com um grande afluxo de pessoas, mesmo estando vazia, sem uma exposição de longa duração. No conceito da equipe responsável, a casa por ela mesma já era o primeiro objeto do acervo do novo museu. Com esta visão, buscou-se os autores de pesquisas sobre a casa e os

seus elementos integrados para o desenvolvimento de um curso de capacitação de monitores, os quais foram selecionados entre os alunos dos cursos de ciências humanas da UFPel, principalmente museologia.

Ao longo de dois anos de visitas guiadas a equipe foi sentindo necessidade de conhecer mais sobre as pessoas que ali moraram, os seus hábitos e costumes, impulsionados em muito pela própria curiosidade e indagações do público. Os dados que tínhamos mostravam a vida política do Conselheiro e de seu filho Francisco Júnior, este último, ministro da justiça no primeiro governo de Getulio Vargas, mas tínhamos muito pouco sobre a família no seu conjunto.

Nos faltava conhecer os nossos personagens a primeira experiência a caminho deste conhecimento foi a leitura do livro "Chiquinha e Eu", uma narrativa romanceada, escrita por uma das bisnetas do Conselheiro - Beth Stockinger. A escritora, jornalista de profissão, entre o místico e o real, vai nos contando a história da bisavó, na leitura nos passa a idéia de que esta era uma mulher doce devotada a família eternamente preocupada com os homens de sua casa, marido e filho. O fantasma de Chiquinha passeia, com o leitor, pela casa e pelo cotidiano dos que ali viveram, este misto de romance e de história, nos trouxe algumas pista sobre o que procurávamos.

Num contexto de pouquíssima informação nos aproximamos da história de nossa narradora, e dela partimos em busca da pesquisa que uniria as peças do quebra-cabeça. Afinal a autora avisava no início do seu livro que o seu trabalho não tinha pretensões históricas, e numa instituição museológica universitária, não podemos trabalhar com o fantástico, ou pelo menos esta não era a intenção do museu. *Este livro é baseado no emocional e na imaginação, com algumas memórias esparsas de fatos contados por Tia Dora.* (Stockler, 2012,pg10)

A autora do livro foi localizada e passamos a manter contato constante, nos contou que sua mãe e tia estavam vivas, Maria Alice e Glorinha, filhas de Francisco Júnior, as quais eram as duas últimas

Antunes Maciel que nasceram na casa do Conselheiro. A entrevista⁸⁶ com as duas filhas nos permitiria, como nos diz Garrido, (1992) incorporar não apenas indivíduos aos nossos discursos, mas compreender as situações insuficientemente estudadas sobre a família Antunes Maciel. Entrevistar estas mulheres nos daria a possibilidade de inserir os seu discurso na nossa pesquisa, até então as fontes que encontramos nos falavam dos homens desta família e de sua vida política..

Foi utilizada a metodologia da história oral, com os depoimentos das descendentes de Francisco Maciel Junior. A História Oral neste caso é bastante adequada pois, nos permite "estudar o trabalho de constituição e de formalização das memórias, continuamente negociadas. A constituição da memória é importante porque esta atrelada a constituição da identidade" (Alberti,1988,p.27). Não é o caso de estudar memórias de excluídos, mas sim compreender uma situação que, ainda, não foi suficiente estudada que neste caso são as escolhas e os esquecimentos na musealização do patrimônio.

A escolha das entrevistadas foi pensada de forma a se tornar um conjunto orgânico de depoimentos que nos permita entender o engendramento desta memória as disputas e conflitos dos sujeitos envolvidos com esta organização, aqui será apresentadas, apenas, as entrevistas realizadas com Maria Alice e Glorinha, assim como a análise do livro "Chiquinha e Eu" escrito pela bisneta do Conselheiro. Com a continuidade das atividades de pesquisa será anexado os outros depoimentos e o cruzamento dos mesmos com outros tipos de documentos.

Para a realização das entrevistas optou-se pelo formato aberto para que melhor se pudesse entender a posição destes indivíduos na construção da memória buscando sempre a intervenção mínima e mais breve possível.

O uso destas fontes nos possibilitaram ter informações importantes para conhecermos um dos usos da casa, que é o de moradia da família

⁸⁶ A entrevista foi realizada por mim e pela Professora Francisca Ferreira Michelin, minha orientadora no doutorado no PPG Memória e Patrimônio UFPel.

Antunes Maciel, entre os anos de 1880 e 1950. Através das descendentes podemos dar corpo aos personagens, que até então tinham uma dimensão de fantasia,

Mais do que uma fonte oral estas narrativas nos permitiram como diz Garrido (1992) abrir possibilidades inesperadas à própria pesquisa e que enriqueceu o volume de conhecimentos que tínhamos sobre o assunto. Estas narrativas nos permitiram em primeiro lugar ir mapeando no livro "Chiquinha e Eu", o que era criação da escritora e o que realmente podíamos entender como informação, assim como abrimos caminho para novas informações e para um novo viés da pesquisa que é o esquecimento da família no processo de tombamento e de musealização. Durante a entrevista fomos indagadas pelas entrevistadas por que Museu do Doce naquela casa. o que nos causou estranheza, pois a decisão de ali instalar o Museu é anterior a venda do prédio pelas entrevistadas, ou seja a prefeitura de Pelotas e IPHAN descidiram a localização da instituição museológica a revelia de suas proprietárias. Para a análise deste fenômeno muitas outras fontes e pesquisas serão englobadas ao trabalho, mas estas duas em especial foram importantes para a definição final do tema de pesquisa. O entendimento de que elas apesar de descendentes do Conselheiro e proprietárias da casa, quando da decisão de musealização, nos coloca como objetivo entender como se engendra estes processos no Brasil em pleno século XXI.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMADO, J. & FERREIRA, M. (coords). Usos e Abusos da História Oral – Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1996
- AMADO, Janaína. O Grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral. História. São Paulo, 14:125-136, 1995
- BENJAMIN, Walter. O Narrador. Obras Escolhidas:magia, técnica, arte e política. Editora Brasiliense. 1985
- BARROS, M. M. L. de. Memória e Família – Estudos Históricos, Rio de Janeiro: vol. 2 n.3, 1989.

ERRANTE, Antoinette . Mas afinal, a memória é de quem? Histórias orais e modos de lembrar e contar in História da educação, Asphe, n. 8, setembro de 2000.

GARRIDO, Joan del Alcazar. As Fontes Orais na Pesquisa Histórica: Uma Contribuição ao Debate. Rev. Bras de Hist, SP, V13 n 25/26 pp 33.54 set 92/1go93

PORTELLI, Alessandro. História Oral e Poder in Mnemosine Vol.6, nº2, p. 2-13 (2010).

SILVA, Janine Gomes da, “Pratos típicos” como patrimônio cultural: as narrativas orais (re)elaborando antigas receitas in Revista Brasileira de História Oral, Vol. 14, nº1, 2011.

THOMSON, Alistair. Reconstituo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias. Projeto História. São Paulo, 15, 1995.

VOLDMAN, Danièle. Definições e usos – In: AMADO, Janaina – Usos e Abusos da História Oral – Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas. 1996.

A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA E DA IDENTIDADE POR INTERMÉDIO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS: SOBRE O CASO DO MOVIMENTO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS DE PORTO ALEGRE

ROBERTA PINTO MEDEIROS⁸⁷

EVELYN GOYANNES DILL ORRICO⁸⁸

Resumo: Este trabalho pretende, inicialmente, por análise crítico-teórica, refletir sobre a memória e identidade por intermédio dos movimentos sociais no contexto contemporâneo, tendo como o caso do Movimento e Justiça de Direitos Humanos de Porto Alegre. A partir do lugar de prestígio que o Movimento ocupa na sociedade, o trabalho visa debater como a memória e identidade podem ser construídas pelas ações realizadas pelo Movimento que, de algum modo, constrói a identidade individual ou coletiva dos membros partícipes do grupo e do próprio grupo participante de tais movimentos. Além disso, o Movimento é visto pela sociedade como uma instituição guardiã de uma memória coletiva.

Palavras-chave: Memória; Identidade; Movimentos Sociais; Movimento de Justiça e Direitos Humanos.

Abstract: This paper intends initially by critical-theoretical, reflect on memory and identity through social movements in the contemporary context, taking the case of the Movement for Justice and Human Rights of Porto Alegre. From this place of prestige, that Movement occupies in society, the work aims to discuss how memory and identity can be built through the actions proposed by the Movement. That somehow builds individual or collective identity of the participants and the group members themselves participating group of such movements. Moreover, the movement is seen by society as a guardian institution of a collective memory.

Keywords: Memory; Identity; Social Movements; Movement for Justice and Human Rights.

1. Introdução

Este trabalho faz parte da pesquisa em desenvolvimento no curso de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Pretende-se refletir sobre a memória e identidade pelos movimentos sociais no contexto contemporâneo, tendo como exemplo o caso do Movimento e Justiça de Direitos Humanos de Porto Alegre (MJDH), que preserva a memória do

⁸⁷ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Professora Assistente do Curso de Arquivologia da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. roberta.pinto.m@gmail.com

⁸⁸ Doutora em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. Professora Associada II da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). orrico.evelyn@gmail.com

passado e constrói a presente. O tema principal que envolve a pesquisa de doutorado está submetido a questões que relacionam memória e identidade. Cabe, então, uma pequena delimitação do contexto (local) em que está inserido o tema e o objeto de pesquisa, ou seja, o MJDH.

O MJDH é uma sociedade civil, apartidária, sem fins lucrativos e com sede na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul – Brasil. Foi criado oficialmente em 25 de março de 1979⁸⁹. Antes da sua criação, o grupo fundador já vinha atuando nas questões de defesa aos Direitos Humanos. Teve e tem como finalidade proteger e auxiliar os mais necessitados quanto ao amparo da justiça. Na época em que foi criado tinha como objetivo principal ajudar os intitulados, pelo governo civil-militar brasileiro e também pelos regimes autoritários dos países latino-americanos, de subversivos. Atualmente é mantido pelo mesmo grupo fundador, possui o mesmo ideal, porém com outros focos, pois a ditadura civil-militar no Brasil terminou em 1985. Continua a lutar pelos direitos humanos e sociais, e auxilia na aplicação desses direitos tanto por entidades públicas como privadas.

Considerando-se a amplitude dos assuntos que contemplam o acervo do MJDH e a vasta gama de temas sociais que os abrangem, percebe-se sua importância para pesquisadores de diversas áreas do conhecimento e, portanto, a relevância de qualificar o conjunto documental presente no MJDH. Tendo em vista que o acervo do MJDH tem um destacado papel na sociedade e na história dos movimentos sociais do País, além de ser o guardião de importantes fontes de pesquisa sobre a ditadura civil-militar e demais manifestações pós-regime militar, é fundamental que este acervo seja reconhecido como uma referência de construção de memória e identidade.

Partindo dessa contextualização e buscando aprofundar a reflexão sobre os temas que envolvem o MJDH: movimentos sociais, memória e identidade, o presente estudo, mesmo que inicial, tem como objetivo principal indicar como um movimento social (MJDH) pode ser considerado como uma instituição de memória, tanto pela informação que carrega

⁸⁹ Relatório anual. MJDH, 1984.

consigo quanto pela atuação e movimentação que gera na sociedade em que atua.

2. Entre memória, identidade e movimentos sociais

A relevância dos temas movimentos sociais, direitos humanos, memória e identidade estão cada vez mais pertinentes em nossa sociedade, principalmente após a redemocratização do país, quando os movimentos sociais tiveram relevante papel na condução desse processo. Já os temas sobre direitos humanos, memória e identidade, até hoje frequentam a agenda pública em campanhas amplamente divulgadas nas redes sociais.

Como foi dito anteriormente, o MJDH foi criado em março de 1979 com o objetivo de auxiliar pessoas quanto aos seus direitos durante a ditadura civil-militar no Brasil e países fronteiras, como Uruguai e Argentina. Junto a outras entidades e movimentos sociais do Brasil e da América Latina, o MJDH começou a organizar campanhas como a da Anistia, pela libertação dos últimos presos políticos brasileiros e pelas Diretas Já. Há mais de 40 anos que o MJDH vem atuando pelos Direitos Humanos no Brasil e países vizinhos, desde a liberdade de expressão até mesmo pelas lutas raciais e dos menos favorecidos pela sociedade atual.

“Um dos desafios dos movimentos sociais está na articulação conjunta, resguardadas as diferenças para a elaboração de propostas que possam ir para além da globalização econômica, que avance na direção de uma globalização social” (SOUZA, 2010). Corroborando com Souza (2010), Gohn (2011) define que os “novos” movimentos:

[...] são ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de: conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio da

solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo. (GOHN, 2011, p.44).

Durante o período da ditadura civil-militar no Brasil, houve uma linearidade de acontecimentos, sendo eles o terror de estado, mudanças econômicas e, por último, o retorno à democracia. Porém, esse último fato tem sido marcado mais pela presença da tentativa do esquecimento de que a ditadura realmente ocorreu, ou seja, as memórias “são permeadas pelo movimento dialético que caracteriza as relações entre esquecimento e lembrança, sempre presente na condição histórica” (RICOUER, 2000, apud RUBERT, 2014, p.192).

Compreende-se então a importância que esses espaços de memória têm na sociedade atual, pois refletem o ambiente em que foram contextualizados. Portanto, entende-se o significado que essas instituições possuem como valor informacional, cultural e social, pois são guardiãs de documentos que relatam uma parcela da história do Brasil, dessa forma, o passado pode ser construído e interpretado. Além disso, podem ser caracterizadas como memórias vivas e testemunhos daqueles fatos que ocorreram no passado, nesse sentido, Huysen (2014) colabora na relação que existe entre os movimentos sociais e a memória:

[...] eu diria que os estudos contemporâneos da memória deveriam ligar-se de maneira mais robusta aos direitos humanos e à justiça, tanto em termos discursivos quanto práticos, para impedir que a memória, sobretudo a memória traumática, se torne um exercício vazio, que se alimente de si mesmo, de forma parasitária e estreita. (HUYSEN, 2014, p.196).

Essa relação entre memória e direitos humanos deve ser praticada em conjunto, para que os dois se afirmem na atividade que irão defender. “Ambos querem reconhecer, se não corrigir, os erros ou injustiças do passado, e ambos projetam e imaginam um futuro melhor para o mundo” (HUYSEN, 2014, p.196). Ainda o mesmo autor afirma que:

Para que a ascensão do discurso da memória se torne inteligível através da contextualização histórica e política, também precisamos compreender o movimento contemporâneo dos direitos humanos em

sua evolução histórica e seu caráter politicamente mutável, pois ele é paralelo ao surgimento do discurso da memória. (HUYSSSEN, 2014, p.197).

Nesse sentido, a memória possui um caráter social e cultural ao mesmo tempo, sendo então vista como uma ferramenta de construção do indivíduo e da sociedade da qual o mesmo faz parte. A memória social acaba por estabelecer vínculos e laços sociais espontâneos, conforme Davallon (2006, p.10) “[...] a memória social – chamada também de memória cultural – pertence, evidentemente, ao registro da memória, no sentido em que ela tem a capacidade de dar continuidade à transmissão no seio de um grupo.” Logo, os indivíduos reconhecem que possuem um ponto em comum, seja pela busca de um direito ou por uma luta social.

Pode-se, então, dizer que a identidade é uma contrapartida da memória. Consequência como forma de resultado no sentido de que a memória ajuda a construir a identidade de um grupo ou de uma pessoa, pois a mesma seria o fator determinante quanto à continuidade e coerência da construção de identidade desse grupo ou pessoa. Além disso, a memória é constituída por três critérios: “acontecimentos, personagens e lugares” (POLLACK, 1992, p.201). Esse conjunto de critérios (acontecimentos, personagens e lugares) mostra que a memória é um fenômeno construído, logo, a identidade também pode ser construída, já que a mesma está baseada na memória.

Portanto, a memória e a identidade podem ser valores disputados em conflitos sociais e intergrupais. A memória como objeto social, ajuda a construir e reconstruir o passado e com isso reaviva lembranças esquecidas, auxiliando na construção daquilo que pertencia a um grupo. Reafirmando a posição de Pollack, a identidade pode ser construída a partir da memória:

[...] a memória é um fenômeno construído social e individualmente, quando se trata da memória herdada, podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade. Aqui o sentimento de identidade está sendo tomado no seu sentido mais superficial, mas que nos basta no momento, que é o

sentido da imagem de si, para si e para os outros é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros. (POLLACK, 1992, p.204).

Por isso, a importância de existir os *lugares de memória* (Nora, 1993), os quais são os elementos que podem fazer a diferença na construção de culturas e identidades nacionais, assim como nas individuais, neste caso, o MJDH é representado com um espaço de memória.

A curiosidade pelos lugares de memória onde a memória se cristaliza e se refugia está ligada a este momento particular da nossa história. Momento de articulação onde a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento desperta ainda memória suficiente para que se possa colocar o problema da sua encarnação. O sentimento de continuidade torna-se residual aos locais. Há locais de memória porque não há mais meios de memória. (NORA, 1993, p.07).

O acervo do MJDH pode ser reconhecido com um espaço de recursos para a justiça, pois nele encontram-se testemunhos, processos, documentos que relatam acontecimentos de violação de direitos humanos. Pois essa documentação presente no acervo pode atuar como recurso para investigação judicial sobre as violações de direitos humanos (CRUZ, 2002), além disso, são registros que confrontam a memória e identidade tanto do grupo pertencente ao MJDH, como daquele em sua volta. É preciso destacar que como reconhecido como espaço de memória, o acervo do MJDH é um recurso contra o esquecimento.

3. Conclusões

As lutas sociais e políticas fazem parte da nossa história desde o processo de colonização até os dias de hoje. E hoje, com a facilidade de acesso e divulgação da informação, fica cada vez mais fácil reconhecer as ações dos movimentos sociais. Assim, a população toma conhecimento

das ações desses espaços através das manifestações públicas, como as passeatas, os protestos e as marchas, que são atividades que dão maior visibilidade aos movimentos.

Entende-se que os movimentos sociais são resultados de uma ideologia coletiva da sociedade, portanto, nascem de uma necessidade social, como a busca de igualdade na efetividade de um direito civil, ou como no reconhecimento de uma política. Neste caso, o MJDH por possuir um vasto acervo documental que possui uma relação muito estreita com o tema direitos humanos, se torna um ponto chave para a construção da memória e identidade do MJDH, pois ele valoriza e dá maior visibilidade a um acontecimento para que o mesmo não caia no esquecimento.

Portanto, reconhecer esse acervo como um guardião da memória de resistência da violação aos direitos humanos, permite mostrar que os arquivos são parte da memória viva de uma sociedade, pois é neles que se encontra a informação para a construção da memória e identidade de um grupo ou de uma pessoa. Entende-se, portanto, a importância de salvaguardar esse acervo que diz respeito ao tema e a construção dos assuntos relacionados aos Direitos Humanos, que por muito tempo não foram respeitados, mas sim violados. Não apenas durante a ditadura civil-militar no Brasil, mas, infelizmente, nos dias atuais muitas pessoas ainda têm seus direitos ignorados.

Os documentos presentes no acervo do MJDH refletem o caráter de “testemunho” de que aqueles fatos ocorreram e ainda acontecem nos diversos níveis da sociedade. Sendo assim, os arquivos contribuem, direta ou indiretamente, para que o indivíduo ou grupo (sociedade) possa construir uma memória e identidade por meio dos dados guardados nesses espaços (arquivos), e é através desse ato de construção que há ligação de uma informação a outra. Por fim, os arquivos que guardam a informação produzida pelos indivíduos, para fins de ordem legal ou de prova, atuam como uma memória viva da sociedade, sem perder suas finalidades que é dispor a informação e facilitar o acesso a ela.

Referências

CRUZ, María Angélica. Silencios, contingencias y desafíos: el archivo de la Vicaría de la Solidaridad em Chile. In.: DA SILVA, Ludmila Catela; JELIN, Elizabeth (Comps.). **Los archivos de la represión: Documentos, memoria y verdade.** Espanha: Siglo Veintiuno, p.137-178, 2002.

DAVALLON, Jean. Memória e patrimônio: por uma abordagem dos regimes de patrimonialização. In.: TARDY, Cécile e DODEBEI, Vera (Orgs.). **Memória e Novos Patrimônios.** Marseille: OpenEdition Press, 2015.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos e lutas sociais na História do Brasil.** 5ª ed. São Paulo: Loyola, 2011.

HUYSSSEN, Andrea. **Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

MJDH, Movimento de Justiça e Direitos Humanos. **Relatório Anual 1984.** Porto Alegre, RS: 1984. Mimeografado. 7fls.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Proj. História,** São Paulo, n. 10, p.7-28, dez., 1993.

POLLACK, Michael. Memória e identidade social. In.: **Revista Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, v.5, n.10, p.200-212, 1992.

RUBERT, Silvania. Para reconciliar é preciso esquecer?: reflexões sobre as possibilidades de resgate da memória da repressão política no Brasil. In.: **Entre a memória e o esquecimento: estudos sobre os 50 anos do Golpe Civil-Militar no Brasil.** Porto Alegre: Editora Deriva, p.191-210, 2014.

SOUZA, Maria Antônia de. **Movimentos sociais no Brasil contemporâneo: participação e possibilidades no contexto das práticas democráticas.** Disponível em:

<<http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/MariaAntoniaSouza.pdf>> Acesso em: 19 de Set. 2013.

ENTRE A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E A PREDÇÃO IMOBILIÁRIA: UMA ANÁLISE DO IMPACTO DO RESIDENCIAL HUGO AMORIM NA AMBIÊNCIA DA IGREJA DE NOSSO SENHOR DOS PASSOS

TAUÃ LIMA VERDAN RANGEL⁹⁰

Resumo: A cultura brasileira é o resultado daquilo que era próprio das populações tradicionais indígenas e das transformações trazidas pelos diversos grupos colonizadores e escravos africanos. Ao se analisar o meio ambiente cultural, enquanto complexo macrossistema, é perceptível que é algo incorpóreo, abstrato, fluído, constituído por bens culturais materiais e imateriais portadores de referência à memória, à ação e à identidade dos distintos grupos formadores da sociedade brasileira. Quadra pontuar que o meio ambiente cultural, na condição de macrossistema, apresenta-se como algo fluído, incorpóreo, integrado por bens culturais materiais e imateriais que compreendem em seu âmago referência à memória, à ação e à identidade dos distintos grupos formadores da sociedade brasileira, sensíveis aos aspectos peculiares das comunidades. O presente analisa as alterações no patrimônio cultural do município de Cachoeiro de Itapemirim-ES, em especial na ambiência da Igreja de Nosso Senhor dos Passos, em razão das modificações no traçado urbano, advindos do Empreendimento Hugo Amorim Residencial.

Palavras-chave: Patrimônio Histórico; Preservação Cultural; Predação Imobiliária; Desenvolvimento Urbano; Plano Diretor Municipal.

Abstract: The Brazilian culture is the result of what was typical of traditional indigenous populations and the transformations brought by the various settlers and African slaves groups. When analyzing the cultural environment as complex macro system, it is noticeable that it is something intangible, abstract, fluid, consisting of cultural material and immaterial goods carriers reference to memory, action and identity of the various groups that form the Brazilian society. Court point out that the cultural environment , the macro-condition , it is presented as something fluid , incorporeal, composed of cultural tangible and intangible assets which comprise at its core referenced memory , the action and the identity of the various groups that form the Brazilian society , sensitive to the unique aspects of communities. This analyzes the changes in the cultural heritage of the municipality of Cachoeiro de Itapemirim-ES, especially in the ambience of the Church of Our Lord of Passos, because of changes in the urban layout, arising from the Enterprise Hugo Amorim Residencial.

Keywords: Heritage; Cultural preservation; Predation Estate; Urban Development; Master Plan.

1 Introdução

⁹⁰ Bolsista CAPES. Doutorando vinculado ao PPGSD-UFF. Mestre em Ciências Jurídicas e Sociais pelo PPGSD-UFF (2013-2015). Especialista em Práticas Processuais – Processo Civil, Processo Penal e Processo do Trabalho pelo Centro Universitário São Camilo (2014-2015). E-mail: taua_verdan2@hotmail.com

A cultura brasileira é o resultado daquilo que era próprio das populações tradicionais indígenas e das transformações trazidas pelos diversos grupos colonizadores e escravos africanos. Ao se analisar o meio ambiente cultural, enquanto complexo macrossistema, é perceptível que é algo incorpóreo, abstrato, fluído, constituído por bens culturais materiais e imateriais portadores de referência à memória, à ação e à identidade dos distintos grupos formadores da sociedade brasileira. Quadra pontuar que o meio ambiente cultural, na condição de macrossistema, apresenta-se como algo fluído, incorpóreo, integrado por bens culturais materiais e imateriais que agasalham em seu âmago referência à memória, à ação e à identidade dos distintos grupos formadores da sociedade brasileira, sensíveis aos aspectos peculiares das comunidades. O presente analisa as alterações no patrimônio cultural do município de Cachoeiro de Itapemirim-ES, em especial na ambiência da Igreja de Nosso Senhor dos Passos, em razão das modificações no traçado urbano, advindos do Empreendimento Hugo Amorim Residencial.

2 Entre a preservação do patrimônio cultural e a predação imobiliária: uma análise da Igreja de Nosso Senhor dos Passos

Cuida salientar que a Igreja de Nosso Senhor dos Passos foi tombada pelo Conselho Estadual de Cultura por meio da Resolução Nº 04, publicada em 30 de agosto de 1985, estando inscrito no Livro de Belas Artes e no Livro Histórico, os quais constituem o Livro do Tombo do Patrimônio Cultural. A edificação foi erigida no ano de 1882, quando “o capitão Francisco de Souza Monteiro, pai do governador Jerônimo Monteiro e do primeiro bispo nascido no Espírito Santo, D. Fernando de Souza Monteiro, tomou a iniciativa de erguer uma Igreja” (ESPÍRITO SANTO, 2016). Cuida salientar que a edificação religiosa recebeu a denominação de "Senhor dos Passos", nome que permanece até os dias de hoje. Com efeito, é o único exemplar da arquitetura religiosa do século XIX ainda erguido em Cachoeiro de Itapemirim, apresentando antigas imagens da Capela de São João, demolida em 1884, conforme dados

extraídos do Relatório Técnico CHI Nº 001/2012, confeccionado pela Secretaria de Estado da Cultura do Espírito Santo (2016).

Com supedâneo na Carta de Washington de 1987, a preservação de patrimônio cultural material só se justifica quando há preservação da ambiência mínima para que o espaço possa ser compreendido, valorando, desta maneira, o contexto histórico-cultural, externado pelo tecido urbano e edificado. Desta feita, os valores a preservar, em sede de meio ambiente cultural, estão cingidos ao caráter histórico da cidade e o conjunto de elementos materiais e espirituais que lhe determinam os contornos imagéticos, em especial: o traçado urbano caracterizado pela malha fundiária e pela rede viária, tal como as relações entre edifícios, espaços verdes e espaços livres. Nesta toada, a inserção de novas estruturas na área de entorno da Igreja de Nosso Senhor dos Passos, a exemplo das apresentadas pelo Empreendimento Hugo Amorim Residencial, devem estar em consonância com a ambiência do patrimônio tombado, traduzida pela rede viária e pela escala do conjunto edificado.

À sombra dos argumentos expendidos, quadra salientar que a Igreja Nosso Senhor dos Passos, objeto das pesquisas estruturadas, foi tombada pelo Conselho Estadual de Cultura do Estado do Espírito Santo, por meio da Resolução Nº 04, publicada em 30 de agosto de 1985, estando inscrita no Livro de Belas Artes e no Livro Histórico, os quais constituem o Livro do Tombo do Patrimônio Cultural. A edificação foi erigida no ano de 1882, quando “o capitão Francisco de Souza Monteiro, pai do governador Jerônimo Monteiro e do primeiro bispo nascido no Espírito Santo, D. Fernando de Souza Monteiro, tomou a iniciativa de erguer uma Igreja” (Espírito Santo, 2016). Cuida salientar que a edificação religiosa recebeu a denominação de "Senhor dos Passos", nome que permanece até os dias de hoje. Com efeito, quadra, ainda, colocar em destaque que o imóvel em destaque é o único exemplar da arquitetura religiosa do século XIX ainda erguido em Cachoeiro de Itapemirim, apresentando antigas imagens da Capela de São João, demolida em 1884, conforme dados extraídos do Relatório Técnico CHI Nº 001/2012, confeccionado pela Secretaria de Estado da Cultura do Espírito Santo (2016).

A arquitetura religiosa, durante o período colonial do Brasil, representou importante elemento edificado caracterizador da paisagem, sobressaindo-se em escala e forma em relação às tímidas vilas que se formavam em seu entorno. A influência do urbanismo português era preponderante para as elevações dos templos religiosos, encontrando como argumento justificador não apenas a possibilidade de defesa contra invasores e pela observação privilegiada, mas também por materializar a importância da Igreja na vida social colonial, fortalecendo, desta maneira, a influência da religião, enquanto elemento integrante da vida colonial. Ao ambientar o patrimônio cultural em comento, construído ao final do século XIX, no período imperial, é possível destacar o traço caracterizador do urbanismo português praticado no Brasil colônia. “Durante muito tempo a Igreja constituiu a única opção de prática do culto católico em Terras do Itabira. Nela foi oficiado o Bispo D. Pedro Maria de Lacerda, em 02 de março de 1886”, conforme informações apresentadas pela Secretaria Estadual de Cultura do Espírito Santo (2016).

É de se reconhecer que o edifício encerra o que mais marcante existe na arquitetura e arte religiosas locais, configurando verdadeiro ícone que resgata e preserva a memória local, sobretudo da comunidade que floresceu no entorno da edificação. A igreja localiza-se ao final de uma ladeira com sua fachada frontal voltada para o Largo Senhor do Passos, espaço residual do traçado viário e que, de alguma maneira, resiste minimamente às pressões exercidas pelo adensamento e modernização que incorrem nos ambientes urbanos. Em que pese o Largo Senhor dos Passos não assumir, em razão das alterações sofridas ao longo do transcurso do tempo, tal como pela suplantação da referência do conjunto do entorno, de modo efetivo, a importância, enquanto espaço que nutre a identidade da população local, tal como ambiente o observador com os aspectos característicos refletidos na construção, o templo religioso goza de destaque em razão dos característicos simbólicos que ostenta, consoante informações ejetadas do Relatório Técnico CHI Nº 001/2012, confeccionado pela Secretaria de Estado da Cultura do Espírito Santo (2016). Trata-se, oportunamente, de edificação que materializa verdadeiro

ícone da identidade local, apresenta-se como edificação que desdobra aspecto cultural preponderante, notadamente em decorrência de alcançar bem imaterial.

No mais, é necessário salientar que o tombamento do patrimônio cultural, em razão da proeminência assumida, acarreta uma série de limitações ao direito de propriedade. Ao lado disso, o Decreto-Lei N° 25, de 30 de novembro de 1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, é contundente ao dispor que sem prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, não poderá, na vizinhança do bem tombado, fazer construção, que lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes, sob pena de se destruir a edificação ou retirar o objeto, sendo, em tal situação, multa no importe de cinquenta por cento do valor do mesmo objeto. Como bem afiança Paulo Affonso Leme Machado (2013, p. 1.141), “procurou-se proteger a visibilidade da coisa tombada, seja monumento histórico, artístico ou natural. O monumento ensina pela presença, e deve poder transmitir uma fruição estética mesmo ao longe”.

Denota-se que não só o impedimento total da visibilidade está proibido, como também qualquer mecanismo ou estrutura que acarrete impedimento parcial ou dificuldade de se enxergar o bem cultural protegido. Neste cenário, o Empreendimento Hugo Amorim Residencial, localiza-se no entorno imediato da Igreja de Nosso Senhor dos Passos, consistindo, segundo o projeto encaminhado à Secretaria Estadual de Cultura do Estado do Espírito Santo, em cento e cinquenta unidades habitacionais distribuídas em duas torres, cada qual com quinze pavimentos, totalizando cerca de cinquenta e dois metros de altura. Trata-se de empreendimento que produz consequências lesivas à ambiência tradicional do bem tombado, afetando aspectos característicos singulares de sua moldura cultural e histórica.

Figura 01: Igreja de Nosso Senhor dos Passos



Fonte: CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM (MUNICÍPIO), 2016.

É cediço, ainda, que as cidades contemporâneas, diariamente, são convertidas em estruturas, ressalvadas as peculiaridades, semelhanças, em razão de um capitalismo avançado em que o controle do território está sustentado em uma lógica essencialmente mercadológica. Não é possível perder de vista, ainda, que as paisagens monótonas das cidades, notadamente nos grandes centros, esvaziam o sentido do lugar na medida em que perdem as referências atreladas a valores simbólico-culturais. Ora, os lugares de memória desaparecem, isto é, os sinais e marcos inscritos na duração, os ancoradouros históricos, que estruturam a identidade social coletiva. A modernidade, em razão da fluidez das relações interpessoais, suplanta a idade cultural, aspecto tão arraigado nas vilas e bairros tradicionais. Neste aspecto, é possível afirmar que a Igreja de Nosso Senhor dos Passos personifica um bastião histórico na paisagem, correndo o risco de ser devorado em meio à lógica contemporânea de mercado, notadamente pelo expansionismo imobiliário.

Com supedâneo na Carta de Washington de 1987, a preservação de patrimônio cultural material só se justifica quando há preservação da ambiência mínima para que o espaço possa ser compreendido, valorando, desta maneira, o contexto histórico-cultural, externado pelo tecido urbano e

edificado. Desta feita, os valores a preservar, em sede de meio ambiente cultural, estão cingidos ao caráter histórico da cidade e o conjunto de elementos materiais e espirituais que determinam os contornos imagéticos, em especial: o traçado urbano caracterizado pela malha fundiária e pela rede viária, tal como as relações entre edifícios, espaços verdes e espaços livres. Nesta toada, a inserção de novas estruturas na área de entorno da Igreja de Nosso Senhor dos Passos, a exemplo das apresentadas pelo Empreendimento Hugo Amorim Residencial, devem estar em consonância com a ambiência do patrimônio tombado, traduzida pela rede viária e pela escala do conjunto edificado.

Figura 02: Simulação do Empreendimento Hugo Amorim Residencial com as duas torres, cada qual com quinze andares, conforme projeto encaminhado.



Fonte: ESPÍRITO SANTO (ESTADO), 2012.

“O não respeito às especificidades do patrimônio em questão certamente anulará a compreensão e o significado do bem para a sociedade”, como bem aponta o Relatório Técnico CHI Nº 001/2012, confeccionado pela Secretaria de Estado da Cultura do Espírito Santo (2016). De forma demasiada, o Empreendimento Hugo Amorim Residencial afasta-se de qualquer relação harmônica com o Patrimônio Cultural Material, eis que estabelece uma nova hierarquia na paisagem que tem o condão de desnaturar a ambiência da Igreja de Nosso Senhor dos Passos, de maneira que a edificação tombada perde sua referência no traçado urbano. Ao lado disso, é fato que as edificações criarão maciça dificuldade

de se enxergar o bem protegido, desencadeando um sucedâneo de modificações que atentam contra a ambiência tradicional que floresceu junto ao bem protegido. De igual modo, não é possível esquecer que o Plano Diretor Urbano do Município de Cachoeiro de Itapemirim, em seu artigo 25, que o gabarito máximo permitido no é de oito pavimentos-tipo, mais três de embasamento, observadas as distinções de cada bairro. Ao lado disso, o §1º do mencionado dispositivo anota que fica facultado o acréscimo de gabarito para até dez pavimentos-tipo, mais três ou quatro de embasamento, desde que mantidas duas unidades residenciais por pavimento.

Figura 03: Vista lateral da simulação do Empreendimento Hugo Amorim Residencial e a modificação na ambiência tradicional da Igreja Nosso Senhor dos Passos.



Fonte: ESPÍRITO SANTO (ESTADO), 2012.

Em razão de tais aspectos, causa estranheza, notadamente em decorrência da suplantação da ambiência caracterizadora do meio ambiente cultural local, a aprovação de empreendimento que não ao critério elencado no Plano Diretor Urbano, já que apresenta estrutura de quinze pavimentos quando, conforme mencionado alhures, o máximo permitido seria quatorze pavimentos com a condição de duas unidades por pavimento. Vivenciam-se, contemporaneamente, corriqueiros embates

entre os empreendimentos imobiliários e as ambiências tradicionais, porquanto, em inúmeros exemplos, a implementação dos projetos produz consequências danosas ao bem protegido, notadamente no que se refere ao traçado urbano que o emoldura em um contexto histórico e cultural. Ora, não se trata de desestruturação dos avanços decorrentes do expansionismo imobiliário, mas sim conformar as edificações às nuances e aos aspectos caracterizadores reclamados para a preservação da estrutura fundamental do meio ambiente cultural, em especial a sutileza ostentada pela Igreja de Nosso Senhor dos Passos e a relação mantida com a população local. É plenamente perceptível na situação exposta o embate existente entre os projetos imobiliários e a necessidade de preservação da identidade local.

3 Considerações Finais

Em harmonia com todo o escólio apresentado, prima colocar em destaque que a construção do meio ambiente cultural sofreu maciça contribuição com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Cuida salientar que o meio ambiente cultural é constituído por bens culturais, cuja acepção compreende aqueles que possuem valor histórico, artístico, paisagístico, arqueológico, espeleológico, fossilífero, turístico, científico, refletindo as características de uma determinada sociedade. Quadra anotar que a cultura identifica as sociedades humanas, sendo formada pela história e maciçamente influenciada pela natureza, como localização geográfica e clima. Com efeito, o meio ambiente cultural decorre de uma intensa interação entre homem e natureza, porquanto aquele constrói o seu meio, e toda sua atividade e percepção são conformadas pela sua cultura.

O Empreendimento Hugo Amorim Residencial interfere significativamente na ambiência da Igreja de Nosso Senhor dos Passos, afigurando-se como robusta ameaça à percepção deste patrimônio. Ao lado disso, em que pese o expansionismo imobiliário mercadológico propiciado pelo empreendimento em comento, imperioso se revela a delimitação da área do entorno que influencia diretamente no aspecto

histórico-cultural do Patrimônio Cultural tombado e, juntamente com essa delimitação, a elaboração de diretrizes da ocupação dessa área, as quais reclamam ampla divulgação, com o escopo de assegurar a participação da sociedade, eis que aquele consagra e preserva a identidade cultural da população. Desta feita, não se trata de desestruturação dos avanços decorrentes do expansionismo imobiliário, mas sim conformar as edificações às nuances e aos aspectos caracterizadores reclamados para a preservação da estrutura fundamental do meio ambiente cultural, em especial a sutileza ostentada pela Igreja de Nosso Senhor dos Passos e a relação mantida com a população local.

Referências Bibliográficas

ESPÍRITO SANTO (ESTADO). Secretaria Estadual de Cultura do Estado do Espírito Santo. Disponível em: < <http://www.secult.es.gov.br> >. Acesso em 14 set. 2016

BRASIL. Constituição (1988). Constituição (da) República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 14 set. 2016a.

_____. Decreto N° 3.551, de 04 de Agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 14 set. 2016b.

_____. Decreto-Lei N° 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 14 set. 2016c.

_____. Lei N°. 6.938, de 31 de Agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 14 set. 2016d.

CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM (MUNICÍPIO). Secretaria de Cultura do Município de Cachoeiro de Itapemirim. Disponível em: <www.cachoeiro.es.gov.br>. Acesso 14 set. 2016.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. Direito Ambiental Brasileiro. 21 ed., rev., ampl. e atual. São Paulo: Malheiros Editores, 2013.

AS ROTAS CULTURAIS COMO INSTRUMENTO DE EXCLUSÃO E SEGREGAÇÃO: UMA REFLEXÃO SOBRE A SITUAÇÃO DAS PANELEIRAS DE GOIABEIRAS

TAUÃ LIMA VERDAN RANGEL⁹¹

Resumo: No Espírito Santo, as panelas de barro são o tradicional recipiente de moquecas de peixe e outros frutos do mar, tal como da torta capixaba, iguaria tradicional consumida no período das festividades da Semana Santa. As panelas continuam sendo modeladas manualmente, com argila sempre da mesma procedência e com o auxílio de ferramentas rudimentares, preservando, pois, o ofício caracterizador de proeminente patrimônio cultural imaterial, encontrando, assim, respaldo e proteção na Constituição Federal. É verificável, dessa maneira, que o crescimento da região trouxe consequências diretas para a atividade desenvolvida, porquanto desvirtuou a essência cultural do ofício, passando a permeá-lo por traços empresariais, fomentado, sobremaneira, pelo Município de Vitória-ES, com vistas a estabelecer um circuito turístico urbano que acaba suplantando as pequenas artesãs. Neste passo, o presente busca analisar o embate entre a preservação do ofício das paneleiras de Goiabeiras e o conflito existente com o crescimento urbano desenfreado, sobretudo em decorrência das consequências produzidas pela ampliação das fronteiras sem planejamento.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural Imaterial; Ofício; Paneleiras de Goiabeiras; Rotas Culturais; Desenvolvimento Econômico.

Abstract: In the Espírito Santo, the clay pots are traditional container moqueca fish and other seafood, such as the Capixaba pie, traditional delicacy consumed during the period of the festivities of Holy Week. The pots are still shaped by hand with clay always from the same source and with the help of rudimentary tools, preserving therefore the craft Grumer prominent intangible cultural heritage, finding thus support and protection in the Federal Constitution. It is verifiable, thus, the growth of the region brought direct consequences for the developed activity, because distorted the cultural essence of the craft, going to pervade it by business lines, supported, greatly, the Vitória-ES County, with a view establish an urban tourist circuit that ends up supplanting small artisans. In this step, this is to analyze the conflict between preserving the craft of potters of Goiabeiras and the conflict with the rampant urban growth, mainly due to the effect produced by the expansion of borders without planning.

Keywords: Intangible Cultural Heritage; Craft; Potters of Goiabeiras; Cultural routes; Economic development.

1 Singelos comentários ao patrimônio cultural imaterial

⁹¹ Bolsista CAPES. Doutorando vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da UFF. Mestre em Ciências Jurídicas e Sociais pelo PPGSD-UFF (2013-2015). Especialista em Práticas Processuais – Processo Civil, Processo Penal e Processo do Trabalho pelo Centro Universitário São Camilo (2014-2015). E-mail: taua_verdan2@hotmail.com

A cultura apresenta como traços estruturantes elementos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos, os quais caracterizam uma sociedade ou, ainda, um grupo social determinado, compreendendo, também, as artes e as letras, os modos de vida, as maneiras de viver juntos, os sistemas de valores, as tradições e as crenças. Neste passo, é possível evidenciar que, em sede de meio ambiente cultural, o conjunto de elementos que dá azo ao patrimônio imaterial se apresenta como um dos mais relevantes traços caracterizadores da identidade de uma população, não somente para a presente e as futuras gerações, viabilizando a compreensão da humanidade e toda a sua evolução histórica. Com efeito, é possível trazer à colação, com o escopo de robustecer as ponderações estruturadas, o conteúdo do preâmbulo da Convenção sobre a proteção e a promoção da Diversidade das Expressões Culturais da Unesco.

Ao lado disso, o conjunto de manifestações culturais, enquanto patrimônio imaterial de uma população, encontra-se estritamente atrelado à liberdade e à essência da vida humana, pode ser considerado no plano jurídico como bem cultural que confere concreção aos direitos humanos e como axioma de sustentação do patrimônio cultural. Trata-se de uma estrutura que robustece os laços de identificação de um determinado grupo populacional. Ora, não é possível olvidar, em razão da dinamicidade da vida contemporânea, tal como a difusão de informações e assimilação de valores diversificados, que o patrimônio cultural imaterial é constantemente recriado pelas comunidades e grupos, em razão da influência do ambiente, das interações com a natureza e com a história. À sombra, a utilização da língua consiste no exercício dos direitos culturais linguísticos, contrapartida dos direitos oriundos da liberdade de expressão e comunicação, tal como a substancialização do bem cultural intangível, especialmente por meio das formas de expressão.

Desta feita, em decorrência do assinalado, o patrimônio cultural imaterial se apresenta como elemento estruturante da diversidade característica de uma população. Ora, o Texto Constitucional assinalou que o tratamento da cultura e dos bens culturais deflui dos elementos que sustentam o Estado brasileiro como Estado Democrático de Direito. Em

razão disso, é possível afirmar a discussão alicerçada na diversidade cultural, e, por extensão, nos direitos e bens culturais desta decorrentes, tem seu alicerce nos dispositivos constitucionais, já que o sistema jurídico consagra um Estado de direito cultural e indica a construção de um Estado Democrático Cultural. Quadra pontuar que o traço cultural democrático é estabelecido constitucionalmente, notadamente: (i) pelos artigos que versam acerca da cultura, sobre a necessidade de respeito à diversidade cultural brasileira e sobre a importância da tutela dos bens culturais que são bastiões dos grupos formadores da sociedade; e, (ii) pela estruturação do Estado para a tutela dos valores culturais com a colaboração da comunidade. Desta sorte, conquanto o Texto Constitucional não apresenta uma definição estanque do que é patrimônio cultural brasileiro, dispõe que o seu tratamento deve se orientar pelo respeito à diversidade e à liberdade e na busca da igualdade material entre e para os grupos constituintes da sociedade brasileira, maiormente os grupos desfavorecidos histórica, social e economicamente.

2 O embate entre o patrimônio cultural imaterial e o desenvolvimento urbano: uma análise do Ofício das Paneleiras de Goiabeiras como reflexo da história oral local

Como país dotado de um multiculturalismo ímpar, o Brasil, por meio da Constituição Federal, confere proteção ao pleno exercício dos direitos culturais, garantindo, em consonância com a forma estabelecida no §1º do artigo 215, a tutela jurídica de toda e qualquer manifestação vinculada ao processo civilizatório nacional. Neste viés, essa concepção constitucional de dimensão multicultural na estruturação e tutela do patrimônio cultural brasileiro é sagrada pela manutenção do liame existente entre sociedade-Estado na materialização de tarefas de promovam tanto o exercício dos mencionados direitos, tal como a proteção e fruição dos bens culturais materiais e imateriais que lhe conferem suporte. Neste cenário, “a fabricação artesanal de painéis de barro é o ofício das paneleiras de Goiabeiras, bairro de Vitória, capital do Espírito Santo. A atividade eminentemente feminina, constitui um saber repassado de mãe para filha por gerações sucessivas, no âmbito familiar e comunitário” (BRASIL,

2016d, p. 13).



Figura 01. Processo de tingimento da panela de barro com a tintura do tanino. Fonte: BRASIL, 2016d.

Cuida reconhecer que o ofício das panelas materializa técnica de cerâmica de origem indígena, cujo aspecto proeminente está assentado na modelagem manual, queima a céu aberto e aplicação de tintura de tanino. Em que pese a urbanização e do adensamento populacional que passou a submergir o bairro de Goiabeiras, o ofício familiar da feitura de panelas de barro continua substancialmente enraizado no cotidiano e no modo de ser da comunidade daquela região. É imperioso o reconhecimento do aspecto cultural dos modos de fazer, no tocante ao ofício das panelas de Goiabeiras, tanto assim que tal prática foi o primeiro bem cultural registrado pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) no Livro de Registro dos Saberes, em 2002.

Com efeito, no Estado do Espírito Santo as panelas de barro são o tradicional recipiente de moquecas de peixe e outros frutos do mar, tal como da torta capixaba, iguaria tradicional consumida no período das festividades da Semana Santa. “Ícones da identidade cultural capixaba, a torta, as moquecas e as panelas de barro ganharam o mundo e configuram, na literatura gastronômica, “a mais brasileira das cozinhas”, por

reunirem e mesclarem elementos das culturas indígena, portuguesa e africana”. Ao lado disso, como manifesto patrimônio cultural imaterial do Estado Capixaba, o processo característico da produção das panelas de Goiabeiras conserva todos os aspectos peculiares e indissociáveis com as práticas dos grupos nativos das Américas, antes da chegada de europeus e africanos. No mais, as panelas continuam sendo modeladas manualmente, com argila sempre da mesma procedência e com o auxílio de ferramentas rudimentares, preservando, pois, o ofício caracterizador de proeminente patrimônio cultural imaterial, encontrando, assim, respaldo e proteção na Constituição Federal.



Figura 02. Processo de queima da panela de barro. Disponível em: <<https://caipirismo.com.br/2015/03/13/livro-registra-trabalho-das-paneleiras-de-vitoria-es/>>. Acesso em 07 set. 2016.

Ao lado disso, há que se reconhecer que a forma de preparação das panelas de barro do Bairro de Goiabeiras observa um procedimento secularmente estruturado, sendo que a técnica de cerâmica empregada é reconhecida, a partir de estudos arqueológicos desenvolvidos, como legado proveniente das tribos indígenas Tupi-guarani e Uma, sendo que o maior número de elementos identificados está diretamente associado ao segundo grupamento. Verifica-se, assim, que o saber refletido no ofício registrado foi

apropriado dos índios pelos colonos e descendentes de africanos estabelecidos à margem do manguezal, localidade reconhecida historicamente como um local no qual era desenvolvido o ofício.

Depois de secas ao sol, são polidas, queimadas a céu aberto e impermeabilizadas com tintura de tanino, quando ainda quentes. Sua simetria, a qualidade de seu acabamento e sua eficiência como artefato devem-se às peculiaridades do barro utilizado e ao conhecimento técnico e habilidade das paneleiras, praticantes desse saber há várias gerações. A técnica cerâmica utilizada é reconhecida por estudos arqueológicos como legado cultural Tupi-guarani e Una, com maior número de elementos identificados com os desse último. O saber foi apropriado dos índios por colonos e descendentes de escravos africanos que vieram a ocupar a margem do manguezal, território historicamente identificado como um local onde se produziam panelas de barro. (BRASIL, 2016, p. 15).

Pontualmente, convém mencionar que, em decorrência do aspecto nos modos de fazer em comento, as paneleiras executam seu ofício nos quintais e no galpão da associação, alimentando, via de consequência, as relações familiares e de vizinhança próprias da atividade. Ao lado disso, percebe-se que os espaços de morar e trabalhar se confundem, pois cada casa é uma oficina, na qual o fazer panelas de barro convive, cotidianamente, com os afazeres domésticos e com a criação dos filhos e netos, nos momentos de festa, de perdas e manifestações de fé. “Em casa como no Galpão, é usual a presença de crianças participando das atividades, tanto modelando a argila em pequenos formatos, como trabalhando no alisamento das panelas”. (BRASIL, 2016d, p. 21).

É interessante ressaltar que, no ano de 2011, foi deferida a indicação geográfica, na modalidade de indicação de procedência, para a panela de barro de Goiabeiras, produzida em Vitória. “O deferimento foi publicado na RPI do dia 26 de julho de 2011. A partir desta data, a Associação das Paneleiras de Goiabeiras (APG) terá um prazo de 60 dias para efetuar o pagamento da taxa prevista para expedir o certificado de registro” (VEREZA, 2011, s.p.). Com o registro das panelas de Goiabeiras, elevou-se para onze (11) o número de produtos brasileiros com

procedência certificada por meio de indicação geográfica. Ao lado disso, cuida apontar que a certificação protege os produtos de eventuais falsificações, assegurando, por consequência, sua procedência e ampliando a competitividade. É oportuno consignar que a indicação de procedência para o artesanato brasileiro vem crescendo, sendo que a primeira foi deferida para o artesanato do capim dourado do Jalapão, no início de agosto de 2011 e a segunda para as panelas de barro de Goiabeiras.



Figura 03. Processo de modelagem da panela de barro. Disponível em: <<https://caipirismo.com.br/2015/03/13/livro-registra-trabalho-das-paneleiras-de-vitoria-es/>>. Acesso em 07 set. 2016.

É notório que o patrimônio cultural imaterial encerrado no ofício das paneleiras de Goiabeiras reflete a confluência dos pilares que estruturam a constituição e consolidação da cultura brasileira, pautando-se na assimilação de modos de fazer que remontam aos povos nativos anteriores à chegada de europeus e africanos no continente americano. Mais que um singelo ofício suburbano, a confecção de panelas de barro, observado o procedimento estabelecido pelas paneleiras de Goiabeira enseja patrimônio dotado de elevada densidade, desdobrando-se, pois, em singular elemento integrante do cenário complexo e multifacetado que compreende a cultura nacional. Trata-se de apropriação e perpetuação dos saberes assimilados e, até hoje, empregados na subsistência de uma

população que nutre um liame identificador, o qual está intimamente atrelado ao ofício desempenhado.

Ocorre, contudo, que se verifica, devido ao aumento desordenado e despido de prévio planejamento do núcleo urbano, que o ofício desempenhado pelas paneleiras de Goiabeiras encontra-se em risco, notadamente em decorrência da degradação das áreas de mangue, local do qual é retirada a matéria-prima para a prática do patrimônio cultural registrado. Mais que isso, há que se reconhecer, ainda, que o crescimento urbano da região culminou na profissionalização e concorrência da atividade, objetivando atender um mercado consumidor, a produção que é desenvolvida no galpão passou a gozar de um ritmo empresarial com maior visibilidade publicitária, ao passo que as paneleiras do fundo de quintal foram ofuscadas comercialmente, após a notoriedade recebida pelo galpão. É verificável, dessa maneira, que o crescimento da região trouxe consequências diretas para a atividade desenvolvida, porquanto desvirtuou a essência cultural do ofício, passando a permeá-lo por traços empresariais, fomentado, sobremaneira, pelo Município de Vitória-ES, com vistas a estabelecer um circuito turístico urbano que acaba suplantando as pequenas artesãs, cujo ofício é desenvolvido em seus quintais e que recebem um fluxo menor de visitantes e clientes do que aquele que frequenta o galpão da região. Assim, em razão da renda que não consegue atender os gastos mínimos da população, verifica-se que as paneleiras estão migrando do ofício tradicional em busca de renda fixa e atividades formais.

3 Considerações Finais

Em harmonia com todo o escólio apresentado, prima colocar em destaque que a construção do meio ambiente cultural sofreu maciça contribuição com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Cuida salientar que o meio ambiente cultural é constituído por bens culturais, cuja acepção compreende aqueles que possuem valor histórico, artístico, paisagístico, arqueológico, espeleológico, fossilífero, turístico, científico, refletindo as características de uma

determinada sociedade. Ao lado disso, quadra anotar que a cultura identifica as sociedades humanas, sendo formada pela história e maciçamente influenciada pela natureza, como localização geográfica e clima. Com efeito, o meio ambiente cultural decorre de uma intensa interação entre homem e natureza, porquanto aquele constrói o seu meio, e toda sua atividade e percepção são conformadas pela sua cultural.

O crescimento desordenado da região do Bairro de Goiabeiras, na cidade de Vitória-ES, em conjunto com a degradação acentuada da região de mangue e a publicidade conferida ao ofício das panelleiras daquela região desembocam em um cenário de extremos contrastes. Tal fato decorre da premissa do Estado do Espírito Santo e o Município de Vitória buscar estabelecerem um circuito turístico urbano, fechando, contudo, os olhos para as consequências produzidas principalmente para as pequenas artesãs, eis que o Galpão das Panelleiras de Goiabeiras recebeu claramente contornos empresariais. Assim, as panelleiras que atuam em seus quintais atendem um público relativamente pequeno, quando comparado com aquele que frequenta o galpão, produzindo, dessa maneira, de acordo com as encomendas feitas pelos clientes, cujo número é inalterado, por consequências, os ganhos financeiros não são tão significativos quanto aqueles recebidos no galpão.

A rentabilidade insuficiente para atender os gastos domésticos cotidianos faz com que muitas panelleiras sejam compelidas a desenvolverem outras atividades no mercado formal de emprego como serviço geral, faxineira, empregada doméstica e outros. Mais que isso, a população mais jovem, ao observar que o trabalho é desgastante e não possui elevada rentabilidade, está cada vez mais buscando postos de trabalho com remuneração fixa, perdendo o interesse pelo ofício desenvolvido. Tal situação, em um futuro breve, associado à falta de argila, poderá comprometer a sobrevivência de tal patrimônio cultural. Diante disso, por perceberem a ameaça à sua tradição, as panelleiras se colocam à disposição para ensinar o ofício aqueles que se interessam, mesmo que não sejam parentes ou não morem no bairro.

Referências:

BRASIL. *Constituição (1988). Constituição (da) República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 07 set. 2016a.

_____. *Decreto N° 3.551, de 04 de Agosto de 2000*. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 07 set. 2016b.

_____. *Decreto-Lei N° 25, de 30 de novembro de 1937*. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 07 set. 2016c.

_____. *Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Ofício das Panelas de Goiabeiras. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br>>. Acesso em 07 set. 2016d.

_____. *Lei N°. 6.938, de 31 de Agosto de 1981*. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 07 set. 2016e.

_____. *Ministério da Cultura*. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br>>. Acesso em 07 set. 2016f

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Convenção sobre a proteção e a promoção da Diversidade das Expressões Culturais*. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org>>. Acesso em 07 set. 2016.

VEREZA, Cláudio. *Panelas de barro de Goiabeiras recebem certificado de indicação geográfica*. Disponível em: <<https://claudiovereza.wordpress.com/2011/08/02/panelas-de-barro-de-goibeiras-recebem-certificado-de-indicacao-geografica/>>. Acesso em 07 set. 2016.

ESTUDO TÉCNICOS DE DESIGN PARA PROMOVER EXPERIÊNCIAS EM UM ACERVO DE EQUIPAMENTOS COMPUTACIONAIS

DANIELE DOS SANTOS MOTA⁹²

PATRÍCIA KAYSER VARGAS MANGAN⁹³

Resumo: Este trabalho apresenta um estudo da interação que está sendo realizada em ambientes de museus através da ótica do design. Busca-se uma possível solução digital que vise uma melhor experiência de usuário, na área de museologia. Este trabalho desenvolve-se a partir de uma pesquisa bibliográfica dos temas usabilidade, design e museu virtual. O problema de pesquisa que norteia este trabalho é: como melhorar a interação humano-computador através da experiência de usuário em museus digitais? Como base, serão utilizados conceitos chave de museologia, interfaces, usabilidade, ergonomia e experiência de usuário.

Palavras-chaves: Museu virtual; design; experiência de usuário; interface; emoção.

Abstract: This paper presents an ongoing study of interaction which deals with museum environments through the design perspective. We aim at proposing a possible digital solution for a better user experience, in museology area. This work uses a literature review concerning usability issues, design, and virtual museum. The research problem that guides this work is how to improve human-computer interaction through user experience in digital museums? As a basis, will be used key concepts of museology, interfaces, usability, ergonomics, and user experience.

Keywords: Virtual museum; design; user experience; interface; emotion.

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa foi desenvolvida dentro do contexto do projeto “Ampliando o acesso e promovendo experiências de aprendizagem e interação em um acervo de equipamentos computacionais”. Este projeto se preocupa em catalogar objetos computacionais que foram doados ao logo dos últimos vinte anos. Cada um dos objetos tem valor histórico, porque representa e simboliza uma determinada época, não somente no sentido de tempo passado, mas de costumes e hábitos próprios daquele tempo (POSSAMAI, 2001). Tais objetos acabariam no lixo, porém no museu seriam preservados (POSSAMAI, 2001). Nesse sentido o museu é representado como um guardião dos objetos, mas também dos significados

92Tecnólogo em Design de Produto. Designer de Jóias. E-mail: danimotaw@gmail.com

93Doutora em Engenharia de Sistemas e Computação pela COPPE/Sistemas da UFRJ. Professora do UNILASALLE, vinculada ao PPG em Memória Social e Bens Culturais (Canoas/RS, Brasil). E-mail: patricia.mangan@unilasalle.edu.br

(...) (POSSAMAI, 2001, p 94), já que a maioria dos museus lida com um universo chamado "cultura material" (BENCHETRITET et al, 2010). Este conjunto de objetos será futuramente incorporado através de uma nova coleção ao acervo do Museu Histórico La Salle (MAHLS). As coleções são "a expressão do desejo de reunir objetos interessantes que poderão inspirar aqueles que os vêem, enriquecer sua existência (...)", enquanto um acervo "é um conjunto de objetos e/ou espécimes que constituem a coleção ou as coleções de um museu (...)" (SANTOS, 2000, p 22).

Considerando o aspecto cultural, os museus "recolhem, preservam e pesquisam artefatos produzidos pelo homem ao longo de sua existência, gerando conhecimento e difundindo informações sobre os vestígios que sobreviveram ao tempo". (BENCHETRITET et al, 2010, p 7) Em resumo, fornecem uma perspectiva histórica que proporciona o diálogo entre o passado e o presente e entre as diversas gerações. (BENCHETRITET et al, 2010).

Na continuidade deste artigo, será apresentado alguns conceitos de design que podem ser aplicados no contexto de museus virtuais e não virtuais, tendo como foco a coleção em construção.

2. INTERAÇÃO E USABILIDADE

A interação de maneira geral é uma influência recíproca, mas no contexto da interação Humano-Computador (CYBIS, 2010), precisa ser pensada como uma experiência em constante evolução, pois as pessoas ao perceberem novas possibilidades ou funcionalidades passam a usar um dispositivo de forma diferente e desenvolvem novas expectativas. Para que ocorra essa interação são usados programas que possuem interfaces⁹⁴ com o usuário. Usuário (Conselho de Museus, 2004), no contexto em estudo, é toda e qualquer pessoa que possa se beneficiar do serviço que o museu oferece. Para que a interação humano computador ocorra é necessário que (CYBIS, 2010) a interface seja definida segundo uma lógica de operação que visa que o sistema seja agradável, intuitivo, eficiente e

⁹⁴ Interface é o nome dado para o modo como ocorre a "comunicação" entre duas partes distintas e que não podem se conectar diretamente. (<http://www.significados.com.br/interface/>)

fácil de operar. Os programas de software e suas interfaces com o usuário objetivam facilitar a percepção, o raciocínio, a memorização e a tomada de decisão. Tais programas e suas interfaces com usabilidade⁹⁵ exigem mais tempo e dinheiro, pois há necessidade de programar esforços sistemáticos e continuados.

Pode-se definir usabilidade como (CYBIS, 2010, p. 16):

(...) a qualidade que caracteriza o uso dos programas e aplicações. Assim, ela não é uma qualidade intrínseca de um sistema, mas depende de um acordo entre as características de sua interface e as características de seus usuários ao buscarem determinados objetivos em determinadas situações de uso.

A usabilidade e a ergonomia⁹⁶ de interfaces com o usuário proporcionam diferenciais visando trazer conteúdo útil, para uma interface simples, intuitiva e fácil de usar, porque isso faz com que o usuário tenha confiança e satisfação por conseguir fazer uso com menos esforço em menos tempo e com menos erros. Para isso, os diferentes profissionais que desenvolvem sistemas interativos devem conhecer muito bem o usuário e o seu trabalho. A partir do conhecimento e/ou pesquisa do usuário (CYBIS, 2010) criam-se protótipos de interfaces que posteriormente precisarão ser testadas, antes de ser liberadas para o mercado, desde que a interface satisfaça tais requisitos.

3. DESIGN

As fontes, cores e layouts devem ser esteticamente atraentes para o usuário, porque estudos indicam que "existe uma correlação entre a estética das interfaces e a usabilidade percebida pelo usuário" (CYBIS et al, 2010, p.360). Segundo o trabalho de comparação de diferentes layouts de interface de dois pesquisadores japoneses, os layouts considerados mais bonitos, mais atraentes, foram percebidos pelos usuários como os

⁹⁵Usabilidade é a capacidade de um objeto, programa de computador, página da Internet, etc. satisfazer as necessidades do usuário de forma simples e eficiente. (www.priberam.pt)
⁹⁶Ergonomia é um termo que deriva do grego "ergon", que significa "trabalho" e "nomos", que significa "leis ou normas". Ergonomia designa o conjunto de disciplinas que estuda a organização do trabalho no qual existe interações entre seres humanos e máquinas. (www.significados.com.br)

mais fáceis de serem utilizados. (NORMAN, 2008) “Estas pesquisas indicam que o aspecto estético da interface exerce um impacto importante não somente na avaliação inicial do usuário em relação à usabilidade, mas também na forma de utilizar o produto e na sua atitude de longo prazo em relação ao mesmo” (CYBIS, 2010, p 361)

Existem alguns requisitos gráficos a serem pontuados na concepção de interfaces, tais como: fontes, bordas, arranjo (layouts), fundo, cores, entre outras. A cor é um importante recurso estético, sendo que para Cybis (2010), “uma forma interessante de explorar as cores é explorar as sensações que estas causam sobre as pessoas”. O Quadro 1 ilustra o significado das cores e, apresentamos exemplos no contexto de museus (do qual segue uma imagem de referência).

Quadro 1 – Cores e seus significados

Cor	Sensação/Significado	Imagem de referência
Vermelho	Animada, dinâmica, energética. Ex.: Exposição Fernando Lindote.	
Rosa	Quente, animada, divertida e feminina, possuindo associação com amor, romance e saúde. Ex.: PleaseTouchMuseum	

Cor	Sensação/Significado	Imagem de referência
Laranja	Extrovertida, lúdica e chamativa, especialmente atraente para adolescentes e crianças, em geral induz uma sensação de calor. Ex.: Museu Municipal do Cadaval, Portugal.	
Amarelo	Brilhante e alegre, sendo os tons mais claros associados à vitalidade e à felicidade. Ex.: Exposição de Ernesto Neto.	
Marrom	Neutra e terrena, associada ao mundo natural, passa a impressão de calor e robustez. Ex.: Museu do Van Gogh, Amsterdam	
Azul	Conotações de constância, vitalidade, restauração e preservação da vida pela associação com a água. Possui efeito de calma e relaxamento, sendo percebido como frio e purificador. Ex: Memorial da Epopéia do Descobrimento, Bahia.	

Cor	Sensação/Significado	Imagem de referência
Verde	Denota bem-estar, natureza e meio ambiente, representando saúde, vida e recomeços, sendo relaxante. Ex.: Museu Oceanográfico - Univali.	
Púrpura	Denota espiritualidade, nobreza e cerimônia. Ex.: Mostra “Diana, Uma Celebração”, no Cincinnati Museum Center	
Neutras	Discretos, clássicos e eternos, são cores confiáveis, doces. Ex.: Pinturas no Louvre, em Paris.	
Branco	Associado à limpeza, simplicidade e ao espaço. Ex.: Esculturas no Louvre, em Paris.	

Cor	Sensação/Significado	Imagem de referência
Preto	Conservador, sério, mas também sofisticado e elegante. Ex.: Museu D'Orsay em Paris.	
Prata	Associada ao moderno e inovação, transmite estabilidade, sucesso, qualidade e distinção. Ex.: PetersenAutomotiveMuseum, em Los Angeles, CA (EUA)	

Fonte: adaptado de Ambrose 2009

4. EXPERIÊNCIA DE USUÁRIO

Os designers (NORMAN, 2008) vem voltando sua atenção para as pessoas e o modo como elas interpretam e interagem com o meio físico e social, focando na *emoção* e buscando proporcionar *experiências agradáveis*. Desmet (2007 apud Cybis, 2010, p 365) define experiência de usuário como “todo conjunto de sentimentos e emoções produzidas a partir da interação do usuário com o produto”. Para este autor, “a ênfase está no efeito produzido pela experiência estética, no significado que o usuário atribui ao produto e nas emoções vivenciadas pelo usuário, despertadas a partir da sua interação com o produto”. Norman (2008) sugere que somos resultados de três diferentes níveis de estruturas cerebrais - visceral, comportamental e reflexivo - que operam entrelaçados e são identificados na nossa reação aos objetos. Eles indicam três níveis de design.

- a) **Design visceral:** se refere ao primeiro impacto causado pelo produto e também ao seu aspecto físico. Está relacionado com a aparência.

A figura 1 causaria uma sensação de fascínio ao usuário pelo seu diferencial de expor, tanto no quesito iluminação quanto na cor. São sensações causadas pela aparência física da exposição.



Figura 1 –Mostra "Diana, Uma Celebração" no Cincinnati Museum Center

Fonte: www.cincymuseum.org

- b) **Design Comportamental:** se refere à função, eficácia e facilidade do produto e também ao modo do produto “se comportar” com o usuário. Está relacionado ao prazer e efetividade do uso.

A exposição abaixo (Figura 2) de Ernesto Neto convida o usuário para uma experiência sensorial, a efetivamente fazer uso do objeto exposto, que lembra algo confortável e macio, induzindo a uma sensação de relaxamento.



Figura 2 – Exposição de Ernesto Neto

Fonte: <http://www.revistacliche.com.br/2012/09/inspiracoes-sensoriais-na-arte/>

- c) **Design Reflexivo:** se refere ao ponto de vista subjetivo e engloba particularidades culturais e individuais, memória afetiva e significados

atribuídos ao produto e seu uso, entre outros aspectos dessa ordem. Está relacionado à auto-imagem, satisfação pessoal, lembranças. A exposição dos carros abaixo (Figura 3) nos remete ao uso do automóvel, e com isso nossa auto imagem perante o uso, como também o quão isso nos trará satisfação pessoal.



Figura 3- Petersen Automotive Museum

Fonte:<http://petersen.org/portfolio-item/precious-metal/>

Mas além da experiência de usuário, sob a perspectiva do design, é muito importante levar em consideração a experiência museal na realização do projeto do acervo computacional. Algumas teorias (KÖPTCKE, 2002) apoiam estudos onde a observação da experiência museal considera a interação dos contextos físico e pessoal. O primeiro trabalho de avaliação sobre a fadiga museal (RIBAMAR et al, 2003), realizado em 1916, através de registros fotográficos, argumentou que a fadiga estaria relacionada à pobreza do design expositivo. Nos anos seguintes, décadas de 20 e 30, alguns psicólogos desenvolveram estudos formais sobre comportamentos de visitantes em museus, apoiando suas observações no deslocamento de visitantes nas exposições, o que resultou em mapas de deslocamento durante a visita. Para Rico (2002) é imprescindível conhecer o comportamento físico dos visitantes na exposição, ver os itinerários escolhidos, o relacionamento com as obras expostas, entre outros aspectos, porque isso pode revelar o motivo de equívocos e ajudar nas exposições futuras.


5. EXPOGRAFIA - POSSIBILIDADES E MEIOS DE EXPOSIÇÃO


A exposição é “o canal de comunicação entre o acervo e o visitante, o caminho que possibilita a interação e a apropriação do conhecimento que a cultura material exposta no museu oferece” (MARÇAL, CAMPANHOL, 2012, p 1). As exposições oferecem uma visão de ideias, formas e funções, além da temática objetivada de maneira clara e compreensível aos diversos públicos (BENCHETRIT 2010). Bottallo (2001 APUD POLO, 2006) a expografia busca traduzir o programa científico de uma exposição, não utilizando os próprios elementos de maneira qualquer, mas se serve deles como instrumentos de um espetáculo que integram um programa científico. Segundo Franco (2008, p 61), a expografia se ocupa de definir a linguagem e o design da exposição museológica, englobando a criação de circuitos, expositores, recursos multimídias e projeto gráfico (APUD, MATOS 2011, P 4).

Em linhas gerais e resumidamente, a expografiareúne todos os elementos da exposição de maneira que eles sigam um projeto pré-concebido e que atenda aos requisitos determinados, e não somente, os elementos da exposição, num simples ato de estarem ali, sem objetivos definidos.

O Quadro 2 apresenta uma breve análise de duas exposições de acervos computacionais, para que possa ser verificado a expografia no quesito de expositores e suas respectivas cores:

Quadro 2- Análise Expográfica

Objeto	Exposição	Análise
	<p>Museu do Computador, Itapeverica da Serra, SP</p>	<p>O expositor preto contrasta bem com as cores neutras dos equipamentos, realçando-os. O que está desarmônico nesta exposição é o contraste do roxo com o vermelho. E a iluminação não favorece à visitação.</p>

	<p>História do computador em Itatiba, SP</p>	<p>O expositor branco não favorece os equipamentos expostos, pois ao invés de destacá-los, eles parecem mais continuações dos equipamentos, que em sua maioria, também possuem a cor neutra.</p>
---	--	--

O que pode ser percebido, através dessa análise, é que a expografia não levou em conta aspectos básicos do design como a análise para o uso de cores. Outro aspecto que deveria ter sido tratado era de um do projeto gráfico mais apropriado (principalmente tipografia e layout).

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As exposições são instrumentos de comunicação por excelência dos museus, e oferecem uma visão de idéias, formas e funções, além da temática. A discussão sobre expografia é cada vez mais atual, principalmente frente à novas tecnologias que permitem criar novos espaços, inclusive virtuais. Utilizando como base os estudos aqui discutidos, em busca de uma experiência de usuário interface agradável, a continuidade deste trabalho será a criação de uma expografia com equipamentos de informática, da coleção em construção já citada, o qual inclui placa-mãe, processador, teclados, drive, disquetes, entre outros, onde os mais antigos datam do início dos anos 80. Pretende-se fazer uso de pesquisas (questionários) para avaliar a experiência de usuário, onde os acadêmicos do Centro Universitário La Salle serão o público principal. Considerando que o uso das tecnologias da informação e comunicação é um desafio quando o foco é a educação inclusive museal, os próximos estudos teóricos com foco no design envolverão tecnologias computacionais que permitam experiências em Realidade Virtual e/ou Aumentada.

Referências

AMBROSE, Gavin; HARRIS, Paul. **Design básico cor**. Trad. Francisco Araujo da Costa. Porto Alegre: Bookman, 2009.

AMBROSE, Gavin; HARRIS, Paul. **Fundamentos de design criativo**. Trad. Aline Evers. Porto Alegre: Bookman, 2012

CYBIS, Walter; BETIOL, Adriana Holtz ; FAUST, Richard. **Ergonomia e usabilidade: conhecimentos, métodos e aplicações**. São Paulo: Novatec Editora, 2010

KÖPTCKE, Luciana Sepúlveda. Observar a experiência museal: uma prática dialógica?. In: WORKSHOP INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2002, RJ. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002. Disponível em: <http://www.fiocruz.br/omcc/media/paper%20Luciana%20publicado%20Workshop%20Gilson.pdf>. Acesso em: 12/08/2016

MARÇAL, Alessandra de Oliveira; CAMPANHOL, Edna Maria. **A expografia museal – da coleção pessoal ao novo museu**. Anais do VI Congresso de Iniciação Científica da UNIFACEF. 2012. Disponível em: http://legacy.unifacef.com.br/novo/iv_congresso_de_iniciacao_cientifica/Trabalhos/Inicia%C3%A7%C3%A3o/Alessandra%20de%20O.pdf. Acesso em: 23/08/2016

NORMAN, Donald. **Design Emocional – Por que adoramos (ou detestamos) os objetos do dia-a-dia**. Trad. Ana Deiró. Rio de Janeiro: Rocco, 2008.

POLO, Maria Violeta. **Estudos sobre a expografia** Quatro Exposições Paulistas do Século XX. (Dissertação do Programa de Pós-graduação em Artes). São Paulo: Fapesp. 2006.

POSSAMAI, Zita Rosane. **Nos bastidores do museu: patrimônio e passado da cidade de Porto Alegre**. Porto Alegre: EST Edições, 2001

RIBAMAR, José et al. **Avaliação e estudos de públicos de museus e centros de ciência**. Caderno do Museu da Vida. 2003. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=3JBy5K4uoJQC>. Acesso em 19/08/2016.

RICO, Juan Carlos. **¿Por qué no vienen a los museos?** Madrid, Silex ediciones S.L., 2002

SANTOS, Fausto Henrique dos. **Metodologia aplicada em museus.** São Paulo: Editora Mackenzie, 2000.

O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO HISTÓRICO/ MEMORIAL DO CAMPUS SÃO MIGUEL DO OESTE DO IFSC: UMA PROPOSTA

JOSÉ FABIANO DE PAULA⁹⁷

BALDUINO ANTONIO ANDREOLA⁹⁸

Resumo: A proposta trata de um projeto de extensão referente à construção do histórico/ memorial do Campus São Miguel do Oeste do IFSC. O objetivo principal foi revelar a necessidade de se elaborar um histórico/ memorial deste Instituto local com coleta de documentos e as percepções orais pertencentes à educandos, servidores, autoridades e residentes do entorno da Escola. Tal estudo vislumbrou a compreensão da vinda desta Instituição para São Miguel do Oeste-SC no ano de 2010 e de como as pessoas direta ou indiretamente perceberam a chegada do IFSC ao município. Fez-se necessário rastrear os testemunhos destes agentes históricos para que fortalecessem e (re)significassem uma memória coletiva do Campus e não apenas as fontes encontradas nos documentos oficiais. Entre os autores que subsidiaram o trabalho, destacaram-se: Jacques Le Goff, Stuart Hall e José C. S. B. Meihy. Dessa forma, realizou-se uma pesquisa documental e outra quanti-qualitativa com a confecção de 80 entrevistas gravadas e transcritas empregando a técnica da História Oral. A proposta proporcionou o surgimento de uma noção parcial de como era imaginada esta nova instituição pelos seus sujeitos sociais.

Palavras-chaves: Histórico; Gestão; Memória; Percepção; Instituição Pública.

Abstract: The proposal is an extension project for the construction of the historical / Memorial Campus São Miguel do Oeste the IFSC. The main objective was to reveal the need to develop a historical / memorial site of this Institute with collecting documents and oral perceptions belonging to students, servers, authorities and residents surrounding the school. This study saw the understanding of this institution coming to São Miguel do Oeste-SC in 2010 and how the people directly or indirectly realized the arrival of the IFSC to the municipality. It was necessary to trace the historical testimonies of these agents to add strength and (re) meant a collective memory of the campus and not just the sources found in the official documents. Among the authors that supported the work included: Jacques Le Goff, Stuart Hall and Joseph C. S. B. Meihy. Thus, there was a documentary research and other quantitative and qualitative with the making of 80 interviews recorded and transcribed using the technique of oral history. The proposal gave the appearance of a partial sense of how it was imagined this new institution for their social subjects.

Keywords: History. Management. Memory. Perception. Public Institution.

1. INTRODUÇÃO

⁹⁷ Doutorando do PPGE do Unilasalle-Canoas e Prof^o. EBTT de Geografia no IFRS - Campus Caxias do Sul. E-mail: josefabianodp@gmail.com

⁹⁸ Pós-doutorando em Educação na UFRGS e Professor Orientador do PPGE do Unilasalle-Canoas. E-mail: balduinoandreola@yahoo.com.br

Esta pesquisa surgiu a partir da necessidade da construção de um histórico/ memorial acerca do Campus São Miguel do Oeste⁹⁹. Destaca-se que, diante de um mundo tão veloz na atualização das informações, sendo muitas delas influenciadas pelo domínio do global sob o local, a história de uma comunidade pode ser ameaçada diante da invasão cultural estrangeira, em especial, pela educação informal. Nesse sentido, buscamos, através deste projeto, também fortalecer o estudo de um passado aliado à identidade de um estabelecimento de ensino e de seus diferentes atores. “Essas novas características temporais e espaciais, que resultam na compreensão de distâncias e escalas temporais, estão entre os aspectos mais importantes da globalização a ter efeito sobre as identidades culturais” (HALL, 2006, p. 68).

Para que o projeto fosse realizado e recebesse aporte financeiro, houve a submissão do mesmo ao APROEX – Cultural do IF-SC que viabilizou a compra de materiais e a incorporação ao projeto de cinco bolsistas e mais dois docentes.

As atividades compreenderam os meses de outubro, novembro e dezembro de 2011. Nestas foram coletadas mais de 80 entrevistas gravadas, 120 imagens e 20 gráficos. Destaca-se que, embora o levantamento inicial tenha sido produzido neste período, ele foi revitalizado em 2013/14 por haver estímulo da Reitoria na busca da criação do Centro de Memória e Documentação do IFSC.

Contudo, enfatizaremos apenas o tempo em que o projeto ocorreu. Como o trabalho estava condicionado a um período de curta duração para a apuração dos resultados, o grupo de trabalho definiu o cronograma que ficou organizado no seguinte formato: Mês 1 = definir professores que participarão; elaborar edital para seleção de bolsistas e classificar os 5 melhores; realizar reunião com a equipe e definir o cronograma e metas a serem cumpridas; iniciar coleta de documentos, periódicos que sejam importantes para o histórico, bem como iniciar as entrevistas pelos docentes. Mês 2 = continuação das entrevistas; categorizar e selecionar as

99 Criado no final do ano de 2010 e com início de suas aulas em fevereiro de 2011; a Instituição passou a ofertar Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio e Concomitante nas áreas de Produção Alimentícia e Recursos Naturais.

informações; organizar gráficos e tabelas; iniciar uma reflexão sobre os resultados parciais obtidos. Mês 3 = elaborar uma síntese “passo-a-passo” da construção do histórico; elaborar um histórico/ memorial dotado da confluência dos documentos, periódicos e entrevistas realizadas.

O emprego do termo memorial ao lado de histórico neste texto ocorre porque concordamos com Meihy (2002, p. 52) quando diz que: “o passado contido na memória é dinâmico como a própria memória individual ou grupal. Enquanto a narrativa da memória não se consubstancia em um documento escrito, ela é mutável e sofre variações que vão da ênfase e da entonação a silêncios e disfarces”.

Dessa forma, entende-se que o termo “histórico” está condicionado aos documentos e periódicos com suas características específicas. No que se refere ao “memorial” define-se aquelas informações coletadas através da técnica da história oral com as entrevistas às pessoas envolvidas. Portanto, são dinâmicas diferentes. A aproximação entre ambas ocorre quando elas têm a mesma matéria, ou seja, o estudo do passado. Por isso, na tentativa de compor um documento com diferentes sentidos sobre o Campus, optou-se por essas duas “fórmulas”.

2. Os documentos oficiais e periódicos: por onde começar?

O grupo, depois de ter traçado algumas linhas de ação, procurou junto à Direção Geral uma orientação quanto aos documentos de criação e de como se efetivou o processo da vinda do Campus para São Miguel d’ Oeste. Com isso, chegou-se aos periódicos pré-campus que tratavam da sua gestação. A secretária de Educação da época: Ilione Pedrozo e o Jornal Folha do Oeste, através do seu arquivo, foram importantes norteadores da pesquisa, já que ambos indicaram onde poderíamos encontrar os materiais.

Mobilização Regional Pró-CEFET em São Miguel do Oeste

Com as reportagens apresentadas no Jornal Folha do Oeste pudemos perceber como transcorreu o período de discussão e aceitação/reprovação da instalação de um Campus em São Miguel d’Oeste. Contudo

destaca-se que os documentos ou periódicos aqui apresentados não poderiam ser as únicas fontes a serem analisadas, já que “seus meios limitados não lhe permitem varrer com suas redes toda a extensão do lago do passado, o que ele poderá apanhar nas suas redes” (MARROU, 1978, p. 48). É por isso que se justifica recorrer à técnica da história oral para dar voz aqueles que, de longe, apenas observaram a mudança da paisagem na cidade, mas sem saber ao certo o que estava acontecendo. Veremos mais adiante.

Na sequência, faz-se necessário esclarecermos que a partir do ano de 2008, os chamados CEFET (Centros Federais de Educação Tecnológica), transformaram-se em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia atribuindo-se, para isso, no final da sigla, a região de abrangência (Lei nº11.892-29/12/2008). No caso de Santa Catarina, existem dois Institutos, sendo o IF-SC¹⁰⁰ (Instituto Federal de Santa Catarina) e o IFC (Instituto Federal Catarinense). Por isso, as fontes trazem CEFET e não IFSC (Figura 1).

Figura 1 - Notícia de Jornal referente à possível instalação de um Campus do IF-SC no município

100 O IF-SC é uma instituição centenária criada em 1909 e que recebeu diversos nomes institucionais ao longo da sua história. No seu início era reconhecida como Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina localizada em Florianópolis.

CLIPPING – Assessoria de Imprensa
Periódico: Jornal Folha Assunto: educação
Data: 23.06.2007



Fonte: Arquivo do Jornal Folha do Oeste, 2011.

A nova fase de implantação e, em especial, o “Plano de Expansão II” do IF-SC, levou em consideração alguns fatores importantes do ponto de vista do tamanho continental do país como, por exemplo: criar uma Escola Técnica em cada cidade-polo com a distribuição territorial equilibrada das novas unidades de ensino; assim como da cobertura do maior número possível de mesorregiões em cada Unidade da Federação. Também o fato da proximidade dos novos Centros Técnicos aos Arranjos Produtivos Locais instalados e em desenvolvimento.

Definiu-se, então, 150 localidades que poderiam ser contempladas ao longo dos próximos quatro anos (referência: 2007). Essa análise orientou-se por uma abordagem multidisciplinar, influenciada pelas variáveis geográficas, demográficas, socioambientais, econômicas e culturais.

A “Chamada Pública” tratou de ser a norteadora das Prefeituras interessadas em participar como parceiras e adquirirem o seu Instituto de Educação Profissional mais rápido do que as outras, pois aqueles municípios que apresentassem uma contrapartida melhor (terreno,

transporte escolar, mobiliário, entre outros) seriam incluídos no número de Escolas a serem construídas ao longo dos próximos anos. As Prefeituras poderiam contar com o apoio dos Governos Estaduais, Empresas Estatais, Empresas Públicas ou Privadas, além de outros municípios da respectiva região.

As autoridades locais trataram de organizar uma Comissão de Mobilização/Implantação que teria por finalidade repassar às informações à comunidade e, por si só, iniciarem um processo de discussão, tanto na busca das contrapartidas como também na reflexão de quais seriam as demandas profissionais (Figura 2) do mercado do extremo oeste catarinense.

Figura 2 - Divulgação dos cursos do IFSC em São Miguel d'Oeste pelo jornal Regional



Fonte: Arquivo pessoal de Ilione Pedrozo, 2011.

Os cursos técnicos solicitados para atender a região e debatidos em Audiência Pública foram definidos nesta ordem de votação: Agroindústria 26%, Agroecologia 24%, Manutenção Automotiva 18%, Vestuário 10% e Móveis 10%, sendo o restante de outros 9% e que não responderam 3% (Arquivo PMSMO, 2011). O início da oferta deveria ocorrer em 2010 e 2011, porém, diante das dificuldades encontradas como terraplanagem e intempéries do tempo que acabaram prejudicando os avanços da obra e por si só o início das aulas, as atividades pedagógicas e administrativas com alunos ocorreram a partir de fevereiro de 2011 com as turmas de Agroindústria Integrado ao Ensino Médio, Agroindústria Concomitante e Agroecologia Concomitante.

A partir dos periódicos, dos documentos oficiais e da secretária de educação da época conseguimos dar os primeiros passos no histórico do Campus e de como a comunidade, em especial, a política articulou-se para a vinda do IFSC em definitivo para essa cidade do extremo oeste catarinense.

3. Rápidas pinceladas sobre as entrevistas com os novos servidores, alunos, autoridades e comunidade do entorno

Em outubro de 2010, chegaram os primeiros servidores, entre professores e técnicos administrativos. Desses, 15 docentes e oito pessoas para comporem o corpo de apoio logístico e documental do Campus. No ano de 2011, chegou o reforço de mais quatro professores e oito técnicos. Para esses, segundo os seus relatos, a expectativa em relação à atuação do campus seria de extrema importância para o desenvolvimento regional.

Em torno de 53% dos docentes entrevistados já atuavam como professor. Os demais estavam cursando Programas de Pós-graduação ou trabalhavam na iniciativa privada de acordo com suas áreas de formação. Outro fator que nos chamou a atenção foi o fato de considerarem o ambiente de trabalho excelente. Contudo havia a escassez de materiais didáticos para as aulas. Também justificaram que tal motivo ocorria pela recente criação do Campus e, com o passar do tempo, os equipamentos e

materiais diversos acabariam sendo adquiridos, já que a Instituição dispunha de recursos financeiros para a sua implantação.

Constatou-se que o projeto, sem ter esse propósito inicial, estimulou uma reflexão por parte dos docentes quanto ao seu papel no contexto institucional e regional. Tal fato nos fez supor o surgimento de “um despertar de consciência” quanto ao ensino-aprendizagem que seria proposto aos alunos, mesmo já havendo encaminhamentos da Reitoria. Naquele momento, os professores se defrontavam com a elucidação dos motivos que lhe conduziram até ali, tanto profissionais como pessoais. Além daqueles que seriam exigidos tradicionalmente pela interação com seus chefes imediatos, colegas e alunos.

Assim como a tomada de consciência não se dá nos homens isolados, mas enquanto travam entre si e o mundo relações de transformação, assim também somente aí pode a conscientização instaurar-se.

A tomada de consciência, como uma operação própria do homem, resulta, como vimos, de sua defrontação com o mundo, com a realidade concreta, que se lhe torna presente como uma objetivação.

Tôda objetivação implica numa percepção que, por sua vez, se encontra condicionada pelos ingredientes da própria realidade. (FREIRE, 1983, p. 52).

Nas entrevistas também se solicitou que estes professores deixassem mensagens e orientações para aqueles servidores ou alunos que por ventura viriam a usufruir da infraestrutura e da educação disponível. Nestas sempre foi ressaltada a importância da educação de qualidade baseado na formação dos professores somados a dedicação de tempo que eles teriam para preparar ou organizar suas apresentações (Figura 3). Demonstravam comprometidos com a instituição e valorizados, tanto financeiramente como socialmente.

Figura 3 - Entrevista gravada do aluno bolsista-direita (atual servidor do Campus) com o Professor EBTT Diego Albino Martins (atual Diretor Geral do Campus São Miguel d' Oeste)



Fonte: Arquivo do projeto de Extensão do Campus São Miguel d'Oeste, 2011.

No que se refere aos alunos, ainda demonstravam insegurança em suas respostas. Porém estavam fascinados pela infraestrutura e a forma como eram acolhidos pelos servidores. Temiam o “estudo forte” como muitos caracterizavam, isto é, sentiam-se ameaçados pela cobrança nas avaliações. Algo que, segundo eles, era novidade em virtude das Escolas que frequentaram anteriormente.

As autoridades locais eram as que mais entendiam o fato da existência daquele Campus no município, pois foram eles que debateram e mobilizaram a sociedade industrial, comercial e agropastoril para a instalação do IF-SC. Por isso, deparamo-nos com uma memória coletiva e não social, já que se tinha presente um monopólio do saber quanto à formulação do projeto de implantação do Campus em São Miguel do Oeste. Inclusive, Le Goff (1994, p. 368) comenta que na contemporaneidade

a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses

mecanismos de manipulação da memória coletiva. O estudo da memória social é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história, relativamente aos quais a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento.

Portanto, na contramão, as entrevistas realizadas com a comunidade do entorno, promoverão o sentido, de que os mesmos, não reconheciam a Escola com seus determinados fins. Na realidade achavam que era um “Colégio Particular” ou de “Doutor” e que seus filhos não poderiam acessar toda aquela infraestrutura que se projetava ao longe. Além disso, ficaram felizes pela valorização dos imóveis e da esperança futura de se conseguir serviço nas dependências daquela Instituição como, por exemplo, na faxina, zeladoria e segurança.

Assim, denota-se certa alienação quanto ao processo e os motivos que levaram aquele Estabelecimento de Ensino a se instalar ali. Tratava-se da falta da existência de uma memória social. Nesse sentido, o próprio projeto de extensão se revelou como um propulsor de memória, “[...] onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro” (LE GOFF, 1994, p. 411). Entretanto, deve-se produzir memória para a liberdade e não para a escravidão ou manipulação das pequenas populações.

4. Considerações Finais

A percepção do grupo de pesquisa foi a de construir uma informação que abrangesse não somente aqueles que fazem parte diretamente do Estabelecimento de Ensino, mas aqueles que trabalharam indiretamente ou acompanharam a construção sem tomarem conhecimento do que representava a transformação daquele espaço geográfico escolhido para a instalação dos prédios.

O fato desta transformação do espaço ser recente acabou por estimular a coleta de dados que foram se consolidando conforme a ótica de diferentes agentes sociais. Por isso, a compreensão de uma autoridade que morava no outro lado da cidade e tinha a visão do projeto por participar diretamente dessa implantação, distanciava-se da ideia do morador ao lado

da construção que acompanhou, mas não teve conhecimento do que estava ocorrendo diante da sua residência.

Pois, segundo Ferro (1989, p. 28), a “história institucional [...], considera as diferentes comunidade étnicas ou políticas apenas no momento em que elas se integram no Estado que as absorve”. Embora seja uma reflexão macroespacial e não local, ela também nos serve para lembrar que, caso seguissemos apenas os documentos, teríamos acesso a uma memória coletiva pertencente às autoridades políticas e econômicas do município, e não ao grupo de moradores que residem no entorno do campus.

A busca destas diferentes percepções contribuiu para resolver o nosso problema de pesquisa que seria a elaboração de uma memória do Campus com a participação também de diferentes “personagens da vida real”. Dessa forma, selecionamos entrevistados que passaram a relatar a sua versão de acordo com o seu pré-conhecimento sobre esse acontecimento.

Além disso, o próprio histórico/ memorial, conforme foi se constituindo ao longo do processo de construção, produziu um singelo tutorial com as fases em que os mesmos foram se concebendo. Tal preocupação de registrar essas etapas possuía amparo no motivo da dificuldade latente de que o próprio grupo de trabalho encontrou por não existir, dentro da instituição, um modelo de gestão do conhecimento quanto ao estudo do passado.

Dessa forma, sem grandes pretensões, a dinâmica constituída na construção deste memorial pôde servir de uma referência “não perfeita”, mas sugestiva para todos aqueles que precisassem e ao mesmo tempo “se aventurassem” a registrar a história recente da sua Escola que estava sendo implantada.

Referências

FERRO, Marc. **A história vigiada**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 3. Ed. Campinas: Unicamp, 1994.

MARROU, Henri-Ireneé. **Sobre o conhecimento histórico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SILVA, Adriano Larentes da. **Fazendo cidade: memória e urbanização no extremo oeste catarinense**. Chapecó: Argos, 2010.

Documentos:

ARQUIVO IF-SC CAMPUS SMO/APROEX: **Campus São Miguel do Oeste: a história de um projeto em implantação**. São Miguel d'Oeste. Pasta Arquivo 003, 2011.

ARQUIVO MORTO 2007 JORNAL FOLHA D'OESTE. **“Secretária participa de seminário do CEFET/SC”**. 23/06/2007.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Lei nº 11.892**. Disponível em: <<http://Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008>> Acesso em: 10 abr.2012.

PEDROZO, Ilione. **Processo de Implantação do IF-SC Campus São Miguel d'Oeste (Arquivo Pessoal)**. Recortes do Jornal Regional, s/ nº, p. 6, 10/11/2007 “Cursos do CEFET foram definidos em audiência pública”.

PROJETO CENTRO CULTURAL DE MÚLTIPLAS ARTES ESTAÇÃO COLÔNIA

ISADORA FORNER STEFANELLO¹⁰¹

ANA PAULA NOGUEIRA¹⁰²

ANA PAOLA BRUGALLI¹⁰³

Resumo: O projeto arquitetônico busca valorizar o patrimônio construído através de uma intervenção que une o antigo ao novo, diferenciando a materialidade de ambas as construções e dando um novo uso à edificação. Em um bairro da cidade de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, desprovido de qualquer equipamento cultural, buscou-se suprir a necessidade de um local de acesso à arte e que preserve seu bem tombado. A estação férrea Estação Colônia conta a história do bairro e seus habitantes, tendo assim uma grande importância no patrimônio arquitetônico e histórico da cidade, sendo assim, buscou-se estimular o seu cuidado através de um novo uso, preservando e respeitando a legislação vigente e o meio ambiente através das Áreas de Preservação Permanente e valorizando os morros da Biosfera da Mata Atlântica que caracterizam a paisagem do município.

Palavras-Chave: Patrimônio, Arquitetura, Estação Férrea

Abstract: The architectural design seeks to value the heritage built through an intervention that unites the old to the new, differentiating the materiality of both buildings and giving a new use to the building. In a neighborhood of the city of Santa Maria, in Rio Grande do Sul, devoid of any cultural equipment, sought to address the need for local access to art and to preserve their well fallen. The railway station Station Cologne tells the story of the neighborhood and its inhabitants, thus having a great importance in the architectural and historical heritage of the city, therefore, sought to stimulate their care through a new use, preserving and respecting current legislation and the environment through the Permanent Preservation Areas and enhancing the hills of the Atlantic Forest Biosphere featuring the city's landscape.

Key Words: Patrimony, Architecture, Railway Station

1. Introdução

O presente texto é produto da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso I e II (UFSM). Foi produzido no decorrer do segundo semestre do ano de 2013, onde foi elaborada a pesquisa para embasamento do mesmo, e no primeiro semestre do ano de 2014, onde foi elaborado o projeto

¹⁰¹ Arquiteta e Urbanista pela Universidade Luterana do Brasil – ULBRA (Santa Maria/RS, Brasil). Arquiteta em Stefanello Studio. E-mail: isastefanello@hotmail.com.

¹⁰² Mestre em Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Santa Maria – UFSM (Santa Maria/RS – Brasil). Professora da Universidade Luterana do Brasil - ULBRA (Santa Maria/RS, Brasil). E-mail: arquitectura.anapaula@gmail.com.

¹⁰³ Mestre em Arquitetura pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS (Porto Alegre/RS – Brasil). Professora da Universidade Luterana do Brasil - ULBRA (Santa Maria/RS, Brasil). E-mail: anabrugalli@yahoo.com.br.

arquitetônico, o qual foi realizado pela acadêmica Isadora Forner Stefanello do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Luterana do Brasil – Campus Santa Maria para obtenção do grau de Arquiteta e Urbanista. Foi orientado pela professora Arquiteta e Urbanista Ana Paula Nogueira e pela também professora e Coordenadora de Curso Arquiteta e Urbanista Ana Paula Brugalli da Universidade Luterana do Brasil – Campus Santa Maria.

O projeto “Centro Cultural de Múltiplas Artes Estação Colônia” tem por objetivo estabelecer um novo local de fomento às artes, através do ensino, da apreciação, do aprendizado e da exposição e apresentação das mesmas, visando a interdisciplinaridade da arte contemporânea e possibilitando formar artistas mais versáteis, além de descentralizar o acesso da arte e da cultura, vendo o bairro Camobi como um grande atrator e com grande carência de equipamentos culturais. Assim, o bairro Camobi foi escolhido por manter um grande número de jovens e devido à proximidade com a Universidade Federal de Santa Maria que poderia manter parcerias com o centro cultural a fim de socializar o ensino das artes e relacionar a extensão da universidade com a comunidade. Também o bairro de Camobi é detentor de um bem tombado culturalmente em nível municipal e que exerce uma grande importância para a história do surgimento e desenvolvimento do bairro e também da cidade de Santa Maria, a Estação Férrea de Camobi, que historicamente foi chamada de Estação Colônia, e dá assim, o nome ao centro cultural remetendo à preservação da história do lugar e de seu desenvolvimento através da linha férrea.

A administração pública da cidade de Santa Maria há anos vem desenvolvendo projetos e planos para reativação da linha férrea como ligação entre a zona leste e zona oeste da cidade, bem como estabelecer um uso consciente do turismo local preservando a história e as áreas de preservação permanente junto à linha férrea e estabelecer ao longo da mesma ligações intermodais com outros meios de transporte como o ônibus e a bicicleta através de ciclovias.

Assim, surge o projeto do Centro Cultural de Múltiplas Artes Estação Colônia, colocando o bairro Camobi no mapa de um novo centro,

ligando universidade federal com a comunidade, conservando e preservando a história local através da adoção de um novo uso para um bem tombado, preservando o meio ambiente e respeitando a paisagem natural, estabelecendo uma nova alternativa de transporte interligando com outros tipos de transporte coletivo e mais saudáveis e fomentando o turismo cultural local.

2. Metodologia de Pesquisa

Inicialmente, na primeira parte do projeto, foi elaborada uma pesquisa sobre o tema, definindo-o e explicando os conceitos de arte, formas, mídias, gêneros e estilos de arte, bem como um conceito sobre cada uma delas e sobre interdisciplinaridade, que é o propósito diferencial desse projeto.

Logo após, é feita uma abordagem sobre o público para quem se destina esse projeto e os aspectos ambientais que envolvem o local onde o projeto será implementado. Nos aspectos ambientais é apresentada a localização, uma breve história da cidade de Santa Maria e seu desenvolvimento socioeconômico, bem como um histórico do bairro Camobi e da estação. Também são apresentadas informações sobre o clima, suas temperaturas e precipitações, o relevo, geologia, os ventos predominantes e a orientação solar no local.

Após a captação dos dados sobre o histórico e o clima local, são apresentadas as informações sobre a infraestrutura existente no local como o sistema viário e sua pavimentação e hierarquia, as tipologias edilícias com os usos e alturas no entorno, mapas esquemáticos de rede de água, esgoto, energia elétrica, telefonia e mobiliário urbano como pontos de ônibus, lixeiras e telefones públicos.

Assim, a pesquisa torna-se cada vez mais focal chegando às informações específicas do lote em questão, como sua localização, vegetação existente, área, dimensões e topografia. Neste lote já havia a Estação de Camobi, sendo necessário um levantamento específico dessa edificação, com medição *in loco* e posterior transferência para software de desenho técnico. Esse levantamento foi obtido com a parceria estabelecida

com a Universidade Franciscana que através de seu curso de Arquitetura e Urbanismo já havia feito o levantamento necessário da edificação.

Tendo, assim, todas as informações necessárias, são produzidos mapas esquemáticos que mostram de forma mais didática essas informações, com o auxílio de levantamento fotográfico do local, como mostra na Figura 1. A pesquisa aborda ainda as justificativas da escolha do terreno e do tema apresentado, bem como aspectos legais do terreno, como alturas máximas permitidas, áreas máximas a serem construídas, recuos viários e outras informações pertinentes que se encontram no Plano Diretor do Município de Santa Maria.



Figura 1: Levantamento fotográfico do terreno a partir da esquina da Rua Lobo da Costa com a Avenida João Machado Soares.

Em uma segunda parte da pesquisa são feitos os Estudos de Caso e as Visitas *In Loco*, onde os primeiros visam pesquisar edificações projetadas para o mesmo fim, no caso, centros culturais, para se ter conhecimento da organização funcional da edificação, e as Visitas *In Loco*, visam proporcionar o contato mais próximo com a realidade organizacional, funcional e espacial com a tipologia edílica que se está projetando. Para este projeto os estudos de caso adotados foram: o Centro de Movimento Deborah Colker no Rio de Janeiro, o Complexo Cultural da Luz e a Praça das Artes ambos em São Paulo. As visitas *in loco* adotadas foram o Centro Cultural Usina do Gasômetro e a Fundação Iberê Camargo ambos em Porto Alegre.

Concluída a pesquisa em âmbito do tema, do lugar, do terreno, dos aspectos legais e dos estudos de caso de tipologias semelhantes, são feitas as escolhas das referências arquitetônicas, onde é escolhida a característica estética, formal, de material, cores, estilo que se quer adotar ao projeto, também é aqui que se escolhe que visão se tomará à respeito da posição em relação à interferência em um bem histórico tombado e que exige extremo cuidado. Para este projeto foram escolhidos como referência o Museu Del Bicentenário em Buenos Aires por sua volumetria, o Museu Brasileiro da Escultura em São Paulo por sua materialidade e o Danish Maritime Museum na Dinamarca pelo emprego do uso subterrâneo e ligações com passarelas. Após escolhidas as referências foi necessário determinar um programa de necessidades, ou seja, a decisão de quais setores, cômodos e serviços o centro cultural ofereceria, determinar dimensões ideais e montar um funcionograma, que nada mais é, que um fluxograma que estabelece relações entre os setores da edificação e seus cômodos (setor de ensino, de serviços, setor administrativo, de convivência, etc.).

A conclusão dessa pesquisa foi apresentada em forma de um book (Figura 2) que está catalogado e à disposição da comunidade na Biblioteca da Universidade Luterana do Brasil - Campus Santa Maria.



Figura 2: Book produzido com a pesquisa para o projeto do Centro Cultural de Múltiplas Artes Estação Colônia.

3. O Centro Cultural De Múltiplas Artes Estação Colônia

A segunda parte do processo de projeto constitui-se em apresentar a ideia projetual e o seu conceito juntamente com desenhos esquemáticos

para uma banca de professores avaliadores da instituição. A ideia projetual iniciou de um volume apoiado em dois grandes pilares. A Figura 3 mostra que este volume mais horizontal se interligava a outro volume vertical através de uma passarela que passava por cima da linha férrea.

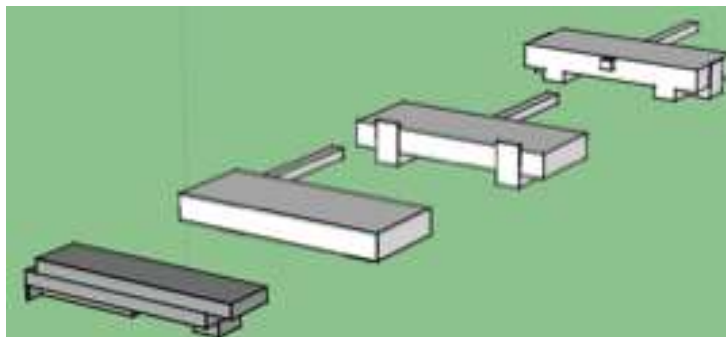


Figura 3: Evolução projetual da primeira proposta apresentada.

A partir de uma análise conjunta entre a autora e os orientadores durante a primeira banca de apresentação da ideia projetual, chegou-se à conclusão de que não poderia existir um volume em frente à estação existente surgindo a ideia de fazê-lo subterrâneo.

Assim, o lote recebeu recortes que formam passagens e ângulos de visões, como pode-se ver no mapa esquemático da Figura 4, em uma praça seca que se apresenta em vários níveis e se interliga com a praça da Igreja da Glória localizada em frente ao terreno do projeto.

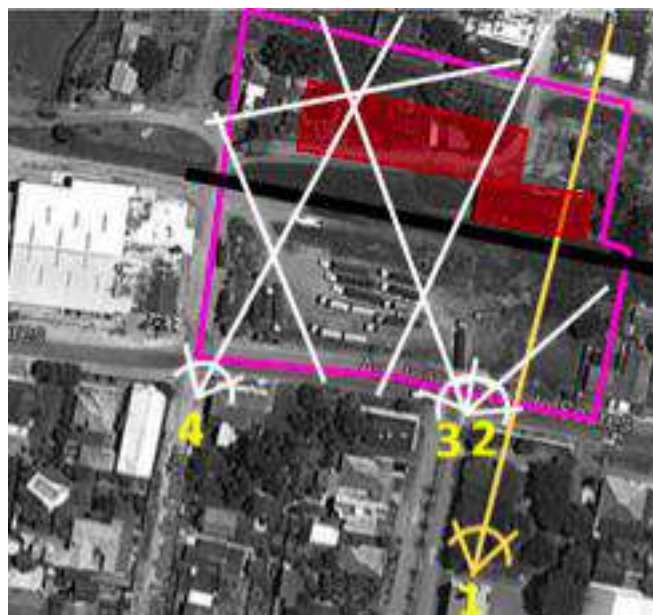


Figura 4: Mapa esquemático dos eixos visuais que resultam nas passarelas.

As praças se interligam através de um caminho em destaque formando um ângulo reto e que usa de pavimentação em piso intertravado amarelo – mesma cor utilizada na igreja – para formar uma unidade entre as praças. O edifício localizado na parte de trás da estação é térreo e linear com uma curva em concreto aparente que faz uma alusão à cobertura da estação existente e à passagem do tempo como algo crescente em que o presente se abre para o passado através da transparência do vidro, como é visto na evolução projetual da Figura 5, que permite ainda o visual permeável para os morros de Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.

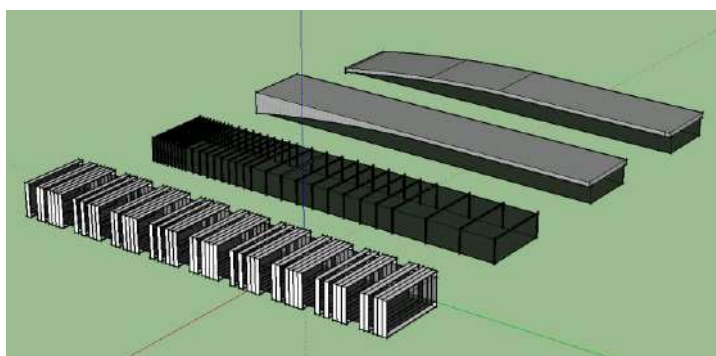


Figura 5: Evolução projetual da segunda proposta para a edificação anexa à estação existente.

O acesso principal se dá pela edificação ao fundo da estação, onde se localizam a recepção, salão de exposições e o setor de convivência do café (Figura 6), onde o atendimento do mesmo se localiza dentro da estação antiga juntamente com as salas de exposição, podendo manter um memorial da estação e da linha férrea ou exposições itinerantes.



Figura 6: Área de convívio do café na edificação anexa à estação existente.

A escolha do acesso principal ser no bloco ao fundo teve por objetivo proporcionar a visita quase que obrigatória da edificação antiga e da edificação nova e proporcionar um acesso mais dinâmico e a apreciação da paisagem ao fundo.

Ainda na edificação ao fundo, tem-se uma ligação através de uma rampa ao estacionamento que possui 60 vagas.

O acesso ao bloco subterrâneo da escola pode ser dado através de rampas subterrâneas que interligam o estacionamento com a escola, ou por uma rampa externa que dá acesso para quem está na praça, vista na Figura 7.



Figura 7: Maquete física mostrando a edificação anexa à estação e, à direita, a rampa externa de acesso ao bloco de ensino.

O primeiro andar desse bloco subterrâneo possui o setor administrativo com direção, secretaria, tesouraria, sala de professores, coordenação pedagógica e sala de reuniões. Também nesse andar encontram-se a loja, lancheria e espaço para exposições. Nesse andar também estão as salas de aula das artes performáticas que são a dança, teatro e música que usufruem da paisagem natural ao norte do terreno. O lado sul do bloco manteve as salas mais reservadas, que exigem maior silêncio e concentração como é o caso das artes digitais, estão aí os mini-

estúdios de cinema e de fotografia, uma sala para um cineclube e os laboratórios de luminotécnica, áudio, design gráfico e computação gráfica.

O segundo subsolo concentra espaço para exposições, livraria, salas teóricas, laboratório de informática, sala de projeção, biblioteca, ateliês de desenho, pintura e escultura, depósitos de obras e um grande salão de acervo (Figura 8).

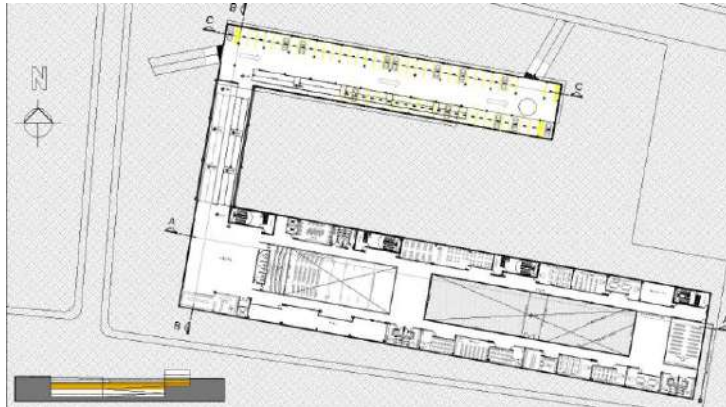


Figura 8: Planta do segundo pavimento e a sua ligação com o estacionamento através das rampas subterrâneas.

É nesse andar também que se encontra o mezanino do auditório para 54 pessoas e suas salas de projeção, sonoplastia e iluminação. O acesso aos subsolos se dão por rampas, escadas, elevador e ainda o centro cultural possui um monta-cargas que interliga os andares e o auditório.

O terceiro subsolo concentra espaço de exposições, bar-quiosque, bilheteria, o auditório para 168 pessoas, espaço para cenários, sala de ensaios, camarins, sala de controle e vigilância, e salas de apoio as apresentações como ateliês de costura e cenografia, maquetaria e depósito de cenários.

Por fim, tem-se a praça que possui um lado com um amplo gramado verde possibilitando a integração entre as pessoas, passarelas que permitem várias visuais e que ligam à parte da praça que se configura como um mirante, com bancos da mesma materialidade da edificação: o concreto aparente. Essa área da praça promove o convívio e a

contemplação, contendo também um espelho d'água que reflete a paisagem natural e o encontro da história e da tecnologia através das edificações da estação existente e do volume novo (Figura 9).



Figura 9: Maquete eletrônica mostrando o setor da praça que funciona como mirante para a nova edificação ao fundo juntamente com a estação existente.

Ao fundo deste, tem-se um setor da praça com vegetações altas que proporcionam sombreamento, como pode-se ver na Figura 10, sem barrar as visuais a partir da mesma e que formam uma moldura ao edifício novo.



Figura 10: Setor da praça ao fundo da edificação anexa à estação, mostrando vegetação alta e o sombreamento que as mesmas proporcionam.

Árvores como o ipê-amarelo e a sibipiruna, bem como a cobertura do auditório em pó xadrez amarelo (Figura 11), dão uma continuidade à

proposta de manter o amarelo como forma de integrar a praça da Igreja da Glória com a nova praça.



Figura 11: Visual a partir de uma das passarelas para a área de convívio na cobertura do auditório.

4. Conclusão

O projeto apresentado visa facilitar o acesso a um equipamento cultural em um bairro desprovido de atividades semelhantes, mas que possui amplo potencial. Também visa dar um novo uso para um bem histórico e arquitetônico que é tombado pelo patrimônio municipal e atualmente está abandonado e invadido sem o mínimo de cuidado com as instalações e estruturas.

O projeto pode ser utilizado por estudantes e profissionais das áreas de arquitetura e urbanismo como estudo de caso, reflexão, bem como para obter informações pertinentes ao tema e ao lugar em que o projeto foi inserido. Também pode e deve ser utilizado pela administração pública local para maior conhecimento referente ao local e o emprego de políticas urbanas que possibilitem a construção de projetos que preservem o meio ambiente e o patrimônio histórico, fomentem a cultura local gerando renda para o bairro e para o município e que invistam em transportes alternativos.

Assim, o projeto foi concebido através de erros e acertos, debates, aceitação de novos desafios e propostas que mantiveram a identidade estética que a autora procurava, além de manter o programa de necessidades amplo que a mesma buscava atingir, fazendo um projeto na área artístico-cultural interdisciplinar.

Referências

STEFANELLO, I.F., Centro Cultural de Múltiplas Artes Estação Colônia, 2013.

CAMINADA, Eliana. História da Dança: Evolução Cultural. Rio de Janeiro: Sprint, 1999.

COLOMBELLI, Mônica Estefânie. GEMP – Escola e Companhia de Dança. Santa Maria: 2008.

DUNCAN, Isadora. Fragmentos Autobiográficos. Tradução de Lya Luft. Porto Alegre: L&PM, 2001.

MÜLLER, Thais Chivithes. Dança: Uma Relação Dialética. Santa Maria: 2009.

SEGRE, Roberto, Museus Brasileiros. Rio de Janeiro: Viana e Mosley Editora, 2010.

MONTANER, Josep Maria. Museus para os Século XXI. Barcelona: G. Gili, 2003.

PUENTE, Moisés, Pabellones de Exposición: 100 años. Barcelona: G. Gili, 2000.

A CASA DOS ROSA: FRAGMENTOS DE UMA HISTÓRIA: UM DIÁLOGO ENTRE O PASSADO E O PRESENTE

ISRAEL TAVARES BOFF¹⁰⁴

Resumo: O presente texto tem como tema principal, o esquadramento histórico sobre o imóvel conhecido como Casa dos Rosa, demonstrando assim, sua importância como patrimônio cultural de Canoas. O artigo escrutinou inúmeros arquivos, investigou vasta documentação primária e analisou as particularidades deste imóvel, confrontando as afirmações de construção e propriedade atribuídas pela memória local, com as evidências encontradas em registros dos séculos XIX e XX.

Palavras-chaves: Casa dos Rosa; Patrimônio Histórico Local; Patrimônio Material; Memória Social; Cultura Material e Imaterial.

Abstract: This paper has as its main theme, the historical rummage on the property known as the Casa dos Rosa, thus demonstrating its importance as a cultural heritage of Canoas. Article scrutinized numerous files investigated extensive primary documentation and analyzed the characteristics of this property, confronting construction claims and property assigned by the local memory with the evidence found in records of the nineteenth and twentieth centuries.

Keywords: Casa dos Rosa; Local Heritage; Material Heritage; Social Memory; Material and Immaterial Culture.

Introdução

Situada no centro de Canoas, a Casa dos Rosa constitui um importante ponto referencial para o estudo da evolução urbana e social da cidade, como também, da família, cujo sobrenome lhe é atribuída. Esta residência, utilizada originalmente como recanto de vilegiatura para a família de Antônio Lourenço Rosa desde o início do século XX, foi construída entre os anos de 1894 e 1903, sendo um dos prédios seculares mais importantes da cidade ainda preservados. A casa, em estilo chalé de chácara, foi erigida com paredes autoportantes¹⁰⁵, telhado em desenho bávaro e telhas modelo francês, contando ainda, com madeiramento em cedro rosa para o assoalho original, ladrilho hidráulico para cozinha e

¹⁰⁴ Licenciado em História pelo Centro Universitário La Salle de Canoas. Atua como Gerente de Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal da Cultura de Canoas. E-mail: israelboff@gmail.com

¹⁰⁵ Estrutura autoportante é aquela na qual as paredes sustentam o peso acima, dispensando o uso de colunas de concreto armado. Geralmente, essas paredes são construídas de blocos já dimensionados para suportar o peso dos andares superiores.

banheiro e adornos lambrequins¹⁰⁶ fabricados em madeira de pinheiro brasileiro para a sua fachada frontal. Ao interlocutor, demonstra amplitude e solidez, adjetivos comuns às construções abastadas deste período. Devido às suas particularidades e significância histórica, guarda consigo forte imaginário popular, mantendo ao longo de aproximadamente cento e quinze anos, as características intrínsecas à sua originalidade.

Após inúmeras trocas de titularidade e ações judiciais envolvendo o imóvel, o poder público municipal assegurou a proteção deste bem, em julho de 2009, dando tombamento como patrimônio histórico de Canoas, através do decreto nº 752. Esta medida possibilitou a preservação do prédio, seu restauro e a posterior instalação do Museu Municipal da cidade neste espaço.

1. Antecedentes

Originalmente terras da família Pinto Bandeira Freire, a Fazenda do Gravataí passou por inúmeros fracionamentos de área, tendo sido aquinhoadada extrajudicialmente entre os herdeiros de Rafaela Pinto Bandeira Freire após a o assassinato de seu marido, o Coronel Vicente Ferrer da Silva freire, ocorrido em janeiro de 1836. A partir deste período, inicia-se paulatinamente a divisão primitiva entre os legatários legítimos, e com estes, a divisão sucessiva entre os seus descendentes.

Para demonstrar a forma com que os sucessores da família Pinto Bandeira Freire realizavam as transações imobiliárias das terras da futura Canoas, observamos que a partir de 1884, Israel Barcelos Schell (neto de Israel Rodrigues Barcelos e bisneto do Coronel Vicente Ferrer da Silva Freire) transforma parte das terras herdadas em lotes, conforme consta no inventário de bens de seu pai, Guilherme Schell, colocando-os posteriormente à venda. Segundo o livro de Registro de Imóveis de Gravataí referentes às terras da atual Canoas, o segundo registro de compra de terras por Antônio Lourenço Rosa é datado em 1897, o qual adquire uma porção significativa de terras provindas de Israel Barcelos

¹⁰⁶ Ornamento recortado, geralmente em madeira, posto na beirada de pavilhões, dosséis, varandas, etc.

Schell.

No entanto, a partir de 1872, o empreendedor escocês John Mc Ginity, superintendente responsável pela construção da novíssima e pioneira via férrea do sul do Brasil, intenta inúmeros processos de desapropriação de terras ao longo do percurso projetado e delineado para a construção do leito da dita estrada de ferro. Um destes processos foi movido contra José Joaquim dos Santos Ferreira, herdeiro e proprietário de uma extensa faixa de terra lindeira às terras de seu cunhado, o Major Vicente Ferrer da Silva Freire (homônimo ao pai, o Coronel Vicente Ferrer), e que interessava a Mc Ginity. Ainda que de forma litigiosa, o processo foi concluído, desapropriando as terras de Santos Ferreira solicitadas pelo escocês. Em outro registro, também de 1872, o Major Vicente Ferrer da Silva Freire vende a John Mc Ginity uma outra faixa de terra, cuja finalidade era a de integrar à área desapropriada de Santos Ferreira para compor o trecho necessário para a passagem da linha férrea. Dessa forma, estava reunida a área necessária para a estrada de ferro.

A partir de abril de 1874, com a inauguração do primeiro trecho da futura malha ferroviária da Província do Rio Grande do Sul, intensificaram-se as relações socioeconômicas entre Porto Alegre e São Leopoldo. Anelise Costa da Silva em seu trabalho intitulado *A Ferrovia, o Patrimônio e a Vila Belga de Santa Maria* (2014), propõe a tese de que a construção da estrada de ferro estava relacionada com o escoamento e comercialização, de forma mais ágil e parcimoniosa, dos produtos oriundos das colônias do Vale dos Sinos, beneficiando principalmente os altos comerciantes de Porto Alegre.

No interstício desta rota, uma pequena povoação chamada à época de Capão das Canôas e constituída por extensas faixas de terra, torna-se em fins do século XIX, um destino atraente para a burguesia da capital, que ali encontravam um clima ameno e gozavam seus períodos de descanso. Neste pequeno lugarejo, uma parada de trem foi estabelecida, tornando-se desta forma, um dos equipamento que alavancou a economia e proporcionou o desenvolvimento local. Canoas nasce paulatinamente a partir da transformação de grandes áreas de terras da Fazenda do

Gravataí em "lotes de luxo" para aquisição das abastadas famílias de Porto Alegre. Em poucos anos, a pequena povoação seria elevada à vila e, um ano depois, à cidade e sede do município, desvinculando-se de Gravataí e conquistando sua autonomia política e econômica.

2. A Casa dos Rosa: contribuição às suas origens

Considerando as características simbólicas que constituem o imaginário criado ao longo dos anos pela sociedade e pelos memorialistas que escreveram os primeiros textos sobre a história de Canoas, uma série de narrativas foram construídas ao redor da Casa dos Rosa. Uma das mais conhecidas trata-se do crédito concedido ao empreendedor escocês John Mc Ginity por sua construção, utilizando-a posteriormente para sua residência.

Com o falecimento de John Mc Ginity em 24 de março de 1875, e sua esposa Sarah Mc Ginity em agosto do mesmo ano, toma à frente como inventariante o advogado e compadre do casal, Antônio Soares Amaya de Gusmão, tendo sido este, uma das pessoas indicadas em testamento pelo próprio inventariado. No que tange a posse da casa por Mc Ginity, seu inventário de bens de 1875 é claro em relação às terras que possuía em Canoas, bem como animais e demais benfeitorias. O documento apresenta e descreve três lotes de terra no lugar denominado Capão das Canoas (lotes nº 1, 12 e 13). Além disso, uma casa com tamanha relevância e expressividade, sequer é citada em seu testamento final. Analisando ainda a descrição dos bens de seu inventário, nada consta sobre uma edificação de alvenaria, de um ou dois pavimentos, como é o caso do prédio conhecido hoje pela cidade. Podemos sugerir, dentro desta esfera de pensamento, que o fato de se atribuir a construção e posse da casa a John Mc Ginity, associa-se diretamente à ideia de um personagem renomado à emulação do desenvolvimento urbano de Canoas, fato este, que atribuía a formação de um capital simbólico ao lugarejo. Ainda sobre a mesma questão, a família Mc Ginity possuía residência fixa em São Leopoldo, sendo esta, uma casa bem valorizada e localizada. O fato de John Mc Ginity possuir áreas de terra no Capão das Canoas evidencia o

pressuposto do lucro sobre o investimento em tais áreas, que potencialmente sofreriam valorização com a passagem da linha férrea.

Para dar conta da tarefa de inventariante e tutor dos cinco órfãos, Antônio Soares Amaya de Gusmão realiza uma petição ao juiz responsável pelo processo, solicitando a venda dos lotes de terra no Capão das Canôas e demais benfeitorias, a fim de que o produto da transação fosse convertido em benefício aos menores. Amaya de Gusmão utiliza como um dos argumentos do pleito, a baixa valorização dos terrenos, ocasionada por sua localização desfavorável e difícil acesso. Com a devida autorização judicial e realizada a venda, o lote de número um deixa de pertencer ao espólio do escocês, sem que à esta área integrasse a construção de alvenaria.

Os primeiros documentos do século XX pesquisados foram as escrituras de extinção de condomínio e escritura de compra e venda de imóvel. A transcrição do registro encontrada no Tabelionato de Canoas, datada em 4 de janeiro de 1961, aponta para uma escritura de divisão e extinção de condomínio, firmado em 12 de dezembro de 1960, por Décio e Hélio Rosa, sendo esta, realizada pelo Segundo Tabelionato de Porto Alegre. Esta escritura diz respeito a uma chácara, situada na cidade de Canoas, contendo uma casa de alvenaria de dois pavimentos, de frente para a Avenida Victor Barreto, número 2186, e outra construção de madeira, de número 2195, esta última, com frente para a Avenida Getúlio Vargas. Além dessas informações, o documento ainda cita uma outra escritura pública de compra e venda, lavrada pelo Terceiro Notário de Porto Alegre, em 15 de dezembro de 1916. Este manuscrito notarial discorre sobre uma transação realizada entre os vendedores Vicente Ilha Filho e sua esposa Adília Rosa Ilha e os compradores Décio e Hélio Rosa, pela soma convencionada de 25.000#000 (vinte e cinco contos de reis). O documento aponta claramente para a existência de uma casa de moradia, pomar e benfeitorias, existentes no terreno em questão, sendo este, situado entre as propriedades de Ernesto Wittrock e a chácara do Instituto São José (Atual Unilasalle).

A escritura de divisão e extinção de condomínio de 1960 encontrada no Tabelionato da cidade de Canoas, cita em seu teor, a existência de um registro chamado Torrens¹⁰⁷:

“[...] que a mencionada chácara é matriculada no Registro Torrens do Município de Gravataí, neste Estado, como se vê do Título sob número de ordem (577)” [sic]

Extraída do 1º Tabelionato de Registro de Imóveis de Porto Alegre, o Registro Torrens número 577 é datado em 27 de junho de 1894 e apresenta Bento Porto da Fontoura e sua mulher como transmitentes, e Antônio Lourenço Rosa como adquirente. O documento comprova a inexistência de uma casa de alvenaria no lote adquirido por Antônio Lourenço Rosa, sendo bem específico quanto às benfeitorias existentes neste terreno. Neste registro, figura como construção principal, uma casa nova de moradia construída em madeira, tendo as características do alicerce muito próximas das que conhecemos hoje.

Este imóvel é constituído de um terreno situado no Capão das Canoas todo fechado por cerca de arames e de madeiras vivas e diversas benfeitorias. Tem a figura de um quadrilátero e a sua superfície apresenta elevações e depressões bastante pronunciadas; está em parte cultivado com arvoredos frutíferos, que constituem o pomar da chácara. Das benfeitorias existentes, a mais importante é a casa de moradia que consiste em um chalet novo construído de madeira, assenta sobre as bases de alvenaria a um contrapeito construído de alvenaria de tijolos. Todos os compartimentos das duas casas são formados e assoalhados de taboas e cobertas com telhas de barro [...] [sic]

As bases foram assentadas sobre uma sapata de pedras irregulares, ou seja, pedras brutas que provavelmente foram encontradas nas proximidades. Este tipo de alicerce sugere que a construção iniciou com os

¹⁰⁷ Segundo Ricardo Maciel Santana em artigo publicado na Revista de Direito – Procuradoria-Geral do Estado de Goiás, em janeiro de 2001, o registro Torrens tem sua origem na Austrália, em 1858, e foi implantado no Brasil pelo Decreto nº 451-B, de 31 de maio de 1890, pelo governo provisório do Marechal Deodoro da Fonseca, estando à frente do projeto Rui Barbosa. É caracterizado por ser “um instituto jurídico que regula o título de propriedade rural, que é matriculado pelo oficial de Registro Hipotecário no livro Matriz, após a expurgação de qualquer dúvida ou vício do título de propriedade”. (SANTANA, 2001).

recursos básicos que se dispunha no local. Sobre esta sapata de pedras irregulares, os construtores utilizaram tijolos maciços de barro, produzindo um robusto alicerce de larga espessura para sustentar a estrutura autoportante da casa. Constatamos, dessa forma, que a casa atual pertenceu, desde sua concepção, à família Rosa. Uma vez comprovada a inexistência da edificação em documento oficial de junho de 1894, dista no mínimo dezenove anos entre o provável início da construção e o falecimento de John Mc Ginity, excetuando-se a possibilidade de que o mesmo teria construído ou até mesmo residido na atual Casa dos Rosa. Posteriormente à deste primeiro lote de terras no Capão das Canoas, Antônio Loureço Rosa realizou outras transações de compra na localidade, observadas em setembro de 1897, maio e dezembro de 1903, julho de 1904 e setembro de 1905.

Relativo à fase final da construção da Casa dos Rosa, uma hipótese levantada no esforço de se atribuir um escopo à conclusão do prédio diz respeito ao piso hidráulico da cozinha e banheiro, de fabricação de João Vicente Friedrichs¹⁰⁸, estabelecido em Porto Alegre a partir dos anos 1900. Estando Friedrichs em viagens de estudos à Europa entre 1895 e 1900, julgamos pouco provável que ele tenha produzido o ladrilho hidráulico para a casa de Antônio Lourenço Rosa. Sendo o processo de fabricação destas peças morosa e artesanal, provavelmente a casa tenha sido concluída entre 1902 e 1903, com a instalação do piso frio.

3. Memória e patrimônio de Canoas preservados

O poder público municipal de Canoas vem aos longo dos últimos anos, implementando políticas e ações que visam a salvaguarda e proteção dos prédios históricos remanescentes dos primórdios da cidade. Simultaneamente às ações públicas, importantes estudos relativos ao resgate e perpetuação do patrimônio material e imaterial são realizados em várias áreas do conhecimento, especialmente a história. Cabe ressaltar ainda, a contribuição dos primeiros memorialistas locais, João Palma da

¹⁰⁸ João Vicente Friedrichs foi um importante escultor, ornatista, canteiro e marmorista brasileiro, ativo especialmente na primeira metade do século XX.

Silva e Antônio Jesus Pfeil, que com seus trabalhos de pesquisa investigativa, tornaram-se agentes instigadores para a posteriores pesquisas.

A Constituição Federal Brasileira, em seu artigo 216, aponta como patrimônio as diversas formas de expressão, bem como, os modos de criar, as criações científica, artística e tecnológica, além de obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais. Desta forma, podemos afirmar que há uma intrínseca relação entre o patrimônio histórico cultural material com a narrativa construída sobre ele, sendo proposta a atribuição de valor simbólico, importância e singularidade a este bem. No caso dos prédios históricos de Canoas, em particular a Casa dos Rosa, a narrativa que sugere a origem deste imóvel foi baseada na oralidade da cultura popular, perpetuando-se ao longo dos anos na cidade.

Nesta perspectiva, este texto procura contribuir para a formação e atribuição deste capital cultural, outorgando significativa memória à residência de descanso de uma das famílias pioneiras e contribuintes ao desenvolvimento de Canoas. Ao mesmo tempo, resgata importante documentação primária que auxilia e corrobora à esta construção simbólica, bem como, do processo dinâmico da vida social da comunidade.

Referências Bibliográficas

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Tradução de Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

BELCHIOR, Marciano; TROIS FILHO, Antônio Canabarro. **Guia de Canoas**. 4. ed. Canoas: Edição Independente, 1960.

DOBERSTEIN, Arnaldo Walter. **In Cadernos de História do Memorial e Banrisul: A Porto Alegre Positivista**. Porto Alegre: Memorial do Rio Grande do Sul, edição online sem data. Anuário do Instituto Anchieta de Pesquisas. **Viagem ao Rio Grande do Sul de S. A. Imperial a Princesa Isabel, Condessa D'EU**. Porto Alegre: Edição Própria, 1957, 1º v.

FORTES, Amyr Borges; WAGNER, João Baptista Santiago. **História Administrativa, Judiciária e Eclesiástica do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 1963.

PFEIL, Antônio Jesus. **Canoas: Anatomia de uma Cidade**. 1. ed. Canoas: Edição Independente, 1995. 2 v.

SILVA, João Palma da. **As Origens de Canoas: Conquista – Povoamento – Evolução**. 3. ed. Editora La Salle, s. d.

SILVA, João Palma da. **As Origens de Canoas Conquista – Povoamento – Evolução**. 4. ed. Editora La Salle, 1989.

Fontes Primárias

Documento do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS): **Livros de Registros Notariais dos Tabelionatos de Gravataí e Porto Alegre entre os anos de 1875 a 1910**. Registros Diversos do Arquivo Público, Porto Alegre.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (APERS). **Processo de Inventário do Coronel Vicente Ferrer da Silva Freire**. Processo nº 1231 de 1836, Porto Alegre.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (APERS). **Processo de Inventário do Coronel Vicente Ferrer da Silva Freire**. Processo nº 359 de 1869, Porto Alegre.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (APERS). **Processo Ordinário**. Processo nº 1159 de 1885, Porto Alegre.

Documento do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS): **Inventário de Israel Rodrigues Barcellos Filho**. Processo nº 88 de 1884, Porto Alegre.

Documento do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS): **Inventário de Lourenço Antônio da Rosa e Anna Brasileira da Cruz Rosa**. Processo nº 1023 de 1869, Porto Alegre.

Documento do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS): **Inventário de John Mc Ginity e Isabella Sarah Mc Ginity**. Processo nº 2091 de 1875, Págs. 55 e 56, Porto Alegre.

Documento do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS): **Antônio Lourenço da Rosa – Processo de Assigação de Dez Dias**. Processo nº 2020 de 1891, Porto Alegre.

Documento do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS): **Antônio Lourenço da Rosa – Processo de Designação de Dez Dias.** Processo nº 5567 de 1901, Porto Alegre.

Documento do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS): **Bento Porto da Fontoura – Processo Judicial / Ordinária.** Processo nº 1760 de 1894, Porto Alegre.

Documento do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS): **Bento Porto da Fontoura – Licença.** Processo nº 1084 de 1901, Porto Alegre.

Documento do Arquivo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: **Inventário de Décio Rosa.** Processo nº 583024435 de 1979, Porto Alegre.

Documento do Arquivo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: **Inventário de Josefina da Rocha Rosa.** Processo nº 151 de 1942, Porto Alegre.

Documentos do Livro de Registro de Imóveis da cidade de Gravataí, Rio Grande do Sul.

Documentos do Arquivo Histórico do Complexo Hospitalar Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre.

Documento do Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre, Rio Grande do Sul: **Registro de Casamento de Antônio Lourenço Rosa e Josefina da Rocha.** Livro de Registro de Casamentos, Cas. 7 (Livro 7) da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, de 11/01/1886 a 27/10/1888, pág. 21 – Porto Alegre.

Documento do Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre, Rio Grande do Sul: **Processo de Casamento de Antônio Lourenço Rosa e Josefina da Rocha.**

Documento do Primeiro Tabelionato de Notas de Porto Alegre Lamana Paiva: **Matrícula de Imóveis.** Livro de Registro 3, fl 18, nº 6892, Registro Torrens nº 577, de 27 de junho de 1894.

Periódicos

Futuro da Casa dos Rosa é incerto. Folha de Canoas, Canoas, Segundo Caderno, 12 mar. 1993.

O PATRIMÔNIO E O ENSINO DE SOCIOLOGIA: APONTAMENTOS A PARTIR DA TEMÁTICA VIOLÊNCIA E O MUSEU MILITAR

RICARDO CORTEZ LOPES¹⁰⁹
MÔNICA BACKES KERBER¹¹⁰

Resumo: este trabalho busca fazer uma reflexão sobre o espaço do museu como instrumento de valor didático para o desenvolvimento de competências ligadas ao ensino de sociologia no ensino médio. Primeiramente, faremos a distinção entre o patrimônio do museu como utilizado para o ensino de história e a sua utilização para a aula de sociologia. Em segundo lugar, vamos mostrar como é possível re-construir o patrimônio e o museu da perspectiva sociológica - a partir das representações sociais e de sua objetivação, que conseguem refletir uma concepção partilhada por um grupamento social. Em um último momento, vamos apresentar um planejamento prático de como alinhar uma visita a um museu militar com a exploração da temática da violência como mediadora de relações sociais.

Palavras-chaves: educação patrimonial; ensino de sociologia; violência; museu militar; representações sociais

Abstract: This paper aims to reflect on the museum space and the opportunity for the development of skills related to teaching sociology. First, we distinguish between the heritage of the museum as used to teach history and its use from the sociology class. Second, we will show how you can rebuild the heritage and the museum of the sociological perspective - through the social representations and their objectifications, which can reflect a view shared by a social grouping. At last, we will present a practical planning how to align a visit to a military museum with the exploration of the theme of violence as a medium for social relations.

Keywords: patrimonial education; sociology; violence; militar museum; social representations.

1. Introdução

O uso do patrimônio no museu histórico sem dúvida facilita explicitamente alguns processos didáticos da disciplina História. Mas ainda resta o não-óbvio, que é o ensino de Sociologia, que dele também pode se beneficiar. Queremos explorar esse inesperado: o modo como um museu histórico pode auxiliar em problematizações de viés fundamentalmente sociológicas.

109 Licenciado em Ciências Sociais, Mestre em Sociologia e Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor de Sociologia da ONG por uma Educação Popular (ONGEP). Email: rshicardo@hotmail.com

110 Licenciada e Bacharel em Ciências Sociais, Mestranda em Antropologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Email: kerber.monica@gmail.com

Queremos fazer isso apresentando elementos que permitam que esse texto seja lido tanto por sociólogos profissionais das áreas das ciências humanas quanto por diretores de museus e outros profissionais que a ele estão vinculados. Nesse sentido, vamos apresentar o ensino de sociologia, a educação patrimonial, ela resignificada pela sociologia e, por fim, uma proposta de aplicação das ideias aqui expostas.

2. Ensino de Sociologia

A sociologia já ficou muito mais ausente do que presente no ensino escolar (BRIDI, 2009). Para além da sua presença oficial nas grades curriculares do Ensino Médio, há ainda a questão da legitimidade da disciplina (BRIDI, 2009). De todo modo, sendo reconhecida como legítima ou não perante a comunidade escolar, a sociologia contribui muito para as disciplinas escolares cujo enfoque são as relações humanas. Sua busca tem como foco principal promover a desnaturalização e o estranhamento da realidade por parte do seu aluno (OCN, 2006).

Dentro do escopo sociológico, encontramos múltiplas temáticas embasadas no mundo da vida (HABERMAS, 1990). Se por um lado a sociologia pode ajudar na resignificação de vivências (SARANDY, 2004), por outro tem-se como viés negativo a maior dificuldade em encontrar formas para estabelecer meios de comunicação e acesso aos universos dos alunos. Sublinhando que deve-se constantemente buscar formas para variar as metodologias (BRIDI, 2009), o patrimônio do museu poderia ser um dos instrumentos singulares a serem mobilizados para aulas dessa disciplina.

3. História e Sociologia

Educar a partir do patrimônio possui múltiplas facetas, uma vez que o próprio conceito de patrimônio possibilita múltiplas e interdisciplinares formulações. Concebemos o patrimônio como passado fetichizado, uma informação sobre aquilo que já se foi e que é atualizado como experiência, uma conexão entre gerações (ABREU, 2010: 195).

Para distinguir nosso nicho, distinguiremos a abordagem histórica da sociológica.

É preciso ressaltar que a disciplina histórica, apesar de também dedicar-se à reflexão - de parentescos bastante próximos com aquela realizada pela antropologia com relação à variedade de pensamentos entre os homens - tem seu foco voltado principalmente para os dados levantados pela pesquisa. Isto porque a História tem a ela imbricada uma busca contínua por imobilizar o tempo (passado) através de uma tentativa de reconstrução: o tempo é a mobilidade, que está sempre se fazendo, sendo e a linha (a narrativa) a tentativa de o imobilizá-lo (BERGSON, 2006: 5), na constante tentativa de tornar o passado presente e imóvel.

A História buscará, através de evidências, gerar uma representação que tente se aproximar o máximo possível do referente, a realidade empírica de outros tempos e espaços. Os elementos (os dados) que nutrem essa representação - intencionalmente criada - acabam sendo pontos de partida para o desenvolvimento do processo reconstutivo, daí o caráter de exaustão do material que pesquisas dessa natureza assumem (FONSECA, 2011: 13). Nesse sentido, o patrimônio entra como uma espécie de “bastidor” daquilo que se está em sala de aula, como se estivesse se abrindo a caixa preta. Como um dado que fora retirado do campo da imaginação e realocado no mundo das sensações. Não é sem razão que, por exemplo, White aproxima a História da literatura (conf. WHITE, 1991), posto que a literatura faz a mesma operação em forma, mas não em conteúdo.

Já apreciar o patrimônio de um ponto de vista sociológico implica em preocupar-se com um deslocamento analítico, a começar pela não exaustão do material. Seu objetivo maior está em destrinchar as relações sociais quase sempre presentes, no mundo da vida, acessível “imediatamente” para seus pares. Nesse sentido, o patrimônio não é importante somente por seu caráter de elemento de exaustão, mas também por demonstrar a complexidade através de concepções de mundo. O que está em relevo é produzir desnaturalizações e estranhamentos. Mas

lancemos um olhar mais detido ao ponto de vista sociológico para plasmar o patrimônio nessa perspectiva.

4. O patrimônio pela Sociologia

Nesse sentido, gostaríamos de trazer aqui alguns apontamentos teóricos passíveis de serem mobilizados no intuito de instrumentalizar o docente. Para que ele possa ressignificar e desnaturalizar os objetos do museu, para depois conseguir promover a transposição didática. Propomos considera-lo como uma representação social objetificada que estabelece fortes vinculações com um segmento social.

As representações sociais são modalidades de conhecimento prático que servem para interpretar e construir a realidade de indivíduos (conf. MOSCOVICI, 2012). Por isso, elas são abstratas no sentido de que estão dentro da cabeça do perceptor e filtram as suas impressões. Mas elas são práticas também na medida em que direcionam interações entre pessoas ou mesmo outras modalidades de ações no mundo. É importante ressaltar que Émile Durkheim pensava as representações coletivas de um vasto corpo social, e Serge Moscovici as compreende enquanto modalidades de conhecimento muito mais segmentados, pensando em termos de grupo muito mais do que em termos de sociedade.

Portanto, o patrimônio é essencialmente uma representação, mas não puramente uma. Isso porque existe uma outra mediação comunicativa, a expressão material de sua existência sócio-simbólica. Para Pierre Bourdieu (BOURDIEU, 2007: 70) a objetificação está na concretização do capital subjetivo valorizado em um determinado campo, como, por exemplo, um diploma que é a manifestação concreta de um saber que dá vantagem em um campo. No nosso caso, essas representações de grupos sociais do passado se expressam de forma objetificada e, por estarem em uma posição de domínio em seu respectivo campo, são consideradas “concretas”, integrando sistemas classificatórios estabilizando fronteiras para constituir subjetividades individuais e coletivas (GONÇALVES, 2007, 8).

5. Violência e o museu militar

Tomando os elementos anteriormente referidos como princípios norteadores, buscaremos desenvolver uma temática cujos fundamentos ilustrem nossos apontamentos. Elegemos a temática da violência em razão de suas variadas possibilidades teórico-interpretativas para examinar e tornar mais evidentes alguns dos elementos simbólicos. Para tanto, entende-se que incentivar que sejam realizadas visitas a espaços como, por exemplo, o Museu militar, seria uma das muitas maneiras de problematizar e aprofundar questões presentes em sala de aula. Isto porque o museu é um lugar de aprendizado informal dos sentidos, da sensibilidade e dos fenômenos estéticos (CROSARA, 2011, 63).

Entenderemos violência - como conceito e instrumento analítico – a partir de José Vicente Tavares dos Santos (2002, 18), que propõe que a violência seja entendida como uma forma de ação originada das relações danosas estabelecidas por sujeitos. A aula de sociologia pode trazer reflexões a partir de conceitos a serem trabalhados tanto no sentido da construção de uma cidadania quanto na própria relação professor-aluno – também por ela permeada. Ou seja, trata-se de complexificar e de visibilizar as micro-fisicalidades das violências cotidianas.

O planejamento de aulas tem em sua base a intenção de oferecer problematizações sobre o interior de instituições de ensino e de espaços de socialização de carga simbólica negativa. Nisso é preciso “reexperimentá-los” como locais de fala/atuação.

E esses lugares estão basicamente fora do contexto escolar, que têm neles não apenas demonstrações, mas também ficções, reflexões, narrativas, decisões políticas (Foucault, 2008, p. 205). Assim, quando os debates são realizados em espaços de múltiplas experiências, habitadas por perspectivas refletoras de arranjos sociais (GONÇALVES, 2013) oportunizado que a identificação simbólica seja contextualmente (re)construída, apontando para um novo universo de possibilidades.

Dentro da categoria museu, vamos nos focar no da tipologia militar para cotejar com nossa temática. Museus assim identificados contam com exposições que autorizam que visitante tenha contato com armamentos, uniformes, carros blindados, etc. São diferentes possibilidades de

“experimentar o lugar” (GONÇALVES, 2014: 109) para um enriquecimento individual e coletivo (IPHAN, 2014, 13). Realizar essa visita traz questionamentos originados por um referencial simbólico singular, o que alarga as possibilidades de uso de teorias sociológicas.

6. Problematizações

1. Negociações em volta do conflito: tomemos o exemplo de um conflito bélico hipotético. Os alunos visitam o memorial do lado que se saiu vencedor na contenda. No caso de o aluno não visitar um memorial que mostre a versão sobre o conflito da parte de quem perdeu a batalha, o que pode restar em sua cabeça é o fato de que se constituiu em um conflito gratuito criado por um dos lados e resolvido heroicamente pelo outro. O aluno, conduzido no caminho causa-conseqüência (desacerto-resolução pelas armas) acaba por ignorar as negociações, as condições sócio-econômicas dos envolvidos, a estrutura política que envolve a legitimidade das partes. Portanto, o professor de sociologia deve mostrar que, no caso, está sendo mostrado um ponto de vista, o do exército brasileiro, e perguntar se eles conseguem ter ideias sobre os outros lados a partir da narrativa apresentada pelo museu.

2. Darwinismo Social: uma visita ao museu militar pode resultar em uma conclusão darwinista social, a de que o mais apto sobrevive através da violência. E isso é ruim porque os alunos interpretam que a violência se torna uma intermediária na resolução de conflitos e reforça a ideia da violência ser difusa.

3. Problematizar o papel da instituição: como o Exército se trata de uma instituição que ajuda a mediar a problemática relação entre o brasileiro e o seu Estado, acaba por se tornar um setor que sofre bastante estigmatização por uma parcela da sociedade. Nesse caso, a exposição pode ser interpretada pelos alunos como uma demonstração de poderio militar, ou mesmo como uma tentativa de dogmatização. Problematizar o papel do exército também pode ajudar a torná-lo uma instituição “histórica”, que não é sinônimo da “essência” violência, mas também é composto de

diferentes pessoas e de conflitos internos - e os soldados que cuidam do acervo podem ser considerados também patrimônios nesse sentido.

4. Humanizar os lados de um conflito: é preciso trazer os múltiplos homens por trás do conflito. Pedir trabalhos de busca de informações sobre pessoas específicas que participaram das guerras, com suas famílias, casa, etc, ajuda o aluno a exercitar a sua empatia e a habilidade de pesquisa, competências muito importantes na Sociologia.

5. Despersonalizar o conflito: outro cuidado válido é o de demonstrar que a guerra não se realiza por motivos torpes (como vingança, por exemplo), mas sim que ela está imbricada em uma estrutura social muito maior. Isto ajuda a complexificar o fenômeno bélico dentro de uma tecido social vivo, e não apenas como um valor universal inquestionável.

6. Arquiteturas retratam valores: por se tratar de um artefato humano, cada peça traz embutido uma série de intencionalidades morais, tal como uma rede entre humanos e não-humanos (LATOIR, 1994: 9). O formato de uma escada ou de uma bomba falam muito do objetivo que se deseja alcançar a partir deles, e retratam os conhecimentos científicos da época, que retratam a sociedade. Também é possível também problematizar as próprias ciências naturais, o que conduz ao “saber patrimonial”, compreendendo que o conhecimento também se constitui por outros campos epistêmicos (CORRÊA, 2009: 116).

7. Conclusões

Nesse trabalho buscamos abordar o ensino sociológico pelo patrimônio. Após apresentar o ensino de sociologia, diferenciamos o patrimônio para a História - esta focada mais nos dados para reconstruir cenários anteriores - do patrimônio para a Sociologia. Em seguida, nos focamos na sociologização do patrimônio através das representações sociais, objetificadas. Por fim, exemplificamos uma aula sobre violência com uma visita ao museu militar.

Ressaltamos que esse tipo de iniciativa pode ser replicada a outros museus temáticos. Como o de arte (que problematiza a reprodução social),

o de rua (sobre a estratificação social), o de tecnologia (para abrir caixas pretas das ciências), etc.

Concluimos que é preciso retirar a exclusividade do museu histórico da História. Nosso dever é expandir seus usos. Porque isso, para além de garantir o contato de diferentes profissionais da mesma área, pode ajudar a desfragmentar a própria visão disciplinar do aluno, ajudando na contextualização do conhecimento.

Referências

- ABREU, R. M. R. M. Museus, ruínas e paisagens: patrimonialização e disputas de sentidos. In: GUIMARAENS, M da C A de. (Org.). *Museografia e Arquitetura de Museus*. Rio de Janeiro: UFRJ, FAU, PROARQ, 2010.
- BERGSON, H. *O Pensamento e o Movente: ensaios e conferencias*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- BOURDIEU, P. Os três estados do capital cultural. NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Orgs.). *Pierre Bourdieu - Escritos de Educação*. Petrópolis: Vozes, 2007.
- BRIDI, M. A. Estratégias Metodológicas e Avaliativas. In: BRIDI, M. A. *Ensinar e Aprender Sociologia no EM*. São Paulo: Contexto, 2009.
- CORRÊA, A. F. O Saber Patrimonial e a Arqueologia de Michel Foucault: princípios metodológicos de uma análise crítica e política dos conceitos. *Pasos*, n. 7, v.1, pp. 115-125, jul/dez 2009.
- CROSARA, R. C. Educação patrimonial: patrimônio cultural, cidadania e educação. *InterLink*, n.2, v.1, pp. 57-67, jul/dez 2011
- SANTOS, J V T. Violências, América Latina: a disseminação de formas de violência e os estudos sobre conflitualidades. *Sociologias*, Porto Alegre, v.8, n.1, p.16-32, 2002.
- FONSECA, T M G; NASCIMENTO, M L d; MARASCHIN, Cleci. *Pesquisar na diferença: um abecedário*. Porto Alegre: Sulina, 2012.
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- GONÇALVES, J. R. *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios*. Rio de Janeiro: Editora Garamond Ltda, 2007.

GONÇALVES, R. d. Eu sou o samba: sobre lugares, pessoas e pertencimento. *Sociedade e Cultura*, v.16, n.1, pp. 107-117, jan./jun 2013

HABERMAS, J. *Pensamento pós-metafísico*. Rio de Janeiro: Boitempo, 1990.

IPHAN. *Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos*. Brasília: Ministério da Cultura, 2014.

LATOUR, B. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. São Paulo: Ed. 34, 1994.

MOSCOVICI, S. *A psicanálise, sua imagem e seu público*. Petrópolis: Vozes, 2012.

SARANDY, F M S. *Reflexões acerca do sentido da sociologia no ensino médio*. Ijuí: Editora Unijuí, 2004.

WHITE, H. Teoria literária e escrita da história. *Estudos Históricos*, v. 7, n. 13, pp. 21-48, 1991.

WEBMUSEU: DIAGNOSTICO DE EQUIPAMENTO CULTURAL

ANDRÉA DOS SANTOS BENITES¹¹¹

ROSEMERI ANTUNES DOS SANTOS¹¹²

MARGARETE PANERAI ARAUJO¹¹³

Resumo: O artigo apresenta a elaboração de um diagnóstico do equipamento cultural de um *webmuseum*: Museu Afro Brasil. Esse espaço de memória virtual de mediação privilegia a comunicação como forma de envolver e dar a conhecer um determinado patrimônio. A metodologia utilizada foi a elaboração de um termo de referência e visitas virtuais. Divulgar as atividades culturais de um cibermuseu e as informações relacionadas à sua programação, funcionamento e gestão, proporciona aos públicos inúmeros conhecimentos, que ressignificam nossas memórias no presente.

Palavras chaves: *webmuseum*, equipamento cultural, termo de referência.

Abstract: This paper presents the development of a diagnosis of cultural equipment of a *webmuseum*: Museu Afro Brazil. This virtual memory space of mediation focuses on communication as a way to engage and make known a certain heritage. The methodology used was the development of a reference term and virtual tours. Disclose the cultural activities of a cibermuseum and information related to its programming, operation and management, it provides numerous public knowledge that resignify our memories in the present.

Key words: *webmuseum*, cultural equipment, reference term.

Introdução

O Museu Afro Brasil é uma instituição pública, subordinada à Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo e administrado pela Associação Museu Afro Brasil, uma Organização Social de Cultura. Foi criado em 23 de outubro de 2004, por Emanuel Araújo, fundador e diretor

¹¹¹ Mestranda em Memória Social e Bens Culturais pelo UNILASSALE. Bacharel em Comunicação Social – ênfase em Relações Públicas pela UFRGS. Especialização em Gestão Universitária – UFRGS e em Marketing – UFRGS. E-mail: andrea@prograd.ufrgs.br.

¹¹² Mestranda em Memória Social e Bens Culturais pelo UNILASSALE. Bacharel em Comunicação Social – ênfase em Relações Públicas pela UFRGS. E-mail: rosemeri.antunes@ufrgs.br.

¹¹³ Pós Doutora em Administração Pública e de Empresas em Políticas e Estratégias pela FGV/EBAPE/RJ (2013); e Pós Doutora em Comunicação Social, Cidadania e Região pelas Cátedras UNESCO e Gestão de Cidades na UMESP (2010); Doutorado em Comunicação Social pela PUCRS (2004); É professora e pesquisadora da linha de pesquisa em Memória e Gestão Cultural, vinculada ao Programa de Pós Graduação em Memória Social e Bens Culturais. UNILASALLE. E-mail: mpanerai@terra.com.br.

curatorial. Sua construção física foi concluída em 1954 e o Pavilhão Padre Manoel da Nóbrega, originalmente denominado Palácio das Nações, é um dos edifícios integrantes do conjunto arquitetônico do Parque Ibirapuera, projetado por Oscar Niemeyer para as comemorações oficiais do IV Centenário da cidade de São Paulo.

O presente artigo objetiva apresentar um diagnóstico desse equipamento cultural Museu AfroBrasil, a partir da análise de seu *website*. Assim, a relevância deste artigo está em problematizar algumas articulações possíveis para seu diagnóstico servindo de referencial para outros estudos, com pontos positivos e negativos, além das inovações. O artigo está dividido três partes: o referencial teórico parcial das categorias estudadas, metodologia e a análise do *website*. Segue as considerações finais e referências.

2. Referencial Teórico

Para refletir e, lembrar-se de um museu é preciso entender o seu papel atual e os acervos que são encontrados como fontes de conhecimentos. Isso nos liga à memória de um lugar estático, no qual as recordações do passado estão prontas e quando acionadas, reproduzem-se, nesse sentido. Para Nora (1993), a memória é vida e, por isso, está em constante evolução, sendo ainda, nessa dialética, vulnerável a outras utilizações e manipulações. Esta concepção foi reforçada por Gondar (2008), quando aponta que para além de qualquer oposição que possa existir entre o individual e o coletivo, a memória pensada como uma relação

[...]abre-se à possibilidade de que a memória, ao invés de ser recuperada ou resgatada, possa ser criada e recriada, a partir dos novos sentidos que todo o tempo se produzem tanto para os sujeitos individuais quanto para os coletivos – já que todos eles são sujeitos sociais. (GONDAR, 2008, P. 5).

A memória é produzida a partir de um processo dinâmico da recordação ou evocação que se dá de forma individual. Estas se apropriam de diversos elementos que estão em nossas memórias, tais como

sensações e percepções, novas experiências e vivências ao longo da vida, e ressignificam nossas memórias no presente. Para Cunha e Silva,

a memória uma relação em que um sujeito se lembra de um conhecimento passado com um objeto específico, onde fica explícito que a sensação e a memória estabelecem relações temporais entre sujeito e objeto” (CUNHA E SILVA, 2010,P.55)

Assim, essa dinâmica da recordação está conectada a um espaço, seja um espaço representado, ou um espaço concreto. Os espaços concretos podem ser aqueles onde se fazem comemorações, onde se dão atos e acontecimentos significativos, práticas cotidianas, museus, dentre outros. Os espaços representados podem ser considerados os espaços virtuais, mapas, fotos, letras de música, espaços marcados pela ocupação de determinados grupos sociais, entre outros. O espaço de memória ao qual foi efetuado o termo de referência é um museu. Enquanto espaço concreto, o Museu Afro Brasil está localizado em São Paulo, porém, no contexto do presente trabalho, se mostra como um espaço representado de forma virtual, ou seja, no *website*. Convém lembrar, que segundo Loureiro (2004), um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviços da sociedade e de seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, pesquisa, comunica e exhibe, para fins de estudo, educação e lazer, evidência material das pessoas e de seu meio ambiente.

Os museus são equipamentos culturais que tem por finalidade a guarda de patrimônios e bens culturais, que assegurem a preservação de acervos históricos, que permitam, que uma sociedade se aproprie do passado através do reconhecimento da trajetória de civilizações e da humanidade, de acontecimentos históricos, das riquezas de culturas e de povos, possibilitando que a sociedade estabeleça relações entre essas memórias e o presente, trazendo novos olhares e significados.

A relevância da pesquisa deste espaço de memória do Museu Afro Brasil, foi reforçada pela resolução da Organização das Nações Unidas, que declarou os anos de 2015-2024 a década Internacional dos Afrodescendentes. Desta forma, sua importância está na preservação do patrimônio e da riqueza cultural do passado, através de espaços de

memória no presente, sob outra dinâmica e em formatos revitalizados, com uma abordagem conceitual de contemporaneidade, como expressou o fundador e curador do Museu Afro Brasil. Assim, os espaços de memória, presenciais ou concretos ou ainda representados, com interações virtuais, ou *websites*, buscam a aproximação com diversos públicos e as mensagens transmitidas por esse espaço de memória permitem que o sujeito se relacione com os “objetos” deste espaço e que se modifiquem, ou seja, que não saiam daquele espaço de memória da mesma forma como entraram. Este espaço deve cumprir um de seus papéis que é o de provocar mudanças neste sujeito, uma reflexão, uma nova ação.

Para analisar a partir do Termo de Referência proposto foi necessário conceituar Museus Virtuais e sua importância para a preservação da história e da memória sociocultural dos povos. O desenvolvimento crescente das tecnologias de informação, em uma sociedade globalizada, deixa marcas nas fronteiras geográficas, que estão desaparecendo.

Segundo Loureiro (2004), a última década do século XX, a expansão da Internet, trouxe uma disseminação de sítios que se auto-intitulam “museus”. Utilizam nomes como *webmuseum*, *cibermuseum*, museu digital ou museu virtual. A referida autora aponta que esses sítios se caracterizam como interfaces de instituições museológicas, construídas no espaço físico e devido às facilidades da Internet, possibilitaram a visita em um mesmo dia, com escolha do trajeto e horário de visita.

As características dos aparatos informacionais, segundo Loureiro (2004), propõem uma definição de *webmuseum*. Entretanto, alerta, que por ser um fenômeno muito recente tem uma natureza dinâmica e, sua conceituação é provisória e aberta a estudos e reflexões futuras. Assim,

webmuseus [...] são sítios construídos e mantidos exclusivamente na Web, destinados a reunir virtualmente e a expor obras-de-arte geradas originalmente por processos de síntese, ou por meio de cópias digitais, obras-de-arte que existem (ou existiram) no espaço físico. As características da Internet lhes conferem configuração hipertextual, propiciando a conectividade e ampliando as possibilidades de interação com a obra, cuja(a)

abertura(s) é (são) evidenciada(s) e/ou potencializada(s), além de condições peculiares de acesso, eliminando empecilhos espaciais e temporais e impondo, por outro lado, restrições de ordem cognitiva e tecnológica, assim como barreiras linguísticas (LOUREIRO, 2004, p 32).

Henriques (2004), afirma que a internet revolucionou a forma de comunicação entre as pessoas e que os museus, enquanto instituição, também estão presentes na internet. Esclarece que a partir da década de 90, houve um crescimento na criação de *sites* para museus, mas que muitos deles tinham como objetivo disponibilizar informações de contato. A autora afirma que os primeiros debates sobre o uso da Internet pelos museus, iniciaram em 1997, na Califórnia, com a primeira conferência sobre museus e Internet. De acordo com Henriques (2004), os museus, como qualquer outra instituição do século XXI, procuram levar ao grande público, informações sobre o conteúdo do seu acervo e divulgar as atividades culturais que desenvolvem, utilizando-se da internet como meio de divulgação e comunicação. Outro ponto importante levantado pela autora é que pela internet também é possível as visitas virtuais, criando interesse para visitas “reais”.

Henriques (2004) enfatizou que apesar de haver várias tipologias para caracterizar de que forma um museu trabalha na internet, isso não é suficiente para que ele seja considerado um museu virtual. A referida autora afirma, que por ser uma temática bem recente na Museologia, a definição de museu virtual ainda não é consenso e que muitos dos autores apontam para definições vinculadas à virtualização dos objetos e sua apresentação *online*. Em sua concepção, um museu virtual é um espaço virtual de mediação e de relação do patrimônio com os utilizadores, cujas ações museológicas, ou parte delas são trabalhadas num espaço virtual. Nesse caso, o museu em estudo é considerado um “*cibermuseu*, por ser um *site* de museu que não se enquadra nessa concepção de museu virtual” (HENRIQUES, 2004, p.11). Segue o método utilizado.

3. Metodologia

A dinâmica do trabalho pautou-se na elaboração de um Termo de

Referência para estudo de um *website*. Esse modelo é considerado base para o diagnóstico do equipamento cultural. Foram realizadas três visitas ao website do Museu Afro Brasil.

4. Diagnóstico do equipamento Cultural

O Museu Afro Brasil, de acordo com as informações retirados de seu *site* (<http://www.museuafrobrasil.org.br>), é uma instituição pública, subordinada à Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo e administrado pela Associação Museu Afro Brasil. Foi fundado em 2004 por Emanuel Araújo, atual Diretor-Curador do Museu. Está localizado no Parque Ibirapuera, em São Paulo, no Pavilhão Padre Manoel da Nóbrega. Conserva, em 11 mil m², um acervo com mais de 6 mil obras, entre pinturas, esculturas, gravuras, fotografias, documentos e peças etnológicas, de autores brasileiros e estrangeiros, produzidos entre o século XVIII e os dias de hoje. O acervo contempla diversos aspectos dos universos culturais africanos e afro-brasileiros, abordando temas como a religião, o trabalho, a arte, a escravidão, além de registrar a trajetória histórica e as influências africanas na construção da sociedade brasileira.

O Museu exhibe parte do seu acervo em exposição de longa duração, realizando outras exposições temporárias e dispõe de um Auditório e de uma Biblioteca especializada, que complementam a programação cultural durante o ano. Como missão tem o reconhecimento, valorização e preservação do patrimônio cultural brasileiro, africano e afro-brasileiro e sua presença na cultura nacional. Tem ainda, como visão ser uma instituição de referência em ações museais, unindo história, memória, arte e contemporaneidade voltadas, prioritariamente, à cultura brasileira, africana e afro-brasileira. Traz como valores a Ética, a Transparência, o Compromisso e o Respeito. O Museu, em seu formato físico, conta com uma equipe diretiva e administrativa e com o Núcleo de Museografia e Montagem, o Núcleo de Pesquisa, o Núcleo de Salvaguarda, o Núcleo Editorial, o Núcleo de Educação, o Núcleo de Documentação, o Núcleo de Comunicação, o Núcleo Financeiro e o Núcleo Administrativo.

O tópico de análise e construção do termo de referência do *website*

do Museu Afro Brasil ofereceu uma descrição página por página, com seus link e sublinks na intenção de fazer uma minuciosa descrição deste ambiente virtual. No *website* do Museu Afro Brasil <http://www.museuafrobrasil.org.br/>, em sua página inicial é apresentada de forma destacada, os links, bem como, a seguinte descrição: “O Museu Afro Brasil, no Parque Ibirapuera em São Paulo, destaca a perspectiva africana na formação do patrimônio, identidade e cultura brasileira, celebrando a Memória, História e a Arte Brasileira e a Afro Brasileira”.

Figura 1: Web site do Museu Afro Brasil



Fonte: Site do Museu Afro Brasil (2016).

O ponto positivo a ser destacado refere-se à notícia vinculada na Internet, em 21/01/2016, de que, o Museu Afro Brasil em parceria com o Google Cultural Institute, tornou digital o acervo de obras importantes por meio do *Street View*, possibilitando que o visitante se movimente virtualmente dentro do museu e em suas exposições, sendo possível selecionar obras do seu interesse, que estejam disponíveis. Esta ferramenta, ainda não estava disponível para os usuários do Museu, no momento da análise, mas certamente, qualificará as visitas virtuais, além de permitir ser uma forma importante de preservação e guarda do acervo de suas obras.

O ponto negativo encontrado foi, que informações importantes, só foram encontradas depois de vários acessos dentro dos sub-links. Acredita-se que o mapa do site com as informações estruturadas poderiam resolver isso na página inicial. Outro ponto a ser destacado é a atualização das

informações contidas no *site*, pois isso gera dúvidas aos visitantes. Cabe ressaltar que frente aos recursos tecnológicos disponíveis, é necessário rever itens não implementados no *website*, como o endereço geral de e-mail além do contato fornecido; contador de visitantes; áudio descrição na visita virtual.

Na parte visual, o *site* disponibiliza textos e imagens de forma coerente e agradável, imagens de ótima qualidade e descrições dos espaços do museu. As fotos reproduzem a riqueza do Patrimônio Cultural que está sob a guarda e preservação deste espaço de memória. O *site* fornece, de forma lúdica, a interação com o público virtual, através de desenhos prontos para pintar, figuras e ilustrações para o público observar e responder a questionamentos.

Outro ponto positivo foi que todas as páginas com conteúdo apresentam link para ouvidoria; busca por assunto e o ícone para Libras (© *ProDeaf*). Os conteúdos disponibilizados possuem uma distribuição equilibrada das informações com as imagens e parte gráfica de fácil navegação e disponibiliza informações adicionais e interatividade para os usuários. O termo de referência foi adequado para o diagnóstico e para os conhecimentos desse *website*, além das formas de interatividade com os usuários. Foi possível através de o estudo efetuado considerá-lo um *cibermuseu*.

Considerações Finais

Juntamente com a análise técnica do referido Termo, o imaginário da beleza de uma visita virtual se tornou uma constante. A análise do *website* permitiu uma visão abrangente do Museu, de suas linhas de pesquisa, ações, projetos e programas, exposições temáticas, a sua dimensão cultural e educacional. A partir da aplicação do termo de Referência foi possível identificar todas as informações relacionadas à sua programação, funcionamento e gestão, caracterizando o *cibermuseu* em suas duas vertentes: virtuais, e museu físico. Assim, o advento da internet permite potencializar essas ações permitindo o alcance de um público muito maior.

Referências

COSTA, Icléia Thiesen Magalhães. **Memória institucional**: a construção conceitual numa abordagem teórico-metodológica. 1997. 165 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Ciência da Informação, UFRJ, Rio de Janeiro, 1997.

CUNHA, Andrea V S.R. da & SILVA, Mariluze F. de A e Silva. **Revista Eletrônica** Print by (<http://www.ufsj.edu.br/revistalable>) Μετάνοια, São João del-Rei/MG, n.12, p.45-60/ 2010. Acessada em 13/09/15.

GONDAR, Jô. Memória Individual, memória coletiva, memória social. **Morpheus – Revista Eletronica em Ciências Humanas**, Rio de Janeiro, n. 13, p.1-5, 2008.

HENRIQUES, Rosali. **Museus virtuais e cibermuseus**: a internet e os museus. **Universidade do Porto, Portugal**, 2004.

LOUREIRO, Maria Lúcia de Niemeyer Matheus. **Webmuseus de arte**: aparatos informacionais no ciberespaço. *Ci. Inf. Brasília*, v. 33, n. 2, p. 97-105, maio/ago. 2004.

MUSEU AFRO BRASIL. Disponível em :
<http://www.museuafrobrasil.org.br/>, Acesso em dezembro de 2015.

NORA, Pierre. **Entre memória e História**: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, dez. 91 p. 1993.

O MUSEU, O TRABALHO E O POVO BRASILEIRO

VANDA MARIA ANACLETO¹¹⁴

Resumo: O objetivo deste artigo é promover reflexões a respeito da riqueza do patrimônio material e imaterial do povo trabalhador brasileiro preservado e representado pelo MAO – Museu de Artes e Ofícios de Belo Horizonte – MG. Desenvolvido com base em pesquisa bibliográfica e documental acerca da história do MAO, da evolução dos processos de trabalho e da legislação brasileira pertinente aos museus, o artigo retrata em primeiro momento sobre parte da riqueza cultural encontrada neste ambiente, em seguida, discorre sobre aspectos culturais nascidos dos ofícios os quais o povo brasileiro se identifica e conclui-se que o museu é um instrumento de preservação do coletivo que permite repensar a trajetória, a evolução dos processos produtivos, o surgimento das comunidades e a cultura de um povo.

Palavras-chave: Ditos populares; Identidade; Linha do Trem; Macumba.

Abstract: The purpose of this article is to promote reflections on the richness of the material and immaterial heritage of the Brazilian working people preserved and represented by MAO - Museum of Arts and Crafts of Belo Horizonte - MG. Developed based on bibliographical and documentary research on the history of MAO, the evolution of work processes and the Brazilian legislation relevant to museums, the article portrays first time on part of the cultural richness found in this environment, then discusses cultural born aspects crafts which the Brazilian people is identified and it is concluded that the museum is a preservation of the collective instrument to rethink the trajectory, the evolution of production processes, the emergence of communities and culture of a people.

Keywords: Popular sayings; Identity; Train line; Macumba.

1. Introdução

Os museus sempre foram equipamentos públicos utilizados principalmente por instituições de ensino na mediação do processo de aprendizagem. Contudo, na visão de Grinspum (2001, p. 2) a de se pensar em “instituições de serviço público e educação, um termo que inclui exploração, estudo, observação, pensamento crítico, contemplação e diálogo”.

Inaugurado em dezembro de 2005, na Praça da Estação (Belo Horizonte - MG), o MAO – Museu de Artes e Ofícios é um espaço cultural

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local – Centro Universitário UNA – Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. Professora do SENAC – MG. <anacleto.vanda@gmail.com>.

que resgata a memória, a identidade e que reconhece a história do trabalho e do trabalhador.

Abrigado por duas edificações antigas tombadas pelo patrimônio público, o museu preserva e difunde a linha do tempo das relações de trabalho no Brasil.

A atividade de ofício, o labor, o fazer humano, desde o século XVIII até o século XX, estão representados no MAO através de seu acervo montado em cenários que ilustram os processos de trabalho, as artes, os ofícios e a construção do Brasil e, em especial, do Estado de Minas Gerais.

Os instrumentos de trabalho, as peças, as ferramentas, as máquinas e os equipamentos dispostos no MAO permitem ao visitante transitar pela história do transporte, do comércio, da atividade ambulante, da mineração, da lapidação, da produção alimentícia, dos tecidos e dos fios (MAO, 2016).

Além de receber os visitantes em um ambiente interativo onde a história pode ser percorrida também com a ajuda de tecnologias através de monitores digitais e áudio - *tours* dispostos ao longo do espaço do museu, o trabalhador tem a oportunidade de se reconhecer em meio aos ofícios de uso do fogo, da madeira, da cerâmica, das várias formas de geração de energia, da manipulação do couro e da atividade na terra, por meio do rico acervo material.

Desta forma, crianças e adultos, estudantes e visitantes encontram a oportunidade de interagir-se utilizando todos os seus sentidos em favor do aprendizado e da apreciação da cultura.

O público pode optar por explorar toda a coleção ali exposta pelas trilhas das energias, do comércio, do gesto, das artes, a afro-brasileira, das mulheres e ofícios, pela estação da brincadeira ou pelos caminhos do ofício e arte (MAO, 2016).

O museu possui dentre suas ações educativas direcionadas ao processo de aprendizagem, para aqueles que desejam desbravar o contexto histórico do mundo do trabalho, as visitas mediadas, o espaço para o educador e os cursos direcionados para formação de mão de obra jovem e especializada em conservação do patrimônio.

Todas estas iniciativas buscam incentivar ações que tornem visível, que valorize e preserve o patrimônio cultural do brasileiro.

Neste espaço, o público pode contemplar aspectos de um passado não muito distante que influenciaram na identidade do povo brasileiro, no seu modo de vida, na sua cultura e na construção da sua história.

Os ditos populares e a literatura encarnada nas peças de ofícios:

Nas peças dispostas para a visita do público é fácil reconhecer a presença da cultura literária que surgiu dos trabalhos dos antigos tropeiros.

Baús que guardavam todo o dinheiro resultante das vendas feitas pelos caminhos deviam estar em segurança, assim seriam “guardados a sete chaves”. Ditos populares como este, considerados como bens culturais de uma sociedade na maioria das vezes se perdem no cotidiano das pessoas e o seu sentido pode ser resgatado através da apreensão do conhecimento pela sua história e em consequência disso, pela valorização do patrimônio.

O famoso dicionário do tropeiro também enriquece a área literária do museu. Porém, fechado sem mostrar sequer uma palavra, esta relíquia do vocabulário brasileiro aguça a curiosidade daqueles que o visitam.

Portanto, a expressão de um povo através de sua língua, de seus códigos, de seus signos permite perpetuar sua identidade e promove à reflexão, a crítica, a criatividade e potencializa a educação do homem.

As carrancas e as macumbas:

Presentes na cultura ribeirinha do Rio São Francisco, as carrancas representam a busca por proteção dos barqueiros e pescadores nas suas atividades de trabalho. Definidas, segundo Pardal (2006), como esculturas de madeira que em figura misturam homem e animal postas na proa dos barcos, tinham como objetivo afastar todo o perigo presente nas águas do Velho Chico Tradição que personifica o trabalho da pesca e também do entalhador de carrancas.

Por outro lado, as macumbas, instrumentos musicais utilizados pelos negros enquanto escravos como meio de comunicação, também

contemplam a rara beleza do patrimônio material - enquanto peça e imaterial, enquanto símbolo de comunicação e religiosidade, dispostos ali.

Ao contrário do que popularmente o termo “macumba” que tem caráter pejorativo é conhecido, o dicionário Houaiss (2009) define a macumba como:

Antigo instrumento de percussão de origem africana, espécie de Canzá que consistia num tubo de taquaras com cortes transversais onde se friccionavam duas varetas, e que era outrora usada em terreiros de cultos afro-brasileiros (HOUAISS, 2009, p. 1807).

A linha do “trem”

A arquitetura do edifício onde está situado o MAO é de 1.896 e divide seu espaço com a linha de trem que movimentava a praça todos os dias com milhares de pessoas vindas de todas as partes do mundo.

Desde aquela época, o modal ferroviário era um meio de transporte de milhares de trabalhadores que desembarcavam por ali em busca do seu fazer, do seu trabalho, o que ainda nos dias de hoje, permite facilmente a qualquer pessoa chegar ao MAO.

Este fato consagra de forma concreta o princípio da universalização do acesso aos museus, assim como é citado no Artigo 35 da Lei 11.904 de 14 de janeiro de 2009 que institui o Estatuto dos Museus e que diz: “Os museus caracterizar-se-ão pela acessibilidade universal dos diferentes públicos, na forma da legislação vigente”.

Considerações finais

Os museus, bens públicos das cidades, são a representação da cultura, da história de um povo. Com isso, incorporam uma realidade social escrita ao longo do tempo e permite ao visitante, ao estudante, ao trabalhador ressignificar a sua memória.

O patrimônio material e imaterial que o MAO conserva em Belo Horizonte está ligado à identidade dos indivíduos que fizeram o mundo do trabalho e contribuíram para a construção do país.

O museu é um espaço de conservação e de estudo que permite e promove um movimento, um pensamento crítico a cerca dos bens e

registros culturais de uma sociedade. É também instrumento de preservação do coletivo que permite repensar a trajetória, a evolução dos processos produtivos, o surgimento das comunidades e a cultura de um povo.

As relações de trabalho, das artes e da produção popular podem ser revividas neste espaço, onde o papel do museu se consolida na socialização do sujeito com a sua história e na interação com o seu futuro.

Preservar, conservar o passado está no cerne dos museus, mas registrar e estudar, ou seja, criar um histórico de toda essa riqueza é um trabalho que a sociedade civil e a comunidade científica e acadêmica têm o direito de promover.

Referências:

BRASIL. Ministério da Casa Civil. **Lei 11.904 de 14 de janeiro de 2009**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm>. Acesso em: 21 set. 2016.

GRINSPUM, Denise. **Educação para o Patrimônio: Museu de arte e escola – Responsabilidade compartilhada na formação de públicos**. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009, p.1807.

PARDAL, Paulo. **Carrancas do São Francisco**, coleção Raízes. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

Site consultado:

MAO, **Museu de Artes e Ofícios**. Disponível em: <http://www.mao.org.br/>. Acesso em: 02 agos. 2016.

ARQUIVOS PÚBLICOS COMO FONTE DE INFORMAÇÃO E CIDADANIA

VITOR CORRÊA¹¹⁵

VERA DODEBEI¹¹⁶

RENAN FIGUEIREDO¹¹⁷

Resumo: Este ensaio é parte de pesquisa de doutorado em andamento no Programa de Pós-Graduação em Memória Social, na linha de pesquisa Memória e Patrimônio. Objetiva-se discutir os arquivos públicos e seus acervos como lugares de poder de extrema relevância para o exercício da cidadania tendo o acesso à informação como direito previsto na Constituição. Isto implica em tratar a questão do acesso da fase corrente a permanente com um problema público que precisa ser enfrentado como forma de garantir a população conhecer os feitos dos seus representantes e poder fazer uso dos acervos permanentes quando for de seu interesse. O texto será dividido em quatro partes: 1 – Políticas Públicas de Informação; 2 – O Arquivo Público como “Lugar de Poder”; 3 – Inclusão Social e Cidadania pelos Arquivos; 4 – Patrimônio, Memória Social e Memória Pública dos Arquivos. Por fim, conclui-se, ainda que parcialmente, a importância dos acervos públicos para o exercício da plena cidadania, mas seu uso depende de ações do Estado que envolvam o cidadão nas decisões relativas à gestão dos documentos públicos.

Palavras-chaves: Cidadania; Acesso à Informação; Memória; Patrimônio; Arquivos Públicos.

Abstract: This article is part of doctoral research in progress in the Postgraduate Program in Social Memory in research on Memory and Heritage. The objective is to discuss the public archives and their collections like an extremely important power place to citizenship and have access to information as a right provided under the Constitution. This involves addressing the issue of the current and permanent phase to access a public problem to ensure that people know the achievements of their representatives and be able to use the collections permanent when your interest. The text is divided into four parts: 1 - Public Information Policy; 2 - The Public Archives as a "Power of Place"; 3 - Social Inclusion and Citizenship by the Archives; 4 - Heritage, Social Memory and Public Memory Files. It can be concluded, even partially, the importance of public collections for the citizenship, but their use depends on state actions involving citizens in decisions concerning the management of public documents

Keywords: Citizenship; Access to information; Memory; Heritage; Public archives.

1. INTRODUÇÃO

¹¹⁵ Mestre em Memória Social. Bolsista de Doutorado do Programa de Pós Graduação em Memória Social - UNIRIO . E-mail: vcfreire@hotmail.com

¹¹⁶ Doutora em Comunicação e Cultura. Professor do Programa de Pós Graduação em Memória Social - UNIRIO. E-mail: dodebei@gmail.com

¹¹⁷ Especialista em Gestão de Projetos. Bolsita de Mestrado do Programa de Pós Graduação em Memória Social – UNIRIO E-mail: figcorr@gmail.com

O objetivo geral deste ensaio é chamar a atenção do acesso à informação como direito que deve ocorrer da fase corrente (valor de prova) a permanente (valor cultural), o que depende de ações conjuntas que tratem esta questão como um problema público que precisa ser enfrentado para alcançarmos maior transparência e a garantia de acesso a essa e as gerações futuras. São levados em conta a estrutura governamental brasileira, o aspecto de poder dos acervos públicos e, principalmente, os anseios da população em suas demandas de informação ou acesso ao patrimônio público arquivístico.

Esse aspecto está diretamente ligado ao arquivo como esfera informacional, pois os documentos públicos devem ser fonte de informação não só no que tange a determinados assuntos que são importantes para um indivíduo ou grupo, que assim os consideram, mas também para saber sobre o próprio funcionamento do aparelho estatal no que diz respeito a sua representatividade diante da população; o que logo nos dá a ideia de que o poder da informação dos governos atinge, inclusive, o direito de deixar de saber do indivíduo (controle dos dispositivos de informação e memória pública).

A cidadania, como um direito fundamental que é, implica ao acesso à informação pública para o seu mais amplo exercício, já que não se pode, apenas, restringir cidadania ao ato de escolher seus representantes. O acesso à informação pública, aqui, é tratado como um direito inerente a cada cidadão brasileiro. Somente assim os arquivos, aqui entendidos como lugares de memória e seus acervos como dispositivos de poder, poderão “emprestar” seu uso para a população ter o direito de se expressar livremente.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS DE INFORMAÇÃO

Para este ensaio a abordagem de políticas públicas multicêntrica é necessária, ao passo que defendemos que o foco de uma ação desse tipo deve buscar dar conta de um problema público. Para essa abordagem não importa ser o Estado o agente da política, mas sim que o acesso à informação pública seja tratado como um desafio por todos os agentes e

agências envolvidos. Na verdade, partimos do pressuposto de que o debate de ideias entre sociedade, agências e Estado pode nos levar a um horizonte mais promissor no que diz respeito à cidadania, transparência e acesso à informação.

É importante ressaltar que na esfera pública a presença ativa do sujeito social é fundamental, já que a ordem se relaciona diretamente com sua possibilidade de ação e seu consentimento onde as decisões políticas “dependem de algum tipo de concordância da sociedade para que adquiram validade e possam ser efetivadas” (COSTA, 1997, p. 181). Sendo assim, a ação democrática se volta para a esfera pública que procura auxiliar na elucidação da forma como os homens coordenam e direcionam os seus interesses para o centro das decisões políticas onde tais decisões ganham legitimidade.

3. INCLUSÃO SOCIAL E CIDADANIA PELOS ARQUIVOS PÚBLICOS

É interessante pensar que os arquivos públicos geridos desde a fase corrente (valor administrativo ou de prova) permitem ao cidadão conhecer e poder criar juízo de valor sobre as práticas governamentais que são tomadas em seu nome; na mesma linha, ao se recolher essa documentação gerida a fase permanente (valor cultural e de pesquisa) permite ao indivíduo se perceber ou não nesses documentos, dando sentidos diversos aos acervos e permitindo uma reflexão sobre os critérios que estão sendo adotados na escolha do que fica como memória pública documental. No ciclo de vida da informação pública o Estado atua do início ao fim.

Isso quer dizer que o mesmo Estado que cria os mecanismos de pertença seria o responsável por criar mecanismos de transparência de suas ações. Mas isso pode acarretar debates em torno das ações do governo, uma vez que ao tomar conhecimento de suas ações e da realidade governamental o indivíduo pode se posicionar enquanto cidadão avaliando os resultados alcançados e se organizando para propor melhorias, ou seja, exercer sua cidadania. O mesmo Estado que cria os mecanismos de pertença pode dar transparência e permitir o ser cidadão.

Logo, algumas questões são necessárias: Será interesse estatal dar transparência aos seus feitos, organizar a documentação e dar acesso como forma de cidadania no Brasil? Ou ainda, precisamos de mecanismos que relacionem o Estado e a sociedade na luta por esses direitos?

O direito à informação tem suas garantias na legislação de vários países e está diretamente estabelecido pela Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1945, onde recebe a seguinte formulação: “Todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e ideias por qualquer meio de expressão”. No Brasil, a Constituição de 1988 e a Lei 8.159 de 1991, conhecida como a Lei de Arquivos, reforçaram o direito à informação como forma de cidadania.

4. PATRIMÔNIO. MEMÓRIA SOCIAL E MEMÓRIA PÚBLICA DOS ARQUIVOS

O mesmo Estado e burocracia que produzem os documentos e tem a responsabilidade de geri-los, tem junto de suas estruturas administrativas, a função de definir o que será recolhido aos arquivos permanentes como parte integrante da memória de indivíduos e grupos. Estes documentos precisam ser reunidos, arranjados, descritos, preservados e disseminados para a manutenção de uma memória nacional, fenômeno sobre o qual os indivíduos se apoiam para reconhecimento de direitos ao longo do tempo, como afirma Bellotto (2007, p. 184). Além da função de prova, os documentos são potencialmente objetos de memória. O registro e a organização dessas memórias preservadas pelas instituições de arquivo podem ser utilizados como fontes históricas, na tentativa de compreensão de como pode ter sido o passado e quais vem sendo as mudanças que ocorrem sobre um determinado fato social nos dias atuais, ligados àquele passado.

Nos arquivos públicos temos parte significativa da memória coletiva de um país. É o seu patrimônio documental público. Esse patrimônio tem variadas relações com a identidade. Como dispositivo coletivo, o patrimônio

é um elemento fundamental na construção da identidade social e, simultaneamente, é a própria materialização da identidade de um grupo/sociedade. O patrimônio documental arquivístico público representa o conjunto de bens documentais que são considerados de interesse coletivos suficientemente relevantes para a perpetuação no tempo, pois fazem conhecer parte do passado. É parte de sua herança cultural, pois patrimônio traz consigo a ideia de herança (do inglês heritage e do espanhol herencia), ou, em definição mais estreita, “algo que é transmitido, segundo as leis, dos pais e das mães aos filhos” (CHOAY, 2001, p.11).

Fundada em 1945, a United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO) - encoraja a identificação, proteção e preservação do patrimônio cultural e natural mundial. Esse órgão internacional lidera as concepções de preservação do ponto de vista mundial e suas diretrizes se formam a partir de necessidades específicas, ao mesmo tempo em que direcionam os órgãos de preservação nas diferentes nações.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trabalhar na perspectiva do poder dos arquivos implica afirmar o papel dos documentos públicos como capazes de servir e de instrumentalizar indivíduos e grupos para a melhor condução dos seus problemas. As instituições que adotam este caminho não estão interessadas apenas em ampliar o acesso aos bens públicos acumulados, mas, sobretudo, em socializar a própria produção de bens, serviços e informações. Neste caso, o compromisso não é com o ter, acumular e preservar “tesouros”, e sim com o arquivo como espaço de relação, capaz de estimular novos questionamentos sociais e atender seus anseios de memória.

O direito individual ao acesso a informação pública está interligado com o exercício da cidadania em fiscalizar os atos governamentais. Não deve ser confundido com o direito de informação a dados pessoais em poder do Estado já que este está inserido no rol de garantias de direito à informação que contém também o direito a intimidade, a vida privada, a

honra e a imagem das pessoas e deve respeitar as questões de sigilo. Porém, no atual contexto da sociedade da informação, a informação é um elemento de fundamental importância, pois é através do intercâmbio informacional que os sujeitos sociais se comunicam e tomam conhecimento de seus direitos e deveres e, a partir daí, tomam decisões sobre suas vidas seja em nível individual ou coletivo. Nesse panorama, as informações dos órgãos e arquivos públicos devem ter seu acesso garantido por leis e políticas que as organizem e as disponibilizem em diversos suportes.

A construção da cidadania ou de práticas de cidadania passa necessariamente pela questão do acesso/uso de informação, pois tanto a conquista dos direitos políticos quanto a dos direitos civis e sociais dependem fundamentalmente do livre acesso à informação sobre tais direitos, de uma ampla circulação e disseminação de informação e de um processo de discussão crítica sobre os processos que se desenvolvem no contexto social em questão. A ausência de acessibilidade a informação dificulta o pleno exercício da cidadania.

REFERÊNCIAS

- BARBALET, J. M. **A Cidadania**. Lisboa. Editorial Estampa 1989.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa, Difel, 1989.
- CARVALHO, Luiz Gustavo Grandinetti Castanho de. **Liberdade de informação e o direito difuso à informação verdadeira**. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.
- CARVALHO, J. M. de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade; Editora UNESP, 2001.
- CORRÊA, Vitor; DODEBEI, Vera. Patrimônio arquivístico público como fonte de acesso à informação. In: **Anais Coninter**, 3, 2014. Salvador: ANINTER, 2014. p. 1-18.
- DAVENPORT, T. H. **Ecologia da informação: por que só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação**. São Paulo: Futura, 2002.

- DERRIDA, J. **Mal de Arquivo**: uma impressão freudiana. Trad. Cláudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- FARIAS, G. B.; VITAL, L. P. Informação para negócios e políticas de informação. **Revista ACB**: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 87-98, jan./jun., 2007.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2000.
- HARMON, M. M.; MAYER, R. T. **Teoría de la organización para la administración pública**. México: Colegio Nacional de Ciencias Políticas y Administración Pública A. C./ Fondo de Cultura Económica, 1999.
- HEIDEMANN, Francisco G.; SALM, José Francisco (Orgs.). **Políticas públicas e desenvolvimento**: bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.
- HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 21, n. 55, p. 30-41, nov. 2001.
- HOWLETT, Michael & RAMESH, M. Studying Public Policy: Policy cycles and Policy subsystems. Oxford University Press, 2005.
- JARDIM, José Maria. **Políticas públicas de informação**: a (não) construção da política nacional de arquivos públicos e privados (1994-2006). IN: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - ENANCIB, 9, 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANCIB; PPGCI-USP, 2008. 1 CD-ROM.
- NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, v.10, 1993.
- RUA, Maria das Graças. **Políticas públicas**. Brasília: CAPES-UAB, 2009.
- POLLACK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.
- SANTOS, J.L. dos. **O que é cultura**. São Paulo, Brasiliense, 1999.
- SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos concretos. São Paulo: Cengage Learning, 2010.
- SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. 6. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

UNESCO. **Communication and society**: a documentary history of a new world information and communication order seen an evolving and continuous process, 1975 -1986. Paris, UNESCO, 1987

VARELA, A.V. **Informação e construção da cidadania**. Brasília, Mestrado (Ciência da Informação). UnB/ CID, 1999.

A DIALÓGICA NA INSTITUIÇÃO PRISIONAL: POR UMA ABERTURA DAS INSTITUIÇÕES TOTAIS

ALEX MEDEIROS KORNALEWSKI¹¹⁸

FRANCISCO RAMOS DE FARIAS¹¹⁹

Resumo: O presente trabalho discorre sobre os efeitos causados pela prisão no sujeito, especificamente quanto à privação do mesmo diante do corpo social. Sabe-se que alguns fatores contribuem para essa privação: a questão do preso como uma diferença, a disciplina, as relações de poder, e os próprios efeitos ocasionados pelo fechamento do preso em uma instituição total. Em complemento, pretende-se discutir o conceito de dialógico proposto por Martin Buber, com o intuito de promover a diminuição da alteridade entre o preso e a sociedade, tornando-os um-para-o-outro.

Palavras-chaves: Diferença; Prisão; Instituição total; Disciplina; Dialógico.

Abstract: This paper discusses the effects caused by imprisonment, particularly the deprivation of humans on the social body. It is known that some factors contribute to this deprivation: the question of the prisoner as a difference, discipline, power relations, and the own effects caused by the closure of the prison in a total institution. In addition, we intend to discuss the concept of dialogic proposed by Martin Buber, in order to promote the reduction of otherness between the prisoner and society, making them one-to-the-other.

Keywords: Difference; Prison; Total institution; Discipline; Dialogic.

1 Introdução

A sociedade disciplinar, em termos históricos, surgiu por intermédio de uma arte utilizada para fins de exercício do controle dos corpos, além de promover dois resultados: a docilidade e utilidade. Essa arte é denominada “disciplina”. Para além disso, sabe-se que o aprofundamento nas competências disciplinares permitiu o despontar daquilo que é visto como o ápice dessa arte: chamadas instituições totais.

Nessas instituições totais (igrejas, escolas, conventos, hospitais, prisões e afins), a disciplina é encontrada em toda a sua potencialidade, abrigando um sujeito que, para além de suas motivações ou delitos, se encontra “fechado”, ao mesmo tempo em que “enquadrado” naquilo em

118 Doutorando em Memória Social pelo Programa de Pós-Graduação em Memória Social.

E-mail: alexmedeiros87@hotmail.com

119 Doutor em Psicologia pela Fundação Getúlio Vargas. Coordenador e professor do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: frfarias@uol.com.br

que o segmento social extra “muros” considera ser a sua diferença. As diferenças são inúmeras, porém em sua maioria são tratadas como algo pernicioso dentro das prisões, sendo vistas como marcas, ou estigmas daqueles que lá habitam.

Sendo assim, a proposta do homem como um ser dialógico, promovido por Martin Buber, mostra-se eficiente para entendermos que essa alteridade nós-eles, ou mesmo essa relação eu-isso, não é adequada, sendo necessário diminuir a distância dos presos com a própria sociedade. Logo, o presente trabalho reflete sobre a sociedade disciplinar, seu produto (as instituições totais, especificamente a prisão), o sujeito que nela habita e o quanto é importante promovermos o processo dialógico, não apenas entre o preso e a equipe dirigente, mas principalmente em comunhão com a sociedade ampla.

2 A sociedade disciplinar constrói as instituições totais

Quando pensamos naquele que cometeu uma ação descrita como crime de acordo com o Código Penal de um determinado país, logo se desvela a possibilidade de concebermos resposta a estes sujeitos: punir, afastar da sociedade ampla, e por que não isolar? Afinal de contas, a premissa básica que aparece é: separar os anormais daqueles que são normais (FOUCAULT, 2010).

Todavia, alguns questionamentos aparecem: quais são os critérios para exercer este isolamento? Como funciona este ambiente que mantém os ditos, “anormais”, confinados? Quais são os efeitos deste isolamento? Para dar os primeiros passos, devemos pensar sobre o conceito de disciplina. As disciplinas, segundo Foucault (2011, p. 133) são: “os métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade”.

A primeira característica da disciplina é atribuir uma importância ao espaço. Para que a prisão abrigue o sujeito considerado indisciplinado, ela precisa “inserir os corpos em um espaço individualizado, classificatório, combinatório. Isso em um espaço fechado, esquadrihado, hierarquizado,

capaz de desempenhar funções diferentes segundo o objetivo específico que dele se exige.” (MACHADO, 1979, p. XVIII). Logo, os presos são dispostos de uma forma que a prisão os transforme em sujeitos “docilizados”, ou seja, qualquer pessoa da equipe dirigente torna-se apta a “impor disciplina a qualquer pessoa da classe dos internados.” (GOFFMAN, 2015, p. 45).

Além da organização e arquitetura do espaço, o tempo também se mostra como um fator crucial no desenvolvimento da disciplina nas prisões. Os presos passam a se sujeitar ao tempo, que controla seus atos, gestos e os objetos que os mesmos utilizam, além de propiciar o surgimento dos “processos de regularização temporal” (FOUCAULT, 2011, p. 144). Essa reprodução sistemática da rotina dos presos, faz com que o tempo penetre o corpo, permitindo um controle minucioso do poder (FOUCAULT, 2011).

A vigilância é a terceira característica da disciplina. Ela não age unicamente pelo olhar hierárquico, no qual ocorre uma “profusão de torres” que iluminam uns aos outros. Também é necessário estabelecer as chamadas sanções normalizadoras. Essas sanções não tem por interesse a expiação ou mesmo a repressão do preso, mas sim normalizá-los, pois as instituições disciplinares, e neste caso uma instituição total, como é o caso da prisão, tem por finalidade comparar, diferenciar, hierarquizar, homogenizar, excluir, ou seja, almeja o controle completo dos corpos (FOUCAULT, 2011, p. 176), retirando do preso “seus apoios anteriores”, para que possam viver “de acordo com as regras da casa” (GOFFMAN, 2015, p. 50).

Não nos cabe desenvolver uma análise aprofundada de cada verbo empregado por Foucault, para entender o funcionamento do aparelho normalizador empregado nas instituições prisionais. Todavia, é mister que possamos discorrer sobre o que surge através dessa maquinaria que gerencia corpos para torná-los disciplinados de acordo com a política institucional: “o poder da norma” (FOUCAULT, 2011). Norma esta que realiza uma análise cirúrgica dos corpos, com o intuito de promover sua “desculturação, a perda ou impossibilidade de adquirir os hábitos atualmente exigidos na sociedade mais ampla” (GOFFMAN, 2015, p.69).

3 Os efeitos do exame nos corpos

Se o exame permite o emprego do olhar cirúrgico que a todos observa, também devemos apontar outras duas características do exame: a individualidade inserida no campo documental e, por conseguinte, o indivíduo visto como um “caso”. O preso passa a ser um objeto “descritível, analisável”, para mantê-los sob o controle de um saber permanente, além de propiciar a “descrição de grupos, a caracterização de fatos coletivos, a estimativa dos desvios dos indivíduos entre si” (FOUCAULT, 2011, p. 182). Em consequência, cada sujeito passa a ser visto como um caso, com o intuito de exercer o controle e métodos de dominação (FOUCAULT, 2011).

Eis um paradoxo do sistema prisional: se o mesmo foi criado para empregar a disciplina em um grupo, colocando-os em um espaço fechado, com a gestão do tempo, além de exercer um controle minucioso por intermédio do exame; ao mesmo tempo, temos a criação de arquivos sobre cada objeto controlado dentro dessa instituição total, além de utilizá-los como um caso, potencializando o controle e os métodos empregados pela instituição. Em suma, a prisão que disciplina também é a mesma que propicia singularidades.

Essa estrutura, nos permite observar que o poder é “ramificado”, “capilar” (FOUCAULT, 1979, p. 182). Sendo assim, apresenta inúmeras nuances de atuação sobre os corpos, atualização dos métodos empregados pela prisão, adentra no campo documentário, sendo que este arquivo – e sua usabilidade empregada pela instituição – devem ser entendidas como um produto construído por relações de forças, pelo exercício daqueles que detém o poder (LE GOFF, 2012).

Cabe-nos analisar não apenas a instituição prisional, mas sim os efeitos que ela exerce sobre os presos. Para tal, o olhar sob o viés da memória social, construída por essa relação entre o sujeito confinado, a equipe dirigente e a própria estrutura da instituição total, se mostra salutar, pois nos permite investigar para além dos fatos, uma vez que “as lembranças e esquecimentos não são simplesmente selecionados e gerenciados pelo poder, mas são por eles fabricados” (GONDAR, 2003, p.

32). Ou seja, as lutas de forças que formam a memória são fabricadas pelo poder que se exerce, neste caso nas prisões.

Em retorno as questões apresentadas no início do capítulo, acredita-se que a discussão sobre a disciplina dentro das instituições totais, puderam responder os critérios adotados para exercer o isolamento, e como é o funcionamento deste ambiente que separa os considerados “anormais” dos outros sujeitos da sociedade ampla. Quanto a terceira questão, dediquemos um espaço para discuti-la em um capítulo a parte, pois refletir sobre os efeitos causados pelas prisões implica em convidarmos um aporte teórico que reflita justamente o que não se encontra no cerne das instituições prisionais: o processo dialógico (BUBER, 2014).

4 A diferença como algo pernicioso

Eis algumas raízes da “árvore de violências”, pela qual o sujeito se mostra vulnerável mesmo antes de adentrar uma instituição prisional: tem-se a violência coletiva, no qual ocorre a distinção, exclusão ou restrição que considera aspectos como raça, classe social, crença religiosa; violência intrafamiliar, que afetam as famílias, em sua maioria as mulheres, idosos e crianças; violência cultural, homossexuais, pessoas com deficiência, transtornos mentais, migrantes, moradores de favelas e afins (TOLEDO; SABROZA, 2013).

Em todos os exemplos citados, a divisão “nós e eles” é visível, ou seja, uma miríade de violências são possíveis graças a não aceitação da diferença, que ocorre “tanto por meio de sistemas simbólicos de representação quanto por meio de formas de exclusão social” (WOODWARD, 2014, p. 40). No caso do preso, a sua condição financeira, cor, grau de instrução, gênero, orientação sexual, religiosa, estatura física, entre outras categorias, podem ser utilizadas contra o próprio sujeito tanto antes quanto no momento de sua habitação no sistema prisional.

Apesar de a discussão ser ligada a questão da diferença e como esta é utilizada para categorizar o sujeito que deve ser encarcerado, por questões que elaboramos para separar, ou melhor, para polarizar e

reforçar a balança “nós e eles”, é mister salientar que a identidade não pode ser ignorada, pois apesar de ser a outra força, a velar as diferenças, ela deve sua origem ao serem “fabricadas por meio da marcação da diferença” (WODDWARD, 2014, p. 40).

No caso do preso, a sua identidade de confinado, ou mesmo de egresso do sistema penitenciário, lhe afeta como um estigma, pois é comum o Estado, a sociedade e demais grupos julgarem sua experiência em uma instituição total como se estes não fossem humanos, criticando-os por diferenças que muitas das vezes não são distantes do que somos, que por sua vez, podem corroborar com uma construção identitária nova para eles, mas “apaziguante” para os outros que se encontram na sociedade ampla.

A diferença é imposta ou mesmo vista como algo pernicioso, cujo poder resulta em: “classificar (“bons” e “maus”; “puros e impuros”; “desenvolvidos e primitivos”; “racionais e irracionais”); normalizar (“nós somos normais; eles são anormais”)” (SILVA, 2014, p. 81-82). Todavia, olhar o outro sob a lente do estigma inerente a sua identidade de “preso” ou “egresso”, significa negar o outro como um ser humano pleno, além de esquecer que, os homens confinados são os que estiveram fora, poderão voltar à sociedade, podem ser uma pessoa íntima (um pai, mãe, filho, amigo etc.) ou talvez o próprio sujeito que hoje os coloca em um estado de diferença pernicioso.

Apenas para exemplificar o dito anterior, voltemos para a escrita de João do Rio, pois ao descrever os presos por crimes de amor, ele nos traz a seguinte passagem: “[...] vi uma coleção de assassinos, desde um velho lamentável até uma criança honesta, postos fora da sociedade pela loucura que a paixão sopra no mundo” (RIO, 1995, p. 143). Ou seja, para além do olhar sobre os crimes praticados pelos presos, é vultoso apontar uma lupa para cada “caso”, pois acarreta na visibilidade dos diversos sujeitos e as implicações emocionais utilizadas para justificar seus delitos.

5 Naturalização da diferença: o homem dialógico

Martin Buber, em sua obra póstuma *Do diálogo e do dialógico*, publicada pela primeira vez em 1982, é enfático ao dizer que o excesso de poder, oriundo de uma centralização, é algo que deve ser combatido, para que seja factível o “abandono da ideia de um universo simplista, baseada na extinção das diferenças entre os grupos humanos” (BUBER, 2014, p. 23). O autor demonstra a necessidade de revermos a estrutura praticada até então pelas instituições prisionais, pois é justamente a centralização do poder, o confinamento, o controle de cada minuto dos corpos, a vigilância constante aplicada a todos, que inviabiliza, ou melhor, mortifica o nosso eu, os transformando em pessoas “normais”.

Deste modo, as instituições totais, ápice da centralização de um poder exercido unicamente para isolar e fechar os sujeitos deve ao menos ser revisitada, com vistas a diminuir o seguinte paradoxo: a mesma instituição que suplanta as diferenças por intermédio da disciplina, também é a que promove o preso como um “caso”, utilizando de suas singularidades para fins de empregabilidade de um “controle e método de dominação” (FOUCAULT, 2011, p. 183).

Estes “casos” são possíveis porque, apesar de na maioria das vezes as instituições totais suplantarem ao máximo a diferença e promover a normalização, ainda assim temos um terreno que permite a rebeldia, o desenvolvimento de táticas de adaptação (GOFFMAN, 2015). Porém, mesmo sem a tentativa, a priori, de derrubar os muros, a rebeldia pode ser um meio próspero, pois o simples desabafo do sujeito feito por escritas, falas, entrevistas, ou mesmo os “que permanecem calados podem às vezes tornar-se particularmente importantes” (BUBER, 2014, p. 155).

Essa possibilidade de fragilização dos muros das prisões remete ao que Buber chama de processo dialógico, ou o momento em que dois homens “devem estar obviamente voltados um-para-o-outro” (BUBER, 2014, p. 41). Essa relação dialógica além de salutar é essencial para que possamos apaziguar os efeitos ocasionados pela intolerância das diferenças, que aflige, por meio de diversos tipos de violências o outro.

Essa intolerância “as diferenças” advém da não aceitação das singularidades que formam cada um de nós. O outro passa a ser

enxergado apenas como uma vivência própria, fragilizando o desenvolvimento do processo dialógico e potencializando a “desintegração da essência de toda realidade” (BUBER, 2014, p. 58). O sujeito “docilizado”, “fechado” passa a ser observado apenas como um “isso”, ou seja, como um objeto que não afeta o outro, sendo tratado como algo desprovido de algum mérito para a comunicação. Sem resposta do outro, sem mutualidade, “a dialógica pode morrer em germe” (BUBER, 2014, p. 148).

Assim, a realidade, ou podemos dizer o “mundo social”, entra em declínio, proporcionando cada vez mais o isolamento daquele que é categorizado como um “isso”, no caso os sujeitos que se encontram nas prisões; enquanto o homem que habita fora dos muros apenas vivencia uma vida monológica, sem perceber, conforme Buber (2014, p. 55) relata “o outro como algo que, ao mesmo tempo, não é ele próprio, mas que com ele, assim mesmo, se comunica”.

Ao realizarmos a “naturalização das diferenças”, através do processo dialógico, é possível exercer uma mutualidade que agrega tanto ao preso quanto aquele que com ele se relaciona. Todavia, a dialógica é um poder contrário ao poder exercitado dentro das instituições totais, por isso a mudança é algo complexo e, por conseguinte, demorado. Porém se nesta pequena “abertura dos muros” tivermos o desenvolvimento da dialogia, é possível reverter os efeitos ocasionados pela prisão, pois a simples existência do dialógico implica na contradição da existência deste aparato criado para “fechar” e “normalizar” os chamados “diferentes”.

6 Considerações finais

A proposta de promover o processo dialógico é algo bastante complexo, pois é um meio de tentar furar os bloqueios já consolidados pelas instituições totais, no caso do presente trabalho: as prisões. Contudo, é o passo principal, uma vez que a barreira da prisão é considerada por alguns pesquisadores como a mortificação primeva do eu. Em complemento, essas instituições exercem o poder ao organizar e controlar o espaço, o tempo e aplicar a vigilância constante e de diversas formas em cada um dos corpos confinados.

A questão da diferença é essencial para entender quem e porque determinadas pessoas podem ser encontradas neste ambiente, pois o simples fato do sujeito ter uma característica incomum – ou não aceito pela maioria –, portanto visto como diferente, é muitas das vezes o estopim para o encarceramento. A possibilidade de a diferença ser vista como algo dotado de uma perniciosidade é alta, pois qualquer diferença pode ser enquadrada nos moldes de um sujeito que passa a ser considerado um “anormal” e, portanto, deve ser “enquadrado”, “confinado”, sejam por diferenças culturais, físicas, ideológicas, políticas ou mesmo passionais.

Referências

BUBER, Martin. **Do diálogo e do dialógico**. São Paulo: Perspectiva, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Os anormais**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. Soberania e disciplina. In: _____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 179-192.

FOUCAULT, Michel. Sobre a prisão. In: _____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 129-144.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 39 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2015.

GONDAR, Jô. Memória, poder e resistência. In: GONDAR, Jô; BARRENECHEA, Miguel Angel de (Org.). **Memória e espaço: trilhas do contemporâneo**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2003. p. 32-46.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 6. ed. Campinas, SP: Unicamp, 2012.

MACHADO, Roberto. Introdução: por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

RIO, João do. **A alma encantadora das ruas: crônicas**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura; Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1995.

TOLEDO, Luciano Medeiros de; SABROZA, Paulo Chagastelles (org.). **Violência: orientações para profissionais da atenção básica de saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013.

WODDWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 15 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 7-72.

A REGULAÇÃO-EMANCIPAÇÃO E OS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS SEGUNDO BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS

ANGÉLICA MASSUQUETTI¹²⁰

LUIZ VALDEMIR RIBAS DA CRUZ JUNIOR¹²¹

Resumo: O objetivo do estudo é refletir como os novos movimentos sociais foram abordados por Boaventura de Sousa Santos, no interior da discussão sobre a relação entre a regulação e a emancipação. Para o autor, os novos movimentos sociais tentam combater a excessiva regulação da modernidade por meio de um novo conjunto de relações entre a subjetividade, a cidadania e a emancipação.

Palavras-chaves: movimentos sociais; regulação; emancipação; modernidade; Boaventura de Sousa Santos.

Abstract: The purpose of this study is to think over how new social movements were approached by Boaventura de Sousa Santos, deeper inside the discussion about the relation between regulation and emancipation. For the author, the new social movements attempt to avoid the excessive regulation from modernity through a new set of relations among subjectivity, citizenship and the emancipation.

Keywords: social movements; regulation; emancipation; modernity; Boaventura de Sousa Santos.

1. Introdução

O projeto da modernidade é caracterizado pelo equilíbrio entre a regulação e a emancipação e a partir destes é promovida a transformação da sociedade pré-moderna. A regulação é constituída por três princípios – do Estado, do mercado e da comunidade – e a emancipação é composta pela relação entre três espaços da racionalização e secularização da vida coletiva: a moral-prática do direito moderno, a cognitivo-experimental da ciência e da técnica modernas e a estético-expressiva das artes e da literatura modernas. O desenvolvimento regular de cada pilar – regulação e emancipação – e de suas relações permite o equilíbrio entre ambos (SANTOS, 2013).

Contudo, conforme Santos (2013), não houve este equilíbrio. A relação de desigualdade entre a regulação e a emancipação, que teve

120 Doutora em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Professora no Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (PPGE UNISINOS) (São Leopoldo/RS, Brasil). E-mail: angelicam@unisinos.br

121 Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (PPGE UNISINOS) (São Leopoldo/RS, Brasil). E-mail: luizvrc.jr@gmail.com

como resultado o controle descomedido permitiu desequilíbrios no seio do pilar da regulação e da emancipação. Para o autor, o cerne do desequilíbrio estaria no desenvolvimento hipertrofiado dos ideais mercadológicos em detrimento do princípio do Estado e destes em relação ao princípio da comunidade.

O excesso de regulação, na opinião de Santos (2013), tem sido acompanhado por movimentos emancipatórios. De acordo com o autor, a hegemonia do mercado e a luta contra esta situação estão presentes no contexto de emergência de novos atores e de novas práticas de mobilização na sociedade. O cenário das últimas décadas pode ser caracterizado como um período “[...] de grande experimentação social, de formulação de alternativas mais ou menos radicais ao modelo de desenvolvimento econômico e social do capitalismo e de afirmação política de novos sujeitos sociais” (SANTOS, 2013, p. 250), que estaria representado pelos novos movimentos sociais (países centrais) e por movimentos populares (América Latina).

Assim, o objetivo deste breve ensaio é refletir como os novos movimentos sociais foram abordados por Boaventura de Sousa Santos, no interior da discussão sobre a relação entre a regulação e a emancipação.

2. A regulação-emancipação e os novos movimentos sociais

A condição sociocultural do final do último século caracterizou-se, segundo Santos (2011), pela absorção da emancipação pela regulação. Além do que foi considerado pelo autor como o desenvolvimento desequilibrado e hipercientificizado da emancipação, ocorreu, também, um desenvolvimento desequilibrado da regulação, com um excessivo desenvolvimento do princípio do mercado em detrimento dos demais – o Estado e a comunidade. Na visão do autor, se por um lado tal desequilíbrio inibiu perspectivas de mudanças sociais profundas e de possibilidades de diferentes futuros, por outro, foi responsável por iniciar uma sensação de insegurança, originada no temor de “[...] desenvolvimentos incontroláveis, que pudessem ocorrer aqui e agora, precisamente como resultado da contingência e da convencionalidade generalizadas de práticas sociais

sectoriais” (SANTOS, 2011, p. 57). A desarticulação ideológica da regulação levou a contradições internas, desprestigiando-a enquanto pilar da modernidade. A contingência global e a convencionalidade seriam as razões de tal desprestígio e da ineficácia da promoção da emancipação: “[...] enquanto a regulação se torna impossível, a emancipação torna-se impensável” (SANTOS, 2011, p. 57).

De acordo com Santos (2011), o paradigma da modernidade compreende duas formas de conhecimento – o conhecimento-emancipação e o conhecimento-regulação. Como todo o conhecimento implica numa trajetória da ignorância para o saber, como afirmou o autor, o conhecimento-emancipação teria o colonialismo e a solidariedade como pontos opostos. No caso do conhecimento-regulação, estes seriam o caos e a ordem. No paradigma da modernidade, estes dois modelos de conhecimento deveriam se articular em um equilíbrio dinâmico e este, por sua vez, seria realizado a partir de três lógicas de racionalidade: a moral-prática, a estético-expressiva e a cognitivo-instrumental. Contudo, segundo o autor, a lógica da racionalidade cognitivo-instrumental científica e tecnológica se sobrepôs às duas outras lógicas. Assim, dada a supremacia do conhecimento-regulação, o equilíbrio distorceu-se, a favor deste e em detrimento do conhecimento-emancipação: “[...] a ordem transformou-se na forma hegemônica de saber e o caos na forma hegemônica de ignorância” (SANTOS, 2011, 79). Neste desequilíbrio, o saber no conhecimento-emancipação transformou-se em estado da ignorância no conhecimento-regulação, enquanto a ignorância no conhecimento-emancipação tornou-se o saber no conhecimento-regulação. No primeiro, solidariedade passa a ser entendida como caos e, no segundo, colonialismo entendido como ordem (SANTOS, 2011).

Santos (2011) identificou o momento atual como sendo uma fase de transição paradigmática e a revalorização/reinvenção do conhecimento-emancipação seria a opção epistemológica mais adequada para este período. Dessa forma, o caminho seria, na opinião do autor, conceder a primazia ao conhecimento-emancipação em relação ao conhecimento-

regulação. Assim, a solidariedade passaria a ser a forma hegemônica de saber e o caos deveria ser aceito e revalorizado.

A partir do momento em que o conhecimento-emancipação conseguisse romper o senso comum conservador e se transformasse num novo senso comum emancipatório, seria possível promover a passagem da condição de ignorância, caracterizada pelo colonialismo, para uma fase de saber identificada como solidariedade. Santos (2011) alertou que a solidariedade como forma de conhecimento seria uma condição necessária para a existência da solidariedade enquanto uma prática política.

O excesso de regulação transformou-se num problema fundamental e não há uma solução para isto no interior do paradigma da modernidade. A transição paradigmática teria o efeito de produzir as emancipações sociais. O autor afirmou que as formas de emancipação estariam na origem da reflexão sobre a transição paradigmática. Além disso, as lutas emancipatórias, associadas às emancipações sociais, teriam a função de combater os tipos de regulação social existentes e, conseqüentemente, as novas formas de regulação que iriam surgir durante o processo de transição. Essas mesmas lutas também deveriam provocar uma transformação – ou uma reinvenção – do Estado (SANTOS, 2011).

A discussão em torno dessa relação regulação-emancipação ocorre no momento em que o tempo presente enfrenta uma contradição. Liberdade, igualdade, solidariedade e paz são algumas das promessas da modernidade ocidental que encontram nas condições técnicas da atualidade a capacidade de realização, entretanto, tais promessas estão longe de serem concretizadas (SANTOS 2002). Para o autor, tais promessas construíram o “patrimônio matricial” do que se denominou emancipação social e também foram base das questões políticas modernas, seja pelo propósito de sua realização ou pelo seu impedimento.

Assim, os problemas modernos não teriam soluções modernas, como indicou Santos (2002), e esse seria o motivo para uma reinvenção da emancipação social, já que o pensamento e a ação que construíram os ideais modernos da emancipação social estão sendo questionados pelo fenômeno da globalização. De acordo com o autor, a globalização se

manifesta de variadas formas, entretanto a globalização neoliberal possui uma supremacia sobre as demais. O autor assinala que a globalização neoliberal desvincula o capital do social e do político, que em algum momento no passado foram responsáveis por uma distribuição social e impõe a lógica do mercado, onde o social e o político estariam mais bem organizados se estivessem regidos pelas regras mercadológicas. Assim, neste sentido, apresenta-se como um regime altamente globalizado.

Conforme Santos (2009), está vindo à tona uma globalização alternativa como resposta ao processo de globalização neoliberal. Tal alternativa à visão de globalização dominante se constrói por meio de redes e alianças além da contiguidade territorial e que se opõem às regras impostas pelo mercado, como, por exemplo, lutas contra exclusão social, precarização do trabalho, questões ambientais, desemprego, violação dos direitos humanos entre outros efeitos negativos produzidos pela globalização neoliberal.

Essas iniciativas, organizações ou movimentos de resistência não são um fenômeno recente, mas apresentam aspectos novos, como as novas tecnologias de comunicação e informação. Elas facilitaram a organização das relações transfronteiriças e alteraram radicalmente a proporção espacial e temporal da ação social, demonstrando ao mesmo tempo preocupação com a velocidade que a globalização hegemônica se afasta do cumprimento das promessas de progresso, liberdade, igualdade, racionalidade e não discriminação, como a própria luta por sua manutenção (SANTOS, 2009).

A atenção à globalização contra-hegemônica permite pensar numa contribuição para a reinvenção da emancipação social. Contudo, algumas dificuldades emergem, segundo Santos (2009), como a compreensão da ideia que se tem de globalização contra-hegemônica e da relação entre ela e a emancipação social, além da própria noção de emancipação social. Para o autor, é a globalização contra-hegemônica e seu embate com a visão dominante que estão sendo construídos os caminhos alternativos para a emancipação social.

O autor afirmou que não existe uma identidade única entre esses diversos movimentos sociais, mas que, com certeza, representam uma crítica à regulação social capitalista e à emancipação social socialista. Conforme Santos (2013), a existência de formas de opressão que estão além, e em outros casos não são específicas, das relações de produção, como guerra, poluição, machismos, preconceitos etc., e ao pleitear um novo padrão social menos voltado à materialidade das coisas, e sim orientado à cultura e à qualidade de vida, “[...] denunciam, com uma radicalidade sem precedentes, os excessos de regulação da modernidade” (SANTOS, 2013, p. 258).

A diversidade de movimentos sociais que surgiram nas últimas décadas revela a existência de uma identidade parcial entre os movimentos dos países centrais e da América Latina. Além disso, não é a expressão de uma classe social, mas de grupos que formam a sociedade. Neste sentido, Santos (2013, p. 258-9) argumentou que os novos movimentos sociais estão presentes numa fase de

[...] crítica do marxismo e do movimento operário tradicional, bem como a crítica do chamado ‘socialismo real’. O que por estes é visto como factor de emancipação (o bem-estar material, o desenvolvimento tecnológico das forças produtivas) transforma-se nos NMSs em factor de regulação. Por outro lado, porque as novas formas de opressão são reveladas discursivamente nos processos sociais onde se forja a identidade das vítimas, não há uma pré-constituição estrutural dos grupos e movimentos de emancipação, pelo que o movimento operário e a classe operária não têm uma posição privilegiada nos processos sociais de emancipação. Aliás, o facto de o movimento operário dos países centrais ter estado muito envolvido na regulação social fordista do segundo período do desenvolvimento capitalista tende a fazer dele um travão, mais do que um motor de emancipação neste terceiro período. Por último, mesmo que as novas opressões não devam fazer perder de vista as velhas opressões, a luta contra elas não pode ser feita em nome de um futuro melhor numa sociedade a construir. Pelo contrário, a emancipação por que se luta visa transformar o quotidiano das vítimas da opressão aqui e agora e não num futuro longínquo.

3. À Guisa de Conclusão

As teorias explicativas dos novos movimentos sociais consideravam outros aspectos, como o campo cultural e o campo da identidade, num contexto social promovido pela reestruturação da sociedade. As antigas identidades dos movimentos sociais, fundadas em códigos econômicos, políticos e ideológicos foram substituídas por códigos culturais e a partir daí seria definida a identidade coletiva dos atores sociais. Neste contexto, considerando a atual configuração da sociedade, oriunda de transformações nos campos econômico, político, tecnológico e cultural, percebe-se que os movimentos sociais se apresentam a partir de uma nova perspectiva.

Santos (2013) afirmou que esses novos movimentos sociais lutam por uma emancipação pessoal, social e cultural e não mais política. Não são formados por classes sociais, mas por grupos sociais. Não reivindicam a concessão de direitos, mas “[...] exigem uma reconversão global dos processos de socialização e de inculcação cultural e dos modelos de desenvolvimento, ou exigem transformações concretas imediatas e locais” (SANTOS, 2013, p. 261). Essas exigências, nos dois casos, “[...] extravasam da mera concessão de direitos abstractos e universais” (SANTOS, 2013, p. 261). E, por fim, ocorrem nos limites da sociedade civil e não do Estado.

De acordo com Santos (2002), as iniciativas, as organizações e os movimentos conseguiram atingir um grau mais elevado de densidade organizativa e de consolidação, principalmente, em algumas áreas: democracia participativa; sistemas alternativos de produção; multiculturalismo progressista, justiça e cidadania cultural; defesa da biodiversidade e dos conhecimentos comunitários contra o regime da propriedade intelectual; e novo interacionalismo operário. Os novos movimentos sociais tentam combater a excessiva regulação da modernidade por meio de um novo conjunto de relações entre a subjetividade, à cidadania e a emancipação.

Referências

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Democratizar a democracia**: os caminhos da democracia participativa. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 13-38. (Reinventar a emancipação social: para novos manifestos, 1).

_____. **Para um novo senso comum**: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011. cap. 1 e 6. (A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência, 1).

_____. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2013. cap. 9.

_____. **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 13-22. (Reinventar a emancipação social: para novos manifestos, 2).

A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E OS MOVIMENTOS SOCIAIS DE ACORDO COM MANUEL CASTELS

ANGÉLICA MASSUQUETTI¹²²

LUIZ VALDEMIR RIBAS DA CRUZ JUNIOR¹²³

Resumo: O objetivo do estudo foi descrever como os movimentos sociais se apresentam no contexto da sociedade da informação de acordo com Manuel Castells. A investigação da produção do conhecimento acerca deste tema possibilitou identificar que esta sociedade está emergindo de transformações nos campos econômico, social, político, tecnológico e cultural e que novos movimentos sociais estão surgindo como resultado desse processo. Quanto aos movimentos sociais ou projetos culturais que são construções das identidades próprias da era da informação, percebe-se que sua origem não se encontra nas instituições da sociedade civil, mas em uma lógica social alternativa.

Palavras-chaves: sociedade da informação; globalização; identidade; movimentos sociais; Manuel Castells.

Abstract: The aim of this paper was to describe how social movements are presented in the context of the information society according to Manuel Castells. The investigation of the production of knowledge on this subject possible to identify that this society is emerging from changes in the economic, social, political, technological and cultural fields and that new social movements are emerging as a result of this process. As for social movements or cultural projects that are construction of own identities of the information age, it is clear that its origin is not in the institutions of civil society, but in an alternative social logic.

Keywords: information society; globalization; identity; social movement; Manuel Castells.

1. Introdução

A sociedade da informação pode ser percebida mediante a recomposição da sociedade a partir de novos modelos baseados nas tecnologias da informação e da comunicação. De acordo com Castells (2007), a sociedade, oriunda das transformações econômicas, tecnológicas e culturais é capitalista e informacional e o Estado possui uma função central neste processo.

Castells (2009) afirmou que essa sociedade é o resultado da interação de três processos distintos, que são a revolução no campo da

122 Doutora em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Professora no Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (PPGE UNISINOS) (São Leopoldo/RS, Brasil). E-mail: angelicam@unisinobr

123 Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (PPGE UNISINOS) (São Leopoldo/RS, Brasil). E-mail: luizvrc.jr@gmail.com

tecnologia da informação e a crise do capitalismo no âmbito econômico (e a reestruturação dos dois processos) e a expansão de movimentos sociais culturais. A consequência desta interação é o surgimento de uma configuração da sociedade, representada pela sociedade em rede, pela economia informacional/global e pela cultura da virtualidade real. Castells (2008) enfatizou que a tecnologia da informação e o processo de reestruturação do capitalismo foram essenciais para o surgimento da sociedade em rede.

O contexto de globalização e de informacionalização, segundo Castells (2008), está reduzindo os instrumentos de controle da sociedade e de representação política, já que está ocorrendo uma aceleração do tempo histórico e uma dispersão do poder. O resultado disso, de acordo com o autor, é que a ordem global passa a ser contestada pelos projetos alternativos. A revolução tecnológica, o processo de transformação do sistema capitalista e a emergência de expressões de identidade, no âmbito coletivo, contrárias ao processo de globalização e orientadas para uma afirmação da singularidade cultural, são integrantes dessa sociedade, não homogêneas, pois seguem as especificidades das diferentes culturas.

Nesta sociedade, segundo Castells (2007), há uma configuração da estrutura social, marcada por questões relacionadas ao gênero, à construção da identidade, aos movimentos sociais, às alterações no processo político, às transformações do Estado, à cultura e ao poder, entre outros. No que tange aos movimentos sociais, Castells (2008) foi enfático ao dizer que o processo de globalização não anulou a existência de atores políticos e que o novo contexto promoveu a criação de novos espaços. Contudo, isto estaria ocorrendo num processo histórico sem rumo previsto e caracterizado por elementos como capacidade de mobilização, criatividade e negociação, que são importantes instrumentos para alcançar um espaço na sociedade em rede. Para o autor, os movimentos sociais devem ser entendidos como a coletividade de determinado fim, onde o resultado é a mudança de valores, instituições e sociedade.

Neste contexto, considerando a configuração da sociedade, oriunda de transformações nos campos econômicos, social, político, tecnológico e

cultural, busca-se descrever como os movimentos sociais se apresentam no interior dessa sociedade: a sociedade da informação. A compreensão da perspectiva analítica da sociedade da informação e a análise dos movimentos sociais nesse contexto foram discutidas no decorrer deste artigo a partir do olhar de Manuel Castells em sua obra *A Era da Informação*.

2. Os movimentos sociais no contexto da sociedade da informação

Além das transformações no eixo econômico-tecnológico do sistema capitalista, inúmeras mudanças sociais estão ocorrendo na mesma intensidade, como as transformações na condição feminina no campo das relações, a conscientização sobre o meio ambiente, a crise de legitimidade dos sistemas políticos e a emergência de movimentos sociais transitórios, fracionados e locais (CASTELLS, 2007). Neste sentido, o autor assinalou que essas mudanças foram fundamentadas nas ideias que levaram aos movimentos culturais originados ao longo da década de 1960 e início dos anos 1970, que romperam com o modelo anterior, patriarcal e capitalista. Para Castells (2009), tais mudanças levaram à consolidação da autonomia individual em contestação a função do capital e do Estado e imprimiram um novo papel à identidade na construção da sociedade.

Castells (2008), ao analisar os movimentos sociais, considerou alguns aspectos de cunho metodológico que devem ser ressaltados:

1. Devem ser compreendidos como aquilo que definem e sua especificidade e interação com os demais processos sociais mantêm e alteram sua existência, em função desta mesma existência;
2. Não são idênticos, afetam a estrutura social de diferentes maneiras e são reflexos dos problemas da sociedade;
3. Foram inseridos em categorias que permitem defini-los segundo três princípios: identidade (autodefinição do movimento social), adversário (principal opositor do movimento) e meta (tipo de organização social desejada pelo movimento).

Em consequência do processo de desestruturação da sociedade em razão da mudança das suas estruturas organizacionais, da perda de legitimidade das suas instituições, do enfraquecimento dos movimentos sociais e da transitoriedade das expressões culturais, a constituição e o fortalecimento da identidade, coletiva ou individual, mostram-se como um dos princípios do significado social. A busca pela identidade e as transformações econômicas, tecnológicas e culturais estão marcando essa fase da história da sociedade humana (CASTELLS, 2007). Neste contexto social, as ideologias políticas no berço das instituições e organizações de diversos setores encontram-se sem significado verdadeiro.

As tecnologias da informação possibilitaram uma integração global das diferentes comunidades por meio de redes de informações. No entanto, esta ampliação das possibilidades de relações tem resultado num processo de afirmação de identidades primárias, ou seja, na predominância da identidade como fundamento organizacional dessas sociedades informacionais (CASTELLS, 2007). Tais padrões comuns permitem o encurtamento de distâncias e o estímulo a manifestações culturais locais provenientes do acesso à comunicação e das novas condutas sociais.

Em relação ao conceito de identidade, Castells (2007) afirmou que está associado ao movimento onde o ator se identifica e atribui significado às determinadas características, ou conjunto delas, em detrimento de referências amplas e de outras estruturas sociais. A afirmação dessa identidade tem substituído a concepção de luta de classe. A emergência de novos sujeitos, não vinculados à ideia de classe, é uma das características da sociedade informacional.

A tentativa de homogeneização imposta por esta realidade econômica, política, histórica, social e cultural fez emergir a questão da identidade como possível embrião de mudanças sociais e culturais. Essas manifestações identitárias podem ser classificadas, segundo Castells (2008), em três tipos e poderiam ser enquadradas na categoria de movimentos sociais: identidade legitimadora; identidade de resistência; e identidade de projeto. Alguns desses movimentos poderiam ser inovadores, enquanto outros poderiam ser considerados conservadores.

As identidades legitimadoras, ligadas às instituições dominantes, perderam seu espaço, já que as instituições e as organizações da sociedade civil, pautadas no Estado democrático e no contrato social, não foram aptas o necessário para aproximarem-se das vidas e valores das pessoas. Nesse mesmo contexto, percebe-se a emergência das identidades de resistência, contrárias aos fluxos globais e aos processos de individualismo extremo. Essas identidades não buscam transformar as instituições opressoras, já que não possuem força para isso, mas buscam uma autonomia como reflexo dessa própria resistência. Alguns exemplos de movimentos sociais que se enquadram nesta categoria são os movimentos feministas, de libertação sexual e ambientalista.

Na visão de Castells (2008), esses movimentos sociais rompem com o modelo tradicional imposto à sociedade civil, a partir da dissolução das identidades anteriormente legitimadoras e que agora se difundem em rede e contam com a individualidade dos projetos. Entretanto, elas estão desconectadas. De acordo com o autor, nesses movimentos sociais não há uma comunicação entre tais identidades, exceto na defesa de interesses específicos, principalmente, frente ao Estado, por terem na sua essência características distintas e por afastarem-se da individualidade das autodefinições. Neste sentido, existem duas grandes concentrações de identidades, uma formada pelos cidadãos do mundo, sem uma identidade específica, e outra formada por aqueles que lutam contra as privações de direitos econômicos, culturais e políticos, ou seja, atraem-se por uma identidade comunal.

É nesta realidade que surgem as identidades de projeto, como movimentos que, potencialmente, seriam capazes de renovar a sociedade civil e o Estado. De acordo com Castells (2008), as identidades de projeto são oriundas das identidades de resistência. Todavia, isso não implica que todas as identidades de resistência se tornarão identidades de projeto.

Os elementos que constituem a estrutura social da sociedade da informação, como a globalização, a reestruturação do sistema capitalista, a formação de redes de organizações, a tecnologia a serviço da tecnologia e a cultura da virtualidade real são as causas da crise vivida pelo Estado e

pela sociedade civil estruturados no modelo da sociedade industrial. É também o foco de organização da resistência, onde podem surgir novos projetos de identidade (CASTELLS, 2008). Este cenário, conforme indicado pelo autor, é onde as comunidades de resistência defenderiam seu espaço e ideias diante do pensamento dominante, presente na era da informação. Assim, tais comunidades representariam a manutenção da virtualidade real, perpetuando a história e as relações horizontais entre as pessoas, afastando-se das novas tecnologias presentes na era da informação.

A conclusão obtida por Castells (2008) acerca da emergência dessas novas identidades, resistência e projeto, no interior da sociedade em rede é de que as mesmas são o resultado da lógica dominante dessa própria sociedade, ou seja, o processo histórico pelo qual a estrutura social está sendo construída origina seus desafios e suas contradições. E é dentro desta estrutura social em construção que habita o “poder”. No entanto, este poder não está mais materializado no Estado, nas empresas capitalistas, na mídia ou nas igrejas, mas está presente nas redes globais de riqueza, poder, informações e imagens, e continua exercendo domínio sobre a sociedade. Castells (2008) segue afirmando que essa face do poder reside nas mensagens impostas a partir dos códigos de informação e nas imagens representativas. A partir destes fatores as sociedades se organizam e decidem seu comportamento. Logo, o poder seria visível e difuso, entretanto ele é inalcançável devido as incessantes manifestações e mutações dos códigos culturais da sociedade.

Por fim, cabe questionar acerca de quais movimentos sociais irão surgir como resistência ao processo de globalização, de reestruturação do capitalismo, de formação de redes organizacionais e ao informacionalismo. Segundo Castells (2008), o movimento trabalhista e os partidos políticos tiveram seus potenciais de resistência e de transformação sociais esgotados. Os sujeitos potenciais da Era da Informação poderiam estar divididos entre as feministas, os ecologistas, os fundamentalistas religiosos, os nacionalistas e os localistas, ou em novos sujeitos que ainda não surgiram. Mesmo com tantas diferenças nos movimentos estudados por Castells (2008), a utilização da comunicação “moderna” foi um ponto

comum, além de estarem estruturados num modo de organização e de intervenção descentralizada e constituída em rede.

3. À guisa de conclusão

A emergência de uma nova sociedade foi motivada pela revolução da tecnologia da informação que, por sua vez, promoveu o surgimento do informacionalismo como a base material desse novo mundo. Nesse novo modo de desenvolvimento, a capacidade tecnológica dos indivíduos e da sociedade é dada pela tecnologia da informação e a produção de riqueza. Por sua vez, a ação do poder e a geração de códigos culturais dependem dessa capacidade tecnológica. O novo capitalismo que surgiu é informacional e está estruturado na produtividade alcançada com a inovação e a competitividade direcionada para a globalização.

As transformações sociais oriundas da configuração da sociedade, a sociedade em rede, não são exclusivas do campo das relações sociais e das técnicas de produção, mas também afetam outros campos, como a cultura e o poder. Neste contexto de transformação da sociedade, no final da década de 1960 e no início da década seguinte, surgiram movimentos sociais de caráter cultural que buscavam transformar a sociedade civil ao invés de assumir o poder. O surgimento de uma sociedade está condicionado a uma transformação estrutural nas relações de produção, de poder e de experiência que, por sua vez, conduzem à emergência de uma nova cultura. Uma análise dessa sociedade possibilita pensar que estas transformações aconteceram nas últimas décadas e que esta estrutura social pode ser chamada de sociedade de rede.

No que tange ao campo das relações de produção, estas continuam sendo capitalistas, mas agora são informacionais. Os principais processos dessa economia informacional/global são a produtividade, oriunda da inovação, e a competitividade, originada da flexibilidade; a mão-de-obra é remodelada e preparada para uma redefinição constante das especialidades necessárias, é descentralizada e é individualizada; e o capitalista característico é representado pelas redes financeiras globais. As relações de poder também foram transformadas e o resultado disso pode

ser visto na crise vivida pelo Estado-Nação como entidade soberana e a crise da democracia política. Castells (2009) também destacou que os processos de globalização e de descentralização do poder podem gerar o Estado em rede.

Por fim, as relações de experiência sofreram transformações com a crise do patriarcalismo e das relações ligadas ao gênero e à sexualidade. Razões estruturais, relacionadas à economia informacional, e efeitos dos movimentos sociais, feminismo e liberação sexual, provocaram um amplo debate acerca da autoridade patriarcal. Este debate não é homogêneo na sociedade, pois se devem considerar as diferenças culturais/institucionais existentes.

Quanto aos movimentos sociais ou projetos culturais que são construções das identidades próprias da Era da Informação, percebe-se que a sua origem não se encontra nas instituições da sociedade civil, mas em uma lógica social alternativa: a lógica das redes globais. Os movimentos sociais, por sua vez, buscam a sua autonomia por meio da construção de identidades.

Referências

- CASTELLS, M. **A Era da Informação**: Economia, Sociedade e Cultura. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007. (A Sociedade em Rede – v. 1)
- _____. **A Era da Informação**: Economia, Sociedade e Cultura. 6 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008. (O Poder da Identidade – v. 2)
- _____. **A Era da Informação**: Economia, Sociedade e Cultura. 5 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009. (Fim do Milênio – v. 3)

INFLUÊNCIA DA MÍDIA PARA A CRIMINALIZAÇÃO DA JUVENTUDE: UMA ANÁLISE DAS NOTÍCIAS PUBLICADAS NO SITE DO DIÁRIO GAÚCHO

CAROLINE GONÇALVES NASCIMENTO¹²⁴

ALINE ACCORSSI¹²⁵

Resumo: Este artigo tem como finalidade refletir sobre como a juventude vem sendo representada pelo Diário Gaúcho (DG), através da análise de notícias com a temática da criminalidade e/ou violência. Essas notícias foram pesquisadas e selecionadas no site do referido jornal, no período de março a outubro deste ano. O critério para seleção foi escolher aquelas que obtiveram o maior número de comentários de internautas. O DG é conhecido por ser um jornal popular de grande circulação, direcionado a população de baixa renda. Com o passar dos anos, pesquisas mostram, que cada vez mais o jovem apresenta-se inserido no âmbito do crime, e conseqüentemente tem sua imagem citada por diversas vezes nas páginas policiais dos jornais. Neste estudo serão abordados os seguintes temas: mídia, criminalização, juventude e redução da maioria penal.

Palavras-chaves: Mídia; Criminalização; Juventude; Maioridade Penal; Adolescência.

Abstract: This article proposes to reflect on how the youth is being represented by Diário Gaúcho (DG) through the news analysis with the issue of crime and / or violence. These reports were researched and selected the site of the Journal, from March to October this year. The criterion for selection was to choose those that obtained the highest number of comments from netizens. The DG is known to be a popular mass-circulation newspaper, targeted at low-income population. Over the years, research shows that more and more young presents inserted under the crime, and consequently has its image cited several times in the crime pages of newspapers. In this study, the following topics will be covered: media, criminality, youth and reduction of criminal majority.

Keywords: Media; Criminalization; Youth; Criminal Majority; Adolescence.

Introdução

A legislação brasileira reconhece a adolescência como uma fase particular no desenvolvimento humano e indica um conjunto de medidas para a garantia de justiça e responsabilização quanto às conseqüências lesivas do ato infracional. Nesse sentido, o Estatuto da Criança e do Adolescente, instituiu medidas socioeducativas com vistas à responsabilização e recuperação social do/a adolescente infrator/a,

124Psicóloga pelo Centro Universitário La Salle (Canoas/RS, Brasil). Membro do Grupo de Pesquisa Mariposas. E-mail: carolineegn@gmail.com

125 Doutora em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil. Professora do Centro Universitário La Salle (Canoas/RS, Brasil). E-mail: aline.accorssi@unilasalle.edu.br

levando em consideração essa etapa de desenvolvimento psicológico, neurológico e social (BRASIL, 1990). Recentemente, o Estatuto da Juventude foi elaborado com o objetivo de consolidar os direitos da juventude e estabelecer diretrizes para implementação de políticas específicas para esse segmento – também indica que o direito à justiça seja garantido e que esteja em consonância com as especificidades da condição juvenil (BRASIL, 2013).

Mesmo com o surgimento desses estatutos e apesar dos grandes avanços nos últimos anos, ainda existem muitos desafios para a juventude no país. Milhões de adolescentes e jovens continuam a enfrentar problemas como a pobreza, o subemprego, o desemprego, a falta de educação de qualidade e o acesso limitado às ações, insumos e serviços em saúde.

A redução da maioridade penal opera em sentido contrário à normativa internacional e às medidas necessárias para o fortalecimento das trajetórias de adolescentes e jovens, representando um retrocesso aos direitos humanos, à justiça social e ao desenvolvimento socioeconômico do país. Salienta-se, ainda, que se as infrações cometidas por adolescentes e jovens forem tratadas exclusivamente como uma questão de segurança pública e não como um indicador de restrição de acesso a direitos fundamentais, o problema da violência no Brasil poderá ser agravado, com graves consequências no presente e no futuro (ONU, 2015).

Em tempo, desde 1993 o tema da redução da maioridade penal para 16 anos vem sendo discutido através de projetos de Emenda à Constituição (PEC). Hoje temos 29 propostas na Câmara dos Deputados e 11 propostas no Senado Federal, sendo que das 40 PECs, 24 falam apenas sobre a redução para 16 anos e as outras falam da redução apenas em crimes específicos. Atualmente essa proposta encontra-se aguardando Apreciação pelo Senado Federal (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2015).

Além desses desafios, adolescentes e jovens estão também expostos ao problema da violência, incluindo a violência letal. Apesar de serem apontados como os principais responsáveis pelas estatísticas

alarmantes de violência no Brasil, a juventude é mais vítima do que autora de violência (ONU, 2015).

Os indicativos apontam que o ser humano, tendo o seu desenvolvimento desde a infância, carente de parâmetros norteadores para uma vida digna, estabelece uma relação mediada pelas leis de sobrevivência de seu ambiente cultural com seus valores e regras diferentes e muitos acabam inserindo-se no âmbito da criminalidade. Por muitas vezes se questiona: o que de fato a sociedade vem fazendo para lidar com tais dificuldades?

Nosso objetivo com a presente pesquisa é refletir sobre como a juventude vem sendo representada pelo Diário Gaúcho (DG) através das notícias nele publicadas. Primeiramente começaremos estudando o conceito de mídia e suas características, bem como qual a sua influência para nós hoje? Que poder a mídia tem para influenciar as pessoas nos seus julgamentos e/ou modo de pensar?

Considerações sobre teóricas sobre a *mídia*

De acordo com Moreira (2010), *mídia* refere-se aos meios de comunicação em geral, que atingem a grande massa, abrigando, pois, os grandes veículos com reconhecida influência sobre as pessoas. O termo *mídia* está associado aos processos de produção, circulação e recepção de mensagens. O nascimento da mídia, como meio de comunicação em massa, representa um aspecto constitutivo da criação da sociedade em massa no fim do século XIX (SILVEIRA, 2004). Já, a mídia na contemporaneidade, engloba os veículos de notícias, o campo da publicidade, a produção de filmes, novelas e minisséries. Aparece, ainda, no campo da rede virtual, especialmente na internet.

A mídia tem grande influência na nossa própria subjetividade. Conforme Fonseca (2011), umas das principais funções da mídia é informar sobre os acontecimentos, levando às pessoas uma gama de dados que, sem esse serviço, não teriam condição de conhecer outras realidades que não as vivenciadas ou relatadas por pessoas próximas. Também podemos abordar a mídia a partir da perspectiva

funcionalista para verificar a maneira mais eficiente de transmitir uma mensagem, mas também se pode adotar um ponto de vista mais crítico. Em outras palavras, essa crítica destaca a fragilidade do indivíduo frente aos meios de comunicação (SILVEIRA, 2004).

O poder da mídia é um canal de extrema influência, pois é capaz de mudar o rumo de muitas questões importantes. Basta analisarmos a grande cobertura sobre a criminalidade, aquela praticada pela classe baixa, excluída do processo econômico, que induz sempre a necessidade de fortalecer as leis, prender mais, construir mais presídios, aumentar o número de policiais e equipar melhor a polícia, enfim as diversas medidas para uma maior repressão ao crime.

A análise aqui neste trabalho se refere, pois, especificamente às notícias com a temática da criminalidade e violência. Estes assuntos que já costumam ser bastante mencionados, ocupam hoje um espaço ainda maior de discussão. Esse aumento na discussão vem desde o surgimento dos primeiros movimentos a favor da redução da maioria penal, um divisor de opiniões da sociedade como um todo. Como podemos perceber este tema vem sendo abordado de diversas formas pela mídia no geral, e aqui com este trabalho, cabe analisar somente uma fonte midiática, o DG. A escolha por esse jornal se deu em virtude dele ser popular e de fácil acesso por conta do seu preço baixo.

Metodologia e discussão de resultados

Esta pesquisa fez uso do método qualitativo, pois buscou compreender e descrever os processos pelos quais os seres humanos constroem os seus significados (BOGDAN; BIKLEN, 1992). De acordo com isto, Minayo (1999) diz que o objeto das Ciências Sociais é essencialmente qualitativo, pois existe a preocupação em aprofundar os significados das ações e relações humanas, sendo um nível de realidade. Nossa opção por este método se deu na medida em que se buscou fazer uma apreensão do 'dito e não dito', focalizando, dessa forma, uma postura dialética frente às notícias analisadas.

A busca das notícias foi feita no site do jornal Diário Gaúcho, onde foram pesquisadas 50 matérias que tivessem a temática do jovem inserido em alguma situação de criminalidade e/ou violência. Foram escolhidas 10 notícias do período de março a outubro de 2015. O critério de escolha utilizado foi selecionar as notícias que obtiveram o maior número de comentários de internautas, baseando-se no fato de que essas notícias foram as que alcançaram um número maior de leitores. As notícias escolhidas foram trabalhadas a partir do referencial teórico da Hermenêutica de Profundidade (HP) de Thompson (1995).

O referencial teórico da HP, propõe uma análise em três momentos distintos e complementares das informações. No primeiro foi feita uma contextualização sócio-histórica do fenômeno em análise, buscando compreender as origens e a forma como se constituiu o fato social. No segundo momento, foi realizada uma análise formal das informações, que optamos neste trabalho por utilizar a metodologia da criação de categorias de análise. E por último, o terceiro momento, foi realizado o processo de interpretação/reinterpretação, que consiste em um novo movimento de pensamento para a construção de possíveis significados.

Essas fases não são processos isolados de um método sequencial, mas sim dimensões analiticamente distintas de um processo interpretativo complexo da constituição e propagação de formas simbólicas (THOMPSON, 1995). Dessa maneira, o processo interpretativo da HP trabalha com um campo pré-interpretado e, conseqüentemente, sempre corremos o risco de projetarmos um significado possível divergente ao significado construído pelos sujeitos que constituem o mundo sócio-histórico. A interpretação sempre será um processo arriscado, cheio de conflitos e, sobretudo, um campo nunca fechado em si mesmo.

A interpretação realizada se baseou no referencial teórico sócio-crítico que fundamenta nossa investigação. Sabemos que aventurar-se no campo interpretativo foi e é arriscado, mas o tomamos como algo fundamental; isto porque todo conhecimento é antes de mais nada um autoconhecimento.

Considerando que ao longo desse período, houve uma grande diversidade de notícias, buscarei nesse momento focar o olhar na direção de dois pontos centrais denominados aqui como categorias de análise. Tais categorias foram criadas a partir dos temas que mais chamaram a atenção nas diversas leituras do material e que poderiam ajudar a fazer essa análise. Em vista disso, as categorias selecionadas foram as seguintes: a culpabilização do jovem pela sua própria situação e a adolescência como uma fase em que o jovem já está pronto para decidir tudo na sua vida.

As matérias foram predominantemente do tipo reportagem, produzidas pela redação ou equipe de reportagem, por profissionais tendo como vínculo institucional o próprio jornal. Também tiveram matérias, onde colunistas dão sua opinião sobre tal assunto. Ambos os tipos de reportagens, refletem a posição do jornal sobre o tema. Nas matérias analisadas, foram identificadas duas categorias de análise, como forma de sintetizar essas informações. As categorias identificadas foram: a culpabilização do jovem pela sua própria situação e a adolescência como uma fase em que o jovem já está pronto para decidir tudo na sua vida.

A primeira categoria mostra como o jornal retrata a juventude brasileira. Escolhi a denominação “culpabilização x realidade”, pois é esse entendimento que o jornal transmite ao leitor. Em outras palavras, é como se o jornal dissesse: o adolescente é o culpado por hoje ter escolhido estar inserido nessa realidade. A pergunta que fica é: por que esse jovem escolheu essa realidade? O que faltou em sua educação para que percorresse tal caminho?

Conforme estatísticas da ONU (2015), cada vez mais o jovem encontra-se inserido no âmbito do crime, explicando assim o fato de nos depararmos tantas vezes com sua imagem exposta nas páginas policiais dos jornais, reforçando a ideia de que a realidade que estamos vivenciando é a da criminalização da juventude, porém, existem diversas formas de representá-lo nos jornais e em determinada notícia.

A segunda categoria mostra como o jornal retrata a fase da adolescência, como uma fase em que o adolescente já pode decidir tudo

de sua vida. Em virtude disso, fazemos um paralelo com a proposta de redução da maioria penal e o quanto essa mudança na lei seria efetiva para a sociedade, pois se esse jovem já está pronto para tomar certas decisões como se fosse um adulto, ele também pode se responsabilizar por qualquer ato infracional que venha a cometer. Ficamos com a sensação de que o jornal não reconhece as diferenças entre adolescentes e adultos que exigem do sistema jurídico respostas e intervenções distintas.

Existe uma grande cobertura sobre a criminalidade e o jovem, feita por diversos jornais e outros campos midiáticos, em virtude da proposta de redução da maioria penal e, ao lermos as matérias, constata-se que o poder de influência da mídia é muito grande e pode ir mais longe ainda, assim como também podemos ver a criação de estereótipos por parte da própria mídia, que categorizam os jovens de classe baixa como uma representação de perigo e/ou ameaça.

A criminalização da juventude por si só não dá destaque às matérias, pois não constitui a principal fonte nas peças jornalísticas. Constitui o objeto da nossa fonte de pesquisa, especialmente quando associada à violência. Assim, a violência é a via real de acesso do tema no jornal.

Contudo, pode-se afirmar que a mídia pode definir o conteúdo e a forma do pensamento e da ação do sujeito. De uma forma ou de outra, os meios de comunicação influenciam comportamentos e atitudes e são capazes de influenciar ou determinar identidades culturais e sociais.

Referências

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Qualitative Research for Education: An Introduction to Theory and Methods**. Ed. Boston: Allyn and Bacon, 1992.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm>. Acesso em: 24 set. 2015.

BRASIL. **Estatuto da Juventude**. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm>. Acesso em: 24 set. 2015.

CÂMARA DOS DEPUTADOS DO BRASIL. **PEC 171/1993**. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=14493>>. Acesso em: 15 out. 2015.

FONSECA, Francisco. **Mídia, poder e democracia: teoria e práxis dos meios de comunicação**. Rev. Bras. Ciênc. Polít., Brasília, n. 6, p. 41-69, Dec. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522011000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 09 nov. 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica**. Em: GUARESCHI, Pedrinho. Textos em Representações Sociais. Petrópolis: Vozes, 1999.

MOREIRA, Jacqueline de Oliveira. **Mídia e Psicologia: considerações sobre a influência da internet na subjetividade**. Psicol. Am. Lat., México, n. 20, 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2010000200009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 22 set. 2015.

ONU (Organização das Nações Unidas). **Adolescência, Juventude e Redução da Maioridade Penal**. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/06/Position-paper-Maioridade-penal-1.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2015.

SILVEIRA, Marcelo Deiro Prates da. **Efeitos da globalização e da sociedade em rede via Internet na formação de identidades contemporâneas**. Psicol. cienc. prof., Brasília, v. 24, n. 4, p. 42-51, Dec. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932004000400006>. Acesso em: 22 set. 2015.

THOMPSON, John Brookshire. **Ideologia e Cultura Moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis: Vozes, 1995.

VIDA PRECÁRIA, LUTO E MEMÓRIA: UM ENTRELACE POSSÍVEL? FERNANDA SANTOS CURCIO¹²⁶

Resumo: Partindo da reflexão sobre a vida precária, o objetivo do presente trabalho é compreender o porquê de certas vidas serem passíveis de luto, enquanto outras não, e como tais enquadramentos são feitos, a partir da constituição da memória no campo social. Como metodologia utilizada, realizou-se o levantamento bibliográfico de obras que auxiliassem na construção desta discussão, onde autores como Butler, Freud, Farias e Gondar direcionaram referido trabalho.

Palavras-chaves: Vida Precária; Luto; Memória.

Abstract: Departing from the reflection on the precarious life, the purpose of this study is to understand why some lives are liable to grief, while others do not, and as such frameworks are made from the constitution of memory in the social field. As the methodology used, was held the bibliographic survey of works that aided in the construction of this discussion, where authors such as Butler, Freud, Farias and Gondar directed this work referred.

Keywords: Precarious Life. Mourning. Memory.

1. Refletindo sobre a vida precária

Compreender o porquê de certas vidas serem passíveis de luto, enquanto outras não, e como tais enquadramentos são feitos, nos remete a um conjunto de questionamentos e reflexões que perpassam o campo da memória. Freud (2011) aponta que a “psicologia individual é também, desde o início, psicologia social”, seguindo esta lógica podemos perceber que é também no campo do social que certas teorias – costumamente utilizadas em uma perspectiva individual – mostram a sua pertinência para a compreensão da realidade na qual nós, seres sociais, estamos inseridos.

Poderemos iniciar esta afirmativa com a ideia do aparelho psíquico desenvolvido por Freud (1998). Aquele, para o autor, é um aparelho de memória, e, por conseguinte, um aparelho de linguagem. Desta forma, aferimos que os fenômenos psíquicos fundamentam-se diante da díade linguagem e memória. Seguindo esta ideia, Farias (2012) afere que Freud descreve a memória de dois tipos: a memória simbólica (rememorações),

126 Doutoranda em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro/RJ, Brasil). Bolsista DS CAPES. E-mail: nanda_fsc@hotmail.com

marcada pela possibilidade de sofrer ações do esquecimento; e aquela que está no plano do inconsciente, a memória propriamente dita.

Compreendemos, portanto, que é diante da multiplicidade dos aparelhos de linguagem (e de memória), que um novo aparelho pode ser formado. É na trama social que o ser humano se constrói, produz, reproduzindo e criando memórias. Dependemos do mundo a nossa volta – este que nos invade repetidamente ao longo da nossa existência, que nos ajuda nas interpretações e representações, que acaba sendo um produto de um campo inteligível – que provoca, engendra e enquadra nossas percepções sobre a realidade que nos apresenta. Partimos, assim, do entendimento, que vivemos num campo de interpretações sociais elaboradas, que nos faz compreender e perceber o mundo de forma seletiva, esmaecendo a sensibilidade a determinados fatos e práticas, e acentuando reações afetivas a outros.

As normas, por meio da repetição, agem produtivamente para constituir – ou não – alguns sujeitos, não apenas no passado, mas inevitavelmente através do tempo. Estas normas devem ser memorizadas, uma vez que a sua manutenção não é possível se as mesmas atuassem só uma vez. A memória, ou melhor dizendo, as memórias nos ajudam a conceber a temporalidade de nossas vidas, ligadas a uma ação contínua das normas do passado e do presente. Desta forma, entendemos que “a produção normativa do sujeito é um processo de iterabilidade – a norma é repetida e, nesse sentido, está constantemente ‘rompendo’ com os contextos delimitados como as ‘condições de produção’” (BUTLER, 2015, p. 237). Partindo desta ideia de iterabilidade percebemos as normas não mais como modos determinísticos.

Butler (2015), ao tratar da precariedade da vida, expõe esta realidade ao afirmar que “o corpo é um fenômeno social” e, ainda, que “está exposto aos outros, é vulnerável por definição”. Conseqüentemente, “sua mera sobrevivência depende de condições e instituições sociais, o que significa que, para ‘ser’ no sentido de ‘sobreviver’, o corpo tem que contar com o que está fora dele” (BUTLER, 2015, p. 58).

Poderíamos supor, diante de tal assertiva, que a vida e a sua manutenção não são fatos dados, como no caso da morte. Viver e sobreviver, perante suas características fundamentais – a imprevisibilidade e o inesperado –, não é se não muito mais uma casualidade, que um futuro certo e irremediável, que é a morte. Mais que isso, todos nós possuímos uma vida precária,

Afirmar que uma vida pode ser lesada, por exemplo, ou que pode ser perdida, destruída ou sistematicamente negligenciada até a morte é sublinhar não somente a finitude de uma vida (o fato de que a morte é certa), mas também sua precariedade (porque a vida requer que várias condições sociais e econômicas sejam atendidas para ser mantida como uma vida). [...] Isso implica estarmos expostos não somente àqueles que conhecemos, mas também àqueles que não conhecemos [...] (BUTLER, 2015, p. 31).

Nossa capacidade de sobrevivência está sujeita a relação com os outros, isso significa que “a minha existência não é apenas minha e pode ser encontrada fora de mim, nesse conjunto de relações que precedem e excedem as fronteiras de quem sou” (BUTLER, 2015, p. 72). Por conseguinte, tais fronteiras se manifestam numa função de relação, uma regulação da diferença, uma mediação no qual o sujeito está ligado ao outro.

O fato de o corpo invariavelmente se defrontar com o mundo exterior é um sinal do predicamento geral da proximidade indesejada dos outros e das circunstâncias que estão além do nosso controle. Esse “defrontar-se com” é uma das modalidades que define o corpo. E, no entanto, essa alteridade invasiva com a qual o corpo se depara pode ser, e com frequência é, o que anima a reação a esse mundo. Essa reação pode incluir um amplo espectro de emoções: prazer, raiva, sofrimento, esperança [...] (BUTLER, 2015, p. 58).

O corpo, para Butler (2015) é exterior a si mesmo. Isso significa dizer que ele se faz no mundo dos outros, temporal e espacialmente não controlável. Aqui conseguimos compreender que memória é capaz de

manipular um entendimento objetivo sobre a realidade. Partindo da afirmação de Gondar (2003), que a memória é um instrumento de poder, e que “todo poder político pretende controlar a memória, selecionando o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido” (GONDAR, 2003, p. 32), há uma criação processual, que não restaura um passado, mas sim, o reconstrói diante do ângulo do presente. Neste espaço certas vidas serão consideradas como mais dignas de proteção e subsistência, enquanto outras vivenciarão a precariedade de forma mais intensa. Estamos, aqui, diante da questão do reconhecimento.

Como nos esclarece Butler (2015), a potência epistemológica de apreender uma vida, decorre, em parte, de que tal vida seja constituída em convergência com as normas que a definem como uma vida ou parte da vida. Isso converge ao fato de que são os enquadramentos que agem no sentido de diferenciar as vidas que podemos apreender daquelas que não podemos. As normas novamente ganham força, na medida em que pelas suas repetições, levam à produção dos meios aos quais os sujeitos são reconhecidos.

Então, o poder de apreender aquilo ou não como vida advém de normas que facilitem o seu reconhecimento. Determinados sujeitos não são diretamente reconhecíveis como sujeitos, e, além disso, há vidas que improvavelmente são reconhecidas como vidas. Assim, podemos entender que, na verdade, a condição de ser reconhecido não é atributo dos seres humanos, “as normas da condição de ser reconhecido preparam o caminho para o reconhecimento, os esquemas de inteligibilidade condicionam e produzem essas normas” (BUTLER, 2015, p. 21).

É incontestável o fato de que tais normas não são deterministas. Ao abordarmos tal discussão por uma perspectiva foucaultinana, a trama normativa é marcada por jogos de força, em que os sujeitos são, antes de tudo, objetos de poderes, instituições, ciências e, principalmente, memórias. O poder não é apenas algo que se opõe ao sujeito, “el poder que em um princípio aparece como externo, pressionado sobre el sujeto, presionando al sujeto a la subordinación, asume una forma psíquica que constituye la identidad del sujeto” (BUTLER, 2011, p. 13). Mas, as normas,

além de serem construções sociais, não são fatos congelados, mas vivem num eterno movimento de instabilidade, em que a qualquer momento uma regra pode ser substituída, um ideal contestado, uma relação social transformada, novos espaços e modos de socialização criados.

Partindo do entendimento da Butler, compreendemos que a precariedade de nossas vidas não é algo que venha se desenvolvendo ao longo da nossa existência. Ela se dá, na verdade, simultaneamente ao nosso nascimento, em que a criança só sobrevive a partir de uma “rede social de ajuda”. É a inevitabilidade da morte que nos faz cuidar de uma criança e se importar com a sua vida.

É somente nos casos em que a perda tem importância que o valor da vida é reconhecido. A possibilidade de enlutamento é um determinante para qualquer vida que tenha importância. Freud (1996, p. 243) aponta que o luto “é a reação à perda de um ente querido, à perda de alguma abstração que ocupou o lugar de um ente querido, como o país, a liberdade ou o ideal de alguém, e assim por diante”.

Ao transpormos tal fenômeno à vida social, podemos realizar algumas aproximações. É possível o enlutamento de uma vida que não é reconhecida como tal? O luto importa a vida que já foi vivida e depreende que ela já tenha findado. A possibilidade de ser enlutada emana do surgimento e da preservação de uma vida, e mais que isso, daquela vida que é considerada vida, ou seja, que é reconhecida.

Partindo destas assertivas, Butler (2015) afirma que não possuindo a capacidade de enlutamento, o que está vivo não é considerado vida, em suas palavras, “ há uma vida que nunca será vivida’, que não é preservada por nenhuma consideração, por nenhum testemunho, e que não será enlutada quando perdida” (BUTLER, 2015, p. 33).

Isso significa dizer que certos sujeitos, ao longo de sua existência, não terão suas vidas reconhecidas por determinados grupos, e isso, além de intensificar a precariedade da vida, abafa o reconhecimento de memórias relativas a sua presença no seio da vida social. São marcas desta realidade a violência, a tortura, os extermínios, entre outros. Como podemos explicar que, diante dos “avanços” dos processos civilizatórios,

mantem-se a perpetuação de atrocidades e selvagerias, infligindo e destruindo vidas a qualquer custo?

É possível nos aproximar das reflexões de Freud ao examinarmos este fato. O autor, na obra *O Mal Estar na Civilização* salienta que o processo civilizatório se constitui como uma renúncia, como uma não satisfação de poderosos movimentos pulsionais, surgindo como reflexo o sentimento inconsciente de culpa. A agressão auto-dirigida necessita, aqui, ser lançada em direção aos outros de forma a preservar o ego da destruição da pulsão de morte. Percebemos que há um interesse do autor em investigar na cultura os efeitos da pulsão de morte, aquela, torna-se para Freud uma de suas referências essenciais (MEZAN, 1990). A pulsão age silenciosamente no psiquismo, manifestando-se amalgamada à pulsão de vida na figura de libido. Freud ao tratar sobre o tema concebeu que a pulsão de morte, além do sua capacidade traumática, apresenta-se, também, pelas sabotagens internas ao prazer. Estas se davam a partir da compulsão à repetição, agressividade e destruição.

É no campo da cultura que a agressividade – exteriorização libidinal da pulsão de morte – assumiria a consistência de um conflito (CAMPOS, 2013). A cultura na qual Freud dedicou suas análises não é a mesma que se apresenta para nós na contemporaneidade. São marcas desta nova realidade: decadência das instituições e dos ideais coletivos; objetificação do outro; potencialização do individualismo; transitoriedade dos valores; celeridade das experiências; e a extensão da violência.

Se a cultura é um espaço onde se forma o superego do sujeito, fornecendo, por meio de instituições e valores, sentido às identificações nas quais os seres humanos constituem o “eu” na e sublimação do seu desejo, neste meio social atual que nos salta aos olhos, em que o relativismo faz a sua marca: “a cultura da falta de limites, da violência e da predação do outro remete, portanto, a uma regressão narcísica dos modos de subjetivação contemporâneos” (CAMPOS, 2013, p. 20).

Se antes, na modernidade, os laços sociais constituídos pelos ideais culturais promoviam determinado controle, ligação e simbolização da pulsão de morte, o que vemos hoje, como afirma Campos (2013), é um

arrebetamento desta pulsão na figura da violência, acarretando a um narcisismo preocupante aos indivíduos. O narcisismo nesta nova realidade se mostra como “uma tentativa de ligação do excesso traumático da pulsão de morte por meio de um vínculo social com ou outro que não se cristaliza” (CAMPOS, 2013, p. 20). Para o autor, este narcisismo reativo, em oposição ao narcisismo constitutivo – aquele que estrutura a personalidade –, apresenta-se como um trauma que surge em uma “cultura sem amarras sociais”.

Diante desta realidade, Adorno e Horkheimer (1985) nos previnem que a violência perpetrada em nome da civilização mostra a sua natureza bárbara, na medida em que defende e isenta a sua própria violência pressupondo a sub-humanidade bárbara do outro contra o qual sua selvageria é praticada. Assim, “o desejo de cometer violência, portanto, é sempre marcado pela ansiedade de sofrer violência de volta, uma vez que todos os atores potenciais na cena são igualmente vulneráveis” (BULTER, 2015, p. 254).

Estamos assim perante a um verdadeiro paradoxo: a própria morte não alcança espaço para ser elaborada, ao passo que a morte do outro nos alicia cada vez mais. Como já eludimos anteriormente, não é possível reconhecer facilmente uma vida deslocada dos enquadramentos memorizados, estes que não somente elaboram a forma como podemos conhecer e identificar a vida, mas, sobretudo, servem como sustentáculo para essa mesma vida. A distribuição desigual da situação precária faz com que aquelas vidas que não são consideradas valorosas e eminentemente lamentáveis, logo não passíveis ao luto, faz com que tais experiências vivenciais suportem situações como morte, privação de direitos, maior exposição à violência e à morte.

Surge, neste momento, a imprescindibilidade de se remeter ao campo da memória, pois esta, sofrendo um eterno processo de construção e transformação, tem no durante seus conflitos, disputas e embates. Mas é também neste campo que se manifesta o ato criativo, onde o reconhecimento detém grande importância. Reconhecer a precariedade compartilhada por todos nós seres vivos nos faz caminhar por um ideal que

percebe o nosso compromisso normativo de igualdade e nos incita a lutar pela não violência – que não pode ser confundida como algo pacífico, mas sim, como entende Butler (2015), uma luta social e política – e por uma universalização mais resistente dos direitos fundamentais a nossa sobrevivência. Se o outro não pode ser visto ou ouvido não há uma relação ética.

O “conceito de memória, produzido no presente, é uma maneira de pensar o passado em função do futuro que se almeja” (GONDAR, 2005, p. 17), por conseguinte, a memória é uma categoria ética e política que manifesta em algo realizável e imaginável, que nos ajuda também na perspectiva de lutarmos na construção de reconhecimentos de vidas que já foram enquadradas como “perdíveis” e não passíveis de luto. Se tais vidas são consideradas acabadas e não objeto de lamentação, num processo de racionalização da morte nos quadros de guerra, sua destruição é tida como necessária para a vivência das vidas valorosas e enlutáveis. Devemos todos, diante da nossa responsabilidade enquanto seres com vidas precárias, atuar num movimento de desconstrução das normas excludentes com os quais estão fundamentados os planos da possibilidade do reconhecimento, planos estes que são invocados e memorizados por uma representação cultural que lamenta a perda de certas vidas e age com algidez a destruição de outras.

2. Considerações finais

É necessário que problematizemos a distribuição desigual do luto público – que é uma questão política – que seleciona a indignação e a lamentação a determinadas mortes e não a outras. Seguindo isto, importa a nós percebermos que nossas comoções não são “tão nossas”. Ela depende de apoios sociais para o sentir. Enquanto corpos, nós estamos expostos aos outros, isso pode ser condição do nosso desejo, por outro lado, abre espaço para a sujeição e crueldade, lembrando, claro, que não há uma determinação da forma política que isto irá assumir.

Além disso, é fundamental que tratemos da condição generalizada da precariedade e que visualizemos o sujeito em sua fragilidade, tais movimentos nos auxiliam a defender o valor e a dignidade da vida humana. É na existência da violência que a luta existe, e que se afloram novas possibilidades de não violência – que só é percebida na apreensão da igualdade diante da precariedade.

Referências

ADORNO, Theodor; ; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1985.

BUTLER, Judith. **Mecanismos psíquicos del poder**. Valencia: Ediciones de Cátedra, 2011.

_____. **Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CAMPOS, Érico. Considerações sobre a morte e o luto na psicanálise. **Revista de Psicologia da UNESP**, São Paulo, v. 12, n. 1, 2013. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/revpsico/v12n1/a03.pdf>. Acesso em 01 jul de 2016.

FARIAS, Francisco. Memória Social e temporalidade retroativa. In: PINTO, Diana; FARIAS, Francisco. **Novos apontamentos em memória social**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012.

FREUD, Sigmund. Carta 52. In: **Obras psicológicas completas** (v. 1). Rio de Janeiro, RJ: Imago, 1998.

_____. **Luto e melancolia**. Rio de Janeiro: imago, 1996. v.14.

_____. **Psicologia das massas e análise do eu e outros textos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

GONDAR, Josaida. Memória, poder e resistência. In.: GONDAR, Josaida; BARRENECHEA, Miguel. (orgs.). **Memória e espaço: trilhas do contemporâneo**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003.

GONDAR, Josaida. DODEBEI, Vera. (orgs.) **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005.

LACAN, Jacques. O Seminário, livro 7: **A Ética da Psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

MEZAN, Renato. **Freud, pensador da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

OS MONGES BARBUDOS DE SOLEDADE (BRASIL – RS): UM CASO DE VIOLÊNCIA POLÍTICA

FABIAN FILATOW¹²⁷

Resumo: O movimento dos Monges Barbudos ocorreu entre 1935 e 1938, em Soledade (RS). Sua origem está associada com a figura do monge João Maria, o qual teria estado na localidade e instruído uma nova religião. Reunindo um significativo número de membros o movimento despertou a atenção da comunidade local e das autoridades que recorreram ao uso da força militar para reprimi-los. O conflito ocorreu durante o ano de 1938, quando o grupo composto por camponeses se reuniu na capela de Santa Catarina a espera do retorno do *santo* monge. A repressão deixou um saldo de mortos e feridos, além do medo e da proibição da prática religiosa. Inseridos num contexto político complexo foram acusados de serem comunistas. Esse fato contribuiu para legitimar a ação repressiva orquestrada pelo Estado. Os Monges Barbudos foram reprimidos pelo contexto no qual estavam inseridos. Foram, assim, utilizados politicamente para dar estabilidade ao novo regime recém instaurado em 10 de novembro de 1937.

Palavras-chaves: Monges Barbudos; violência; história política; imprensa; Estado Novo.

Abstract: The movement of the Bearded Monks took place between 1935 and 1938, in Soledade (Rio Grande do Sul). Your origin is associated with the figure of the monk João Maria, which would have been in the locality and instructed a new religion. Bringing together a significant number of members the movement aroused the attention of the local community and of the authorities resorted to the use of military force to repress them. The conflict occurred in 1938, when the group composed of peasants gathered in the chapel of Santa Catarina waiting for the return of the Holy monk. The crackdown left a balance of dead and wounded, besides the fear and the prohibition of religious practice. Inserted in a complex political context have been accused of being Communists. Anyway, the Bearded Monks were repressed by the context in which they were inserted. Were used politically to give stability to the newly established regime in November 10, 1937.

Keywords: Bearded Monks, violence, political history, press, *Estado Novo*.

Introdução

O movimento dos Monges Barbudos ocorreu entre os anos de 1935 e 1938, no município de Soledade, interior do Rio Grande do Sul. Sua origem está associada com a figura do monge João Maria, o qual teria estado na localidade e instruído uma nova religião. Reunindo um significativo número de membros o movimento despertou a atenção da

¹²⁷Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Professor de História na Rede Estadual de Ensino do RS e na Prefeitura Municipal de Esteio. E-mail: fabianfilatow@gmail.com

comunidade local e das autoridades que recorreram ao uso da força militar para reprimi-los.

O conflito ocorreu durante o ano de 1938, quando o grupo composto por camponeses se reuniu na capela de Santa Catarina a espera do retorno do *santo* monge. A repressão deixou um saldo de mortos e feridos, além do medo e da proibição da prática religiosa. Inseridos num contexto político complexo foram acusados de serem comunistas. Esse fato contribuiu para legitimar a ação repressiva executada pelo Estado.

A violência política pode ser evidenciada também através da imprensa, na qual foram publicadas diversas reportagens sobre o conflito envolvendo os camponeses e os soldados da Brigada Militar. Podemos identificar a existência da acusação de que os membros do grupo religioso teriam alguma ligação com uma doutrina política estrangeira, sendo, assim, enquadrados como ameaça comunista à nova ordem instaurada com o golpe do Estado Novo. Neste sentido, os Monges Barbudos foram reprimidos pelo contexto no qual estavam inseridos, sendo utilizados politicamente para dar estabilidade ao regime iniciado em 10 de novembro de 1937.

Sobre a noção de violência

Uma contribuição para as reflexões sobre as relações entre violência e política está na distinção entre “ameaça de violência e violência em ato.” (STOPPINO, 1998, p. 1292). Segundo Stoppino, “a credibilidade da ameaça depende, por sua vez, de o ameaçado reconhecer que aquele que faz a ameaça possui os meios para efetuar-la, além de estar realmente determinado a fazê-lo.” (STOPPINO, 1998, p. 1293). Nessa perspectiva, identificamos a ameaça comunista no Brasil na década de 1930, principalmente após o levante comunista de 1935. O perigo comunista foi utilizado como esteio para muitas das decisões políticas adotadas no país naquele período. A ameaça de que os comunistas eram detentores de um plano e que estariam colocando em prática para tomar o poder no Brasil contribuiu para o uso legítimo da violência em prol da segurança nacional. Nesse contexto, a ameaça comunista tornou-se um lugar comum no qual

todos os possíveis adversários do Estado poderiam ser enquadrados, recaindo sobre eles as formas de repressão legitimadas pelas leis regulamentadas naquele período.

Nesse sentido, é preciso ter presente a ameaça da violência, a violência em ato como punição e a violência em ato como ação demonstrativa. (STOPPINO, 1998, p. 1293). Essas três faces da violência podem ser identificadas na história política de Soledade. A repressão ao movimento dos Monges Barbudos pode ser interpretada a partir dessa noção, ou seja, a violência poderia ter servido, naquele contexto, como demonstração de força para possíveis adversários do Estado Novo, combatendo possíveis opositores identificados com a política regional vigente no período anterior ao golpe.

A violência nas páginas dos jornais

Segundo o jornal Correio do Povo (CP) era “um grupo de fanáticos, superior a mil, inclusive mulheres e crianças, invadiu os municípios de Soledade e Sobradinho, apossando-se da igreja Santa Catarina [...]” (CP, 21 ABR 1938, p. 16.) e “aquele povo estava tomado do fanatismo religioso.” (CP, 27 ABR 1938, p. 14). Temos a caracterização do estranho, do diferente, do exótico, que, quando não é menosprezado, é concebido como desprovido de capacidades, sejam de ordem intelectual, cultural ou social. Foram desqualificados como cidadãos, foram apresentados como violentos, “[...] alarmavam as populações de Sobradinho e Soledade.” (CP, 27 ABR 1938, p. 16). O capitão Riograndino da Costa e Silva, numa entrevista concedida após missão de reconhecimento no local, assim os descreveu: “[...] barbas compridas, cabelos grandes, com grande devoção religiosa, naturalmente deturpada, (...). Esse sentimento religioso inculcado naquelas pessoas ignorantes [...]. (CP, 27 ABR 1938, p. 14).

No jornal Kolonie, publicado em língua alemã em Santa Cruz dos Sul, localizamos a publicação de uma carta enviada do município de Sobradinho. “Mais uma vez chega ao nosso conhecimento um exemplo do fanatismo gerado pela credulidade de nossa população cabocla no mato e no campo, ainda hoje absolutamente esquecida no que tange à escola e à

educação.” (KOLONIE, 27 ABR 1938, p. 2.) As causas da ocorrência dos Monges Barbudos estariam associadas ao fato de serem “caboclos”, gente do “mato” e do “campo”, de serem portadores de “credulidade”. O caboclo é descrito como tendo uma “(...) aparência selvagem, ainda que de boa índole (...)”. (KOLONIE, 27 ABR 1938, p. 2)

Identificamos a presença da “teoria da falta”, ou seja, construção argumentativa na qual a justificativa utilizada para explicar a ocorrência de diferentes movimentos sociais estaria atrelada à ausência do Estado. Tal ausência seria expressa na deficiente assistência social, restrito acesso à educação, no precário serviço de saúde pública, na falta de amparo religioso etc. Essa forma interpretativa desconsidera a existência de uma longa tradição cultural presente na constituição desses grupos sociais, não considerando suas crenças populares e religiosas como expressão cultural de determinada localidade ou região.¹²⁸

O que temos demonstrado até o momento é a existência de *sinais* e *indícios* no sentido de Carlo Ginzburg (1989, p. 143–179). Ao serem questionados e interpretados, esses sinais e indícios contribuem para a construção de saberes e de informações. “O que caracteriza esse saber é a capacidade de, a partir de dados aparentemente negligenciáveis, remontar a uma realidade complexa não experimentável diretamente.” (GINZBURG, 1989, p. 152). Assim, é possível indicar que os Monges Barbudos já seriam conhecidos da comunidade antes de 1938. Por que não foram rejeitados pela comunidade anteriormente? Por que agora? Uma explicação possível pode ser indicada no contexto político, ou seja, um *santo* congregou o grupo e tivemos mais de mil pessoas reunidas na localidade; o conflito entre o grupo religioso e os moradores do sexto distrito; a questão do comunismo e disputas políticas entre Flores da Cunha e Getúlio Vargas.

Uma reportagem singular foi publicada no Correio do Povo em 27 de abril de 1938, estampada numa página inteira contendo fotografias dos monges presos e uma entrevista concedida pelo capitão Riograndino da

¹²⁸ Essa forma interpretativa foi rebatida por WITTER (2001 e 2007). Segundo a autora, o curandeirismo não ocupava um espaço deixado pelo branco, mas sim ocupava o espaço que sempre ocupou.

Costa e Silva, relatando sua missão em Soledade. A reportagem foi intitulada *Os fanáticos alarmavam as populações de Sobradinho e Soledade*. Há dados sobre a remessa das tropas, impressões do capitão sobre os Monges Barbudos, o trabalho de doutrinação, os motivos, que, segundo o entrevistado, teriam contribuído para os acontecimentos, os conflitos ocorridos e a pacificação da região. Destacamos a importância das imagens, o que nomeamos de a fonte dentro da fonte, ou seja, lendo a reportagem temos acesso a uma fonte rara imagens dos Monges Barbudos presos pelos policiais. Visualizamos as ações de repressão ao movimento, o tratamento e a humilhação a que foram expostos. Contribui para a singularidade desta fonte visual é sua inexistência nas demais fontes consultadas. Através da imprensa tomamos conhecimento de que “no mesmo dia em que se dera o fato, (...), o governo foi cientificado de tudo o que ocorria, em virtude de comunicação recebida dos delegados de polícia de Soledade e de Sobradinho.” (CP, 27 ABR 1938, p. 14).

De conhecimento de tais notícias, as autoridades do governo gaúcho resolveram enviar o delegado auxiliar capitão Riograndino da Costa e Silva para a Soledade. O envio era para “observar e colher impressões no local e ver se era possível apurar as origens dos fatos ali ocorridos, que pareciam ser de certa gravidade e podiam também assumir maiores proporções, pois, segundo informações, aquele povo estava tomado do fanatismo religioso.” (CP, 27 ABR 1938, p. 14.) Também o interventor federal coronel Cordeiro de Farias contribuiu para a ação: “a Prefeitura de Sobradinho, por intermédio do respectivo prefeito municipal, sr. Santo Carniel, também cooperou bastante no sentido de facilitar a ação do delegado auxiliar de acordo com as instruções recebidas do interventor federal.” (CP, 27 ABR 1938, p. 14). Retornando a Porto Alegre, Riograndino da Costa e Silva relatou ao capitão Aurelio Pi (chefe de polícia) e ao interventor o que observou, fazendo um amplo relatório verbal. (DN, 27 ABR 1938, p. 5.) Sobre a reunião ocorrida na capela do 6º distrito relatou,

[...] com a aproximação da semana santa correu o aviso por toda a região que deveriam visitar a capela de Santa Catarina, situada em Bela Vista. Assim, na

quinta-feira santa, à noite, começaram a chegar ali mulheres, homens, crianças e até famílias inteiras com chefes ou sem chefes, pois mais de um caso é conhecido de mulheres que abandonaram seus maridos, por estes não quererem acompanhá-las naquela estranha peregrinação de vagabundos. A chegada de numerosas pessoas a Bela Vista, como era natural, causou alarme entre os moradores do local. Sabia-se que elas vinham do município de Soledade e que muitas não eram moradores do distrito de Bela Vista. (CP, 27 ABR 1938, p. 14).

Riograndino informou ainda a ocorrência de um segundo confronto entre militares e os Monges Barbudos. Após o velório prolongado e o enterro de Tácio Fiúza, os “denominados fanáticos” dispersaram-se para diversas regiões. Estes reapareceram no distrito de Jacuizinho, em Soledade. Nessa localidade se encontrava uma escolta com o delegado de polícia de Soledade. Nesse encontro ocorreu um novo conflito, resultando em um membro do movimento religioso ferido. Também relatou as providências tomadas com o propósito de evitar futuras reuniões do grupo religioso. (CP, 27 ABR 1938, p. 14).

Há informações de que alguns Monges Barbudos foram trazidos para Porto Alegre. “Chegou, preso, ontem, mais um Monge” (...) “(...) detidos alguns chefes, e enviados para esta capital, juntamente com a Santa Catarina.” (DN, 4 MAIO 1938, p. 4)

Numa entrevista, Frei Clemente relatou os Monges Barbudos,

O caso dos “fanáticos” de Soledade é, cremos, de junho último, muito novo ainda para que o público não o tenha perfeitamente lembrado. Verdade é que chegou a pensar, num dado momento, que o Estado se achava em face de uma questão delicadíssima, talvez capaz de provocar, antes de resolvida, efusão de sangue. Dir-se-ia algum novo Antônio Conselheiro a reunir bandos armados e alucinados, a fim de oferecer resistência à ação legal de repressão e disciplina. (...) Depois, entretanto, das medidas postas em prática no decurso do último inverno, quando se manifestou a existência dos chamados “fanáticos de Soledade”, resolveu o capitão chefe de polícia enviar à localidade onde estava sediado o grupo - 6º distrito de Soledade – o vigário daquela paróquia, frei Clemente, acompanhado de um inspetor da polícia, o sr. Sylvio Ronda, para averiguar “in loco” as

atividades dos “fanáticos”. Para ali dirigindo-se, demorou-se aquele sacerdote uma semana, tempo bastante para observar os hábitos, crenças e disposições dos inquinados desordeiros. (CP, 23 DEZ 1938, p. 5)

Identificamos ser o Frei Clemente uma pessoa influente: “Aceitei a missão com muito prazer, por partir do sr. capitão chefe de polícia e por ser eu muito amigo das autoridades do município (...)”. (CP, 23 DEZ 1938, p. 5) E, “regressando de sua missão, frei Clemente veio a esta capital, avistando-se ontem com o capitão Aurelio Py, chefe de polícia e com o dr. Coelho de Souza, secretário da Educação, expondo a ambos os resultados da visita que fez ao 6º distrito de Soledade.” (CP, 23 DEZ 1938, p. 5) Em sua entrevista relatou que já na sua apresentação descobriu que “(...) essas autoridades municipais queriam fazer uma farra, dando ensejo aos perseguidores daquela gente simples, (...) para saqueá-la, espancá-la e massacrá-la como até aqui tinha acontecido. (...) porque a força armada já estava pronta em Soledade para serem recomeçadas as mesmas atrocidades de outrora.” (CP, 23 DEZ 1938, p. 5)

Sobre a acusação de serem comunistas frei Clemente declarou:

Os monges da colônia das Tunas eram acusados de comunismo, saques, imoralidade, aversão ao trabalho e não pagamento de impostos. Quanto à primeira parte – comunismo – não há vestígio algum que a fundamente. (...) proclamam obediência absoluta às leis do Brasil e aos princípios gerais da Religião. Dizem que recebiam dinheiro dos comunistas. Eles me responderam que o pouco dinheiro que tinham, fora ganho com o suor do próprio rosto. Trata-se de gente simples e religiosa demais para entrar numa organização diabólica como o comunismo. (CP, 23 DEZ 1938, p. 5)

No final da entrevista informa sobre a prática da violência: “– Não vou relatar fatos em relação às violências da polícia, nas várias batidas, porque são impressionantes demais.” (CP, 23 DEZ 1938, p. 5)

Apontamentos finais

Demonstramos aqui ser possível identificar nas notícias publicadas nas páginas dos jornais o imaginário, os estereótipos e representações a

respeito dos Monges Barbudos. As versões divulgadas pela polícia e pelo pároco local de Soledade destacam a imagem do inimigo, do caboclo indolente, do ignorante, de pessoas desprovidas de cultura. Visões que contribuem para legitimar a repressão, a violência que foi imposta aos camponeses na Semana Santa de 1938 e nos meses que se seguiram, com a proibição e caça aos remanescentes do movimento que mantinham sua fé na figura taumatúrgica do *santo* monge.

Referências:

ELMIR, Cláudio Pereira. Armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. **Cadernos do PPG em História da UFRGS**. Porto Alegre, n. 13, dez. 1995.

ESPIG, Márcia Janete. O uso da fonte jornalística no trabalho historiográfico: o caso do Contestado. **Estudos Ibero-Americanos**. Porto Alegre: EDIPUCRS, v. 24, n.2, p. 269-289, 1998.

FILATOW, Fabian. **Do sagrado à heresia**: o caso dos Monges Barbudos (1935-1938). Porto Alegre, 2002. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, RS, 2002.

_____. **Política e violência em Soledade – RS (1932-1938)**. Porto Alegre, 2015. Tese (Doutorado), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Porto Alegre, RS, 2015.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. A imprensa como fonte: apontamentos teórico-metodológicos iniciais acerca da utilização do periódico impresso na pesquisa histórica. **Bilros**, Fortaleza, v. 4, n. 6, p. 11-29, jan.- jun. 2016.

MONTEIRO, Charles. História e Fotojornalismo: reflexões sobre o conceito e a pesquisa na área. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 8, n. 17, p. 64 - 89. jan./abr. 2016.

STOPPINO, Mario. Violência. In: BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. 11. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, vol. 2.

WITTER, Nikelen Acosta. **Males e epidemias**: sofredores, governantes e curadores no sul do Brasil (Rio Grande do Sul, século XIX). Tese (Doutorado), Universidade Federal Fluminense - UFF, Niterói, RJ, 2007.

Fontes:

Correio do Povo (CP), Porto Alegre (1934-1938).
Diário de Notícias (DN), Porto Alegre (1934-1938)
Kolonie, Santa Cruz do Sul (abril de 1938).

A EXPERIÊNCIA TRAUMÁTICA DO ABANDONO NA VIDA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL

GLÁUCIA REGINA VIANNA¹²⁹

SOFIA DÉBORA LEVY¹³⁰

FRANCISCO RAMOS DE FARIAS¹³¹

Resumo: O presente estudo visa refletir sobre a infância e adolescência vividas em situação de vulnerabilidade social. Compreendemos que ambas as fases do desenvolvimento são de extrema importância na formação do sujeito, necessitando de cuidados específicos da família e de toda a sociedade - acesso à saúde, escola e bens culturais que permitam formar um cidadão pleno de possibilidades. Contudo, observamos que grande parte desses direitos é negada às classes mais baixas da população; e mesmo tendo leis que amparem a causa da criança e do adolescente em vulnerabilidade social, elas não são suficientes para retirá-los das ruas. Com bases nessas indagações, percebemos a necessidade de desenvolver um estudo de cunho interdisciplinar que nos permita compreender, dentro de uma visão pluridimensional, os efeitos do abandono do Estado frente a essa questão.

Palavras-chave: experiência traumática; abandono; infância; adolescência; vulnerabilidade social.

Abstract: This study intends to think about childhood and adolescence lived in social vulnerability situation. We understand that both phases of development are extremely important in one's constitution, demanding special cares from the family and whole society – access to health, school and cultural goods that allow forming a citizen with full opportunities. However, we notice that great part of those rights is denied to lower classes of the population; and even with laws that support children and teens in social vulnerability matter, they are not enough to remove them from the streets. Based on such questions, we realized the need to develop a study of interdisciplinary nature that allows us to understand, in a multidimensional vision, the effects of State abandonment in face of that question.

Keywords: traumatic experience; abandonment; childhood; adolescence; social vulnerability.

Introdução

¹²⁹ Pós-Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Psicóloga Clínica (Rio de Janeiro/RJ, Brasil). E-mail: vianna.glaucia@uol.com.br

¹³⁰ Pós-Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Psicóloga Clínica (Rio de Janeiro/RJ, Brasil). E-mail: sofiadebora@hotmail.com

¹³¹ Doutor em Psicologia Clínica pela Fundação Getúlio Vargas. Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro/RJ, Brasil). E-mail: frfarias@uol.com.br

A infância e adolescência em situação de vulnerabilidade é um sintoma social da grave crise ética e política em nosso país, parte de um processo de abandono, exclusão e segregação que atravessa várias gerações. Mais de um terço das famílias brasileiras encontram-se abaixo da linha da pobreza, vivenciando ciclos de pauperização, em que os processos migratórios, pressões sociais, fragmentação dos vínculos afetivos, perda da função do chefe provedor, trabalho precoce dos membros mais jovens, desencadeiam situações de violência, abandono e desassistência, dando origem a uma legião de meninos e meninas abandonados à própria sorte, ameaçando a “ordem instituída”. Agrupados em bandos pelas cidades, entregam-se à prostituição e às drogas, e acabam por se envolver no submundo do narcotráfico, tendo uma média de vida muito curta.

No âmbito familiar, na maioria dos casos o abandono ocorre com filhos de pais que também foram criados sob a égide da violência, submetidos a constantes experiências traumáticas como espancamentos e violações - situações físicas e psicológicas que produzem estados de impotência - e não conhecem outra forma de educar seus filhos. Devido a constantes exposições à violência, ocorre uma dificuldade significativa na formação de vínculos de natureza afetiva. Desse modo, já existe uma grande desvantagem social, em termos de fragilização dos vínculos afetivos, relacionais e sentimento de pertencimento microsocial, formando sujeitos com baixa autoestima, reforçada pela miséria material e afetiva, dando origem a histórias de vida esfaceladas, marcadas por exploração e desigualdades sociais, pertencendo a um ambiente de negação de direitos, tendo suas realidades a quilômetros de distância de saber o que é a paz e a possibilidade de um mundo melhor. Nas comunidades da cidade do Rio de Janeiro, nas quais vivem, são escassas as expressões culturais como teatros, cinemas, salas de dança, oficinas musicais e literárias, praças de esporte e até mesmo escolas, enfim, tudo aquilo que possibilitaria oportunidades para um futuro mais promissor e um presente mais leve, com espaços para alívio das dores permanentes.

A violência contra a criança e o adolescente sempre esteve presente na sociedade e em diferentes classes sociais. No Brasil, um avanço importante para reconhecer crianças e adolescentes como cidadãos com direitos e deveres foi a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (BRASIL, 1990) - criado pela Lei 8.069 e que, em julho de 2015, completou 25 anos. Não obstante, por mais que o ECA estabeleça que todas as crianças têm direito à educação em seu sentido pleno, há uma total incoerência entre o estatuto e a realidade, indicando desacerto entre os níveis administrativos da Secretaria de Educação e a garantia de direitos estabelecidos pelo ECA. É mister esclarecer que o ECA nasce do Artigo 277 da Constituição Federal, o qual preconiza:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988, p. 1).

Todavia, apesar do avanço obtido a partir da proposição do ECA e mesmo tendo sido alvo de um processo de ampla discussão e participação da sociedade civil, principalmente dos movimentos sociais, o Estatuto vem sofrendo oposições de várias ordens. A resistência e o pronunciamento de críticas contra a garantia de direitos das crianças e adolescentes apresentam traços históricos e culturais. Historicamente, nos reportando ao período medieval, tomando como base os estudos de Philippe Ariès, vemos que, em sua obra *História social da criança e da família*, por intermédio da iconografia da época, o autor faz uma minuciosa pesquisa e aponta que havia uma falta de sentimento para com a infância, onde a criança mal adquiria um desembaraço físico era logo inserida no mundo dos adultos, partilhando dos seus trabalhos e jogos:

A infância era apenas uma fase sem importância, que não fazia sentido fixar na lembrança. A importância atribuída aos corpos das crianças mortas também demonstrava bastante esse descaso: o hábito de

enterrar em casa, no jardim, a criança morta sem batismo [...] as crianças mortas muito cedo era enterradas em qualquer lugar, como hoje se enterra um animal doméstico. (ARIES, 1978, p. 52).

Somente no séc. XVII ocorre uma mudança significativa na sociedade, em termos de valorização do sentimento de infância, bem como o surgimento da ideia de que a infância constitui uma etapa diferenciada da vida adulta, denotando que o sentimento de infância e adolescência, tal qual concebemos, foi oriundo de um processo de evolução no decorrer dos séculos, uma construção social principalmente no que tange à maneira como a criança passa a ser vista socialmente e tratada pela família. Todavia, embora tenham ocorrido tantas mudanças em relação à educação, roupas, jogos, enfim, tudo que pudesse diferenciá-la do mundo adulto, e o reconhecimento social da especificidade dessa fase, ao nos reportarmos às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, e observar o abandono, violência e banalidade, parece ter ocorrido um processo de involução do sentimento de infância, ver crianças e adolescentes completamente drogados parecendo espectros, tornou-se tão banal que não permite a sociedade vê-los como crianças, não desperta o sentimento de infância. Outrossim, o sentimento de medo e ódio que resulta numa dinâmica de agressão e contra agressão.

No Brasil, os direitos das crianças e adolescentes vêm sendo retirados tendo como base o Código do Menor, o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), Fundação Nacional do Bem Estar do Menor (FUNABEM), que trata as crianças em vulnerabilidade social como criminosas, extinguindo ainda mais seus direitos. Essa história, recente no nosso país tem suas expressões até os dias atuais, não deixando de existir porque o ECA entrou em vigor. Essa luta para que os direitos das crianças e adolescentes sejam assegurados é diária.

O Estado, por sua vez, destina instituições voltadas a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, como a Vara da Infância e Juventude, onde essa população permaneceria sob tutela e proteção do Estado, cuja finalidade maior seria possibilitar condições

dignas, que lhes permitisse fazer outras escolhas na vida que não a eleição pelo mundo do crime. Todavia, não há garantia de que os direitos da criança e do adolescente serão efetivados, pois existem sérias questões estruturais como a falta de conhecimento sobre crianças e adolescentes em situação de risco social e também questões sociais como a discriminação de raça e gênero.

Não obstante, ainda temos que lidar com a violência da corrupção política em nosso país, que se manifesta sustentada por uma cultura dominante perversa, a qual é capaz de desviar bilhões de reais, necessários à realização de políticas públicas, deixando as classes mais necessitadas completamente à deriva. E o Estado, por sua vez, não garante os direitos fundamentais do cidadão, pois seus aparatos de repressão funcionam em defesa própria, e não da população. Com isso, diariamente trava-se uma guerra urbana, na qual são exterminados milhares de jovens, crianças, mulheres e negros, oriundos principalmente das camadas mais pobres da população. Conforme esclarece Wacquant, “a criminalização da pobreza e da miséria está relacionada à insegurança social gerada em toda parte pela dissocialização do trabalho assalariado, o recuo das proteções coletivas e a mercantilização das relações humanas” (WACQUANT, 2001, p.13), fazendo com que jovens sem perspectivas acabem como vítimas de vários tipos de violência, causadas não só pelo tráfico, mas também pelo Estado.

Observa-se que, nas periferias urbanas, as estratégias e iniciativas governamentais são ancoradas no uso da força e repressão; e as intervenções adotadas pelo Estado e seus aparelhos institucionais promovem a intimidação e a revolta popular. Nesse contexto, muitos adolescentes são estigmatizados como perigosos e antissociais, e o tratamento dispensado reflete uma política histórica de intervenção pela violência e não por medidas socioeducativas. Segundo Erving Goffman (1980), estigma é um atributo que torna o indivíduo, ou grupo, diferente dos outros elementos que pertencem à categoria da qual foi excluído. Este atributo passa a definir o indivíduo como sendo menos desejável ou até totalmente mau e perigoso, reduzindo-o de modo depreciativo, sem dar

chance de serem reconhecidas outras características, positivas e produtivas. As intervenções truculentas reafirmam o estigma que, por sua vez, atraem essas mesmas ações, num ciclo vicioso que se retroalimenta socialmente por anos a fio.

Para compreender um pouco mais acerca de como se dá esse processo de estigmatização, remontamos a Althusser (1992), que aponta alguns mecanismos utilizados pelo Estado, os quais ele denominou como os Aparelhos de Estado, classificando-os em Aparelhos Ideológicos e Aparelhos Repressivos. Aos primeiros, cabe manter a hegemonia da classe dominante com a propagação desse conjunto próprio de valores e atitudes, dando-lhes legitimidade dogmática, universal e perpétua. Isto significa dizer que a visão de mundo, ou ideologia particular da sociedade capitalista, é transmitida ao indivíduo desde o nascimento por esses aparelhos, tais como a família, a escola, a igreja, a mídia, e servem de base para a estruturação da subjetividade. Nesse contexto, os sujeitos são modelados pelos agentes coletivos da sociedade a que pertencem e, por meio deles, vão adquirindo a capacidade de apreender o mundo, ordenar as experiências vividas e interpretar o existir próprio e alheio - sempre com o juízo de valor pautado na percepção dada pela classe dominante.

Em se tratando de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, é necessário compreender que esses períodos da vida são caracterizados por intensas mudanças orgânicas, psíquicas e sociais, decorrentes da ação de hormônios e da aquisição de valores e referenciais de vida. Por isso, as crianças e os adolescentes vêm-se tornando presas fáceis das seduções da sociedade contemporânea.

A sociedade capitalista produz uma diversidade de comportamentos violentos, incitados midiaticamente em filmes, novelas, seriados, que incidem sobre a população infanto-juvenil como modelos a serem seguidos. Uma vez introjetados, esses modelos de comportamento são expressos nas situações cotidianas, visando à satisfação das necessidades materiais e aspirações ideativas que tanto acometem essa população.

O impedimento à satisfação das seduções do consumo, advindo da pobreza, proporciona um crescimento assustador do número de casos de violência produzida por crianças e adolescentes. A necessidade e a vontade de ter o que está na moda, “o que todo mundo tem”, não encontram freios facilmente nessa fase da vida. Ao contrário, a moda marca profundamente as aspirações dessas fases.

Considerando-se a importância da família, como sendo responsável pela inserção do sujeito na cultura, é imprescindível que ela proporcione à criança sentimentos de autonomia e segurança, primordiais para atravessar as várias fases da vida. Porém, é necessário ter a clareza de que essa criança já nasce em um ambiente de extrema pobreza, cujos direitos são extintos a cada dia - tanto dela como de toda sua família. E ainda, que ela e seus familiares, muitas vezes, possuem trabalho informal, ou até mesmo estão inseridas no mundo do crime, não tendo acesso à saúde, à habitação, ao transporte, à alimentação. Portanto, o que se pode esperar em termos de orientação familiar dada essa configuração? O ciclo de escassez e violência vai se repetindo transgeracionalmente.

Em nossas vidas, temos a influência do ímpeto capitalista pelo consumo, advindo da ideologia que forma as subjetividades dos nossos tempos. A todo instante somos impelidos pela mídia, por meio de propagandas que incitam o sujeito a adquirir bens de consumo sob a égide de serem realmente necessários à felicidade e bem-estar, sendo a posse deles a própria felicidade (LIPOVETSKY, 2004). Os apelos dessa sociedade, com seu discurso capitalista insuflado pelas classes dominantes e acatado pelas classes dominadas, reiteram a todo tempo que muito mais importante do que “ser” é “ter” – como há décadas já alertava Erich Fromm (1980) para essa armadilha da modernidade. Tudo isso não passa incólume, já que o desejo de possuir bens que acenam para uma falsa felicidade torna-se a mola mestra propulsora de nossa cultura e, por essa razão, o valor dos indivíduos é medido à proporção do valor dos objetos de consumo de que dispõem. Diante desse quadro, é inevitável não reforçar os sentimentos de baixa autoestima, de fracasso e de impotência, de exclusão desconfortável e inquietante. Esse sentimento de estar fora das

questões mais fundamentais da sociedade da qual se faz parte e, principalmente, de estar destituído das oportunidades de usufruir dos bens é, em síntese, um severo choque no que tange ao reconhecimento social, necessário a todo ser humano para se sentir pertencendo à sociedade, e não excluído da mesma.

O presente estudo longe de nos oferecer uma conclusão, lançou luzes para a compreensão desse fenômeno chamado: infância e adolescência em situação de vulnerabilidade social. Pensar o que leva essas crianças e adolescentes a preferirem a vida nas ruas, estando expostos a vários perigos e vicissitudes, em detrimento dos seus lares e das instituições do Estado e do Município destinadas a essa causa, nos leva a evocar uma visão pluridimensional, a qual aponta tratar-se de um problema de grandes proporções, oriundo de uma grave crise ética e política em nosso país, cujo sistema econômico neoliberal acharca e oprime principalmente as camadas mais baixas da população - justamente às quais essas crianças e adolescentes pertencem, tendo suas vidas marcadas pela exclusão e abandono desde tenra idade. Experiências traumáticas cujos resultados vemos respingados no meio social em forma de ódio, violência e segregação.

Referências

ALTHUSSER, Louis. Aparelhos ideológicos do Estado. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – Artigo 277. Brasília, DF, 1988. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/escolaqueprotege_art227.pdf.

Acesso em 16 de junho de 2016.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o *Estatuto da Criança e do Adolescente* e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 1990. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069Compilado.htm. Acesso em 16 de junho de 2016.

FROMM, Erich. Ter ou ser? 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

GOFFMAN, Erving. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

LIPOVETSKY, Gilles. Os tempos hipermodernos. São Paulo: Barcarolla, 2004.

WACQUANT, Loïc. Onda punitiva: o governo neoliberal da insegurança social. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

MODALIDADES DE INCLUSÃO SOCIAL ALIENADA: VIOLÊNCIA E CRIME

JOSÉ MAURO DE OLIVEIRA BRAZ¹³²

FRANCISCO RAMOS DE FARIAS¹³³

Resumo: O presente artigo tem por objetivo analisar a inclusão social da pessoa presa a luz da legislação vigente responsável por reger as atividades em instituições prisionais, mais especificamente pretende-se abordar a questão da inclusão alienada, à medida que o acesso a essas políticas só é efetivado mediante a realização de um crime. É nesse sentido que ocorre a inclusão social de forma alienada, contudo, mesmo assim trata-se de uma inclusão, na medida em que a pessoa está tendo acesso a uma rede de serviços que deveria ser ter sido disponibilizada pelo Estado antes desta pessoa cometer o crime. Possivelmente muitas das pessoas presas colocadas em liberdade cometem mais crimes motivadas pelo fato de poderem usufruir mais de seus direitos dentro do cárcere do que fora. Para que se chegue ao ponto que será foco do trabalho, devem ser abordadas as questões inerentes aos espaços de reclusão e isolamento, sempre primando pelo tratamento histórico dos fatos para entender como estes espaços chegaram à condição que atualmente nos é apresentada em termos de seus efeitos subjetivos. Posteriormente serão abordados alguns aspectos relevantes acerca dos direitos das pessoas presas; sobre a alienação e como ocorre esse processo no ambiente prisional, a fim de trazer à tona a estrutura na qual a pessoa é inserida sem que esteja consciente disso.

Palavras-chave: Violência; Memória; Alienação, Crime, Inclusão.

Abstract: The present article aims to analyze the social inclusion of people imprisoned in the light of present legislation responsible for ruling the activities in prison institutions, more specifically intends to address the issue of alienated inclusion, the extent that access to these policies is only confirmed by conducting a crime. Is in this sense that happens the social inclusion of an alienated way, however even so it is about an inclusion, to the extent that the person is having access to a network of services that should have been made available by the State before this person committing the crime. Perhaps, many of the prisoners placed in freedom commit more crimes motivated by the fact that they can use more of their rights inside the prison than outside. In order to reach the point that will be the focus of the work, the issues inherent to confinement and isolation spaces should be addressed, always excelling for the historical treatment of the facts to understand how these places arrived to the condition that currently is presented to us in terms of its subjective effects. After, will be addressed some relevant aspects about the rights of prisoners; about the alienation and how this process occurs in the prison environment, in order to bring to light the structure in which the person is inserted without being aware of it.

132 Mestre em Memória Social. Bolsista DS Capes. E-mail: jmobraz@yahoo.com.br

133 Doutor em Psicologia pela FGV. Professor da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: frfarias@uol.com.br

Keywords: Violence; Memory; Alienation, Crime, Inclusion.

1. Da história dos espaços de reclusão e isolamento

Ao observar a história da humanidade, pode-se constatar o seguinte fato: os sujeitos que incomodam e/ou atrapalham certas camadas da sociedade são afastados do meio social. Com isto, arrisco-me a afirmar que a reclusão de certas pessoas sempre existiu, conseqüentemente sempre existiram espaços de reclusão, e estes tinham como objetivo afastar os sujeitos tidos como inconvenientes pelo poder local. Chamemos aqueles que são excluídos de segregados, visto que de fato é isto que ocorre com eles, uma efetiva segregação, no sentido de separá-los do restante da sociedade. Ao lançarmos um olhar sob a história dos segregados, detecta-se na Idade Média, uma grande preocupação com a questão da exclusão, basicamente em função do surgimento e da rápida disseminação da lepra. Espaços de reclusão foram rapidamente criados e tiveram como principal argumento para a sua criação, a contenção da propagação deste mal. Tais espaços denominaram-se leprosários e foram construídos com o objetivo de separar o leproso do restante da população (FOUCAULT, 1996).

Ao final da Idade Média a lepra praticamente desaparece do mundo ocidental. Tal fato incorre no surgimento de uma série de estabelecimentos desprovidos de uso. Ao lançar olhar sob tais estabelecimentos observa-se que sua arquitetura prima para a segregação, logo, o mais lógico seria dar continuidade a utilidade deste espaço pelo viés que a própria estrutura disponibiliza. Se estas estruturas antes tinham o propósito de segregar, poderiam ser mantidas para a mesma finalidade, mudando apenas a categoria daqueles que seriam segregados. Diante de tal cena, tem-se que, os hospitais gerais, antigos leprosários, passaram a ser locais de exclusão destinados aos mais diversos sujeitos considerados inconvenientes ou desagradáveis como: portadores de doenças venéreas; miseráveis (pobres); vagabundos; prostitutas; alcoólatras; loucos; dentre outros. Esses sujeitos que expressam 'um modo de ser' ou um 'comportamento' diferente acabam por ser, geralmente, deixados a esmo por suas famílias, e assim

acabam sendo desaprovados moralmente em função de suas particularidades de vida (FOUCAULT, 1996).

O tratamento, ou seja, a cultura vigente dos estabelecimentos que isolavam socialmente o sujeito sempre esteve norteadada pelo enquadramento moral, primando pela correção de maus hábitos e de paixões excessivas (FOUCAULT, 1996). Fossem calabouços, prisões, hospitais gerais, enfim, independente da nomenclatura, esses espaços eram usados pela classe dominante para manter os indesejáveis afastados, porém vamos nos deter especificamente aos espaços prisionais, espaços específicos para conter os transgressores de determinadas normas sociais, conhecidos como criminosos.

No decorrer da história do criminoso, houve também diferentes construções acerca do crime. O ato criminoso, na antiguidade era caracterizado como algo que iria de encontro a vontade do rei e aquele que cometia tal ato era isolado e colocado à espera do suplício, que serviria de exemplo aos demais em se tratando de morte; caso contrário serviria não só de exemplo, mas também para transformar o caráter do criminoso pela punição. Atualmente, o criminoso é considerado como aquele que transgredir uma norma social específica e que assim contribui para a desordem social. As instituições prisionais criadas pelo homem variaram conforme o seu contexto sócio-histórico em aspectos diversos, como grandeza espacial, luminosidade, localização do espaço na cidade, e ações do encarcerador para com o encarcerado, contudo, um aspecto é constante, independente de qualquer modificação que a instituição sofra: o fenômeno da privação de liberdade.

A punição, outro ponto nevrálgico do funcionamento das instituições prisionais, pode ser aplicada das mais diferentes formas. A atividade laboral forçada era uma dessas formas e ainda hoje é utilizada por parte do globo. O trabalho foi escolhido para ser uma prática punitiva, pois segundo Faucher (1838) "o trabalho é a providência dos povos modernos; serve-lhes como moral que preenche o vazio das crenças e passa por ser o princípio de todo o bem" (apud, FOUCAULT, 2010). O trecho citado traz à tona a influência do pensamento iluminista que foi responsável pela

constituição de grande parte das ações políticas da modernidade relacionadas aos encarcerados. A motivação pela aplicação do tratamento e da imposição da atividade laborativa é produto direto da concepção acerca do ócio que, enquanto na Antiguidade era visto como dádiva e oportunidade de crescimento pessoal, após a Revolução Industrial, passa a ser considerado algo extremamente depreciativo, pois se o trabalhador está ocioso; não está produzindo, e para a lógica do capital, sem produção não há mais valia. Neste contexto surge, dentre outras possibilidades, a iniciativa de implementar atividades educativas no interior das prisões, seja para não promover o ócio, seja para transformar pela ação educativa. Essa educação poderia, a princípio, atuar tanto junto a atividade laboral, construindo um educação para o trabalho, quanto por si só, dando ênfase à escolarização.

A passos lentos a humanidade passou a ir na direção do tratamento do criminoso pelo viés dos direitos humanos. Assim diminuíram os castigos de caráter físico, e aumentaram as punições de caráter moral. No contexto da história das prisões observa-se que até recentemente os criminosos eram presos à espera de um castigo, porém com o advento da Modernidade, as prisões mudam a sua finalidade, para se converterem em espaços de punição visando à correção, com intuito de reinserir na sociedade aquele que transgride uma de suas normas. Fundamentada em preceitos considerados científicos, as prisões modernas, deixam de ter como princípio a privação de liberdade somada ao castigo físico e passar a dar ênfase ao primeiro (AGUIRRE, 2009).

Ainda com relação às prisões modernas, sua função, e o público alvo para o qual ela foi pensada, deve-se ter em mente o seguinte fato: todos que se encontram encarcerados, chegaram até lá, pois cometeram um ato de violência. Não um ato por si só, mas um ato de violência que está previsto em lei, uma violência que é percebida como uma alteração no status das coisas, como aquilo que se opõe a ordem, ao normal, conhecida por violência subjetiva (ZIZEK, 2014). Esse ato de violência, que transforma ordem em caos é o que permite que os sistemas de segurança

atuem sobre o sujeito, prendendo-o e confinando-o ao espaço conhecido como prisão.

A prisão, como toda instituição, precisa se manter útil, para que não chegue ao fim como ocorreu com os hospitais gerais. Para tanto necessita de uma memória convergente a ela, que propague sua existência. Costa (1997,) salienta que o ato da instituição de reproduzir a si mesma, produz memórias, uma delas a memória institucional, que se mantém por intermédio de um eterno movimento do que é instituído e o que vem sendo transformado – o instituinte. Este jogo pode ser compreendido sob duas perspectivas, a de uma memória-hábito que conserva e memoriza as condutas e comportamentos dos sujeitos sociais; ou como uma memória-arquivo, onde determinadas regras e informações devem ser constantemente recuperadas, para a manutenção de determinada ordem vigente. De acordo com Bergson (1990) o hábito é um tipo de memória, e por se tratar de um dispositivo que todos os seres humanos fazem uso, acaba por instaurar o que deve ser lembrado ou não. Berger e Luckmann (2004) compreendem que toda e qualquer atividade humana está sujeita ao hábito, sendo este reproduzido a partir das instituições. Assim, o hábito de repetição no âmbito carcerário é uma necessidade a ser apresentada cotidianamente para preservar a memória da instituição, bem como para transformar os instituídos.

Para pensa a Memória que é produzida no cárcere, deve-se em primeiro lugar romper com o silêncio e o esquecimento que são produzidos do lado de fora do ambiente carcerário (FACEIRA, 2016). Essa não é uma tarefa fácil, pois pode por vezes revelar dinâmicas e verdade que incomodam aqueles que passam a percebê-las. Mesmo assim, deve-se levar em consideração que “construir memória caracteriza então o humano em seus processos de socialização e aponta caminhos futuros, reconhecidos no passado e vivenciados no presente” (FARIAS, 2016, p. 79). Posto isto, retomando a análise das dinâmicas institucionais, chamo atenção para um processo intitulado mortificação do eu, nome dado a uma série de ações tomadas por parte da instituição prisional, e que pretende com tais atitudes

um tipo de ‘construção’ de um novo indivíduo, diferente daquele que adentrou a instituição (GOFFMAN, 1974). Como vimos qualquer instituição para se manter e se reproduzir precisa de uma memória convergente a ela e é justamente o que a prisão tende a realizar com seus encarcerados, onde, por sujeição vai aplainar as diferenças de uns com os outros e colocá-los na condição de iguais perante a realidade. Contudo, é necessário ressaltar que “para esquecer são necessárias forças muito intensas” (GONDAR, 2000), e enquanto a prisão está, por intermédio de suas dinâmicas, forçando um tipo de horizontalização da existência, os outros processos inerentes à prisão e previstos em lei, como educação, trabalho e assistências diversas, surgem para ‘embaçar’ este processo, pois passa, a tratar o criminoso (que na escola é aluno, no exercer do ofício é trabalhador) como sujeito que possui suas peculiaridades, a começar pela mais simples: um nome. Esta interferência que os serviços de assistência acabam por realizar na prisão é inevitável e vai obviamente interferir de forma incisiva na subjetividade dos encarcerados.

2. Dos direitos da pessoa presa

A prisão criada no estado moderno, assim como tantas outras instituições, é sensível às transformações sociais. O final do século XVIII foi marcado por movimentos em prol de melhores condições de vida e respeito ao ser humano. Somando-se isso às ideias iluministas e a propagação intensa dos ideais liberais, exultados pela Revolução Francesa, iniciou-se um forte movimento pregando a reforma das leis de administração da Justiça Penal, primando pelo reconhecimento dos encarcerados em instituições prisionais como sendo também seres humanos (JULIÃO, 2012). Nesse sentido, tais princípios contribuiriam para que o Estado olhasse para o criminoso não só como ser humano, mas também como ser de direitos, assim, trarei à tona o direito que diz respeito à educação.

Nacionalmente, a Lei nº 7.210 de 1984, a Lei de Execução Penal (LEP), em seu Artigo 11, prevê que as formas de assistência aos detentos são: “material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa”. A lei, originária de 1984, já apresentava avanços quando comparada ao

momento histórico da nação e tal fato se evidencia em função de a lei, mesmo tendo sido pensada pela classe hegemônica, para servir de instrumento sobre a classe não hegemônica (WACQUANT, 2003), atender a preceitos de necessidade humana como as mencionadas anteriormente.

A lógica acima mencionada foi uma das lógicas que orientou a maioria das leis criadas na nação brasileira. Para constatar tal fato basta constatar que, nas prisões brasileiras, a esmagadora maioria das pessoas presas é representada por homens negros, pobres e jovens, mais especificamente com idade entre 18 a 24 anos (DEPEN, 2014).

Apesar de a composição do sistema carcerário ter surgido da mente daqueles que comandam este sistema, o tempo fez com que a pessoa presa adquirisse status jurídico de sujeito de direitos. Sendo assim, a LEP, como mencionado, trouxe uma série de direitos em favor das pessoas presas. São eles: a) Direito à alimentação e vestimenta fornecidos pelo Estado; b) Direito a uma ala arejada e higiênica; c) Direito à visita da família e amigos; d) Direito de escrever e receber cartas; e) Direito a ser chamado pelo nome, sem nenhuma discriminação; f) Direito ao trabalho remunerado em, no mínimo, 3/4 do salário mínimo; g) Direito à assistência médica; h) Direito à assistência educacional: estudos de 1º grau e cursos técnicos; i) Direito à assistência social: para propor atividades recreativas e de integração no presídio, fazendo ligação com a família e amigos do preso; j) Direito à assistência religiosa: todo preso, se quiser, pode seguir a religião que preferir, e o presídio têm que ter local para cultos; e, l) Direito à assistência judiciária e contato com advogado: todo preso pode conversar em particular com seu advogado e se não puder contratar um o Estado tem o dever de lhe fornecer gratuitamente.

Obviamente, se na atualidade o Estado não é capaz de atender aos direitos da população não presa, muito menos atenderá aos da população presa, que no discurso social é percebida como uma população que não deveria ter direito algum. Chavões como “bandido bom é bandido morto”, ou “cometeu crime por que quis” são popularmente utilizados para tirar das pessoas presas os direitos que lhe são oferecidos. Posto isto, deve-se abordar o processo de alienação pelo qual estes sujeitos passam, e que

em virtude disto acabam por conservar uma dificuldade em retornar ao convívio social e viver sua vida nos moldes que a classe hegemônica da sociedade prega.

3. Do processo de alienação

A alienação é um conceito originalmente apresentado por Marx e primeiramente esteve relacionada ao trabalho. Para ele, o homem se humaniza, ou seja, consolida-se como ser humano, por intermédio do trabalho. Tal colocação, num primeiro momento satisfaz o entendimento acerca da importância do trabalho para o homem. Porém, levando-se em consideração que o trabalho é a capacidade de transformar a natureza em algo a seu favor, algo útil à sobrevivência ou a qualquer outra necessidade, percebe-se que os animais são dotados desta mesma capacidade. O trabalho torna-se então, o mediador universal na relação do homem com a natureza, na medida em que “ (...) o trabalho é, num primeiro momento, um processo entre a natureza e o homem, processo em que este realiza, regula e controla por meio da ação, um intercâmbio de materiais com a natureza” (MARX, 1996 p.188). As abelhas quando transformam os produtos recolhidos em suas atividades diárias em mel, exercem o trabalho, ou seja, transformam o pólen em mel, e nesse sentido, tanto o trabalho do homem quanto o do animal alcançam um patamar semelhante. Porém, quando Marx continua elaborando sua análise, ele conclui e apresenta que o homem não se faz homem pelo trabalho, mas sim que o homem é homem porque sabe o produto de seu trabalho. Trabalho todos os seres realizam, mas o homem é o único que consegue elaborar a produção de seu trabalho. Quando, por intermédio do trabalho, o homem pensa em construir uma casa, ele já materializa esta casa em pensamento. O produto já existe antes do início do trabalho, mas de forma abstrata. Quando um rato selvagem pensa em mudar-se de toca, ele não planeja o local nem a dimensão da mesma, apenas segue seus instintos para um local favorável e cava sua toca sem planejar seu tamanho ou dimensões anteriormente, quando ele perceber, por intermédio do instinto, que as dimensões da toca estão adequadas, ele para o trabalho.

A sociedade capitalista fez com que o trabalho, em determinado momento histórico, fosse setorizado. Com isso para produzir uma determinada peça, ou máquina, foram elaboradas etapas e em cada etapa de produção um ou mais trabalhadores atuavam. Ao final da linha de montagem o trabalhador que executou a primeira etapa de construção do objeto pode encontrar dificuldade em entender que ele, de certa forma, produziu aquele objeto final. Deste exemplo tem-se a base do conceito de alienação. Trata-se de compor um meio sem se dar conta de que o compõe enquanto sujeito ativo (MARX, 2004).

O estranhamento do trabalhador pode estar inclusive relacionado à sua função. Imaginemos que este trabalhador aperte o primeiro parafuso da primeira peça que servirá de base para a construção do chassi de um carro. É compreensível que o trabalhador demonstre surpresa ao ser informado como contribuiu com o processo de construção do carro, contudo, esse estranhamento será ultrapassado na medida em que o trabalhador toma conhecimento das demais etapas que compõem o processo de construção do carro, e que assim compreenda que ele é um integrante de uma grande linha de montagem.

Marx avança na abordagem acerca da alienação até que conclui que ela não se apresenta somente em relação à atividade laboral, mas também em relação à convivência do homem em sociedade. A “Alienação em relação aos outros homens” (MARX, 2004), trata-se da consequência óbvia da individualização e unilateralização da vida. Quando não se reconhece em seu aspecto mais fundamental, que é o trabalho, e quando ele não é reconhecido como parte essencial da vida humana e do ser humano enquanto espécie, então não só a própria vida é uma objetificação nociva, mas toda e qualquer vida já não tem seu significado.

Ser alienado enquanto parte da espécie humana implica em se alienar também dos outros. É neste momento que um mendigo na rua torna-se um ninguém ou um “pobre coitado”, ou que um criminoso torna-se um vagabundo, ou mesmo avaliar outros semelhantes como “recursos humanos”.

Conclusão

No interior do sistema penitenciário existe a previsão de direitos. Muitos das pessoas presas que integram o efetivo carcerário do estado do Rio de Janeiro somente tem contato com determinados direitos, pela primeira vez, no interior da prisão. Diversas pesquisas revelam o baixo índice de escolaridade do efetivo carcerário carioca e da mesma forma revelam que a escola no interior das prisões proporciona educação com a intenção de transformar por intermédio da construção do saber. Além da educação, por vezes é no cárcere que uma pessoa tem contato com o serviço de assistência social, ou até mesmo com serviço público de saúde, de prevenção às drogas, com o atendimento psicológico, etc.

Dai pode-se depreender que, apesar de estarem privados de liberdade, muitos acabam dentro da prisão tendo acesso a uma série de direitos dos quais foram privados na sociedade extramuro. Este é um dos aspectos da alienação que deve ser destacado. É importante que o preso perceba que, os mesmos direitos que não lhe são prestados fora da prisão, são prestados no interior da mesma. Uma das muitas contradições do ambiente carcerário. A alienação concretiza-se na medida em que a pessoa presa não percebe esta contradição e com isso não cobra do poder local a oferta dos direitos que estão disponíveis para os encarcerados, fazendo assim com que as chances de um sujeito vir a cometer um crime sejam brutalmente reduzidas.

Outro ponto relativo a inclusão social alienada da pessoa presa desrespeito ao acesso à educação. Apesar de a educação ofertada no interior das prisões ser um direito e, como mencionado, uma conquista para os presos que nunca tiveram contato com uma educação formal, ela acaba por se efetivar de uma forma alienada, na medida em que não dialoga com os acontecimentos e fatos que ocorrem na sociedade fora do presídio. No dia a dia a abordagem de conteúdo não dialoga com a problemática de estar preso, não provocando assim a reflexão. Muitos acabam por ir a escola para passar o tempo e não reconhecem nessa escola uma possibilidade para que, ao sair do cárcere, o preso tenha se

instrumentalizado para ter outra forma de ganhar a vida, alternativa ao crime. Ao não provocar a reflexão, a escola aliena.

A intenção desta reflexão foi trazer a tona que, a execução de um ato de violência, possibilitou que um sujeito tivesse acesso à direitos, contudo, essa aquisição não se dá, de maneira que ele consiga perceber que está inserido em um sistema que se repete secularmente, logo é uma inclusão social alienada, um acesso aos direitos pontual, que fora daquele meio poderá não existir, fazendo inclusive com que o preso que se veja no futuro em situação de liberdade recorra novamente a prática delituosa somente para retornar ao ambiente carcerário e estando uma vez lá poder desfrutar dos direitos que lhe são garantidos. Os avanços que a justiça penitenciária brasileira necessita são muitos, assim como os avanços que a sociedade brasileira precisa para alcançar um maior patamar de justiça e boa convivência social também são, afinal, não podemos permanecer conformados com o fato de que seja necessário cometer um crime para conseguir ter acesso a um direito fundamental em nossa sociedade.

Referências

AGUIRRE, C. Cárcere e sociedade na América Latina, 1800-1940. Em: MAIA, C. N. e outros (org.). **História das prisões no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

BERGSON, H. **Matéria e memória**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 2006.

BRASIL. **Lei nº. 7.210 de 11 de julho de 1984**. Institui a lei de execução penal.

COSTA, I. **Memória Institucional**. Rio De Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1997

DEPEN. Departamento. Penitenciário. Nacional; MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias INFOPEN**. Brasília, jun. 2014.

FACEIRA, L. Por mais longa que seja a noite, o sol volta sempre a brilhar! A memória rompendo o silêncio entre paredes do cárcere. **Revista**

Morpheus: estudos interdisciplinares em Memória Social. Rio de Janeiro: Híbrida, 2016.

FARIAS, F. R.; FACEIRA, L. Transmissão de saber e reforma disciplinar em escolas em prisões: Memória e construção subjetiva. **Revista Ciências Humanas - Educação e Desenvolvimento Humano.** São Paulo: UNITAU, 2016.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir.** Petrópolis: Vozes, 2010.

_____. **História da loucura.** São Paulo: Perspectiva, 1996.

FREUD, S. Algumas reflexões sobre a psicologia do escolar. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud.** Rio de Janeiro: Imago, 1995.

GONDAR, J. Lembrar e esquecer: desejo de memória. In: COSTA, I; GONDAR, J. (Org.). **Memória e espaço.** Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos.** São Paulo: Perspectiva, 1974.

JULIÃO, E. F. **Sistema penitenciário brasileiro.** Petrópolis: De Petrus et Alii, 2012.

MARX, K. **O capital.** São Paulo: Nova Cultura, 1996.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos.** São Paulo: Boitempo, 2004

WACQUANT, L. **Punir os pobres.** Rio de Janeiro: Revan, 2003.

ZIZEK, S. **Violência.** São Paulo: Boitempo, 2014.

INTERAÇÕES ENTRE: REPRESENTAÇÃO SOCIAL, MEMÓRIA SOCIAL E IDENTIDADE

KELLEN LAZZARI¹³⁴
ALINE ACCORSSI¹³⁵

Resumo: Este trabalho busca refletir sobre as relações existentes entre a representação social, a memória social e a identidade. Levando em conta a transdisciplinariedade desses conceitos, consideramos que a memória é um conjunto flexível de processos e de representações que produzem autopercepções. Onde as representações possuem um papel importante no sentimento de identidade, pois é com base nelas que as pessoas apreendem suas diferenças e semelhanças em relação ao outro (DESCHAMPS, 2014), é a partir delas e da memória que se constrói a “personalidade da pessoa” (TEDESCO, 2004, p. 93), ou seja, que construímos nossa identidade. Portanto, baseada nessa perspectiva, surge o nosso ensaio sobre as representações sociais, memória e identidade.

Palavras-chaves: representação social; memória social e identidade.

Abstract: This work aims to reflect on the relations existing between the social representation, the social memory and identity. Taking into account the transdisciplinarity these concepts, we consider that memory is a flexible set of processes and representations that produce self-perceptions. Where representations play an important role in the sense of identity, because it is based on what people perceive their differences and similarities in relation to another (DESCHAMPS, 2014), it is from them and from memory that builds the "personality of the person" (TEDESCO, 2004, p. 93), i.e., we build our identity. Therefore, based on this perspective, comes our essay on social representations, memory and identity.

Keywords: social representation, social memory and identity.

Introdução

Construímos representações porque necessitamos entender o mundo que nos cerca, verificar e solucionar os problemas que ele nos apresenta, por isso as representações sociais são tão importante na nossa vida, no dia a dia nos ajudam a tomar posições e a defendê-las frente ao mundo que compartilhamos com os outros (JODELET, 2002). Com base nisso e considerando que as representações têm um papel importante no sentimento de identidade, pois é a partir delas que as pessoas apreendem

¹³⁴ Especialista em Direito do Consumidor pela UFRGS e Mestre em Memória Social e Bens Culturais e Doutoranda em Memória Social e Bens Culturais pela Instituição Unilasalle, Canoas/RS. E-mail: kellenvl@hotmail.com.

¹³⁵ Psicóloga, Especialista em Gestão Social, Mestre em Psicologia Social e da Personalidade e Doutora em Psicologia. Instituição Unilasalle. E-mail: aline.accorssi@unilasalle.edu.com.

suas diferenças e semelhanças em relação ao outro (DESCHAMPS, 2014), surge o nosso ensaio sobre as representações sociais, memória e identidade.

Nesse sentido, Alba (2011), lembrando Moscovici, chama atenção para o “papel da memória social nas construções simbólicas que permitem ao homem contemporâneo compreender o mundo em que vive”. Pois, a memória é um conjunto flexível de processos e de representações que produzem autopercepções, onde nossas lembranças se formam no contato social que temos com as outras pessoas por meio das mediações comunicativas e culturais diversas, ou seja, a memória envolve também relações de socialização que podem ser estabelecidas nas afinidades (JEDLOWSKI, 2000).

Uma vez que a construção da identidade depende da interação do indivíduo com o meio no qual ele está inserido, além dele próprio (CIAMPA, 1989), podemos afirmar que a sociedade exerce influência sobre a maturação, desenvolvimento e personalidade do indivíduo (ERIKSON, 1972). Dessa maneira, não há como negar que “o processo de identidade se realiza pela vida inteira e é o resultado das representações que o indivíduo tem de si mesmo, seus projetos e expectativas de futuro em relação às experiências, que constituem sua própria história” (FERREIRA e FERREIRA, 2004, p. 376).

2. Representações sociais, memória social e as “bases identitárias”¹³⁶

Ao aprofundar seus estudos sobre como o passado é recordado no seio das famílias, grupos religiosos e classes sociais, Halbwachs (2006) argumenta que em qualquer análise sobre a origem das recordações pessoais deve-se tomar por base a influência que as instituições sociais, como o parentesco, a comunidade, a religião, a organização política e a classe social exercem sobre elas, e que a memória coletiva é o lócus de ancoragem da identidade do grupo, assegurando a sua continuidade no tempo e no espaço.

A força da influência da sociedade sobre as pessoas para Durkheim

¹³⁶ Termo utilizado por Candau, 2012.

é intensa, e se opera por meio da educação, onde a autonomia do indivíduo é praticamente uma “ilusão”, sendo “prisioneiros de sua própria cultura”. Já para Moscovici essa percepção de coerção não é tão forte, pois, para o autor, os indivíduos apesar de sofrerem a influência da sociedade, “têm o benefício do livre arbítrio”, constroem, então, suas representações com “certa flexibilidade, combinando diferentes conhecimentos a seu modo” (ALBA, 2011, p 401).

Nesse sentido, nossos pensamentos, “o poder das ideias” (MOSCOVICI, 2013), do senso comum, nossos conhecimentos são representações. Sendo as representações sociais elementos simbólicos que expressamos por meio do uso de palavras e gestos de como percebemos uma determinada situação, por exemplo (FRANCO, 2004).

Ao considerarmos as representações sociais - conceito concebido por Serge Moscovici nos anos de 1960 -, partimos do pressuposto de que elas são “entidades quase tangíveis, pois circulam, se entrecruzam e se cristalizam continuamente, através de uma palavra, dum gesto, ou duma reunião, em nosso mundo cotidiano”, sendo que em sua maioria, elas podem ser históricas” (DUVEEN, 2013, p.10). E são essas interações sociais que nos chamam atenção, pois possuem um papel importantíssimo na construção das nossas representações sociais e da memória coletiva, tendo em vista que a memória coletiva é um refazimento do passado que se constitui em uma “interação real ou simbólica com os outros” (ALBA, 2011, p. 419). Pois, a “representação é, fundamentalmente, um sistema de classificação e de denotação, de alocação de categorias e nomes” (MOSCOVICI, 2013, p. 62), e assim, através dela, poderemos entender melhor um grupo social, o mundo em que vivemos.

Logo, as representações sociais além de nos fornecer subsídios para entender as várias questões que nos cercam, também nos ajudam a saber como o sujeito (indivíduo ou grupo) realiza as suas definições, uma função de identidade, que é, segundo Duveen (2013), uma das maneiras como as representações expressam um valor simbólico. Ou seja, uma “forma de conhecimento prático conectando um sujeito a um objeto e quantificar esse conhecimento como prático, refere-se à experiência a

partir da qual ele é produzido, aos referenciais e condições em que ele é produzido e, sobretudo, ao fato de que a representação é empregada para agir no mundo e nos outros” (JODELET, 2002, p. 43 e 44).

A teoria das representações sociais (TRS) tem seu olhar voltado tanto para a influência do contexto social sobre os indivíduos como para a participação destes na construção da sua realidade social (SÁ, 1993). Tendo em vista que, essa construção da realidade social ocorre levando em conta o tempo e o espaço em que vivemos, pois a vida se desenrola no tempo e no espaço e vamos dando sentido a esses lugares e ao nosso tempo conforme os conhecimentos que adquirimos nesse caminhar, “as ordenações simbólicas do espaço e do tempo fornecem uma estrutura a qual aprendemos quem ou o que somos na sociedade” (HARVEY, 2000, p. 198).

Assim, podemos deduzir que, as formas temporais e espaciais estruturam não apenas a representação do mundo do grupo, mas o próprio grupo. “Halbwachs utiliza o termo representação como um mecanismo psicológico que participa no processo de reconstrução da memória” (ALBA, 2011, p. 416). O tempo e o espaço são marcos sociais que fornecem identidade e estabilidade ao grupo, onde a família, os grupos profissionais, educacionais e religiosos são os grupos mais importantes nos quais os indivíduos estão inseridos, e constituem marcos sociais mais localizados que o tempo, o espaço e a linguagem. Portanto, as recordações dos indivíduos são formadas a partir de quadros sociais fornecidos pelos grupos nos quais participa (HALBWACHS, 2006), sendo quadros sociais “um sistema de noções que determinam a forma de pensar do indivíduo” (ALBA, 2011, p. 408).

Salientamos que, o tempo e o espaço não podem ser compreendidos independentes da ação social (HARVEY, 2000), uma vez que o social intervém no nosso pensamento (ALBA, 2011). E nossos pensamentos são construídos com base nos conhecimentos que temos acesso, e “as formas tradicionais de pensamento ajudam a ‘ancorar’ o novo conhecimento [...] e nesse processo de ancoragem [...]” destaca-se a memória social nas construções simbólicas, que ajudarão o “sujeito

contemporâneo” a entender o mundo em que vive (ALBA, 2011, p. 393 e 394).

Candau (2012, p. 23) fala em metamemória, que é a representação que cada pessoa faz de sua própria memória, a “construção explícita da identidade”, e que seria na família que encontramos as “bases identitárias do sujeito”, onde as primeiras delimitações identitárias são elaboradas. Assim sendo, podemos dizer que, a memória está ligada ao sentimento de identidade, porém o sujeito administra as influências que lhe chegam de fora a fim de construir suas próprias recordações, logo, ele não se encontra totalmente submetido aos quadros sociais da memória, como pensa Halbwachs (POLLAK, 1992). O sujeito combinará, da sua forma, os conhecimentos e crenças que adquiriu no decorrer de sua vida (ALBA, 2011, p. 401).

Dessa forma, podemos dizer que a identidade reflete todo o investimento que fazemos ao longo do tempo na construção da nossa memória, sendo assim, a memória coletiva está na base da construção da identidade (HALBWACHS, 2006). Nesse sentido, Halbwachs (2006) e Moscovici (2013) falam que a sociedade não representa uma forma homogeneia, rígida e estática, porque os indivíduos e os grupos “imprimem nela heterogeneidade, flexibilidade e dinamismo (ALBA, 2011, p. 418). Portanto, entendemos que no momento em que buscamos identificar as representações de mundo a partir de distintas experiências de vida, torna-se importante analisarmos nossas memórias e suas alterações, para conseguirmos perceber o que, em um tempo e espaço determinados, pode influenciar na “construção” das representações sociais que temos do mundo em que vivemos.

Sob esse aspecto, podemos dizer que, as representações sociais existem na cultura e na mente das pessoas, expressando e estruturando identidades, assim como as condições sociais das pessoas que as reproduzem e as transformam (GUARESCHI, 2000). Portanto, analisar como as representações sociais são produzidas e reproduzidas irá nos auxiliar a entender como agimos e pensamos enquanto sujeitos sociais.

3. Considerações Finais

Refletir sobre as representações sociais e a memória nos auxilia, teoricamente, para o entendimento das identidades e do mundo que nos cerca. Porque não estamos isolados, estamos inseridos em uma cultura e em determinados grupos que nos fornecem uma carga de conhecimentos que ajudam a formar nossos pensamentos (MOSCOVICI, 2013).

Tendo em vista que a representação social usa de conhecimentos e de crenças sobre nós mesmos e sobre os outros, além de saberes e crenças sobre o mundo que nos rodeia, portanto, as representações poderão intervir no sentimento de identidade (DESCHAMPS, 2014), no dia a dia da vida das pessoas, na construção das suas identidades. Isso nos faz pensar na importância que as representações sociais exercem na vida de qualquer pessoa, ou seja, o quanto os conhecimentos que possuímos sobre várias questões, situações, conceitos refletem nas nossas relações sociais, na nossa vida diariamente.

4. Referências

- ALBA, Martha de. Representações sociais e memória coletiva: uma releitura. In: *Teoria das representações sociais: 50 anos*. Angela Maria de Oliveira Almeida, Maria de Fátima de Souza Santos, Zeidi Araujo Trindade, organizadores. Brasília: Technopolitik, 2011.
- CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. Tradução Maria Letícia Ferreira. Ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2012.
- CIAMPA, A. C. Identidade. In: S. T. Lane & W. Codo (Eds.). *Psicologia social: o homem em movimento*. (pp.59-75). São Paulo: Brasiliense, 1989.
- DESCHAMPS, Jean-Claude. *A identidade em psicologia social: dos processos identitários às representações sociais*. Tradução: Lúcia M. Endlich Orth. 2. Ed. – Petrópolis. RJ: Vozes. 2014.
- DUVEEN, Gerard. O poder das idéias. Introdução da obra de MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Tradução: Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2013.
- ERIKSON, E. H. *Identidade, juventude e crise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

- FERREIRA, Berta Weil e FERREIRA, Lenira Weil. História de mulheres: o processo de identidade. In: ABRAHÃO, M. H. M. B. *Aventura (Auto) Biográfica – Teoria & Empiria*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.
- FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. *Representações Sociais, Ideologia e Desenvolvimento da Consciência*. Cadernos de Pesquisa, v. 34, n. 121, p. 169-186, jan./abr. 2004.
- GUARESCHI, P. *Os construtores da informação: meios de comunicação, ideologia e ética*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Ed. Centauro, 2006.
- HARVEY, David. Espaços e tempos individuais na vida social. In: *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 2000, pp. 195-206.
- JODELET, Denise. Representações sociais : um domínio em expansão. In: *JODELET, D. (org.). As Representações sociais*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002, p.17-44.
- MOSCOVICI, Serge. *Representações Sociais: investigação em psicologia social*. Petrópolis: Vozes, 2013.
- POLLAK, Michael. *Memória e identidade social*. Conferência transcrita e traduzida por Monique Augras. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>.
- SÁ, C. P. (1993) Representações sociais: o conceito e o estado atual da teoria. In: SPINK, M.J. (Org.) *O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense.
- TEDESCO, João Carlos. *Nas cercanias da memória: temporalidade, experiência e narração*. Passo Fundo: UPF: Caxias do Sul: EDUCS, 2004.

VIDA, MEMÓRIA E SABER TRÁGICO DE UMA EDUCADORA DA AFRICANIDADE

ROBERTO SANCHES¹³⁷

Resumo: Este artigo tem como objetivo mostrar as relações entre histórias de vida, experiência trágica dentro de um processo de rememoração produzido no contexto de uma história de vida de arte-educadora. Para a compreensão das aprendizagens de vida, utilizam-se conceitos como: de formação, experiência formadora e momento-charneira de Josso e a teorização sobre a narrativa de Ricoeur. Para a caracterização da experiência trágica, trabalha-se com o conceito de saber trágico que Ricoeur reelabora a partir de Jaspers. Com ele, busca-se compreender as aprendizagens de vida e as suas transformações, os seus objetivos como arte-educadora comprometida com a causa da negritude e da cultura afro-brasileira, bem como o empoderamento de jovens negros de periferia.

Palavras-chaves: biografia; narrativa; memória; africanidades.

Abstract: This article aims to show the relationship between life stories, tragic experience in a recall process produced in the context of a life history of art educator. For the understanding of life learning concepts were used as training them, formative experience and time-hinge Josso and theorizing about Ricoeur narrative. To characterize the tragic experience working with the concept of knowing tragic that Ricoeur reworks from Jaspers. With it we can understand the learning of life and its transformations, its goals as art educator committed to the cause of blackness and african-Brazilian culture, as well as the empowerment of black youth periphery.

Keywords: biography; narrative; memory; africanness.

1 Introdução

O objetivo desse artigo é evidenciar as relações entre a história de vida, a experiência trágica e a rememoração como sendo um testemunho, mostrando a imbricação entre a memória pessoal e a memória coletiva na construção de um projeto de vida e a narração de uma conquista de si e de afirmação de negritude, tanto no plano pessoal como no coletivo, como tarefa de vida e ação cultural e política. Tal propósito será alcançado a partir de uma narrativa de vida de uma professora negra da periferia de Alvorada. Para tanto, mobilizamos conceitos vinculados à teoria da narrativa de Ricoeur e a epistemologia da formação de Josso. Considero-a como um ponto de partida para situar meu questionamento sobre o

137 Aluno da disciplina de Memória Social do Curso de Doutorado Interdisciplinar E Mestrado Profissional em Memória Social e Bens Culturais, UNILASALLE. E-mail: roberto-filosofia@hotmail.com

trabalho biográfico e situo o conceito de formação, como um conceito-guia geral para todo o processo educativo e cultural:

O que é a formação do ponto de vista do aprendente? [...] quais são os processos que caracterizam a formação de um indivíduo, de uma singularidade, no que ela tem de semelhança com outras, ainda que seja irredutível? Conhecendo-se o que é a educação como a ação de um coletivo sobre um indivíduo, procuramos conhecer o que é a formação como atividade de indivíduo em relação consigo mesmo, com o seu meio humano e natural no seu percurso de vida. (JOSSO, 2010, p. 245)

Estabelece uma relação parte-todo, numa visão sistêmica em que o coletivo é visto como um sistema aberto capaz de transformações em sinergia como os sistemas autopoieticos, que são indivíduos em interação numa relação de autonomia/dependência em relação a uma determinada comunidade, sociedade, meio cultural, existindo uma implicação/imbricação heteroformação/autoformação.

Se pensarmos essa formação como um processo (auto) educativo e cultural, podemos pensar com Josso (2010, p. 246) a função da experiência nesse processo, pois com ela “eu aprendo com o que cria ou criou experiência para mim, daí extraio alguma coisa, algo que passo a guardar comigo, cuja evocação pode me permitir uma retomada, uma reinterpretação e que serve de referencial para a minha ação ou pensamento.”. Ou seja, qualquer situação provocada por mim ou pelo meio ambiente social e cultural que me provoca, perturba, leva-me a questionar, desloca meu horizonte de expectativa, mostrando-me o que eu não esperava encontrar antes de passar por uma vivência. Porém, na minha abordagem não trato esse vivido como algo puramente interior ou subjetivo, mas capaz de ser transformado em texto, em unidade significativa reunida, em uma história, portanto, a teorização abarca essa dimensão do narrado, do temporal.

[...] a construção da narrativa segue regras que não são as de uma ciência teórica universal, unívoca e atemporal, mas que resultam de uma prática, de uma atividade cuja luminosidade original se desenvolve segundo o seu ritmo temporal. Os textos narrados têm um início e um fim. Eles requerem uma unidade e

limites. Essa unidade pode ser vista em vários níveis (GILBERT, 2005, p.111).

Essa unidade se estrutura numa relação espiral todo-partes, sendo que a parte, narrativamente falando, o episódio, o acontecimento, não é isolada em si mesma, ela contribui para o todo da intriga, chegando a nos dar uma direção e um tema. Poderíamos ampliar o foco, na visão de Ricoeur que propõe que a tecedura da intriga reúne motivações, paixões, ações, acontecimentos, eventos inesperados, realização ou frustração de um destino. Sendo o texto-tecido, o todo significativo, no qual lemos o sujeito com uma motivação ou intenção a realizar, o contexto onde ele está situado, as ações e as interações misturadas com os acontecimentos favoráveis ou desfavoráveis a sua consecução (mudanças de fortuna, do favorável ao desfavorável, ou vice-versa).

Articulando essa problemática do tempo com relação às experiências de vida, na visão de Josso (2010) ela propõe o momento-charneira em que temos ao mesmo tempo a inovação, a mudança de perspectiva e de fortuna, e a articulação com o passado tornando inteligível a sequência da história, passado, presente e futuro articulado, constituindo-se na descrição de uma direção e de um devir. Esse momento se traduz em experiências ou marcas formadoras, que acompanham o sujeito ou são reelaboradas por ele, dando coerência a sua experiência. Portanto, cada momento-charneira é como uma “fase”, ou uma situação marcante em situações vividas e aprendizados que se articulam com outras.

Esse trabalho da narrativa vai ser lido aqui como um trabalho biográfico, território por excelência da rememoração. Porém, a rememoração nesse contexto é um movimento no processo de formação de si. A formação atravessa e enreda todas as ações, acontecimentos e mudanças de fortuna, ela é esta síntese das rememorações, das projeções, dos aprendizados, sejam formais, técnicos, ou de saber-fazer.

Meu olhar é mais focado no projeto de vida, com as suas aprendizagens integradas num todo significativo, numa narrativa. Meu foco de reflexão é o da experiência trágica, advinda de vivências que desestruturam o indivíduo e que, o obrigam a um questionar-se sobre o

sofrimento, sobre o seu sentido para a vida, produzindo um saber complexo na formação da pessoa e na própria cultura.

2 O trágico

Segundo Ricoeur, o saber trágico se compõe como uma fase do movimento que empurra dolorosamente o ser em direção a sua perfeição e ele é legível nos mitos, nas obras humanas, nos elementos culturais da poesia, das artes plásticas e da religião. Nesses aspectos, realiza-se a compreensão do saber trágico que Ricoeur assim define:

Com efeito, uma ideia retorna com insistência: a tragédia não é apenas, nem mesmo essencialmente um olhar para o trágico, uma representação do trágico, mas o movimento do próprio trágico na direção de outra coisa, em vista de uma libertação, a tragédia é a questão do trágico e de uma libertação. É a consciência pré-trágica que é imóvel, fechada na triste consideração do deslize, da abolição de toda a coisa, da perda do ritmo sempiterno da vida e da morte. A consciência trágica traz “um movimento histórico que não se desenrola nos acontecimentos exteriores, mas na profundidade do próprio ser humano”. (RICOEUR, 1992, p. 133).

No pensamento de Jaspers (1947), referenciado por Ricoeur, identificamos a busca de superação de uma consciência estática, presa a um destino inexorável e puramente centrado na exterioridade dos acontecimentos, sem a possibilidade de autorreflexão. Assim, poderemos materializar as possibilidades e disposições do saber trágico:

Esse movimento não é a ação propriamente teatral estendida entre a crise e o desenlace, mas o movimento da consciência realizado pelo herói trágico e repetido pelo espectador e que eleva os dois do sofrer para uma ação toda interior que Jaspers chama de “saber trágico”. (RICOEUR, 1992, p. 133).

3 O Sofrimento

O saber trágico é uma aprendizagem com a experiência da vida, com o sofrimento e que se nutre do coração e do pensamento, pois se tensiona no contexto vivido das sociedades e culturas, e revela uma ação

autorreflexiva e na relação com o outro. Com uma escrita madura, Jaspers nos aproxima do pensamento dos próprios tragediógrafos gregos, ao encontrar-se aqui “[...] com o *phronéin* de Ésquilo e seu admirável, *sofrer para compreender*. Na língua de Karl Jaspers, essa superação do trágico por retomada interior, por aprofundamento meditativo, é o que toda a sua filosofia chama de *transcender*”. (RICOEUR, 1992, p. 133).

Essa compreensão não representa o fugir do sofrimento, mas mergulhar nele em profundidade e poder olhar para si próprio, revendo-se em uma nova situação, desidentificando-se do que o fez sofrer, abrindo assim novos caminhos para si, amparado no movimento de afirmação da vida.

[...] o trágico comporta a representação de um fracasso e de um impulso para a libertação; o fracasso, para ser trágico, é necessariamente fracasso diante de... em ligação com... sob o golpe de alguma transcendência (deuses, destino etc.) Essa contradição suscita uma “duração” no trágico em que o herói conduz uma parte que o conduz. É essa contradição que estimula a dialética do sofrer e do agir da qual surge o impulso rumo à libertação. (RICOEUR, 1992, p. 134).

Essa perspectiva assume que o ser humano, na sua pequenez, submetido a toda sorte de contradições e ameaças, aprofunda-se em si mesmo e encontra um impulso para a sua renovação, realizando em si a dialética do sofrer e do agir. O sofrimento destrói uma relação ingênua consigo e com o mundo, ele precisa passar ao mesmo tempo pelo sentimento e pelo pensamento para chegar à ação transformadora de si, à *metanoia*¹³⁸.

4 A Vida de Perla

Tendo em vista as questões e considerações lançadas acima, passamos a ouvir a voz de Perla Santos, professora de educação infantil, arte-educadora, coreógrafa e bailarina contando a sua história. Vejamos a narrativa contada pelas palavras de Perla:

¹³⁸ De acordo com Monteiro (2008), *metanoia* vem do grego *metanoein* e significa mudar a maneira de pensar, na aventura de privilegiar outro horizonte de consciência ou atitude mental.

Lembro com saudade dos sábados, quando acordava com o som da música de um velho rádio invadindo a casa. E depois de despertar, bailava nos braços do meu pai. Ele foi meu primeiro e também o mais amado dos professores que tive. Nunca esquecerei dele conduzindo-me na dança. Segurando-me com suas mãos ásperas e calejadas. E o que mais me fascina ao recordar desses momentos é que mesmo ele sendo um trabalhador braçal a semana toda no dia de descanso era o mais sensível dos bailarinos. Quando eu dançava com meu pai tudo fazia sentido. E dentro de mim tudo se harmonizava, pois era prazeroso aprender com ele. (Santos,2009)

Ao ouvirmos essa história percebemos o encantamento de Perla, a união perfeita entre o pai e a filha reunidos na dança, que revela uma sensibilidade no prazer de aprender. No seu primeiro momento formativo, vemos toda a ludicidade da criança misturada com a troca de afetos, a aprendizagem da dança, constituindo a vocação da futura arte-educadora. Tudo fazia sentido nessa relação educativa e amorosa. Perla entra para a escola com a mesma expectativa, querendo aprender e se integrar ao grupo para sentir-se parte da escola.

Eu cresci e comecei a ter contato com outros professores (no ensino fundamental). E logo percebi ao que eles não eram tão dedicados ao ensinar como era o meu pai. Não demorou muito e tornei-me “invisível” na escola. Era assim que me sentia, transparente, sendo só mais um “número” no caderno de chamada. As matérias escolares não faziam o menor sentido.

Como outro momento-charneira, o do contato com uma realidade institucional, destaca-se que o crescimento de Perla não foi acompanhado pelo reconhecimento de sua personalidade e que é experienciada com os outros, constituindo-se em uma memória familiar e ancestral. Na escola, ela se tornou invisível, sem aquela cultura relacional vivida com o pai e sendo reduzida a mais um aluno em uma sala, para escutar, copiar e memorizar informações. A escola está ainda muito presa à tradição sistematizante e conteudista. Aqui se inicia o sofrimento de Perla, a dor da desilusão e da despersonalização. Perla reconta a sua trajetória:

Os anos passaram e meu pai foi embora de casa, isso me abalou muito, mas na escola sofria calada e

ninguém se importava. No auge dos meus 12 anos conheci de perto a violência. Perdi um primo que eu adorava. Ele foi assassinado, acredito que por ser negro e usuário de drogas, o seu assassino logo foi posto em liberdade.

O sofrimento chega ao seu auge, na sua trajetória de vida, a perda do pai, do primo, a dor solitária e a falta de reconhecimento na escola. Perla vê a morte e a injustiça, as instituições públicas não atendendo aos seus anseios e permanecendo indiferentes ao seu drama pessoal, que ao mesmo tempo é o de muitos. Ela se sente desamparada e uma parte dela morre com todas essas decepções.

Devido a esse acontecimento comecei a me revoltar. Depois disso conclui que nada mais era importante. Na escola tornei-me uma aluna irônica, ‘descarregando’ toda minha revolta na instituição escolar.

A raiva e a revolta foram o próximo passo dessa espiral de tristeza e a escola foi o alvo. Tomou conta de Perla o sentimento de nulidade, dela e da própria instituição que foi difícil suportar, revolve o seu sofrimento e criticando-a, ironizando-a como sutil ameaça tudo o que se fazia na escola. Aqui vemos o desenrolar e o caminho da experiência trágica como experiência formadora, pois na sua relação com o mundo, com suas decepções, sua quebra de expectativa, o sofrimento daí advindo, o não reconhecimento das suas necessidades como pessoa e da sua cultura, segue-se no polo de libertação, um destruir, um estar perdido por não aceitar aquela situação, abrindo a possibilidade de mudança:

Até que no início do ano letivo de 2001 tive um professor, Hugo de Souza, que conseguiu me “enxergar”. O professor Hugo elogiava minhas poesias e recomendou que eu procurasse um poeta amigo dele. Este escritor era o professor Oliveira Silveira, importante pesquisador da história negra. E ao conhecê-lo tive a oportunidade de conhecer a história dos africanos e afro-brasileiros, conhecimento este que foi ausente nos currículos escolares das escolas em que estudei.

O ponto de mudança de sua formação foi o interesse do professor de literatura pelas poesias de Perla, percebendo nelas a expressão de algo mais profundo, a criatividade da aluna negra e invisível. Ele abriu uma

porta, um novo caminho para Perla se desenvolver como pessoa e como agente de transformação. Através de Oliveira Silveira, poeta da negritude, ela pôde resgatar a sua história e um sentido educativo e formativo, que estavam perdidos e enxergou as limitações da própria escola. Um novo sentimento surgiu, ela agora quer construir o seu projeto político e profissional:

Decidi que deveria ser professora. Quando comecei a trabalhar, depois de formada. Comecei a fazer aula de balé e jazz. Tive também algumas aulas de dança afro, comecei a ensinar o que sabia para algumas crianças do bairro.

Perla agora tem um sentimento de valor pessoal e de inserção em um todo maior, primeiramente a experiência formadora da dança com o pai, uma memória familiar negra brasileira. Agora ela se insere numa história que vai além dela, integrando a cultura africana e brasileira, recuperando uma memória ocultada, que a inclui através das lendas e das danças, um material sutil de sonho e ideal. Num aparente paradoxo, resolveu ser professora, atuar no mesmo lugar onde se sentiu discriminada e ignorada, mas motivada pelo professor que a ouviu. Ela buscou nas crianças do bairro a fonte de inspiração e transformação que a conectavam àquela primeira experiência harmônica com o seu pai.

Essa atividade deu origem a um grupo de dança e o objetivo era e é resgatar a história negra, criando uma memória coletiva, que não se restringe a uma educação em um polo Eurocêntrico, introduzindo africanidades brasileiras nos conteúdos a serem trabalhados nos encontros e, principalmente, lutando contra qualquer forma de racismo e discriminação baseada na cor, raça ou etnia.

A atividade de Perla deu início a um movimento de liberação de suas energias criadoras, movidas agora por um objetivo maior. A dança é a criação com o corpo e com a cultura, e é a própria expressão de um povo, um recriar e um recontar de histórias para não serem esquecidas. Dançar com as lendas africanas é combater o preconceito racial e afirmar uma cultura, contribuir para a construção de uma memória. A força da africanidade quer ter a sua voz ouvida na escola que reproduz somente uma única versão da história e um pensamento europeizante, abstraído da

realidade social e pessoal. Porém, sua aprendizagem vai a um nível mais invisível e pouco valorizado pelas nossas instituições:

No campo pessoal aprendi algo vital, aprendi a ouvir os outros. Ouvir captura a estrutura das relações pessoais, por meio da relação dialógica, na qual a informante vira locutor. Essa proposta de relacionamento cria um espaço semântico compartilhado por ambos, como num diálogo de 'iguais' ou "uma verdadeira interação".

Aquilo de que Perla foi tão carente, de ser ouvida, compreendida, poder falar e ser escutada, foi talvez a sua maior aprendizagem pessoal, auxiliada pelo professor de literatura, que abriu um canal de comunicação e que soube escutá-la, descobrindo potenciais escondidos para ela.

Já na área pessoal realizo-me ao poder ajudar pessoas negras que como eu, sofrem ao ver o racismo se materializar em suas vidas. Eu sou consciente das cicatrizes que o racismo deixou em mim. Mas quando luto para que o racismo não deixe marcas profundas, que não afetem a personalidade de meus alunos de dança sinto-me forte.

Após realizar a sua *anagnorisis*¹³⁹, ou seja, o reconhecimento de sua verdadeira identidade, após superar uma visão ingênua de si e do mundo, reforçada por certa ideologia escolar impessoal e abstratizante, pretensamente neutra, Perla se transformou como pessoa e como educadora. Agora se realiza ao ajudar os seus irmãos, que não puderam expressar a sua dor e sua luta por reconhecimento em suas identidades e dignidades. Percebe as marcas profundas do racismo velado ou ostensivo, afetando a sua sensibilidade. Ela se dá conta da "cultura do silêncio" diria Freire, como tolhimento da voz do outro, do diálogo, da história e da memória, mas ao entrar em conflito com este preconceito sente-se fortalecida, pois no espaço da formação de identidades e destinos onde atua empodera a si e aos seus alunos, ligando-se ao ser do outro, até então ignorado pelo instituído oficial, busca despertar uma comunidade de

¹³⁹ Segundo Vasconcelos (1987), na tragédia, o reconhecimento é a parte que faz passar da ignorância ao conhecimento, num dado momento ele é levado a reconhecer aquele erro, o que provoca a mudança no curso da ação, ou peripécia. Pavis (2003) amplia a concepção acrescentando que o drama só acaba quando os personagens tomam consciência de sua situação, reconhecendo a força do destino ou de uma lei moral, bem como seu papel no universo dramático ou trágico.

sentido, através da dança e da cultura africanas. Seu processo pessoal marcado no texto, no seu movimento narrativo e reflexivo revela uma experiência trágica e transformadora na qual ela realizou a sua metanoia, a transformação do seu pensamento e identidade, no sentido de tornar-se uma construtora de memória coletiva e de identidades.

Neste momento, faz-se necessário marcar a intersecção entre rememoração, luta por reconhecimento, memória pessoal e coletiva, marcados aqui, na trajetória de Perla, na sua luta por reconhecimento, os sofrimentos pelos quais passou, sua heroica e estética reviravolta, sua mudança de fortuna que representou a superação do preconceito e a sua vitória sobre uma instituição despersonalizadora.

Porém, o texto é uma encruzilhada de perspectivas. Ele é uma memória da educação brasileira e gaúcha, da força da cultura da negritude, constituída historicamente para defender uma coletividade descaracterizada, ignorada culturalmente. O esforço de Perla é uma voz ao mesmo tempo de denúncia, um testemunho de abandono e dos sofrimentos cotidianos a que os negros estão sujeitos nesse momento histórico. Ao mesmo tempo, uma aprendizagem de superação da dor, concentrando no papel expressivo da arte, com as lendas africanas, em particular a do “Leão Azul”, que com sua dança, especialmente composta por Perla em conjunto com os alunos e com a participação criativa dos músicos da comunidade, recolheram e transformaram a cultura multimilenar da África, em processo de transformação de identidades, em uma comunidade de sentido, que escapa à cultura massificada e direcionada apenas ao consumo imediato.

5 Considerações finais

Perla contando a sua história trouxe à memória e os sentimentos de um grupo, não como um retorno do recaiado, um mal estar melancólico de derrotados, mas como força pujante das histórias de um povo, como superação da fragmentação e da alienação, um empoderamento coletivo que estrutura novas conquistas sociais e políticas. Ricoeur nos auxilia a levar a história de vida a outro nível de pensamento, de projeto de vida:

É a justiça que ao extrair das lembranças traumatizantes seu valor exemplar, transforma a memória em projeto; e é esse mesmo projeto de justiça que dá ao dever de memória a forma do futuro e do imperativo. (RICOEUR, 2010)

Quem fala projeto remete ao futuro, ao comunicar-se com novas gerações, com os outros, com a decisão de ajudar a construir uma nova consciência, a partir do hoje. Aqui se coadunam o saber trágico advindo de situações adversas, das perdas, da desorientação e da revolta, resolvida com ganho de consciência pela mediação do professor de literatura e a vinculação ao movimento negro e a escolha pela ação política através da arte como um projeto de vida, que é também projeto de justiça, em que passado, presente futuro se entrelaçam.

REFERÊNCIAS

GILBERT, Paul. **A paciência de ser**. São Paulo: Loyola, 2005.

JASPERS, Karl. **Von der Wahrheit**. München, Piper, 1947.

JOSSO, Marie-Christine. **Experiências de vida e formação**. Natal: EDUFRN; São Paulo: Paulus, 2010.

MONTEIRO, Dulcinéa da Mata Ribeiro. **Metanóia e meia idade: trevas e luz**. São Paulo: Paulus. 2008.

PAVIS, Patrice. **Dicionário de Teatro**. São Paulo, Perspectiva, 2003.

RICOEUR, Paul. **Sobre o trágico. Leituras 3: Nas fronteiras da filosofia**. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. **Tempo e narrativa**. Campinas: Papyrus, 1994.

CONTEXTO PROFISSIONAL DO BAILARINO: ASPECTOS HISTÓRICOS
ANA LÍGIA TRINDADE¹⁴⁰
PATRÍCIA KAYSER VARGAS MANGAN¹⁴¹

RESUMO: Este estudo tem como propósito contextualizar historicamente a profissão do bailarino com intenção de iniciar investigação acerca da sua atual identidade profissional. A pesquisa em andamento do qual emerge este trabalho está em busca da compreensão da identidade profissional do bailarino no Estado do Rio Grande do Sul, com ênfase em dois aspectos definidos, formação e atuação do profissional bailarino. Visamos neste artigo iniciar uma análise dos aspectos históricos importantes para este projeto e para demais pesquisadores da temática. Espera-se com este levantamento histórico fundamentar uma investigação para tentar delinear uma imagem e identidade a partir da formação e atuação do profissional bailarino.

Palavras-chaves: Dança. Bailarino. Identidade profissional. Aspectos históricos.

ABSTRACT: This study aims to contextualize historically the profession of dancer with intention to initiate research on your current professional identity. The ongoing research which emerges from this work is in search of the understanding of the professional identity of dancer in the State of Rio Grande do Sul, with emphasis on two aspects defined, training and the professional practice ballet dancer. We aim in this article start an analysis of historical aspects important for this project and for other researchers of the topic. The expectancy with this historic survey substantiate an investigation to try to devise an image and identity from the formation and operation of the professional dancer.

Keywords: Dance. Professional identity. Historical aspects.

1 Introdução

Este estudo tem como propósito contextualizar historicamente a profissão do bailarino com intenção de iniciar investigação acerca da sua atual identidade profissional. A pesquisa em andamento do qual emerge este trabalho está em busca da compreensão da identidade profissional do bailarino no Estado do Rio Grande do Sul, com ênfase em dois aspectos definidos, formação e atuação do profissional bailarino. Visamos neste

¹⁴⁰ Doutoranda em Memória Social e Bens Culturais e Mestre em Memória Social e Bens Culturais, Centro Universitário La Salle – UNILASALLE. Graduada em Biblioteconomia e Documentação na UFRGS e Especialista em Dança pela PUCRS. Bailarina, coreógrafa e professora de Ballet. - ligia-trindade@bol.com.br

¹⁴¹ Doutora em Engenharia de Sistemas e Computação pela COPPE/Sistema de Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora do Centro Universitário La Salle, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais, na linha de Memória e Linguagens Culturais. - patricia.mangan@unilasalle.edu.br

artigo iniciar uma análise dos aspectos históricos importantes para este projeto e para demais pesquisadores da temática.

2 Aspectos Históricos da Dança

A dança foi provavelmente a primeira manifestação de comunicação do homem (TAVARES, 2005). O homem dança independente dos objetivos e finalidades, desde a Pré-História, passando pelas civilizações Egípcias, Indianas, Gregas, Romanas, Medievais, Renascentistas, etc., chegando até o séc. XXI. Contudo, interessa a este estudo, o momento em que a dança surge como Arte autônoma e aparecem os primeiros profissionais da área: a Renascença.

A arte da dança se constitui como espetáculo na Renascença (ANDERSON, 1992 apud ALMEIDA; PEREIRA, 2013). A dança se desenvolve particularmente em Florença, na Itália, nos palácios e nas cortes reais, em comemorações, grandes festas, em datas como nascimento, casamento, aniversário. Em 1548 a italiana Catarina de Médici casa-se com o Duque de Orléans, que se tornou Henrique II na França, levando a ideia de espetáculo para a corte francesa. Na passagem do século XVI para o XVII, a dança ainda continuava ligada à situação de festa, porém, na Itália, ela já se desenvolve como forma autônoma de representação (VAN LANGENDONCK, [199-?]). Todos os cortesãos e os próprios reis eram amadores apaixonados da dança, habituados desde jovens à dança (como na maioria, tinham noções de música e tocavam um instrumento).

Estima-se que entre 1669 e 1700 a dança saiu dos salões palacianos e chegou aos palcos dos teatros, ainda como mera coadjuvante de alguns trechos de óperas. Nessa época, a dança pertencia ao teatro, ainda não era uma arte autônoma, e os intérpretes, que participavam dos espetáculos, eram ciganos, dançarinos e acrobatas que divertiam a multidão. O crescimento destes espetáculos com dança assinalou a presença de coreógrafos e teóricos de dança, que passaram a ensinar em academias abertas a alunos de todas as classes sociais, marcando o início do seu desenvolvimento e de sua autonomia como arte. O ballet passa a

tomar todos os olhares, complicando a Dança de domínio do povo para ser uma Dança de domínio de quem poderia se manter dela, escapando dos cortesãos “amadores” para agora tornar-se a ocupação de profissionais.

No séc. XVII, a Europa inicia, portanto, um sistema artístico codificado, sendo também neste período que houve uma separação das artes cênicas originalmente integradas e, conseqüentemente, a especialização de cada uma: teatro, dança e música (ROBATTO, 1994). A partir disto, a dança passa a usufruir de um sistema tecnicamente mais elaborado e o ballet deixa de ser uma arte anônima, surgindo os grandes criadores e intérpretes. Em 1632, o Ballet da Corte, antes executado somente em grandes festas das cortes, passa a ser apresentado em vários espaços. Também neste ano, conforme Bourcier (2001, p. 103), surge “o primeiro empresário de dança, Horace Morel, o ex-oficial de artilharia, autor dos fogos de artifício de Tançrède”.

Registra Bourcier (2001, p. 105), que “depois da morte de Luís XIII, em apenas trinta anos os profissionais eliminaram completamente os amadores” na dança, sendo também “verdade, que, nesta data, o balé de corte estava prestes a desaparecer”. A exigência de uma técnica refinada para um profissional da dança fez com que, na França, a dança se desenvolvesse dentro da Academie Royale de la Danse, estabelecida em 1672 por Jean-Baptiste Lully, dentro da Academie Rayale de Musique fundada em 1661 por Luis XIV (o “Rei Sol”). Esta companhia sobrevive até hoje como o ballet da Ópera de Paris, a mais antiga companhia de ballet de execução contínua no mundo (VAN LANGENDONCK, [199-?]). Importante destacar a importância do “Rei Sol” para a dança. Luís XIV nutria grande paixão pela dança e por isso incentivou essa arte durante todo o seu reinado. Por inúmeros anos dançou no papel principal dos seus *balés*, desempenhando uma gama de personagens (inclusive uma atuação como o astro-rei no *Balé de la Nuit*). Sua vontade em estruturar o movimento corporal em regras marcou a história do *balé*, quando incentivou a abertura da Academie Royale de la Danse; fato que inaugura uma nova era para o *balé* artístico, baseado no estudo metódico e profissional; e estabeleceu, sob decreto, o *Règlement Concernant l’Opéra* em 1713.

Jean-Baptiste Lully (1632-1687), italiano naturalizado Francês (um dos dançarinos favoritos do rei) levava muito a sério a dança e a sua profissionalização, buscando o desenvolvimento de dançarinos profissionais ao invés de cortesões que podiam dançar. Depois de Lully, o Ballet de Corte vai desaparecendo e dando espaço a dança clássica que vai tomando um lugar de destaque, passando de dança de entretenimento à Arte. Em consequência de tal aperfeiçoamento das artes, a dança clássica surgia como uma arte artificial e rigorosa, em que o significante tem mais importância do que o significado, o gesto mais importância que a emoção que o produz. A dança clássica acaba por herdar um brilhantismo gestual, tornando-se uma dança preocupada com o belo, com a aparência e com o externo (BOURCIER, 2001).

Partindo dos passos de dança da corte, Charles Louis Pierre de Beauchamps (1636-1705) criou as posições básicas dos pés e teve um papel respeitável na codificação da técnica clássica. No percurso de Beauchamps aconteceu uma evolução rápida e magnífica na técnica da dança clássica, o que conduziu ao contraponto da artificialidade na dança (BOURCIER, 2001).

Figura 1 – Regulamento Real de 1713 (França)

<i>Dançarinos</i>	<i>Dançarinas</i>
dois – 1000 libras por ano	duas – 900 libras por ano
quatro – 800 libras	quatro – 500 libras
quatro – 600 libras	quatro – 400 libras
<i>Mestre de sala de dança – 500 libras</i>	
<i>Compositor de balés – 1500 libras</i>	
<i>Desenhista – 1200 libras</i>	

Fonte: Bourcier, 2001, p. 152

Em 1713, conforme afirmam Bourcier (2001), Portinari (1989) e Caminada (1999), no final do reinado de Luis XIV, com objetivo de sanear as finanças da instituição, um decreto real estabeleceu o regulamento do corpo de baile na França (*Règlement Concernant l'Opéra*), com seu efetivo e escala de salários (figura 1). Este documento estipulava a criação de uma companhia permanente, formada por vinte bailarinos, sendo dez homens e dez mulheres. Ainda neste ano, o rei fez abrir ao público os Teatros do

Palais Royal e do Petit Bourbon – surgia a primeira geração de bailarinos profissionais da Ópera de Paris.

Jean-Georges Noverre (1727–1810) defende que o balé deva narrar uma ação dramática, e não apenas apresentar repetição de passos, devendo também ser natural e expressiva. Também parte de Noverre a preocupação com a formação geral dos bailarinos, inclusive a formação técnica, pontuando a importância do conhecimento de cultura geral como: poesia, história, geometria, pintura, anatomia, música, além do treinamento corporal (BOURCIER, 2001).

Em 1738, o czar Pedro, o Grande (1672-1725), fundou a Escola Imperial Russa, com influência francesa e italiana, no Teatro Imperial Mariinski, em São Petersburgo, hoje Kirov, berço de uma tradição que fez a glória do balé russo. Nessa Escola, grandes mestres, como o francês Marius Petipa (1818-1910) e o italiano Enrico Cecchetti (1850-1928), encontraram um campo fértil para seus ensinamentos.

Surge, em 1909, a companhia Ballets Russes, criada e dirigida pelo empresário e mecenas Sergei Diaghilev (1872-1929), chocando os parisienses com suas cores e sons fortes e “selvagens”. Mikhail Fokine apresenta suas coreografias com cenários e guarda-roupa dos grandes pintores, fugindo do academicismo, incorporando passos da técnica clássica a temas folclóricos, com personagens cheios de energia. A Ballets Russes imortalizou Vaslav Nijinski (1890-1950), grande bailarino, que se tornou o preferido do público parisiense.

Como afirma Van Landendonck ([199-?]), o século XX se anuncia como o tempo do progresso, das descobertas científicas, da rapidez, de expansão de fronteiras, surgindo uma nova sociedade, com outros anseios e necessidades, configurando a ideia de modernidade, que comporta a noção de movimento: o automóvel, o avião, as imagens do cinema, os corpos liberados pela moda e pelo esporte e realçados pela iluminação elétrica. A dança participa dessa dinâmica, buscando novas formas, e podem ser observadas duas grandes tendências: “o apego aos códigos clássicos, remanejados de acordo com o gosto da época, no balé neoclássico, e a contestação daquelas antigas propostas pela dança

moderna e contemporânea” (VAN LANGENDONCK, [199-?], p. 11). Na segunda metade do século XX, a dança contemporânea ganhou estabilidade não só nos países de nascimento da dança moderna, como os Estados Unidos e a Alemanha, mas também na França, na Inglaterra e no Brasil.

Existem registros de que o ballet clássico tenha chegado ao Brasil com a corte de Dom João VI, em 1808. O primeiro maestro de danças que esteve no Brasil foi Joseph Louis Antoine Lacombe (1786-1833), que chegou ao país em 1811, com a função de ensinar à nobreza e à Família Real as danças de salão da época e com a finalidade de encenar pequenos números dançados para os intervalos das montagens líricas. Algumas companhias líricas francesas e italianas, quase sempre em rota para a Argentina, apresentaram-se no Brasil durante o século XIX, conforme afirma Portinari (1989). No início deste século ocorreu a apresentação da primeira companhia de ballet profissionalmente institucionalizada denominada Ballets Russes, oriunda da Rússia e dirigida por Diaghlev.

Contudo, somente em 1927, se criou a primeira geração de profissionais de ballet na cidade do Rio de Janeiro (PORTINARI, 1989). O surgimento destes primeiros profissionais está estreitamente ligada à história do Teatro Municipal do Rio de Janeiro. Inaugurado em 1909, era uma casa de espetáculos que atendia as necessidades técnicas requisitadas pelas companhias estrangeiras. Porém, somente vinte anos depois, foi inaugurada, sob direção de Maria Olenewa (1896-1965), a primeira escola de danças pertencente a um teatro no Brasil (CAMINADA, 1999), sendo que somente em 1931, por um decreto do prefeito, se oficializava o trabalho que já vinha sendo realizado, criando a Escola de Danças Clássicas do Teatro Municipal do Rio de Janeiro. Cobia à Escola, a formação de elementos para compor as temporadas líricas do teatro e apresentar espetáculos de ballet.

Registros indicam que também no Rio Grande do Sul a dança inicia na década de 1920, a partir da criação do Instituto de Cultura Física, por Mina Black e Nenê Dreher Bercht. Do Instituto de Cultura Física saíram

para estudos na Alemanha Lya Bastian (Eliane Clotilde Bastian Meyer Schimitz) e Tony Petzhold (Antônia Seitz Petzhold), consideradas pioneiras da dança em Porto Alegre (DANTAS, 1999). Segundo Cunha e Franck (2004, p 21), “as duas são os alicerces de todo o movimento de dança do Rio Grande do Sul”.

Ao retornar da Alemanha, Tony Seitz Petzhold assumiu a direção do Instituto de Cultura Física, dando-lhe o seu próprio nome - Escola de Bailados Tony Seitz Petzhold, e introduzindo o ensino da dança acadêmica na escola.

Na década de 1940 foi criada a Escola Oficial de Dança do Theatro São Pedro, que se manteve por dezoito anos, com direção de Lya Bastian Meyer. Foi, segundo se sabe, a única Escola Oficial de Dança da História do Estado do Rio Grande do Sul, sendo oficializada pelo Estado através do decreto-lei nº 340 de 12/04/1943 e mantida pelo Poder Executivo, com verbas de loteria, que, segundo Cunha e Franck (2004, p. 24), “infelizmente nem sempre eram pagas”. Todavia havia pouco interesse do Estado em se manter a Escola e em meados de 1958 a Escola Oficial foi desativada.

Um dos marcos importantes na tentativa de formação e profissionalização do artista da dança no Rio Grande do Sul ocorre em 1969 com a instalação da Associação de Professores de Dança Clássica do Rio Grande do Sul, com fundação registrada no Diário Oficial do Estado de 06/01/1970, proporcionando inúmeros cursos a seus associados, trazendo professores de renome do exterior e também do Brasil, com fundação registrada no Diário Oficial do Estado, de 06/01/1970. Neste mesmo ano houve uma tentativa de aproveitamento dos melhores bailarinos oriundos de várias escolas de dança para a formação de um Grupo Experimental de Dança (GED), que representasse a Associação. O GED foi criado em 1970 e durou quatro anos, tendo frustradas suas aspirações diante da falta de apoio mais efetivo das autoridades responsáveis pela cultura no Estado e, também, de outras entidades que se interessassem em financiar as atividades de um grupo de dança.

Nos anos 1980 houve uma nítida mudança na postura política da Associação, com a eclosão de grupos independentes das escolas, que

passou a valorizar a formação do bailarino com finalidade profissionalizante, incentivando e promovendo espetáculos de dança. Esse e outros fatores levaram à reformulação dos estatutos da Associação e a mudança do nome da entidade para Associação Gaúcha de Dança – ASGADAN.

Em 1983 houve outra tentativa no Estado de manter um grupo profissional de dança. Jair Moraes dirigiu o grupo Raízes, em Caxias do Sul, de 1983 a 1990. Financiado pela Prefeitura Municipal de Caxias do Sul, o grupo empregava 26 bailarinos e mantinha sua sede própria, além de seus equipamentos de som e iluminação, encerrou seus trabalhos em decorrência do confisco das cadernetas de poupança, durante o governo Collor. Durante a década de 80 o Grupo Raízes foi o único grupo profissional estável de dança no Rio Grande do Sul, alcançando um sucesso que ultrapassou as fronteiras do estado e se consagrou nacionalmente (CAMINADA, 1999).

Na capital, em 1989, outra iniciativa acabou frustrada. Foi instituído por decreto pelo Estado, neste ano, o Centro de Desenvolvimento da Dança que criou o Centro de Formatividade em Dança, iniciativa que funcionou na cidade de Porto Alegre e durou somente dois anos.

Talvez a iniciativa mais duradoura no Estado, depois da Escola Oficial de Dança do Theatro São Pedro, da década de 1940, seja a Cia. Municipal de Dança de Caxias do Sul, que surgiu através do poder Legislativo, que sancionou a Lei nº 4.677 de Julho de 1997 pelo Prefeito Municipal, sendo vinculada a Secretaria Municipal de Cultura. A Cia. Municipal estreou oficialmente em 12/03/1998, no Teatro Municipal da Casa da Cultura de Caxias do Sul, e foi a única companhia oficial do Rio Grande do Sul de 1998 até 2014.

Por último, surge a Cia. Municipal de Dança de Porto Alegre, que estreou em 30/11/2014, no Auditório Araújo Vianna, com 20 bailarinos profissionais. A Cia. traz a possibilidade de espaço de atuação profissional para os artistas da dança de Porto Alegre, como já existe em outras capitais e cidades do Brasil.

3 Formação profissional

O artista da dança no Brasil pode estudar e se tornar um profissional através de cursos livres nos estúdios, academias, escolas, o que é considerado ensino informal; após muitos anos de estudos e experiência, poderá obter o DRT (registro profissional) através de um sindicato, prestando um exame específico e comprovando algum trabalho na área. Além dos cursos livres, o artista da dança pode se tornar um profissional através de um Curso Técnico (ensino médio, profissionalizante) ou em Curso de Bacharelado e/ou Licenciatura em Dança (ensino superior). O ensino técnico e universitário é considerado ensino formal, totalmente fiscalizado pelo MEC. Após conclusão do ensino formal de nível superior, o profissional obtém seu DRT.

O primeiro curso Superior de Dança surgiu em 1956 na Universidade Federal da Bahia (UFBA) e, conforme Aquino (2001), permaneceu quase três décadas como único no País. Após sua abertura, somente a partir da segunda metade da década de 1990, o ensino da dança começa a se consolidar nas universidades brasileiras.

No ano de 2016, conforme o Ministério de Educação e Cultura, existem 29 Instituições Superiores com Curso de Graduação em Dança oferecendo o montante de 39 graduações em dança, nas habilitações de bacharelado e de licenciatura. No Rio Grande do Sul são cinco universidades oferecendo licenciatura (UERGS, UFRGS, UFPel, ULBRA e UFSM) e uma ofertando bacharelado (UFSM).

Assim, concordando com Aquino (2001), o ensino da dança na história da universidade brasileira ainda hoje (2016) é recente, principalmente no Rio Grande do Sul, onde o primeiro Curso Superior de Dança surgiu em 1998 em Cruz Alta, o qual teve suas atividades encerradas em 2010. Entretanto, mesmo que esta formação universitária seja recente, mais e mais profissionais formam-se todos os anos, configurando um momento de “expansão, avaliação e criação de metodologias e pesquisa de produção própria na área e, em especial, de preocupação com a inserção desses novos profissionais no mercado de trabalho” (CORRÊA; NASCIMENTO, 2013, p. 57), reflexo de uma maior

preocupação com a formação destes profissionais. Essa formação formal não exclui a informal, sendo que Strazzacapa (2006, p. 13) destaca que a simbiose entre academias/escolas e universidades “é mais que salutar, é necessária, é fundamental”.

4 Atuação profissional

A profissão de bailarino(a) é uma carreira bastante concorrida e curta, por conta das restrições impostas pelo envelhecimento do corpo, e cujas recompensas materiais não são expressivas e sendo limitados os espaços que garantem estabilidade de emprego (NEVES, 2013). O predomínio da intermitência como forma de emprego do artista e, particularmente do bailarino, para Neves (2010), assumiu dimensões mais amplas e definitivas no contexto da globalização, no qual o aumento e a normatização de vínculos temporários e precários no mercado tem modificado a organização de trabalho e de produção na sociedade contemporânea.

Neste novo contexto que se apresenta no cenário de formação e atuação dos profissionais da arte da dança, ocorre um redimensionamento da carreira de bailarino. A profissão, que se limitava ao restrito mundo das artes coreográficas, avançou para outros espaços culturais e para as universidades, estabelecendo um ponto de intersecção entre atividade artística e acadêmica. Conforme Neves (2010), “o bailarino qualificado de hoje, não é apenas aquele que se destaca pela encenação e pelo virtuosismo técnico, mas também o bailarino artista criador e ou docente e pesquisador” (p. 135).

Estes bailarinos contemporâneos, entretanto, estão cada vez mais submetidos às condições de trabalho instáveis oferecidas nesse mercado. Neves esclarece que os espaços de atuação para estes artistas ainda são limitados e o que prevalece no meio é o emprego informal. A autora chama a atenção para o fato de que muitas das soluções encontradas para este problema de mercado, se projetaram para fora do mundo da dança, o que implica outro uso do corpo como instrumento de trabalho, sendo um exemplo disto, a expansão do ensino superior de dança.

Interessante constatar que as exigências quanto à formação e à qualificação técnica desse profissional tem aumentado nestas companhias e as reivindicações no que diz respeito à *performance* do corpo estão mais rigorosas (NEVES, 2010).

Contudo, frente às dificuldades no mercado de trabalho para bailarinos, o profissional é forçado a realizar outras atividades profissionais, como a docência no ensino superior de dança, e as universidades tornam-se uma oportunidade de emprego estável. Assim sendo, a expansão de postos de trabalho para bailarinos na universidade está sendo usado para justificar o aumento, ainda que pouco expressivo, de ocupações estáveis no mercado da dança. Segnini (2008) afirma que entre os anos de 2002 e 2004 ocorreu um crescimento de emprego formal em dança, com criação de postos de trabalho de vínculo empregatício com carteira assinada.

Na atuação como bailarino, no Rio Grande do Sul, começa a aparecer timidamente oportunidades de editais para seleção de corpo de baile em Companhias Municipais de Dança como as de Caxias do Sul (1998) e Porto Alegre (2014).

Levando em consideração a formação de profissionais dentro do meio acadêmico em cursos de licenciatura, conforme Corrêa e Nascimento (2013) o avanço em termos de mercado de trabalho pode ser comemorado. Segundo as autoras vários editais de concursos públicos foram abertos no Rio Grande do Sul requisitando professores de dança para o ensino formal, nas cidades de São Leopoldo (Edital 01/2005, Edital 01/2007, Edital 01/2008), Porto Alegre (Edital 159/2008), Horizontina (Edital 023/2008) e Esteio (Edital 01/2009). Ocorreram ainda dois concursos para o Magistério Estadual do Rio Grande do Sul, nos anos de 2012 e 2013. Foram editais que exigiram formação específica de Graduação em Dança, confirmando, desta forma, a crescente demanda de profissionais formados em Dança.

Deste modo, é possível concluir que a universidade trouxe um efeito positivo no mercado de trabalho para a dança. Primeiramente os cursos no ensino superior contribuem para validar a dança como profissão e, em segundo lugar, trouxe um aumento de contratos estáveis, possibilidade de renda fixa, qualificação acadêmica do bailarino que o

liberta do “corpo” como principal suporte de trabalho, ampliação de redes de sociabilidade e diminuição de instabilidade na profissão. Este fenômeno, segundo Neves (2010) está associado ao hibridismo cultural que caracteriza as artes contemporâneas e leva a uma reordenação do papel do bailarino que, para além de bailarino, deve se tornar também docente e pesquisador para continuar a ser bailarino.

4 Comentários finais

As considerações levantadas acerca dos aspectos históricos do profissional bailarino têm a finalidade de contextualização para estudo que, se presume, deverá apontar para configuração de alguns perfis identitários que estão se formando, sobretudo, com a diversificação que se apresenta na formação e atuação do bailarino nesta primeira década do século XXI.

A formação profissional do bailarino, neste seu novo contexto de formalidade (acadêmico), assume as responsabilidades e papéis, que vão além da transmissão e construção de conhecimentos teóricos e práticos, perfazendo uma responsabilidade maior na construção e no desenvolvimento de identidades, desde a educação básica a educação superior, além do desenvolvimento de uma consciência crítica e emancipatória do bailarino. Mesmo assim, o estudo apresentado indica que o bailarino é alvo de vínculos profissionais flexíveis e temporários. As companhias de dança profissionais, que antes proporcionavam condições estáveis de trabalho no Brasil, não escaparam às dinâmicas do mercado.

Referências

ALMEIDA, Dóris Dornelles de; PEREIRA, Maria Tereza Flores. As corporalidades do trabalho bailarino: entre a exigência extrema e o dançar com a alma. **RAC**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 6, p. 720-738, 2013.

AQUINO, Dulce. Dança e universidade: desafio à vista. In: GODART, Humberto... [et al.]. **Lições de Dança**. Rio de Janeiro: UniverCidade, 2001. p. 37-51.

BOURCIER, P. **História da dança no ocidente**. 2. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.2001

CAMINADA, Eliana. **História da dança**: evolução cultural. Rio de Janeiro: Sprint, 1999.

CORRÊA, Josiane Franken; NASCIMENTO, Flávia Marchi. Ensino de dança no Rio Grande do Sul: um breve panorama. **Conceição-Conception**, v. 1, n. 3, p. 53-68, dez. 2013.

CUNHA, Morgada; FRANCK, Cecy. **Dança**: nossos artífices. Porto Alegre: Movimento, 2004.

DANTAS, Mônica. **Dança**: o enigma do movimento. Porto Alegre. Editora da Universidade/UFRGS, 1999.

NEVES, Juliana Cunha Lima. Bailarinas e bailarinos: uma etnografia da dança como profissão. **Cadernos Pagu**, n.41, p. 201-238, jul./dez. 2013.

_____. **Entre o ar e o chão**: *metier* de bailarino na cidade de São Paulo. 296 f., 2010. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: USP, 2010.

PORTINARI, Maribel. **História da dança**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

ROBATTO, L. **A dança em processo**: a linguagem do indizível, Salvador: Ed. Da UFBA, 1994.

SEGNINI, Liliana. Relações de gênero nas profissões artísticas: comparação Brasil-França. In: COSTA, Albertina de Oliveira et al. (orgs.). **Mercado de trabalho e gênero**: comparações internacionais. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. P. 337-355.

TAVARES, Isis Moura. **Educação, corpo e arte**. Curitiba: IESDE, 2005.

VAN LANGENDONCK, Rosana. **História da dança**. [199-?]. Disponível em: <http://luisaguilar.com.br/ufpb/3periodo/danca/DANCA_HISTORIA.pdf> Acesso em 22 jul. 2016.

PAUL RICOEUR E A HISTÓRIA ORAL: CONTRIBUIÇÕES E APROXIMAÇÕES

CELSO AUGUSTO UEQUED PITOL¹⁴²
MARIA LUIZA BERWANGER DA SILVA¹⁴³
CLEUSA MARIA GOMES GRAEBIN¹⁴⁴

Resumo: O presente trabalho busca discutir algumas contribuições que a obra do filósofo francês Paul Ricoeur pode trazer para os estudos de História Oral, especialmente no que respeita a temas como memória, interpretação, história e narrativa.

Palavras-chave: *História Oral, Paul Ricoeur, Narrativa*

Abstract: The present work aims to discuss some contributions that the work of the French philosopher Paul Ricoeur can bring to the studies of Oral History, specially when it comes to subjects as memory, interpretation, history and narrative.

Keywords: Oral History, Paul Ricoeur, Narrative

1. Introdução

O presente trabalho procede uma análise de elementos da obra do filósofo francês Paul Ricoeur de modo a fundamentar trabalhos que utilizam a metodologia da História Oral.

Buscamos estes elementos a partir da revisão bibliográfica da obra de Paul Ricoeur, bem como de obras consagradas a estudos relacionados a História Oral, as quais estão presentes na bibliografia. Não se pretende, aqui, estabelecer todos os pontos de intersecção entre a obra de Paul Ricoeur e a História Oral: nosso objetivo é mapear alguns espaços de aproximação.

2. A História Oral: algumas orientações preliminares

Partimos de uma definição de História Oral dada pela pesquisadora Verena Alberti – ou, no dizer da autora, uma “rápida definição”: segundo ela, a História Oral

“é um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica, etc) que privilegia a realização de

142 Mestrando em Memória Social e Bens Culturais pelo Unilasalle. E-mail: uequedpitol@gmail.com

143 Doutora em Letras (UFRGS), professora do PPG em Memória Social e Bens Culturais (Unilasalle). E-mail: maria.silva@unilasalle.edu.br

144 Doutora em História (Unisinos), professora do PPG em Memória Social e Bens Culturais (Unilasalle). E-mail: prcleusa@unilasalle.edu.br

entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo” (ALBERDI, 2004, p.18).

Somos informados, logo à partida, que a História Oral é um *método de pesquisa*, o que nos leva ao debate acerca de seu estatuto (MEIHY, 2005, p. 46). Seria técnica? Método? Ou disciplina autônoma? Nas palavras de Louis Starr, a História Oral situa-se num intermédio: ela é “*mais do que uma ferramenta e menos do que uma disciplina*” (apud MEIHY, 2005, p. 46). Ou seja, é um pouco mais do que uma mera técnica de trabalho, mas não chega a autonomizar-se como campo disciplinar: é, portanto, um *método*. E, na condição de método, segundo as palavras do professor Meihy, a

“história oral reúne em torno das entrevistas o conjunto de procedimentos que devem ser explicitados nos projetos. Assim, os oralistas miram sua atenção, desde o estabelecimento do projeto, nos critérios de obtenção de entrevistas, em seu processamento, na passagem do oral para o escrito e nos resultados públicos” (MEIHY, 2005, p. 49).

Segundo Alberti, a história oral tem interesse justamente neste aspecto subjetivo do narrador (ALBERTI, 2004, p.22): ele elabora sua narrativa a partir da memória e se projeta na imaginação; esta, depois de articular estratégias narrativas, se materializa na representação verbal (MEIHY, 2005, p.61). E esta representação é, segundo Meihy, estruturada no tempo da narrativa, que presentifica toda a história evocada. “É na construção da narrativa, no subjetivo” – diz ele – “que se situa o centro de interesse da História Oral” (MEIHY, 2005, p. 55)

Neste momento, ingressamos em uma das propostas teóricas decisivas da professora Alberti: o emprego de conceitos e estudos de teoria literária e teoria da narrativa para análise de depoimentos e entrevistas (ALBERTI, 2004b, p.61). Em dado momento, ela nos pergunta: aprendemos com a narrativa dos nossos entrevistados? Em que momento nosso ganho é maior do que simplesmente conhecer mais uma versão do passado? Uma das possíveis respostas é: quando a narrativa vai além do caso particular e nos fornece uma chave para compreender a realidade.

(ALBERTI, 2004b, P. 79). Por essa razão, aponta a professora Alberti, é fundamental estudarmos o trabalho de composição a partir de *unidades narrativas* presentes na entrevista (ALBERTI, 2004b, p. 110). Estas unidades dão conta de formar e elaborar um mundo próprio a uma geração, segmento profissional, corpo de conhecimento, etc. (ALBERTI, 2004b, p 110). Cabe ao pesquisador interpretá-las. Por esta razão, a postura da História Oral é, essencialmente, hermenêutica, uma vez que objetiva compreender as expressões de vivência (ALBERTI, 2004b, p.19)

Feitas estas considerações, passamos ao estudo dos elementos da obra de Paul Ricoeur que abrem espaço para a aproximação que desejamos promover.

3 A OBRA DE PAUL RICOEUR E A HISTÓRIA ORAL

A imensa obra do filósofo francês Paul Ricoeur não pode ser definida em poucas palavras: estende-se por vastos campos das ciências humanas, da Hermenêutica Bíblica ao Direito, da Ética à Estética, da Teoria da Narrativa à História. Por isso, faz-se necessário delimitar qual parte deste vasto campo queremos adentrar – no caso, o dos estudos de narrativa, de memória e de hermenêutica.

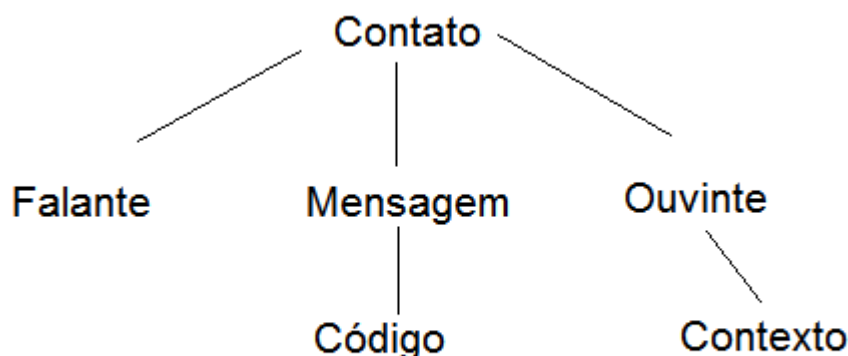
O momento da entrevista

Nos trabalhos de História Oral, seja qual for a modalidade de entrevista escolhida, opera-se um encontro entre entrevistado e entrevistador. Tal relação é permeada pelo *diálogo*, e nela está, segundo Ricoeur, presente uma *intenção*. E a intenção tem “*efetivamente um aspecto psicológico que é experimentado enquanto tal só pelo locutor*” (RICOEUR, 1996, p.68) e que implica “*a intenção de serem reconhecidos (...). Esta intenção de ser identificável, reconhecido como tal pelo outro, é a parte da própria intenção (...)* Essa reciprocidade de intenções é o evento do diálogo” (RICOEUR, 1996, p.69.)

A partir da leitura de Roman Jakobson, Ricoeur elabora um esquema que estrutura este processo de comunicação (RICOEUR, 1996, p. 66). Ele ocorre a partir da relação entre falante e ouvinte, mediada pela

mensagem. A este modelo acrescenta-se três elementos: o contato (ocorrido entre o falante e o ouvinte), o código (pelo qual a mensagem será transmitida) e o contexto (que cerca o ouvinte, receptor da mensagem) (CARDOSO, 2013).

O modelo estrutura-se mais ou menos assim.



Transpondo este modelo para o tipo de relação estabelecida nas pesquisas de História Oral, temos que o falante, regra geral, será o *entrevistado*, ou seja, o responsável pela narração dos fatos; o entrevistador será, regra geral, o ouvinte. (A relação, no entanto, se inverterá no momento em que são realizadas as perguntas). Os dois, falante/entrevistador e ouvinte/entrevistado, entrarão em *contato*, a partir do qual será veiculada uma *mensagem*. Tal mensagem será a *narrativa*, elaborada e veiculada a partir de um *código*, em que o falante e o ouvinte têm como comum. Tudo isto cercado por um *contexto* histórico, social, cultural e econômico.

Narrativa

Lembrança e narrativa têm, segundo Ricoeur, estreita proximidade:

É, pois, ao nível da narrativa que se exerce primeiro o trabalho de lembrança. E a crítica ainda agora evocada parece-me consistir no cuidado em contar a outrem as histórias do passado, em contá-las também do ponto de vista do outro - outro, meu amigo ou meu adversário. Este rearranjo do passado, consistindo em contá-lo a outro e do ponto de vista do outro, assume uma importância decisiva, quando se trata dos

acontecimentos fundadores da História e da memória comuns. (RICOEUR, 2016)

A partir daí, Ricoeur lança as bases de sua reflexão sobre a temporalidade, a qual só “requer a mediação do discurso indireto da narração, e a refiguração efetiva do tempo, tornado assim tempo humano, pelo entrecruzamento da história e da ficção” (RICOEUR, 1997, p.417). A narrativa, assim, é uma maneira de apropriação do tempo por parte do homem. O ato de narrar, para Ricoeur, tem o condão de recuperar o tempo. Este só se torna humano no momento em que é articulado narrativamente. (RICOEUR, 1994).

Mas o tempo não é o único constitutivo da narração. O ato de narrar exige a presença de uma intriga, que Ricoeur chama de representação da ação (CARVALHO, 2012, p. 173). Na narração, não temos o tempo idêntico ao do acontecimento: o narrador alonga ações, que, na verdade, foram pouco importantes; encurta ações que foram mais longas - o tempo é representado (CARVALHO, 2012, p. 174).

Para melhor explicar como opera este processo, Ricoeur elaborou o conceito de tríplice mimese, composto por três estágios

O primeiro estágio, denominado “Mimese I”, compreende as dimensões éticas, o mundo social em sua complexidade, o real e suas representações, que o leitor tem como certas; é o mundo prefigurado, realizado pelos processos coletivos de prefiguração (CARVALHO, 2012, p.175). A concepção da intriga está enraizada nesta pré-configuração do mundo (CARVALHO, 2012, p.175)

O segundo estágio, denominado “Mimese II”, é aquele onde há a presença do narrador com seu instrumento de criação. É o momento da tessitura e da elaboração da narrativa; é o mundo configurado (CARVALHO, 2012, p. 177). Esta tessitura - que quer recuperar o tempo, conforme vimos anteriormente – é o que dá sentido ao mundo vivido. (CARVALHO, 2012, p. 175) .

No terceiro e último estágio, a “Mimese III”, opera-se a recepção da narrativa. É feita a intersecção entre o mundo da criação e o mundo onde

ela se exhibe. O leitor é convidado a integrar-se na trama (CARVALHO, 2012, p.177).

Assim, a narrativa é uma construção, uma elaboração feita de um modo específico e direcionada a um público dado.

Interpretação

A interpretação opera no sentido de "*de tornar produtivas a alienação e a distanciamento*" (RICOEUR, 1996, p. 92). Importa lembrar que a exteriorização verbal é, para Ricoeur, um ato de discurso, configurando um evento onde - no caso do diálogo - ocorre algo que

“não é apenas a experiência enquanto expressa e comunicada, mas também a própria troca intersubjetiva, o acontecer do diálogo. A instância do discurso é a instância do diálogo. O diálogo é um evento que liga dois eventos, o do locutor e do ouvinte” (RICOEUR, 1996, p.66).

No caso da interpretação das narrativas oriundas de trabalho de História Oral, deve-se ressaltar a intencionalidade dos falantes; deve-se analisar as omissões, as faltas, as hesitações, as pausas, tudo aquilo que caracteriza a intenção. (CARDOSO, 2013)

Ainda que a intenção tenha um aspecto psicológico que só o locutor experimenta (RICOEUR, 1995, p. 68), ela também envolve negociação; pois a intenção do locutor envolve a intenção de ser reconhecido. (CARDOSO, 2013). E, neste jogo de intenção e reconhecimento, abre-se o espaço para a interpretação das intenções, ponto decisivo dentro do trabalho desenvolvido pelo oralista.

Referências

ALBERTI, Verena, **Manual de história oral**. 2 ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALBERTI, Verena. **Ouvir Contar: textos em história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004b.

ALBERTI, Verena. **História Oral**, v. 15, n. 2, p. 159-166, jul.-dez. 2012

MEIHY, J.C.S.B.. **Manual de história oral** . 5ª ed. São Paulo: Loyola, 2005.

RICOEUR, Paul. **A Memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2007.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa. Tomo I**. Campinas. Papyrus, 1994

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa. Tomo III**. Trad. Roberto Leal Ferreira. Campinas: Papyrus, 1997

RICOEUR, Paul. **Teoria da Interpretação**. Trad. Artur Morão. Edições 70, 1996.

RICOEUR, Paul. **História e Verdade**. São Paulo: Forense, 1968.

RICOEUR, Paul. **O perdão pode curar?** Disponível em: <RICOEUR, Paul. O perdão pode curar? Disponível em:>. Acesso em: 12 jul. 2016.

CONTEXTUALIZANDO A CRIAÇÃO DO INSTITUTO DE INFORMÁTICA DA UFRGS

CLÁUDIA DE QUADROS ROCHA¹⁴⁵

PATRICIA KAYSER MANGAN¹⁴⁶

Resumo: Este trabalho é um recorte da dissertação a ser defendida no Mestrado Profissional em Memória Social e Bens Culturais, intitulada "Instituto de Informática da Universidade Federal do Rio Grande do Sul: memória social, espaço e identidade". No presente artigo pretende-se abordar o surgimento da Informática e a criação e mudança do INF/UFRGS para o Campus do Vale, ocorridas em 1989 e 1991 respectivamente.

Palavras-chave: Memória; Identidade; Espaço; Instituto de Informática; UFRGS.

Abstract: This work is part of the dissertation to be defended in the Professional Masters in Social Memory and Cultural Heritage, entitled "Information Technology Institute of the Federal University of Rio Grande do Sul: social memory, space and identity." This article aims to address the emergence of information technology and the creation and relocation of INF / UFRGS to Campus Valley, occurred in 1989 and 1991 respectively.

Keywords: Memory; Identity; Space; Institute of Informatics; UFRGS.

Introdução

O presente artigo é parte da pesquisa que se encontra em andamento, o qual propõe um estudo sobre a construção da memória social, espaço e identidade do grupo do Instituto de Informática da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (INF/UFRGS). Delimita-se como recorte temporal o período de 1989 a 1991, data de criação do INF/UFRGS e de sua transferência do Campus Centro para as atuais instalações no Campus do Vale. O objetivo do projeto é analisar a partir das memórias dos servidores docentes e técnico-administrativos e de que maneira ocorreu o processo de construção de identidade do grupo com a criação e ocupação do novo espaço no Campus do Vale.

A escolha se deve pelo fato de que o Instituto de Informática, com apenas 26 anos de história, destaca-se como centro de excelência com reconhecimento nacional internacional em ensino, pesquisa e inovação na área da computação. Somando-se a isso, será importante o registro da

¹⁴⁵ Mestranda em Memória Social e Bens Culturais do Unilasalle (email: claudiaquadros@inf.ufrgs.br).

¹⁴⁶ Doutora orientadora do Mestrado Profissional e Bens Culturais do Unilasalle (email: patricia.mangan@unilasalle.edu.br).

construção de identidade e pertencimento ao novo espaço, podendo assim inspirar outros institutos a partir de sua história de sucesso.

Especificamente neste artigo, é abordado o histórico do INF/UFRGS o que além de ser importante para a pesquisa em andamento, já citado, podem servir de subsídio para pesquisas posteriores. Os resultados aqui apresentados foram obtidos a partir de uma pesquisa bibliográfica e documental. Assim, até o momento foi realizada pesquisa bibliográfica sobre o universo da informática no mundo e sobre o INF/UFRGS. Bem como, pesquisa documental através de Atas, Portarias, ofícios que são documentos oficiais da Universidade.

O Boletim Informativo INF/UFRGS com sua periodicidade bimestral foi um dos documentos importantes para a pesquisa, tendo edições especiais de 10, 15, 20 e 25 anos, no qual se encontra a linha do tempo do instituto, entrevistas com personalidades acadêmicas e profissionais que integram o INF/UFRGS, bem como prêmios conquistados pela comunidade do INF e a história do Instituto nestes 27 anos de realizações, com pesquisas e o reconhecimento aos atores que ajudaram a manter padrão e reconhecimento na área da computação.

1. Contexto Teórico: principais categorias

A partir dos conceitos de memória, identidade e espaço, apresentam-se marcos teóricos que contribuem para responder ao problema de pesquisa e testar as hipóteses de trabalho, no qual foi o pano de fundo para a escrita deste artigo.

Primeiramente, a memória é uma capacidade humana. Como sugere Aleida Assmann, a memória é capaz de acumular informações e de recordar experiências. Acumular consiste em arquivar, depositar e conservar informações; recordar, em processar e delinear ações e projetos futuros. Em ambos os casos, o que se entende por “passado” nada mais é que uma reconstrução, no presente, dessas experiências e informações (ASSMANN, 2011).

A dinâmica formativa da identidade dialoga, necessariamente, com a capacidade humana de lembrar e esquecer. Memória e identidade

imbricam-se não porque a memória é contínua ou se repete sucessivamente ao longo do tempo, mas porque aquilo que se denomina “identidade” nada mais é que uma representação das origens, das convicções, dos valores e das práticas que se deseja apresentar aos outros como sendo as características essenciais de uma pessoa, de um grupo e de um povo.

A memória é a capacidade de acumular informações e de recordar experiências; a identidade, uma representação dessas informações e experiências como um todo integrado, que persiste no tempo. Mas, em todos os casos, memória e identidade articulam-se em um contexto de caráter histórico, cultural e social. Neste projeto, esse contexto denomina-se “espaço”.

O conceito de espaço é bastante estudado nas Ciências Humanas e Sociais. Na geografia, o autor de referência é Milton Santos (1978). Para esse autor, o espaço é um verdadeiro campo de forças, ou redes de relações sociais, cuja formação é desigual. Ou seja, é compreendido por um conjunto de formas distintas de relações sociais do passado e do presente, que se manifestam por meio de processos e funções, onde a evolução do espaço não se apresenta da mesma forma em todos os lugares (SANTOS, 1978).

Contexto Histórico: a Informática no Brasil e no mundo

O século XX foi marcado por revoluções e mudanças drásticas em todas as suas bases, sendo elas econômicas, políticas e culturais. Através de duas grandes guerras que assolaram o mundo, diversas formas de sociedade surgiram e propuseram suas respectivas ideologias para os países. Ainda durante a Segunda Guerra Mundial, motivado por interesses militares, a criação e a construção dos primeiros protótipos de computadores eram destinados ao Exército, a Marinha e a Aviação, além de atender a programas nucleares militares (BRETON, 1991).

Após a Segunda Guerra Mundial, todos os fundamentos da sociedade haviam sido transformados em algo diferente: duas superpotências, Estados Unidos e União Soviética, apareciam na

sociedade de nações, cada uma com suas respectivas concepções políticas, econômicas e principalmente socioculturais. Em meio a todas essas mudanças, a criação do primeiro computador eletrônico (ENIAC), em 1946, demonstrou a tendência em que o mundo se encontrava rumo à modernidade (SEGRILLO, 2000). A Guerra Fria que se seguiu em 1947 projetou então a disputa entre essas duas superpotências por maior influência e superioridade tecnológica no mundo. Nesse ambiente de disputa internacional econômica, esses dois países passaram a investir em suas economias na busca de vantagens e superação do seu adversário, principalmente na área de inovação (SEGRILLO, 2000).

Por volta dos anos 1950, no contexto da Guerra Fria, ocorreu o que os historiadores chamam de Terceira Revolução Tecnológica, ou Revolução Científico-Técnica (SEGRILLO, 2000). Tal Revolução mudou as bases da produção e da informação: conceitos como *computação*, *robótica* e *telemática* passaram a integrar cada vez mais a sociedade da época. Desta revolução criou-se o conceito de Informática, proveniente da união das palavras *informação* e *automática*.

Na sequência desses avanços na área de tecnologia, a Internet foi criada em 1969 pelos Estados Unidos. Esse novo meio de comunicação foi inicialmente utilizado para fins militares no contexto da Guerra Fria, em que comunicações seguras se tornaram essenciais frente aos métodos de interceptação e decifração das comunicações. Nas últimas décadas da Guerra Fria, a partir de 1985, a Internet já era uma tecnologia estabelecida, mas conhecida por poucos (CAD, 2016).

Conjuntamente aos avanços na área de comunicação representada pela Internet, novas máquinas de computadores, mais desenvolvidas, foram progressivamente inventadas. O primeiro computador pessoal, o Apple I, foi criado em 1976 pelos americanos Steve Jobs e Steve Wozniac que criariam a empresa de computadores do mesmo nome anos mais tarde. Esse primeiro computador era baseado em microprocessadores de quarta geração (SEGRILLO, 2000).

Nos anos que sucederam ao fim da Guerra Fria, houve uma tendência crescente no uso e difusão da Internet pelo mundo,

principalmente nos países avançados da Europa, Estados Unidos e Japão. Entretanto, o Brasil não ficou de fora desta expansão das comunicações. Em 1992, a RNP (Rede Nacional de Pesquisa) realizou a implantação de sua primeira rede no Brasil e começou a divulgar os serviços internet à comunidade acadêmica. Através de seminários, mostrou-se a importância estratégica que as tecnologias da internet, e conseqüentemente a sua ampliação, representavam para o Brasil (RNP, 2016). Após três anos, em 1995, foi iniciada a abertura da Internet comercial pelo Brasil. Assim, pela primeira vez o cidadão comum pôde ter acesso à internet modalidade IP discado, a qual foi amplamente aceita pela população brasileira (RNP, 2016).

Atualmente, após mais de duas décadas da Internet no Brasil, foi perceptível o avanço exponencial da Internet em relação aos outros meios de comunicação, estando presente diariamente na vida dos brasileiros. Assim, os avanços que se apresentam atualmente no campo da informática e dos meios de comunicação, dentre os quais a Internet possui posição central, torna-se essencial construir um ensino dinâmico e moderno, capaz de alcançar a velocidade destas informações e tecnologias além de possuir a capacidade de inovar e pensar à frente do seu tempo.

O Instituto de Informática – UFRGS: criação e excelência acadêmica

As origens do Instituto de Informática remontam ao Centro de Processamento de Dados (CPD) da UFRGS, onde existia a Divisão Acadêmica do CPD. Em 1968 foi criado o CPD, o qual ficou responsável pelo serviço de informática para a Universidade. Os primeiros passos em direção do desenvolvimento da Computação se deu com a aquisição do primeiro computador de grande porte, o B-6700. “Na avaliação do professor Manoel Luiz Leão, esse foi o grande passo da instituição para tomar a frente no cenário do ensino da computação nacional” (INSTITUTO DE INFORMÁTICA, 2009, nº 48, p 3.). Assim, o B-6700 passou a ser utilizado por um grupo de professores da Faculdade de Física da UFRGS para medições usadas em experiências em laboratório. Mas, acima de tudo, um grupo do CPD passou a utilizar o computador para o aprendizado na área

de software, enquanto estudantes de Física o utilizavam para melhorias na área de hardware (KNEBEL, 2010).

O passo seguinte foi a criação do Curso de Pós-Graduação em Ciência da Computação (CPGCC) na Escola de Engenharia da UFRGS, em 1972. Entre os únicos três cursos brasileiros de Ciência da Computação, quando de sua criação, essa área de pesquisa possuía pouca prioridade na academia. Nas palavras do Professor Daltro José Nunes, “[s] e vivia no mundo das aplicações, a ciência ficava em segundo plano. O que importava era como a informática poderia ser usada nas organizações” (INSTITUTO DE INFORMÁTICA, 2009, nº 68, p.3). Dois projetos na área de computação foram submetidos para o financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), hoje BNDES: o primeiro de software, desenvolvido pelos docentes do CPD, e o segundo de hardware, feito pelos docentes do Instituto de Física. Assim, o curso foi pioneiro no Brasil a abordar software e hardware de forma integrada, garantindo o recurso financeiro para ampliar o CPGCC (INSTITUTO DE INFORMÁTICA, 2009, nº 68, p.3.).

O terceiro passo em direção ao Instituto de Informática foi a criação do curso de Tecnólogo em Processamento de Dados em 1973, o primeiro curso de formação na área da computação. Como consequência de um mercado em progressiva expansão, necessitava-se de profissionais com formação mais ampla. A universidade, atenta a essa conjuntura, estruturou o currículo básico do curso em Bacharel em Ciência da Computação. Conforme a Professora Magda Bercht ressalta, “(...) as adaptações que fizemos no Tecnólogo ajudaram a concretizar o currículo de Ciência da Computação” (INSTITUTO DE INFORMÁTICA, 2009, nº68, p. 4).

Em âmbito nacional, durante o período de 1977 a 1991, ocorreu no Brasil a política de reserva de mercado de informática, cujo objetivo era a criação de uma indústria local competitiva com tecnologia de ponta, direcionada a empresas exclusivamente de capital nacional. A lei nº 7.232, de 29 de outubro de 1984, denominada de Política Nacional de Informática e Automação, teve como principal objetivo “estabelecer

estratégias para alcançar o domínio da tecnologia de informática, fundamental para a competência nacional” (MAZZEO, 1996).

Diante desse contexto nacional, o Instituto de Informática da UFRGS (INF/UFRGS) foi criado em 9 de novembro de 1989 como uma unidade independente para unir ensino, pesquisa e extensão no âmbito da UFRGS. No entanto, o INF/UFRGS foi inicialmente instalado nas dependências restritas que lhe cabia junto à Engenharia Elétrica da UFRGS, no Campus Centro, e contava apenas com um corpo administrativo reduzido, uma biblioteca e poucas salas de aula (INSTITUTO DE INFORMÁTICA DA UFRGS, 2014, nº87, p.5).

Após a criação do INF/UFRGS, considerou-se a proposta de mudança para o Campus do Vale. Essa ideia já era discutida desde os primeiros planos e esboços devido à existência de uma área maior no Campus do Vale, existente desde 1977 (INSTITUTO DE INFORMÁTICA DA UFRGS, 2014, nº87, p.5). Diante dessa perspectiva de aumento de espaço e possibilidade de expansão institucional, iniciou-se em 1991 o processo de transferência para as novas instalações recém-construídas no Campus do Vale, as quais abrangiam inicialmente uma área de cerca de 4.000 m². Para a consecução dessa transferência, foi criada uma comissão responsável que incluía docentes e técnicos- administrativos encarregados da parte operacional de todo o processo. Tal organização foi necessária para efetivar a transferência do Campus Centro para o Campus do Vale.

Situado desde então no Campus do Vale, o INF/UFRGS conta com infraestrutura comparável a das melhores universidades do mundo. Atualmente abrange uma área física de 7600 m² (correspondendo a quatro prédios), sendo disponibilizada a comunidade acadêmica espaços como laboratórios de ensino e de pesquisa qualificados, centro de eventos, auditórios equipados com recursos multimídia e biblioteca com grande acervo na área de Computação (INSTITUTO DE INFORMÁTICA DA UFRGS, 2014, nº68, p.2).

Considerações finais

Uma vez que a instituição exerce um papel fundamental nas sociedades, torna-se relevante o estudo da história e memória do Instituto de Informática da UFRGS. Dada à comemoração dos 27 anos do Instituto de Informática da UFRGS, a documentação e a valorização da história da instituição se tornam indispensáveis, uma vez que a conservação de tais informações e memórias constitui a base da identidade construída ao longo desses anos. A pesquisa e documentação da história do INF/UFRGS contribuirão para a valorização das memórias institucional e acadêmica, bem como a dos próprios atores, sejam eles docentes ou técnicos administrativos.

Do ponto de vista de reconhecimento da excelência acadêmica, “em 2013, o PPGC recebeu nota máxima (nota 7) na avaliação da CAPES/MEC, sendo o único programa do sul do Brasil a receber tal distinção, consolidando-se como um dos cinco maiores programas de Pós-Graduação do país” (INSTITUTO DE INFORMÁTICA, 2013, nº85, p.3). Assim, o desenvolvimento do Instituto de Informática da UFRGS foi baseado numa atividade acadêmica sólida, resultado de um processo iniciado ainda na década de 1970, e sendo atualmente reconhecido pela excelência acadêmica, inovação e compromisso social.

Percebe-se assim o interesse em se conhecer a história do INF/UFRGS, passando pelas informações que remontam aos fatos anteriores, os acontecimentos do mundo sobre a evolução da computação que contribuíram para criação do Instituto. Utilizando para isso, os vídeos institucionais, boletim da Informática e vídeos comemorativos de aniversários e marcos históricos da UFRGS, obteve-se algumas informações que serão complementadas a partir das vozes de docentes e técnicos administrativos que participaram ativamente deste momento seminal do INF/UFRGS. Até o momento, foram realizadas duas entrevistas, com um docente e um técnico-administrativo, as quais estão em processo de transcrição, a partir da qual será feita a análise de conteúdo.

Referências

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória. Campinas: Ed. da Unicamp, 2011.

BRETON, Philippe. **História da informática**. São Paulo: UNESP, 1991.

CAD- Computer Applications Development. **História da Internet**. Disponível em: http://www.cad.com.mx/historia_del_internet.htm. Acesso em: 19 mar.2016.

INSTITUTO DE INFORMÁTICA DA UFRGS. **PPGC-UFRGS recebe nota máxima na avaliação da CAPES**. Boletim da Informática, nº 85, pag. 03. out a dez 2013. Disponível em: <<http://inf.ufrgs.br/images/boletim/2014/inf-ufrgs85x.pdf>>. Acesso em: 06.out.2015.

_____. **Instituto completa 20 anos**. Boletim da Informática, nº 68, nov. 2009. Disponível em: <http://www.inf.ufrgs.br/site/wp-content/uploads/2014/07/boletim068.pdf> Acesso em: 06 out. 2015.

_____. **25 Anos de Excelência**. Boletim da Informática nº 87, nov. 2014. Disponível em: <http://inf.ufrgs.br/images/boletim/2014/boletim87.pdf>. Acesso em: 06 out. 2015.

KNEBEL, Patrícia, **Dos Grãos aos Chips: a história da tecnologia e da inovação no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EDIPUCRS,2010.

MAZZEO, L.M. **A Informática no Brasil e o Novo Paradigma Industrial**. Doutorado – Fundação Getúlio Vargas, 1996.

RNP-Rede Nacional de Ensino e Pesquisa. **Nossa história**. Disponível em: <<https://www.rnp.br/institucional/nossa-historia>>. Acesso em :29/03/2016

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

SEGRILLO, Ângelo. **O declínio da URSS**. um estudo das causas. Rio de Janeiro: Record, 2000.

CONCEPÇÕES DE LAZER E USOS DO TEMPO LIVRE NOS FILMES “A INVENÇÃO DA INFÂNCIA” E “ENVELHESCÊNCIA”

ELIANE JOST BLESSMANN¹⁴⁷

LUCAS¹⁴⁸

GILCA MARIA LUCENA KORTMANN¹⁴⁹

LAUREN DIETRICH¹⁵⁰

ARLETE CAYE¹⁵¹

Resumo: Este trabalho tem por objetivo apresentar e discutir as concepções de lazer e usos do tempo livre nos documentários “A invenção da infância” e “Envelhescência”. Ao mesmo tempo que é sugerido que a infância foi inventada a partir da modernidade, o filme leva a crer que essa invenção arrisca desaparecer: as crianças que aparecem no filme tem atividades que remetem ao trabalho, compartilham informações com adultos e hesitam entre dizer que se sentem crianças ou que levam uma vida de adulto. Em “Envelhescência”, sugere-se que velhice sempre existiu, mas passou a ser reinventada a partir de meados do século XX. O termo “envelhescência” é uma alusão à adolescência, como etapa de vida com significativas mudanças físicas e psíquicas, que pode ser vivida positivamente.

Palavras-chave: lazer; tempo livre; infância; envelhescência.

Abstract: This paper presents and discuss the conceptions of leisure and free time through the documentaries "A invenção da infância" and "Envelhescência". In "A invenção da infância", its suggested that childhood was invented in modernity and that childhood will disappear: the children in the film have activities that refer to work, share information with adults and hesitate between saying that they feel children. In "Envelhescência," the idea is that aging has always existed, but has to be reinvented from the mid-twentieth century. The term "envelhescência" is an allusion to adolescence as a life stage with significant physical and psychological changes that are lived positively. It is from this point of view that the documentary shows the experiences of six elderly

Keywords: leisure; free time; childhood; envelhescência.

Introdução

Este trabalho tem por objetivo apresentar e discutir as concepções de lazer e usos do tempo livre nos documentários “A invenção da infância”,

¹⁴⁷ Mestre em Ciências do Movimento Humano. Assistente Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/RS, Brasil). E-mail: eliane.blessmann@gmail.com

¹⁴⁸ Doutor em Etnologia e Sociologia Comparada pela Universidade de Paris 5 – Sorbonne. Professor do curso de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais do Unilasalle (Canoas/RS). E-mail: lucas.graeff@unilasalle.edu.br

¹⁴⁹ Doutora em Educação. Professora do curso de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais do Unilasalle (Canoas/RS). E-mail: gilca.kortmann@unilasalle.edu.br

¹⁵⁰ Estudante de Psicologia – Unilasalle (Canoas/RS). E-mail: laurenlorenz02@hotmail.com

¹⁵¹ Historiadora. Doutoranda em Memória Social e Bens Culturais – Unilasalle (Canoas/RS). E-mail: arletecaye@gmail.com

de Liliana Sulzbach, e “Envelhescência”, de Gabriel Martinez e Ruggero Fiandanese. Nenhum dos dois filmes trata diretamente de tais concepções; não obstante, na medida em que definimos lazer e tempo livre como atividades de livre escolha no tempo livre, de liberação do trabalho, da escola e demais obrigações cotidianas, é possível retomar os argumentos principais de cada obra e propor, de forma crítica, que as atividades de lazer e o tempo livre diferem de acordo com o status social para as crianças dissociando, de maneira geral, o conceito de infância da fase de brincar e a velhice se apresenta como uma etapa da vida propicia a novas experiências vivenciadas no lazer.

A fim de defender esse ponto de vista, este trabalho desdobra-se em três seções: na primeira, fazemos uma resenha de cada documentário; em seguida, discutimos os conceitos de lazer e tempo livre que servem de apoio a nossas análises; e, por fim, retomaremos algumas passagens e argumentos dos filmes, discutindo-os sob o prisma das referências conceituais.

“A invenção da infância” e “Envelhescência”: resenhas

Dirigido por Liliana Sulzbach, o documentário “A invenção da infância” tem duração de 26 minutos e, segundo sua sinopse, propõe uma “reflexão sobre o que é ser criança no mundo contemporâneo”. Foi apresentado em diversos festivais nacionais e internacionais, nos quais obteve quinze prêmios. Sua distribuição é gratuita, podendo ser assistido no site do CurtaDoc (<http://curtadoc.tv/curta/inclusao/a-invencao-da-infancia/>).

Ao longo de todo documentário “A invenção da infância”, são contrastados depoimentos de crianças de regiões rurais e urbanas brasileiras e de classes sociais distintas. Suas falas remetem ao brincar e à disciplina imposta por adultos. Ao mesmo tempo que é sugerido que a infância foi inventada a partir da modernidade, o filme leva a crer que essa invenção arrisca desaparecer: as crianças que aparecem no filme tem atividades que remetem ao trabalho, compartilham informações com adultos e hesitam entre dizer que se sentem crianças ou que levam uma vida de adulto.

O documentário “Envelhescência” é dirigido por Gabriel Martinez, com argumento de Ruggero Fiandanese. Ao longo de 86 minutos, aborda as experiências de envelhecimento de seis pessoas e traz análises de três intelectuais: Alexandre Kalache, Mirian Goldenberg e Mário Sergio Cortella. Foi lançado em 2015, com *première* no Centro Cultural Banco do Brasil de São Paulo. Sua distribuição é comercial, podendo ser adquirido no site do projeto: <http://www.envelhescencia.com.br>.

Em “Envelhescência”, sugere-se que velhice sempre existiu, mas passou a ser reinventada a partir de meados do século XX. O termo “envelhescência” é uma alusão à adolescência, como etapa de vida com significativas mudanças físicas e psíquicas, que pode ser vivida positivamente. É sob esse ponto de vista que o documentário mostra as experiências de seis idosos: Oswaldo Silveira, maratonista e *maître* de hotel aos 84 anos; Edmea Correia, 67 anos e surfista; Luiz Schirmer paraquedista de profissão, que segue saltando aos 76 anos; Ono Sensei, professor de *aikido* com 89 anos; Edson Gambuggi, que se formou em medicina após a aposentadoria; e Judith Caggiano, que começa a se tatuar e a colocar *piercings* no corpo após o falecimento do marido, transformando-se em “outra pessoa” (sic) aos 83 anos de idade.

Lazer e tempo livre

Em que consiste o lazer? Como se relaciona com o tempo livre? E, sobretudo: como lazer e tempo livre dialogam com a infância e a velhice ou Terceira idade? Para responder a essas perguntas, recorreremos a três autores clássicos sobre os temas do lazer e do tempo livre: Joffre Dumazedier, Norbert Elias e Eric Dunning. Em Dumazedier,

“o lazer concerne a um conjunto mais ou menos estruturado de atividades com respeito às necessidades do corpo e do espírito dos interessados: lazers físicos, práticos, artísticos, intelectuais, sociais, dentro dos limites do condicionamento social, político e cultural de cada sociedade. São tais atividades que iremos chamar de lazers. Seu conjunto constitui o lazer.” (Dumazedier, 1979, p. 92).

Em Elias e Dunning, por sua vez,

Um dos primeiros passos para o estudo mais adequado do lazer nos factos observáveis traduz-se

na exigência de uma distinção mais penetrante e na definição mais nítida das relações entre o tempo livre e lazer. Tempo livre, de acordo com os actuais usos linguísticos, é todo o tempo liberto das ocupações de trabalho. Nas sociedades como as nossas, só parte dele pode ser devotado às actividades de lazer. (Elias e Dunning, 1992, p. 107)

Nos três autores, lazer e tempo livre se imiscuam. Isso porque, como escreve Dumazedier, “o lazer é definido, nos dias de hoje sobretudo, por oposição ao conjunto de necessidades e obrigações da vida cotidiana” (DUMAZEDIER, 2008, p. 31). Sob esse ponto de vista, quando se trata de pensar a infância e a velhice, como no caso deste trabalho, pode-se imaginar que o brincar seja uma forma de lazer – ou, ao menos, uma ocupação do tempo livre. O mesmo pode ser dito das “atividades-sonho”, se podemos chamar assim, que surgem no filme *Envelhescência: maratona, surf, aikido* e artes plásticas surgem como escolhas possíveis para além das necessidades e obrigações de uma vida de trabalho prévia.

Em linhas gerais, definiremos o tempo livre como uma categoria que se opõe ao tempo ocupado pelo trabalho e pelas obrigações de estudo. Nesse caso, o trabalho doméstico – como no caso de crianças ou de mulheres que aparecem nos filmes – também deve ser visto sob o prisma de um tempo subordinado pelo trabalho.

Quanto ao lazer, há especificações que são relevantes. Em primeiro lugar, trata-se de uma atividade. Em outras palavras, o tempo livre é uma categoria fluida, que independe de um conteúdo específico. Basta que seja um período de tempo não determinado para o trabalho subordinado. Enquanto que o lazer é uma atividade que diz respeito “às necessidades do corpo e do espírito dos interessados” (Dumazedier, 2008), que gera uma “tensão agradável”, como sugerem Elias e Dunning (1992), favorecendo a catarse das tensões vividas nas relações de trabalho.

Em segundo lugar, o lazer pode ser pensado em três dimensões (DUMAZEDIER, 2008): é uma livre escolha, não está, em princípio, submetido a um fim lucrativo; é uma busca pela satisfação; e responde às necessidades do indivíduo, “sejam elas: liberar-se da fadiga; liberar-se do tédio; ou liberar-se da rotina (abrir caminho para a potência criadora)”

(DUMAZEDIER, 2008, p. 96). Dessas três dimensões, desdobram-se três funções: descanso, isto é, reparação de “deteriorações físicas e nervosas provocadas pelas tensões resultantes das obrigações cotidianas e, particularmente, do trabalho” (idem); divertimento ou recreação, que envolve “complementação, compensação e fuga das disciplinas e coerções necessárias à vida social” (*ibidem*); e desenvolvimento da personalidade, operando aprendizagens voluntárias e o autodidatismo.

Por fim, o lazer pode ser classificado segundo seus interesses culturais (DUMAZEDIER, 1979): os Físicos, os Manuais, os Estéticos, os Intelectuais e os Sociais. Cada conjunto de interesses pode se traduzir em dois tipos de operações: as produtivas, que envolvem realização, invenção, descoberta, expressão, etc.; e as não produtivas, como observação e contemplação. Em Elias e Dunning (1992), a classificação das atividades de lazer é diferente. Os autores destacam atividades relacionadas as rotinas do tempo livre, como a provisão rotineira das necessidades biológicas e cuidados com o próprio corpo e o governo das rotinas familiares e as atividades intermediárias de tempo livre (trabalho particular voluntário para outros, atividades religiosas, *hobbies*, etc.) como distintas das atividades de lazer, que seriam: 1) atividades pura ou simplesmente sociáveis (encontros sociais formais ou informais, lazer comunitário...); e 2) Atividades de jogo ou miméticas (de elevado grau organizacional, de menor grau de organização, atividades esporádicas, prazerosas e multifuncionais).

O lazer e o tempo livre em “A invenção da infância” e “Envelhescência”

Os filmes “A invenção da infância” e “Envelhescência” trazem concepções de lazer e tempo livre particulares, mas com alguns traços comuns. Iniciando por esses, importa destacar que tanto a infância quanto a Terceira Idade são pensadas como tempos de não trabalho ou de trabalho não subordinado. No primeiro caso, a infância é o tempo do brincar – ainda que, no filme, surjam novas tendências onde as crianças de classes médias pensem a escola e os afazeres extra-classe como de caráter formativo. Se pensarmos por meio da discussão de Dumazedier

(1979), essas crianças estariam desenvolvendo sua personalidade através de aprendizagens voluntárias e de autodidatismo. Nesse sentido, como sugere Marília, saber inglês é preparar-se para o futuro “as crianças que não estudam inglês estão em desvantagem porque depois se quiserem viajar para o exterior, fazer uma faculdade, elas não vão ter a base para falar”. Espelhando essa tendência de redução do tempo de brincar sugerido pela “A invenção da infância”, os casos apresentados em “Envelhescência” também tratam de desenvolvimento da personalidade. Quando decidem fazer *surf*, tatuagens ou aprender medicina após a aposentadoria, podemos falar de uma decisão pela aprendizagem voluntária. No seu caso, porém, essa decisão é valorizada – seja pelo diretor ou pelo responsável pelo argumento do longa-metragem, seja pelos entrevistados. O Sr. Edson, após a aposentadoria foi correr atrás de seu sonho que era fazer medicina e formou-se aos 82 anos de idade. O importante para uma bela velhice é ter projeto de vida, ter uma vida com significado, não desistindo de si mesmo, se reinventando, com projetos de vida trazidos desde a infância adquiridos depois, seja viajar, estudar, etc., como disse Miriam Goldenberg.

No que se refere às particularidades, ressaltamos que “Envelhescência” não traz depoimentos de pessoas que não pertençam às camadas médias urbanas. Assim, é natural que não apareça o tema do trabalho subordinado nessa obra, enquanto que isso ocorre em “A invenção da infância”. Mais precisamente, entendemos que a velhice é tratada positivamente como um período de lazer no filme justamente porque não traz depoimentos de idosos que ainda se encontram empregados ou trabalhando após a aposentadoria. Enquanto isso, em “A invenção da infância”, o contraste entre camadas médias e camadas populares e entre o urbano e o rural é um dos eixos fundamentais do argumento; logo, a questão do trabalho subordinado se impõe no caso das crianças pobres que vivem fora da cidade, relativizando a noção de que a infância é o tempo do brincar¹⁵².

¹⁵² No documentário, fica explícita a desigualdade entre as diferentes “infâncias”. No espaço rural e empobrecido, as mães relatam que perderam muitos filhos, entre elas uma

No nosso entender, a obra de Liliana Sulzbach explora mais a diversidade dos ciclos de vida e dos usos do tempo livre justamente por trazer experiências de pessoas – as crianças – de diferentes contextos sociais. Abordando suas vidas e suas responsabilidades, percebemos que essas experiências são ora valorizadas, ora apresentadas como estigmas de uma vida que não é totalmente definida pelo brincar, como quando a menina diz que “carrega um pouco esse monte de coisa, que a gente tem pra fazer” e quando o menino menciona que trabalha ali para, “quando crescer, ir ajudar o pai a trabalhar”. Ao mesmo tempo, seja entre as crianças de camadas médias urbanas ou as de camadas populares rurais, nem sempre se tem a dimensão da “livre escolha” mencionada por Dumazedier (2008) com uma das dimensões do tempo livre. Logo, a discussão sobre a extinção ou rarefação da infância, sugerida ao final pela frase “ser criança não significa ter infância”, não deixa de se confundir com a definição de tempo livre que apresentamos aqui ou com a concepção comum de que a infância é um momento de não trabalho.

Considerações finais

Lazer é um direito assegurado à criança e também ao idoso na legislação federal: Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8069/1990) e Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003). Brincar, praticar esportes e divertir-se são aspectos ressaltados pelo ECA no artigo 16 como direito à liberdade da criança, proibindo qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz (artigo 60). Não é o que se vê no documentário, onde o trabalho se caracteriza como exploração, sem nenhum vínculo com a formação técnico-profissional. Contrastando com essa realidade as crianças de outra classe social, tem todo o seu tempo preenchido com atividades de aprendizagem voltadas a sua formação pessoal situadas no âmbito do lazer. Neste sentido o lazer das crianças e o dos idosos abordados nos documentários se aproximam, ao voltaram-se a execução de atividades voltadas ao desenvolvimento da personalidade

que gerou vinte e oito filhos, dos quais apenas seis seguiram a vida. Essas mães falam como se essas mortes e nascimentos fossem algo normal, cotidiano: “morreu de morte” outras “Deus me deu, e Deus tomou”. Nessas situações precárias, os filhos que sobrevivem são submetidos ao trabalho subordinado, para o sustento familiar. Pagam o preço da sua sobrevivência vivendo como força de trabalho.

através de aprendizagens de esportes, de línguas, por exemplo. Enfatizando essas atividades as imagens dos documentários são ativas na produção de uma nova infância e de uma nova velhice em que a diversidade de atividades para as crianças a impedem de brincar e para os idosos oportunizam novas experiências.

Referências

DUMAZEDIER, Joffre. **Sociologia empírica do lazer**. Tradução Silvia Mazza e J. Guinsburg. 3 ed. São Paulo: Perspectiva, SESC, 2008.

ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. **A busca da excitação**. Tradução de Maria Manuela Almeida e Silva. Lisboa: Difusão Editorial, Lda., 1992.

BRASIL. Estatuto da criança e do adolescente. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em: 29 ag. 2016.

BRASIL. Estatuto do Idoso. **lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003**.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741.htm. Acesso em: 29 ag. 2016.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA UMA EDUCAÇÃO INTERCULTURAL

FERNANDA FONTES PRETO¹⁵³
GILBERTO FERREIRA DA SILVA¹⁵⁴

Resumo: O presente artigo tem como objetivo refletir sobre o lugar ocupado pela interculturalidade no processo formativo de professores, contemplando o que se denomina de formação permanente. O trabalho recorre a literatura disponível para construir a análise e pontuar elementos pertinentes para a elaboração da argumentação. Parte-se do pressuposto que a sociedade brasileira, formada na diversidade, acaba por exigir dos profissionais da educação uma resposta efetiva e eficiente desde o campo da educação. Assim, neste trabalho, discutimos a ideia de formação docente em sua acepção mais ampla, exploramos as noções de diversidade e interculturalidade para em seguida esclarecer e discutir a compreensão sobre educação intercultural. Neste trabalho defendemos a ideia de educação intercultural como um projeto político-educativo, permeado pelo compromisso com a educação básica de qualidade e pelo respeito às diferenças.

Palavras-chaves: Formação de Professores; Educação intercultural; Interculturalidade.

Abstract: This article has the objective to reflect about the place occupied by interculturality in the formative process of teachers, contemplating what is a permanent formation. The work searches the available literature to build an analysis and mark pertinent elements for the elaboration of argumentation. From the presupposition that Brazilian society, formed on diversity, requires from professionals for education an effective and efficient answer for education's area. Therefore, in this work, we discuss an idea of teacher training in its large meaning, exploring the notions of intercultural education. In this work, we defend the idea of intercultural education as a political educational project, permeated by the appointment with a basic education of quality and for the respect to differences.

Keywords: Teacher Training; Intercultural Education; Interculturality.

1. Introdução

O presente artigo tem como objetivo refletir sobre o lugar ocupado pela interculturalidade no processo formativo de professores, contemplando o que se denomina de formação permanente. O trabalho recorre à literatura disponível para construir a análise e pontuar elementos pertinentes para a elaboração da argumentação. Parte-se do pressuposto que a sociedade

153 Mestranda em Educação pelo Unilasalle (Canoas / RS Brasil). Professora da Educação Básica. E-mail: fernandafontespreto@hotmail.com

154 Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor do Programa de Pós-graduação em Educação e do curso de Pedagogia do Unilasalle (Canoas / RS Brasil). E-mail: Gilberto.ferreira65@gmail.com

brasileira, formada na diversidade, acaba por exigir dos profissionais da educação uma resposta efetiva e eficiente desde o campo da educação. Assim, na primeira parte deste trabalho, discutimos a ideia de formação docente em sua acepção mais ampla. Na segunda parte exploramos as noções de diversidade e interculturalidade para em seguida, na terceira parte esclarecer e discutir a compreensão sobre educação intercultural. Neste trabalho defendemos a ideia de educação intercultural como um projeto político-educativo, permeado pelo compromisso com a educação básica de qualidade e pelo respeito às diferenças.

2. Formação Permanente de Professores

A formação de professores, diferente do que muitos profissionais que atuam na área da educação acreditam, perpassa a ideia de que ao concluir um curso de graduação, o profissional está qualificado permanentemente para realizar sua função. A formação se dá muito além disso, pois é preciso considerar a bagagem de conhecimentos que é construída dia após dia e que independe da universidade, bem como os fatores culturais do qual o professor está inserido e a realidade escolar que é realizado o trabalho. Nóvoa (1995, p.25) nos diz que:

A formação não se constrói por acumulação (de cursos, de conhecimentos ou de técnicas), mas sim através de um trabalho reflexividade crítica sobre as práticas de (re)construção permanente de uma identidade pessoal. Por isso é tão importante *investir a pessoa* e dar estatuto ao *saber da experiência*. (NÓVOA, 1995, p. 25)

Tardif (2002) também reforça a ideia de que o professor ideal é aquele que alia os conhecimentos que possui em suas disciplinas com o desenvolvimento do saber prático, baseado na experiência que adquire com os próprios alunos. Freire (2011) quando fala sobre as práticas educativas também evidencia a importância dessa formação, onde o professor tem autonomia no seu próprio processo de formação. Com isso defendendo a ideia de uma formação permanente, que não acaba com a graduação, mas continua ao longo do exercício docente.

Utilizo o termo formação permanente de professores, pois como podemos observar, um professor comprometido com a educação é aquele que não se acomoda ao pensar que já sabe tudo o que precisa para lidar com todos os questionamentos e todas as situações que surgirão durante sua trajetória profissional. Compreendo, portanto, que tal formação contribui para que se desenvolva um ensino de qualidade, pois, estar em formação permanente é estar comprometido com sua função e conseqüentemente preparado para tal.

Uma formação construída dentro da própria profissão permite o diálogo constante entre teoria e prática, proporciona a aprendizagem docente e o desenvolvimento do professor. Um professor que busca a formação permanente é aquele que também reflete sua prática e permite a reflexão de seus alunos, contribuindo assim para o desenvolvimento dos sujeitos, não apenas acadêmico, mas também de maneira social e político.

3. Interculturalidade e Diversidade Cultural

No contexto brasileiro, há uma grande diversidade cultural, visto que dispomos de uma extensa área territorial, com grandes diferenças climáticas, geográficas, econômicas, étnicas e culturais. Mas além do Brasil, que geograficamente contribui para a diversidade, para os outros países o próprio aumento da globalização e da imigração também contribuiu para uma forte heterogeneidade cultural e étnica, se opondo aos paradigmas ocidentais impostos por meio de diversos recursos, onde almejam a homogeneização. Bhabha (1998, p.63 apud SILVA 2006, p.23) conceitua diversidade cultural como “objeto do conhecimento empírico, ela pode ser vista como uma categoria da ética, da estética ou da etnologia comparativas”. No mundo contemporâneo o contato intercultural se torna cada vez mais cotidiano e dá lugar a novas práticas de diversidade cultural.

A interculturalidade, por sua vez, é de grande relevância social, pois propõe o diálogo e o intercâmbio entre culturas, tendo como reflexo, o respeito para com o diferente e a superação do racismo. Walsh (2001, p.10-11), conceitua interculturalidade como:

[...] um processo dinâmico e permanente de relação, comunicação e aprendizagem entre culturas em condição de respeito, legitimidade mútua e igualdade. Um intercâmbio que se constrói entre pessoas, conhecimentos, saberes e práticas culturalmente diferentes, buscando desenvolver um novo sentido entre elas na sua diferença. Um espaço de negociação e de tradução onde as desigualdades sociais, econômicas e políticas, e as relações e os conflitos de poder da sociedade não são mantidos ocultos e sim reconhecidos e modificados. Uma meta a alcançar. (WALSH, 2001, p. 10-11)

A interculturalidade nos permite refletir sobre hibridismo, miscigenação, mistura de uma maneira descolonial. É importante a conscientização sobre o fato de que como indivíduos, carregamos uma bagagem cultural que se forma e se transforma diariamente, de acordo com as experiências que vivemos, do que aprendemos, do que experimentamos. Os próprios “costumes” de determinadas regiões, povos ou cidades vão adquirindo ou descartando algumas práticas de acordo com a necessidade de cada tempo, tornando-se diferente do que era no início. Podemos dizer que sociedades modernas não possuem um núcleo identitário fixo e estável. Ou seja, a hegemonia não existe e ainda, segundo Fleuri (2003):

Reconhecer nossa diversidade étnica implica saber que os fatores constitutivos de nossas identidades sociais não se caracterizam por uma estabilidade e uma fixidez naturais. As identidades culturais – aqueles aspectos de nossas identidades que surgem de nosso pertencimento a culturas étnicas, raciais, lingüísticas, religiosas, nacionais – sofrem contínuos deslocamentos ou descontinuidades.(FLEURI, 2003, p.23)

Ainda que nos seja imposto de diversas maneiras a homogenia, constatamos que a mesma é utópica diante do contexto atual. Somos afetados diariamente por experiências que desconstroem nossas ideologias e nos permitem reconstruí-las de diversas outras maneiras de acordo com o que vamos vivenciando e experimentando. A interculturalidade nos auxilia neste processo e nos permite fazê-lo de

maneira reflexiva e imersiva na cultura do outro, sem pré-conceitos raciais, políticos, sociais ou culturais.

4. Educação Intercultural

A organização da escola, por ainda se orientar por princípios clássicos como, homogeneização, monocultura e cristianismo, faz com que todos os seus integrantes que não se encaixem nesses princípios, serem discriminados, explícita ou implicitamente. O professor como personagem fundamental do processo de educação tem dentre suas funções, a de ensinar para a cidadania, pois concordo com Morin (2003) quando diz que: “A EDUCAÇÃO deve contribuir para a autoformação da pessoa (ensinar a assumir a condição humana, ensinar a viver) e ensinar como se tornar cidadão.” (MORIN 2003, p. 65) Sendo assim, é importante levar em consideração os questionamentos trazidos pelos próprios alunos, aproveitando oportunidades para discutir temas pertinentes a eles. Nóvoa (1995) e Tardiff (2002) defendem a ideia de que um bom professor se interessa não somente pela vida acadêmica do aluno, mas também o auxilia em sua vida pessoal, na formação da criticidade desse aluno e pelo modo com que o mesmo vai desenvolvendo sua conduta social. A educação intercultural, segundo Candau (2002):

Uma educação para a negociação cultural, que enfrenta os conflitos provocados pela assimetria de poder entre os diferentes grupos socioculturais nas nossas sociedades e é capaz de favorecer a construção de um projeto comum, pelo qual as diferenças sejam dialeticamente integradas. A perspectiva intercultural está orientada à construção de uma sociedade democrática, plural, humana, que articule políticas de igualdade com políticas de identidade. (CANDAU, 2002, p.14)

Ajudar a promover a educação intercultural também é atender uma necessidade que está impregnada em nossa sociedade e em nossos alunos, que é a falta de tolerância e respeito com o outro e com o que é diferente ou pertencente a outro grupo. O tema interculturalidade surge como transformador, pois quando trabalhado por meio de projetos e de intervenção na realidade escolar que primam por práticas que valorizam a

diferença e estimulam o reconhecimento do outro, permite o desenvolvimento do respeito às diferenças entre diferentes grupos identitários e a construção de relações recíprocas entre os mesmos. (FLEURI, 2003). Diante disso, nos é pertinente também destacar o fato de que “os adultos transmitem sua cultura para as crianças, atribuindo significado às condutas e aos objetos culturais que se formaram ao longo da história” (REGO, 2001. p.59), ou seja, a criança provavelmente reproduzirá as condutas que lhes forem ensinadas também pelos professores e enquanto essa conduta for a de excluir, depreciar e inferiorizar o que é diferente do “ideal” de cultura, ou simplesmente ignorar esse fato, não conseguiremos perpassar o “preconceito cordial” e não contribuiremos para que a interculturalidade se aplique de forma íntegra.

A educação intercultural permite que o professor desenvolva projetos onde passe a considerar as bagagens culturais, étnicas, ambientais, etc; de seus alunos com o intuito de estabelecer os espaços de negociação e tradução, retratados por Walsh (2001) e consequentemente contribua, de fato, para uma aprendizagem significativa.

Nos anos 90 Freire destaca ainda mais a dimensão cultural nos processos de transformação social e o papel da cultura no ato educacional. Além de reforçar seus argumentos em defesa de uma educação libertadora que respeite a cultura e a experiência anterior dos educandos, Freire alerta para as múltiplas dimensões da cultura, principalmente a cultura midiática. Ele chama atenção para o fato de que ela poderá despertar-nos para alguns temas geradores que o próprio saber escolar ignora, ou valoriza pouco, como a pobreza, a violência, etc. Destaca também que a mídia trabalha e explora a sensibilidade das pessoas e por isso consegue atrair e monopolizar as atenções. Seus livros escritos nos anos 90 – de estilo mais literário – revelam um pensador preocupado com o futuro da sociedade em que vivemos, dado o crescimento da violência, da intolerância e das desigualdades sócio-econômicas. Ele destacará a importância da ética e de uma cultura da diversidade. O tema da identidade cultural ganha relevância na obra de Freire, assim como o da interculturalidade. (GOHN, 2002, p.67)

Com isso, entendemos que todos os indivíduos são detentores de cultura e todas são igualmente importantes e significativas, devendo existir, portanto não mais um único indivíduo detentor do saber (educador) e outro comparado a um papel em branco (educando), mas sim uma troca de saberes. A proposta de Educação Intercultural pode parecer uma tarefa complexa, no entanto, basta apenas, para começar, modificarmos a maneira de enxergar as situações cotidianas em nossa volta e observar com um pouco mais de atenção que nós mesmos, como professores, não saímos de uma aula da mesma forma que entramos; hibridizamos-nos com cada aluno que passa pela nossa vida e nos tornamos cada dia mais culturalmente heterogêneos.

Os autores citados têm em comum o fato de que defendem implicitamente a ideia de respeito ao ser humano, pois todos propõem o comprometimento com o ensino, a fim de torná-lo significativo para esses alunos e conseqüentemente respeitando-os como indivíduos que como o próprio nome já sugere, únicos, com suas especificidades, suas capacidades e necessidades diferenciadas, mas acima de tudo, indivíduos dignos da dedicação deste profissional para que eles possam desenvolver suas habilidades e suas inteligências.

5. Considerações Finais

Percebemos então a importância de se formar professores reflexivos, que não buscam por homogeneidade, mas sim respeitam e valorizam as especificidades de cada um, ajudando a desenvolver a criticidade baseada no respeito e na tolerância com o outro. Esta formação elucidou-nos sobre a importância da criticidade e a da reflexão desses profissionais tanto em sua formação quanto na sua prática.

Assim sendo, o professor que busca sua formação permanente, reflete sua prática e o mais importante: executa o que o aprende, está sendo comprometido com a educação e também promovendo uma educação de qualidade, cheia de significados. A educação intercultural por sua vez, permite que os alunos possam estabelecer conexões com suas

experiências pessoais, fazendo com que a escola se torne um lugar onde a heterogeneidade é valorizada e respeitada.

Referências

ALARCÃO, Isabel (org.), **Formação Reflexiva de Professores: Estratégias de supervisão**. Portugal: Porto Editora, 1996.

ANTUNES, C. **As inteligências múltiplas e seus estímulos**. 10ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2010.

BHABHA, Homi. O local da cultura. Belo Horizonte: UFMG, 1998 In: SILVA, Gilberto Ferreira da. **Conhecimento, sustentabilidade e desenvolvimento regional**. Canoas: Unilasalle, 2006.

CANDAU, Maria Vera. **Sociedade multicultural e educação: tensões e desafios**. In: CANDAU, Maria Vera (Org.). **Cultura(s) e educação: entre o crítico e pós-crítico**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

CARBONELL, Jaume. **A aventura de inovar: a mudança na escola**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

FELICETTI, Vera Lúcia. **Construção Matemática: um desafio metodológico**. XI Congresso Nacional de Educação – EDUCERE. PUCPR. 2009. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/2769_1137.pdf> Acesso em 20 de Novembro de 2015.

FLEURI, Reinaldo Matias (org.). **Educação intercultural. Mediações necessárias**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GARDNER, Howard. **Estruturas da mente: a Teoria das Múltiplas Inteligências**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

GOHN, M. G. **Educação popular na América Latina no novo milênio: impactos**

do novo paradigma. ETD- Educação Temática Digital, Campinas, v. 4, n. 1, p. 53-77, 2002.

MEIRIEU, P. **Aprender sim... mas como?**. 7. Ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

NÓVOA, Antônio (Coord.). **Os Professores e a sua formação**. 2 ed. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

REGO, T.C. Vygotsky: **uma perspectiva histórico-cultural da educação**. 11ª Edição. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2001.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, RJ. Vozes, 2002.

WALSH, Catherine. **La educación intercultural en la educación**. Peru: Ministerio de Educación, 2001. Mimeografado.

SERRA GAÚCHA NO YOUTUBE: O VIDEOCLÍPE COMO LUGAR DE RESSIGNIFICAÇÕES DO PASSADO DA “PEQUENA ITÁLIA”¹⁵⁵

IVANA ALMEIDA DA SILVA ¹⁵⁶

Resumo: A Serra Gaúcha, localizada no nordeste do Rio Grande do Sul, apresenta características socioculturais específicas, como grande influência das colonizações alemã e italiana, especialmente. Preservar uma identidade de caráter étnico-cultural torna-se elemento importante para seus descendentes, além dos moradores da região. O trabalho procura estudar especialmente vídeos do YouTube, idealizados por bandas da Região Italiana da Serra Gaúcha: a “Pequena Itália”, que partem de um processo que envolve ressignificação, trazem à tona produções que carregam a lembrança de lugares passados, paisagens, além do uso de objetos e detalhes que remetem a um simbolismo de caráter nostálgico.

Palavras-chave: serra gaúcha, memória, ressignificação, videoclipe, Youtube.

Abstract: Sierra Gaucha, located in northeastern Rio Grande do Sul, has specific socio-cultural characteristics, such as great influence of German and Italian colonization, especially. Preserve an ethno-cultural identity becomes an important element to their descendants, beyond to local residents. The study aims to understand YouTube videos, performed by bands of the Italian region of Serra Gaucha: "Pequena Italia," in a process that involves reinterpretation, bring out productions that carry the memory of past places, landscapes, and the use of objects and details that recall a nostalgic character of symbolism.

Keywords: Sierra Gaucha, memory, reinterpretation, video clip, Youtube.

Introdução

No passado a Serra Gaúcha foi um território a ser desbravado por colonizadores, que deixaram para trás suas terras em busca de melhores condições de vida. O desafio aceito por eles trazia em seu cerne a saudade dos entes queridos que ficaram, dos lugares, dos costumes, dos objetos...

Oriundos de terras distantes, organizaram-se aos poucos, e hoje a Serra Gaúcha pode ser dividida em três regiões, em termos de colonização: a Região Gaúcha- a única que não sofreu influência dos

¹⁵⁵ Auxiliaram nesse estudo os seguintes estudantes, todos integrantes do PDET Serra, grupo de pesquisa que estuda o audiovisual na Serra Gaúcha: Eduardo Borile Júnior (estudante de graduação do Curso de Jornalismo da UCS), Júlia Varela Chiaradia (estudante de graduação do Curso de Publicidade e Propaganda da UCS e bolsista BIC-UCS), Micaela Regina de Sousa (estudante de graduação do Curso de Publicidade e Propaganda da UCS) e Jorge Rafael Teixeira Soares (estudante de graduação do Curso de Jornalismo da UCS).

¹⁵⁶ Doutora em Práticas e Culturas da Comunicação (PUCRS, 2014), professora de Estética, Semiótica e Pesquisa Publicitária nos cursos de Comunicação Social da UCS. Integrante do grupo de pesquisa PDET Serra. E-mail: iasilva@ucs.br.

imigrantes europeus, que engloba cidades como Bom Jesus, São Francisco de Paula e São José dos Ausentes, e que apresenta forte presença da criação de gado e da vida no campo; a Região Alemã, também conhecida como Região das Hortênsias, formada por cidades como Gramado, Canela e Nova Petrópolis, que mantém e valoriza aspectos provenientes da colonização alemã, especialmente em festas, gastronomia e arquitetura; e a Região Italiana, formada por cidades como Carlos Barbosa, Farroupilha, Bento Gonçalves, Garibaldi, Flores da Cunha e Caxias do Sul. Esta última região, chamada também de “Pequena Itália”, foi colonizada especialmente por italianos, oriundos da região do Vêneto, na Itália.

A Região Italiana da Serra Gaúcha, a “ Pequena Itália”, fomenta hoje o turismo a partir de sua gastronomia diversificada, clima diferenciado e paisagens peculiares. Também conhecida pela produção da uva e do vinho, é composta por vales, colinas e morros, em um ambiente com incontáveis possibilidades de visitação.

Várias regras fazem parte da construção de uma paisagem, que surge como uma tela diante do observador, algo com profundidade, que permite um afastamento da linha do horizonte, e na qual o primeiro plano se torna menos importante. Nesse caso, o grande plano deve ser especial e peculiar (CAUQUELIN, 2007). A partir dessa tela que se origina mentalmente, construímos imagens, de caráter artificial. Nela, diversos elementos são organizados e estruturados enquanto signos produtores de sentido, que permitem conotações diversas, conforme o tempo passa.

O videoclipe surge, em nossa discussão, como um espaço possível de ressignificação do passado na Região Italiana da Serra Gaúcha, trazendo um novo sopro para o termo nostalgia, principalmente quando tratamos da abordagem da espacialidade e do tempo em produções realizadas por bandas musicais daí oriundas.

Videoclipes e sua linguagem

Atualmente a produção de videoclipes tem se destacado nessa Região Italiana, que apresenta um histórico em termos de produção

audiovisual, com a realização de documentários, filmes de ficção e até webséries, que contam com leis de incentivo para sua produção, além de eventos para sua divulgação, como o Cineserra, por exemplo.

Forma de arte e comunicação característica da cultura contemporânea, o videoclipe apresenta em sua essência, a princípio, uma estreita relação com a cultura de caráter massivo e popular, oriunda da televisão. Mas a forma como o videoclipe se manifesta em uma tela também é herança de uma forte aproximação entre a música e a Sétima Arte. É uma produção audiovisual que se caracteriza pela busca da harmonização entre a linguagem da música e a linguagem das imagens.

Lipovetsky (2009, p. 275) afirma que “desde o tempo em que era mudo, o cinema se interessou pelo som [...]”. O autor recorda que, inicialmente, um videoclipe se caracterizava pela simples sobreposição de imagens sobre uma canção. Entretanto, com o advento de novas tecnologias e com a exploração de novas linguagens, a lógica de produção que reina na atualidade traz o excesso como característica fundamental desse tipo de produto comunicacional.

[...] o clipe tornou-se como que uma expressão curta mas exemplar da lógica hiper. [...] Imagem em excesso, em primeiro lugar, com efeitos especiais, a velocidade de sucessão das imagens, a montagem picotada destinada a provocar permanentemente surpresa e sensações, por meio de uma espécie de imersão. [...] a seguir, testemunhada por inúmeras incrustações, fragmentações de imagens, multiplicação e dispersão simultâneas das figuras [...] enfim, os clipes cultivando em profusão a estética doida, “pirada”, irônica, que os jovens tanto apreciam. Assim, é a mesma lógica híper que domina o cinema, a publicidade [...] (LIPOVETSKY, 2009, p. 278).

Mas ao considerarmos o emprego de determinada linguagem em um videoclipe, faz-se necessária também a análise do contexto de sua produção, pois como Gardies (2007, p. 150) sugere, “ [...] a ideia de que uma linguagem se define pela sua forma parece dificilmente sustentável”.

Diante da complexidade do tema, é válido considerar que certas produções regionais da Região Italiana estudada permitam a análise de signos que remetam a um contexto natural, histórico, cultural, e também

tecnológico. A partir de um tipo de produção imagético-sonora como o videoclipe, justifica-se a compreensão do mesmo como um espaço de reprodução e ressignificação das paisagens regionais. Permite também a abordagem pela via da memória, especialmente com a visão de paisagens da região e de detalhes, como objetos, que lembram um passado, em um movimento de dar novos sentidos àquilo que já passou.

O YouTube se caracteriza por possibilitar o acesso à conteúdo digital, de acordo com o interesse de seu usuário. Segundo Lipovetsky (2009, p. 259) “[...] o acesso a conteúdos informacionais na tela mobiliza um usuário ativo que navega nos sites, conserva isso e elimina aquilo, vai em busca de informações [...]”.

Visando divulgar e compartilhar seu trabalho sonoro e audiovisual bandas e cantores da “Pequena Itália” acabam recorrendo ao YouTube para hospedar suas produções, como por exemplo a banda caxiense “Flor Lilás” (fig. 1 e fig. 2). A facilidade de uso, tanto para quem assiste como para quem disponibiliza os vídeos, quanto pelas outras ferramentas de interação que o site disponibiliza, permitem uma nova forma de contato com o passado da região.

**Fig. 1- Frame do Videoclipe “ Velho Hippie” no YouTube-
banda caxiense Flor Lilás**



Fonte: disponível em <
<https://www.youtube.com/watch?v=kS8x9spncBs.>>
Acesso em setembro de 2016.

**Fig. 2- Frame do Videoclipe “Velho Hippie” no YouTube-
banda caxiense “Flor Lilás”**



Fonte: disponível em <

<https://www.youtube.com/watch?v=kS8x9spncBs.>>

Acesso em setembro de 2016.

Agora produto de um novo tempo- o da cibercultura, singular, envolto em lembranças que variam na forma de contar as histórias musicadas nesses videoclipes regionais, encontramos detalhes que trazem desde grandes planos de paisagem que valorizam e lembram a região e seu passado, até mínimos detalhes na decoração, em um exercício de nostalgia. Temos então um passado revalorizado, reciclado, enfim, ressignificado a partir do videoclipe no YouTube.

Referências

BURGESS, Jean; GREEN, Joshua. **YouTube e a Revolução Digital:** como o maior fenômeno da cultura participativa transformou a mídia e a sociedade. São Paulo: Aleph, 2009.

CAUQUELIN, Anne. **A Invenção da Paisagem.** São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FLOR LILÁS: VELHO HIPPIE. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=kS8x9spncBs.>> Acesso em setembro de 2016.

GARDIES, René (org.) **Compreender o cinema e as imagens.** Lisboa: Texto & Grafia, 2007.

LIPOVETSKY, Gilles. **A tela global:** mídias culturais e cinema na era hipermoderna. Porto Alegre: Sulina, 2009.

SILVERSTONE. Roger. **Por que estudar a mídia?** São Paulo: Edições Loyola, 2002.

INTERCULTURALIDADE NA PERSPECTIVA DA DESCOLONIALIDADE: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

JOÃO ALBERTO STEFFEN MUNSBERG¹⁵⁷

GILBERTO FERREIRA DA SILVA¹⁵⁸

Resumo: Este artigo aborda o tema da interculturalidade na perspectiva da descolonialidade no contexto latino-americano. Objetiva-se, com este texto, trazer algumas ideias e pressupostos do Grupo Modernidade/Colonialidade (GM/C) discutidos no coletivo do Grupo de Pesquisa em Educação Intercultural do PPGEdu UNILASALLE. Em termos metodológicos, o trabalho do grupo envolve leituras seletivas, análise e discussão de pressupostos. Constata-se que a proposição do GM/C por uma “episteme outra” suscita, ainda, muitos questionamentos e continua acompanhada de muitos desafios.

Palavras-chave: descolonialidade; interculturalidade; giro decolonial; geopolítica do conhecimento; educação intercultural.

Abstract: This article covers the topic of interculturality in the perspective of decoloniality in the Latin American context. The objective, with this text, is to bring up some ideas and assumptions of the *Grupo Modernidade/Colonialidade* (Modernity/Coloniality Group - GM/C), collectively discussed in the *Grupo de Pesquisa em Educação Intercultural* (Intercultural Education Research Group) of PPGEdu UNILASALLE. In methodological terms, the Group’s work involves selective reading, analysis and discussion of assumptions. It is evidenced that the GM/C’s proposition for another episteme raises, yet, many questions and is still accompanied by many challenges.

Keywords: decoloniality; interculturality; decolonial turn; geopolitics of knowledge; intercultural education.

1. Introdução

Este artigo trata da interculturalidade na perspectiva da descolonialidade, tema que se insere na tendência contemporânea de investigações e reflexões sobre um pensamento “outro” realizado de um lugar “outro”, com pretensão distinta da modernidade eurocêntrica. Ao pensar a geopolítica do conhecimento, os pesquisadores do Grupo Modernidade/Colonialidade (GM/C) buscam consolidar uma episteme fundada na pluriversalidade. Tem-se como objetivo trazer algumas ideias e pressupostos do GM/C, pensados desde reflexões e debates realizados no Grupo de Pesquisa em Educação Intercultural, do PPGEdu UNILASALLE.

¹⁵⁷ Doutorando em Educação – UNILASALLE. E-mail: steffen@pvsinos.com.br

¹⁵⁸ Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor no PPGEdu – UNILASALLE. E-mail: gilberto.ferreira65@gmail.com

Metodologicamente, este texto resulta de um estudo de cunho bibliográfico exploratório, com reflexões a partir de aportes teóricos de pensadores do GM/C e afins. Nesta pesquisa contempla-se o debate instaurado no contexto latino-americano, considerando a rica e complexa reflexão acumulada nos diferentes países da região. Uma imersão na literatura permitiu vislumbrar a complexidade teórica da produção existente e da diversidade de experiências formativas desencadeadas nas diferentes nações latino-americanas. Mais além, esse percurso proporcionou o contato com uma produção inspiradora, dinamizando epistemologicamente o trabalho proposto.

Mesmo com uma leitura seletiva realizada até o momento, percebe-se que pensar a interculturalidade na perspectiva da descolonialidade é tarefa complexa e desafiadora, porém possível e necessária no contexto atual. Como afirmam Mignolo e Tlostanova (2009, p. 19): “El pensamiento desde el borde y el giro des-colonial son una ruta hacia un futuro posible.”

Este texto traz, de forma objetiva, alguns conceitos fundantes da descolonialidade em articulação com a interculturalidade. A partir de textos selecionados, no tópico *Da descolonialidade à interculturalidade* abordam-se conceitos como modernidade, colonialidade, colonização, colonialismo, descolonização, descolonialidade, “giro descolonial” ou “inflexão descolonial” e interculturalidade. As *considerações finais* trazem possibilidades, desafios e contribuições para o avanço do conhecimento científico sobre a temática em questão.

2. Da descolonialidade à interculturalidade

Pressupostos teóricos do GM/C constituem-se em referencial para a tentativa de compreender a experiência latino-americana na perspectiva da educação intercultural, inclusive com seus impactos nas políticas de formação de educadores e nas práticas educacionais.

O GM/C é integrado por Aníbal Quijano (Peru), Walter Mignolo (Argentina), Enrique Dussel (Argentina), Catherine Walsh (norte-americana radicada no Equador), Nelson Maldonado-Torres (Porto Rico), Daniel Mato (Venezuela), Fernando Coronil (Venezuela), Edgardo Lander (Venezuela),

Arturo Escobar (Colômbia), Santiago Castro-Gómez (Colômbia) e outros. Trata-se de uma “coletividade de argumentação” que atua coletivamente em relação a conceitos e estratégias, porém, com ênfases e trajetórias distintas. Não obstante, o grupo tem configurado um projeto intelectual e político chamado de “projeto decolonial” (RESTREPO; ROJAS, 2010).

O referido projeto tem repercutido em toda a América Latina, encontrando simpatizantes também no Brasil, como é o caso de Luciana Ballestrin, cujas produções integram o conjunto de textos analisados. Ressalta-se, entretanto, que o Brasil não tem representantes no GM/C.

Os pensadores da modernidade/colonialidade adotaram a expressão “giro descolonial” ou “inflexão descolonial” para definir o projeto, trazendo a noção de virada para expressar a transformação epistêmica em relação à colonialidade. Assim, “giro descolonial”, termo cunhado por Maldonado-Torres, “[...] basicamente significa o movimento de resistência teórico e prático, político e epistemológico, à lógica da modernidade/colonialidade.” (BALLESTRIN, 2013, p. 105). Em outras palavras, o “giro descolonial” constitui-se num redimensionamento epistêmico, questionando a racionalidade antropocêntrica. Para Mignolo (2007), “[...] el pensamiento decolonial emergió en la fundación misma de la modernidad/colonialidad como su contrapartida.” (p. 27).

O “giro descolonial”, na expressão de Maldonado-Torres (2008), mostra a descolonização como um projeto inacabado, sendo apenas o início de uma mudança radical. Para o pensador,

El concepto de giro des-colonial en su expresión más básica busca poner en el centro del debate la cuestión de la colonización como componente constitutivo de la modernidad, y la descolonización como un sinnúmero indefinido de estrategias y formas constestatorias que plantean un cambio radical en las formas hegemónicas actuales de poder, ser, y conocer (MALDONADO-TORRES, 2008, p. 66).

A descolonização do poder, do saber e do ser somente é viável, segundo o referido autor, mediante uma atitude descolonial, isto é, uma postura crítica ante a colonialidade e suas implicações.

Na mesma perspectiva, Restrepo e Rojas (2010) abordam a “inflexão descolonial”, criticando a colonialidade em sua tripla dimensão: a colonialidade do ser (inferiorizando seres humanos diferentes), do saber (marginalizando sistemas de conhecimento diferentes) e do poder (hierarquizando grupos humanos e lugares para explorá-los). Conforme os autores, a “inflexão descolonial” – ou “giro descolonial” – contém alguns traços centrais defendidos pela “comunidade de argumentação”, que são: a) a distinção entre colonialismo e colonialidade; b) a colonialidade como o lado obscuro da modernidade; c) a problematização dos discursos eurocentrados e intramodernos da modernidade; d) o pensar em termos de sistema mundializado de poder; e) a “inflexão descolonial” como um paradigma outro; e f) a “inflexão descolonial” visa consolidar um “projeto descolonial”.

Faz-se necessário, aqui, esclarecer os principais conceitos utilizados nesta reflexão. Colonialismo consiste no processo de dominação político-administrativa que visa garantir a exploração do trabalho e das riquezas das colônias em benefício das metrópoles. Já colonialidade é um fenômeno histórico complexo, relativo a um padrão de poder global, que naturaliza hierarquias (territoriais, raciais, culturais e epistêmicas), reproduzindo relações de dominação e subalternização. Para Restrepo e Rojas (2010), a colonialidade constitui-se no “lado obscuro” da modernidade, esta associada ao colonialismo. Deve-se distinguir, também, os termos descolonização e decolonialidade. Descolonização se refere ao processo de independência política de uma colônia (superação do colonialismo), enquanto decolonialidade diz respeito a um processo que busca a transcendência da modernidade/colonialidade.

A “inflexão descolonial” é considerada por seus pensadores não como um novo paradigma, mas sim como um “paradigma outro”, questionando a episteme eurocêntrica com seu pretenso caráter de universalidade e propondo a pluriversalidade do saber. Para Mignolo (2008), o caminho para o futuro ante a colonialidade é a desobediência epistêmica, isto é, a proposição de um pensamento descolonial. Segundo Quijano (1992), a crítica do paradigma europeu da

racionalidade/modernidade é necessária e urgente, mediante a descolonização epistemológica, possibilitando a liberação das relações interculturais e o intercâmbio de experiências. Para ele, “A descolonização é o piso necessário de toda revolução social profunda.” (QUIJANO, 2002, p. 17).

Escobar (2003) caracteriza o trabalho do GM/C como um projeto que busca configurar um espaço outro de produção do conhecimento, um “pensamento outro”, isto é, “um paradigma outro” num outro mundo possível. Para Mignolo (2003), “‘Un paradigma outro’, complementario a la transición paradigmática, emerge, en su diversidad, en y desde las perspectivas de las historias coloniales [...]” (p. 22). Esse “paradigma outro” não se coaduna com a ideia de unidade, como no pensamento da modernidade. Os projetos do “paradigma outro” têm em comum a crítica à modernidade/colonialidade, sem reproduzir o caráter de universalidade. Cabe destacar que o conceito “pensamento outro” foi cunhado por Abdelkebir Khatibi, intelectual marroquino, refletindo a partir da luta contra a não-existência do outro. Assim, há que se refletir se o “giro descolonial” não seria mais um “pensamento outro” do que um “paradigma outro”. “El giro epistémico decolonial es una consecuencia de la formación e instauración de la matriz colonial de poder [...]” (MIGNOLO, 2007, p. 28). Conforme Quijano (2002, p. 4), o atual padrão de poder mundial consiste na articulação entre a colonialidade do poder, o capitalismo, o Estado e o eurocentrismo. Racismo, controle do trabalho, dominação política e eurocentralização do padrão de poder caracterizam, respectivamente, as categorias supracitadas. Para Mignolo (2007), “La actualidad pide, reclama, un pensamiento decolonial que articule genealogias desperdigadas por el planeta y ofrezca modalidades económicas, políticas, sociales y subjetivas ‘otras’.” (p. 45). E aqui se inscreve uma outra concepção de cultura e de sociedade – a interculturalidade.

No debate da interculturalidade faz-se necessário estabelecer distinções entre termos e/ou enfoques. Conforme Silva (2006), utiliza-se o termo “[...] multiculturalidade para designar a realidade de grupos culturais distintos convivendo em uma mesma sociedade.” (p. 145). Mas,

convivência não é garantia de respeito aos diferentes ou de aceitação do “outro”. Já “[...] a interculturalidade se revela potencialmente como um projeto de intervenção a ser construído de forma intencional.” (SILVA, 2006, p. 145). Há, portanto, proposta de intervenção na realidade multicultural, buscando um intercâmbio mutuamente enriquecedor.

O tema interculturalidade, inscrito no “projeto decolonial”, ganha importância com os estudos de Catherine Walsh. A pesquisadora entende interculturalidade como a possibilidade de diálogo entre as culturas, pensada na perspectiva crítica “[...] como proyecto político-social-epistémico-ético y como pedagogia decolonial [...]” (WALSH, 2010, p. 76). Trata-se da interculturalidade crítica como projeto de transformação social a partir do campo educacional. Desde essa perspectiva, Walsh toma como ponto de partida o problema estrutural-colonial-racial, reconhecendo que a diferença se constrói no interior de “[...] una estructura e matriz colonial de poder racionalizado y jerarquizado [...]” (WALSH, 2010, p. 78). Assim, a interculturalidade deve ser entendida como projeto voltado à transformação estrutural e sócio-histórica para todos. “[...] la interculturalidad es práctica política y contrarrespuesta a la geopolítica hegemónica del conocimiento; es herramienta, estrategia y manifestación de una manera ‘otra’ de pensar y actuar.” (WALSH, 2005, p. 47).

Tal concepção é corroborada por Candau e Russo (2010, p. 166): “A interculturalidade é então concebida como uma estratégia ética, política e epistêmica. Nessa perspectiva, os processos educativos são fundamentais.” Por meio de processos educativos, questiona-se a colonialidade e propõe-se uma sociedade “outra”. Também para Becka (2010), “Interculturalidade contém um potencial crítico que questiona, critica e estrutura os diversos contextos.” (p. 57-58). Interculturalidade crítica designa, portanto, a postura em que as pessoas interagem de forma a reconhecer as diferenças, dialogando em busca de uma sociedade igualitária, justa e com vida digna.

A interculturalidade crítica aponta para a descolonialidade, um longo e esperançoso caminho a ser percorrido.

3. Considerações finais

A “inflexão descolonial” (ou “giro descolonial”) consiste numa virada fundamentalmente epistêmica, questionando a modernidade eurocêntrica e propondo uma episteme “outra” baseada na pluriversalidade. Trata-se de um projeto político que busca responder às lógicas da colonialidade desde um lugar “outro”, isto é, o sul. Propõe a descolonialidade do poder, do saber e do ser.

Os integrantes do GM/C acreditam que a descolonialidade seja o caminho para a interculturalidade. Entendem que a interculturalidade constitui-se como estratégia de ordem política, social, ética e epistêmica para a transformação da realidade latino-americana e de todas as sociedades subalternizadas pela modernidade/colonialidade.

Esse trabalho coletivo tem possibilitado leituras analíticas e reflexivas, bem como tem apresentado medidas propositivas e pragmáticas. Dentre as proposições, destacam-se a conscientização sobre os efeitos da modernidade/colonialidade nas áreas subalternizadas, a questão racial na América Latina e a questão da diferença colonial, a constatação da continuidade da colonização e do imperialismo mediante a colonialidade do poder, do saber e do ser, e, como maior contribuição, o projeto epistêmico na perspectiva “descolonial”.

Em que pese a relevância das ações e estratégias do “projeto descolonial”, persistem muitos questionamentos sobre a viabilidade de concretude da virada e muitos desafios a serem superados. É possível a integração dos povos subalternizados em prol de objetivos comuns? É viável um projeto pluriversal integrador? De que maneira a educação intercultural pode, efetivamente, contribuir para a descolonialidade? Uma “episteme outra” poderá consolidar-se e conquistar espaço no mundo atual?

Buscar respostas a esses questionamentos é tarefa para o GM/C, para o grupo de Educação Intercultural do PPGEduc Unilasalle e para todos os que sonham com um “mundo outro possível”.

Referências

BALESTRIN, Luciana. América Latina e giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 11, p. 89-117, maio/ago. 2013.

BECKA, Michelle. **Interculturalidade no pensamento de Raúl Fonet-Betancourt**. São Leopoldo: Nova Harmonia, 2010.

CANDAU, Vera Maria Ferrão; RUSSO, Kelly. Interculturalidade e educação na América Latina: uma construção plural, original e complexa. **Rev. Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 10, n. 29, p. 151-169, jan./abr. 2010.

ESCOBAR, Arturo. Mundos y conocimientos de otro modo: el programa de investigación de modernidad/colonialidad latinoamericano. **Tabula Rasa**, Bogotá – Colômbia, n. 1, p. 51-86, jan./dez. 2003.

MALDONADO-TORRES, Nelson. La descolonización y el giro des-colonial. **Tabula Rasa**, Bogotá – Colômbia, n. 9, p. 61-72, jun./dez. 2008.

MIGNOLO, Walter D. **Historias locales/diseños globales**: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo. Madrid: Ediciones Akal, 2003.

_____. El pensamiento decolonial: desprendimiento y apertura – un manifiesto. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFUGUEL, Ramón. **El giro decolonial**. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007. p. 25-45.

_____. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF**, Niterói – RJ, n. 34, p. 287-324, 2008. Disponível em: <<http://www.uff.br/cadernosdeletrasuff/34/artigo18.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2016.

MIGNOLO, Walter D.; TLOSTANOVA, Madina. Habitar los dos lados de la frontera/teorizar en el cuerpo de esa experiencia. **Revista Ixchel**, México, 2009. Disponível em: <<http://www.redkatatay.org/sitio/talleres/mignolofrontera.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2016.

MUNSBURG, João Alberto Steffen. **O ensino médio politécnico frente às demandas e perspectivas discentes**. 2015. 193 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro Universitário La Salle, Canoas, 2015.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y modernidad/racionalidad. **Perú Indígena**, Lima(?), n. 13(29), p. 11-20, 1992. Disponível em: <<https://problematicascuales.files.wordpress.com/2015/04/quijano-colonialidad-y-modernidad-racionalidad.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2016.

_____. Colonialidade, poder, globalização e democracia. **Novos Rumos**, Marília – SP, a. 17, n. 37, p. 4-28, 2002.

RESTREPO, Eduardo; ROJAS, Axel. **Inflexión decolonial**: fuentes,

conceptos y cuestionamientos. Cauca – Colômbia: Editorial Universidad de Cauca, 2010.

SILVA, Gilberto Ferreira da. Cultura(s), currículo, diversidade: por uma proposição intercultural. **Contrapontos**, Itajaí – SC, v. 6, n. 1, p. 137-148, jan./abr. 2006.

WALSH, Catherine. Interculturalidad, conocimientos y decolonialidad. **Signo y Pensamiento**, Bogotá, v. XXIV, n. 46, p. 39-50, jan./jun. Disponível em:
<<http://revistas.javeriana.edu.co/index.php/signoypensamiento/article/view/4663/3641>>. Acesso em: 03 mar. 2016.

_____. Interculturalidad crítica y educacion intercultural. In: VIANA, Jorge; TAPIA, Luis; WALSH, Catherine. *Construyendo interculturalid crítica*. La Paz: III – CAB, 2010. p. 75-96.

TV PIRATINI: A MEMÓRIA DOS PRIMEIROS PROGRAMAS DE TELEVISÃO PRODUZIDOS NO RIO GRANDE DO SUL

WILSON SEVERO DA ROSA ¹⁵⁹

PATRÍCIA KAYSER VARGAS MANGAN ¹⁶⁰

Resumo: A primeira transmissão pública de televisão no Rio Grande do Sul ocorreu em 1955, mas, a emissora pioneira, a TV Piratini, só foi inaugurada quatro anos depois. Há dificuldades para estudar esse momento histórico da comunicação social, principalmente por haverem poucos registros imagéticos, uma vez que inicialmente não havia vídeo-tape. Através de uma análise documental, o objetivo desse artigo é analisar registros de memória do primeiro ano de funcionamento da televisão do Rio Grande do Sul.

Palavras-chaves: Memória social; História da televisão; TV Piratini.

Abstract: The first public television broadcast in Rio Grande do Sul took place in 1955, but, the pioneering broadcaster, TV Piratini, was only inaugurated four years later. There are difficulties to study this historical moment the media, mainly because there are few imagetic records, since initially there wasn't video tape. This article aims to analyze memory records of the first year of television in Rio Grande do Sul, through a documental analysis.

Keywords: Social memory; History of television; TV Piratini.

1. Introdução

Vários autores já se debruçaram sobre a história da televisão no Rio Grande do Sul, no aspecto histórico, social e político. Mas, são poucas bibliografias que relatam as influências na produção dos primeiros programas locais, ainda na fase chamada de “artesanal”, ou pré-industrial. (KILPP, 2000). Neste artigo, o objetivo é analisar registros de memória do primeiro ano de funcionamento da televisão do Rio Grande do Sul. Essa investigação foi feita através de uma análise documental, utilizando-se acervo de jornal, com exemplares publicados de dezembro de 1959 a maio de 1960, período no qual as imagens produzidas não foram gravadas, pois ainda não havia vídeo-tape. O registro de fotografias de ambientes e de

159 Bacharel em Comunicação Social pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais do Centro Universitário La Salle. E-mail: wilsonrosajornalista@gmail.com

160 Doutora em Engenharia de Sistemas e Computação pela COPPE/Sistema de Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora do Centro Universitário La Salle, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais, na linha de Memória e Linguagens Culturais. E-mail: patricia.mangan@unilasalle.edu.br

cenários foi feito em jornais impressos, como o Diário de Notícias, do grupo de Chateaubriand, que foi o foco deste trabalho.

As imagens históricas destes anos iniciais, se popularizaram, mudaram comportamentos e marcaram a memória coletiva dos telespectadores, que compartilharam essas emoções. Contextualizando, nos anos 50 a Televisão chegou no Brasil, através da rede Tupi inicialmente em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Dez anos depois, como parte desta rede, em dezembro de 1959, foi inaugurada a TV Piratini no Rio Grande do Sul (RS), que provocou muitas transformações sociais. Segundo BERGESCH (2010), as primeiras imagens que apareceram em uma televisão no RS foram transmitidas para um público seletivo, num circuito fechado montado pela Rede Tupi, que pertencia ao grupo Diários Associados de Assis Chateaubriand, no Centro de Porto Alegre. Era outubro de 1955, sendo o local escolhido a sede do Clube do Comércio, na Rua da Praia. Foi montado no local um conjunto de pequenos receptores de televisão, com a intenção de conseguir sócios para construir e instalar uma emissora de TV, que viria a ser pioneira no Sul do Brasil. O primeiro gaúcho a aparecer nas telas desses pequenos monitores, foi o tradicionalista Paixão Cortes, se apresentando com o conjunto musical Tropeiros da Tradição.

As recordações dos programas televisivos do passado, tal como do exemplo da primeira transmissão, demonstram que os meios de comunicação servem como suportes materiais da memória cultural, e interagem com a memória individual de cada um (ASSMANN, 2011). Fatos históricos, novelas, personagens, filmes e desenhos animados que são lembrados e ficam mais intensos quando compartilhados com outras pessoas. Os programas televisivos possuem um alto grau de identificação, de memória, que pode ser transmitida ao longo do tempo. A imagem gerada na tela provoca os sentidos e as emoções de quem assiste. E a emoção deixa mais intensa a recordação. Segundo Pollak (1992), são acontecimentos “vividos por tabela”, ou seja, pelo grupo ou pela coletividade. Podemos falar em uma memória quase que herdada. Essa também é constituída por pessoas ou personagens, que no caso da

televisão, incluem jornalistas, apresentadores, atores e artistas que são marcantes em determinados programas e períodos.

Na questão da memória como fenômeno coletivo e social, a televisão reforça aquilo que Halbwachs (2006) sublinhou: “nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros.” No caso da televisão, várias pessoas viram o mesmo evento e compartilharam informações, isto é, “Não basta que eu tenha assistido ou participado de uma cena em que havia outros espectadores ou atores para que, mais tarde, quando estes a evocarem à minha frente, quando reconstituírem cada pedaço de sua imagem em meu espírito, esta composição artificial subitamente se anime e assuma figura de coisa viva, e a imagem se transforme em lembrança” (HALBWACHS, 2006, pág 32). Isso provoca uma troca de informações, um compartilhamento de memória de imagens.

A análise que será apresentada no restante deste artigo partirá do contexto e do referencial teórico apresentado nesta introdução.

2. Analisando um contexto de improviso e criatividade

Pierre Bourdieu destaca que na fase inicial da TV (Sobre Televisão, 1997), as emissoras tinham a pretensão de “passar cultura” para os telespectadores. “A televisão dos anos 50 pretendia-se cultural e de certa maneira servia-se de seu monopólio para impor a todo mundo produtos com pretensão cultural (documentários, adaptações de obras clássicas, debates culturais, etc) e formar os gostos do grande público” (BORDIEU, pág.68). O mesmo aconteceu no Brasil com a TV Tupi, em São Paulo, nos anos 50 e na TV Piratini, em Porto Alegre, em 1959. Assim, nos anos 50, a programação televisiva no Brasil começou de forma mais erudita, com atrações voltadas ao público de classe alta, que tinha poder econômico para adquirir os equipamentos do novo meio de comunicação. A elite assistia teledramaturgia de peças clássicas, ballet e shows musicais.

Além das telenovelas adaptadas de clássicos da literatura inglesa, como Jane Eyre e Morro dos Ventos Uivantes, que eram apresentadas em dois ou três capítulos por semana, a TV Piratini se notabilizou por apresentar clássicos bíblicos nas Sextas Feiras Santas. E o primeiro foi

“Marcelino, pão e vinho”, em 1960, realização de Érico Kramer e direção de Cambises Martins. No ano seguinte, foi registrada uma das primeiras super-produções regional que apareceu nos televisores do Rio Grande do Sul : a Tragédia do Gólgota¹⁶¹ (BERGESCH, 2010). Na sexta-feira santa de março de 1961, dezenas de atores e figurantes participaram de quatro horas ininterruptas de transmissão ao vivo da *Via Crucis*. Tudo dentro dos estúdios da TV Piratini, nos altos do morro Santa Tereza, zona Sul de Porto Alegre, prédio onde hoje funciona a TVE Educativa, Canal 7.

Apesar dessa erudição aparente, era uma época de muito improviso e criatividade. Sem profissionais especializados, funcionários da Rádio Farroupilha foram treinados para operar os novos equipamentos e apresentar os primeiros programas. Ainda era uma fase de desconfiança do público que acompanhava as notícias pelo rádio e pelos jornais, mas a TV tinha a vantagem das imagens em movimento. "E, insensivelmente, a televisão que se pretende um instrumento de registro torna-se um instrumento de criação de realidade (BORDIEU, pág.29)". Segundo Kilpp (2000), nessa época, o Cinema era o principal veículo de imagens. O sociólogo francês explica a força da memória imagética: "a imagem tem a particularidade de poder produzir o que os críticos literários chamam de efeito do real, ela pode fazer ver e fazer crer no que faz ver." (BOURDIEU 1997, p. 28).

3. Analisando a programação inicial

As grades de programação, publicadas nesta época somente no jornal Diário de Notícias, de Chateaubriand, traziam novelas, programas de auditório, filmes e musicais.

No começo, só havia programação na TV à noite, ficando no ar em torno de seis horas. A análise documental corroborou a indicação de que:

No início a programação começava às 19h25 e ia até às 22h30 ou um pouco mais tarde. Variava em razão da programação e dos anúncios ao vivo. Em seguida,

¹⁶¹ Embora Bergesch afirme em sua obra que a Tragédia Gólgota tenha sido a primeira produção local, as pesquisas realizadas no jornal Diário de Notícias, identificaram outras produções locais no ano de 1960, ainda que estas se tratem de teledramaturgia sem o mesmo nível de produção da referida peça.

A TV passou a iniciar suas transmissões às 17h, com um programa de variedades apresentado por Célia Ribeiro, com entrevistas, sugestões de comportamento, espaço para a culinária de Mimi Moro e para a moda do estilista Rui Spohr. Mais adiante antecipou-se esse início das transmissões para às 15 horas e logo para o horário do meio-dia, encerrando sempre a uma hora da madrugada. (BERGESCH, 2010, pág.51)

Além de novelas feitas ao vivo nos grandes estúdios, também eram transmitidos filmes e séries americanas gravadas em rolos de fitas, exibidos primeiro em São Paulo e Rio de Janeiro, e depois no RS. Segundo o primeiro diretor de imagens (suíte) da Piratini, Sérgio Reis, “o som das dublagens, na maioria dos casos, era muito ruim, pois não existiam laboratórios no Brasil que oferecessem um serviço de qualidade” (REIS, 2012).

Sem referências na Região Sul do Brasil, a programação local teve que adaptar produções nacionais de grande sucesso para manter a audiência (REIS, 2012) (KILPP, 2000). Reis (2012) confirma que alguns programas veiculados e produzidos em São Paulo e Rio de Janeiro eram regionalizados, com apresentadores locais e entrevistados da cidade.

A TV Tupi carioca, no início da TV Piratini, na época pré video-tape, participou da programação do Canal 5, com scripts de teleteatros e com roteiros e ideias de programas de sucesso no Rio de Janeiro, adaptados para o Rio Grande do Sul, mantendo as características da sociedade rio-grandense. Entre estes programas, podemos citar “Você estava lá”, que levava ao estúdio alguém que estivera em algum lugar onde acontecera algo excepcional. O fato era narrado e ilustrado com notícias de jornal, fotos, etc. e o participante acrescentava detalhes. (...) Note-se que a ideia viera da TV Tupi do Rio de Janeiro, mas os assuntos, sempre que possível, eram locais, com personalidades gaúchas. (REIS 2012, pág.71).

Kilpp (2000) concorda que o rádio forneceu o primeiro formato da TV Piratini, ao também retratar os programas de auditório, e ao confirmar que a programação se desenvolvia em grandes estúdios.

Nesse ambiente, colocava-se no ar 7 a 8 horas diárias de entretenimento, movimentando centenas de

funcionários, entre técnicos e artistas. Já as imagens externas advinham basicamente de cinegrafistas e destinavam-se aos telejornais, bem pouco ilustrados, e que utilizavam várias improvisações técnicas para transformar as imagens de vídeo no tempo de TV (KILPP, 2000, pág.36)

No livro “Televisonários (2010)”, Walmor BERGESCH, ex-diretor da TV Piratini, descreve a programação dos primeiros dias, após a inauguração, em 20 de dezembro de 1959:

A primeira voz transmitida pela televisão no RS foi de Enio Rockembach. O primeiro apresentador foi Salimen Junior ao mostrar uma espécie de documentário que exibia ao público o que era e como funcionava a televisão internamente, seus bastidores e seus equipamentos (BERGESCH , 2010, pág.36)

No dia 26, seis dias depois da inauguração, foi apresentado o primeiro espetáculo de teledramaturgia, Piratini – Razão de um Nome. Segundo Bergesch, o primeiro rosto de ator a aparecer em cena foi de Antônio Augusto Fagundes, representando um soldado farroupilha. Diferente da transmissão pública em circuito fechado em 1955, desta vez eram as imagens ao vivo que chegavam para todos os lares com aparelhos. Além da teledramaturgia ao vivo, a programação inicial tinha jornalismo e variedades (shows de música), programas da TV Tupi de São Paulo e do RJ e séries americanas (Jim das Selvas, Bonanza, Papai Sabe Tudo). O primeiro telejornal local se chamava "Diário de Notícias na TV". Outro grande destaque neste período era o programa "As Grandes Reportagens David Nasser". A cantora Hebe Camargo vinha do Rio para participar dos programas e foi na TV Piratini que se tornou apresentadora, tendo depois o próprio programa. O palhaço Carequinha também vinha de fora para gravar.

O mais famoso telejornal retransmitido pela Piratini era o Repórter Esso, Testemunha Ocular da História, no início dos anos 60, vindo do rádio. O programa passava de segunda à sábado, sempre às 20hs e durava 15 minutos. Apresentava imagens filmadas, importadas de agências internacionais. Os casos nacionais passavam 3 ou 4 dias depois e os fatos internacionais demoravam mais de uma semana.

Neste período não havia câmeras disponíveis, nem equipamento de apoio. Câmeras externas eram raras e era difícil o deslocamento de caminhão.

4. Considerações finais

O estado nascente da televisão no Rio Grande do Sul aconteceu num período de grandes movimentações políticas e sociais. Conforme Kilpp (2000), o Brasil vivia a euforia dos anos JK (construção de Brasília) e os conturbados dias de Jânio Quadros. Por três anos, a Piratini ocupou sozinha o espaço do novo meio de comunicação, sem concorrentes. Por um período, o projeto de mídia do empresário Assis Chateaubriand conseguiu unir pessoas, grupos e instituições que possuíam interesses políticos e econômicos divergentes. Como a História demonstrou, esse projeto foi apropriado e reorientado para outros fins, entre eles o governo militar ao propor a integração territorial através de uma rede nacional de TV (Globo). Como destacou Pierre Bordieu, na obra *Sobre Televisão* (1997), este meio de comunicação com potencial democrático também pode se transformar num instrumento de opressão simbólica.

A análise documental realizada evidencia que, na fase inicial, a televisão era uma estrutura de registro do cotidiano, com informações e entretenimento. Uma verdadeira “aventura” feita ao vivo, com grandes produções nos estúdios. Profissionais de outras áreas (rádio, teatro e publicidade) se uniram para viabilizar as transmissões e a produção dos primeiros programas locais a serem divulgados. Segundo Kilpp (2000), e conforme as grades de programação publicada nos jornais analisados, no início da década de 60, 50% da programação era local e predominavam os anunciantes locais. Programas produzidos no Rio e São Paulo eram reprisados aqui com apresentadores locais.

Como trabalhos futuros, entrevistas narrativas estão sendo conduzidas com ex-funcionários da TV Piratini, buscando ampliar a análise e entendimento deste importante período.

Referências

ASSMANN, Aleida. **Espaços de recordação**: formas e transformações da memória cultural. Campinas SP. Ed.Unicamp, 2011..

BERGESCH, Walmor. **Os Televisionários**. .Porto Alegre. Ed.Ardotempo, 2010.

BORDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro. Ed.Jorge Zahar, 1997.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede: economia, sociedade e cultura na era da informação**. São Paulo.Ed.Paz e Terra, 2003.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo. Ed.Centauro, 2006.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. **Estudos Históricos**, v.5, n.10, p.200-212. 1992.

REIS, Sérgio L. P. **O Back Stage da Televisão no Rio Grande do Sul**. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - PUCRS, Porto Alegre, 299p. 2012.

SILVA FREIRE: “DESCONSTRUÇÃO POÉTICA DESCOLONIZADORA”

LARISSA SILVA FREIRE SPINELLI¹⁶²

MÁRIO CEZAR SILVA LEITE¹⁶³

Resumo: Neste artigo a obra literária do poeta matogrossense Benedito Sant’Ana da Silva Freire é analisada de uma perspectiva da pós-colonialidade na América Latina. Seu pensamento e poética encontram-se entre as contribuições dos autores que rompem com a lógica da colonialidade e sugere outros caminhos que possam contribuir para repensar o Brasil e a América Latina, a partir de Cuiabá e das fronteiras de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul com países vizinhos, pois a história e a cultura no Brasil sempre foram escritas do centro para a periferia. A produção freireana parece se constituir em um sistema literário, que incide em uma crítica da cultura na medida em que narra, em diálogo com uma proposta neobarroca, a realidade cuiabana e suscita questões para se pensar a cidade na contemporaneidade. Algumas marcas de vivências que ajudam a caracterizar os sentidos de sua trajetória e explorar a vida que existe na obra são esboçadas na primeira parte para, em seguida, mobilizar as perspectivas dos campos de Estudos Culturais e Pós-Coloniais de modo a perceber o atravessamento dos pressupostos da decolonialidade na produção literária freireana.

Palavras chave: literatura; cultura; identidade; memória; decolonialidade.

Abstract: In this article the literary work of Mato Grosso poet Benedito Sant’Ana da Silva Freire is analyzed from the perspective of post-colonialism in Latin America. His thought and poetic are among the contributions of authors that break with the logic of colonialism and suggests other ways that can contribute to rethink Brazil and Latin America, from Cuiaba and the borders of Mato Grosso and Mato Grosso do Sul with neighboring countries, for history and culture in Brazil were always written from the center to the periphery. The freireana production seems to be in a literary system, which focuses on a critique of culture in that it tells, in dialogue with a neo-baroque proposal, the cuiabana reality and raises questions to think about the city nowadays. Some brands of experiences that help characterize the sense of its history and explore the life that exists in the work are outlined in the first part to then mobilize the perspectives of Cultural Studies and Postcolonial to realize the crossing of decoloniality of assumptions in Freire's literary production.

Palavras chave: literature; culture; identity; memory; decoloniality.

162 Doutoranda em Estudos de Cultura Contemporânea, pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT/IL/ECCO), Cuiabá-MT, Brasil. Gestora da Casa de Cultura Silva Freire. E-mail: larissa.silvafreire@hotmail.com

163 Doutor em Comunicação e Semiótica, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Puc-SP), Docente da Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá-MT, Brasil. E-mail: mcsi@terra.com.br

Silva Freire: marcas de vivências e obra literária

Benedito Sant'Anna da Silva Freire nasceu no dia da Revolução Farroupilha a 20 de Setembro de 1928, em Mimoso, distrito de Santo Antônio do Leverger, terra de Rondon, no Estado de Mato Grosso, mas foi registrado em Cuiabá, capital do Estado, onde viveu e faleceu no dia 11 de Agosto de 1991, aos 62 anos.

No início de sua carreira foi contínuo, auxiliar judiciário, escriturário e oficial da Justiça do trabalho. Nas décadas de 1950 e 1960, participou dos movimentos político, estudantil e artístico-cultural nacional e estadual, lutando por um ideal socialista em defesa da democracia e dos direitos fundamentais da pessoa humana. Graduiu-se em Direito, em 1959, pela Faculdade Cândido Mendes. No seu percurso de vida, as atividades literárias e culturais vivenciadas desde a juventude no final da década de 1940, em Cuiabá, se complementam com a militância estudantil universitária iniciada no tempo em que morou na cidade do Rio de Janeiro de 1950 a 1960. Um período que, segundo Cunha (2016) contribuiu para o fortalecimento de sua consciência política por um país mais autônomo e pela defesa do Estado de Mato Grosso, tomando parte em várias frentes de lutas, entre elas, a histórica campanha “O Petróleo é Nosso” e a luta pelo reconhecimento federal da Faculdade de Direito de Cuiabá, núcleo formador da Universidade Federal de Mato Grosso. Dentre várias atividades em que se envolveu, dirigiu o departamento de Cultura da União Nacional dos Estudantes (UNE), de 1954 a 1958; fundou e presidiu o Teatro Universitário Brasileiro da UNE, de 1956 a 1959.

Nessa época, dirigiu com Wladimir Dias-Pino a revista Movimento (1957-1959, da UNE), que foi premiada internacionalmente pelo conteúdo progressista e pela estética literária de vanguarda e o jornal ‘Japa’ (1953). Além de ter sido diretor-redator do jornal ‘O Roteiro’ (da Associação Matogrossense dos Estudantes no RJ), da página universitária do jornal ‘O Semanário’(da Frente Parlamentar Nacionalista). Em Cuiabá, fundou o Grêmio Literário Lamartine Mendes e os jornais ‘Arauto de Juvenília’ e ‘Vanguarda Matogrossense’ e ainda promoveu com um grupo de poetas ‘Alguma Poesia dentro da Noite’, no Centro Artístico de Cuiabá e a ‘Festa

dos Novos, na Academia Mato-grossense de Letras. Participou do Movimento do Intensivismo, idealizado por Wladimir Dias-Pino de 1948 a 1952 e, posteriormente em 1985, foi membro da Academia Mato-grossense de Letras onde ocupou a Cadeira de número 38. Foi Professor do Departamento de Direito da UFMT e Presidente da Ordem dos Advogados em Mato Grosso (OABMT).

Em sua trajetória de vida, as atividades políticas, intelectuais e seu itinerário profissional se fundem, se entrelaçam e se norteiam pelos ideais de justiça social, de valorização da cultura e pelos princípios éticos da profissão.

Durante a operação denominada Plano Tarrafa, em abril de 1964, foi preso pelo 16º Batalhão de Caçadores, ficando detido por cinquenta dias, tendo depois sua liberdade vigiada durante os anos da ditadura. Em decorrência, foi cassado e demitido da atual UFMT em setembro de 1964, sendo reintegrado em 1980 por força da Lei da Anistia de 1979. Desde o período de sua cassação até o retorno da democracia no país em 1985, Silva Freire continuou colaborando para a vida política cuiabana, na militância brizolista, além de voltar-se ao jornalismo cultural, à literatura e aos trabalhos jurídicos por meio dos quais denunciava a ditadura que se instalou no Brasil.

Para Cunha (2016) sua extensa obra poética inclui poemas que colocam em evidência questões sociais e existenciais do mundo-vida da cuiabania¹⁶⁴ e de Mato Grosso. Compõe o seu acervo literário um conjunto de textos em jornais, cadernos e revistas, poemas, peças de discursos literários, acadêmicos e jurídicos, documentos escritos, fotos e arquivos audiovisuais e sonoros. Além de sua produção inédita, suas principais obras publicadas são: 13 Cadernos de Cultura; os livros: Águas de Visitação (1979), reeditado em 1980 (Edições do Meio); 1989 (Adufmat-UFMT) e 2002 (Lei Estadual de Incentivo à Cultura); Depois da Lição de Abstração (Separata da Revista da Academia Mato-grossense de Letras, 1985); Silva Freire: Social, Criativo, Didático (UFMT, 1986); Barroco Branco

¹⁶⁴ Conceito cunhado por Silva Freire que significa os “ideais de defesa dos valores espirituais permanentes que nos identificam, como herdeiros, como co-participantes do processo cultural e histórico.” (SILVA FREIRE, 1985, p.53)

(Fundação Cultural de Mato Grosso, Ed. Amazônida, 1989); Trilogia Cuiabana, vol. 1 e 2, org. Wladimir Dias-Pino, (UFMT, 1991) e A Japa e outros croni-contos cuiabanos (Cuiabá: Carlini & Caniato – Coleção Aroeira, 2008).

Por uma leitura decolonial da obra freireana

A despeito da multiplicidade de significados, o conceito de cultura e os componentes que deles derivam tornam-se imprescindíveis para fazer uma 'leitura' da obra literária de B. S. Silva Freire, no que diz respeito ao conjunto de documentos que compõem o seu acervo, tanto no que se referem aos seus pronunciamentos, entrevistas, peças de discursos acadêmicos, literários e jurídicos, artigos em jornais, revistas e textos diversos sobre cuiabania, como pelo caminho da ficção (seus poemas e croni-contos-poemas publicados ou inéditos), por uma via e por outra a sua produção parece se constituir em um sistema literário (LEITE, 2012)¹⁶⁵ que incide em uma crítica da cultura na medida em que narra, em diálogo com uma proposta neobarroca¹⁶⁶, a realidade cuiabana e suscita questões para se pensar a cidade de Cuiabá na contemporaneidade.

A palavra cultura em seus primeiros usos se referia a um processo, o cuidado com algo, basicamente colheitas ou com os animais. Recebeu uma gama de significados (habitar, cultivar, proteger, honrar com veneração) que se desenvolveram. “‘Habitar’ desenvolveu-se do latim *colonus* até chegar a *colony* [colônia]. ‘Honrar com veneração’ desenvolveu-se do latim *cultus* até chegar a *cult* [culto]. Cultura assumiu o sentido principal de cultivo ou cuidado”[...] (WILLIAMS, 2007, p.117).

A relação entre cultura e colonização está presente desde a etimologia da palavra conforme acusa Bosi (1996, p.11) visto que “as palavras *cultura*, *culto* e *colonização*, derivam do mesmo verbo latino *colo*,

¹⁶⁵ O conceito de literatura enquanto sistema e a formação do sistema literário matogrossense são definidos por Mário Cezar Silva Leite no livro *Literatura, vanguardas e identidades: nas brenhas do regionalismo*, Ed. Carlini & Caniato e Cathedral Publicações, 2015.

¹⁶⁶ Para Irleamar Chiampi (2010, p.13) o neobarroco dos anos 70-90 se caracteriza por ser “uma inflexão revisionista dos valores ideológicos da modernidade”[...] “a estética da contra-modernidade” (Ibid. p.18) [...] “O termo tem sido usado para referir-se aos exercícios verbais de alguns notáveis romancistas latino-americanos [...]” (Ibid. p.26).

cujo participio passado é *cultus* e o participio futuro *culturus*”. *Colo* significou, *eu moro, eu ocupo a terra*, que “é a matriz de colônia enquanto espaço que se está ocupando, terra ou povo que se pode trabalhar e sujeitar” (BOSI, 1996, p.11).

Sem ignorar a relação entre cultura e colonização, Mignolo (2003) situa o conceito na esfera do *sistema* mundial/colonial/moderno, diferença colonial, colonialidade do poder, geopolítica do conhecimento, saberes subalternos, pensamento liminar e na emergência das Américas e sua localização e transformação na ordem mundial colonial/moderna de 1500 até o fim do século 20. Com este aporte teórico, reflete sobre a relação entre colonialidade e epistemologia e dedica um capítulo para analisar a relação entre a colonialidade, a língua e a literatura, o que possibilita fazer uma aproximação da literatura de Silva Freire enquanto “potencial de uma epistemologia liminar que emerge da diferença colonial”, “um caso de pensamento liminar” (*Ibidem*.p.330) e também analisá-la no contexto da crítica de literatura e cultura latino-americana como um exemplo de literatura barroca em posição de vanguarda, conforme as palavras de Carpentier (1987):

O barroco manifesta-se onde há transformação, mutação, inovação [...] o barroquismo está sempre em posição de vanguarda e costuma expandir-se no momento máximo de uma civilização ou quando via nascer uma nova ordem na sociedade. Pode ser culminação como pode ser premonição. América, continente de simbioses, de mutações, de vibrações, de mestiçagens, sempre foi barroca [...] (CARPENTIER, 1987, p.119).

O momento máximo de uma civilização ou o nascimento de uma nova ordem na sociedade a que se refere Carpentier remete ao que Mignolo (2003) discute quando aborda os processos civilizadores e a recolocação de línguas e saberes, assinalando a relação entre civilização, globalização e sistema mundial colonial/moderno que teve início a partir da América.

O conceito de civilização remapeado por Mignolo torna visível a diferença colonial na fissura entre a globalização/mundialização, segundo o

sociólogo Renato Ortiz e o escritor e filósofo Edouard Glissant e entre civilização/cultura, conforme a escritora e filósofa Hélène Béji. Estes escritores aportam em seus pensamentos e terminologias as experiências da diferença colonial, confluindo na conceituação de Mignolo entre projetos globais e histórias locais. O conceito de civilização de Béji corresponde ao de globalização para Glissant e Ortiz e ao de projetos globais. Enquanto que o conceito de mundialização de Glissant e Ortiz corresponde ao de cultura para Béji e histórias locais para Mignolo. Na diferenciação de Béji (1997) a noção de civilização está associada à “cultura global”, modernidade, progresso, tecnologia, homogeneidade, razão; enquanto a noção de *cultura* é entendida como “cultura mundial”, domínio da tradição e de esferas da vida que projetos civilizadores tentam domesticar e também à paixão, à memória, à identidade. A dialética da memória e identidade é abordada por Candau (2016, p.16) que afirma “a memória, ao mesmo tempo em que nos modela, é também por nós modelada” para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa.

Segundo Mignolo, “a distinção entre ‘mundialização’ e ‘globalização’ é uma nova forma na qual se inscreve a colonialidade do poder e se rearticula a diferença colonial na era da colonialidade global” (*Ibidem.*, p.378). A comparação estabelecida por Mignolo (2003) entre estes quatro termos, deixa aparecer a sua crítica cultural ao advento da modernidade e com ela a colonialidade do poder (global transnacional e transestatal), a cumplicidade entre “civilização” e “globalização”, que produziu uma geopolítica do conhecimento que subalterniza saberes, povos e culturas, e ainda, a sua crítica permite visualizar o neoliberalismo como uma “nova forma de civilização e não apenas como de organização econômica” (*Ibidem.*, p.378).

A colonialidade é

um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista. Sustenta-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjetivos, da existência social cotidiana e da escala societal.

Origina-se e mundializa-se a partir da América. Com a constituição da América (latina), no mesmo momento e no mesmo movimento históricos, o emergente poder capitalista torna-se mundial, os seus centros hegemônicos localizam-se nas zonas situadas sobre o Atlântico – que depois se identificarão como Europa – e como eixos centrais do seu novo padrão de dominação estabelecem-se também a colonialidade e a modernidade. Em pouco tempo, com a América (latina) o capitalismo torna-se mundial, eurocentrado, e a colonialidade e modernidade instalam-se associadas como eixos constitutivos do seu específico padrão de poder, até hoje (QUIJANO, 2010, p.84).

Dentre os elementos da colonialidade do poder elencados por Quijano (1997) destaca-se a classificação e reclassificação da população do planeta, sendo que o conceito de cultura desempenha um papel central nesta tarefa (MIGNOLO, 2003). Ao mostrar a relação entre a noção de raça, etnia, nação, religião e cultura, Mignolo (2007) esclarece que além de contribuir para o propósito colonial de nomear e definir as culturas estrangeiras e inferiores, a *cultura* serviu para a criação da unidade nacional sendo utilizada como instrumento para nomear e instituir a homogeneidade do Estado-nação, que possuíam as línguas nacionais, as literaturas nacionais, as bandeiras e os hinos nacionais como manifestações de uma cultura nacional.

Pergunta-se: Como o conceito de cultura é operado por Silva Freire? A obra literária de Silva Freire comporta uma leitura na perspectiva de uma epistemologia decolonial que se delineia a partir da experiência da diferença colonial, constituindo-se um pensamento fronteiriço¹⁶⁷ (*Idem*).

O conceito de cuiabania cunhado por Silva Freire provavelmente, se posiciona não como um modo de resistir à modernização, mas de resistência ao encobrimento das diferentes vozes que vem do sub-solo da região que representam os saberes situados, localizados, encarnados dos diferentes grupos pelos quais, em nome de quem, como e de onde fala o poeta, conforme registrado em seu discurso-painel de posse na Academia Matogrossense de Letras em 1985. A luta pela 'cuiabania' que atravessa os

¹⁶⁷ O pensamento fronteiriço afirma o espaço de onde o pensamento foi negado pelo pensamento da modernidade, de esquerda ou de direita. (MIGNOLO 2003, p.52)

agenciamentos literário, cultural e político freireano pode ser vista como uma forma de lutar contra o epistemicídio¹⁶⁸ de uma região (SOUZA, 2010). O que quer dizer o poeta com a expressão “poema sonoro que seu povo fala”, recorrente em seus textos? Dar ouvidos ao “poema sonoro” de seu povo seria uma forma de reagir frente à colonialidade? Quando Silva Freire (1986) se refere à “civilização cuiabana” no texto intitulado “Cultura Calada” estaria a dizer, em outras palavras, que o cuiabano possui uma epistemologia própria? Esta “epistemologia cuiabana” poderia ser entendida por meio da expressão “poema sonoro que seu povo fala”? E ainda, seus treze Cadernos de Cultura, o livro Águas de Visitação e o Trilogia Cuiabana, volume 1e 2, seriam resultados de sua paciente audição ao “poema sonoro de seu povo”? Estaria Silva Freire produzindo a partir das histórias locais (Mignolo, 2003), mediante o processo de colonização de Cuiabá? Um saber da diferença colonial?

Os conceitos modernidade/colonialidade/decolonialidade se interrelacionam e formam uma unidade heterogênea estrutural, não sendo possível pensar um sem o outro. Os dois primeiros conceitos da tríade (modernidade/colonialidade) conformam o padrão da matriz colonial de poder, enquanto que o terceiro (decolonialidade) remete à variedade de respostas e intervenções decoloniais ao longo dos séculos em distintos continentes. A noção decolonialidade significa “um tipo de atividade (pensamento, giro, opção), de enfrentamento a retórica da modernidade e a lógica da colonialidade. Esse enfrentamento não é somente resistência mas re-existência (*Ibidem.*, p.34, tradução nossa).

Pensar descolonialmente remete a:

Um processo de desprender-se das bases eurocentradas do conhecimento (tal como explica Aníbal Quijano) e de pensar fazendo-conhecimentos que iluminem as zonas obscuras e os silêncios produzidos por uma forma de saber e conhecer cujo horizonte de vida foi constituindo-se na imperialidade (segundo o conceito do britânico David Slater) (GROSFOGUEL; MIGNOLO, 2008, p.34, tradução nossa).

¹⁶⁸ O conceito de epistemicídio consiste na supressão dos conhecimentos locais perpetrada por um conhecimento alienígena (SANTOS 2010, p.16).

Iluminar as zonas obscuras e os silêncios produzidos por uma forma de saber e conhecer seria uma das formas de habitar o giro descolonial e trabalhar na opção descolonial. “Desprendimento, abertura, de-linking, desobediência, vigilância e suspeição epistêmicas são estratégias para a decolonização, de-colonização ou descolonização epistêmica, diz Ballestrin (2003, p.108). Em uma das análises de Mignolo (2003, p.124), “descolonização como uma forma particular de desconstrução”.

A diferença colonial é compreendida por Mignolo (*ibidem*, p.10) como o espaço onde “emerge a colonialidade do poder”; “as histórias locais que estão inventando e implementando os projetos globais encontram aquelas histórias locais que os recebem”; “os projeto globais são forçados a adaptar-se, integrar-se ou onde são adotados, rejeitados ou ignorados”; “local físico e imaginário onde atua a colonialidade do poder no confronto de duas espécies de histórias locais visíveis em diferentes espaços e tempos do planeta”. Uma “enunciação fraturada”, reação ao discurso e à perspectiva hegemônica. “As diferenças coloniais do planeta são a morada onde habita a epistemologia liminar” (*ibidem*, p.66).

Consequência lógica da diferença colonial, o pensamento liminar é

a multiplicação de energias epistêmicas em diversas histórias locais (diferentes espaços e momentos na história do capitalismo; Arrighi, 1994) e sua sombria e inevitável companheira, a história do colonialismo (ainda por escrever na perspectiva aqui adotada). Na escuridão dessa companhia, nas fissuras entre a modernidade e a colonialidade reside(m) a(s) diferença(s) colonil/is. (MIGNOLO, 2003, p.69).

Nessa fissura, localiza-se a morada da literatura de Silva Freire e o movimento do qual participou denominado Intensivismo como uma “desconstrução poética descolonizadora” ou uma “desconstrução de um conservadorismo”, uma “desobediência epistêmica” e ainda uma “epistemologia liminar”, oriundo da experiência da diferença colonial vivida a partir das fronteiras de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul no centro geodésico da América do Sul.

REFERÊNCIAS

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo:Companhia das Letras,1992.

CARPENTIER, Alejo. *A literatura do maravilhoso*. Trad.:Rubia Prates Goldoni e Sérgio Molina, São Paulo:Editora Revista dos Tribunais, edições Vértice,1987.

CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. Trad.:Maria Leticia Ferreira. 1.ed., 3ª.reimpressão, São Paulo:Contexto, 2016.

CUNHA, Célio. *Wladimir e Silva Freire: poetas de uma nova educação*. (no prelo).

CHIAMPI, Irlemar. *Barroco e modernidade: ensaios sobre literatura latino-americana*. São Paulo:Perspectiva, 2010.

GROSGOUEL, Ramón; Mignolo. Intervenciones descoloniales:uma breve introducción. In: *Tabula Rasa*, Bogotá, Colmbia, n.9, pp:29-37, julio-diciembre, 2008.

LEITE, Mário Cezar Silva. *Literatura, vanguardas e identidades: nas brechas do regionalismo*. Cuiabá:Carlini & Caniato Editorial, Cathedral Publicações, 2015.

MIGNOLO, Walter. *La idea de América Latina. La herida colonial y la opción decolonial*. Barcelona: Gedisa, 2007.

_____. *Histórias Locais/Projetos Globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Trad. Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

FREIRE, Benedito Sant'Anna da Silva. *Trilogia Cuiabana: presença na audiência do tempo*: Edições UFMT, 1991, Volume 1.

_____. *Trilogia Cuiabana: na moldura da lembrança*, Cuiabá: Edições UFMT, 1991, Volume 2.

_____. *Silva Freire: social, criativo, didático*. Catálogo de exposição. Semana de Letras de 16 a 20 de Junho, UFMT. Cuiabá: Imprensa Universitária, 1986.

_____. *Águas de Visitação*. 4ªed. Cuiabá: Leila Barros Silva Freire, Edição póstuma, 2001.

_____. *Depois da lição de abstração*. Separata da Revista da Academia Matogrossense de Letras, 1985.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes*. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidade do poder e classificação social*. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

WILLIAMS, Raymond. *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. Trad.: Sandra Guardini Vasconcelos, São Paulo: Boitempo, 2007.

**LYGIA CLARK E O COLONIAL: REFLEXÕES ACERCA DA OBRA
NEOCONCRETA DA ARTISTA EM RELAÇÃO À COLONIALIDADE.**

LUCIANA SILVA FONTANA¹⁶⁹

MARGARETE PANERAI ARAUJO¹⁷⁰

Resumo: A artista Lygia Clark contribuiu relevantemente para a produção da arte contemporânea mundial, suas percepções de espaço e participação dos indivíduos transformaram a maneira como o espectador entende a obra de arte contemporânea, revelando uma nova identidade de relacionamento e produção cultural. O movimento Neoconcreto rechaça a produção academicista da arte imposta pela matriz colonial do poder eurocêntrico introduzida pela Missão Francesa em 1816. Este artigo propõe abordar, ainda neste estágio embrionário de estudo a possível relação entre Lygia Clark, Neoconcretismo e a Colonialidade identificada por Aníbal Quijano através da utilização do método de pesquisa bibliográfica e consulta a sites especializados no assunto. A cultura representa a humanidade de uma sociedade, por esta razão a relevância na abordagem entre Arte e Colonialidade e suas convergências.

Palavras-chave: Arte, Colonial, Ruptura.

Abstract: The artist Lygia Clark has substantially contributed to the contemporary worldwide art production. Her space and individual participation perception have changed the way the viewer understands the contemporary art work, revealing a new identity to the cultural relationship and production. The Neoconcrete movement rejects the Brazilian academic art production imposed by the European colonial matrix introduced by the French Mission in 1816. This article intends to approach the possible relation between Lygia Clark, Neoconcretismo and the Coloniality rupture identified by Aníbal Quijano through using the method of research bibliographic and web site skilled. The culture represents the humanity in a society, that's the reason of the relevance of this approach between Art and Coloniality and its convergences.

Keywords: Art, Coloniality, Rupture.

INTRODUÇÃO

Invariavelmente ao adentrar um Museu, Galeria ou Exposição de Arte, o espectador vê-se interpelado pela sobriedade do posicionamento frente às obras plásticas, visualiza, analisa, reflete ou simplesmente as

¹⁶⁹ Bacharel em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS); Pós-Graduada pela Rede de Educação Claretiano (CLARETIANO) em História da Arte e Aluna Especial no Mestrado em Memória Social e Bens Culturais pelo Centro Universitário La Salle (UNILASALLE). E-mail: lucianasilvafontana@gmail.com.

¹⁷⁰ Pós Doutora em Administração Pública e de Empresas em Políticas e Estratégias pela FGV/EBAPE/RJ (2013); e Pós Doutora em Comunicação Social, Cidadania e Região pelas Cátedras UNESCO e Gestão de Cidades na UMESP (2010); Doutorado em Comunicação Social pela PUCRS (2004); É professora e pesquisadora da linha de pesquisa em Memória e Gestão Cultural, vinculada ao Programa em Memória Social e Bens Culturais UNILASALLE. E-mail: mpanerai@terra.com.br.

‘enxerga’ como a representatividade de algo muitas vezes, superior à sua capacidade de compreensão imediata. Reitera a condicionante limitação do “não tocar” independentemente do valor estético e/ou emocional causado pela obra observada. Relativamente às obras cânones esse contexto de ‘sacralidade’ revela-se extremamente opressor, as produções encontram-se dispostas em determinados espaços, onde o público somente pode visualizá-las após a passagem por detectores de metais, através do vidro, com demarcações previamente estabelecidas. Evidentemente, obras de relevante contribuição prescindem de cuidados, entretanto o zelo excessivo culmina em pormenorizar, aquilo de mais importante e significativo na apreciação artística, a emoção que revela ao espectador.

A partir desta problemática a artista brasileira Lygia Clark inaugura - juntamente com outros nomes importantes da construção artística nacional – o movimento conhecido como Neoconcreto, que visa desconstruir esse paradigma de apreciação inerte do público e, contrário senso, realizar a participação deste com a obra objetivando nesta interação o resultado estético. A partir desta ruptura, objetiva-se com este artigo refletir acerca da transversalidade entre produção das obras criadas no período Neoconcreto da artista Lygia Clark frente o conceito de Colonialidade ensinado por Aníbal Quijano, contextualizando o padrão vigente nas instituições culturais brasileiras replicadoras e mantenedoras de uma epistemologia eurocêntrica relativamente à produção cultural.

O método utilizado na produção deste artigo embasa-se na pesquisa descritiva bibliográfica e consulta a sites e revistas especializadas sobre o tema. Este artigo apresenta-se composto inicialmente por esta Introdução, posteriormente pela seção que aborda a apresentação da artista Lygia Clark, seguindo pela conceituação do movimento Neoconcreto e Colonialidade e posteriormente na seção seguinte estão apresentadas as considerações finais e referências bibliográficas.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

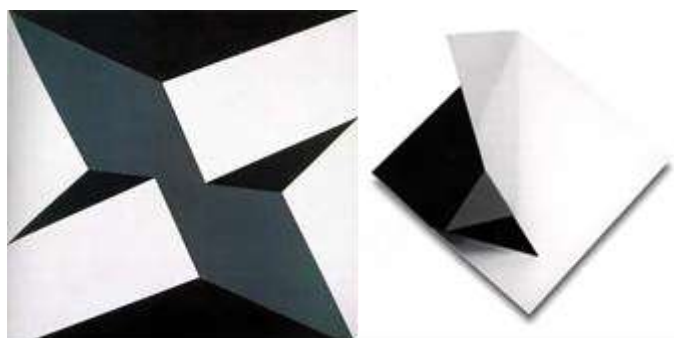
2.1 LYGIA CLARK

De acordo com a biografia publicada pelo web site oficial da artista, Lygia Clark (1920-1988) nasce em Minas Gerais e inicia seus estudos de artes em 1947 sob a tutela de Zélia Salgado e Burle Marx, em 1950 a artista estuda em Paris e retorna ao Brasil em 1952.

Em 1954, Lygia integra o Grupo Frente, embrião do movimento Neoconcreto, onde sua particular preocupação com a espacialidade aparece como uma das primeiras grandes modificações impetradas do movimento, quando a artista não reconhece mais a moldura do quadro como limitador de suas obras plásticas, transportando a sua pintura para 'fora das amarras' determinadas (figura 1), rompendo com o padrão vigente até então de apresentação de pinturas artísticas. Em 1958, de acordo com web site oficial, a artista cria a série "Superfícies Moduladas" trabalhando com a bidimensionalidade dos espaços, desenvolve linhas orgânicas, onde convida o espectador (ou propositor) a "sugerir" algo á obra. Essa atitude instiga o público a inserir-se dentro do espaço bidimensional entre ele e a obra e vai ainda mais longe, sugerindo que "qualquer pessoa" pode realizá-la na sua própria sala, em casa, no seu ambiente. Nesse momento a percepção foi chamada de "global" sobre os objetos, visualizando-se como parte integrante daquelas linhas e não como formas individuais.

FIGURA 1: Planos e Superfícies Moduladas, n.5, 1957.

FIGURA 2: Casulo n.1, 1959.



Fonte: www.mac.usp.br, 2016, s.p.

Fonte: www.mac.usp.br, 2016, s.p.

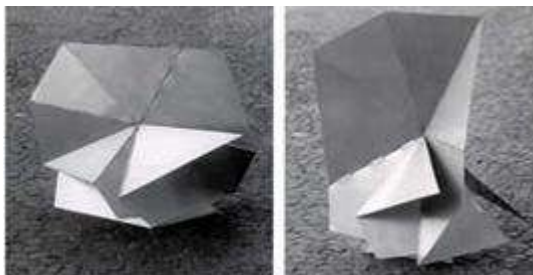
No ano de 1959, conforme web site da artista, sua produção não contempla mais a restrição da moldura e passa a ser incorporada como a linha orgânica, pintada com a mesma cor do quadro, onde a moldura integra a obra e incorpora conjuntamente a utilização do metal, como base para uma nova proposta, revelando-se os Casulos, 1959 (figura 2). Nesta fase, a artista aproxima a obra da tridimensionalidade do ‘mundo real’, nasce um novo suporte, contudo esta ainda é considerada como pintura.

Na década de 60, utilizando materiais como alumínio e dobradiças, a artista revela sua famosa série intitulada “Bichos”, esculturas produzidas de maneira que podem ser manipuladas pelo propositor. A partir desta produção Lygia Clark consolida-se como pioneira na produção de arte com a participação efetiva do público, que é convidado a explorar as inúmeras formas, imprimindo novo significado à forma base original a partir do movimento inicial praticado pelo público. A esse respeito, conforme divulgado no site oficial, Lygia Clark ensina que:

Na relação entre você e o “Bicho” há dois tipos de movimentos. O primeiro, feito por você, é puramente exterior. O segundo, do “Bicho”, é produzido pela dinâmica da sua própria expressividade. O primeiro movimento (que você faz) nada tem a ver com o “Bicho”, pois não pertence a ele. Em compensação, a conjugação do seu gesto com a resposta imediata do “Bicho” cria uma nova relação e isso só é possível graças aos movimentos que ele sabe fazer: é a vida própria do “Bicho” (www.lygiaclark.org.br/biografiaPT.asp).

A obra “Bicho-Flor” (Figuras 3 e 4) foi constituída em um material duro e sua movimentação resulta do desdobramento, abertura e fechamento de suas dobradiças, revelando uma sensação de que ele ‘tem vida’ e identifica e incentiva o movimento do propositor, que por vezes se espantava e se diverte com a ‘reação do bicho’ ao movimento inicial, que pode tanto resultar em formas conhecidas ou em novas e surpreendentes obras contemporâneas.

FIGURA 3 E 4: Bicho Flor, 1960-1963.



Fonte: www.mac.usp.br, 2016, s.p.

Na série “Caminhando” apresentada em 1964, de acordo com site oficial, a artista inova e neste momento o público não movimenta mais o corpo da obra e sim, ele mesmo é o ‘corpo’, o percurso percorrido pelo corte na fita de Moebius cria a obra de arte a partir da decisão efetiva do propositor, no caso de isenção ou negação da interação, a obra simplesmente não ‘acontece’, sob essa perspectiva a artista instiga:

Faça você mesmo um “Caminhando”, com uma faixa branca de papel que envolve o livro, corte-a na largura, torça-a e cole-a de maneira a obter uma fita de Moebius. Tome então uma tesoura, enfie uma ponta na superfície e corte continuamente no sentido do comprimento. Tenha cuidado para não cortar na parte já cortada – o que separaria a fita em dois pedaços. Quando você tiver dado a volta na fita de Moebius escolha entre cortar à direita e cortar à esquerda do corte já feito. Esta noção de escolha é decisiva e nela reside o único sentido desta experiência. A obra é seu ato. À medida que se corta a fita, ela se afina e se desdobra em entrelaçamentos. No fim, o caminho é tão estreito que não pode mais ser aberto. É o fim do atalho (www.lygiaclark.org.br/biografiaPT.asp).

Ao deparar-se pela proposta da obra torna-se crível a declaração da artista, sendo possível identificar na fita de Moebius o entrelaçamento produzido a partir da escolha do propositor, o desejo deste em finalizar ou continuar a obra até que sua possibilidade de decisões se finde completamente. A fita de Moebius caracteriza-se na utilização de material de fácil acesso – fita de papel colada nas extremidades e tesoura – incentivando até mesmo a utilização na didática escolar com crianças em fase de desenvolvimento da coordenação motora fina.

FIGURA 5: Caminhando, 1963.



Fonte: dimensaoestetica.blogspot.com.br, 2016, s.p.

A produção artística de Lygia Clark após 1966 absorve uma grande totalidade de entrelaçamentos público-obra permitindo no nível mais íntimo e marcante, a autoridade da vontade do espectador em relação à ideia da artista. Na obra “A Casa é o Corpo”, constituída por uma instalação em tecido de 8 metros, através do qual as pessoas se deslocam pelo seu interior em estágios que compreendem penetração, ovulação, germinação e expulsão do ser vivo e “Roupa-Corpo-Roupa: O Eu e o Tu, 1967”, mulher e homem vestem macacões parecidos e máscaras, e através de fecho eclair conseguem tatear-se mutuamente, numa exploração tátil, nestes dois contextos a ausência do propositor significa uma “não obra”, de acordo com informações contidas no site da artista (Figuras 6 e 7).

FIGURA 6: A Casa é o Corpo, 1968.

FIGURA 7: Roupa-Corpo-Roupa: O Eu e o Tu, 1967.



Reprodução fotográfica de Elisa Guerra e Vicente de Mello in MILLIET, Maria Alice. 1992. “Lygia Clark: obra-trajeto”. São Paulo, EDUSP. Imagem pertencente ao Centro de Documentação do MAM-RJ. Fonte: comunicacaoeartes20122.wordpress.com, 2016, s.p.

Fonte: www.lygiaclark.org.br, 2016, s.p.

Baba Antropofágica, de 1973, conforme relata o site oficial, o propositor pensa, realiza e executa a obra de arte a partir do material fornecido: carretéis de linhas coloridas. Cada propositor coloca dentro da sua boca um carretel de linha, e outro propositor deitado no chão aguarda a execução da obra; os indivíduos desenrolam o carretel, previamente colocado dentro de sua boca, puxando gentilmente a linha e repousando-a sobre o indivíduo que está deitado, ao final, todos os propositores entrelaçam-se no emaranhado de fios, interagindo em grupo da forma que convier a cada participante.

FIGURA 8: Baba Antropofágica, 1973.



Fonte: www.lygiaclark.org.br, 2016, s.p.

De acordo com as informações retiradas do site oficial, após a contribuição para uma efetiva construção da Arte Contemporânea, no ano de 1976, a artista encerra sua produção artística e dedica-se ao atendimento de pacientes de forma individual com fins terapêuticos deixando um efetivo legado para arte tanto brasileira, quando mundial desvinculando integralmente a arte da proposta de industrialidade e comercialidade vigentes até então. Após a apresentação de informações sobre a trajetória da vida artística de Lygia Clark, o presente artigo adentra a conceituação do movimento Neoconcreto.

2.2 NEOCONCRETISMO

Conforme relatado alhures, o movimento Neoconcreto, criado em 1959 no estado do Rio de Janeiro, constitui-se na medida em que o publico-propositor se dispõe a uma participação efetiva na construção da

obra de arte, pois a existência desta relação, torna possível a construção da obra Neoconcreta, de acordo com Ronaldo Brito:

[...] o neoconcretismo é um desvio, uma luta contra aquele novo dogmatismo mecanicista e cartesiano do concretismo, que tinha uma ideia reducionista da arte, vista como pesquisa de forma, no limite se aproximando do processo do design.

O neoconcretismo é o contrário: procura o valor expressivo da arte, o valor autônomo da arte, se lança a uma aventura (www.revistadehistoria.com.br/secao/entrevista/ronald-o-brito).

Desta forma, o movimento Neoconcreto exala uma liberdade de criação para além do discurso acadêmico, fomentando o visceral do artista, a forma pura de criação, execução e demonstração da sua arte. Para Alberto Beuttenmuller, “A essência do Neoconcretismo é o conceito de organismo vivo, (...) (2002, p.130). A partir destas considerações configura-se possível a tentativa de alinhamento do movimento Neoconcreto com a ruptura da epistemologia eurocêntrica e colonial presente nas artes desde a chegada da Missão Francesa em terras brasileiras.

Caracteriza o início da produção de arte brasileira no período colonial especificamente a chegada da Missão Francesa no ano de 1816. Essa ‘revolução’ no padrão artístico brasileiro teve início quando aporta no Rio de Janeiro um grupo de artistas franceses contratados pela Coroa Portuguesa, com o objetivo específico de trazer a expertise europeia no campo das artes e ensiná-la de forma acadêmica aos poucos estudantes brasileiros existentes. Após inúmeros contratemplos, em 1820 efetivamente inaugura-se a Academia de Artes (MESGRAVIS, 2015, p.145) na colônia portuguesa.

Pode-se considerar que a decisão de trazer ao Brasil artistas europeus ratifica a ideia dos governantes portugueses sobre a inabilidade brasileira em produção cultural, reforçando o padrão de poder Colonial não apenas da forma administrativa, mas em todas as áreas as quais o colonizador considerou deficiente.

2.3 COLONIALIDADE

A Colonialidade do poder encontra-se balizada de acordo com Aníbal Quijano sobre a influência o poder que a Europa exerceu sobre suas colônias e a caracterização como demonstração de universalidade deste poder. Neste sentido, o autor refere:

A “racialização” das relações de poder entre as novas identidades sociais e geoculturas foi o sustento e a referência legitimadora fundamental do caráter eurocentrado do padrão de poder, material e intersubjetivo. Ou seja, da sua colonialidade. Converteu-se, assim, no mais específico dos elementos do padrão mundial do poder capitalista eurocentrado e colonial/moderno e atravessou – invadindo – cada uma das áreas da existência social do padrão de poder mundial, eurocentrado, colonial/moderno (QUIJANO, 2010, p.120).

Relativamente á Colonialidade do poder nas relações culturais, Quijano ensina que a destruição e destituição cultural do colonizado é imprescindível para a efetivação do poder do colonizador, dado que recai sobre este último o posto mais alto na hierarquia do conhecimento válido.

Contudo, se o conhecimento cultural do colonizado não perecer de forma integral, far-se-á necessário à implementação da hegemonização da visão eurocêntrica. Refere-se neste quesito: “a longo prazo, em todo mundo centrado foi-se impondo a hegemonia do mundo eurocêntrico de percepção e produção de conhecimento e numa parte muito ampla da população mundial o próprio imaginário foi, demonstradamente, colonizado” (QUIJANO, 2010, p.124). Repensar a Colonialidade nas artes pode significar a construção de uma produção cultural embasada na epistemologia cultural originária, não especificamente nacionalista, mas liberta das amarras acadêmicas formais e industrializadas que permanece imposta aos movimentos culturais do Sul, classificadas como válidas ou não pelo posicionamento do Norte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A colonização portuguesa embebeu em todos os aspectos da estrutura social brasileira a matriz colonial do poder eurocêntrico, mesmo contemporaneamente é possível identificarmos esse *modus operandi* facilmente. Este artigo se propôs, ainda que num processo inicial de pesquisa, traçar um paralelo e identificar no movimento Neoconcreto realizado pela artista Lygia Clark uma real e integral ruptura frente ao modo Colonial de ensinamento e tratamento das artes plásticas brasileira, desde a chegada da Missão Francesa. Para tanto, o artigo foi dividido em seções apresentando a transversalidade entre a obra Neoconcreta da artista Lygia Clark e o Colonialismo, e fornece um panorama geral sobre suas obras, o conceito do movimento Neoconcreto e as questões relativas à Colonialidade de Aníbal Quijano.

Identifica-se a existência de uma transversalidade entre as obras Neoconcretas da artista e a Colonialidade decorrente do efetivo deslocamento da sua produção artística replicadora e academicista concernente até aquele momento. A partir destas considerações tem-se o desvelamento da importância do estudo de convergência entre os dois temas apresentados, reforçando o posicionamento cultural e sociológico dos artistas do Sul em contrapartida à imposição epistemológica do Norte. Desta forma, frente a uma obra intocável, distanciada, canônica e fria, representativa da herança eurocêntrica destinada as artes plásticas 'válidas', protegidas por vidros, linhas demarcadas e pedestais inacessíveis, é possível compreender contrariamente a este posicionamento o movimento Neoconcreto que rompe e rechaça essa postura e um passo a diante, integra o propositor como fator essencial e imprescindível para ocorrência da obra de arte. A obra Neoconcreta não está disposta para mera observação e deleite fetichista do espectador, ela passa a fazer parte deste propositor, que inicia o movimento e aguarda o retorno da obra, como se esta fosse provida de vida, de história, de alma.

REFERÊNCIAS

BEUTTENMULLER, Alberto Frederico. Viagem pela arte brasileira. São Paulo: Aquariana, 2002.

BRETAS, Aléxia. O estado da arte sem arte, em Lygia Clark. Disponível em: <http://dimensaoestetica.blogspot.com.br/2007/05/dimenso-esttica-por-lygia-clark.html> Acesso em: 09 de agosto de 2016.

BRITO, Ronaldo. Abaixo ao modernismo!. Disponível em: www.revistadehistoria.com.br/secao/entrevista/ronaldo-brito. Acesso em 09 agosto 2016.

COURI, Aline. Comunicação e Artes E-C1-2012-2. Disponível em: <https://comunicacaoeartes20122.wordpress.com/2013/02/19/lygia-clark> Acesso em 09 de agosto de 2016.

MESGRAVIS, Laima. História do Brasil colônia. São Paulo: Contexto, 2015.

O MUNDO DE LYGIA CLARK. Disponível em: www.lygiaclark.org.br/biografiaPT.asp. Acesso em: 09 agosto 2016.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social In. SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula (Orgs.). Epistemologias do sul. São Paulo: Cortez, 2010.

MUSEU DE ARTE CONTEMPORÂNEA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Disponível em: www.mac.usp.br/mac/templates/projetos/seculoxx/modulo3/frente/clark Acesso em: 09 de agosto de 2016.

O PAPEL MATERNO NA TRANSMISSÃO CULTURAL

LUCIANO LUNKES¹⁷¹

Resumo: O presente texto retoma um trabalho realizado como dissertação de mestrado, para o qual foi produzido um material empírico que teve por objetivo investigar a relação entre “sons produzidos durante o ato de cozinhar” e memória. No contexto das memórias evocadas, os sons ligados à alimentação atuaram como signos, cujos significados foram variados e subjetivos. Questões que emergiram com intensidade estavam ligadas a uma forte nostalgia em relação ao passado. Além disso, estavam também presentes memórias afetivas ligadas à família – especialmente à figura da mãe. A representação da maternidade, nessas memórias, estava fortemente vinculada à função da mãe como transmissora do legado cultural familiar. Este texto trás alguns dos resultados desta pesquisa.

Palavras-chaves: transmissão cultural, práticas alimentares, memória do alimento, sons da cozinha.

Abstract: The present article resumes a work carried out as a master's thesis, for which an empirical material was produced for a research whose objective was to investigate a relation between "sounds produced during the cooking process" and memory. In the context of the memories evoked, the kitchen sounds connected to food acted as signs, whose meanings were varied and subjective. Issues that emerged with intensity were linked to a strong nostalgia for the past. In addition, there were touching memories attached to the family - especially to the mother figure. The representation of motherhood in these memories was strongly linked to the mother's role as transmitter of the family cultural legacy. This text contains some search results.

Keywords: cultural transmission, food practices, food memory, kitchen sounds.

Introdução

O presente artigo retoma um trabalho realizado como dissertação de mestrado, para o qual foi produzido um material empírico a partir de um conjunto de sete entrevistas com um grupo de seis mulheres de uma família de descendentes alemães do interior do Rio Grande do Sul. A pesquisa teve por objetivo investigar a relação entre “som do alimento” e memória. Mediante a introdução de sonoridades representativas das práticas alimentares do grupo em foco, o estudo registrou as memórias que o “cozinhar acústico” evocou nessas mulheres. A dissertação, intitulada Os sons da cozinha, evocação de memórias a partir dos sons produzidos no

¹⁷¹ Mestre em Memória Social e Bens Culturais pelo UNILASALLE (Canoas/RS, Brasil).
Email: llunkes@hotmail.com

ato de cozinhar, foi apresentada como trabalho final do Mestrado em Memória Social e Bens Culturais do Unilasalle/Canoas. Todas as mulheres encontram-se hoje nas faixas etárias entre 78 e 55 anos de idade. O grupo é formado por quatro filhas, uma nora e uma neta da matriarca do estudo. A metodologia se caracterizou como um estudo experimental. Os áudios das entrevistas estão disponibilizados em www.ossosdacozinha.blogspot.com.

A hipótese inicial era que os sons propostos a elas desencadeariam memórias relacionadas a receitas e procedimentos culinários do passado familiar, correspondentes às naturezas psíquico-comunicativas de cada objeto acústico. Entretanto, além de questões relacionadas diretamente com a culinária, as entrevistas também geraram um corpo residual surpreendente, de tamanha riqueza e dimensão, que se impôs uma mudança na rota das análises.

O material produzido durante as seis entrevistas individuais com as descendentes de Aloysio e Clementina Lunkes¹⁰⁹, juntamente com a entrevista coletiva, rendeu um total aproximado de 8 horas de gravação. Entretanto, é importante ressaltar um aspecto relevante e inesperado a respeito desse material coletado. Inicialmente, tínhamos em mente que os conteúdos dos enunciados estariam diretamente ligados ao campo semântico alimentar, em função dos sons propostos.

A expectativa era de que surgiriam memórias individuais e coletivas relacionadas aos modos de produção e preparo dos alimentos que cada som do questionário sonoro representasse. No entanto, contrariando essa hipótese, as mulheres mostraram-se mais dispostas a falar de si próprias e de seus passados, mudando, desta forma, os rumos dos depoimentos e, conseqüentemente, reconfigurando o material das análises. Por outro lado, esse inesperado “descontrole nas rotas” acabou trazendo à tona questões culturais, sociais e subjetivas de grande riqueza. Foi necessário, então, escolher entre duas possibilidades de foco: manter os propósitos iniciais, pinçando das entrevistas apenas as breves partes que correspondessem questões relacionadas com alimentação, descartando a volumosa parte restante; encarar o desafio de olhar atentamente para esse material

“excedente” e tentar compreendê-lo. Imbuídos da crença de ser esta última escolha a mais honesta, rica e produtiva, nos ativemos, portanto, a ela.

O papel da mãe na transmissão cultural

Para perpetuar, não basta reproduzir. Há que se transmitir. O dever de transmissão, assim como na reprodução, é uma função de preservação da vida. Dentro desta lógica, manutenção e propagação são palavras de ordem. Há, portanto, no impulso da transmissão, um componente biológico intrínseco à natureza daquilo que segue vivendo. Dentro desse eloquente projeto bio-sócio-pedagógico que é a transmissão, a mãe ocupa um lugar de grande destaque. Ela é o elo imprescindível, aquele que conecta e ordena duas partículas distintas, dois pontos minúsculos alinhados dentro da magistral coreografia-dominó que organiza a evolução e a vida. A mãe é, portanto, o dispositivo que projeta aquilo que antecede para dentro daquilo que sucede. A mãe, mais precisamente, é o elo genealógico que vincula a geração anterior com a posterior, dentro de uma dinâmica semelhante à da corrida de revezamento.

Neste jogo biológico de manutenção e propagação do ciclo vital, a mãe, imbuída da responsabilidade de *tocar a natureza adiante*, dá início aos seus trabalhos e se põe a multiplicar saberes, a impor lições, a determinar escolhas, a replicar experiências, a reproduzir histórias, a imprimir memórias. Na relevância de sua autoridade feminina e inoculadora, o arquétipo da grande mãe onipotente é, possivelmente, a figura de maior recorrência nas narrativas memoriais das entrevistadas, como podemos observar no relato de Marlene:

Essa música lembra minha mãe, muito, muito [...] Porque a família, eles cantavam muito nas festas, principalmente: [...] “*Oh, Isabella, oh wie schon bist du*” [...] A mãe cantava. A mãe cantava muita música em alemão. A mãe era uma pessoa muito, óh ... a fruta nunca cai longe do pé. É, né? (risos) A mãe era muito faceira, também. [...] Que nem as guria nossa. Por isso que eu te digo ... os rapaz, também. Todos eram faceiros, né, na família. Todos, todos (nós) (MARLENE, a filha caçula)

A transmissão, segundo Muxel (1996), é uma necessidade de memória. Evocar a imagem da mãe, para Marlene, é reportar-se à sua própria história. A lembrança da família reunida conecta a filha mais nova com o seu passado, proporcionando-lhe uma experiência simbólica de convivência compartilhada. Neste impulso de memória, o efetivo que está realmente em jogo é o próprio sentido de identidade de Marlene. A interiorização de um corpo comum, por ela chamado de *nós*, situa Marlene dentro de uma linhagem e lhe imprime a consciência de pertencimento. No discurso de Marlene, *eu* e *nós* representam-se mutuamente.

Esse uso que intercala a primeira pessoa do singular com a primeira do plural é também percebido nas entrelinhas do relato de Maristela:

O pai e as tias cantavam. Eles adoravam, né. [...] E eu também cantava um pouquinho. Eu gostava de cantar junto as partezinhas que eu sabia. Eu gostava muito. Sempre que era uma coisa que me agradava muito, era essas festas de família porque acabava em cantoria e eu adorava ficar na volta escutando e cantando junto com eles (risos). Quando não acabava em baile. O pessoal dançando, também, quando tinha uma música, também. Sempre. Eram muito alegres as festas onde se reuniam eles. Sempre muito alegres. Sempre com música, com dança e canto [...] e com comida (MARISTELA, a neta).

É na cozinha, entretanto, onde o ímpeto de transmissão poderá encontrar – ou não – o seu campo mais fértil e amoroso. Pelo ato da nutrição, a ligação simbólica entre comer e amar se estabelece já nos primeiros instantes de existência da segunda vida. Nesta fase inicial, o surgimento da linha condutora da seiva vital – o cordão umbilical – ligará ambos, mãe e rebento, em uma relação de codependência que, segundo Muxel (1996), irá perdurar por toda a vida. Espaço alegórico e representativo desta ligação inicial e vital, a cozinha materna estará predestinada, para todo o sempre, ao papel simbólico de fio conectivo entre mãe e filho. Sendo assim, a memória da cozinha materna será uma memória de afeto (ou a negação deste). Ao explicar os procedimentos dos vários preparos da galinha abatida, executados pela mãe, Sônia revela a função vital que a cozinha materna assume para conectar ambas, mãe e

filha, uma à outra, em uma relação de nutrição e afeto que, apesar das décadas que separam o fato de sua lembrança, ainda perdura na memória de Sônia:

A mãe não deixou perder o pescoço (da galinha abatida). O pescoço deu uma linguiça de sangue, sabe? E ela fez bem feito. Da pele do pescoço, nós matava, torcia o pescoço e daí a gente pindurava ele. Daí, o sangue foi tudo pro pescoço. E daí, a mãe amarrô na cabeça. Cortou fora no outro lado do pescoço. E daí, a gente amarrô e isso deu um bom ... uma boa linguiça de sangue. (O osso) ficava dentro. Depois, tu comia ele junto. Ficava muito bom. [...] A gente limpava o osso, né, na hora de comê. Isso era muito bom. [...] Ela fez sopa com isso (com o pescoço recheado). Na sopa ela botou o estômago, o fígado, as asas e o pescoço. Foi o que ela fez. Daí, ela fez uma boa sopa. E, do outro, do resto, ela fez uma boa galinhada. Ela botô na panela preta (de ferro) e fritô e fez uma boa galinhada [...] Era arroz, era galinha, era temperos, cebola, milho. A gente botô dentro ervilha. Isso era bom (SÔNIA).

É a mãe quem, ancorada em seu poder de decisão, determina o alimento que o rebento leva até à boca, pelo menos durante os tenros e decisivos anos iniciais da vida do infante. Essas escolhas estão sempre baseadas em parâmetros objetivos e subjetivos e levam em conta uma infinidade de aspectos da realidade material e imaterial do contexto familiar.

Assumimos, pelo relato de Sônia, que fora a mãe a pessoa que a introduziu ao mundo dos alimentos, aos domínios subjetivos dos odores, das texturas e dos sabores. No entanto, chama atenção a natureza curiosa dos materiais utilizados nos preparos acima: o pescoço, o fígado, o estômago, o sangue, as asas. Normalmente desprezados pela grande parcela de adultos e crianças do mundo contemporâneo, urbanizado e abundante, a ingestão destes materiais “estranhos” – ou a simples hipótese de fazê-lo – levaria muitas pessoas à repulsa. O fato, porém, não demonstra atrapalhar Sônia em suas memórias gastroafetivas. Muito pelo contrário.

Tal constatação nos conduz à reflexão de Barthes (1961), para quem o consumo de um alimento não está ligado aos atributos em si, mas sim a todos os signos a ele relacionados. É provável, então, que o signo primordial que liga Sônia aos alimentos acima descritos seja aquele relacionado aos aspectos da maternidade. O fato evidencia o potencial determinante da figura da mãe transmissora no processo de formação do gosto alimentar da criança e do futuro adulto. Fora Clementina, com sua amorosa destreza, pragmatismo e poder de persuasão, quem conectou e ainda conecta Sônia à cozinha de berço. A verdadeira memória do alimento, portanto – aquela que perdura na filha –, é a mesma que a liga à mãe pelo *sabor de um afeto*.

As modalidades de preparo e de consumo do alimento e suas simbologias são fatores definidores das identidades. Neste sentido, a cozinha materna é um signo de reconhecimento. Nela, Irene encontra a família, a etnia de origem e, sobretudo, a si própria. Através da lembrança dos *ratinhos* de sua infância, Irene demarca o terreno e não deixa dúvidas quanto às origens de suas matrizes religiosas, étnicas, culturais e afetivas. Ao discorrer sobre um preparo de sua mãe, Irene traz à tona aspectos marcantes de sua identidade, como a fé católica, a dieta familiar da sexta-feira santa, um costume regional, as origens germânicas, o afeto da mãe, o senso de pertencimento ao coletivo familiar:

E ela sempre fazia o que eles sempre chamavam de *Mäuschen* (expressão regional alemã que se traduz em “ratinhos”). Aqueles tipo sonhozinhos. Aquilo era a comida de sexta-feira santa. Era sopa de leite com arroz e os bolinhos. A mãe já amassava a cuca, fazia cuca prá páscoa na sexta-feira santa. Então, de manhã cedo, ela já fazia a massa. E daquela massa, separava um pouco prá fazê os bolinhos, que nós chamava de *moisie* que é uns bolinhos, assim, que crescia na gordura. Era gostoso. Nós adorávamos aquilo. [...] Isso era costume alemão (IRENE).

Entretanto, o acesso à zona de pertencimento a uma coletividade, através do alimento, se dá tanto pela inclusão quanto pela exclusão deste. Por se constituir em instrumentos vitais de auto-representação, tanto o

alimento quanto suas modalidades de preparo necessitam ser primeiramente reconhecidos, antes de chegarem à cozinha, à mesa, à boca. É no contraponto com a alteridade - com o não reconhecimento do molho, do pão e da faca - que o senso de pertencimento a uma cultura alimentar se manifesta em Irene:

Não, ela fazia aquela carne e... mas todo mundo. Nós não fazia muito molho na época. Não era costume. (IRENE HUMMES).

Não, aquele pão de milho não faz barulho quando corta. Ele não era seco. Ele não faz nenhum barulho, o pão que se fazia lá. Era pão de milho que se fazia. E batata-doce. Aí, não faz barulho [...] E (além disso) não tinha serra. Era essas facas sem serrinha. Não faz o barulho. Não existia faca de serrinha na época, não, não [...] Não é pão daquela época! (IRENE).

Podemos observar acima que, Irene, não reconhecendo o som do corte do pão como objeto acústico pertencente à cozinha da mãe, descarta ambos, alimento e instrumento que o corta. Irene enfatiza, de forma veemente, que tais objetos não são, de fato, partes integrantes do sistema alimentar que representa sua infância. A noção de pertencimento, nesta passagem, é estabelecida a partir da consciência do não pertencimento. É a lógica excludente, embutida no *se o pão não é nosso, ele é de outros*, o mecanismo que reafirma à Irene as bases de sua identidade.

Dentre as inúmeras prioridades maternas de Clementina, as questões do trabalho constituíam-se em uma preocupação central no processo de transmissão e apontam para uma cultura doméstica que subsistiu espelhada na figura da mãe, enquanto força pedagógica e motriz. Ilga, ao descrever uma passagem corriqueira do cotidiano familiar, evidencia a centralidade materna, colocando-a na liderança da transmissão e distribuição das tarefas diárias, especialmente entre as filhas mulheres:

De manhã, quando nós levantemo, tomemo chimarrão. A mãe escolhia o feijão e eu descasquei o aipim. Deixamo tudo pronto. Daí, como nós tinha o fogão na lenha, o fogo na lenha no fogão, botemo o feijão prá cozinhá. E, daí, depois, a mãe botô um poco de banha, que não derrama. [...] E, daí, depois, nós fomo na roça porque a nossa roça não era longe. E

quando a mãe só olhava o sol, ela sabia as horas. Daí, ela disse *agora tu vai prá casa, tu puxa o feijão pro lado e bota lenha e bota o aipim*. [...] E, daí, eu e a mãe fomo tratá as vaca. Nós botemo tudo prá dentro de noite. De manhã soltemo e de meio-dia botemo prá dentro [...] Tomemo umas cuia de chimarrão e fomos prá roça de novo (ILGA).

Percebe-se também, na narrativa de Ilga, que Clementina, em suas estratégias de gestão familiar, investe na figura da filha mais velha e deposita nela a função simbólica de *vice*. Isso talvez ocorra porque as capacidades intelectuais, físicas e motoras de Ilga serão, certamente, as primeiras a amadurecer. Em adição, a primogênita, dentro de uma ordem lógica de mundo, será também a primeira a replicar os papéis biológico e simbólico de mulher, de esposa e mãe transmissora. Em uma cultura onde as regras do gênero são fortemente demarcadas e rígidas, o papel da mulher e seus atributos são, possivelmente, uma prioridade no processo de transmissão. As questões do gênero e dos atributos da filha mais velha a ele ligados serão retomadas oportunamente.

Incitada pelo dever e pelo desejo de conduzir os filhos aos lugares que lhes cabem no mundo, a pedagogia materna de Clementina investiu, também, no processo de socialização dos rebentos. Nesta ordem, sua cozinha tornou-se, novamente, um instrumento auxiliar e facilitador da aprendizagem, conforme podemos observar no relato de Irene Lúcia:

As rapaduras a gente fazia com melado também e com amendoim que a gente plantava mesmo, né. [...] Nossa, como era bom. Tempo bom. A gente se juntava de noite. E umas duas, três vez por semana, a gente reunia um grupinho de amigos e primos e parente. Tomava chimarrão e contava piada e comia pipoca. Rapadura (risos), pipoca (IRENE).

Entretanto, para as filhas, a cozinha de Clementina será sempre insubstituível. Segundo Muxel (1996), nenhuma outra mulher terá o poder de tomar o lugar destinado à mãe, porque a mãe é a única que nutre o filho com a substância de sua própria substância. O fio simbólico e nutricional que os conecta pelo pacto de carne e sangue jamais poderá ser

reproduzido, nunca. Portanto, os “falsários” e as “impostoras” que desistam, pois seus esforços serão sempre em vão. É o que podemos supor do depoimento de Irene Lúcia:

Eu gostaria de saber fritar ovo que nem a minha mãe. Porque minha mãe tinha uma frigideira grande. Ela botava em cima do fogão à lenha, bastante banha [...] Aí, ela pegava e botava aquela banha [...] Ela botava uns seis-sete ovo num prato. Deixava esquentá a banha. E, aí, ela despejava aquele prato de ovo ali dentro. E, depois, ela soltava um do outro e virava um atrás do outro e eles ficavam todos inteirinhos. E molinhos, coisa mais boa do mundo. Nossa Senhora, como era bom aquele troço! E hoje eu frito um por um e não fica igual (IRENE).

Ao recordar-se da cozinha de Clementina, Irene extrapola o contexto das receitas para depositar suas atenções naquilo que pode ser identificado como *le tour de main*. É o “giro da mão” o predicado que realmente conta na memória da cozinha da mãe. É na habilidade artesanal e amorosa de seus gestos, acima de tudo, que o espírito de Clementina será sempre reconhecido e lembrado. O contexto afetivo suplantará, sempre, a pirotecnia das receitas. No relato abaixo, percebe-se que Irene não cita as quantidades dos ingredientes utilizados pela mãe, dados fundamentais para a reprodução ou transmissão eficiente de uma receita. Ao invés disso, Irene investe na descrição dos gestos maternos empregados durante o preparo do bolo de aipim:

E a mãe também ensinou de fazer, assim ... ela botava, ela ralava aquela quantidade de aipim. E, aí, ela fazia o que eu disse: botava um pouco de sal e ovos e um pouco de farinha. Aí, ela botava no fundo da frigideira, assim, toda inteira, um bolo inteiro, assim, grossinho, assim, mais ou menos, dentro da frigideira, não com muita banha. Assim, fica bem no fundo, assim, a banha. E, ai, ela olhava. Ele fica bem firme quando ele começa a fritá embaixo, assá, né. Ela levantava por baixo e, quando ele tava com a cor, ela pegava um prato (e) virava ele. Virava pro outro lado. Era aquele bolo. A gente cortava com a faca prá comê. [...] *Manhoc Kuchen* (bolo de aipim), o pai sempre dizia (IRENE).

A manutenção da tradição de uma cozinha familiar se estabelece através das ações repetitivas da transmissão. Pelas reinterações do fazer e do refazer, antigos saberes culinários de Clementina reverberam em suas filhas, ainda no presente. Entretanto, a transmissão é semelhante a um processo de indexação automática que ocorre na economia. O constante “reajuste dos preços”, dentro da mesma lógica financeira, constitui-se na única saída para a estabilização da tradição culinária familiar, afinal, qual o custo real da utilização indiscriminada de banha nas receitas de família? Por questões que envolvem, principalmente, os aspectos da saúde, esse preço já fora reajustado pelas gerações mais novas, há certo tempo. Por outro lado, a mera substituição ou a retirada de qualquer ingrediente já se caracteriza em acomodação, em releitura, em uma nova receita. Sabemos, portanto, que na manutenção e continuidade da tradição culinária familiar, há pouco – ou nenhum – espaço para o idêntico. É o que nos mostra Ilga em sua releitura da massa caseira materna:

(Se faz a massa) com ovo. E nós de casa não podia pegá os ovo, como eu faço hoje. [...] Também nós botemo um pouco de água e sal. E, depois, tinha que amassá isso e fazê firme a massa e espalhá, abrir, e depois cortá. Mas hoje eu faço diferente. Eu pego só o ovo. Boto um pouquinho de azeite. Não boto sal, nada. Prá tu vê a massa que eu faço! [...] Isso não gruda. Eu corto logo e boto um pouquinho de farinha de milho em cima (ILGA).

Dentro do processo dinâmico que é a transmissão, a cozinha de Clementina é constantemente submetida a acomodações de sabores e procedimentos técnicos. Em cada refazer culinário, há um processo inventivo, determinado pelas forças atuantes de contextos objetivos e subjetivos. Os fatores que motivam essas acomodações podem derivar de impulsos os mais variados: subjetividade do gosto, estética, mudanças de paradigma material e/ou econômico, geografia e outros. No caso de Marlene, a acomodação da receita materna advém, aparentemente, de uma mera acomodação do esforço pessoal em refazê-lo tal qual a genitora o preparava:

Ela esquentava o coco no fogão à lenha. E, daí, depois, ela fazia um furo com um prego e tirava aquele leite do coco e botava dentro numa vasilha. E, daí, depois, ela pegava o coco e botava numa panela e pegava aquele leite do coco. [...] Ela tirava a casca. A casca era muito dura [...] era difícil. [...] E, daí, tu sabe o que dá aquele gosto bom no coco, naquela época? Dava aquele leite do coco. Ela botava junto. Hoje eu compro o coco ralado pronto. Só que eu não ... não é mais aquele mesmo sabor, aquele gosto (MARLENE).

Por um lado, Marlene saberia como reproduzir o doce de coco da mãe de maneira íntegra, pois possui os meios materiais, econômicos e técnicos para fazê-lo. Entretanto, apesar da aparente frustração com a *não-obtenção* das mesmas recompensas, opta pelas facilidades do mundo moderno e globalizado. De qualquer forma, o espírito da cozinha de Clementina encontra-se ainda ali, naquele doce-do-coco-pré-ralado-e-seco e de sabor talvez duvidoso. São as ocorrências da transmissão.

A força motriz que dá sentido e propulsão ao ímpeto de transmissão pode perder função ou velocidade quando a mãe, destituída de seus papéis de guardiã e nutridora, depara-se com a casa vazia. É o que podemos verificar na citação de Sônia, que, em seu breve relato, trás à tona uma passagem semelhante àquela em que Ilga reconsidera a validade dos esforços empregados no preparo de seus *waffles* frente às atuais recompensas deles retiradas. No caso de Sônia, o alimento atualmente colocado em sua mesa advém de duas origens distintas, que cumprem funções também distintas, correspondentes a duas situações na vida de Sônia. Para os momentos de solidão e de casa vazia, Sônia aposenta o fogão e opta pelas facilidades da comida do restaurante, fato que corresponde atualmente ao volume maior de suas refeições. Entretanto, é nas raras ocasiões em que conta com as presenças das filhas e dos netos, que Sônia, reassumindo os antigos papéis de mãe e nutridora, retoma as atividades do fogão:

Não, não, não. Eu não uso fritura. Eu não faço muita comida. Eu pego comida no restaurante prá mim. [...]

(Quando vêm as filhas me visitar) daí a gente faz alguma coisa [...] um bolinho de carne no forninho com ovo dentro. Daí, a gente faz. Isso eles gostam de comê. Ou uma carne no forninho e arroz, aipim, saladas (SÔNIA).

A duração de um gesto, lembrando Luce Giard (1996), é diretamente proporcional à sua função de utilidade e existirá enquanto for percebido como eficaz, operatório, de bom rendimento ou de necessidade real em vista do esforço que ele exige. O ato da transmissão é – e sempre será – o grande gesto da mãe que cozinha para a prole (e a prole). Enquanto seus movimentos de cocção forem de utilidade real frente ao enorme esforço e eficácia que eles exigem, ambos – função materna, a cozinha e seus ímpetos – irão perdurar. Caso contrário, a comida do restaurante virá a calhar.

Referências

- BARTHES, Roland. Toward a Psychosociology of Contemporary Food Consumption. *Annales: Économies, Sociétés, Civilizations*. Paris : n. 5, 1961, p. 977-986.
- CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. v. 2. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- MUXEL, Anne. *Individu et mémoire familiale*. Paris: Nathan (Essais & Recherches), 1996.
- LUNKES, Luciano. *Os sons da cozinha: evocação de memórias através dos sons produzidos no ato de cozinhar*. Caxias do Sul: Educus, 2015.

**ROMANCES DE FILIAÇÃO E SEUS MODOS DE TRANSMISSÃO:
ALGUNS EXEMPLOS DA LITERATURA BRASILEIRA ATUAL**

ZILÁ BERND¹⁷²

TANIRA RODRIGUES SOARES¹⁷³

Resumo: O artigo focaliza a questão da memória intergeracional tal como ela se apresenta em algumas obras da literatura brasileira atual: *Azul Corvo*, de Adriana Lisboa (2014) e *Olhos d'água*, de Conceição Evaristo (2015). Questionam-se as apelações “romance memorial”, “romance de filiação” e “romance familiar”, verificando sua aplicabilidade no caso dos romances mencionados, representativos da literatura no feminino no Brasil hoje. Investigam-se os modos de transmissão inter e transgeracional com ênfase para: (a) a relação das personagens com seus ascendentes; (b) as funções de herança e transmissão.

Palavras-chave: memória inter e transgeracional; modos de transmissão; romance memorial; romance de filiação; romance parental ou familiar.

Abstract: The article focuses on the issue of intergenerational memory as it appears in some works of contemporary Brazilian literature: *Azul Corvo (Crow Blue)*, by Adriana Lisboa (2014) and *Olhos d'água (Waterholes)*, by Conceição Evaristo (2015). We question the appeals "memorial novel", "filiation novel" and "family novel" by checking their applicability in the case of the novels mentioned which are representative of feminine literature in Brazil today. We investigate ways of inter and transgenerational transmission with emphasis on (a) the relationship of the characters with their ancestors; (B) the functions of inheritance and transmission.

Keywords: inter and transgenerational memory; modes of transmission; memorial novel; filiation novel; family novel.

1 Romance Memorial ou de Família

Iniciamos salientando nossa intenção de estabelecer uma distinção entre o gênero que embalou milhares de leitores no final do século XIX e início do XX, o romance genealógico, ou saga, e que corresponde, na definição de Demanze (2008, p. 22), àquele que deseja “apreender uma história coletiva a partir de percursos individuais”, ou, na definição de Massaud Moisés (1982, p. 469), a relatos de histórias de famílias reais, mesclando fatos verídicos e ficcionais, ou ainda no sentido de “jornada heroica”, usado por Erico Verissimo (1940). Esse tipo de narrativa, que se

172 Doutora em Letras (USP) com Pós-doutorado (Université de Montréal, Canadá); Professora e orientadora do PPG-Memória Social e Bens Culturais do Unilasalle/Canoas – RS; Bolsa PQ/Cnpq. Endereço eletrônico: zilabster@gmail.com

173 Doutoranda do PPG-Memória Social e Bens Culturais do Unilasalle/Canoas – RS e Servidora Técnica Administrativa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Endereço eletrônico: tanira_soares@yahoo.com.br; tanira@gabinete.ufrgs.br

pretende totalizadora na medida em que sempre abarca a evolução de diversas gerações, focando muitas vezes em sua decadência, obedece a uma ordem cronológica linear e é geralmente narrada em terceira pessoa por um narrador onisciente.

Constata-se que, entrando em decadência em alguns momentos, o gênero não desaparece, ressurgindo, transfigurado ao longo do tempo. Contudo a grande transformação do romance de família se dá na pós-modernidade, na esteira do romance autobiográfico e autoficcional da virada do século XX ao XXI, com o chamado “roman mémoriel” (romance memorial) no qual o foco deixa de ser a interioridade (o “eu” narrador) para ser a anterioridade (focalizando na história dos ascendentes, o narrador acaba relatando sua própria história e destacando seu papel de herdeiro de seus ancestrais ou recusando-se a estabelecer o *continuum* com as gerações precedentes). Para Régine Robin (1989), o romance memorial (ou de família, também chamado de parental) seria aquele em que

Um indivíduo, um grupo ou uma sociedade pensa seu passado, modificando-o, deslocando-o, deformando-o, inventando lembranças, um passado glorioso, ancestrais, genealogias ou, ao contrário, lutando pela exatidão factual, para a reconstituição do acontecimento ou sua ressurreição (ROBIN, 1989, p. 48).¹⁷⁴

Pode-se assim constatar que o romance memorial está profundamente associado à recuperação da memória cultural¹⁷⁵, revelando preocupação com a temática da ascendência e da ancestralidade: falar dos pais torna-se subterfúgio para falar de si próprio e de seu papel de herdeiro da tradição parental. Como afirma o escritor israelense Amós Oz, “o herdeiro é livre para decidir o que vai escolher de sua herança” (OZ; SALZBERGER, 2015, p. 173).

O romance memorial está, pois, associado à preservação da memória cultural, à transmissão inter e transgeracional e à postura do sujeito narrador de assumir-se como herdeiro - para dar continuidade ao

¹⁷⁴ Tradução de Zilá Bernd.

¹⁷⁵ Memória cultural pode ser definida como aquela que incorpora os elementos que pertencem à esfera do sensível e do simbólico os quais escapam ao registro hegemônico do poder e sua tentativa de apagar os rastros memoriais de fatos que interferem no projeto de construção da identidade nacional (BERND, 2014).

patrimônio memorial herdado - ou romper com ele. Cabe lembrar que a memória geracional pode ser transmitida de uma geração à outra (intergeracional), podendo ir além dos ancestrais terrenos (pai/mãe, avô/avó) considerando-se também os Patriarcas, ou seja, a liderança espiritual cuja aceitação ou não, em algumas circunstâncias, é fundamental para que haja continuidade ou ruptura. Nesse caso, trata-se de transmissão transgeracional.

Cabe uma especificação mais detalhada a respeito da denominação: usamos aqui a apelação romance memorial ou de família. É preciso salientar, contudo, que Dominique Viart (VIART, 2008, p. 79-102.), utiliza a apelação “romance de filiação”, para falar da tendência do romance francês atual de passar do autobiográfico às narrativas de filiação que correspondem no limite à migração da “investigação da interioridade em direção à da anterioridade” (p. 79). Recomenda ainda o autor a utilização da expressão “romance de família” ao invés de romance familiar a fim de evitar confusão com o conceito de “*roman familial*” usado na área da psicanálise, em razão dos estudos de S. Freud sobre o tema. Utilizaremos para fins do presente artigo as apelações romance memorial, romance de família ou de filiação, apelação também usada por Laurent Demanze (2008). Na esteira de Dominique Viart (2008), Demanze define o romance de filiação como aquele que inverte a cronologia: a narrativa não inicia com a história de um ancestral, passando a sua descendência. Em geral, o romance é narrado por um herdeiro “problemático e inquieto” que investiga a vida de um de seus ascendentes. É, portanto, o relato de uma investigação e de uma arqueologia visando à reconstituição de uma memória incerta. (DEMANZE, 2008, p. 22-23).

Todos correspondem a uma característica atual da literatura de variadas geografias que é a de tematizar as narrativas que têm os pais ou avós como foco da investigação, usados como subterfúgio para um melhor entendimento da própria figura do narrador que constrói esse artifício ficcional para (re)pensar sua identidade.

Em *Os judeus e as palavras* (2015), o pai, escritor, e a filha, historiadora, refletem sobre a transmissão das tradições judaicas afirmando

que, no judaísmo, a transmissão do que está nos livros era uma questão fundamental para a sobrevivência do grupo. Onde quer que os judeus se deslocassem o mais importante era levar junto os livros e fazer as crianças desde cedo, auxiliadas pelo *rabi* (professor), entrar em contato ativo com a sabedoria neles contida, através não somente da leitura, mas assumindo uma posição crítica em relação aos textos propostos. Assim que, segundo os autores, os judeus estão sempre “conversando” ou “brigando” com seus ancestrais desde os Pais até os Patriarcas,

ou debatendo-se com os textos que os ancestrais produziram com as ideias que os ancestrais promulgaram. É por isso que nos sentimos no direito de colocar os antigos hebreus e os modernos judeus num continuum linear, não um continuum biológico, nem étnico nem mesmo religioso, mas um continuum verbal (OZ; SALZBERGER, 2015, p. 46-47).

2 Modos de Transmissão Inter e Transgeracional

Maurice Halbwachs (1997) evoca “o laço vivo das gerações”, expressão que, segundo Joël Candau (2014, p. 137), remete à memória genealógica e familiar especificando os dois tipos de genealogias: “naturalizada (relacionada ao sangue e ao solo) e simbolizada (constituída a partir de um relato fundador)”. Está muito claro tanto nos textos de Halbwachs (1997), como nos de seus leitores privilegiados como Candau (2014) e Robin (1989) que a reapropriação identitária passa pela aproximação do indivíduo com a memória genealógica, tendo a transmissão um papel vital nesse processo. Salvar a memória dos ancestrais corresponde a preservar sua própria identidade, adverte Candau (2014, p. 139).

É importante ressaltar que a memória genealógica e familiar, no entender de Candau (2013; 2014), abrange em torno de duas a três gerações, caracterizando-se por ser uma memória curta e estando relacionada diretamente às questões identitárias, isto é, à busca incessante em conhecer a trajetória dos pais e avós como forma de autoconhecimento e entendimento das suas origens. Já a memória geracional ultrapassa o núcleo familiar e estende-se por diversas gerações, apresentando duas

formas: a antiga e a moderna. Na forma antiga, ela é “a consciência de pertencer a uma cadeia de gerações sucessivas da qual o grupo ou o indivíduo se sente mais ou menos herdeiro” (CANDAU, 2014, p. 142). Na forma moderna, a memória geracional não tem a vocação de ser transmitida: “é própria dos membros de uma determinada geração que se autoproclama guardiões e está fadada a desaparecer com o último deles” (2014, p. 142).

O romance memorial engloba em sua narrativa a memória genealógica e familiar, bem como a geracional, pois um dos fatores primordiais para sua existência e consolidação é a necessidade do (eu) narrador promover a reconstrução de trajetórias vividas por seus ascendentes e através deste processo (re)significar e/ou (re)construir o presente. É necessário o estabelecimento de um jogo dialético entre lembrar e esquecer, entre passado e presente, entre ascendentes e descendentes, entre aceitar ou renegar os vestígios memoriais que emergem.

Mas como se dá a transmissão de uma geração a outra? Anne Muxel (1996), estudando os modos de transmissão das artes de fazer da cozinha, desenvolve interessantes reflexões sobre a arte de transmitir, de mãe para filha, as receitas familiares, afirmando que, em muitos casos, o reconhecimento dessa transmissão e da sua importância para o indivíduo e para o núcleo familiar só acontece anos mais tarde quando a que era filha torna-se mãe e se vê também na contingência de transmitir à próxima geração tal patrimônio. O processo da transmissão nunca é uma equação simples: “Mesmo nos casos em que ela se estabeleceu de forma adequada, ela (a transmissão) passa por uma reapropriação de saberes e práticas. Nunca é uma reprodução de forma idêntica, ela é uma história de acomodações, e em matéria de cozinha as acomodações fazem receita!”¹⁷⁶ (MUXEL, 1996, p. 93).

Se em algumas culturas e em romances de família o empenho está

¹⁷⁶ “*Même dans les cas où elle s’avère être la mieux établie, elle passe par une réappropriation des savoirs et des pratiques. Elle n’est jamais une reproduction à l’identique, elle est une histoire d’accommodements, et en matière de cuisine, les accommodements font recette !*”

na transmissão, que visa a preservar a “herança”, em outros observam-se transmissões imperfeitas ou falhas assim como defeitos de transmissão. Em muitos casos, o romance memorial ou de filiação tem origem em “pais ausentes, transmissões imperfeitas, valores caducos” (VIART, 2008, p. 94), constituindo-se o texto em uma tentativa de “restituição” dessa falta, enunciando-se como uma espécie de elegia ao ancestral desaparecido e cuja trajetória deixou tantas lacunas.

3 O papel do ancestral (ou da ancestralidade) em narrativas da Literatura Brasileira

No conto *Olhos d'água* (2015), que inaugura a seleta de mesmo nome de autoria de Conceição Evaristo (1946), a autora realiza magistralmente a busca do que seria a “herança” da mãe e a transmissão à filha. A dúvida da narradora, que relata em primeira pessoa, era sobre a cor dos olhos de sua mãe. Como poderia ter acontecido que ela não se lembrasse da cor dos olhos da própria mãe? A narradora vai em busca dos “espaços de recordação” de que fala Aleida Assmann (2011) e traz à tona uma série de fragmentos relativos à precariedade da situação familiar, à dificuldade da mãe em conseguir alimentar os filhos e sua imensa habilidade de disfarçar a dolorosa condição de pobreza através da contação de histórias. Lembrando detalhes da arte da mãe em driblar a desgraça da pobreza e do desamparo da vida de favelada, volta a perguntar: “Mas de que cor eram os olhos de minha mãe?” Continua lembrando que a mãe usava jogos e danças para distrair a fome dos filhos, mas não consegue lembrar a cor dos olhos da mãe. Recorda o temor da mãe em dias de chuva, temendo que o casebre não aguentasse, mas não consegue acessar os arquivos memoriais que contêm as informações sobre a cor dos olhos da mãe. Lembra das Yabás¹⁷⁷ “donas de tantas sabedorias”.

O aspecto a ressaltar é que, as “yabás” estão entrando na narrativa como uma espécie de ancestrais/matriarcas que são aqui invocadas na

¹⁷⁷ *labá*, *Yabá* ou *lyabá*, cujo significado é *Mãe Rainha*, é o termo dado aos orixás femininos Yemanjá e Oxum (WIKIPÉDIA, 2016).

tentativa de buscar ajuda para lembrar da cor dos olhos da mãe. Uma oferenda aos orixás poderia ajudá-la a desvendar o segredo. Após a longa procura, ajudada pelas orixás, descobre porque não podia lembrar da cor dos olhos da mãe: ela vê naqueles olhos só lágrimas, são os “olhos d’água” que dão título ao conto.

Minha mãe trazia, serenamente em si, águas correntezas. Por isso prantos e prantos a enfeitar o seu rosto. A cor dos olhos de minha mãe era cor de olhos d’água. Águas de mamãe Oxum! Rios calmos, mas profundos e enganosos para quem contempla a vida apenas pela superfície. Sim, águas de mamãe Oxum (EVARISTO, 2015, p. 18-19).

O reencontro espiritual com a mãe e a conversa intergeracional enseja a conversa com a filha que por sua vez lhe pergunta – “Mãe, qual é a cor tão úmida de seus olhos?” Os olhos d’água apresenta-se como um *continuum* da geração da vó e da mãe, sendo que a terceira geração – a da neta – é capaz de reconhecer na mãe os olhos d’água que esta herdara de sua avó.

Em *Azul Corvo*¹⁷⁸ (2014) de Adriana Lisboa (1970), a memória atua como o fio condutor da narrativa, levando a protagonista-narradora, Evangelina (Vanja) por caminhos desconhecidos, revelando informações sobre seu passado, assim como o de seus familiares, ao mesmo tempo em que articula as memórias de pessoas sem laços consanguíneos, mas pertencentes ao universo social e cultural percorrido pela protagonista, através da rememoração.

Joël Candau (2014, p. 140) enfatiza que “a memória familiar serve de princípio organizador da identidade do sujeito em diferentes modalidades”, incluindo o “compartilhamento da vontade de compartilhar” e o “jogo da reapropriação do passado familiar”. Constatamos que Vanja pratica essas duas modalidades, pois encontra em Fernando, pai adotivo da protagonista, a vontade de compartilhamento e exercita a reflexão (re)elaborando a narrativa de sua vida.

O romance não apresenta uma ordem cronológica dos acontecimentos, ao contrário, o enredo caracteriza-se pela desordem,

¹⁷⁸ Primeira publicação em 2010 pela editora Rocco.

tendo como elemento articulador a memória, conferindo à escrita dos quinze capítulos, uma semelhança com a maneira como as lembranças e esquecimentos assolam o rememorar articulado pela emoção.

Os acontecimentos revisitados são aqueles vivenciados por Vanja e, nesta rememoração, também se utiliza da memória de Fernando, e de outros personagens para compor a narrativa, mesclando fatos individuais e coletivos, do passado distante com um presente latente. Nesse processo, são reveladas informações que se tornaram fundamentais para o entendimento de sua existência que tornam-se basilares para seu processo identitário. Nesse sentido, Halbwachs (1997) enfatiza que é necessário para o indivíduo evocar seu próprio passado recorrer às lembranças de outras pessoas, sendo preciso se reportar a pontos de referência que extrapolam sua individualidade, que são determinados pela sociedade, promovendo, dessa forma, o enriquecimento de suas lembranças.

A ancestralidade serviu para identificar Vanja com sua mãe e com Fernando, embora ele não seja o pai biológico. O *continuum* revela-se fator primordial do romance memorial *Azul Corvo*, uma vez que a narradora adotou formas de agir e pensar da mãe e de Fernando. Trata-se, portanto, da presença do *continuum* enfatizado por Oz e Salzberger (2015), assim como o emergir de vozes que surgem de longe, mencionado por Robin (1989). Importa mencionar a presença da memória cultural na narrativa, pois Vanja mescla, em seus mosaicos memoriais, informações que pertencem à esfera familiar, íntima, tanto de Fernando quanto de Suzana, com informações históricas pertencentes ao contexto brasileiro, tais como a Ditadura Militar e a Guerrilha do Araguaia.

No romance memorial *Azul Corvo*, as memórias genealógica e familiar encontram-se presentes de forma latente, uma vez que Vanja não ultrapassa três gerações, conforme destacou Candau (2013; 2014). Vanja, por exercer o livre arbítrio, decide tornar-se herdeira e sucessora das trajetórias familiares, isto é, a da mãe Suzana e a do pai que a registrou, Fernando, as quais revelam-se como referências de vida para ela, delineando sua personalidade e seus posicionamentos perante a sociedade. Nesse processo de construção identitária, saberes e práticas

são reapropriados, conforme a identificação e interesse de Vanja; é a manifestação da transmissão que realiza as acomodações, conforme destacado por Muxel (1996).

Reflexões Finais

Dentre as conceituações acerca da narrativa da anterioridade, Régine Robin (1989) introduz o conceito de romance memorial: aquele em que, através da recuperação da memória dos antepassados, vem à tona a memória cultural de determinado período histórico, que insiste na valorização do sensível e do simbólico. Já Dominique Viart (2008) e Laurent Demanze (2008) classificam a narrativa da anterioridade como um gênero secundário, preferindo a apelação romance de filiação, “que trabalha a partir de investigações subjetivas, de agenciamentos críticos e de tradições narrativas” (DEMANZE, 2008, p. 13)¹⁷⁹.

Uma das características primordiais do romance memorial e/ou de filiação é a evocação da memória cultural, uma vez que a narrativa está centrada em informações familiares que fogem à esfera oficial, apelando para os vestígios (rastros) memoriais que resgatam as sensibilidades do convívio privado familiar, negligenciados dos discursos oficiais.

O tema da transmissão - bem sucedida ou falha - constitui-se em aspecto nuclear do romance de filiação: os narradores se reapropriam da memória genealógica e familiar (aquela que abrange três gerações, no máximo) ou da memória geracional (a que ultrapassa o núcleo familiar e estende-se por diversas gerações), dando origem a um *continuum verbal* entre as gerações. Em certos casos operam-se rupturas que evidenciam o desejo em não reivindicar a herança familiar.

Entre herdar e transmitir navegaram as duas autoras da literatura contemporânea brasileira. Poderíamos nos perguntar como, no momento atual, tanto na literatura francesa quanto na brasileira, retornam questões tão basilares e antigas como as de ascendência, memória, herança e transmissão? Cremos que o interesse crescente e renovado pelas

¹⁷⁹ “un genre second qui travaille à partir d’investigations subjectives, d’agencements critiques e de traditions narratives”.

questões ligadas à memória cultural, aos arquivos ficcionais e aos vestígios memoriais reinventaram as escritas de si que se voltam hoje mais para a anterioridade do que para a interioridade, como escreveu Dominique Viart (2008).

Referências

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Tradução: Paulo Soeth. Campinas, SP: editora da Unicamp, 2011.

BERND, Zilá. Romance memorial ou familiar e a memória cultural; a necessidade de transmitir em *Um defeito de cor*, de Ana Maria Gonçalves. **Revista Organon**, Porto Alegre, I.L. UFRGS, jul-dez. 2014, n. 57, vol 29. p.15-27.

CANDAU, Joël. **Antropologia da memória**. Lisboa (Portugal): Instituto Piaget, 2013.

_____. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2014.

DEMANZE, Laurent. **Encres orphelines**; Pierre Bergounioux, Gérard Macé, Pierre Michon. Paris: José Corti, 2008. (Col. Les Essais).

EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. Rio de Janeiro: Pallas, 2015.

GALLE, Helmut Paul Erich. Evoluções do romance de família na atual literatura de língua alemã. **Revista Organon**, Instituto de letras da UFRGS, jul.-dez. 2014, n. 57, v. 29. p. 199-218.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. O rastro e a cicatriz: metáforas da memória. Em: GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: editora 34, 2006. p. 107-118.

HALBWACHS, Maurice. **Mémoire collective**. Édition critique établie par Gérard Namer. Paris: Albin Michel, 1997. (edição original: Presses Universitaires de France, 1950)

LISBOA, Adriana. **Azul corvo**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

MASSAUD MOISÉS. Roman-fleuve. Em: **Dicionário de termos literários**. 3. Ed. São Paulo: Cultrix, 1982. p. 461.

MUXEL, Anne. **Individu et mémoire familiale**. Paris: Armand Colin, 1996.

OZ, Amós; SALZBERGER, Fania Oz. **Os judeus e as palavras**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ROBIN, Régine. **Le roman mémoriel**. Montréal: Le Préambule, 1989. (Col. L'Univers des discours)

VIART, Dominique. "Récits de filiation". Em : VIART, D.; VERCIER, B. **La littérature française au présent**. 2. Ed. Paris: Bordas, 2008. p. 79-102.

WIKIPÉDIA. **Yabas**. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Yabas>>. Acesso em: 21 jan. 2016.

**GESTÃO DA MOBILIDADE ACADÊMICA NO CENTRO
INTERNACIONAL E HOSPITALIDADE: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO
DO CAPITAL MOBILIDADE DE INTERCAMBISTAS ESTRANGEIROS
NO UNILASALLE – CANOAS/RS**

ALICE NUNES AMADO¹⁸⁰

LISIANE SCHERER¹⁸¹

LUCAS GRAEFF¹⁸²

Resumo: O presente artigo explora a gestão da mobilidade acadêmica por meio das experiências de estudantes estrangeiros que realizaram estágios de estudos no Brasil. A pesquisa é de caráter qualitativo e exploratório, consistindo na análise de entrevistas semiestruturadas com seis alunos que fizeram intercâmbio internacional no Unilasalle, em Canoas/RS, durante o ano de 2015. Conceitualmente, privilegiou-se o modelo de aprendizagem no exterior proposto por Murphy-Lejeune (2002), que enfatiza o capital mobilidade nas dimensões: conhecimento, habilidades estratégicas, competências sociais e atitudes pessoais e interpessoais. Os resultados indicaram aprendizagens significativas para cinco dos seis entrevistados. Três estudantes destacaram a importância da experiência de mobilidade acadêmica para o seu futuro profissional. Como conclusão, argumenta-se que o acúmulo de informações sobre as experiências de mobilidade internacional são uma base comum para a proposição de estratégias de gestão no Centro Internacional e Hospitalidade do Unilasalle.

Palavras-chaves: Gestão de Mobilidade Acadêmica; Turismo de intercâmbio; Capital mobilidade; Estudantes estrangeiros.

Abstract: This article explores the management of academic mobility at the learning of foreign students who realized interchanges in Brazil. The research has qualitative and exploratory character, consisting of the analysis of six semistructured interviews with six students who have made academic mobility at Unilasalle in Canoas/RS, during the year 2015. Conceptually, it focused on the model for learning abroad, proposed by Murphy-Lejeune (2002), that emphasizes mobility capital in the dimensions: knowledge, strategic skills, social competences and personal and interpersonal attitudes. The results indicated significant learning for five from six respondents. Among these, the feeling of maturity was the most mentioned. Three students highlighted the importance of academic mobility experience for your professional future. As a conclusion, it is argued that the accumulation of information on the experiences of international mobility are a common basis for proposing management strategies at the International Center and Hospitality of Unilasalle.

¹⁸⁰ Discente do Curso de Turismo do Centro Universitário La Salle – Unilasalle. Técnica-Administrativa no Centro Internacional e Hospitalidade da mesma instituição. E-mail: alicenunesamado@yahoo.com.br.

¹⁸¹ Mestra em Turismo (Universidade de Caxias do Sul). Professora do curso de graduação em Turismo do Centro Universitário La Salle – Unilasalle.

¹⁸² Doutor em Etnologia e Sociologia Comparada (Paris 5 – Sorbonne). Professor do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais do Centro Universitário La Salle – Unilasalle. E-mail: lucasgraeff@gmail.com

Keywords: Management of Academic Mobility; Exchange tourism; Mobility Capital; Foreign students.

1. Introdução

O turismo é uma atividade que conversa em escala global com diversas cadeias da economia, em particular com a economia da cultura. Isso porque, como sugere Moser (2004), o turismo traz à roda o diálogo entre as culturas. No caso do turismo de intercâmbio, tal perspectiva é ainda mais marcante: é um segmento que cresce nos últimos anos, proporcionando ao estudante a ampliação de seus conhecimentos sobre culturas diferentes da qual está inserido (UNESCO, 2008). Ou, ainda, quando se trata de mobilidade acadêmica – o turismo de intercâmbio de acadêmicos de graduação –, afirma-se ainda mais os encontros como desconhecido e com novas práticas culturais, de tal forma que os alunos em mobilidade se desenvolvem pessoalmente e profissionalmente (MURPHY-LEJEUNE, 2002).

O presente artigo explora as repercussões de experiências de mobilidade acadêmica entre estudantes estrangeiros que fizeram intercâmbio no Centro Universitário La Salle – Unilasalle, em Canoas/RS, no ano de 2015. Seu objetivo é dispor de um estudo inicial para compreender como o turismo de intercâmbio atua na vida pessoal e profissional de estudantes em mobilidade com vistas à criação de estratégias que qualifiquem e amplifiquem a atuação do Centro Internacional e Hospitalidade (CIH) do Unilasalle. Essa busca por qualificação e amplificação das atividades do CIH justifica-se pela missão da Instituição em que se inscreve: ser reconhecida pela excelência e pela internacionalização das atividades acadêmicas. Além disso, o contato com os estudantes estrangeiros em processo de mobilidade é sistemático no CIH. Essa sistematicidade imprimiu na equipe uma demanda pela compreensão das relações entre o turismo de intercâmbio e as consequências dessa experiência na vida dos intercambistas.

De um ponto de vista metodológico, a pesquisa que fundamenta este artigo é de caráter qualitativo e exploratório, com a técnica de entrevista semiestruturada e análise de conteúdo. Conceitualmente,

privilegiou-se o modelo de aprendizagem no exterior proposto por Murphy-Lejeune (2002). A autora sugere um modelo de aprendizagem no exterior e aponta os atributos necessários para que o processo de mobilidade acadêmica seja capaz de alterar a identidade do indivíduo.

2. Turismo de Intercâmbio e Capital Mobilidade

Nos dias de hoje, o Turismo de Intercâmbio participa de diferentes esferas da sociedade. De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO (2001, *apud* MOSER, 2004, p. 59), “o turismo é uma atividade pluridisciplinar em escala mundial” a qual compreende, dentre as várias dimensões, a cultural e a educativa. Assim, o Ministério do Turismo conceitua que

Turismo de Estudos e Intercâmbio constitui-se da movimentação turística gerada por atividades e programas de aprendizagem e vivências para fins de qualificação, ampliação de conhecimento e de desenvolvimento pessoal e profissional (BRASIL, 2010, p. 15).

Mais especificamente no que se refere ao objeto deste trabalho, a movimentação entre estudantes de Instituições de Ensino Superior (IES), geralmente, é denominado Mobilidade Acadêmica. Este movimento, em escala mundial, apresentou um grande salto na última década, passando de 1.3 milhões de estudantes em 1995 para 2.7 milhões, em 2004 (UNESCO, 2008). No Brasil, Giraldi (2013, *apud* STALLIVIERI, 2015) aponta um aumento de estudantes estrangeiros que buscam o país para estudar. Em 2014, o país recebeu 14.432 estudantes estrangeiros e enviou 30.729 acadêmicos ao exterior (UNESCO, 2014).

Para além dos números, o fluxo global de intercambistas e alunos em mobilidade acadêmica inscreve-se em uma economia globalizada. Como sugere Mota (2009), os avanços tecnológicos e da valorização do capital intelectual refletem um aumento no nível de exigência de conhecimento para o mercado de trabalho, em particular porque “a atividade econômica está concentrada na prestação de serviços e não mais na produção de bens” (MOTA, 2009, p. 391).

É nesse quadro que se inscrevem as discussões sobre “capital mobilidade”, conceito forjado pela antropóloga Murphy-Lejeune (2002). Visando entender como se deu a aprendizagem de estudantes estrangeiros, que praticaram a mobilidade acadêmica na Europa, ela realizou entrevistas com 50 deles e analisou detalhadamente as suas experiências. O conceito de capital mobilidade está ligado a essa pesquisa, onde a autora sugere que uma das principais diferenças entre jovens de mesma faixa etária está ligada ao conhecimento adquirido na experiência de mobilidade. Segundo Murphy-Lejeune (idem, p. 102), são quatro os atributos que formam o modelo de aprendizagem no exterior:

(1) Conhecimento

- conhecimento factual: história, geografia, economia, política, literatura, etc,
- realidade sociocultural: compreendendo a sociedade contemporânea, suas regras e estrutura,
- estudos / trabalho baseado no conhecimento em um ambiente profissional e
- proficiência na língua e competência comunicativa.

(2) Habilidades estratégicas

- autonomia: viver por conta própria (experiências prévia, saber se organizar sozinho) e
- autoconfiança: aprendendo ‘a lidar’.

(3) Competências sociais

- confiança comunicativa e social: sociabilidade e participação sociocultural e
- facilidade de se relacionar ou como chegar nas pessoas: estabelecendo novas relações sociais.

(3) Atitudes pessoais e interpessoais

- abertura: curiosidade, tolerância, flexibilidade e
- consciência crítica de si e dos outros: aprendendo a cultura como intercultural.

Cada um desses elementos será abordado oportunamente na parte dos resultados da pesquisa. Assim, será possível fazer uma análise horizontal, relacionando cada atributo à fala do estudante estrangeiro, na entrevista realizada.

3. Procedimentos metodológicos

A pesquisa, de caráter qualitativo e exploratório, foi dividida em levantamento documental, entrevista semiestruturada e análise temática dos dados das entrevistas. O levantamento documental foi útil na coleta de

dados indiretos sobre o tema deste projeto (GIL, 2012), enquanto que as entrevistas trouxeram à tona os dados originais da pesquisa. Ao longo do processo, efetuou-se um movimento reflexivo capaz de fazer com que a entrevista se tornasse customizada para cada entrevistado (SZYMANSKI, 2004). Mesmo assim, as questões foram “padronizadas na medida do possível a fim de que as informações obtidas possam ser comparadas entre si” (GIL, 2012, p. 117), já que se trata de um tema específico: a experiência dos acadêmicos estrangeiros em viver um período no sul do Brasil.

No ano de 2015, o Unilasalle – Canoas recebeu doze estudantes estrangeiros, vindos de Chile, Colômbia, Espanha e México. Para fins de pesquisa, esses acadêmicos foram contatados por e-mail e/ou Messenger, do Facebook. Ao final, foram obtidos seis aceites, ou seja, a amostra se deu por acessibilidade (GIL, 2012). Em um primeiro momento, foram agendadas entrevistas via videoconferência. Em dois casos, foi possível entrevistar diretamente os sujeitos da pesquisa.

Como método de análise, foram utilizadas técnicas de análise de conteúdo, como leitura flutuante e divisão do texto da entrevista em temáticas principais, de maneira a estruturar as ideias do entrevistado (BARDIN, 2008). Para este artigo, o tema escolhido foi o modelo de aprendizagem no exterior, uma vez que a transformação gerada pela experiência no exterior pode causar mudanças profundas no indivíduo (MURPHY-LEJEUNE, 2002).

Os doze estudantes estrangeiros foram contatados dia 20 de março de 2016. As entrevistas ocorreram no período de 29 de março a 27 de maio de 2016. Assim, entre as transcrições e contatá-los novamente levou aproximadamente dois meses. Embora todos participantes tenham assinado o Termo de Concessão de Imagens, fornecido pelo Unilasalle, e autorizado verbalmente a utilização das informações pessoais na presente pesquisa, eles não serão identificados pelo nome verdadeiro. Neste artigo, serão chamados de “E” de “Entrevistado”, seguido de um número (de 01 a 06) de acordo com a data da ocorrência dos primeiros encontros, como,

por exemplo, Entrevistado 01 = E01. Abaixo, são apresentadas as informações sobre os entrevistados em forma de tabela:

Tabela 1 - Perfil dos entrevistados

Entrevistado	País de origem	Idade (2015)	Sexo	Curso frequentado no Unilasalle	Período de mobilidade
E01	Espanha	23 anos	Masculino	Administração	de jul/2014 a jul/2015
E02	Colômbia	20 anos	Feminino	Engenharia Ambiental	de jul a dez/2015
E03	Chile	23 anos	Feminino	Educação Física	de fev a jul/2015
E04	Colômbia	23 anos	Feminino	Engenharia Ambiental	de jul a dez/2015
E05	Colômbia	20 anos	Masculino	Engenharia Ambiental	de jul a dez/2015
E06	Espanha	25 anos	Masculino	Fisioterapia	de jul/2015 a jul/2016

Fonte: autoria própria.

Após a transcrição das primeiras entrevistas, os estudantes estrangeiros foram contatados novamente. A transcrição estava anexada para que eles pudessem ler o que haviam dito, aprovar e fazer correções. Dos seis entrevistados, apenas duas pessoas fizeram pequenas alterações nas transcrições. Os demais aprovaram a versão inicialmente proposta.

4. Resultados e Discussão

Cada elemento do modelo de Murphy-Lejeune faz parte do processo de adaptação que o estudante estrangeiro passa durante a mobilidade acadêmica. Esses componentes repercutirão na identidade do indivíduo. De acordo com a antropóloga, o estudante estrangeiro avalia individualmente quais áreas devem ser desenvolvidas, ele dará maior prioridade àquelas que não foram aprendidas em casa.

O primeiro elemento – conhecimento – está relacionado ao estudo da cultura e do idioma do destino da mobilidade. O conhecimento factual, diz respeito à informação que é transmitida pelos diferentes meios de comunicação sobre o país que eles vão estudar (MURPHY-LEJEUNE, 2002). A Entrevistada 02 conhecia um pouco do Brasil e, para ela, o curso de Engenharia Ambiental já era reconhecido como muito bom.

Para os estudantes que já conhecem o país de destino, esta dimensão não terá tanta importância quanto ao aprendizado advindo das relações interpessoais. A observação diária do outro traz à luz a realidade sociocultural dos autóctones através de uma compreensão completa da cultura diferente. Ao se deparar com o novo, o estudante estrangeiro passa a racionalizar e questionar os contrastes entre as culturas, a do destino e a da origem (MURPHY-LEJEUNE, 2002). O Entrevistado 01 traz isso na sua fala:

Eu só que achava que, quando eu viajei, quando eu fui dar um passeio por Brasil, se eu tinha um problema, *sin conocer* a pessoa, ela me ajudava, coisa que aqui não. Aqui você chega na Espanha e precisa alguma coisa e acham que tá pedindo *dinero*, que tá querendo enganar, porque a pessoa aqui na Espanha é mais fria, não gosta de outras pessoas, estrangeiros (E01).

O primeiro elemento também é composto pelo desenvolvimento linguístico, que vai ser a principal motivação para a viagem. De acordo com Murphy-Lejeune (2002), o domínio do idioma é responsável pelo contato intercultural, uma vez que estrangeiros com pouco desenvolvimento na língua tem a tendência de serem marginalizados em detrimento daqueles que têm. No final, a identidade pessoal se expande com o desenvolvimento de diferentes identidades linguísticas. A Entrevistada 04 sempre quis estudar em outro país, mas, “se eu vou viajar e posso aprender outro idioma, pois muito melhor então” (E04).

Outro elemento do modelo proposto por Murphy-Lejeune (2002) é o das atitudes pessoais e interpessoais, que requerem abertura ao outro. Ao fazer a mobilidade, o indivíduo descobre a si mesmo através da descoberta do outro. Para tanto, ele tem que estar aberto para poder desenvolver consciência crítica sobre si e sobre os outros.

A abertura requer o empreendimento de três facetas: curiosidade, tolerância e flexibilidade. O estudante estrangeiro parte para a mobilidade acadêmica cheio de curiosidade sobre o que vai vivenciar no outro país. Ele tem que ter tolerância para se aproximar do nativo, despreendendo-se dos hábitos tomados como certos. A flexibilidade está na forma como ele

vai agregar à sua identidade o conhecimento adquirido nas dificuldades enfrentadas. Essa última, se utilizada, será o remédio contra os pré-conceitos e expectativas gerados da experiência. Por outro lado, a rigidez não deixa germinar o aprendizado, tornando a experiência nula e sem efeito (MURPHY-LEJEUNE, 2002).

A E02 refletiu ao ver que os colegas de aula são mais maduros por já atuarem na área em que estudam, “eu falei como, eu também posso fazer muitas coisas, que normalmente eu não fazia. [...] então vou fazer *pasantias* e vou trabalhar em uma corporação aqui que é muito importante em minha área” (E02).

A abertura também fez com que os estudantes estrangeiros tomassem emprestado para si elementos da cultura gaúcha, como foi o caso do E05:

Olha só, olha só o que eu estava tomando agora, para olhar como estou cambiando, sabe? [mostrou a cuia de chimarrão]. Daí eu *me traje* um mate, um chimarrão de allá. Daí agora também tomo, eu acho que cada dos dias. [...] trocou a minha... não sei, a minha relação com o mate, agora tomo mais. [...] Daí eu ensinei eles [os amigos] como fazer o churrasco quase *no*, sabe, porque aqui não tem os *triches*, aí não pode ser, não pode dar (E05).

Para finalizar, os estudantes estrangeiros falam da experiência de mobilidade e se sentiram que houve uma mudança pessoal a partir da vivência no sul do Brasil.

Eu senti que *madurei*, não sei se em português é bem falado, mas é trocar, como, de criança para homem (E01).

Da minha vida pessoal, da pessoal foi independência e... que mais? Mais nada, principalmente ser independente e ter muita *seguridade* de si mesma. [...] Quando eu fui para lá, eu era uma menina, agora sou uma mulher, praticamente. Em *todo*, em pensamento, em atitude, em *todo* isso (E02).

Foi um crescimento. Foi um crescimento acadêmico e foi um crescimento *personal*. E eu acho que só vou falar isso, foi um crescimento muito grande [...] Aqui no Chile se fala ‘Eu viajei na vida’, ‘*Yo viajé a la vida*’, eu viajei sem conhecer nenhuma coisa e aí eu me atrevi a sair ainda mais. E outra coisa que me marcou

muito foi aprender idioma. Eu adoro o português, eu adoro muito o português (E03)!

De acordo com a antropóloga (MURPHY-LEJEUNE, 2002), a força do contato entre pessoas de diferentes culturas não deve ser subestimada. “Viajar na vida” (E03) traz um grande capital mobilidade ao estudante estrangeiro.

5. Conclusões

O presente trabalho teve por objetivo compreender como o turismo de intercâmbio atua na vida pessoal e profissional de estudantes em mobilidade com vistas à criação de estratégias que qualifiquem e amplifiquem a atuação do Centro Internacional e Hospitalidade (CIH) do Unilasalle. Através do conceito de “capital mobilidade”, discutiu-se as repercussões do desenvolvimento cognitivo e linguístico na vida do estudante estrangeiro, em particular no que se refere à cultura e ao idioma do Brasil, país visitado pelos entrevistados.

Conforme Murphy-Lejeune (2002), a percepção da experiência é individual e única, embora que tenham pontos em comum, como o sentimento de amadurecimento. A pesquisa indicou que os ganhos de capital mobilidade são diferentes conforme os entrevistados. Trata-se de um resultado esperado, que reforça a preocupação do Centro Internacional e Hospitalidade do Unilasalle em aprimorar suas estratégias de gestão, em particular através de pesquisa sistemáticas com alunos que por ali passam.

Por fim, importa ressaltar que esta pesquisa é de caráter exploratório e que os a discussão dos resultados foi adaptada aos limites de um resumo estendido. Espera-se divulgar a totalidade dessas discussões em um artigo completo, além de reelaborar alguns dos achados produzidos aqui em estudos futuros.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 4. ed., rev. e actual. Lisboa: Edições 70, 2008.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Orientações Turismo de Educação e Intercâmbio**. 2010. 2ed. Disponível em:

<http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_de_Estudos_e_Intercambio_Versxo_Final_I_MPRESSxO_.pdf>. Acesso: 15 fev 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MOSER, Giancarlo. **Antropologia do turismo, sociologia e história: temas e reflexões**. Indaial, SC: Ed. da ASSELVI, 2004.

MOTA, Keila Cristina Nicolau. In: **Segmentação do mercado turístico: estudos, produtos e perspectivas**. Barueri, SP: Manole, 2009.

MURPHY-LEJEUNE, Elizabeth. In: **Intercultural experience and education**. Clevedon, England, Multilingual Matters. 2002.

SZYMANSKI, Heloisa (Org.). **A entrevista na pesquisa em educação: a prática reflexiva**. Brasília, DF: Liber Livro, 2004.

STALLIVIERI, Luciane. **Análise da adaptação cultural de estudantes internacionais sob o ponto de vista das Teorias da Curva “U” e da curva “W”**. Revista Gestão Universitária na América Latina – GUAL 09/2015. Disponível em:

<https://www.researchgate.net/publication/284430933_Analise_da_adaptacao_cultural_de_estudantes_internacionais_sob_o_ponto_de_vista_das_Teorias_da_Curva_U_e_da_curva_W>. Acesso: 10 fev 2016.

UNESCO. **Globalization of higher education and cross-border student mobility**. 2008. Disponível em:

<https://www.researchgate.net/profile/NV_Varghese/publication/44839105_Globalization_of_higher_education_and_cross-border_student_mobility/links/54212b1b0cf241a65a1e67a0.pdf>. Acesso: 26 mai 2016.

_____. **BRICS Construir a educação para o futuro**. 2014. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002296/229602por.pdf>>. Acesso: 23 fev 2016.

NOTAS SOBRE A PRODUÇÃO AUDIOVISUAL NO PAMPA CONTEMPORÂNEO

ALVARO BENEVENUTO JR.¹⁸³

Resumo: O texto propõe-se a demarcar as pegadas registradas na produção audiovisual para refletir acerca dos novos modelos de organização do setor no Estado, fenômeno que acontece à luz da economia criativa e das políticas públicas de fomento ao setor. É uma busca de informações sobre produtoras de cinema que ganharam relevância a partir da quarta década do século 20 para compreender (1) as matrizes que inspiraram as organizações contemporâneas e (2) os novos arranjos empresariais do setor. É um estudo exploratório para a construção das trilhas de investigação do projeto PDet - Serra: a produção audiovisual na Encosta Superior Nordeste da serra gaúcha, financiado pela UCS.

Palavras-chave: Produção audiovisual; memória organizacional; gestão cultural; serra gaúcha.

Abstract: The text proposes to demarcate the tracks recorded in audiovisual production to reflect on the new industry organization models in the state, a phenomenon that happens in the light of the creative economy and public policies to encourage the sector. It is a search for information on movie producers who gained relevance from the fourth decade of the 20th century to understand (1) the matrices that inspired contemporary organizations and (2) new business arrangements of the sector. It is an exploratory study for the construction of research tracks PDET project - Serra: audiovisual production in the Upper Northeast Slopes of Serra Gaucha, funded by UCS.

Keywords: Audiovisual production; organizational memory; cultural management; Serra Gaucha.

De saída

No Sul do Brasil existe uma consistente produção audiovisual. A região já foi o segundo pólo nacional realizador da "sétima arte", deslocando o olhar do sólido mercado instalado no eixo Rio-São Paulo, onde estavam os principais estúdios, com destaque para a Cinelândia (Rio de Janeiro) e Vera Cruz (São Bernardo do Campo - SP), nas décadas de 1950-60.

¹⁸³ Pós-doutorado em Comunicação (UCB, 2014). Professor do PPG em História (Mestrado), professor de produção e de Jornalismo Audiovisual na Universidade de Caxias do Sul (UCS). Pesquisador coordenador do projeto PDet Serra: a produção audiovisual na Encosta Superior Nordeste da serra gaúcha, financiada pela UCS e coordenador do GP Conteúdos Digitais e Convergências Tecnológicas da Intercom. Este texto teve a colaboração da acadêmica Milene Rostirolla, bolsista voluntária da pesquisa.

Nesta primeira metade do século 20, a indústria cinematográfica brasileira, apesar de sua recente operação, deixou pegadas na história cinematográfica nacional: ela esteve voltada para a realização de peças destinadas ao entretenimento e à diversão (a era das chanchadas), gênero bem quisto pela audiência e que respondia às demandas de manutenção da infraestrutura dos estúdios, profissionais operadores nos bastidores e *casting*. Nesta caminhada, esta indústria cria/copia modelos de operação das organizações estadunidenses, estabelecendo padrões de funcionamento que consolidam os organogramas dos estúdios de cinema (e por extensão, os das empresas de televisão, a partir de 1950).

Desta maneira, o cinema nacional acaba se constituindo num espaço onde operam profissionais com múltiplas habilidades. Desde aqueles que consideraram-se como os intelectuais (aqueles cujas atividades exigem capital cultural complexo e criativo, como roteiristas e artistas) até os trabalhadores mais singelos, como marceneiros e responsáveis pelo asseio dos estúdios. A indústria do cinema apresenta-se como uma grande organização, com distinções salariais e de *status quo* muito demarcadas (todo reconhecimento aos artistas e quase nada aos construtores dos cenários...).

E é este *partern* que se estende pelo país afora, chegando no Rio Grande do Sul. E os holofotes vão se dirigidos para a Teixeira Produções Artísticas que entra na arena audiovisual em 1964 e traz alguma inovação ao modelo de funcionamento dos estúdios: no lugar de uma equipe específica para criar os roteiros, é o próprio Teixeira quem assume a função. Cantor regional com grande prestígio e carreira estabelecida no mundo radiofônico, Vitor Mateus Teixeira entrou no mundo do cinema escrevendo o argumento de "Coração de luto", em 1964, tendo como inspiração a música homônima, de sua autoria. A produção, que foi sucesso imediato de bilheteria, ficou sob a responsabilidade de Derly Martinez e a realização com a produtora Leopoldisom, de São Leopoldo.

Em 1969, o cantor repete a investida no cinema, fazendo, agora, o roteiro de "Motorista sem limite", outro sucesso de bilheteria e que define a entrada definitiva de Teixeira no cinema. Sua empresa é a responsável

pela produção e distribuição de mais uma dezena de títulos (nem todos com grande bilheteria), a saber: “Ela Tornou-se Freira” (1972); “Teixeirinha, 7 Provas”(1973); “Pobre João” (1974); “A Quadrilha do Perna Dura” (1975); “Carmem a Cigana (1976); “O Gaúcho de Passo Fundo”(1978) ; “Meu Pobre Coração de Luto”(1978); Na trilha da Justiça (1978); “Tropeiro Velho” (1980); “A Filha de Iemanjá” (1981). (REIS, 2009)

A produtora esteve em operação até a década de 1980, apresentando a inovação de ter o roteirista-protagonista-diretor centralizados numa pessoa, quando Teixeira separou-se de sua companheira de palco e esposa, Mary Terezinha, e enfrentou problemas de saúde que o levaram à morte, em 1895.

Na trilha da produção cinematográfica, pequenos estúdios começam a operar nesta arena com objetivo diferente: no lugar de ficção, a prioridade é documentários. Registros do tempo presente, dos investimentos e dos investidores que formaram o segundo pólo metalmeccânico do país na cidade de Caxias do Sul. Neste ambiente é fundada a Michelin Filmes, sob a direção de José Nazareno Michelin.

Diferente da (grande) indústria do cinema nacional e também por ter o seu produto constituído por peças do gênero documentário, a Michelin, em 1966, inova sua maneira de operar: contrata roteiristas e locutores para organizar suas produções, enquanto as operações técnicas - e que acabam afetando a estética - ficam por conta do proprietário.

É um tempo no qual os equipamentos de registo de imagens e sons são de manipulação complexa, exigindo o mínimo de dois operadores para cada jornada de trabalho (o câmera e o técnico de som). Sem contar o peso das máquinas.

O equipamento ficou leve

Com o desenvolvimento das pesquisas e as demandas de miniaturização/automação das máquinas em geral, as filmadoras perdem peso, incorporam o armazenamento/registo do som e ganham simplicidade em sua operação. Isso acontece concomitantemente com a

proposta de popularização dos equipamentos, abrindo a possibilidade de pessoas não profissionais fazerem seus próprios registros.

As décadas de 1970-80 marcam a presença das câmeras super-8 - um tipo de filme de bitola reduzida e com a tecnologia cassete (cartucho protegido e com engrenagem) - nos lugares privados de filmagem. Isso provoca a criatividade da juventude e aqueles apaixonados pela "sétima arte" começam a produzir suas próprias obras, estando ou não organizados como empresas de audiovisual.

É com esse espírito que um grupo de jovens rodam o filme "Deu pra ti anos 70", em Porto Alegre. O filme ganha muito espaço de exibição e o prêmio na edição de 1981 do Festival de Gramado. Participam da equipe Nelson Nadotti, Carlos Gerbase, Giba Assis Brasil, Jorge Furtado, Werner Schunemann, Luciana Tomazzi, equipe que vai formar, anos depois, a produtora Casa de Cinema, a qual já trabalha de modo diferente: é uma organização associativa de realizadores (seguindo o modelo de cooperativa, isto é, todos fazem um pouco de tudo).

Na trilha do desenvolvimento, o audiovisual gaúcho deixa outras marcas no mercado. Uma pista saliente está na década de 1970, quando foi lançado o primeiro Festival de Cinema de Gramado. Quatro décadas depois, este festival mantém a categoria especial para o cinema gaúcho e é um dos espaços mais procurados para o lançamento de obras audiovisuais do continente latino, de debates, qualificação e de fomento do setor.

Subindo a serra

Algumas décadas se passaram e a atividade da realização/produção audiovisual tem crescido. Um dos principais fermentos desse fenômeno é a força que o vídeo ganhou nas quatro últimas décadas (BENEVENUTO JR, 2005) e a digitalização dos processos correspondentes ao setor. É acertado dizer, hoje, que o vídeo digital é componente da vida contemporânea.

A Encosta Superior do Nordeste gaúcho tem se posicionado na vanguarda do fomento para desenvolver o setor audiovisual regional.

Flores da Cunha, em 2006, criou o Núcleo de Produção Audiovisual Maria Della Costa, a partir de convênio com a União Européia (projeto Victur/Urbaal) e produziu a série Vindima da Imagem. Apesar de o núcleo estar desativado (por questões externas ao âmbito da indústria audiovisual), foi importante referência de produção em seu tempo.

Bento Gonçalves (2010), Garibaldi (2014) e Caxias do Sul (2015) criaram suas *Film Commission*. São instâncias que buscam sensibilizar os produtores audiovisuais para realizar suas obras nos municípios, oferecendo o cenário natural e espaços protegidos, técnicos locais, rede hoteleira, alimentação, entre outras demandas da produção¹⁸⁴.

Sobre a economia criativa

As bases da economia criativa são

“ativos criativos, potencialmente geradores de crescimento socioeconômico [... com] o potencial de fomentar o crescimento econômico, a criação de empregos e os ganhos de exportação, ao mesmo tempo em que promove a inclusão social, a diversidade cultural e o desenvolvimento humano”.(DUISENBERG, 2008, p. 58).

O conceito surge a partir da crise do modelo econômico em vigência até as últimas duas décadas do século 20, alicerçado na ideia da produção e circulação de mercadorias realizadas numa arena onde não havia preocupação com aspectos pertinentes à sustentabilidade, isto é, exploram-se os recursos até o esgotamento das fontes e quando isso acontece, buscam outro fornecedor de insumos e mão de obra. Tal modelo de produção implicou em produtos padronizados, desconsiderando as questões culturais de locais, impondo, por assim dizer, a formatação de uma cultura-mundo (ORTIZ, 1997), além de estabelecer uma indústria móvel – quando esgotam-se as fontes de matéria-prima, mudam-se de lugar.

¹⁸⁴ Ver mais em: BENTO GONÇALVES. **Film commission**. Disponível em: <<http://www.turismobento.com.br/pt/film-commission/>>. Acesso em: 12 MAR 2015; GARIBALDI. **Garibaldi Film Commission será representada em Cannes**. Disponível em: <<https://www.redesul.com.br/noticias/show/noticia/36110-garibaldi-film-commission-sera-representada-no-festival-de-cannes>>. Acesso em: 12 MAR 2015.

Agrega-se a este panorama o desrespeito às necessidades básicas do indivíduo (sequer percebido cidadão) e suas nações. As consequências deste processo exploratório despreocupado com seu próprio futuro é a desigualdade socioeconômica entre Estados e nações, atingindo, especialmente, os extratos sociais. Cria-se, assim, um *ranking* de economias desenvolvidas e subdesenvolvidas, sociedades bem atendidas em relação aos direitos (e deveres) humanos e sociedades subjugadas ao *ranking* de seu mercado.

O cenário da economia criativa pretende alterar as posições desta distinção entre países e restaurar os valores socioculturais sufocados pela sede desenvolvimentista e exploratória. Sob o espírito da restauração dos direitos de cidadania, aliado à proposta de reparação de danos e de valorização da cultura local, as atividades incluídas no rol de ações da economia criativa se encontram as produções de bens culturais, como é o caso do audiovisual.

Esta situação implica também em uma nova atitude das instituições gestoras das políticas de incentivo e de fomento destas novas atividades produtivas. Falam-se em políticas públicas de fomento à produção; de compartilhamento dos espaços de planejamento das atividades; de ações coletivas para angariar recursos suficientes à produção dos bens culturais e, especialmente, de sustentabilidade. Também se indica a oportunidade de acesso aos meios de comunicação, à comunidade digital e aos locais de armazenamento e de ampliação do conhecimento.

Para tal arena, há que se preparar. Operar nestes novos espaços, onde as relações produtivas não demandam a forma presencial (não há obrigatoriedade da presença física dos trabalhadores nas instalações das organizações, nem mesmo a necessidade de registro de ponto), a conectividade acelera a entrega das encomendas e o principal insumo de produção deixa de ser material e passa a ser a criatividade, necessário possuir habilidades intelectuais e técnicas complexas. E esta nova maneira de operar pode ser adotada como justificativa de manutenção dos ambientes virtuais de comunicação, apesar das barreiras de acesso.

Apontamentos necessários

A mirada panorâmica das arenas contemporâneas da produção audiovisual indicam alterações em seu *modus operandis* tanto em referência ao tamanho das equipes, da distribuição de funções específicas (autorias) e em relação às atitudes de financiamento. Há também a atenção que merece a audiência, hoje muito ativa e com desejos de compartilhar a criação. Pensar em economia criativa implica em estabelecer diferentes paradigmas para elaborar políticas de incremento dos setores culturais, sociais e de produção de conhecimento.

As pegadas registradas na rápida história da organização empresarial do setor no território meridional indicam ousadas inovações no processo de sua constituição. Experiências importantes que preservam o espírito desbravador dos produtores gaúchos que, até hoje, apresentam suas marcas de carinho e sensibilidade pela "sétima arte".

Este estudo qualitativo opta pela trilha de observar e analisar o cenário da produção audiovisual na região indicada: a Enconsta Superior Nordeste da serra gaúcha. Para isso, inspira-se na proposta da etnografia praticada por Goffman (1974), que usa o *frame analysis* como a ferramenta analítica e de interpretação. Conforme o etnógrafo, ao usar esta metodologia, o pesquisador adota uma atitude que permite identificar a influência das informações que circulam em distintos meios/ambientes nos indivíduos.

Para completar a metodologia de análise deste fenômeno, que exige o conhecimento aprofundado dos ambientes eleitos para a observação e análise, adotou-se também as atitudes de pesquisa alinhadas com o referencial metodológico da Hermenêutica de Profundidade (HP), elaboradas por Thompson (1995).

O objetivo fundante da HP é compreender os fenômenos sociais a partir das construções simbólicas significativas. Thompson, considera que essas construções simbólicas significativas estão inseridas em contextos sociais e históricos e que, quando se trata de comunicação, encontra-se um bom ambiente para aplicar este referencial.

O caminho seguido pela HP é dividido em três momentos:

1. Interpretação da doxa (ou hermenêutica da vida cotidiana) - é o levantamento das informações anteriores e as do momento em que acontece o fenômeno. É a busca de fundamentos para compreender os fatos. Nesta pesquisa isso ocorreu a partir de entrevistas não estruturadas com os participantes¹⁸⁵.
2. Análise sócio-histórica ou Análise formal (ou discursiva) – são dois caminhos a serem seguidos. A depender do fenômeno e das formas simbólicas em estudo, opta-se pelo caminho mais adequado.

Neste caso, optou-se pela Análise Sócio-histórica, pois ela compreende a busca das informações, descrições, reflexões e *insights existentes* sobre as situações espaço-temporais; os campos de interação; as instituições e estrutura sociais e dos meios técnicos de produção das formas simbólicas. Isto vai ajudar a produzir dados que permitam contextualizar o fenômeno em seu tempo, conforme as condições encontradas na arena onde ele acontece. É um momento no qual se trabalha com dados brutos, e exige do pesquisador a atitude de eliminar qualquer filtro.

3. Interpretação/re-interpretação – é o momento conclusivo deste referencial. Não significa que o fenômeno está completamente revelado e compreendido. Mas é o momento no qual se pode apresentar conclusões sobre ele. É importante registrar que a interpretação dos fenômenos começa no momento que se desenvolve a primeira fase (interpretação da doxa, das práticas).

A fase de re-interpretação é equivalente à atitude de retorno ao fenômeno. É nesta etapa que o pesquisador encontra espaços para propor caminhos a serem seguidos para qualificar os fenômenos sociais, a partir do aprendizado construído durante o tempo de estudo, cujos apontamentos estão nas considerações finais.

Por fim, recorre-se a Vizer (2003), para compreender o mundo da Comunicação. Conforme o autor, ela é uma ciência recente e caracteristicamente transdisciplinar. Tem se constituído como campo a

¹⁸⁵ De acordo com a etnografia, o pesquisador tem que evitar interferir no campo quando busca as informações para a sua pesquisa, com o objetivo de obter dados originais.

partir da composição e uso de distintos instrumentos teórico-metodológicos, construídos e aplicados pela Sociologia, Psicologia, Economia, Ciências Humanas. Além disso, a Comunicação depende diretamente da área da Engenharia Eletrônica, de Produção e da Informática, especialmente quando o tema se refere aos processos para realizar os produtos comunicacionais contemporâneos mediados pelas tecnologias digitais. Por estas características, ela demanda ser analisada a partir de um dispositivo de triangulação que dê relevância a estes pontos:

1. Realidade do mundo dos fatos, processos e fenômenos constituintes do objeto de estudo, ação que antecede à ontologia¹⁸⁶;
2. Uma trama de conceitos que, associados entre si, constituam instrumentos intelectuais para construir proposições e hipóteses de pesquisa e;
3. Refletir, constantemente, sobre os valores e a prática da pesquisa, registrando a todo momento a incidência extracientífica de crenças, subjetividades e experiências dos indivíduos e de outros atores participantes do processo (VIZER, 2003, p. 285-287).

Procurar compreender este fenômeno é importante para entender como este setor tem se preparado para os outros tempos da produção cultural.

Referências

BENEVENUTO JR. Alvaro. **De TV Comunitária a POA TV: estratégias e políticas da comunidade na TV a cabo de Porto Alegre**. 2005. Tese (doutorado) Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, UNISINOS, 2005.

CASA DE CINEMA. **A casa**. Disponível em: <<http://www.casacinepoa.com.br/a-casa>>. Acesso em: 15 set. 2016.

¹⁸⁶ Aqui, a ontologia assume a ideia de Heidegger, que fala no raciocínio sobre a significação mais geral do ser, exemplificando aquilo que faz com que seja possível as várias existências. Entendida como o conjunto de estudos produzidos sobre o tema, as ontologias possibilitam a comunicação entre pessoas acerca de determinado conhecimento, pois permitem raciocínio e entendimento sobre um domínio. Essa relação auxilia na obtenção de consenso, principalmente sobre termos técnicos, entre comunidades profissionais, de pesquisa, etc.

SANTOS-DUISENBERG, Edna. **A economia criativa: uma opção de desenvolvimento viável?** in REIS, Ana C. (org). **Economia criativa como estratégia de desenvolvimento:** uma visão dos países em desenvolvimento. São Paulo: Itaú Cultural, 2008.

REIS, Nicole I dos. "Quando ser 'povo' envergonha"- o cinema popular de Teixeira na ótica de fãs e dos críticos. Revista **Maguaré**, n. 23, 2009, p. 155-180.

Disponível

em:

<www.revistas.unal.edu.co/index.php/maguare/article/view/14977/15776>.

Acesso em: 15 set. 2016.

**VESTÍGIOS DE MEMÓRIA NO INSTITUTO DE MATEMÁTICA E
ESTATÍSTICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

ANA LÉRIDA PACHECO GUTIERREZ¹⁸⁷

MARIA DE LOURDES BORGES¹⁸⁸

Resumo: Este artigo tem por objetivo apresentar reflexões sobre a memória das origens do Instituto de Matemática e Estatística (IME) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Para isso, realizou-se pesquisa nos *sites* institucionais e em fontes bibliográficas e documentais. Os resultados revelam alguns lapsos, mas também relatos de ex-diretores, em dois momentos distintos (décadas de 1960 e 1990), que apresentam suas versões sobre a criação do IME/UFRGS e sobre o desenvolvimento da Matemática e da Estatística no Rio Grande do Sul.

Palavras-chaves: Memória Coletiva; Memória Institucional; Patrimônio Documental; Instituto de Matemática e Estatística; Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Abstract: This paper aims to present considerations to memory of origins of the Institute of Mathematics and Statistic of Federal University of Rio Grande do Sul. For this purpose, a research in institutional websites, bibliographical and documental sources was performed. The results reveal some lapses, but accounts of past directors on two different moments (1960s and 1990s), wich presents their versions about Institute of Mathematics and Statistic creation and about mathematics and statistical science in Rio Grande do Sul.

Keywords: Collective Memory; Institutional Memory; Documental Heritage; Institute of Mathematics and Statistic; UFRGS.

1. Introdução

Este artigo tem por objetivo apresentar reflexões relacionadas à memória das origens do Instituto de Matemática e Estatística (IME) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Ele resulta de pesquisa desenvolvida durante a execução do projeto Memória Institucional no Instituto de Matemática e Estatística, que tem como objeto a preservação documental, em andamento junto Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais do Centro Universitário La Salle. Apresenta-se uma breve contextualização sobre a origem e importância social das universidades e da UFRGS em particular, articulada

¹⁸⁷ Especialista em Educação à Distância, Servidora Técnico-administrativa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre, RS, Brasil). E-mail: ana.gutierrez@ufrgs.br

¹⁸⁸ Doutora em Administração, Professora e Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais do Centro Universitário Lasalle/Unilasalle (Canoas, RS, Brasil). E-mail: maria.borges@unilasalle.edu.br

com a constituição do que é hoje o Instituto de Matemática e Estatística. São tecidas algumas considerações sobre memória coletiva e identidade, sustentadas pelos estudos de Halbwachs e de Candau. A seguir, descrevem-se os métodos e encaminha-se a discussão e considerações finais.

2. As Universidades: primórdios e contexto

Uma visão retrospectiva do século XX registra a universalização da educação superior e a multiplicidade de gestão e de metodologias como a educação à distância, além da ampliação da pesquisa nas universidades e criação de novas áreas de conhecimento. Nos países em desenvolvimento a notável expansão das universidades, colocou-as no centro das preocupações políticas, constituindo uma “esperança de transformação do quadro socioeconômico.” (BOHRER et al., 2008, p.8)

No Rio Grande do Sul, a educação superior e a gênese da futura universidade iniciam no final do século XIX, com as Escolas de Farmácia e Química, Engenharia e Medicina, na forma de estabelecimentos isolados, com influência positivista, o que imprimiu “a identidade diferenciada do ensino superior gaúcho, voltado à pesquisa científica e técnica.” (UFRGS, 2016a)

Somente em 1934 tem-se a criação da Universidade de Porto Alegre, constituída pela Faculdade de Medicina, com as Escolas de Odontologia e Farmácia; Faculdade de Direito, com a Escola de Comércio; Escola de Engenharia, com os cursos de Veterinária e Agronomia; Instituto de Belas Artes e Faculdade de Educação, Ciências e Letras, ainda a ser criada. (UFRGS, 2016a)

Como marcos dessa trajetória pode-se destacar: i) o “período de afirmação e expansão do Sistema Universitário Estadual” entre 1944 e 1947, ano que registra a passagem da Universidade de Porto Alegre à Universidade do Rio Grande do Sul (URGS); ii) a integração da URGS, com os seus cursos, faculdades e escolas ao Sistema Federal do Ensino Superior que ocorre em 1950; iii) a reforma universitária de 1968 que fixou as normas de organização e funcionamento do ensino superior nas

universidades brasileiras em institutos centrais e a departamentalização. Como consequência, os departamentos, a partir de 1970, “passaram a ser unidades fundamentais, reunidos em institutos e faculdades.”

A UFRGS se destaca como “um dos maiores orçamentos do Estado do Rio Grande do Sul e como a primeira em publicações e a segunda em produção científica, entre as federais, considerando o número de professores”. (UFRGS, 2016a) Mas em seu *site* institucional, ao apresentar o histórico de formação, a primeira e única menção à matemática ocorre por ocasião da instalação da Faculdade de Filosofia, inicialmente com os cursos de Matemática, Física, Química e História Natural, em junho de 1942, a partir da qual “a Universidade de Porto Alegre passa a constituir um conjunto orgânico que correspondia a uma perspectiva integradora.” (UFRGS, 2016a)

Além da breve menção à matemática, não há menção à estatística ou, mais recentemente, ao fato de ter ocorrido uma mudança na nomenclatura do Instituto de Matemática para Instituto de Matemática e Estatística, há cerca de um ano. Estas observações serão retomadas mais adiante, na seção de métodos e discussão.

3. A memória das origens: considerações teóricas

A memória constitui-se em um movimento oscilatório entre esquecimentos e lembranças, assim como a memória das origens, na qual o passado emerge no relato dos testemunhos.

Gondar e Dodebei (2005, p.7) percebem a memória inserida em um “campo de lutas e relações de poder” que provocam o dualismo ou embate entre esquecimento e lembrança. Ao abordar o fenômeno da memória no contexto institucional, Costa (1997) delimita as instituições a “formas fundamentais de saber-poder”, no sentido atribuído por Foucault, e que emergem nas sociedades, possuindo duas faces simétricas: lembrar e esquecer.

Halbwachs aborda os diferentes pontos de vista que ajudam a compor um quadro social e destaca a importância dos testemunhos, que reforçam, enfraquecem ou completam o que se sabe sobre um evento.

Para ele, o primeiro testemunho será sempre o nosso e ao revisitar um local conhecido, a memória é ativada por lembranças fragmentadas, reconstituídas através de quadros de referência: “Podemos reconstruir um conjunto de lembranças de maneira a reconhecê-lo porque eles concordam no essencial, apesar de certas divergências.” (HALBWACHS, 2006, p. 29)

Para Candau (2014, p.95), a memória das origens é um desafio para a memória e a identidade, por isso constitui uma invariante cultural. O esquecimento pode ser instaurado por decreto, mas não se inscreve totalmente na sociedade. E isso não impedirá que grupos e indivíduos instaurem uma nova origem para fundar suas identidades presentes, como aponta Hobsbawm ao se referir à invenção das tradições. E nesse ato de memória, “a referência às origens se faz sempre selecionando e escolhendo”.

É a partir desses olhares ou pontos de vista sobre a memória que se desenvolveu a pesquisa sobre a memória das origens do Instituto de Matemática e Estatística (IME), uma das Unidades Acadêmicas da UFRGS.

A seguir descreve-se o processo de pesquisa nos *sites* institucionais, fontes bibliográficas e documentais e apresentam-se alguns resultados encontrados.

4. Método e Discussão

Inicialmente, buscou-se saber como as informações sobre o IME eram apresentadas nos *sites* institucionais da Universidade e do próprio IME. No *site* da Universidade, o *link* de acesso direto ao *site* institucional do IME não foi atualizado, até o momento, em relação à sua nova designação e continua a identificá-lo apenas como “Instituto de Matemática”. Além da breve menção à matemática, não há menção à estatística ou, mais recentemente, ao fato de ter ocorrido uma mudança na nomenclatura do Instituto de Matemática para Instituto de Matemática e Estatística, há cerca de um ano.

O próprio *site* do IME, até meados de outubro de 2016, aguardava uma nova identidade visual para mudança de nomenclatura. Neste, foram

encontrados três breves referências históricas à Estatística: i) a primeira é a criação do Departamento de Estatística, em 1971; iii) a segunda é a criação do curso de bacharelado em Estatística, em 1978, pioneiro e o único oferecido no Rio Grande do Sul; formação da primeira turma em 1981; reconhecimento através do Parecer nº 173/83 do MEC e aprovação em 08 de abril de 1984; iii) a terceira referência é sobre a criação do Núcleo de Assessoria Estatística, em 1989.

Os poucos resultados levaram a uma busca realizada no Sistema de Automação de Bibliotecas (SABi). Pesquisa por assunto “memória UFRGS” resultou em sete ocorrências, mas nenhuma relacionada ao Instituto de Matemática e Estatística. Quando o assunto pesquisado foi “história do IMUFRGS”, foram encontrados quatro registros, dos quais dois são bem significativos do ponto de vista das origens, intitulados “Criação do Instituto de Matemática da UFRGS” e “Reminiscências de um ex-diretor: um depoimento de memória”, respectivamente.

Pesquisa na *web*, através do motor de busca Google, oportunizou um achado documental que parece estar circulando somente em meio eletrônico: um relato dos docentes Aron Taitelbaum e Eduardo Brietzke, intitulado *Um Pouco da História do Instituto de Matemática da UFRGS*, uma versão mais atual sobre esse período do Instituto e que complementam a pesquisa. O professor Eduardo Brietzke continua em atividade no Instituto; o professor Aron Taitelbaum foi diretor do IME de 1989 a 1992 e de 1997 a 2000, estava aposentado, mas faleceu, no início de novembro.

O quadro a seguir apresenta os resultados encontrados.

Quadro 1 - Registros encontrados a partir de pesquisa por assunto no SABi.

Autor	Título	Ano
UFRGS. Instituto de Matemática.	Programa de matemática dirigida para as aplicações.	1960
TIETBÖHL, Ary Nunes (1912-1998).	Criação do Instituto de Matemática da UFRGS.	1989
RODRIGUES, Antônio. (1918-2003).	Reminiscências de um ex-diretor: um depoimento de memória.	1991
UFRGS. Pró-Reitoria	Programa de avaliação institucional	1995

de Graduação. Coordenadoria Executiva do Programa de Avaliação.	da UFRGS: curso de bacharelado em Estatística: 1989-1994 [manuscrito]	
--	---	--

Fonte: Elaborado pela autora.

Os professores Ary Tietböhl e Antônio Rodrigues escreveram seus relatos quando já estavam aposentados, o que imprime um distanciamento temporal em relação aos acontecimentos rememorados. É através do olhar de ambos que reconstruímos os primeiros movimentos que resultaram na criação do IME.

Em seu relato sobre a criação do então Instituto de Matemática da UFRGS, Tietböhl (1989) destaca a instalação das Faculdades de Ciências e Letras como um movimento modernizador da matemática, iniciado em São Paulo, em 1934, e seguido por outros estados. Antes, a matemática integrava os currículos das Escolas Militares, Escolas de Engenharia e Escolas Normais. No Rio Grande do Sul, os egressos da Faculdade de Educação, Ciências e Letras, criada em 1942 e conhecida como Faculdade de Filosofia, passaram a articular a criação de espaços de atuação profissional e desenvolvimento de pesquisa. O relato de Tietböhl (1989) é confirmado pelo depoimento do professor Antônio Rodrigues (1991), ao lembrar sua chegada à Porto Alegre, em 1944:

Até aquela época o ensino da Matemática sofrera a influência positivista da Escola Militar [...] A criação, em 1942, do curso de licenciatura e bacharelado em Matemática na Faculdade de Filosofia da UFRGS, iria, daí em diante, modificar este panorama, pelas influências que tiveram ao ensino do País a escola italiana e posteriormente a francesa e a americana. (RODRIGUES, 1991, p.1)

Rodrigues (1991, p.1) presta um tributo à Tietböhl ao afirmar que: “quem modernizou o ensino de Cálculo Infinitesimal, em Porto Alegre, foi o Prof. Tietböhl, seja introduzindo toda técnica moderna de limites, seja empregando novos conceitos (...)”. Outro fato indicado por Rodrigues (1991, p.2) é que: “Revistas e livros estrangeiros só começaram a aparecer em Porto Alegre após o fim da segunda guerra mundial, em 1946.” Ambos foram contemporâneos: o professor Ary Tietböhl foi o primeiro diretor do

IME, em 1959, e o professor Antônio Rodrigues o sucedeu no período de 1960 a 1963.

Tietböhl (1989) menciona a criação, em 08/11/1947, de uma Sociedade de Matemática e Física do RS por um grupo de professores da Universidade e do Colégio Estadual Júlio de Castilhos, mas que teve dois anos de atividade. No âmbito nacional, ele refere a criação do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, o CNPq e o IMPA, na década de 1950. No RS, ele destaca a criação do Centro de Pesquisas Físicas da UFRGS, do qual foi diretor:

iniciando-se uma fase caracterizada pela existência de instituição governamental dotada de espaço onde se desenvolviam a pesquisa e o ensino da Matemática, através de duas Divisões constituintes daquele Centro: a Divisão de Matemática, criada em 1953, e a Divisão de Ensino, em 1954, tratando de assuntos sequentes aos conteúdos programáticos de ensino na Universidade. (TIETBÖHL, 1989, p. 3)

A partir de então Tietböhl (1989) descreve dois movimentos convergentes em curso: um externo, a partir do plano federal de metas do governo do presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, que em 1958 constitui o COSUPI (Comissão Supervisora do Plano dos Institutos), para criação de institutos especializados, “centralizando assim em somente um órgão de cada Universidade as atividades de investigação e certos setores da ciência e da tecnologia.” Um ano antes um representante da COSUPI comunica ao prof. Elyseu Paglioli, Reitor da Universidade, o plano do governo federal de criação de um Instituto de Matemática e Física na UFRGS. Internamente já havia consenso de que deveria haver dois institutos, o que foi acolhido pela COSUPI. Assim é criado o Instituto de Matemática, em 09/03/1959, como “órgão de natureza científica, autônomo, diretamente subordinado à Reitoria”, com três divisões: Matemática Pura, Matemática Aplicada e Ensino, inicialmente fora do campus central. (TIETBÖHL, 1989, p. 3)

No âmbito interno, um ano antes, constituiu-se comissão integrada pelos professores Luis de Farias, Antônio Rodrigues, Ernesto Bruno Cossi

e Ary Tietbohl para realizar estudos visando à criação do instituto, sua sede, programa de trabalho e anteprojeto de regimento interno.

Outro momento destacado foi a mudança de finalidade do Instituto de Matemática, como consequência da reforma universitária de 1968. Para promover a mudança, em 1969 o Ministério da Educação designa o professor Herbert Guarini Calhau. A partir da Portaria nº 896, de 19 de outubro de 1970, da Reitoria da Universidade, foi criado o Instituto de Matemática, como Instituto Central, integrante da área de Ciências Exatas e Tecnologia.

No dia seguinte à criação, ocorre a primeira sessão da Congregação do Instituto de Matemática. No ano seguinte, foram criados seus dois departamentos – de Matemática Pura e Aplicada e de Estatística – e, com essa estrutura, o Instituto passou a ser responsável não só por promover a pesquisa, mas também por ministrar o ensino da Matemática e da Estatística, em todos os níveis, para todos os cursos da Universidade. Um outro fato decorrente de tal mudança na sua finalidade foi a transferência de vários professores, então lotados em diferentes unidades universitárias, para comporem os quadros dos referidos departamentos. (UFRGS, 2016b).

O Instituto de Matemática tornou-se Instituto de Matemática e Estatística (IME), através da Decisão nº233/2015 do Conselho Universitário, de 19 de junho de 2015, proporcionando maior visibilidade à ciência Estatística, mas também assinalando o resultado de esforços que culminaram na mudança.

O IME é uma unidade acadêmica estratégica para a UFRGS, dada a abrangência e a relevância de seu papel na formação acadêmica, através do ensino, da pesquisa e da extensão nas áreas de Matemática e Estatística, constituindo-se em uma referência na região sul do Brasil e na América Latina. No âmbito da pós-graduação, seus três programas são reconhecidos com destaque no cenário brasileiro e latino-americano.

Taitelbaum e Brietzke (s.d.), ao referirem-se à criação do Programa de Pós-Graduação em Matemática relatam que:

Muitos dos mestres formados neste estágio inicial do programa foram contratados por diversas instituições de Ensino Superior no nosso estado. Em geral, em função de sua competência, estes professores são figuras de destaque em suas atividades universitárias e têm colaborado de maneira fundamental para o aperfeiçoamento do ensino da Matemática em todos os níveis no Rio Grande do Sul. (TAITELBAUM; BRIETZKE, s.d., p.10).

A inserção social do IME projeta-se em ações de extensão universitária, como o Núcleo de Assessoria Estatística (NAE). O IME também é sede regional da Olimpíada Brasileira de Matemática (OBM) e da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP) e firma parcerias entre esferas administrativas, através de convênios interinstitucionais, visando à formação, aperfeiçoamento e qualificação de profissionais de diversas áreas.

O relato que o professor Ary Tietböhl é centrado no contexto dos principais acontecimentos que oferecem condições para o surgimento do Instituto de Matemática da UFRGS, analisando tanto condições de expressão nacional, quanto vivenciadas na Universidade. Já o depoimento do professor Antônio Rodrigues abrange o período entre 1944 e 1980, no qual entrelaça sua experiência pessoal com momentos considerados marcantes para o desenvolvimento da ciência no Brasil e no Rio Grande do Sul. De sua narrativa intimista emergem episódios que delineiam o contexto político e econômico e uma avaliação sobre decisões passadas.

O relato de Taitelbaum e Brietzke avança no tempo até 2004 e reconstrói essa trajetória pontuando aspectos vividos por tabela, conforme Pollak (1992), com aqueles vivenciados e cujas memórias compartilharam.

5. Considerações finais

A pesquisa nos *sites* institucionais revelou lapsos e relatos incompletos sobre a memória das origens do IME. As fontes bibliográficas e documentais revelaram três relatos de ex-diretores, em dois momentos distintos (décadas de 1960 e 1990), que apresentam suas versões sobre a

criação do IME/UFRGS e sobre o desenvolvimento da Matemática e da Estatística no Rio Grande do Sul.

Os relatos dos acontecimentos lembrados pelos testemunhos são apresentados em menor ou maior detalhe, mas são reiterados como fatos importantes e consolidados na memória desta instituição. Os dois primeiros são relatos de contemporâneos. Registram e privilegiam basicamente a evolução da Matemática no Rio Grande do Sul, de forma que invisibiliza outros processos de constituição identitária que possam ter ocorrido nos primórdios da unidade acadêmica.

Somente o relato de Taitelbaum e Brietzke apresenta detalhes sobre a criação e desenvolvimento do curso de Estatística. Curiosamente, o relato circula na *web* informalmente, sem que tenha sido registrado em papel como os demais.

Sente-se a ausência de testemunhos que relatem o processo de constituição do curso de Estatística, bem como a visão de seu corpo técnico-administrativo. Novas investigações podem esclarecer e ampliar as reflexões sobre o tema.

Referências

BOHRER, Iza N.; PUEHRINGER, Janaina Orso; SILVA, Daniele S.; NAIRDOF, Judith. A História das Universidades: o despertar do conhecimento. In: JORNADA NACIONAL DE EDUCAÇÃO. 14. Santa Maria, 7-10 out 2008. **Anais**: UNIFRA, 2008. Disponível em: <http://www.unifra.br/eventos/jne2008/Trabalhos/114.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

CANDAU, Joël. Pensar e classificar: memória e ordenação do mundo. In: CANDAU, Joël. **Memória e Identidade**. Tradução Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2014.

COSTA, I. T. M. **Memória institucional**: a construção conceitual numa abordagem teórico-metodológica. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - IBICT-UFRJ, Rio de Janeiro, 1997.

GONDAR, Jo.; DODEBEI, Vera. (Org.) **O que é memória social**. Rio de Janeiro: Contra-capas, 2005.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.5, n.10, p.200-212, 1992.

RODRIGUES, Antônio. Reminiscências de um ex-diretor: um depoimento de memória. In: **Cadernos de Matemática e Estatística**. Série C, Colóquio de Matemática SBM/UFRGS. Porto Alegre, n. 15, p. 1-15, abr. 1991.

TAITELBAUM, Aron; BRIETZKE, Eduardo. **Um Pouco da História do Instituto de Matemática da UFRGS**. s.d. Disponível em: <http://www.mat.ufrgs.br/historia_taitelbaum_brietzke.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2016.

TIETBOHL, Ary Nunes. Criação do Instituto de Matemática da UFRGS. In: **Cadernos de Matemática e Estatística**. Série C, Colóquio de Matemática SBM/UFRGS. Porto Alegre, n. 12, p. 1-8, mar. 1989.

UFRGS. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **Histórico**. Disponível em: < <http://www.ufrgs.br/ufrgs/a-ufrgs/historico>>. Acesso em: 25 ago. 2016a.

UFRGS. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Matemática. Institucional. História. **Criação do IME**. Disponível em: < <http://www.ufrgs.br/ufrgs/a-ufrgs/historico>>. Acesso em: 25 ago. 2016b.

A MEMÓRIA ORGANIZACIONAL DOS PROJETOS DE CULTURAL DA UFRGS NO PERÍODO 2009-2015

ANÁLIA KNIEST DORNELLES¹⁸⁹

JUDITE SANSON DE BEM¹⁹⁰

Resumo: Este artigo é parte de uma dissertação de mestrado em andamento, que visa estudar a memória organizacional dos projetos culturais realizados pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), entre 2009 e 2015. A pesquisa tem o objetivo de identificar as diretrizes da Instituição que balizaram decisões relativas às atividades de difusão cultural, assim como levantar as despesas executadas com a realização das mesmas. Os projetos selecionados foram os realizados pelo Departamento de Difusão Cultural, o Festival de Inverno Maré de Arte e a Ópera da UFRGS. Foi utilizada a estatística descritiva para organização, apresentação e análise dos dados financeiros referentes às despesas do período. Os resultados apresentados são preliminares.

Palavras-chave: Memória Organizacional, Cultura, Projetos Culturais, Extensão Universitária, UFRGS.

Abstract: This article is part of an ongoing Master's thesis, which aims you study the organizational memory of cultural projects carried out by the Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS) between 2009 and 2015. The research aims you identify the guidelines of the Institution that oriented the decisions related you cultural dissemination activities, well the expenses incurred in carrying them out. The projects selected were those carried out by the Cultural Diffusion Department, the Tide Art Winter Festival and the UFRGS Opera House. The results presented ploughs preliminary, using the descriptive statistics will be the organization, presentation and analysis of the financial date related you the expenses of the period.

Keywords: Organizational Memory, Culture, Cultural Projects, University Extension, UFRGS.

1.Introdução

O primeiro compromisso da universidade pública é o de formar o cidadão, oferecendo conhecimento capaz de qualificar as pessoas em diferentes áreas. Além de ser local de produção de conhecimento, também é um ambiente onde se desenvolvem idéias, reflexões críticas, valores e atitudes, que contribuem para a transformação individual e coletiva, com a formação de valores humanísticos e melhoria na qualidade de vida.

¹⁸⁹ Mestranda do PPG em Memória Social e Bens Culturais do UNILASALLE.
kniest@ufrgs.br

¹⁹⁰ Professora do PPG em Memória Social e Bens Culturais do UNILASALLE.
Judite.bem@unilasalle.edu.br

A universidade contribui para o desenvolvimento humano, quando contempla, em suas atividades, aspectos econômicos, sociais e culturais. Por ser uma instituição de vocação social, a universidade precisa se manter em sintonia com a sociedade a fim de compreender sua realidade e subsidiar suas ações, conforme indica Chauí (2001, p.35)

[...] a universidade é uma instituição social. Isso significa que ela realiza e exprime de modo determinado a sociedade de que é e faz parte. Não é uma realidade separada e sim uma expressão historicamente determinada de uma sociedade [...]

Neste contexto, insere-se a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) que, visando à ampliação das interações com a sociedade e o “fortalecimento das relações Universidade-sociedade, frente aos desafios das questões educacionais, científicas, tecnológicas, culturais e artísticas da atualidade” (UNIVERSIDADE..., 2012, p.7), atua como agente de difusão cultural, promovendo o estreitamento entre ciência e cultura, com vistas ao desenvolvimento social.

O objetivo principal da UFRGS é de oferecer a sociedade “educação superior e a produção de conhecimento filosófico, científico, artístico e tecnológico, integradas no ensino, na pesquisa e na extensão” (UNIVERSIDADE..., 2010, p. 6). Entretanto a Instituição também trabalha para promover a integração da comunidade acadêmica com a comunidade local, regional e nacional, contribuindo assim para a formação de valores humanísticos e para a melhoria da qualidade de vida. Para tanto desenvolve projetos e atividades que proporcionam condições para o acesso e fruição de bens, produtos e serviços culturais, por meio da música, do cinema, do teatro, das artes visuais, da reflexão, entre outros.

Assim a Universidade construiu uma tradição de inserção cultural junto à sociedade. Suas produções vêm se consolidando no roteiro da programação cultural do município de Porto Alegre, e outros municípios, através da realização de eventos que extrapolam o âmbito interno da Instituição, como é o caso do UNIMUSICA, projeto com 35 anos de existência, e da Ópera da UFRGS, ao conquistar premiações e o palco de outros espaços culturais fora da Universidade.

Entretanto, para que esta proposta se concretize, necessita-se ainda de recursos. Na UFRGS o financiamento aos projetos culturais corre à conta da própria Instituição, que os viabiliza através de recursos oriundos do Tesouro Nacional, disponibilizados pela Lei Orçamento Anual (LOA), e recursos diretamente arrecadados¹⁹¹. Assim a Universidade é responsável pelas despesas que envolvem a produção cultural como um todo, salvo eventuais parcerias com outros órgãos públicos ou instituições privadas.

A pesquisa que está em desenvolvimento propõe um estudo junto à memória organizacional da UFRGS no que diz respeito aos projetos culturais realizados por esta no período entre 2009 e 2015. Este artigo compreende os resultados parciais elaborados para o atendimento de um dos objetivos específicos da pesquisa: levantar as despesas executadas com a realização das atividades e projetos culturais no período 2009-2015. Este se destina a elaboração de um Relatório Técnico Financeiro¹⁹², com os dados de caráter financeiro coletados pela pesquisa, além de subsidiar a reflexão dos demais objetivos.

Para fins deste trabalho, foram investigados os eventos realizados pelo Departamento de Difusão Cultural¹⁹³ (DDC), que oferece diversificada agenda cultural, abrangendo o período de um ano; o Festival de Inverno Maré da Arte, realizado anualmente em Tramandaí, com o objetivo de reunir as experiências artísticas e culturais do Litoral Norte do Estado, com a participação da Universidade junto a comunidade local; e a Ópera da UFRGS, que é um projeto realizado por professores e alunos dos Departamentos de Música, Arte Dramática e Artes Visuais do Instituto de

¹⁹¹ Os recursos diretamente arrecadados provêm dos produtos e serviços que geram receita para Universidade, tais como cursos de especialização *latus sensu*, análises laboratoriais, alugueis, taxas, e outros serviços.

¹⁹² Relatório Técnico Financeiro é o produto final, confeccionado em atendimento as exigências legais do Mestrado Profissional em Memória Social e Bens Culturais, de apresentação de um produto vinculado a área de atuação do aluno e com aplicabilidade em seu ambiente profissional.

¹⁹³ Os projetos e atividades realizados anualmente pelo DDC, serão analisados no conjunto formado pelos: Unimúsica (shows musicais), Unifoto (fotografia), Sala Redenção (cinema), Vale Doze e Trinta (música), Projeto Itinerância (exposições), Projeto Percorso do Artista (exposições), Projeto Conferências UFRGS (debate e reflexão), Observatório da Economia Criativa (divulgação do tema), Projeto Interlúdio (recitais de estudantes), Festival de Violão da UFRGS (VII Edição), entre outros.

A Agende Cultural do DDC está disponível em:
www.ufrgs.br/difusaocultural/programacao.php

Artes da UFRGS, onde são montados espetáculos de óperas diferentes a cada ano. Estas produções culturais “têm se consolidado como um pólo de oferta de programações culturais de Porto Alegre e de outros municípios” (UNIVERSIDADE..., 2015, p.18).

2. Memória Organizacional: conceituação

Em uma organização a memória pode ser um instrumento que propicia o compartilhamento do conhecimento. O conceito de memória organizacional indica, antes de tudo, a acumulação, preservação e circulação desse conhecimento (FREIRE, 2012).

Nesse sentido, a memória organizacional é responsável por capturar, organizar, divulgar e reutilizar o conhecimento criado pelos trabalhadores dentro de uma instituição, além de traduzir sua cultura e identidade, para os indivíduos que a compõem e a sociedade na qual se insere, constituindo-se em um dos seus patrimônios (ROWLINSON et.al., 2010).

No caso da UFRGS, a memória organizacional relaciona-se com as características de uma instituição pública. No desenvolvimento de suas competências institucionais, a Instituição funciona sob um conjunto de regramentos, que são geradores permanentes de documentos. Desta forma, a Universidade produz um acervo documental constitutivo de sua memória organizacional, registrado e formalizado em normas e procedimentos de trabalho, manuais corporativos, projetos, relatórios, repositórios e bancos de dados.

Mas a memória organizacional não é apenas isso. Para além de documentos, uma organização dispõe de conhecimentos gerados pelas experiências dos seus colaboradores. Segundo Melgar et.al. (2011, p.3), trata-se de um conhecimento tácito,

“[...] os trabalhadores usam diversas “memórias”, distribuídas de forma complexa, interligadas e às vezes sobrepostas [...] em algumas partes da tarefa fazem uso da sua memória individual outras da memória do grupo e em outras da memória da organização [...]”

Uma vez que é capaz de reter o conhecimento de uma organização, a memória organizacional não se limita a um simples repositório Nilakanta¹⁹⁴ et.al. (2006 *apud* FREIRE et.al., 2012, p.44) argumenta que a memória organizacional

[...] pode ser entendida como conhecimento corporativo que representa experiências prévias, arquivadas e compartilhadas pelos usuários. É constituída por um conhecimento explícito (arquivos guardados, como manuais corporativas e banco de dados) e conhecimento tácito (como intuição, opiniões e experiência), abrangendo aspectos funcionais, técnicos e sociais de trabalho, do trabalhador e do ambiente de trabalho.

Em sua proposição, a pesquisa está acessando informações que se verificam nas atividades organizacionais da UFRGS e, igualmente, no conhecimento não registrado, que está com o grupo de indivíduos envolvidos nas atividades inerentes a produção dos eventos, uma vez que o

[...] conhecimento também está na experiência das pessoas, na criatividade, nas formas de fazer e de trabalhar, nos hábitos, nas habilidades para as tarefas do dia a dia, no poder de inovação [...] mas que não se fixa em nenhum registro, não se transforma em documento. Por isso é um conhecimento volátil, que se perde rapidamente ou permanece escondido “na cabeça” daquele que o detém. Ao registrar a memória oral de seus funcionários, as instituições produzem um registro fixo de uma parte desse conhecimento, que permite seu acesso futuro. (PAZIN, 2013, p.75).

No âmbito da Universidade, foram explorados documentos que compõem sua memória organizacional, preservados e mantidos pela Instituição, gerados e retidos nos processos através dos quais tramitam internamente seus documentos oficiais. Além de seus bancos de dados e sistemas operacionais e de informação, tanto internos como externos, a pesquisa está utilizando ainda o conteúdo disponível em informativos, jornais, revistas e vídeos da instituição, entre outros.

¹⁹⁴ NILAKANTA, S; MILLER, L. L.; ZHU, D. Organizational Memory Management: Technological and Research Issues. *Journal of Database Management*, v. 17, n. 1, p. 85, ABI/INFORM Global, Jan-Mar 2006.

3. As múltiplas definições de cultura

A cultura permeia a trajetória da existência humana, sendo o produto do trabalho e da convivência social do homem. Configurando-se no modo de vida de uma sociedade, a cultura compreende a sua produção, material e imaterial, dos simples objetos às complexas idéias, resultantes do processo de educação e da criatividade humana (FONSECA, 2005). Seu significado, na vida em sociedade, corresponde, de forma ampla, ao “[...] conjunto das representações, dos valores, das normas, dos modelos de comportamento, dos rituais e das práticas codificadas e que estão presentes num determinado contexto” (ROSA, 2009, p.129).

O termo cultura tem origem no verbo latino *culture*, que significa o cultivo e o cuidado com a terra, e “como cultivo, a cultura era concebida como uma ação que conduz a plena realização das potencialidades de alguma coisa ou de alguém; era fazer brotar, frutificar, florescer e cobrir de benefícios” (CHAUI, 2008, p. 55). Desta forma, entendeu-se o cultivo também, como educação e formação erudita, daí a origem da expressão “pessoas cultas”.

As definições de cultura, constantes em publicações e relatórios da UNESCO, incorporam às artes e à literatura, outros aspectos relevantes à vida do ser humano. O conceito, pela sua abrangência e funcionalidade, é adotado mundialmente por inúmeros organismos, inclusive pelo governo brasileiro (SILVA, 2012), e consiste no

[...] conjunto dos traços distintivos, espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social e que abarca, para além das artes e das letras, os modos de vida, os direitos fundamentais do ser humano, os sistemas de valores, as tradições e as crenças. (UNESCO, 2009, p.4).

Botelho (2001) destaca as duas dimensões da cultura, a antropológica e a sociológica. Para autora são igualmente importantes, embora sua distinção seja fundamental, na medida em que vão demandar políticas públicas diferenciadas. Assim a escolha entre adotar um conceito mais abrangente, ou mais delimitado, definirá a estratégia de atuação, uma vez que estão diretamente relacionadas ao contexto o qual se inserem. A

dimensão antropológica da cultura está estabelecida nas rotinas de um indivíduo, e se produz através das suas relações sociais. Ao interagir com a sociedade, este elabora sua maneira de pensar, sentir e agir, forma seus valores, e constrói sua identidade.

Na dimensão sob o ponto de vista sociológico, a cultura não se limita ao cotidiano individual, e está situada em um âmbito especializado, sobretudo econômico, que se refere à produção, distribuição e consumo de bens e serviços, práticas de arte e suas obras, atividade intelectual e entretenimento. Neste ponto de vista, a cultura compõe um sistema de produção cultural, que se tornou significativo para o desenvolvimento das nações, na medida em que contribui para geração de emprego e renda, e movimenta com suas atividades uma cadeia produtiva em expansão.

A abrangência do conteúdo das definições propostas pelos autores citados, para a formulação de um conceito de cultura, condiciona o universo de ações e produtos culturais a serem desenvolvidos e oferecidos pela UFRGS, e define o tipo de atividade que a Instituição entende por cultural.

Metodologia

A pesquisa, que se encontra em andamento, utiliza-se da abordagem metodológica mista: qualitativa e quantitativa. A complementaridade, possibilitada pela utilização tanto de métodos quantitativos quanto qualitativos, permite uma compreensão mais eficaz do objetivo de pesquisa. Ao associar os dois métodos, concorda-se em que “as relações sociais possam ser analisadas em seus aspectos mais ‘ecológicos’ e ‘concretos’ e aprofundados em seus significados mais essenciais (MINAYO e SANCHES, 1993, p.247).

Para o levantamento dos dados financeiros referentes às despesas executadas com a realização das atividades culturais foi utilizada a abordagem quantitativa, através da aplicação de técnicas da estatística descritiva. A organização das informações teve o objetivo de sintetizar uma série de valores, a fim de descrever e avaliar o conjunto de dados coletados, tendo em vista que a estatística descritiva “compreende o

manejo dos dados para resumi-los ou descrevê-los, sem ir além, isto é, sem procurar inferir qualquer coisa que ultrapasse os próprios dados” (FREUND; SIMON, 2000 *apud* DIEHL, 2007, p.3).

A pesquisa se desenvolveu no âmbito da UFRGS, e para fins de análise de dados, limitou-se a amostra aos: projetos culturais do DDC; projeto Festival de Inverno Maré de Arte; projeto Ópera da UFRGS.

A coleta das informações financeiras foi realizada através do acesso aos registros constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira da União (SIAFI), no Sistema de Empenhos da PROPLAN, nos processos de pagamento arquivados no Departamento de Contabilidade e Finanças (DCF) da Universidade, no Sistema de Convênios (SICONV), Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP), nos Relatórios de Gestão entre 2009 e 2015, além das planilhas financeiras produzidas e armazenadas pelo Departamento de Programação Orçamentária (DPO) da PROPLAN.

As informações financeiras coletados referem-se aos elementos de despesas¹⁹⁵ relacionados no Quadro 1. O levantamento não inclui as despesas referentes ao pagamento de pessoal servidor da UFRGS, energia, água, telefonia, pessoal terceirizado, segurança, limpeza, e nem estima os valores que corresponderiam à utilização do espaço físico e dos equipamentos culturais.

Quadro 1 – Tipo de despesa coletada pela pesquisa

Elemento de Despesa	Descrição
339018	Auxílio Financeiro a Estudantes
339030	Material de Consumo
339032	Material de Distribuição Gratuita
339033	Passagens e Despesas com Locomoção
339035	Serviços de Consultoria
339036	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa

¹⁹⁵ A classificação orçamentária das despesas relacionadas refere-se à categoria econômico 3-Despesas Correntes; ao grupo 3-Outras despesas correntes; a modalidade de aplicação 90-Aplicações diretas; e aos elementos de despesas conforme informa o Quadro XX.

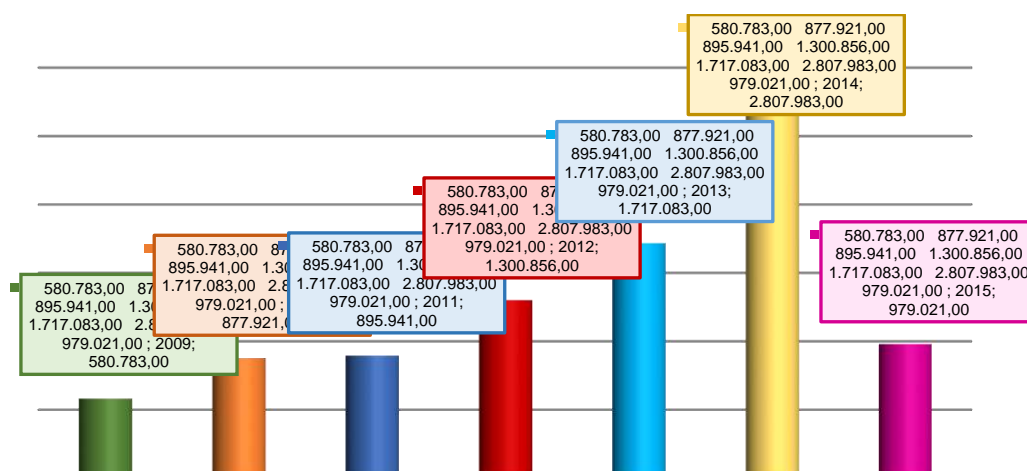
	Física
339037	Locação de Mão-de-Obra
339039	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Fonte: SIAFI 2009-2015; Nota: Elaborado pela autora

4. Dados preliminares referentes às despesas com a realização das atividades de difusão cultural na UFRGS entre 2009 e 2015

Após a compilação dos dados financeiros relativos às despesas executadas com os projetos culturais entre 2009 e 2015, verificou-se que a despesa total no período foi de R\$ 9,370 milhões. Os recursos foram executados com a contratação de serviços técnicos, de pessoa jurídica e física, materiais de consumo diversos, pagamento de cachês, passagens e hospedagem, serviços gráfico, bolsas para estudantes, entre outros.

Figura 1 – Despesa com a realização dos projetos culturais da UFRGS - 2009 e 2015



Fonte: Sistema de Planejamento e Administração da UFRGS 2009-2015; SIAFI 2009-2015.

Nota: Elaborado pelas autoras

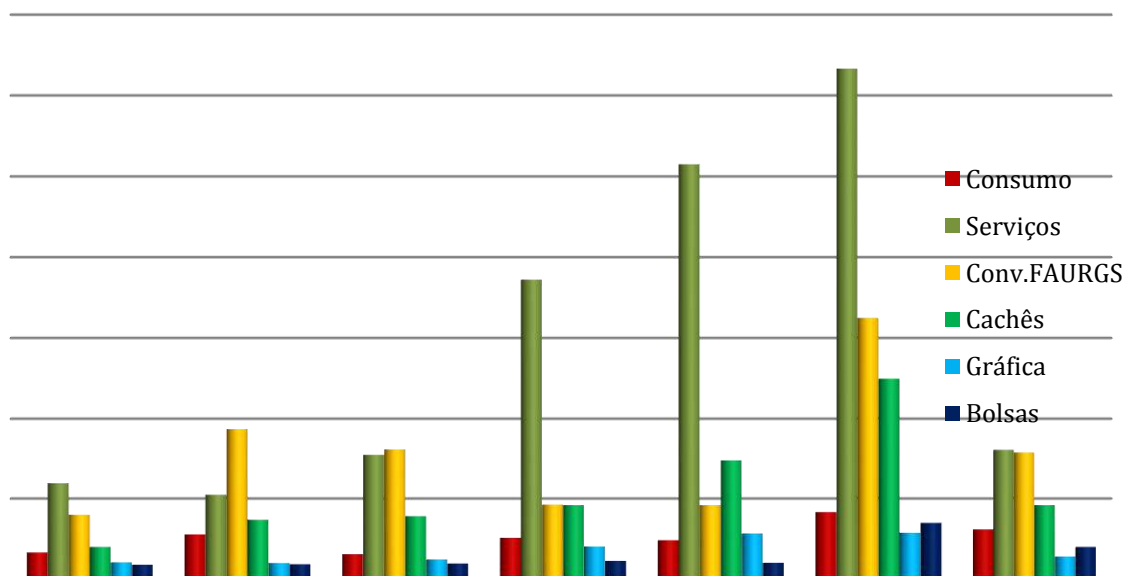
Através da análise preliminar constatou-se um aumento das despesas de 480% entre 2009 e 2014, variando de R\$ 580 mil em 2009

para R\$ 2,807 milhões em 2014. O período inclui o ano das comemorações do aniversário de 80 anos da UFRGS, em 2014, cujos gastos com eventos tiveram um aumento de 70% em relação ao ano anterior. No ano de 2015 a despesa apresentou uma queda de 63% em relação ao ano anterior em decorrência dos cortes no orçamento daquele ano, ficando reduzida para R\$ 979 mil.

Dentre as despesas, os serviços totalizaram R\$ 6,816 milhões, representado 72% do total. Entre estas se destacam as referentes aos serviços gráficos, com R\$ 483 mil, serviços técnicos de sonorização e iluminação de espetáculos, com R\$ 783 mil, e hospedagem e alimentação, com R\$ 543 mil.

Os cachês pagos a artistas e palestrantes, no valor de R\$ 1,507 milhões, corresponderam a 17% do total das despesas entre 2009 e 2015, e as de consumo abrangeram 13%, totalizando R\$ 1,087 milhões. A Figura 2 apresenta de forma comparativa as despesas do período.

Figura 2 – Despesas realizadas com os projetos culturais entre 2009 e 2015



Fonte: Sistema de Planejamento e Administração da UFRGS; SIAFI.

Nota: Elaborado pelas autoras

Considerações finais

A organização das informações financeiras teve o objetivo de demonstrar o comportamento da despesa executada com a realização de atividades culturais pela UFRGS entre 2009 e 2015. Esta possibilitou algumas constatações preliminares.

Observa-se dois momentos atípicos no período analisado pela pesquisa, um foi o incremento das atividades por ocasião das comemorações dos 80 anos da Universidade, com o conseqüente crescimento acentuado das despesas em 2014, como podemos constatar na Tabela 1. Outro seria em 2015, devido a contenção de despesas determinado pela administração central da UFRGS, em conseqüência do contingenciamento de despesas do Governo Federal, afetou diretamente a realização das atividades previstas, com a suspensão de alguns dos projetos mais dispendiosos, ocasionando uma queda de 63% nas despesas deste ano.

O levantamento constatou que a despesa anual com a realização de eventos culturais pela Universidade, correspondeu em média a 0,6% do seu Orçamento de Custeio e Capital¹⁹⁶ (OCC) no período 2009-2015. Assim que a análise dos dados irá subsidiar a reflexão proposta pela pesquisa, na medida em que a disponibilidade de recurso é um critério para tomada de decisão dos gestores. Haja vista que o fomento à difusão cultural está intrinsecamente relacionado à questão dos recursos, que é condição essencial para o acontecimento de toda e qualquer atividade cultural realizada pela Universidade.

Referências

BOTELHO, Isaura. Dimensões da cultura e políticas públicas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.15, n.2, p. 73-83, 2001. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392001000200011>>. Acesso em 15 jan. 2016.

¹⁹⁶ No período analisado o OCC totalizou R\$ 1,549 bilhões e as despesas R\$ 9,370 milhões. Orçamento de Custeio e Capital não inclui gastos com folha de pagamento de pessoal, refere-se somente aos recursos destinados às despesas discricionárias, para as quais a Universidade tem autonomia de decisão, observando as normas legais que disciplinam os gastos públicos.

CHAUI, Marilena. **Cidadania cultural**: o direito à cultura. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

_____. Cultura e democracia. **Crítica y Emancipación**: Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Buenos Aires, v. 1, n.1, p. 53-76, jun. 2008. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/CyE/cye3S2a.pdf>>.

Acesso em: 22 jan. 2016.

DIEHL, C. A.; SOUZA, M. A.; DOMINGOS, L. E. C. O uso da estatística descritiva na pesquisa em custos: Análise do xiv congresso brasileiro de custos. **ConTexto**, Porto Alegre v. 7, n. 12, 2º semestre 2007. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/ConTexto/article/viewFile/11157/6605>>.

Acesso em: 20 fev. 2016.

FONSECA, Marcos A. Política cultural: refletindo sobre princípios e diretrizes. **Revista Visões**, Macaé, RJ; v. 1, n. 1, jul./dez. 2005. Disponível em: <http://www.fsma.edu.br/visoes/ed01/Ed01_Artigo_2_Marcos.pdf>.

Acesso em: 01 fev. 2016.

FREIRE, P. et al. Memória organizacional e seu papel na gestão do conhecimento. **Revista Ciências da Administração**, Florianópolis, v.14, n.33, p.41-51, ago. 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5007/2175-8077.2012v14n33p41>>. Acesso em: 7 jan. 2016.

MELGAR, Héctor, et.al. A Memória Organizacional no Contexto da Engenharia do Conhecimento. DataGramZero. **Revista de Informação**. v.12 n.3 ago/11.

Disponível em: <file:///C:/Users/vander/Documents/MEMO%20ORG%20-%20DISSERTA%C3%87%C3%83O%20-%20Roberto%20Pacheco.html>

Acessado em 22/05/2016.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). et al. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 34 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

MINAYO, M. C.; SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementariedade?. **Caderno de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, 1993. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-11X1993000300002&script=sci_arttext>. Acesso em: 22 fev. 2016.

PAZIN, Marcia. Memória e Conhecimento. In.: CENTROS de memória: manual básico para implantação. São Paulo: Itaú Cultural, 2013. p. 75

ROSA, Flavia Goulart M.G. Políticas culturais na Universidade Federal da Bahia e a disseminação da sua produção científica. In.: PORTO, CM., (Org.) **Difusão e cultura científica**: alguns recortes. Salvador: EDUFBA, 2009. Disponível

em:<<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/125/1/Difusao%20e%20cultura%20cientifica.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2016. p. 127-147

ROWLINSON, Michel et al. Social Remembering and Organizational Memory. **Organization Studies**, Los Angeles, v.3, n.1, p. 69-87, 2010. Disponível em: < <http://oss.sagepub.com/content/31/1/69.abstract>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

SILVA, Luiz Fernando. **Unesco, cultura e políticas culturais**. XV Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste e Pré-Alas Brasil. Terezinha: UFPI, 2012. Disponível em http://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2012/trabalhos/7082_Da%20Silva_Luiz%20Fernando.pdf. Acesso em 22/10/2015.

UNESCO. **UNRIC - Centro Regional de Informações das Nações Unidas**. Disponível em: <<http://www.unric.org/pt/actualidade/31470-a-cultura-deve-ser-integrada-na-agenda-de-desenvolvimento-sustentavel-pos-2015-defendem-altos-funcionarios-da-onu>>. Acesso em: 16 jan. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2011-2015 (PDI)**. Porto Alegre: UFRGS, 2010. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/ufrgs/a-ufrgs/plano-de-gestao>>. Acesso em: 11 de agosto de 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Plano de Gestão 2012-2016**. Porto Alegre: UFRGS, 2012a. Disponível em:<<http://www.ufrgs.br/ufrgs/a-ufrgs/plano-de-gestao>>. Acesso em 11 de agosto de 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Política de Extensão**. Decisão nº 266/2012 do CONSUN. Porto Alegre: UFRGS, 2012b.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Proposta do Plano de Cultura da UFRGS.** Edital Mais Cultura nas Universidades. Porto Alegre: UFRGS, 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Relatório Difusão Cultural 2014.** Porto Alegre: UFRGS, 2015.

DIVERSIDADE CULTURAL COMO PRÁTICA DE ECONOMIA DA CULTURA E DESENVOLVIMENTO

ANDREA BENITES¹⁹⁷

MARGARETE PANERAI ARAUJO¹⁹⁸

Resumo- O presente artigo tem como principal objetivo descrever os conceitos entre economia da cultura e economia criativa, relacionando-o com a diversidade cultural através do acesso à universidade pública a partir do PEC-G. A metodologia desse é puramente bibliográfica abordando os conceitos citados e avaliando documentos a partir do Programa. A pesquisa maior está sendo desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais do Centro Universitário La Salle, Canoas/RS. Infere-se que a política de acesso ao ensino superior, através do PEC-G, se constitui em várias dimensões simbólica, ou cultural, social e econômica de mudança dos sujeitos envolvidos constituindo-se em um exemplo e como oportunidade de desenvolvimento para os seus países envolvidos.

Palavras-chave: economia da cultura, diversidade cultural, PEC-G.

Abstract: This article aims to describe the concepts of economy of culture and creative economy, linking it to cultural diversity through access to public university from the PEC- G. The methodology that is purely literature addressing the above concepts and evaluating documents from the program. Most research is being developed by the Graduate Program in Social Memory and Cultural Heritage of the University Centre La Salle, Canoas / RS. Infers that the access policy to higher education, through the PEC- G, constitutes several symbolic dimensions or cultural change social and economic of the subjects involved thus becoming an example and as a development opportunity for its countries involved

Keywords: economy of culture, cultural diversity, PEC- G.

Introdução

Na atualidade, longe de uma visão estática, se referir à cultura significa dizer que ela possui muitas abordagens e vem se transformando ao longo dos tempos. Vários aspectos podem dar novos contornos à cultura

¹⁹⁷ Mestranda em Memória Social e Bens Culturais pelo UNILASSALE. Bacharel em Comunicação Social – ênfase em Relações Públicas pela UFRGS. Especialização em Gestão Universitária – UFRGS e em Marketing – UFRGS. E-mail: andrea@prograd.ufrgs.br.

¹⁹⁸ Pós Doutora em Administração Pública e de Empresas em Políticas e Estratégias pela FGV/EBAPE/RJ (2013); e Pós Doutora em Comunicação Social, Cidadania e Região pelas Cátedras UNESCO e Gestão de Cidades na UMESP (2010); Doutorado em Comunicação Social pela PUCRS (2004); É professora e pesquisadora da linha de pesquisa em Memória e Gestão Cultural, vinculada ao Programa de Mestrado Profissional em Memória Social e Bens Culturais (UNILASALLE); e-mail: mpanerai@terra.com.br

de povos e nações, dentre eles, novos hábitos e costumes decorrentes das novas necessidades contemporâneas e que acabam por modificar comportamentos sociais, da mesma forma, que isto pode ocorrer através da aculturação de uma sociedade decorrente da interação entre diferentes sujeitos neste mundo cada vez mais globalizado.

Ao longo desta última década, o inter-relacionamento entre a economia e a cultura veio ganhando espaço e relevância estratégica de fomento à economia da cultura e o reconhecimento da importância do setor para o desenvolvimento, geração de trabalho e renda. A dimensão econômica da cultura foi sendo ampliada a partir de um novo foco em relação aos produtos culturais. Segundo relatório da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento UNCTAD (2010), o conceito de “produtos culturais” pode ser articulado quando a noção de “cultura” é aceita, seja em seu sentido antropológico ou funcional. Pode-se argumentar, por exemplo, que produtos e serviços culturais, tais como trabalhos artísticos, performances musicais, literatura, filmes, programas de televisão e videogames compartilhem das mesmas características: sua produção demanda alguma contribuição da criatividade.

No escopo da economia da Cultura, as indústrias culturais na UNESCO, são tidas como aquelas que “combinam a criação, produção e comercialização de conteúdos intangíveis e culturais por natureza. Esses conteúdos são tipicamente protegidos por direitos autorais e podem assumir a forma de produtos e serviços.” Essa natureza dupla – combinando o cultural e o econômico - proporciona às indústrias culturais um perfil distinto. Outras dimensões, que não só a econômica, devem ser articulados para o contexto de transformações sociais e culturais em busca do desenvolvimento. Segundo Miguez (2009):

Não se pode, tão somente, buscar o desenvolvimento tendo como eixo principal o crescimento econômico, nesse caso, assentado no estímulo às atividades produtivas ligadas à cultura. Muito pelo contrário, uma relação entre cultura e desenvolvimento que pretenda avançar na direção de uma nova compreensão do que deva ser desenvolvimento torna imperativa a necessidade da criação de condições propícias ao aumento da diversidade das manifestações culturais e

a promoção da inclusão, simultaneamente cultural, social e econômica, de novos e múltiplos agentes criadores (MIGUEZ, 2009, p. 2).

Diante disso, como a educação e a própria ecologia dos saberes vem se transformando em um produto cultural? É possível um processo de conhecimento de diferentes saberes para oportunizar uma inclusão junto a pessoas de baixo poder aquisitivo? Diante de tantas perguntas é possível formular uma problemática. Neste sentido, o presente artigo objetiva verificar como a economia da cultura e a ecologia dos saberes vem se relacionando na universidade pública, tendo em vista os diferentes programas do governo que oportunizam o acesso à educação?

Cabe salientar, que este artigo se justifica ainda pelo fato de trazer elementos importantes para uma pesquisa maior que está sendo desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais do Centro Universitário La Salle, Canoas/RS intitulada, provisoriamente, como Memória dos estudantes PEC-G na UFRGS: Oportunidade de construção de uma Ecologia dos Saberes na Universidade. O artigo está dividido nessa introdução, no referencial teórico, metodologia e algumas reflexões sobre a problemática proposta.

Cultura e suas variações: Economia da Cultura e Economia Criativa

A cultura de um indivíduo inicia através da família que lhes repassa seus valores, costumes, hábitos, crenças, regras, símbolos através dos quais os sujeitos vão se inserindo na sociedade. Esses, por sua vez, vão se transformando através da interação do sujeito com a sociedade ao longo do tempo. Na dimensão antropológica, como reforça Botelho (2001, p. 81),

[...] a cultura se produz através da interação social dos indivíduos, que elaboram seus modos de pensar e sentir constroem seus valores, manejam suas identidades e diferenças e estabelecem suas rotinas. Desta forma, cada indivíduo ergue à sua volta, e em função de determinações de tipo diverso, pequenos mundos de sentido que lhe permitem uma relativa estabilidade.

Economia da cultura, por sua vez, hoje vem transformando e ampliando o seu escopo conceitual através de muitas abordagens sobre o

que realmente contempla a economia da cultura e seus impactos econômicos e sociais. A discussão sobre o seu conceito é muito antiga e sua disciplina dentro da economia remonta à década de 60. De acordo com o Relatório da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD 2010) a Economia da Cultura é

[...] a aplicação de análise econômica à todas as artes criativas e cênicas e às indústrias patrimoniais e culturais, sejam de capital aberto ou fechado. Ela se preocupa com a organização econômica do setor cultural e com o comportamento dos produtores e consumidores e governos nesse setor (UNCTAD, 2010, p. 5).

No Brasil e diversos países através de seus órgãos públicos nacionais e internacionais, instituições acadêmicas, órgãos de fomento à cultura, vem se apropriando da economia da cultura, trazendo suas definições próprias, aproximando-a de outro conceito, o de economia criativa, utilizando-os como ferramentas estratégicas de desenvolvimento social e de crescimento econômico de seus países.

Numa perspectiva da contribuição da criatividade na produção cultural Deheinzelin (2008) por trabalhar no contexto hemisfério sul e com foco em desenvolvimento local e sustentável, tem adotado o termo “Economia Criativa” justificando o uso por diversas razões que, dentre elas, reside “ no fato de ser um conceito mais inclusivo – e inclusão é nossa questão chave”. Ainda, acrescenta mais um motivo pelo qual a Economia Criativa lhe agrada que é o fato dela “atuar em dois ecossistemas que são Economia para o ecossistema tangível, ambiental mensurável quantitativamente e criativa para o ecossistema intangível, cultural, mensurável qualitativamente” (DEHEINZELIN, 2008, p.6).

O princípio norteador da economia criativa brasileira exposto no Plano Nacional de Economia Criativa (2011), já apontava a necessidade de se ultrapassar conceitos isolados, permitindo que a economia criativa se transformasse em um processo mais articulado e integrado a outros vetores que considerassem a “importância da diversidade cultural do país” sobre a “percepção da sustentabilidade como fator de desenvolvimento local e regional”; a importância da inovação como vetor de

desenvolvimento da cultura e das expressões de vanguarda” e, ainda, “inclusão produtiva” como sustentação de uma “economia cooperativa e solidária” (MINC, 2011, p. 33). Notou-se no texto da autora Deheinzelin, (2008) que o mundo oportuniza a todos um consumo da experiência que está na base da economia no séc. XXI. O universo da experiências e das transformações apresenta um enorme potencial e retoma conceitos do capitalismo de que existem negócios da cultura e a culturalização dos negócios.

Portanto foi no Plano Nacional da Cultura (2010), que esta lógica poderia mudar, visto que tem por finalidade o planejamento e implementação de políticas públicas de longo prazo (até 2020) voltadas à proteção e promoção da diversidade cultural brasileira, também aborda a “economia criativa”, definindo como sua meta 7 “Mapear as cadeias produtivas de todos os segmentos da “economia criativa” e define que este

é um setor estratégico e dinâmico, tanto do ponto de vista econômico como social. Suas atividades geram trabalho, emprego, renda e inclusão social. A economia criativa é composta das atividades econômicas ligadas aos segmentos – de acordo com definição da Unesco – como patrimônio natural e cultural, espetáculos e celebrações, artes visuais e artesanato, livros e periódicos, audiovisual e mídias interativas e design e serviços criativos. Cada segmento cultural tem uma ou mais cadeias produtivas, isto é, sequências de etapas de produção até que o produto esteja pronto e colocado à venda. As etapas podem ser realizadas por diferentes agentes econômicos, sempre relacionados uns com os outros como elos de uma corrente. Quando se observam a economia e as cadeias produtivas, podem-se destacar as potencialidades dos segmentos culturais para ganhos econômicos e sociais (PNC, 2010, p. 29).

Dentre esses ganhos sociais, podemos inserir a criatividade e a inovação para as quais a presença da diversidade cultural contribui sobremaneira para essa cadeia criativa. A criatividade, o talento, as habilidades individuais, são características e base das indústrias criativas, segundo definição do Departamento de Cultura, Mídia e Esporte do Reino

Unido (DCMS 2005, s.p.). “As indústrias Culturais também tem potencial para a criação de renda e empregos por meio da geração e exploração da Propriedade Intelectual”. Neste setor estão inseridas a “propaganda e arquitetura, mercados de arte e antiguidades, artesanato, design, moda, filme e vídeo, *software* de lazer, artes performáticas, edição, jogos de computador, televisão e rádio”

Para Deheinzelin, (2008) como visto anteriormente, o caráter inclusivo é uma questão chave da Economia Criativa e aponta, dentre vários outros motivos pelos quais isto é possível, que o “foco é em desenvolvimento e não no mero crescimento econômico”, que oportuniza “Inclusão dos saberes e fazeres tradicionais” e é “baseada na diversidade cultural”. Visando proteger e promover a diversidade das expressões culturais, garantindo a sua preservação e a valorização, a Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura, celebrou em 2005 a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais. Um dos seus princípios, o do “desenvolvimento sustentável” aponta que

A diversidade cultural constitui grande riqueza para os indivíduos e as sociedades. A proteção, promoção e manutenção da diversidade cultural é condição essencial para o desenvolvimento sustentável em benefício das gerações atuais e futuras (UNESCO, 2005, s.p.).

Há um caminho longo a ser trilhado neste sentido, desde o aperfeiçoamento de informações e coleta de dados a respeito do que se está produzindo culturalmente e de que forma o seu acesso está sendo democratizado, até o incremento de políticas públicas e privadas que fomentem e incentivem à cultura. No Brasil, há iniciativas através do Ministério da Cultura e através de Lei de Incentivo à cultura (Lei Rouanet e Lei do Audiovisual) como alternativa de fomentar e apoiar tanto à produção cultural quanto a sua difusão.

Metodologia

Visando atingir os objetivos propostos deste trabalho, o caminho metodológico percorrido em função de suas características foi o de

Pesquisa bibliográfica. De acordo com Prodanov e Freitas (2013), o estudo bibliográfico se consolida quando é elaborada:

A partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, material cartográfico, internet, com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo material já escrito sobre o assunto da pesquisa. Em relação aos dados coletados na internet, devemos atentar à confiabilidade e fidelidade das fontes consultadas eletronicamente (PRODANOV E FREITAS, 2013, p 48).

Quando uma pesquisa é realizada exclusivamente com dados secundários é chamada de pesquisa bibliográfica. Segundo Prodanov e Freitas (2013) são chamados dados secundários por se tratarem de “dados de segunda-mão”, que indica que são dados disponíveis e que não foram coletados especificamente para o nosso trabalho em particular. O presente artigo faz uso apenas de dados disponíveis ao público em geral. Assim, segue a reflexão sobre os documentos tendo por base o referencial utilizado.

Discussão dos dados: no contexto da cultura (economia/criatividade) e do desenvolvimento do papel da extensão na Universidade Federal do Rio Grande do Sul

As Universidades, especificamente as públicas, tem um papel muito importante nesta relação de cultura e desenvolvimento, numa perspectiva integrada. Elas oportunizam aos sujeitos que pertencem a ela ou que pertencem à comunidade em geral, onde as mesmas estão inseridas, um aporte significativo de Programas, Projetos e Ações direcionados ao fomento e desenvolvimento da cultura local, nacional e internacional. Exemplo dessa relação com a comunidade local e com a sociedade em geral, são as inúmeras atividades culturais, sociais, de desenvolvimento e de valorização da diversidade na Universidade, que a UFRGS desenvolve através de sua Pró-Reitoria de Extensão e através das Unidades Acadêmicas, ao longo do ano. Com objetivo de verificar a relação da economia da cultura e a ecologia dos saberes na universidade pública

buscou-se através dessa reflexão analisar rapidamente a relação que se estabelece na UFRGS tendo em vista os diferentes programas do governo que oportunizam o acesso à educação. Nesse sentido a UFRGS, para além das atividades culturais nos campos do cinema, da música, das artes visuais, do teatro, da dança, somadas às reflexões técnicas e científicas, a

Extensão Universitária na UFRGS realiza uma intensa atividade educativa, social e inclusiva com programas comprometidos com a diversidade das diferentes comunidades do Rio Grande do Sul; uma permanente atuação junto aos movimentos sociais, comunidades tradicionais, educação do campo e das relações étnico-raciais e a formação permanente de professores da rede pública. [...] (PROEXT, 2012, s.p.).

Esta linha de atuação da Extensão da UFRGS vai ao encontro do que Boaventura (2011) expõe quando diz que,

as atividades de extensão devem ter como objetivo prioritário, sufragado democraticamente no interior da Universidade, o apoio solidário na resolução dos problemas da exclusão e da discriminação sociais e de tal modo que nele se dê voz aos grupos excluídos e discriminados (BOAVENTURA, 2011, p. 74).

Pelo lado acadêmico, um dos programas institucionalizado na UFRGS que interage com diversas realidades sociais e grupos étnicos de culturas de diferentes países, estão focados nos estudantes do Programa de Estudantes Convênio da Graduação PEC-G/ UFRGS que, antes mesmo de se falar em internacionalização das Universidades, a UFRGS já participava como resultante de um Acordo de Cooperação Cultural e Educacional entre o Brasil e os Países em desenvolvimento, dentre os quais os países Africanos, Latino-americanos, Caribenhos e Asiáticos.

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) é parceira do Programa desde 1965, já tendo recebido mais de mil estudantes, ao longo desses 50 anos, oriundos de diversos países que envolvem a África, a América Latina e Caribe. Até o semestre 2015/2, estavam matriculados nos cursos de graduação da UFRGS 51 estudantes, sendo 64% deles de países do continente africano, com predominância para Guiné-Bissau. O total de diplomados desde 1973/1 até 2015/1 foram 638 estudantes (media

de 15 diplomações ao ano).

O PEC-G é coordenado pelos Ministérios da Educação (MEC) e de Relações Exteriores (MRE), em parceria com as Instituições de Ensino Superior do Brasil (IES) públicas e privadas, através de uma Coordenação Institucional na UFRGS.

Considerações Finais

Este Programa se constitui em uma Política Pública de Estado de cooperação cultural e de educação inclusiva de acesso ao ensino superior em cooperação com países em desenvolvimento, oriundos do continente africano, da América Latina, do Caribe e da Ásia. Os estudantes que ingressam tanto nas demais Universidades do Brasil, quanto na UFRGS são predominantemente do continente africano, detentores dos menores índices de desenvolvimento humano (IDH). Respondendo a pergunta, inicialmente proposta, é possível identificar como a economia da cultura e a ecologia dos saberes se relacionam na universidade pública tendo em vista os diferentes programas do governo que oportunizam o acesso à educação.

Assim a relevância desse Programa é reforçada pela UNESCO (2009, s.p.) “a cooperação internacional na educação superior deve basear-se na solidariedade e no respeito mútuo, e na promoção de valores humanísticos e diálogo intercultural”. O PEC-G se propõe a oportunizar o acesso ao ensino superior a estudantes que, em muitos países como é o caso dos africanos, não possuem instituições de ensino superior públicas que oportunizem que a sociedade que lá vive, possa ascender social, cultural e economicamente através de formação em nível superior. A UNESCO destaca que diversidade cultural constitui grande riqueza para os indivíduos e as sociedades. A proteção, promoção e manutenção da diversidade cultural é condição essencial para o desenvolvimento sustentável em benefício das gerações atuais e futuras (UNESCO, 2005, s.p.).

A execução deste acordo de cooperação educacional e cultural se concretiza com a contribuição de todos os brasileiros, na medida em que

as vagas nas Universidades públicas são gratuitas, mas o custo não é zero. Existe um custo aluno que aparentemente não é visibilizado, pois não há uma taxa a ser paga. Então, o que existe de tão mágico nesta cooperação já que o investimento econômico é apenas unilateral? O que o Brasil ganha com isso? No Plano Nacional a Cultura (2011), o Ministério trabalha a concepção de cultura articulada a três dimensões que são a simbólica, cidadã e econômica, conforme já foi apresentado. O Brasil ganha a riqueza da diversidade cultural, que vem para o nosso País, através desses estudantes, que estão nas Universidades brasileiras, nas cidades, na comunidade, com as quais se convive diariamente e que, muitas vezes, a importância dessas relações não são percebidas. O fato é que estas relações podem ser potencializadas cujos resultados culturais e criativos podem ser inesgotáveis. Isso é ecologia dos saberes conforme Boaventura.

O caminho para que se oportunize a contrapartida desses estudantes, ao Brasil, deve ser proporcionado e fortalecido pelas Universidades. É necessário garantir que suas expressões e manifestações culturais, suas histórias, vivências, aprendizagens, a pluralidade de pensamentos, ideias, criatividade, uma verdadeira ecologia de saberes e fazeres, possam ser difundidas e preservadas para o fortalecimento da diversidade cultural dos estudantes do PEC-G e de seus países.

O papel da extensão na universidade é fundamental para dar suporte a esses movimentos. Nessa direção, em relação aos estudantes africanos, foi institucionalizado no calendário de atividades da Universidade, através do Departamento de Desenvolvimento Social da PROEXT, além de eventos comemorativos de independência de países africanos, também a “Semana da África na UFRGS” que ocorre anualmente no mês de maio, oportunizando palestras nacionais e internacionais proferidas por professores, autoridades e de comunidades africanas, com temáticas contemporâneas culturais e educacionais. Este evento é desenvolvido sob coordenação do Núcleo de Estudos Afro Brasileiros, Indígenas e Africanos da UFRGS (NEAB) em parceria com outros órgãos da Universidade. A presença dos estudantes do PEC-G se

traduz na interação da diversidade cultural, local e internacional junto à sociedade através do meio acadêmico ampliando, desta forma, conhecimento de realidades e culturas distintas e distantes.

É necessário aprofundar a reflexão sobre qual é o aproveitamento e a absorção desses ganhos culturais através dessas trocas mútuas de saberes e fazeres, e o que isto impacta nas relações econômicas sociais e culturais dos sujeitos que delas participam.

Referências

BENDASSOLLI, P. F.; WOOD JR., T.; KIRSCHBAUM, C.s and CUNHA, M. P.. Indústrias criativas: definição, limites e possibilidades. **Rev. adm. empres.** [online]. 2009, vol.49, n.1, pp. 10-18. ISSN 2178-938X. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-75902009000100003>. Acesso em 15/02/16

BERTINI, A. **Economia da Cultura:** a indústria do entretenimento e o audiovisual no Brasil. São Paulo: Saraiva, 2008.

BOTELHO, I. **Dimensões da Cultura e Políticas Públicas.** SÃO PAULO EM PERSPECTIVA, 15(2) 2001, disponível em <http://www.scielo.br/pdf/spp/v15n2/8580.pdf>. Acesso em 14/02/2016

BRASIL, **Decreto N° 7948, de 12 de março de 2013.** Dispõe sobre o Programa de Estudante-Convênio da Graduação – PEC-G. Publicado no Diário Oficial da União - Seção 1 - 13/3/2013, Página 3.

DEHEINZELN, L. **Economia Criativa e Desenvolvimento Territorial: Políticas de Apoio e Experiências.** Entusiasmo Cultural. Disponível em <http://laladeheinzeln.com.br/wp-content/uploads/2010/07/2008-Economia-Criativa-e-Desenvolvimento-Territorial-desafios-e-oportunidades-Lala-Deheinzeln1.pdf>. Acesso em 14/02/2016

GORGULHO, L. F. *et al.* A economia da cultura, o BNDES e o desenvolvimento sustentável. In: **BNDES Setorial**, vol. 30, 2009, p. 229-335. Disponível em http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Publicacoes/Consulta_Expressa/Setor/Industria/200909_07.html . Acesso em 14/02/16

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Nova Lei da Cultura:** material informativo sobre o projeto de lei de fomento e incentivo. Brasília: 2010. Disponível em: <http://www2.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2010/01/projeto-15-28jan10-web.pdf>. Acesso em 16/02/2016

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Plano da Secretaria de Economia Criativa:**

políticas, diretrizes e ações, 2011 – 2014. 2011 Disponível em:
http://www2.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2012/08/livro_web2edicao.pdf.
Acesso em 16/02/2016

PRODANOV, C. C.; DE FREITAS, E.C. **Metodologia do trabalho científico**: Métodos e Técnicas de Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. 2ª ed. Novo Hamburgo: Universidade Feevale, 2013.

REIS, A. C.F. **Economia da Cultura e desenvolvimento sustentável**: o caleidoscópio da cultura. Barueri, SP: Manole, 2007

SANTOS, B. de S. **A Universidade no Século XXI**: para uma Reforma Democrática e Emancipatória da Universidade. São Paulo, Cortez 2011..

UNCTAD. Relatórios de Economia Criativa da Unctad 2010 – disponível em
http://unctad.org/pt/docs/ditctab20103_pt.pdf. Acesso em dezembro de 2015

UNESCO. **Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais**, 2005. Disponível em:
<http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001502/150224por.pdf>. Acesso em 14/02/2016

UNESCO. **Conferência Mundial sobre Ensino Superior 2009**:As Novas Dinâmicas do Ensino Superior e Pesquisas para a Mudança e o Desenvolvimento Social. Paris. 2009. Disponível em
http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/confitea_docfinal.pdf. Acesso em 14/02/2016

UNESCO. **Relatório da Unesco** – disponível em
<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001847/184755por.pdf>. Acesso em 15/02/2016

CONTEXTUALIZAÇÃO DA TRAJETÓRIA DO RELATÓRIO DE GESTÃO DA UFRGS NO PERÍODO DE 2000 A 2014 SOB O PONTO DE VISTA DE MEMÓRIA ORGANIZACIONAL (MO)

CLAUDIA FREIRE BEUX¹⁹⁹
TAMÁRA CECÍLIA KARAWEJCZK²⁰⁰

Resumo: Este artigo pretende contextualizar a trajetória do Relatório de Gestão (RG) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) entre os anos de 2000 a 2014, sob o ponto de vista da Memória Organizacional (MO), abordando as alterações incididas no documento, bem como as mudanças na gestão que o mesmo proporcionou nesse íterim. A pesquisa, exploratória e qualitativa, foi obtida por meio da coleta de dados, através do *site* da Universidade e dos *sites* da Controladoria Geral da União (CGU) e do Tribunal de Contas da União (TCU). Foram coletados dados e informações anuais constantes no documento, a começar pelo ano 2000, data do primeiro registro disponibilizado para consulta. Posteriormente, esses dados foram avaliados, comparativamente ao conteúdo solicitado pelas demandas que regulam a elaboração do Relatório de Gestão, advindas da CGU e do TCU, Órgãos de Fiscalização e Controle do Governo Federal. A trajetória do documento, no intervalo, foi analisada sob o enfoque da Memória Organizacional.

Palavras-chave: Relatório de Gestão; Memória Organizacional; Informação; Organização; Memória.

Abstract: This paper is subject to contextualize the trajectory of the Management Report (RG) of the Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS) between the years 2000-2014, from the point of view of the Organizational Memory (OM), addressing the significant changes presents in the document and the changes in management that it provided during this period. The research, exploratory and qualitative it obtained through the website of the University and the sites of the Comptroller General of the Union (CGU) and the Court of Audit (TCU). We collected the data and annual information in the document, beginning with the year 2000, when the record available for inspection. Subsequently, these data were evaluated compared to the requested content by the demands governing the preparation of the Management Report, stemming from the CGU and TCU, Supervisory Boards and Control in the Federal Government. The trajectory of the document in the period analyzed from the focus of Organizational Memory.

Keywords: Management Report; Organizational Memory; Information; Organization; Memory.

¹⁹⁹ Especialista em Gestão em Saúde pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Servidora Pública Federal da UFRGS, Porto Alegre/RS, Brasil. E-mail: claudiabeux@yahoo.com.br

²⁰⁰ Professora do PPG em Memória Social e Bens Culturais, Centro Universitário La Salle – UNILASALLE - E-mail: tamara.karawejczyk@unilasalle.edu.br

Introdução

O tema escolhido refere-se à realidade enfrentada pelos órgãos públicos, os quais têm o dever de prestar contas à sociedade, pautando-se, dentre outros, pelos princípios da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Transparência, conforme preconizado no artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Assim sendo, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), como órgão federal e, portanto, dentro do escopo abrangido, possui o compromisso legal de expor seus dados intramuros à comunidade usuária ou não de seus serviços.

Dentre os documentos oficiais de prestação de contas, o Relatório de Gestão (RG) abrange todas as informações que dizem respeito ao funcionamento da Universidade e, por conseguinte, a sua forma de gestão.

A opção pelo tema prendeu-se à riqueza do mesmo, em termos de conteúdo e de informação, pois o RG é um documento que contém uma parte da vida da Organização, principalmente quando abordado por um período de quinze anos, elemento deste trabalho.

O objetivo visou contextualizar a trajetória do RG, desde o ano 2000 até o presente, sob o ponto de vista da memória organizacional.

A metodologia consistiu em pesquisa exploratória e qualitativa através da coleta de dados que integram o RG. Foram pesquisados documentos técnicos referentes ao quadro de pessoal, mão de obra terceirizada, metodologia de trabalho, incluindo os planejamentos estratégico, tático e operacional. Igualmente, informações contábeis e financeiras, pareceres de conselhos e auditores, licitações e patrimônio, canais de acesso ao cidadão/usuário, como a Ouvidoria e a Carta de Serviços ao Cidadão. Observou-se a avaliação de desempenho da Unidade, as medidas relativas à acessibilidade e as alterações no ambiente de atuação. Os indicadores institucionais de desempenho, bem como os projetos desenvolvidos pelas fundações de apoio também foram estudados. Enfim, uma gama de tópicos pertinentes ao RG foi submetida à análise, ano por ano, durante o período de quinze anos, disponibilizados nos arquivos digitais da UFRGS.

A pesquisa consistiu de consultas periódicas realizadas ao longo do mês de julho vigente nos *sites* da Universidade, como também nos *sites* do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Controladoria Geral da União (CGU), objetivando comparar as legislações que embasaram os Relatórios neste intervalo de tempo, a fim de comparar possíveis alterações.

Referencial Teórico

O conceito dominante de memória, segundo um dos enfoques dos Estudos de Memória Organizacional, é o de uma caixa de armazenamento (WALSH e UNGSON apud ROWLINSON et al., 2010). Nos Estudos de Memória Social e Organizacional, seguindo este conceito, a preocupação é a utilidade funcional da memória para a decisão de gestão.

[...] argumenta-se que a prevalência do individualismo metodológico leva a uma conceituação de memória organizacional como a acumulação de memórias individuais de membros da organização, que pode ser descrito como 'memórias coletadas', (Rowlinson et al., 2010).

Neste aspecto, as organizações podem ser vistas como memória (através de suas narrativas, rituais, símbolos, etc.), e expressar sua cultura, manifestada através da recordação, dos sítios corporativos, bibliotecas, bibliografias, museus, entre outros (ZERUBAVEL, 2003:6 apud ROWLINSON et al., 2010).

A Memória Organizacional (MO) pode ser definida em termos de efetividade organizacional, sendo o meio pelo qual o conhecimento do passado pode ser trazido a apoiar as atividades do presente, resultando em índices mais altos ou mais baixos de efetividade. O planejamento, o controle e a comunicação são compreendidos por atividades na memória organizacional (STEIN, 1995, p. 21-22, apud TELLES FILHO et al., 2014).

A MO é fundamental para a aprendizagem organizacional. O autor preconiza que o aprendizado individual deve ser disseminado no contexto da organização, para que possa ser obtido o aprendizado organizacional. O conhecimento deverá estar retido na trama da organização. Associa esse conceito como sendo "conhecimento organizacional". A MO pode igualmente beneficiar as organizações de várias maneiras, tais como:

ajudando os gestores a manterem a direção estratégica ao longo do tempo; dando significado ao trabalho realizado individualmente, se o esforço for retido; facilitando o aprendizado organizacional; fortalecendo a identidade da organização, (STEIN, 1995, p.21-22, apud TELLES FILHO et al., 2014).

A existência de uma organização independe de particularidades individuais, mas sim, do reconhecimento de que a aquisição da informação ocorre durante os processos de resolução de problemas e nas tomadas de decisão. Eles convergem para a ideia de que o processo de compartilhamento de informações, o sistema de interpretação organizacional transcende o individual. As informações podem estar alojadas na coletividade supraindividual, ou seja, a cultura organizacional. O conhecimento do passado deve ser preservado pelas organizações, mesmo com a saída de membros-chave, (WALSH e UNGSON, 1991 apud TELLES FILHO et al., 2014).

Conklin (2010) cita que existem boas razões para se criar a MO, referindo-se que as organizações rotineiramente esquecem o que fizeram no passado e por que o fizeram. Quanto ao tipo de conhecimento, faz distinção entre o formal e o informal. O segundo consiste em ideias, significados, questionamentos, suposições, dúvidas, etc. O primeiro diz respeito ao conhecimento utilizado pelo trabalhador em forma de planilhas, planos, desenhos, relatórios. O autor menciona o conhecimento como essencial à organização. Aborda a disseminação e o reuso do conhecimento criado pelos trabalhadores, referindo-se a isso como ativos intelectuais. Observa o trabalhador dentro de uma visão de grupo, de equipe, de trabalho conjunto. Aborda ainda as habilidades de colaboração, capacidade de entender e se fazer entender e diz que o conhecimento é um elemento essencial para a organização, (CONKLIN, 2010 apud TELLES FILHO et al., 2014).

Apresentação do Caso

A UFRGS, com oitenta anos, é considerada uma referência de Universidade Pública, sobretudo no Estado do Rio Grande do Sul. Há quatro anos seguidos, ocupa o primeiro lugar entre as Universidades

Federais Brasileiras quanto ao Índice Geral de Cursos (IGC), calculado pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) o qual se refere ao ensino de Graduação e de Pós-Graduação.

De acordo com dados disponíveis constantes no *site* da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, seu RG está digitalizado desde o ano 2000. O último documento inserido data do ano de 2014. Portanto, são quinze anos de registro documental disponibilizado.

No início, ou seja, no ano 2000, o RG apresentava apenas cinquenta folhas. Durante essa fase, observa-se acréscimo linear significativo tanto em volume (número de folhas), quanto em conteúdo (número de informações). Mas a partir de 2008, essa situação é mais perceptível, chegando em 2014 com um documento contendo oitocentas e vinte e duas folhas.

O RG tem como normatização um arcabouço legal denominado de Instruções Normativas, Orientações Normativas, Decisões Normativas e Portarias. Cada uma dessas legislações tem sua numeração específica, regulando o trabalho para o ano a que se propõe.

Nas orientações legais, constam as recomendações emanadas das Instâncias Superiores, quais sejam: a Controladoria Geral da União (CGU), que até o ano de 2003 atendia pelo nome de Secretaria Federal de Controle Interno (SFCEI), e o Tribunal de Contas da União (TCU). Estes são os órgãos de controle interno que supervisionam, fiscalizam e apontam as eventuais irregularidades encontradas na Unidade a ser auditada. São também órgãos balizadores do trabalho a ser executado.

Ao ser estudado, observa-se o grau de exigência a que o mesmo é submetido, pois em se tratando de um documento legal, deve estar revestido de probidade e transparência. Há um certo rigorismo nas exigências legais, mas também, uma certa flexibilidade na apresentação das informações prestadas. Esta constatação é devida à gama de órgãos abrangida pela mesma legislação.

No ano 2000, o RG não apresentava uma estrutura esquematizada como ocorre a partir de 2007. Em 2002, o documento já foi exibido de maneira diferente. Aumentou em volume, constando de 112 páginas, e seu

conteúdo, do mesmo modo. A Universidade foi apresentada com outra configuração. Não há julgamento de mérito nesse quesito, tão somente uma verificação. As áreas de Graduação e de Pós-Graduação, bem como de Educação Básica, de Extensão e de Pesquisa são demonstradas através de metas, ações e resultados.

Comparativamente ao ano anterior, 2003 apresentou um RG com menor conteúdo. A parte referente ao planejamento constou de 44 páginas, sendo que em 2002 a mesma contemplou 87 páginas, expondo um maior número de projetos em cada Unidade.

Em 2004, o final do reitorado foi marcado no RG. O documento apresentou-se mais reduzido, constando de 37 folhas. Igualmente em relação ao seu conteúdo, que foi exposto de uma forma mais abrangente.

A partir de 2005, já com novo Plano de Gestão, aparecem no RG as metas, as estratégias e os resultados alcançados. Porém, é em 2006, que ele muda significativamente com o tópico Ações de Gestão. O documento apresenta um novo formato. Está bem mais detalhista e aprofundado, tanto em suas áreas-fim, como nas áreas consideradas meio. O trabalho é muito mais complexo em relação ao planejamento dos Órgãos da Administração Superior, prosseguindo dessa forma até o ano de 2011.

Os anos de 2012 e de 2013, respectivamente, marcam o final e o início de um reitorado. Muito embora permaneçam os mesmos gestores, a inserção de um novo Plano de Gestão é verificada no documento, pois o mesmo baliza o trabalho de gestão durante o seu período de vigência, conquanto deva atender as solicitações dos órgãos fiscalizadores do processo (CGU e TCU).

A demanda por parte dos órgãos fiscalizadores passou por algumas modificações, no ano de 2012. Alterou-se a forma de pedir as informações. Houve maior exigência na prestação dos dados. Uma nova terminologia foi implantada, fazendo com que a Universidade acompanhasse esse processo.

Acerca de dois anos (2013), esses órgãos priorizam a governança, o mapeamento de processos, a gestão de tecnologia da informação. As solicitações prezam pela transparência, dando relevância a canais de

acesso ao consumidor. Denota-se preocupação com temas específicos, através de demandas em gestão ambiental. Ao acompanhar os registros digitais disponibilizados no RG, há pelo menos um que merece destaque. No ano de 2011, houve uma quebra de paradigmas proporcionada pelo Relatório Anual de Gestão. Os dados aportados no RG, ou seja, as informações nele contidas requerem uma atenta comunicação e um especial cuidado com seus fluxos.

De 2006 a 2011, essas informações circulavam por meio de mensagens eletrônicas e via processos administrativos aos Órgãos da Administração Superior. Os dados de seus respectivos planejamentos eram feitos em *word* e enviados a cada um dos Órgãos, para, posteriormente, serem analisados e corrigidos sendo, então, incluídos no Relatório final.

A partir de 2011, com implantação da Avaliação de Desempenho dos Técnico-Administrativos da Universidade, ocorreu uma significativa transformação nos setores de planejamento e gestão. Foi criado um Sistema Eletrônico de Planejamento Anual do Órgão que disseminou a prática de planejamento nas Unidades da UFRGS.

Quando a Universidade implantou a Avaliação de Desempenho, precisava de critérios objetivos para medir resultados. Em uma organização, resultados são mensurados através da realização de tarefas, da forma como o trabalho é literalmente executado. Visto que esse conceito já existia para fins de RG, houve um aprimoramento através da criação do sistema informatizado. O mesmo possibilitou que essa atividade permeasse todas as instâncias da Universidade. Assim, o planejamento foi incorporado de maneira determinante, passando a fazer parte da rotina da Organização.

A seguir, apresenta-se um quadro analítico de dados, fazendo-se menção à categoria teórica, abordando-se memória coletiva e memória organizacional, com as respectivas evidências do caso pesquisado.

Tabela 1: Quadro Analítico de Dados

Categoria	Evidências no Caso
-----------	--------------------

Teórica	
Memória Coletiva	*Neste ponto, observam-se dois aspectos: o primeiro diz respeito ao trabalho que antecede o RG e sua elaboração, tanto no sentido de pesquisar a legislação que o embasa, quanto na obtenção do atendimento da demanda requerida. O segundo refere-se às pessoas envolvidas. Em ambos, há um resgate das memórias individuais dos membros da Organização, ou seja, da Universidade. Este é o exemplo de que nem tudo está registrado de forma documental, precisando recorrer a pessoas ou a grupos que detêm a informação, até que a mesma seja disponibilizada através de planilhas, sistemas, scripts. Estes são chamados elementos de retenção da informação, nos elementos do constructo (WASH e UNGSON,1991 apud TELLES FILHO et al, 2014).
Memória Organizacional	Sendo a MO o meio pelo qual o conhecimento do passado é trazido para apoiar as atividades do presente, evidencia-se na elaboração do RG, como documento institucional, a presença deste elemento permeando o processo em sua transversalidade. O RG exigido pelos órgãos de controle federal às instituições públicas é um instrumento de planejamento que apresenta os resultados alcançados da Unidade prestadora de contas, com base no conjunto de suas ações, suas metas e seus indicadores. Pelo exposto, denota-se a relevância do planejamento em todo o processo, em que cabe a pergunta: é exequível fazê-lo sem a memória da organização? É possível coletar dados precisos, informações confiáveis, sem a presença de rotinas estabelecidas, sem métodos de trabalho, sem práticas gerenciais? A resposta para os questionamentos feitos deve necessariamente passar pelo crivo da memória organizacional, visto ser fundamental à aprendizagem organizacional, e a aprendizagem, uma condição necessária para a memória (STEIN,1995 apud TELLES FILHO et al., 2014). Também no RG, evidencia-se os três papéis importantes na organização: o informacional, o papel de controle e o papel político desempenhados pelos indivíduos (servidores envolvidos), enquanto gestores e tomadores de decisões (WALHS e UNGSON,1991 apud TELLES FILHO et al., 2014). A MO pode ser perdida com a perda ou destruição dos registros físicos, pela rotatividade de pessoal e pela dificuldade em manter padrões de interação, características estas apresentadas em organizações que operam em ambientes turbulentos (STEIN, 1995).

Fonte: elaboração das autoras

Considerações Finais

Considera-se relevante o Relatório de Gestão (RG) como um documento de Memória Organizacional.

Ao longo do exposto, foi abordado seu valor como instrumento de memória, não se constituindo apenas em um acervo de informações, sobretudo, uma ferramenta de gestão, que capacita a Organização a

preservar, recuperar e utilizar suas experiências, sejam sucessos ou falhas ocorridas no passado, servindo de suporte e contribuição no processo de tomada de decisões futuras, de ganhos por meio do conhecimento retido em seus servidores, na sua cultura, nas suas estruturas, nos seus locais de trabalho e até mesmo extramuros, com o objetivo de superar seus desafios e metas estabelecidas.

A cada ano observado, evidenciou-se a qualificação dos processos mensurados no atendimento dos indicadores e dos objetivos propostos. Constatou-se, igualmente, no final de cada gestão anual, um *ranking* entre os Órgãos da Administração Superior, de maneira a estimular e a fortalecer uma competição através dos resultados apresentados.

Referências

ANDRADE, R. F. **As Análises Institucionalistas nas Organizações e o Conceito de "Institucional"**. Caleidoscópio Revista de Comunicação e Cultura, Portugal, n. 3, 2002, p. 49-50.

BRASIL, **Controladoria Geral da União**. Disponível em: <http://sistemas2.cgu.gov.br/relats/uploads/RA175154.pdf>. Acesso em 20/jul/2016.

BRASIL. **Tribunal de Contas da União**. Disponível em: <<http://portal.tcu.gov.br/contas/contas-e-relatorios-de-gestao/contas-de-exercicios-anteriores.htm>>. Acesso em 27/jul/2016.

BRASIL. **Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/ufrgs/arquivos/relatorios-de-gestao/relatorio-de-gestao-ufrgs-2000>>. Acesso em 28/jul/2016.

ERIKSEN, T. H.; NIELSEN, F. S. **História da Antropologia**. RJ: Editora Vozes, 2010, 3º cap.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro S. **Dicionário da Língua Portuguesa**. 1ª Ed., Rio de Janeiro: Objetiva, 2009, p. 968.

MAXIMILIANO, Antônio Cesar Amaru. **Introdução à Administração**, 6ª Ed., São Paulo: Atlas, 2004, p. 27.

TELLES FILHO, T. S.; KARAWEICZYK, T. C.; BORGES, M. L. **Memória Organizacional: construção conceitual numa abordagem teórico-**

metodológica. In: Anais do VIII Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD – EnEO/2014, Gramado/RS, 25 a 27/maio/2014.

ROWLINSON, Michael et al. **Social Remembering and Organizational Memory.** *Organization Studies*, v. 31, p. 69-87, 2010.

**MEMÓRIA ORGANIZACIONAL, AUTOGESTÃO E TOMADA DE
DECISÃO EM UM EMPREENDIMENTO ECONÔMICO SOLIDÁRIO NO
CAMPO DA RECICLAGEM**

DAIANA SCHWENGBER²⁰¹

RITA DE CÁSSIA DA ROSA SAMPAIO BROCHIER²⁰²

MARIA DE LOURDES BORGES²⁰³

Resumo: A proposta desse estudo parte do pressuposto de que o entendimento de que o processo autogestionário pode não se efetivar devido à dificuldade de participação dos cooperados na tomada de decisão do trabalho coletivo (BROCHIER, 2015). Dessa maneira, a questão norteadora deste artigo é: Como a memória organizacional se relaciona com o desenvolvimento da autogestão no que tange à tomada de decisão em um empreendimento econômico solidário no campo da reciclagem em Canoas? O método utilizado para o desenvolvimento e exploração do problema deste estudo foi o método qualitativo. O percurso metodológico envolveu seis entrevistas semiestruturadas, realizadas entre os meses de março e maio de 2015. Além das entrevistas, foram realizadas observações em 27 visitas com registros no diário de campo. Depois de sistematizados, os dados foram analisados pela análise de conteúdo. Os resultados das análises indicam que na prática da cooperativa estudada, a memória organizacional evidenciada pode ser percebida como sendo da ordem do individual. Neste sentido, sob o entendimento da autogestão, o que deveria ser ferramenta de organização, preservação e compartilhamento de e com seus membros, revela-se como uma prática individual, que difere dos pressupostos da autogestão.

Palavras-chaves: Memória Organizacional; Autogestão; Economia solidária.

Abstract: This study assumes that the self-managed process can't be effected because of difficulties caused by the participation of cooperative members in decisions making process about the collective work (BROCHIER, 2015). Thus, the main question is: How organizational memory relates to the development of self-management in relation to decision-making process in a supportive economic enterprise in the field of recycling in Canoas? The method used for the development and exploration of the problem of this study case was the qualitative method. The methodological approach involved six semi-structured interviews conducted between March and May 2015. In addition to the interviews, observations were made in 28 visits with records in field diary. After systematized, the data were analyzed by content analysis. The results of the analysis indicate that in practice the cooperative, evidenced organizational memory can be perceived as being of the individual order. In this sense, on the

²⁰¹ Doutoranda em Memória Social e Bens Culturais (Bolsista CAPES Prosup) do Centro Universitário La Salle Canoas. E-mail: daia_schw@yahoo.com.br

²⁰² Doutoranda em Memória Social e Bens Culturais (Bolsista CAPES Prosup) do Centro Universitário La Salle Canoas. E-mail: ritadecassia.brochier@gmail.com

²⁰³ Professora e pesquisadora do PPG em Memória Social e Bens Culturais do Centro Universitário La Salle Canoas. E-mail: maria.borges@unilasalle.edu.br

understanding of self-management, which should be organizing tool, preservation and sharing and with its members, is revealed as an individual practice, which differs from the self-management assumptions.

Keywords: Organizational Memory; Self-management; Solidarity economy

INTRODUÇÃO

A Memória Organizacional se torna essencial para que as organizações e instituições embasem-se em sua história, feitos, aprendizagens e conquistas para melhorar suas futuras decisões (WALSH; UNGSON, 1991). Além disso, ela pode se construir a partir dos processos e ferramentas dentro de um espaço de trabalho a fim de preservar e organizar o acervo de conhecimentos visando contribuir com seus colaboradores, organização e compartilhar seus valores com a sociedade (TEIXEIRA FILHO, 2001).

A questão norteadora deste trabalho é: Como a Memória Organizacional se relaciona com o desenvolvimento da autogestão no que tange à tomada de decisão em um empreendimento econômico solidário no campo da reciclagem em Canoas? Para responder a esta questão, foi realizada uma pesquisa em um empreendimento econômico solidário no campo da reciclagem em Canoas. Tal empreendimento constitui-se de uma cooperativa localizada em Canoas-RS, no bairro Mathias Velho, a COOPCAMATE.

MEMÓRIA ORGANIZACIONAL

Os conceitos de organização e instituição podem ser facilmente confundidos, porém para Costa (1997) há distinção. Sucintamente, Costa (1997) compreende organização como um conjunto de atividades guiadas por normas e regras, já instituição é vista como um conjunto de meios pelos quais estas atividades, vistas como práticas sociais cotidianas são finalizadas. Sendo assim, a instituição se atualiza na organização (COSTA, 1997). As organizações são entidades mentais capazes de promover a reflexão e o pensamento, desde o nível individual como no coletivo, mostrando então, que a Memória Organizacional é um construto tanto individual quanto organizacional. Individual quanto tratamos de pessoas que compõem esta memória, e são elas capazes de compreender e

armazenar as informações que estabelecem os processos organizacionais (WALSH; UNGSON, 1991). É coletivo quando compartilhado e reutilizado por meio do conhecimento, da informação e de suas fontes pelos membros da organização, em suas atividades individuais e coletivas (GONDON, 2002).

As organizações podem ser vistas como sistemas de processamento de informação, no qual interpretações coletivas do conhecimento existem e do qual emergem. Desta forma, as organizações apresentam uma memória singular e adequada à sua construção histórica como o conhecimento de fazer as coisas, a maneira como aborda e resolve seus problemas e superam os desafios, e ainda, como se relacionam com os outros (ACKERMAN; HALVERSON, 2004).

Costa (1997) diferencia Memória Organizacional de Memória Institucional observando o foco de cada prática desenvolvida. Para a autora, a Memória Organizacional constrói uma ideia da eficácia permitindo mudanças no seu curso, já a Memória Institucional remete à ideia de legitimidade, criação e identidade, pois se une ao conceito que os empreendimentos têm atualmente, de que identidade e reputação são constituintes da memória (NASSAR, 2007).

A Memória Organizacional é considerada um conjunto de processos e ferramentas capazes de organizar, preservar e tornar acessível o conhecimento do empreendimento, ou seja, estas informações sobre técnicas pessoais e experiências promovem uma facilidade de acesso aos fornecedores, clientes e trabalhadores que atuam neste espaço com o objetivo de apoiar o trabalho e fazer com que o mesmo torne-se eficiente (TEIXEIRA FILHO, 2001). Walsh e Ungson (1991) descrevem Memória Organizacional como uma metáfora em que a história de uma organização é valorizada para atualizar e refletir sobre as decisões atuais, considerando a trajetória de consolidação, estímulos decisórios e a busca por respostas que são armazenadas como uma estrutura de aquisição, retenção e recuperação. Para Gonzalez (2016) a aquisição refere-se a produção de conhecimento nas organizações, já retenção seria a maneira (formal) como

o conhecimento é armazenado pela organização e a recuperação imputa a rememoração do conhecimento produzido e armazenado.

O conhecimento das estruturas de uma organização é fundamental para a compreensão da memória organizacional. A maneira como os sujeitos de uma organização incorporam o conhecimento, as experiências e os seus processos são a base de compreensão destas memórias individuais que se tornam coletivas dentro de um espaço de trabalho (STEIL; SANTOS, 2012).

AUTOGESTÃO

As práticas sociais cotidianas das organizações estão intimamente relacionadas com o desenvolvimento de seus processos de gestão, em organizações regidas pela economia tradicional ou em economias alternativas, como a economia solidária. Um dos princípios ideológicos da economia solidária é a autogestão (GAIGER, 2004). Quando ela se efetiva, a prática autogestionária perpassa os processos de gestão e produção coletiva de um empreendimento econômico solidário em que todos os cooperados participam democraticamente. Nele, as pessoas trabalham juntas, autoadministram o empreendimento e trabalham operacionalmente ao mesmo tempo. É sabido que tais práticas se constituem em um desafio, porém as próprias práticas de autogestão são formativas de cultura autogestionária, pois pode ocorrer aprendizado por meio da práxis. Sendo assim, o processo de autogestão se torna automaticamente formativo para a construção de uma cultura autogestionária, pois a formação acontece durante a prática no dia a dia.

A autogestão é uma maneira de composição do trabalho, em que o modo de produção seja coletivo, sem discernir o trabalho entre a sua concepção e execução. Pode-se questionar se na prática de uma cooperativa, por exemplo, serão todos os envolvidos que participarão do processo, ou se, uma maioria se engajando no processo, resultaria no que se pode chamar de autogestão. Ou seja, não deve haver separação entre a compreensão e a prática do trabalho, o trabalho deve ser coletivo; trata-se

de uma estrutura de trabalho que deve ser acompanhado de um processo educacional contínuo (CANÇADO, 2008).

O processo de desenvolvimento da autogestão, segundo Motta (1981), tem como base a educação, considerada agente indispensável de tal processo. A educação, nesses casos, atua como condutora de um processo de formação e conscientização. Na verdade, por mais que agentes externos desejassem que a autogestão fosse praticada em dada situação, ela não acontece sem a formação de consciência do trabalhador, que depende de um processo educativo. Para Adams (2010) a educação é um sistema que abrange diversas conexões sociais. Assim sendo, existem diferentes ambientes, além do espaço escolar, passíveis de aprendizagem. Nesse contexto, é a cultura popular que dá origem à construção destes diferentes ambientes em que os saberes individuais ou coletivos se reproduzem (BRANDÃO; ASSUMPÇÃO, 2009).

Em vista disso é que a economia solidária pode ser entendida como um ambiente favorável à educação popular. Para Adams e Santos (2013) a organização prática de um grupo para o trabalho associado é propício à constituição do que pode ser chamado de “pedagogia da autogestão”. O desenvolvimento da autogestão a partir da reprodução dos saberes, por exemplo, pode significar a reinvenção de metodologias participativas (ADAMS; SANTOS, 2013).

METODOLOGIA

O método utilizado para o desenvolvimento e exploração do problema deste estudo foi o método qualitativo. Tal método foi escolhido porque permite que o fenômeno da memória organizacional possa ser compreendido no desenvolvimento da autogestão, no que tange o processo de tomada de decisão seja entendido a partir das perspectivas dos participantes (STRAUSS; CORBIN, 2009). Por isso, entende-se que a utilização de um olhar qualitativo seja coerente com o tema da autogestão e com o tema memória organizacional.

O percurso metodológico envolveu seis entrevistas semiestruturadas, contendo dezesseis questões, realizadas entre os meses

de março e maio de 2015. Os participantes foram: a presidenta, o tesoureiro, a secretária, uma coletora e três cooperados da produção. Além das entrevistas, houve a necessidade em adotar uma forma de registro das observações, que denominamos de diário de campo. Optou-se por tal fonte de dados, pois se entende a importância do foco sobre os registros que contemplem de fato a necessidade do pesquisador (MAY, 2004). O diário de campo registrou (151 laudas) as 28 visitas na cooperativa (entre março e setembro de 2015) e ao final de cada observação, foram registradas, reuniões, conflitos, ações observadas, bem como as impressões do dia. Os dados sistematizados foram analisados por meio da Análise de Conteúdo.

COOPCAMATE

A COOPCAMATE é um empreendimento econômico solidário que atua no campo da reciclagem de resíduos sólidos urbanos e está localizada no Bairro Mathias Velho na Cidade de Canoas. A Cooperativa de Catadores de Material Reciclável da Mathias Velho – COOPCAMATE iniciou suas atividades de coleta e triagem no ano de 1986 com cinco moradores do bairro Mathias Velho na cidade de Canoas/RS. Em 1995, o grupo se formalizou como associação. No ano de 2003, o grupo se formalizou como cooperativa. Sete anos mais tarde, em 2010, a COOPCAMATE passou a integrar a coleta seletiva de Canoas, sendo o trabalho regido por um contrato de prestação de serviços com pagamento de verba mensal à cooperativa pelo serviço prestado. A cooperativa possui alto índice de rotatividade, mas mantém aproximadamente 20 cooperados em média.

ANÁLISE DOS DADOS

Foram observadas incongruências relacionadas aos processos de tomada de decisão na cooperativa estudada quando se leva em conta os preceitos autogestionários. Nem sempre foi percebida uma relação simétrica do que se fala com o que se faz na cooperativa, ou seja, a linguagem mostra-se incongruente quando comparadas a muitas das ações dos cooperados. Observou-se que a tomada de decisão na

cooperativa acontecia de forma peculiar: foram identificadas afirmativas das entrevistas, por parte do grupo, de que o processo de tomada de decisão acontecia sempre coletivamente. Porém, alguns excertos dos diários de campo demonstraram que a tomada de decisão no grupo nem sempre era coletiva e, o mais importante, nem sempre era refletida. As evidências de tais aspectos podem ser vistas no Quadro 1.

Quadro 1: Excertos sobre decisões autogestionárias e não autogestionárias

CATEGORIAS	
Decisões Autogestionárias	Decisões Não Autogestionárias
<p>“Todo mundo senta, todo mundo, chama parou lá, a gente chego [coletores], ou eles esperam a gente chegar, senta todo mundo aqui, daí eles colocam [coordenação], né. Aconteceu isso e isso, como é que a gente vai resolver todo mundo pensa junto, um dá uma ideia, outro dá outra ideia” (ENTREVISTADO AC).</p> <p>“Então sempre foi o grupo junto que decidiu, nunca foi um ou dois assim, sempre o grupo junto, então decisões sempre tomada todo mundo junto, não só a coordenação” (ENTREVISTADO EC).</p>	<p>“Perguntei [à coordenadora] se fariam feriadão, ela me disse que o F. deixou dito que sim. Também perguntei se conseguiram fazer a partilha hoje, ela me disse que sim, mas que novamente o F. [tesoureiro] pediu dinheiro adiantado ao T. [comprador], perguntei o valor da quinzena e ela disse que não sabia. (DIÁRIO DE CAMPO – 02/04/15).</p> <p>“Tinham uma atividade para ir à escola, uma atividade promovida pela prefeitura, e que o F. queria que todo mundo fosse, mas quase ninguém foi, e então ele [o F., tesoureiro] resolveu dar gancho para quem não foi.” (DIÁRIO DE CAMPO – 30/04/15).</p>

Fonte: Brochier (2015).

As principais incongruências evidenciadas nas falas elencadas no Quadro 1 referem-se à prática autogestionária, como, por exemplo, a percepção de que há abertura para todos darem ideias para a resolução de

problemas, decisões conjuntas, principalmente sobre questões financeiras do grupo. Por outro lado, há evidências de práticas não autogestionárias, quando uma pessoa decide pelo grupo, por exemplo, se farão ou não feriadão ou decide dar gancho (punição) para os cooperados que não participaram de uma atividade externa promovida pela prefeitura. Desta maneira, evidenciam-se algumas incongruências no contexto pesquisado entre o que é dito e o que é feito. Observam-se relatos de que a tomada de decisão ocorre sempre como um processo conjunto; enquanto observações indicam que a tomada de decisões é efetivada apenas por uma pessoa, geralmente o tesoureiro, sendo aceita passivamente pela maioria.

Percebe-se que, a Memória Organizacional está presente na fala da categoria “Decisões Autogestionárias”, como algo que deveria acontecer, ou seja, como o conjunto de processos e ferramentas capazes de organizar, preservar e tornar acessível o conhecimento do empreendimento (TEIXEIRA FILHO, 2001), como por exemplo quando a fala “todo mundo pensa junto” aparece como uma forma de decisão coletiva e democrática. Quando um cooperado ingressa em um espaço de trabalho coletivo, ele precisa receber uma formação para que compreenda os valores e processos que enfatizam os princípios do cooperativismo e que justificam o trabalho coletivo. Assim, o trabalho coletivo e as decisões coletivas são ressaltados como “o que deve ser feito”. Porém, analisando os excertos do diário de campo, na categoria “Decisões Não Autogestionárias”, percebe-se que a tomada de decisão é realizada por um único cooperado e que o mesmo não decide de forma coletiva. Dessa maneira, sob o entendimento de que Memória Organizacional constrói uma ideia da eficácia e permite mudanças no seu curso (COSTA, 1997; NASSAR, 2007), e essas mudanças que seriam naturalmente coletivas, dada a “autocracia” de uma pessoa do grupo, pode-se entender que elas se tornam decisões coercitivas que impactam em mudanças para o coletivo.

A Memória Organizacional deveria ser um meio de conservar as informações da história de uma organização e esta poderia ser utilizada sempre que necessário para atualizar e refletir as decisões atuais considerando a trajetória de consolidação, (WALSH; UNGSON, 1991),

mesmo que por meio de processos informais e não sistematizados. Porém, na cooperativa estudada, observa-se que mesmo parecendo a uma primeira vista serem as decisões coletivas, na prática elas não são, enfatizando assim, o aspecto individual da sua memória organizacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo foi compreender como a memória organizacional se relaciona com o desenvolvimento da autogestão no que tange à tomada de decisão em um empreendimento econômico solidário no campo da reciclagem em Canoas. Os resultados apontam que a principal relação da memória organizacional com o desenvolvimento da autogestão no que tange à tomada de decisão em um empreendimento econômico solidário no campo da reciclagem refere-se ao que se considera um conjunto de processos e ferramentas capazes de organizar, preservar e tornar acessível a trajetória e o conhecimento do empreendimento aos e para os seus membros. Assim, na prática da cooperativa estudada, a memória organizacional evidenciada pode ser percebida como sendo da ordem do individual. Neste sentido, sob o entendimento da autogestão, o que deveria ser ferramenta de organização, preservação e compartilhamento de e com seus membros, revela-se como uma prática individual, que difere dos pressupostos da autogestão.

REFERÊNCIAS

ADAMS, Telmo. **Educação e economia popular solidária**. São Paulo: Ideias & Letras, 2010.

ADAMS, Telmo; SANTOS, Aline Mendonça dos. **Economia Solidária: um espaço peculiar de educação popular**. In: STRECK, Danilo R.; ESTEBAN, Maria Teresa (Orgs.). *Educação Popular: lugar de construção social coletiva*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2013.

ACKERMAN, M.S.; HALVERSON C. Organizational memory as objects, processes and trajectories: an examination of organizational memory in use. **Computer Supported Cooperative Work**, Kluwer Academic Publishers. Dordrecht, The Netherlands, v.13, n.2, p.155–189, 2004.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; ASSUMPÇÃO, Raiane. **Cultura rebelde:** escritos sobre a educação popular ontem e agora. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

BROCHIER, Rita de Cássia da Rosa Sampaio. **Autogestão e níveis de consciência:** uma intervenção em uma cooperativa de resíduos pós-consumo. Mestrado em Educação - Centro Universitário La Salle, Canoas, 2015.

CANÇADO, Airton Cardoso. **A construção da autogestão em empreendimentos da economia solidária:** uma proposta metodológica baseada em Paulo Freire. In: SILVA JR., Jeová Torres. et al, (Orgs.). *Gestão Social: práticas em debate, teorias em construção.* Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008, p.97.

COSTA, Icléia T. M. **Memória institucional:** a construção conceitual numa abordagem teórico-metodológica. Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

GAIGER, Luiz Inácio. **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GONZALEZ, Rodrigo Valio Dominguez. **Retenção de conhecimento em serviços.** *Perspectivas em Ciência da Informação*, v.21,n.1, p.42-65, jan./mar. 2016.

MAY, Tim. **Pesquisa social:** questões, métodos e processos. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MOTTA, Fernando C. Prestes. **Burocracia e autogestão:** a proposta Proudhon. 1981. 220 f. Tese (Doutorado em Administração) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo. 1981.

STRAUSS, Anselm; CORBIN, Juliet. **Pesquisa Qualitativa:** Técnicas e procedimentos para o desenvolvimento da teoria fundamentada. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

NASSAR, Paulo. **A Mãe de todas as responsabilidades.** 18 ago. 2007. Disponível em: <http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI1837029-EI6786,00-A+mae+de+todas+as+responsabilidades.html>. Acesso em: 01 jul. 2016.

PEREIRA, Cláudio de Souza. **Memória Organizacional:** conceito e práticas em construção. Encontro Nacional dos Programas de Pós Graduação em Administração – ENANPAD, Rio de Janeiro, 2013.

STEIL, Andrea V.; SANTOS, Jane L. Building conceptual relations between organizational learning, knowledge, and memory. **International Journal of**

Business and Management Tomorrow. Toronto, Canada, v.2, n.2, Feb. 2012.

TEIXEIRA FILHO, Jayme. **Gerenciando conhecimento.** 2. ed. Rio de Janeiro: SENAC, 2001.

WALSH, J.; UNGSON, G. Organizational memory. **Academy of management review**, JSTOR,USA, v. 16, n. 1, p. 57-91, 1991.

POSSIBILIDADES DE TECNOLOGIAS SOCIAIS PARA REPLICAÇÃO EM COOPERATIVAS DE RESÍDUOS SÓLIDOS

JULIANA PUGLIESE CHRISTMANN²⁰⁴

DAIANA SCHWENGBER²⁰⁵

RITA DE CÁSSIA DA ROSA SAMPAIO BROCHIER²⁰⁶

Resumo: O objetivo deste estudo é o de analisar as tecnologias sociais (TS), no campo da reciclagem, disponíveis no Banco de Tecnologias Sociais da Fundação Banco do Brasil. Para isso faz-se um apanhado sobre os conceitos de tecnologia social e apresenta-se 15 Tecnologias sociais certificadas e que possam contribuir na melhoria das condições de trabalho nas cooperativas de resíduos sólidos. As evidências indicam um universo de TS, principalmente para a geração de renda, que podem ser reaplicadas em cooperativas de resíduos sólidos e podem servir de exemplo para inspirar os cooperados a desenvolvê-las.

Palavras- Chave: tecnologias sociais; cooperativas de resíduos sólidos.

Abstract: The aim of this study is to present social technologies (TS) in the field of recycling, available at the Bank of Social Technologies of the Bank of Brazil Foundation. For this reason it is an overview of the concepts of social technology and presents 15 certified social technologies and can contribute to improving working conditions in solid waste cooperatives. Evidence indicates a TS universe, mainly to generate income that can be reapplied in solid waste cooperatives and can serve as an example to inspire the cooperative to develop them.

Keywords: social technologies; solid waste cooperatives.

INTRODUÇÃO

Ao discutir as Tecnologias Sociais (TS), Dias e Novaes (2009) afirmam que toda tecnologia pode ser considerada social, desde que isso não resulte em um reducionismo de seu emprego. Ela guarda em si as dimensões técnicas e sociais. Ainda salientam que há experiências de Tecnologias Sociais que promovem um conceito mais flexível como a Rede de Tecnologia Social (RTS) que define com produtos e/ou técnicas reaplicáveis, desenvolvidas por comunidades que visem a mudança social o que em sua concepção pode trazer algumas dificuldades no que tangem a perspectiva tecnológica. No seu ponto de vista a TS deve buscar o

204 Doutoranda em Memória Social e Bens Culturais do Unilasalle – Canoas Bolsista Capes - Unilasalle. E-mail: julipugli@gmail.com

205 Doutoranda em Memória Social e Bens Culturais do Unilasalle – Canoas Bolsista Capes - Unilasalle E-mail: daia_schw@yahoo.com.br

206 Doutoranda em Memória Social e Bens Culturais do Unilasalle Bolsista Capes - Unilasalle - Canoas E-mail: ritadecassia.brochier@gmail.com

equilíbrio de entre o caráter social e o técnico sem que um se prepondere ao outro (DIAS; NEVES, 2009).

A Fundação Banco do Brasil (FBB) através do Prêmio FBB de Tecnologias Sociais, estimula a criação de TS e de iniciativas voltadas para cadeia produtiva de resíduos sólidos com a inclusão social dos catadores de materiais recicláveis em ações de geração de trabalho e renda e de educação, a melhoria das condições de trabalho de catadores de materiais recicláveis (BRASIL, 2016).

Desta forma, este estudo tem por objetivo apresentar as tecnologias sociais (TS), no campo da reciclagem, disponíveis no Banco de Tecnologias Sociais da Fundação Banco do Brasil para fins de análise quando à sua replicação em cooperativas de reciclagem.

CONHECENDO O UNIVERSO DAS TECNOLOGIAS SOCIAIS

As Tecnologias Sociais podem ser entendidas como produtos, técnicas ou metodologias replicáveis, desenvolvidas nas trocas de experiências e relatos de uma comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social e que sejam de domínio público (RODRIGUES, BARBIERI, 2008). O conceito de Tecnologia Social passou a ser conhecido no Brasil na década de 60, como tecnologias apropriadas, as mesmas então adquiriram status de opções inovadoras, simples e de baixo custo para a solução de problemas estruturais das classes mais humildes da sociedade (BORGES, 2013).

Estimular a participação, empoderamento e autogestão de seus usuários para a existência de uma Tecnologia Social é basal na visão de Jesus e Costa (2013). As Tecnologias Sociais são dirigidas a população e os atores que estão a desenvolver a mesma, é um processo que estimula a democracia e não permite que se torne de direito privado ou ainda patentear, pois a solução passa a ser conhecida como de domínio público, uma condição necessária para viabilizar a sua reaplicação (RODRIGUES, BARBIERI, 2008).

As premissas das Tecnologias Sociais são de que seus produtos, técnicas ou metodologias replicáveis desenvolvidas com o grupo

promovam a interação com a comunidade e que estimulem uma verdadeira transformação social (RODRIGUES, BARBIERI, 2008). O que se espera com a inserção de uma Tecnologia Social é esclarecido por Bava (2004) em relação à potencialidade e alcance já que este processo tem por objetivo empoderar as representações coletivas, colocá-las em condições de buscar espaço em discussões públicas, propor alternativas de desenvolvimento, que sejam de vanguarda e por uma distribuição de renda igualitária. É o que promove uma nova articulação entre tecnologia e arranjos sociais, e deve ser capaz de estimular a inclusão por meio da participação dos usuários das tecnologias.

Na concepção de Rodrigues e Barbieri (2008) os princípios em que se observa a importância da aprendizagem e a participação nos processos que levam a transformação social, requer o entendimento da realidade de maneira sistêmica e o respeito às identidades locais. Os parâmetros de uma Tecnologia Social fornecem os critérios para a análise das ações sociais decorrentes ou propostas, tais como: atender as demandas sociais concretas e identificadas pela população; estratégias dirigidas de mobilização que estimule à participação da população; a apropriação e aprendizado por parte da população afetada; ainda o planejamento, aplicação ou sistematização de conhecimento de forma organizada. O produto destes novos conhecimentos se dá a partir da prática, a partir de processo democrático, que visa à sustentabilidade gerando aprendizagem e serve de referência para novas experiências.

O BANCO DE TECNOLOGIAS SOCIAIS DA FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL

O Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social, criado em 2001, é o principal instrumento de identificação e certificação de tecnologias sociais que compõem o Banco de Tecnologias Sociais. Realizado a cada dois anos, o Prêmio tem por objetivo identificar, certificar, premiar e difundir tecnologias sociais já aplicadas, implementadas em âmbito local, regional ou nacional, que sejam efetivas na solução de

questões relativas a alimentação, educação, energia, habitação, meio ambiente, recursos hídricos, renda e saúde (BRASIL, 2016).

A participação no Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social é aberta às instituições legalmente constituídas no País, de direito público ou privado, sem finalidades lucrativas. O Banco de Tecnologias Sociais é uma base de dados que contempla informações sobre as tecnologias sociais certificadas no âmbito do Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social. O Banco de Tecnologias Sociais apresenta soluções para demandas sociais, desenvolvidas por instituições de todo o País (BRASIL, 2016).

METODOLOGIA

Para atender ao objetivo central deste estudo, realizou-se uma busca em “Pesquisa Avançada” por meio de banco de dados eletrônico denominado Banco de Tecnologias Sociais no site da Fundação Banco do Brasil. A busca ocorreu no mês de agosto de 2016 e teve como critério de pesquisa o descritor “reciclagem” no campo palavra-chave. Foram encontradas 15 Tecnologias Sociais certificadas, finalistas ou vencedoras do Prêmio FBB de Tecnologia Social no período de 2001 a 2015.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As Tecnologias Sociais no campo da reciclagem disponíveis no site da Fundação Banco do Brasil apresentam: objetivos abrangentes nas áreas de renda, meio ambiente, educação e energia. Suas ações estão voltadas para o fortalecimento de catadores, transformação e educação ambiental, combater a pobreza e exclusão do profissional catador.

Quadro 1: Tecnologias Sociais no campo Reciclagem

Nome da Tecnologia Social	Tema principal	Objetivo	Replicação
Fábrica de Sustentabilidade	Educação	Validar pessoas por meio de cursos de capacitação técnica e educação continuada, baseados na produção e venda de produtos	1

Nome da Tecnologia Social	Tema principal	Objetivo	Replicação
		e serviços de qualidade, que preservem o meio ambiente, visando a sustentabilidade de projetos de reinserção social.	
Reciclagem Gera Créditos na Conta de Energia	Energia	Reduzir os impactos ambientais gerados pelo descarte inadequado dos resíduos sólidos.	3
Coleta Seletiva Solidária e Reciclagem do Óleo de Cozinha Residual	Meio Ambiente	Implantar a coleta seletiva de resíduos sólidos e a coleta e reciclagem do óleo de cozinha residual, fundamentados numa perspectiva socioambiental, como forma de contribuir para um ambiente mais limpo e salubre, bem como gerar trabalho e renda de modo a desencadear ações de combate à miséria.	1
Equipamentos e Formação em Metarreciclagem	Meio Ambiente	Criar um laboratório para realização de reciclagem dos aparelhos (recebimento de materiais, triagem/separação de cada componente, documentação dos materiais, descaracterização dos materiais por tipo e reaproveitamento) e de oficinas de reciclagem, manutenção e montagem de microcomputadores.	1
Gestão comunitária de resíduos orgânicos e agricultura urbana	Meio Ambiente	Promover a gestão descentralizada com envolvimento comunitário, valorização dos resíduos orgânicos através da compostagem e o desenvolvimento da agricultura urbana para a promoção da saúde e qualidade de vida.	1
Macrocoop Social – Reciclando e Formando Cidadãos.	Meio Ambiente	Viabilizar o descarte adequado de resíduos eletrônicos e de informática, sem agredir o meio ambiente e, conseqüentemente, as pessoas, permitindo a conscientização da população.	4
NIT: game desenvolvido para conscientização da	Meio Ambiente	Promover ações educacionais no ensino médio, detalhando as relações entre os seguintes temas:	2

Nome da Tecnologia Social	Tema principal	Objetivo	Replicação
reciclagem do Lixo Tecnológico		ambiente escolar, problemas sociais e ambientais e recursos tecnológicos, com o desenvolvimento de um game.	
Reciclo	Meio Ambiente	Conscientizar seus colaboradores, escolas públicas locais e a comunidade da importância do correto destino do lixo e a preservação do meio ambiente, incentivando a coleta seletiva.	1
Caminhos da Reciclagem	Renda	Fortalecer organizações de catadores por meio da melhoria de seus processos de produção, gestão e comercialização, visando sua sustentabilidade e autogestão e promovendo o empoderamento e a inclusão econômica e social do catador.	9
Coletivo Reciclagem	Renda	Contribuir para inclusão socioprodutiva de cooperativas de catadores na cadeia formal de materiais recicláveis e assim aumentar a renda e empoderamento de seus membros.	100
Implantação de Usinas de Reciclagem de Entulho com modelo diferenciado de gestão	Renda	Solucionar os problemas municipais dos resíduos da construção civil e demolição e ao mesmo tempo beneficiando a parte social, ambiental e econômico.	2
Metodologia de Incubação Rede Catabahia de Empreendimentos Sociais de Reciclagem	Renda	Contribuir para o combate da pobreza e pobreza extrema dos catadores de materiais recicláveis organizando uma rede de comercialização integrada ultrapassando os intermediários e comercializando diretamente com as indústrias recicladoras, melhorando a qualidade de vida do catador e do ambiente urbano.	9
Reciclagem com Cidadania: Formação de Associação de	Renda	Organizar os catadores em uma associação sem fins lucrativos e, a partir da metodologia de trabalho	1

Nome da Tecnologia Social	Tema principal	Objetivo	Replicação
Catadores Ecológicos		associativo e organizativo, capacitá-los em temas sobre reciclagem, trabalho coletivo, separação de material, etc.	
Reciclagem: Oportunidade de Transformação Social	Renda	Proporcionar a adolescentes em situação de risco social uma formação cidadã, através de oficinas socioeducativas, compromisso com a educação ambiental, profissionalização e prática da reciclagem.	1
Reciclomóvel	Renda	Transportar material para a reciclagem sem ter um custo alto economicamente e de fácil manuseio.	1

Fonte: FBB. Compilado pelas autoras.

Entre as TS encontradas e compiladas no Quadro 1, observa-se que das 15 TS, 7 contemplam o tema principal da geração de renda, 6 sobre meio ambiente, 1 sobre educação e 1 sobre energia. Tal enfoque na geração de renda pode ser entendido a partir da própria premissa do conceito de TS apresentado nesse estudo, em que Rodrigues e Barbieri (2008) destacam que a TS pode ser produto, técnica ou metodologia replicável que representem efetivas soluções de transformação social e que sejam de domínio público. Outra questão que se destaca no Quadro 1 refere-se a replicação da TS “coletivo de reciclagem”, segundo os dados do Banco de TS, foi replicada 100 vezes. Este dado fortalece o que Rodrigues e Barbieri (2008) mencionam sobre a TS como um processo que estimula a democracia e que seja de domínio público, sendo essa uma condição necessária para viabilizar e replicar a TS.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo foi o de mapear tecnologias sociais que apresentassem potencial de serem replicadas em cooperativa de reciclagem. As evidências indicam um universo de Tecnologias que podem ser reaplicadas nas cooperativas de resíduos sólidos e podem servir de

exemplo para inspirar os cooperados a desenvolvê-la visto que as TS disponíveis no Banco de Tecnologias Sociais da Fundação Banco do Brasil podem ser replicadas em qualquer contexto no campo da reciclagem. Foi possível constatar que todas as TS identificadas teriam possibilidades de ser replicadas no campo da reciclagem de resíduos sólidos. Visto que as premissas da TS já fazem a indicação da possibilidade de replicação em qualquer contexto, o que necessita ser investigado é a demanda social dos contextos de replicação.

REFERÊNCIAS

DIAS, Rafael de Brito; Novaes, Henrique Tahan. Contribuições da Economia da Inovação para a Reflexão acerca da Tecnologia Social. in Dagnino, Renato Peixoto. Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade. (Org.) Renato Dagnino; colaboradores :Bagattolli, Carolina ...[et al.] .Campinas,SP:IG/UNICAMP, 2009.

FBB. Fundação Banco do Brasil. Banco de Tecnologia Social. Disponível em: <http://www.fbb.org.br/tecnologiasocial/> acessado em junho 2016. FBB.

JESUS, Vanessa M. Brito de; COSTA, Adriano Borges . Tecnologia social: breve referencial teórico e experiências ilustrativas. in COSTA, Adriano Borges, (Org.) Tecnologia Social e Políticas Públicas. São Paulo: Instituto Pólis; Brasília: Fundação Banco do Brasil, 2013.

NOVAES, Henrique T. DIAS, Rafael. Contribuições ao Marco Analítico-Conceitual da Tecnologia Social. in Dagnino, Renato Peixoto. Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade. (Org.) Renato Dagnino; colaboradores: Bagattolli, Carolina ...[et al.]. Campinas,SP.:IG/UNICAMP, 2009.

RODRIGUES, Ivete; BARBIERI, José Carlos. A emergência da tecnologia social: revisitando o movimento da tecnologia apropriada como estratégia de desenvolvimento sustentável. rap — Rio de Janeiro 42(6):1069-94, nov./dez. 2008.

**DISTRIBUIÇÃO DAS SALAS DE CINEMA NO RIO GRANDE DO SUL:
CONSIDERAÇÕES NO PERÍODO DE 2005 A 2012**

JUDITE SANSON DE BEM²⁰⁷
MARGARETE PANERAI ARAUJO²⁰⁸
MOISÉS WAISMANN²⁰⁹
LEANDRO DA SILVEIRA LOPES²¹⁰

Resumo: O cinema, como bem cultural e sua transformação, territorial e tecnologicamente, no Rio Grande do Sul, acompanhou uma evolução nacional. Houve uma concentração espacial, na distribuição das salas de cinema especialmente nas cidades com maior população, como foi o caso de Porto Alegre, capital do RS. O objetivo do artigo é retratar parcialmente as alterações ocorridas no território rio-grandense. A metodologia foi descritiva. Foi possível concluir, para o período de estudo, existiu uma concentração na capital gaúcha, no número de salas, mas, sobretudo em locais com um potencial *multiplex*.

Palavras-chave: Porto Alegre; salas de cinema; distribuição.

Abstract: The cinema as a cultural good and its transformation, territorial and technologically, in Rio Grande do Sul, followed a national trend. There was a spatial concentration in the distribution of cinema especially in the cities with the largest population, as was the case of Porto Alegre, Rio Grande do Sul capital. The purpose of the article is partially depict the changes in the Rio Grande territory. The methodology was descriptive. It was concluded, for the study period, there was a concentration in the state capital, the number of rooms, but especially in places with a multiplex potential.

Keywords: Porto Alegre; cinemas; distribution.

Introdução

A distribuição de equipamentos públicos e privados de cultura revela se a cidade é equilibrada ou não entre crescimento urbano e a distribuição

²⁰⁷ Pós Doutora em Economia da Cultura pela UFRGS (2014), Doutorado em História Íbero Americana PUCRS (2001); Coordenadora do Curso de Ciências Econômicas e professora e pesquisadora da linha de pesquisa em Memória e Gestão Cultural do Mestrado Profissional em Memória Social e Bens Culturais do UNILASALLE; professora da Universidade de Caxias (UCS). Email: jsanson@terra.com.br.

²⁰⁸ Pós Doutora em Administração Pública e de Empresas em Políticas e Estratégias pela FGV/EBAPE/RJ (2013); e Pós Doutora em Comunicação Social, Cidadania e Região pelas Cátedras UNESCO e Gestão de Cidades na UMESP (2010); Doutorado em Comunicação Social pela PUCRS (2004); É professora e pesquisadora da linha de pesquisa em Memória e Gestão Cultural, vinculada ao Programa de Mestrado Profissional em Memória Social e Bens Culturais UNILASALLE. E-mail: mpanerai@terra.com.br.

²⁰⁹ Doutor em Educação pela UNISINOS (2013). Professor e pesquisador da linha de pesquisa em Memória e Gestão Cultural do Mestrado Profissional em Memória Social e Bens Culturais. (Coordenador do Observatório UNILASALLE; Trabalho, Gestão e Políticas Públicas). Email: moises.waismann@unilasalle.edu.br.

²¹⁰ Mestre do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais do Centro Universitário La Salle (UNILASALLE). E-mail: llopes@cpovo.net.

dos equipamentos culturais, segundo Botelho (2004). O desequilíbrio na distribuição de equipamentos culturais pelo espaço da cidade é acrescido e justificado por inúmeras formas e de diferenças no uso destes equipamentos, além de outros fatores decisivos na definição do seu uso por parte da população. Esse artigo destaca a distribuição das salas de cinema no Estado do Rio Grande do Sul especialmente no período de 2005 a 2012. A relevância do artigo está na necessidade de incentivo e facilitação a cultura, que devem ser promovidas. Porém, não basta a democratização e acesso aos espaços culturais, pois algumas regiões são desprovidas de equipamentos culturais segundo Botelho (2004).

Nesse sentido, o objetivo foi retratar parcialmente as alterações ocorridas no período em estudo fazendo uso de uma metodologia quantitativo-descritiva. O artigo está apresentado em duas seções: a primeira aborda uma caracterização do cinema as considerações decorrentes das análises. A segunda aborda as conclusões seguidas das referências.

O cinema no Rio Grande do Sul (RS) concentração e caracterização

A exibição visual no Estado do Rio Grande do Sul tem uma história tão antiga, quanto à do cinema no Brasil e no mundo. Paralelamente à afirmação da atividade cinematográfica de exibição em Porto Alegre, houve a sua expansão pelo interior do Estado, e após 1920, as projeções aconteceram em diferentes localidades, sendo que, em algumas delas, foram a partir da instalação de salas de cinemas²¹¹.

²¹¹ A lista a seguir, obtida de ADIB (2013), levanta a maior parte das cidades que, na história do RS, experimentaram a realização de exibições ou a criação de salas cinemas com as respectivas datas desses acontecimentos: Porto Alegre (década de 1880), Santa Maria (1898), Santa Cruz (1902), Rio Grande (1904), Caxias do Sul (1907), Pelotas e São Leopoldo (1909), Bom Jesus (1911), Alegrete, Cruz Alta e Montenegro (1911), Antônio Prado e Conceição do Arroio – hoje, Osório (1912), Bagé e Canoas (1914), Guaporé e Palmeira das Missões (1916), Lajeado (1919), Vacaria (década de 20), Santana do Livramento (1920), Estrela (1921), Panambi (1923), Torres (1927), Gramado (1929), Erechim (1931), Encantado, Marcelino Ramos, Roca Sales e Canguçu (1939), Passo Fundo e São Luis Gonzaga (1942), Pinheiro Machado (1944), Lagoa Vermelha (1945-47), Lavras e Carazinho (1947), Uruguaiana, Caçapava do Sul, Cachoeira do Sul e Santa Rosa (1952), Santo Antônio da Patrulha e Viamão (1953), Carazinho e Ijuí (1955), Marau, Nova Prata e Nova Petrópolis (1956), Não-Me-Toque (1957), Faxinal do Soturno (1958), e, por fim, Minas do Camaquã (1970).

No início dos anos de 1960, menos de seis dezenas de cidades gaúchas eram dotadas de infraestrutura de exibição e até o início dos anos 1970 esse número cresceu. Após longo período de expansão pelo interior e de estabilização, houve a chegada aos anos 1990, que trouxe o advento da revolução digital, causando o fechamento de muitas salas de exibição, tanto no interior, como na capital.

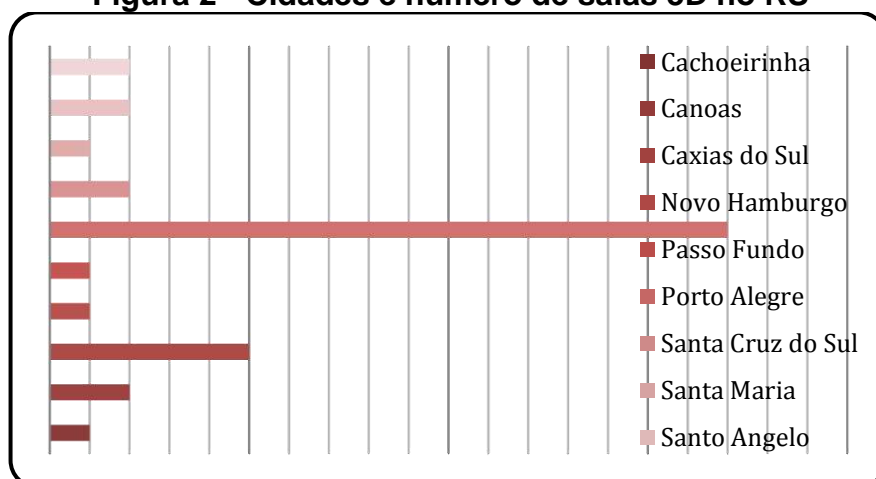
Assim como no Brasil, no RS o impacto competitivo das novas tecnologias trouxe reflexos à evolução do número de salas no espaço territorial. Diferentes cidades gaúchas viram desaparecer alguns dos seus tradicionais cinemas, como: Novo Hamburgo (1989), Carazinho (1990), São Leopoldo (1994), e assim por diante, segundo Carlos Adib (2013), resultando, que algumas localidades ficaram sem salas de projeção. Contrariamente, o número de salas de cinema continuou a crescer no Estado, porém elas além das novas tecnologias essas foram se transferindo das ruas para os *shoppings Centers*. Isso oportunizou uma conclusão, segundo SEDAC (2012, p. 31) de que no Brasil e no RS “existe uma má distribuição pelo Estado das salas de cinema” Tal fato indica que a implantação de cinemas não é um negócio que garante rentabilidade em todos os lugares.

Praticamente nenhuma cidade do RS com menos de 10 mil habitantes possui salas de cinema. Em sua larga maioria, as salas de cinema se encontram na Região Metropolitana, ou em centros urbanos regionais, como é o caso de Pelotas, Rio Grande, Santa Maria, Santa Cruz do Sul, Santo Ângelo e Passo Fundo. [...] Nem a décima parte dos municípios sul-rio-grandenses possuem a prática de exibição em massa do produto audiovisual. Esse dado, aliado à taxa não satisfatória de salas de cinema no interior, cria uma evidente dificuldade de circulação do produto final audiovisual, dificultando sua ramificação econômica em solo gaúcho, antecipando a capacidade comercial do produto (SEDAC, 2012, p. 34).

Para conduzir uma análise dessa evolução da distribuição espacial dos cinemas no RS, é preciso traçar um perfil do seu mercado de exibição cinematográfica. Também é necessário situar esse mercado, através de suas principais variáveis e indicadores, no contexto evolutivo do mercado

brasileiro. Em 2012, o Rio Grande do Sul possuía 496 municípios e uma população total de 10.768.025 habitantes. No mesmo ano, possuía 61 cinemas distribuídos por apenas 34 municípios. Esses cinemas totalizavam 160 salas, que, no universo de exibição do Brasil, representavam 6,30%. Do total das salas de cinema existentes no Estado em 2012, 34 delas já contemplavam tecnologia para exibição em 3D e se distribuíam por 10 municípios (figura 2).

Figura 2 - Cidades e número de salas 3D no RS



Fonte: Lopes (2014). Nota: Dados extraídos do Filme B (2014).

De acordo com Lopes (2014), nesse período não é possível afirmar, que houve significativo crescimento, mas essa elevação foi associada, à expansão das instalações comerciais na capital, e aos resultados de investimentos das empresas em salas com sofisticadas tecnologias digitais e com padrão 3D. Lopes ainda complementa:

Dos 496 municípios gaúchos, apenas 43 possuíam cinemas em 2005 (8,65%), os quais abrigavam um total de 139 salas. Ao longo dos anos da série, o número de cidades com cinema decaiu para 34. Ao todo, 7 cidades viram nascer cinemas (São Sebastião do Caí, Quaraí, Caçapava, São Luiz Gonzaga, Campo Bom, Venâncio Aires e Cachoeira do Sul), 1 cidade viu nascer e desaparecer (Rio Grande), e 16 cidades viram os seus cinemas fechar (Arroio do Sal, Guaporé, Torres, Canela, Tramandaí, Taquara, Carazinho, São Borja, Vacaria, Cruz Alta, Camaquã, Farroupilha, Sapiranga, Alegrete, Ijuí e Gravataí). Com isso, o percentual de municípios com cinemas caiu para 6,84% (LOPES, 2014, p.120).

Com base nessas referências teóricas apresenta-se elementos para a análise.

Metodologia e Análise de dados

As informações metodológicas destacam a distribuição das salas de cinema no Estado do Rio Grande do Sul especialmente no período de 2005 a 2012 tendo como referência a coleta de dados de fonte secundária que contribuem para o entendimento do objetivo desse artigo.

Um olhar mais detalhado, a partir da leitura da tabela 1 representa o número de habitante por sala por faixa de população em uma evolução no RS. Essa pesquisa realizada possibilitou algumas inferências:

Tabela 1 – Habitante/sala por faixa de população – evolução no RS

Faixa de População	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Até 20.000 hab.	778.750	779.234	778.925	1.156.966	1.145.379	1.144.169	1.135.170	1.124.300
20.001 a 50.000 hab.	160.508	121.551	142.948	154.303	216.146	217.702	177.073	160.000
50.001 a 100.000 hab.	72.026	84.219	114.535	127.417	127.638	118.786	139.054	130.000
100.001 a 500.000 hab.	57.163	67.286	73.399	72.361	67.331	69.069	62.277	50.000
Acima de 500.000 hab.	23.520	27.300	25.389	20.292	20.655	21.353	21.425	10.000

Fonte: Lopes (2014). Nota: Dados extraídos do Filme B (2014).

1. O coeficiente (habitante/sala) aumentou em todas as faixas populacionais, exceto entre as cidades da faixa 5 (acima de 500 mil habitantes).
2. Na 1ª faixa, a relação, que já era ruim, com 778.750 habitantes/sala, piorou muito, indo a 1.124.300 hab./sala. Embora se constate uma queda da população dentro da faixa (2.336.250 para 2.248.601 pessoas), devido ao êxodo, a explicação da abrupta elevação do índice é a existência, no estrato, de apenas duas cidades com cinemas (Nova Petrópolis e Arroio do Sal), contendo um total muito baixo de salas (3). Esse número caiu para a metade (2) em 2012. Visto que, nesse ano, Arroio do Sal já não tinha mais cinema, restou na faixa apenas a cidade de Nova Petrópolis com instalação fixa.

3. O indicador, no 2º segmento, cresceu um pouco, passando de 160.508 para 163.970 habitantes. A principal explicação para a 'estabilidade' do índice é que a considerável perda de mais de 280.000 pessoas, sofrida pelo estrato, foi contrabalançada pela redução na quantidade de salas, ou seja, de 13 para 11.
4. Na 3ª faixa, o indicador subiu mais (81.029 para 139.217), sendo o aumento explicado por duas razões: Houve um acréscimo populacional, que conduziu a cifra de 1.296.471 para 1.670.605 habitantes, decorrente, em parte, do êxodo originado das localidades menores; a outra razão foi que o número de salas de cinemas no estrato caiu significativamente de 18 para 12.
5. No 4º segmento, houve também um pequeno aumento do número de salas por habitante (57.163 a 59.482hab./sala). Embora durante o período a população tenha aumentado para 255 mil habitantes, isso foi compensado pelo número de salas de cinemas, que também cresceu, passando de 59 a 61 salas.
6. O 5º segmento foi o único indicador que baixou. Trata-se da faixa acima dos 500 mil habitantes, composta apenas por Porto Alegre. Mesmo tendo ocorrido um crescimento da população nessa faixa, esse foi apenas tíbio (1.387.722 a 1.416.714 hab.). Nesse estrato, o valor do indicador em 2005 (23.520 habitantes/sala) já atestava níveis mais altos da oferta de instalações de exibição, o coeficiente melhorou devido, basicamente, ao crescimento do número de salas de cinemas na capital, 56 para 74.

Mesmo entre as cidades onde, durante o intervalo de tempo 2005-2012, se tem presenciado a existência de salas de exibição, a relação habitante/sala subiu, passando de 19.824 para 54.040 hab./sala.

Considerações finais

Esta trajetória proposta no estudo esteve condicionada a movimentos econômicos e sociais, mas, sobretudo as dificuldades de manutenção do número de salas de cinema de rua frente às comodidades oferecidas pelas localizadas nos *shoppings centers*, que oferecem uma

maior segurança e lazer, bem como, todas às tecnologias disponíveis de reprodução com tecnologia intensiva em conhecimento.

Assim, após o levantamento dos dados pôde-se constatar, que a concentração no Estado está localizada na capital gaúcha, onde se verificam o maior número de salas, mas, sobretudo os locais onde o potencial *multiplex*, com tecnologias 3D e IMAX que são economicamente rentáveis.

Por algum tempo, acreditou-se que o essencial era construir centros e espaços de cultura ou incentivar a frequência a museus ou teatros, desenvolver políticas de facilitação de acesso à cultura que trariam, quase que automaticamente, uma resposta positiva da população antes excluída deste terreno. A experiência mostrou que isto não bastava, conforme Botelho (2004) e que uma mudança fundamental de paradigma era necessária. Trata-se sim, de aceitar a diversidade de padrões de cultura e, considerado o conjunto do que é produzido e colocado à disposição em termos de distribuição espacial, para que haja desenvolvimento cultural.

Referências

ADIB, Carlos Arlindo. **Cinema no interior do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre [s.ed.]: 2013. Disponível em: <http://www.carlosadib.com.br/ciners_fatos.html>. Acessado em: 16 jun.2014.

BOTELHO, Isaura. **Os equipamentos culturais na cidade de São Paulo: um desafio para a gestão pública**. In Espaço e Debates – Revista de Estudos regionais e urbanos. Nº 43/44. REDES- Revista hispana para el análisis de redes sociales. 2004. Disponível em: http://www.fflch.usp.br/centrodametropole/antigo/v1/pdf/espaco_debates.pdf. Acessado em: 16 agost. 2016.

BERNARDET, Jean-Claude. **Historiografia clássica do cinema brasileiro - metodologia e pedagogia**. São Paulo: Annablume, 2008, 2ª ed.

FILME B. **Database Brasil**. Rio de Janeiro: 2014. Disponível em: <<http://www.filmeb.com.br/database/html/home.php>>. Acessado em: 14 fev. 2014.

LOPES, Leandro da Silveira. **A indústria criativa e a evolução da distribuição das salas de exibição cinematográfica nos municípios do Rio Grande do Sul entre 2005 e 2012.** UNILASALLE. Dissertação de Mestrado em Memória Social e Bens Culturais. CANOAS, 2014

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA DO RS (SEDAC). **Plano Estadual da Cultura.** Porto Alegre: 2012. CD-ROM.

**INSTITUTO PESTALOZZI CANOAS - MEMÓRIA INSTITUCIONAL: UM
OLHAR DAS *LIFES HISTORIE* DE CHARLOTTE LINDE²¹²**

MIREILE STEINER DE SOUSA²¹³
TAMÁRA CECÍLIA KARAWEJCZYK²¹⁴

Resumo: As histórias de vida são modos de contar aos outros quem somos e o que eles devem saber sobre nós e de que forma queremos ser identificados. Este artigo tece algumas considerações de pesquisas sobre narrativas efetuadas por Charlotte Linde e o efeito destas nas instituições. O Testamento Espiritual Cinquentenário é uma autobiografia do Instituto Pestalozzi, uma narrativa escrita de acontecimentos e fatos que permearam a escola no período de cinquenta anos (1926-1976). A narrativa identifica as contínuas mudanças econômicas, políticas e sociais que refletiram na Instituição entrelaçadas a história de vida de seu fundador Thiago Würth identificando o senso de pertencimento e o resgate da identidade da educação especial na cidade de Canoas.

Palavras-chave: Histórias de vida. Narrativas. Instituto Pestalozzi. Würth

Abstract: The life stories are ways to tell others who we are and what they should know about us and how we want to be identified. This article presents some considerations of research on narratives made by Charlotte Linde and the effect of these institutions. The Spiritual Testament Cinquanteaire is an autobiography of the Pestalozzi Institute, a narrative writing events and facts that permeated the school in the fifty-year period (1926-1976). The narrative identifies the continuous economic, political and social reflected the institution intertwined the history of life of its founder Thiago Würth identifying the sense of belonging and the rescue of the identity of special education in the city of Canoas.

Keywords: Life stories. Narratives. Pestalozzi Institute. Würth.

Introdução:

Elegi “*O Testamento Espiritual do Cinquentenário do Instituto Pestalozzi*” para a análise e confecção deste artigo, sob o viés das narrativas de *Histórias de vida* de Charlotte Linde, antropóloga e linguista,

²¹² Charlotte Linde é antropóloga e linguista na NASA Ames Research Center. Seu título informal é Sócio-RocketScientist: provavelmente o único no mundo. Ela é a autora de dois livros sobre narrativa e memória: “Histórias de Vida: a criação de coerência” e “Working the Past: narrativa e memória institucional”, ambos Oxford University Press.

²¹³ Mestranda em Memória Social e Bens Culturais do Unilasalle, Advogada da Universidade Luterana do Brasil (ULBRA)

²¹⁴ Doutora em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atualmente é professora e pesquisadora do PPG em Memória Social e Bens Culturais do Unilaalle - Canoas/RS, na linha de pesquisa Memória e Gestão Cultural. Lider do Grupo de Pesquisa Gestão do Conhecimento, Mudança e Aprendizagem do Unilasalle/CNPQ. Atua também como docente no curso de administração e recursos humanos do Unilasalle. Tem experiência nas áreas de aprendizagem e gestão do conhecimento, formação gerencial, comportamento organizacional, gestão cultural e coaching. Possui publicações nacionais e internacionais sobre estes temas

com intuito de analisar o teor das narrativas de um dos documentos que parametrizam a Memória Institucional da entidade, personificada através de seu fundador Thiago Würth e construída através da gestão de seus sucessores Erna Würth e Armando Würth, memória e história institucional que perdurou por mais de 80 (oitenta) anos. Portanto, recorto diversos parágrafos que integram o testamento cinquentenário para consubstanciar as narrativas frente as pesquisas realizadas por Linde, colacionando-os com o intuito de identificar a memória institucional do Pestalozzi.

O Testamento Espiritual do Cinquentenário do Instituto Pestalozzi reproduz, dentre outros documentos o registro de fatos que ocorreram no período de 26.10.1926 até 26.10.1975, e traduz as dificuldades enfrentadas pela Instituição no tocante a custos operacionais e encargos sociais para a manutenção da escola, dentre fatos históricos que tiveram Thiago Würth à frente dos melhoramentos para a cidade de Canoas, quanto sua atuação nas esferas estaduais e nacionais na luta dos direitos dos alunos excepcionais.

Estudos baseados em documentos como material primordial, sejam revisões bibliográficas, sejam pesquisas historiográficas, extraem deles toda a análise, organizando-os e interpretando-os segundo os objetivos da investigação proposta. É, pois, o tratamento metodológico de documentos que destacarei neste trabalho, tendo como pano de fundo o Testamento Espiritual.

No caso em tela, Testamento Espiritual é identificado com um documento escrito narrativo sob o olhar do fundador Thiago Würth em relação a sua obra social, portanto através da abstração dos dados objetiva-se além da descrição das características do grupo Instituto Educacional Pestalozzi Canoas, no período de cinquenta anos de sua existência, como também, os fatos que entrelaçaram as vidas das pessoas envolvidas diretamente e indiretamente com a obra social, neste diapasão, a fonte de pesquisa utilizada é documental, qual seja, o Testamento Espiritual do Cinquentenário do Instituto Educacional esclarecendo que o tipo de abordagem relativa aos dados obtidos na narrativa do documento testamental é qualitativa.

Registra-se que a tipologia metodológica adotada na investigação científica deste artigo é de cunho descritiva e explicativa; combinando-se para elucidação de como aquele grupo social integrante ao Instituto Pestalozzi Canoas identificava-se naquele período.

No Brasil, o Instituto Pestalozzi foi criado em 1926 no Rio Grande do Sul, inaugurado na cidade de Canoas e reconhecido como a primeira instituição especializada no atendimento de crianças com deficiência mental. Seus fundadores, Thiago e Johanna Würth trazem a experiência do suíço Johann Heinrich Pestalozzi²¹⁵, que propunha a inclusão da criança marginalizada pela deficiência e fora da escola regular.

A Educação Especial é uma modalidade da educação ofertada aos sujeitos com deficiência que demonstram dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares, e que, durante muito tempo, teve uma configuração paralela ao ensino comum, ou seja, em classes e escolas especializadas. Em tal formato paralelo, a Educação Especial se apresentava como um espaço substitutivo para aqueles que, por algum motivo, não conseguiam acompanhar o ensino regular; era ofertada, na maioria dos casos, em instituições filantrópicas, como o Pestalozzi.

2. Histórias de vida, narrativas e identidade institucional:

As narrativas podem ser utilizadas por instituições ou grupos nas práticas de memorização como um importante caminho para construção e apresentação do que elas são e fizeram no passado, podendo utilizar este passado no presente para projetar melhor seu futuro. Linde, ao discutir narrativa e memória institucional, aponta que a narrativa estabelece identidades à medida que trabalha para responder a pergunta “Quem nós somos” (Linde, 2009, p.4) Neste sentir utilizaremos o Testamento Espiritual

²¹⁵ Johann Heinrich Pestalozzi (Zurique, 12 de janeiro de 1746 — Brugg, 17 de fevereiro de 1827) foi um pedagogo suíço e educador pioneiro da reforma educacional. Inovador da educação, Pestalozzi lançou as bases da educação moderna ao conceber um sistema de ensino prático e flexível, que procurava estimular as faculdades intelectuais e físicas da criança. Para a mentalidade contemporânea, amor talvez não seja a primeira palavra que venha à cabeça quando se fala em ciência, método ou teoria. Mas o afeto teve papel central na obra de pensadores que lançaram os fundamentos da pedagogia moderna.

do Cinquentenário do Instituto Pestalozzi como instrumento narrativo escrito dos fatos e acontecimentos da Instituição atrelados à história de vida de seu fundador, Thiago Würth. Neste diapasão, recorta vários parágrafos do testamento para elucidar a trajetória institucional, assim colaciona o primeiro parágrafo, que segue:

Celebrações na Instituição Pestalozzi tinham relevância na comunidade canoense, a exemplo no bi-centenário teve a presença da artista Dinah Nery Pereira, que dirigiu o hino Pestalozzi, com a participação de 200 (duzentas) vozes juvenis e acompanhamento da Orquestra Municipal. Como também, o escultor gaúcho Fernando Corona ofereceu para o Instituto um busto moldado em bronze, do patrono Pestalozzi, a obra está localizada no pátio frontal do Instituto. (Testamento Espiritual 1975, p.11)

A presença do gestor Thiago Würth nas diversas esferas políticas e com prestígio ímpar na comunidade local e até internacional, para dar visibilidade da educação especial, o Instituto Pestalozzi, não contribuíram para amenizar as dificuldades financeiras que a obra educacional enfrentava para sua manutenção. Neste sentir transcreve-se parte do testamento, que segue:

Mesmo com a dedicação integral dos fundadores e o aumento do número de alunos, ora enviado sempre em número maior pelas autoridades estaduais, ou os alunos indicados por sócios patrocinadores, que as contribuições aos poucos passaram a minguar. A obra Pestalozzi ficou por anos dependendo da tenacidade de seus fundadores já que por vários anos a Instituição permanecia sem convênios assinados, e com coberturas deficitárias e incertas. Testamento Espiritual 1975, p.8)

Família Würth por décadas dedicou-se a Educação Especial através do Instituto Pestalozzi fundada por Thiago Matheus Würth²¹⁶ e Joana

²¹⁶ Thiago Matheus Würth Nasceu na Baviera, Alemanha, em 28 de fevereiro de 1893. Passou os primeiros anos de sua vida na Alemanha, França, Suíça e Bélgica. Casou, na Alemanha, com a Sra. Joana Thoma Würth, em 1917, vindo para o Brasil, em 1918. Naturalizando-se brasileiro em 1924 Em 1926, fundou o Instituto Pestalozzi de Canoas, instituição pioneira no Brasil, em educação especial.

Thoma Würth desta união dois de seus filhos, Armando Würth²¹⁷ e Erna Guilhermina Würth²¹⁸ continuaram o legado de seus pais, dedicando-se ao magistério e a obra educacional.

Este artigo tece algumas considerações de pesquisas sobre narrativas em instituições efetuadas por Charlotte Linde considerando o efeito sobre as formas e trabalho das narrativas dentro das instituições e para aquelas instituições. Esta questão é importante para a lingüística, e para a análise do discurso, em particular, uma vez existirem restrições forte sobre as narrativas contadas dentro deles, institucional, e reciprocamente, narrativas têm um forte papel na criação e reprodução das instituições. Existem duas abordagens básicas para o estudo da narrativa institucional, como indicado abaixo:

Charlotte Linde utiliza o termo "instituição" ao invés de organização; a primeira razão para a escolha é uso comum e o reconhecimento como um termo mais amplo, tais como a prática de educação, direito e medicina. A autora utiliza o termo instituição para representar qualquer grupo social que tem uma continuidade existência ao longo do tempo, independentemente do seu grau de reificação ou estatuto formal.

As histórias de vida, como mostra Linde (1993, p.20), são modos de contar aos outros quem somos e o que eles devem saber sobre nós e de que forma queremos ser identificados. Logo, poderíamos acolher o Testamento Espiritual como uma auto-apresentação do Instituto Pestalozzi, uma narrativa escrita de acontecimentos e fatos que permearam a escola

²¹⁷ Armando Würth Nascido em 15 de novembro de 1921, em Porto Alegre. Professor municipal em Canoas, de 1941 a 1945. Professor da Escola La Salle Canoas de 1941 a 1954. Inspetor Escolar da Escola Municipal em 1945. Autor da lei de incentivos para atração de indústrias que marcou o deslanche da industrialização no município de canoas em 1956. Professor do serviço social de menores, de 1945 à 1962, em Porto Alegre. Professor da SEC, de 1963 a 1973, em Porto Alegre. Diretor de Educação e Cultura do Município de Canoas, de 1945 a 1964. Chefe do gabinete civil de Ildo Menegatti, de 1962 à 1964. Superintendente Acadêmico das Faculdades Canoenses da Comunidade Evangélica Luterana São Paulo-CELSP, de 1978 a 1979, em Canoas. Pró-Reitor de Graduação da Universidade Luterana do Brasil – ULBRA, de 1979 a 1992. Presidente da 14 Região da Federação Nacional das Sociedades Pestalozzi do Brasil. Em 1958 presidiu a Câmara Municipal, quando foi prefeito substituto.

²¹⁸ Erna Guilhermina Würth Nascida em 24.11.1918, na cidade de Porto Alegre. cursou Pedagogia na PUC. Atuou como professora e depois de 1945, como Diretora do Instituto Pestalozzi por 40 (quarenta), pois, a escolar funcionou em regime de internato até o ano de 1958, até seu falecimento em 1984.

no período de cinquenta anos. De acordo com Linde (1993), por exemplo, histórias de vida funcionam para a criação de identidades pessoais, porque, quando contamos histórias, estamos dizendo como nos tornamos e transmitimos o que outros precisam saber sobre nós, neste sentir. E mais, nós usamos essas histórias para pedir ou negociar participação no grupo e demonstrar que nós somos de fato membros legítimos desse grupo, entendendo e seguindo corretamente seus padrões morais.

As histórias de vida devem contemplar dois critérios: apresentar um ponto sobre a própria pessoa que a conta e não sobre o mundo em geral; e ter reportabilidade estendida (Linde, 1993, p. 21).

O primeiro critério depende da noção de ponto avaliativo da história. Todas as histórias são de certa forma, avaliativas, uma vez que deve demonstrar um ponto, i.e., a relevância daquela narrativa para o momento em que está sendo contada. Histórias podem conter avaliações que expressem (a) a personalidade e o caráter do narrador; e (b) opiniões sobre como o mundo funciona. Somente as histórias que contém um ponto avaliativo com foco no narrador podem ser incluídas no conjunto história de vida.

O segundo critério, que Linde (1993, p. 21) chama de reportabilidade estendida, está associado ao potencial que a história tem para ser contada e recontada ao longo de um extenso período de tempo. A autora (ibid.: 21) defende que o princípio da reportabilidade forma uma parte da avaliação: “Um evento não é reportável se é algo que acontece todos os dias, para ser transformado em uma história, um evento deve ser tanto incomum de alguma forma ou contrário às expectativas ou normas”. Para um evento reportável adquirir uma reportabilidade estendida, ele normalmente aborda um marco na biografia do falante. No entanto, a autora (ibid.: 22) ressalta que a reportabilidade não depende somente da natureza do evento, mas também da relação do falante com o ouvinte, da quantidade de tempo que separa o evento de sua narração, e das habilidades do falante como narrador.

Linde assegura que a avaliação pode ser estrutura em duas dimensões: referência à reportabilidade e referência às normas sociais. A

primeira explica que a qualidade de reportabilidade das histórias tem a ver com a sua não previsibilidade ou quebra de expectativa dentro de um padrão cultural de normalidade. A segunda dimensão remonta à qualidade normativa da linguagem.

Por serem unidades construídas em longo prazo, por toda uma vida, uma característica das histórias de vida é a descontinuidade: histórias de vida estão necessariamente sujeitas a revisão e mudança, uma vez que os falantes descartam alguns significados antigos e acrescentam novos significados para partes de sua história de vida (Linde, 1993, p. 4). Ademais, uma história de vida também é uma estrutura aberta. Linde (ibid.: 27) assegura que uma história de vida se inicia e continua a se constituir ao longo da vida do ser, sem haver uma noção clara de como será a sua forma final. Por ser uma unidade aberta, ela não é rigidamente restrita, e, portanto, o início da unidade não prediz totalmente a possibilidade do que o meio e o fim podem vir a ser. As estruturas discursivas que compõem as histórias de vida podem se constituir de três formas: narrativa, crônica e explicação.

Nesse sentido, a característica da reportabilidade pode não estar limitada àquilo a que o nosso conhecimento de mundo reconhece como um fato extraordinário. O “contável” pode estar associado a outros fatores, como a razão que levou o narrador a escolher, dentre outros fatos “contáveis”, aquele que será tratado como um fato extraordinário. Considerando que, a cada momento do ato de narrar, o narrador pode fazer diferentes “apresentações do eu” (Linde, 1993), pode-se entender que a reportabilidade identifica-se como componente central no processo de exposição da identidade do narrador, seja em suas dimensões locais e situadas, seja em suas dimensões históricas e socioculturais. Visível à interligação do narrador Instituto Pestalozzi, com os feitos do seu fundador, Thiago Würth, pois, a miscigenação é simbiótica, com o criador e sua obra.

As histórias de vida podem ser vistas como um tipo de narrativa através da qual as pessoas expressam o sentido que elas têm de si mesmas, no caso em tela, Thiago Würth e Joana Würth decidiram fundar

uma escola que acolhesse vários tipos de alunos que não eram aceitos na educação regular, conforme passa a transcrever abaixo:

Casos de educação especial como: aqueles repetentes, dificilmente educáveis, caracteriais, débeis mentais leves ou médios, desadaptados, quiçá inadaptados ou dificilmente adaptáveis, filhos de boas famílias, em conflitos, crianças e adolescentes traumatizados por fatores vários, como resultado de guerras, revoluções. Já outros casos em que os alunos eram deslocados, exilados, apátridas e, sob outros aspectos, eram de escolares exigindo tratamentos médicos sigilosos por famílias que não querem sofrer a humilhação de situação penosa (doenças mentais ou deficiência) e ainda, os pensionatos educacionais para talentos especiais. Testamento Espiritual 1975, p.2)

Assim, ao contarem histórias de vida as pessoas estarão lidando com “certos tipos de eventos marcantes tais como escolha de profissão, casamento ou conversão religiosa ou ideológica de qualquer tipo” (Linde, 1993, p.11). Outro fator importante na caracterização de uma história de vida é que a mesma será sempre uma unidade oral, já que autobiografias escritas possuem outras características (idem. 14).

A história de vida é uma unidade social, ela tem de ser compartilhada entre as pessoas e, sendo localizada socialmente, depende de um público para lhe conferir existência. Esse caráter de orientação faz com que uma mesma história possa ser contada de diferentes modos dependendo do público, contexto e objetivo. Isso significa que não somos livres para construir uma história de vida de qualquer modo (idem, 1993, p.7), já que temos que nos adequar às expectativas de nosso grupo (e é sempre bom lembrar que as expectativas não são universais).

Segundo Linde (1993, p. 21), “uma história de vida consiste em todas as histórias e unidades associadas de discurso, tais como explicações e crônicas e as conexões entre elas, contadas por um indivíduo durante o curso de sua vida”. Linde (1993) nos fornece o que ela chama de uma “definição técnica” desse instrumento metodológico e que, ao apresentar algumas de suas características, já nos ajuda a compreender o porquê de sua escolha.

Tais histórias precisam, de acordo com Linde (1993), satisfazer a dois critérios: precisam dizer algo sobre o falante em si, e não sobre o mundo em geral; precisam ter “reportabilidade estendida”, isto é, precisam ser contadas e recontadas ao longo da vida. Gostaria de destacar dois pontos nessa definição proposta por Linde (1993). O primeiro é que, ao afirmar que as histórias precisam dizer algo sobre o falante para que sejam consideradas como parte integrante de sua história de vida, a autora está destacando o fato de que as histórias de vida possuem papel importante no processo de construção de nossas identidades sociais. As narrativas que contamos ao longo de nossas vidas atuam na construção de quem somos ou, como afirma Linde (1993, p. 3) em outro momento, “as histórias de vida expressam nossa ideia de ser: quem nós somos e como chegamos àquele ponto”. Portanto, colaciona-se parágrafo que menciona a participação do fundador Thiago Würth, na revolução de 1930:

Ao irromper a Revolução Nacional já estava Tiago Würth na secretaria do interior preparando um contato com grandes líderes políticos, as Leis Sociais que posteriormente a Revolução de 30 acabaram sendo implementadas. Na época foram criados o Ministério do trabalho com Lindolfo Collor, como primeiro titular, e o Ministério Dualista da Educação e da Saúde, tendo como titular o médico social Dr. Belizário Pena. Com ambos os titulares ficou de um trabalho de mais de um ano, novamente uma destas amizades que perduraram até a morte. Quanto Tiago Würth convidado a cargo no Rio, apenas solicitou a continuação do patrocínio da sua obra no Rio Grande do Sul.

No retorno a obra Pestalozziana, levava Tiago Würth, a continuidade de grandes amizades articuladas na capital Federal: O ministro do Supremo Tribunal Augusto Sabóia Lima, e sua equipe de magistrados criadores e mantenedores de uma magnífica obra assistência educacional, o Patronato de Menores. Testamento Espiritual 1975, p.5)

Linde (1993) nos fornece um bom resumo das características das narrativas que precisam estar sempre no horizonte da análise dos dados; são situadas no tempo e espaço, de forma que temos que ter em vista o contexto de produção das histórias narradas; onde envolvem atores e

eventos; interligando-os a histórias de vida, no caso do Instituto Pestalozzi, com significados sócios-culturais, sendo aqueles coadjuvantes em atribuir coerência às narrativas.

Com relação aos aspectos socioculturais, Linde (1993) nos lembra de que a própria noção de histórias de vida não pode ser tomada como um conceito universal, sendo que as narrativas que geralmente são incorporadas em uma história de vida, os mecanismos de atribuição de coerência, bem como o que conta ou não como uma história de vida variam por serem produtos de culturas particulares.

Linde (1993) ainda cita outros três aspectos: do caráter social, descontínuo e oral das histórias de vida. Em relação ao aspecto social das histórias de vida, Linde (1993, p. 3) nos explica que tais unidades discursivas, enquanto amplas práticas sociais possuem conseqüências tanto para o indivíduo como para o grupo como um todo. Em relação ao caráter descontínuo das histórias de vida, Linde (1993) destaca que são por natureza abertas e fragmentadas. Abertas tendo em vista que não possuem uma visão clara de qual ou quando será seu fim. Fragmentadas por serem compostas por uma multiplicidade de narrativas contadas ao longo de uma vida que juntas formam o que chamamos de uma história de vida. Tais narrativas variam de acordo com o momento, o contexto e os participantes para quem é contada, característica essa que também dialoga com a teorização sobre desempenho quando falam da importância da audiência na avaliação e validação, inclusive as performances narrativas.

Como aponta Linde (1993, p. 4), “em diferentes tempos, ocasiões e com diferentes pessoas, indivíduos fornecem relatos diferentes sobre o mesmo fato e sobre as razões pelas quais eles ocorreram”. Surge aí um processo de revisão através do qual os sujeitos refletem e avaliam suas próprias trajetórias, adicionando ou substituindo sentidos às suas histórias de vida dependendo sempre do contexto social e histórico no qual se encontram o potencial das narrativas e histórias de vida em proporcionar um movimento de reflexão acerca das nossas crenças, valores e identidades. Neste contexto, transcreve-se parágrafo que indica a

colaboração de médicos expoentes estaduais em apoio a obra da Pestalozziana, como segue:

Foi a era da consolidação da Obra Pestalozziana, como instituição mista, na qual cooperavam com a iniciativa privada com progressivas medidas de amparo oficial que coexistia uma paridade para manutenção da mesma, com a colaboração de beneméritos, entre eles, Raul Moreira e Florêncio Ygartua, com colaboração médica e constante apoio moral e profissional. Testamento Espiritual 1975, p.4)

Depreende-se que o testamento espiritual cinquentenário, não oportuniza o dialogo entre várias histórias de vidas que participaram na Instituição Pestalozzi, como alunos, professores, pais e colaboradores, indicando que provavelmente, teriam outras narrativas, ora, subtraindo fatos abordados pelo seu fundador, e em outros momentos agregando outros olhares frente a fatos que não integraram a narrativa testamentária.

Alicerçados neste viés concorda que as histórias de vida se configuram como discursos necessariamente abertos, fragmentados e até mesmo contraditórios, tendo em vista que ao longo de nossas vidas nos encontramos em situações e contextos diferentes nos quais ocupamos posições distintas nas relações de poder, o que requer que nos engajemos no citado processo reflexivas acerca das histórias que contamos.

Paradoxalmente a essa ideia de que as histórias de vida são discursos abertos e descontínuos, os indivíduos são sempre instigados a construir para si uma história de vida coerente e contínua, afinal, é através das narrativas que contamos e construímos os sentidos sobre nós mesmos enquanto sujeitos estáveis e coerentes e enquanto membros legítimos de um grupo social. Em atendimento a coerência da luta para alterar a realidade vivida pelos deficientes mentais, Thiago Würth, faz apelo nacional para modificação da nomenclatura “*anormais*” para “deficiências”, conforme transcrito:

Em 1939, a voz de Thiago Würth foi aclamada quando na Fundação de Ortopedagogia formulou o seu apelo histórico pela supressão do termo “anormais” substituídos por “deficientes”, termo que os franceses modificaram para o de “inadaptados” e na Alemanha o

de escolares dificilmente educáveis, *termo que o Instituto Interamericano del Niño já lançou, ha pouco, na América Latina. Testamento Espiritual 1975, p.14)*

No entanto, Linde (1993) reconhece que esse processo de atribuir um sentido de coerência às nossas histórias de vida não é tarefa fácil, além de ser o próprio sentido de coerência variável. Segundo a autora, trata-se na verdade, de uma obrigação social para nos sentirmos como integrantes de uma determinada cultura, bem como uma obrigação com nós mesmos na tarefa de conferir um sentido coerente às nossas vidas. Nesse sentido, é interessante observar como o professor Thiago Würth trabalhou para conferir coerência e estabilidade às suas narrativas sobre a construção de um gestor engajado com sua obra para assistência de alunos deficientes que eram excluídos da comunidade escolar, e, sua luta para resguardar os direitos mínimos deste grupo social que integrava a comunidade local.

Linde (1993) faz uma diferenciação entre o caráter oral das histórias e as biografias, que seriam de natureza escrita e tendo, portanto, suas próprias demandas e mercados. Acredito que a natureza do *Testamento Espiritual* pode ser considerada como uma biografia institucional do Pestalozzi, rico material para analisarmos juntamente com a construção da história de vida de Thiago Würth e sua família.

No caso de uma narrativa escrita, o autor pode voltar atrás e rever, apagar e/ ou acrescentar detalhes antes de finalizar seu texto, enquanto que em uma narração oral, esse processo é aberto e está em andamento, o que torna ainda mais visível os recursos utilizados no sentido de tornar suas performances aceitáveis, assim como os possíveis improvisos que podem surgir durante a “repetição” da performance narrativa oral.

Importante destacar os estudos de Linde (1993), que aborda as narrativas a partir do conceito de *life stories*. De acordo com Linde (1993, p. 21), histórias de vida são compostas por um conjunto coerente de histórias e unidades discursivas, contadas por um indivíduo durante o curso de sua vida. Convencionalmente, inclui certos tipos de acontecimentos marcantes, como a escolha da profissão, casamento, divórcio, conversões religiosas ou ideológicas, etc. No entanto, o conceito de história de vida não é

universal, tanto no seu conteúdo (eventos que ela inclui ou exclui) como na sua forma (as estruturas usadas para estabelecer coerência), trata-se de um produto de uma cultura particular (Linde, 1993, p. 11).

Conforme expõe a autora (1993, p. 153), avaliações que trazem esse traço normativo compõe o coração da narrativa, visto que “a narrativa oral visa muito mais alcançar um acordo sobre significados morais em diversas ações do que um simples reportar destas mesmas ações”. Assim como as histórias de vida (Linde, 1993) expressam nosso sentido de self, organizam nossas experiências e noções sobre a vida em sociedade, nossas avaliações tornam compreensível o tipo de pessoa que somos ou que parecemos ser em determinado contexto social. Através das avaliações demonstramos quais comportamentos achamos adequados ou não e, conseqüentemente, deixamos transparecer nossos valores morais. Por isso, quando avaliamos um ponto específico da narrativa, uma experiência ou ação humana, estamos construindo a nossa identidade social e a identidade social do outro (de quem avaliamos). O testamento espiritual é uma narrativa escrita, uma declaração dos acontecimentos, fatos e também uma avaliação pessoal de seus fundadores frente a sua obra de vida, ora materializada na Instituição Pestalozzi, conforme transcrição, abaixo:

Lutando intensamente para o todo da ação nacional, nunca soube ele abordar francamente a sua lenta e progressiva desolação. Sempre cortes, sempre respeitoso, sempre leal e fiel a causa geral, não encontrou idêntica lealdade e fraternidade operante quanto a necessidade vital da própria obra. Nos últimos anos a manutenção por subsídios oficiais, vem provocar uma parcimônia, que o vulto crescente dos necessitados impusera aos órgãos governamentais em medidas de economia que não levavam em conta a situação peculiar da histórica obra rio-grandense, da qual irradiou-se um conjunto de fagulhas geradoras de obras novas, enquanto os dois veteranos, fundadores da obra Pestalozziana do extremo sul do Brasil, chegam as vésperas do cinqüentenário a uma incógnita quanto ao prêmio que crerem mereça a Instituição. Testamento Espiritual 1975, p.15)

Considerações finais:

A lógica do pensar, avaliar, narrar e identificar-se num contexto social pode ser utilizado para reportar a Instituição, por equiparação, a pessoa humana, na construção da identidade. E neste sentir que o Instituto Pestalozzi conta sua história marcada pelo tempo e mudanças sociais que consubstanciaram a educação da pessoa deficiente conforme identificada em seu testamento.

O testamento espiritual do Instituto favorece a construção de uma dupla identidade entrelaçando as histórias de vida do fundador, Thiago Würth, com a história do Instituto Pestalozzi, demonstrando que existe correlação na trajetória de vida de ambos conectando a pessoa física quanto à pessoa jurídica. Pois, a Instituição Pestalozzi é uma sociedade civil que se inclui as organizações que prestam serviços de interesse público, integrantes do terceiro setor, cujo objetivo não é a busca pelo lucro, mas a satisfação do interesse social das pessoas portadoras de deficiência mental que necessitam de educação especial.

É possível dizer que as narrativas escritas de caráter testamentário são identificadas como linha mestra da memória institucional. Neste sentido compreende-se que há simbiose entre a história de vida de seu fundador e a narrativa testamentária institucional. O documento testamentário expressa de forma fidedigna à realidade dos fatos que ocorreram no Instituto Pestalozzi? Sendo o testamento espiritual institucional uma modalidade de narrativa efetuada apenas por seus fundadores, pode se dizer que reflete as incertezas e aflições institucionais?

Neste sentir é importante compreender que para responder as questões abordadas talvez sejam necessários outros documentos que corroborem com as narrativas testamentárias. Pois, o presente estudo tem o intuito de comprovar que tal documento expressa não apenas as fatos e acontecimentos, mas, sim, narra as angustias e incerteza sentidas pelo gestor, um reflexo deste sentimento também absorvido pelas pessoas que integram a Instituição. Preliminarmente, essas questões oriundas do documento testamentário merecem reflexões e desmembramentos para contribuição da memória institucional.

Referências:

LINDE, Charlotte. Life stories: The Creation of Coherence. New York, NY, Oxford University Press, 1993.

LINDE, Charlotte Working the Past: Narrative and Institutional Memory - Senior Research Scientist, Oxford University Press, 2008.

Documentos/acervo público Prefeitura Municipal de Canoas - Secretária de Cultura – Unidade de Patrimônio Histórico Arquivo e Museu, documentos produzidos pelo Instituto Pestalozzi e Thiago Würth: Testamento do Cinquentenário do Instituto Pestalozzi em 01/01/1975.

REFLEXÕES SOBRE A APLICAÇÃO DA LEI ROUANET AO PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO: 2006 E 2015

JUDITE SANSON DE BEM²¹⁹

MARGARETE PANERAI ARAUJO²²⁰

MOISÉS WAISMANN²²¹

NOÊMIA FÁTIMA RODRIGUES²²²

Resumo: Este trabalho apresenta uma reflexão sobre políticas públicas de cultura destacando a Lei Rouanet como principal fonte de financiamento da cultura no Brasil, e a sua destinação de recursos para a preservação do patrimônio entre 2006 e 2015. Os procedimentos utilizados na demonstração desse artigo foram bibliográficos consistindo em uma pesquisa qualitativa e quantitativa. Infere-se que o sucesso dessas estratégias de valorização de vínculos culturais agrega valores simbólicos e sociais a discussão do papel patrimonial e permite estabelecer um conjunto de possíveis formas de revalorização desta cadeia produtiva.

Palavras-chave: Políticas públicas; Cultura; Lei Rouanet; Patrimônio.

Abstract: This paper presents a reflection on public cultural policy highlighting the Rouanet Law as the main source of cultural funding in Brazil, and its allocation of resources for the preservation of heritage between 2006 and 2015. The procedures used in the demonstration of this article were bibliographic consisting of a qualitative and quantitative research. that success is inferred these cultural ties valuation strategies adds symbolic and social values the discussion of the economic role and allows a set of possible ways of upgrading this production chain.

Keywords: Public policy; Culture; Rouanet; Patrimony

Introdução

A preocupação efetiva no Brasil, com as políticas culturais, se configurou ativamente com a Constituição de 1988 acompanhado de uma ampliação da noção de patrimônio histórico e cultural e, na década de

²¹⁹ Pós Doutora em Economia da Cultura pela UFRGS (2014), Doutorado em História Íbero Americana PUCRS (2001); Coordenadora do Curso de Ciências Econômicas e professora e pesquisadora da linha de pesquisa em Memória e Gestão Cultural do Mestrado Profissional em Memória Social e Bens Culturais do UNILASALLE; professora da Universidade de Caxias (UCS). Email: jsanson@terra.com.br.

²²⁰ Pós Doutora em Administração Pública e de Empresas em Políticas e Estratégias pela FGV/EBAPE/RJ (2013); e Pós Doutora em Comunicação Social, Cidadania e Região pelas Cátedras UNESCO e Gestão de Cidades na UMESP (2010); Doutorado em Comunicação Social pela PUCRS (2004); É professora e pesquisadora da linha de pesquisa em Memória e Gestão Cultural, vinculada ao Programa de Mestrado Profissional em Memória Social e Bens Culturais UNILASALLE. E-mail: mpanerai@terra.com.br.

²²¹ Doutor em Educação pela UNISINOS (2013). Professor e pesquisador da linha de pesquisa em Memória e Gestão Cultural do Mestrado Profissional em Memória Social e Bens Culturais. Coordenador do Observatório UNILASALLE; Trabalho, Gestão e Políticas Públicas). Email: moises.waismann@bol.com.br.

²²² Mestre do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais do Centro Universitário La Salle (UNILASALLE). E-mail: noemia03@yahoo.com.br.

1990, as modificações no financiamento à cultura. A partir dos anos de 1990 houve uma percepção mais clara dos efeitos que as atividades culturais geraram sobre a economia e os indicadores sociais. A difusão e o acesso dos cidadãos à cultura tornaram-se um direito, e “os direitos sociais são aqueles que dizem respeito a um mínimo de bem-estar econômico, de participação, de ser e viver na plenitude a civilização” (SIMIS, 2007, p. 134).

Assim, o objetivo deste artigo é refletir sobre as políticas culturais, em específico a lei Rouanet, principal fonte de financiamento da cultura no Brasil, e os valores destinados à preservação do patrimônio de 2006 e 2015. O patrimônio é um resultado do processo de feixes multifacetados, que envolvem o conjunto dos bens culturais e se tornaram, à medida que a sociedade evoluiu mais valorizados e protegidos pela sociedade, na qual estão inseridos, e pelos organismos governamentais no âmbito nacional e internacional. Para Rodrigues (2015, p. 25):

[...] o patrimônio cultural pode ser compreendido, atualmente, como o conjunto dos bens culturais que se referem às identidades coletivas. Sob essa “nova” perspectiva, aborda-se a temática protetiva de forma mais ampla, pois é possível englobar também as múltiplas paisagens; arquiteturas; tradições; particularidades gastronômicas; expressões artísticas; documentos e sítios arqueológicos como patrimônio cultural de uma determinada coletividade de indivíduos.

Assim, relevância deste artigo está em problematizar algumas articulações possíveis e suas configurações entre o que se entende por política cultural e o financiamento do patrimônio no Brasil entre 2006 e 2015. O artigo está dividido 2 partes: nas políticas culturais e história parcial no Brasil, e a aplicação da Lei Rouanet ao caso do patrimônio cultural brasileiro. Segue as considerações finais e referências.

1. Política Cultural: definição e desdobramentos no Brasil

Para Coelho (1997) a política pública cultural é entendida como programa de intervenções realizadas pelo Estado, instituições, ou outros

visando satisfazer as necessidades culturais da população e promover o desenvolvimento de suas apresentações simbólicas. A mesma que se consolida como um conjunto de iniciativas, tomadas por esses agentes, visa promover produção, a distribuição e o uso da cultura, a preservação e divulgação do patrimônio histórico e o ordenamento do aparelho burocrático por elas responsável. Assim, a política cultural pode ser vista como ferramenta do desenvolvimento.

Com o avançar do século XX, sobretudo após os anos de 1980, as políticas públicas no Brasil e, entre elas as políticas culturais, se tornaram mais formais, persistentes e passaram a contemplar um maior profissionalismo. Especificadamente, após a década de 1980 pela Lei Sarney e, nos anos de 1990, pela edição da chamada Lei Rounet.

A primeira e efetiva Lei de Incentivo à Cultura do Brasil, foi a Lei Federal nº 7.505, de 02 de julho de 1986 – Lei Sarney, que introduzia uma questão financeira, que a distinguiu de outras ações anteriores: o Governo reduziu o seu financiamento direto e indicava, que as verbas fossem captadas no mercado, em especial, através da renúncia fiscal (financiamento indireto).

Em 1990, o Presidente Fernando Collor de Mello promoveu outra alteração na proteção à cultura no Brasil, extinguindo o Ministério da Cultura e outros órgãos ligados à essa área. Além disso, suspendeu os benefícios fiscais da Lei Sarney, bem como a possibilidade de se efetuarem as deduções para efeito do Imposto de Renda. No governo Collor, ainda, em 23 de dezembro de 1991 foi sancionada uma nova Lei Federal de Incentivo à Cultura, a Lei nº 8.313, conhecida como Lei Rouanet por ter sido elaborada pelo então Secretário de Cultura da Presidência da República, Sérgio Paulo Rouanet.

A Lei Rouanet criou o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC) com a finalidade de captar e canalizar recursos financeiros para a cultura. O PRONAC foi implementado através de três mecanismos: (i) Fundo Nacional de Cultura (FNC), (ii) Fundos de Investimento Cultural e Artístico (FICART), (iii) Incentivos a projetos culturais (Mecenato). O Fundo

Nacional de Cultura (FNC) foi responsável pelo financiamento dos projetos culturais a fundo perdidos, através do apoio público direto.

No início do governo de Fernando Henrique Cardoso, entre 1994/1995 foi constituído um grupo de trabalho com vistas a redefinir a Lei Rouanet, que culminou em alterações, conforme, Reis (2009):

a) O incremento de 2% para 5% do percentual de abatimento do Imposto de Renda de pessoas jurídicas para o patrocínio, visando, assim, tornar os projetos mais atraentes para as empresas, sob o ponto de vista fiscal.

b) O reconhecimento do agente cultural no desenvolvimento e na intermediação dos projetos culturais, possibilitando, que o custo desta atividade fosse incluído nos orçamentos dos mesmos. Como consequência desta legitimação ocorre à busca de maior profissionalização do setor cultural, o qual se apresentou como um setor interdisciplinar, podendo absorver uma série de profissionais das mais diversas áreas do conhecimento.

c) A possibilidade de envio de projetos ao Ministério da Cultura durante todo o ano, fornecendo, assim, maior flexibilidade às empresas incentivadoras.

d) Redução do prazo oficial para apreciação das propostas culturais pelo MinC, de 90 para 60 dias.

Com o advento e o aprimoramento dessas leis de incentivo fiscal e, a conformação do financiamento à cultura que, passou por alterações, onde o Estado abdica de parte da receita proveniente de determinado imposto, foi considerado uma forma de incentivo fiscal. Inclui-se que a presença de empresas como patrocinadoras do setor cultural passou a consistir num fenômeno mundial, conhecido no modelo neoliberal, no qual os Estados tendo reduzido seus investimentos nas áreas sociais, também o fizeram no setor cultural. A França foi um dos países que não aderiu a este modelo, sendo ainda considerado um principal agente de financiamento da cultura (NASCIMENTO, 2007).

2. A aplicação da Lei Rouanet ao caso do patrimônio cultural brasileiro

As informações metodológicas de descrição da aplicação da lei Rouanet tem como referencia a coleta de dados de fonte secundária que contribuem para o entendimento do objetivo desse artigo de refletir sobre políticas públicas de cultura destacando a Lei Rouanet como principal fonte de financiamento da cultura no Brasil, e a sua destinação de recursos para a preservação do patrimônio entre 2006 e 2015. Assim, a tabela 1 apresenta o valor total e a quantidade de projetos captados pelo mecenato no Brasil e sua distribuição pelas cinco regiões geográficas nos anos de 2006 e 2015.

Tabela 1 – Valor e quantidade de projetos captados por mecenato, no Brasil e nas regiões geográficas, nos anos de 2006 e 2015.

	Valor		Projetos	
	2006	2015	2006	2015
Brasil	1.603.375.994,05	1.428.551.690,70	2.929	3.122
Centro Oeste	53.306.083,23	33.262.296,43	130	86
Nordeste	104.913.886,03	65.403.445,11	222	213
Norte	12.082.441,47	9.391.658,58	46	30
Sudeste	1.280.641.304,16	1.133.017.452,13	2.020	1.901
Sul	152.432.279,16	187.476.838,45	511	892

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura disponível em <<http://sistemas.cultura.gov.br/salicnet/Salicnet/Salicnet.php>>Nota: Valores atualizados pelo Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna (IGP-DI) para 1º janeiro de 2016

De acordo com os dados da tabela 1 é possível verificar, que a Região Sudeste captou mais de 79% dos valores de todos os projetos através do mecenato, em 2006 e 2015. Em seguida estava a Região Sul, com 9,5% em 2006, aumentando para 13,12% em 2015. Esta variação foi positiva, dado que os valores totais foram reduzidos em 10,9%, sendo acompanhada de redução de participação de outras regiões, como é o caso do Nordeste, que de 6,54% passa para 4,57% no total dos valores (-30,12%). Quanto ao número de projetos, houve, no período em estudo, um aumento de 6,58%, mas a única região com desempenho real positivo foi a Sul.

A tabela 2 apresenta os dados (valores e quantidades de projetos) especificadamente na área do Patrimônio Cultural, no Brasil e por região.

Tabela 2 – Valor e quantidade de projetos captados por mecenato na área do Patrimônio Cultural, no Brasil e nas regiões naturais, nos anos de 2006 e 2015.

	Valor		Projetos	
	2006	2015	2006	2015
Brasil	266.398.665,91	139.295.935,43	275	146
Centro Oeste	6.302.648,59	36.368,88	13	1
Nordeste	34.951.550,64	8.216.639,65	37	10
Norte	3.530.342,13	910.231,83	7	2
Sudeste	182.613.616,16	116.088.752,90	162	81
Sul	39.000.508,39	14.043.942,17	56	52

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura disponível em <<http://sistemas.cultura.gov.br/salicnet/Salicnet/Salicnet.php>>

Nota: Valores atualizados pelo Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna (IGP-DI) para 1º janeiro de 2016.

Nesta também é possível verificar a importância da Região Sudeste no total da rubrica e a redução acentuada dos valores para tal, em termos de Brasil como um todo (-47,71%). Todas as regiões viram reduzir os valores destinados ao patrimônio cultural, com ênfase para o Centro Oeste e Norte.

O número de Projetos, neste segmento cultural, também oscilou negativamente. Estes valores decrescentes são reflexos, entre outros, do segundo ano sucessivo de crise econômica do país, o que levou a uma redução de caixa do Ministério da Cultura e da disposição dos investidores em despender recursos em áreas ditas “não estratégicas”.

Considerações finais

Assim, nessa reflexão foi possível verificar, que os dados regionais mostram que as regiões captaram valores crescentes em projetos através do mecenato, no período de 2006 e 2015, demonstrando o crescimento do interesse da iniciativa privada ou de empresas públicas junto às leis de incentivo a cultura. Mas, esta presença de empresas, como patrocinadoras no setor cultural, embora consista em um fenômeno mundial, também representou o uso dos recursos públicos para marketing ou mesmo, para reduzir o pagamento de tributos ao fisco e não simplesmente, no investimento em cultura, porque a mesma é considerada uma fonte de desenvolvimento. O resultado deste contexto é dúbio: ao mesmo tempo em

que a sociedade cada vez mais é coparticipante, apoiando e fomentando a cultura, viu-se de um lado, uma política cultural, como um meio, para se atingir o aumento do bem estar da população cujo acesso contemplou aquelas pessoas com menor poder aquisitivo, e de outro lado, também se observou a concentração de recursos em regiões com maior renda do país (Sul e Sudeste). Nesse sentido, alguns benefícios do acesso são contrastadas pela disseminação não uniforme pelo território nacional.

Referências

BRASIL **Lei Federal nº 7.505/1986**. Dispõe sobre benefícios fiscais na área do imposto de renda concedidos a operações de caráter cultural ou artístico. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/L7505.htm. Acesso em 30 jun. 2014

BRASIL. **Lei Federal 8.313/91**. Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac). Brasília: Congresso Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 20 abril 2014.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura**. Disponível em: <http://sistemas.cultura.gov.br/salicnet/Salicnet/Salicnet.php>. Acesso em 20 abril 2014.

COELHO, Teixeira. **Dicionário Crítico de Política Cultural**. São Paulo: ILUMINURAS. 1997.

NASCIMENTO, Alberto Freire. **Política Cultural no Brasil: do Estado ao mercado**. Trabalho apresentado no III Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura ENECULT, realizado entre 23 a 25/05/ 2007, na Faculdade de Comunicação/UFBa, Salvador -Bahia- Brasil. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2007/AlbertoFreire.pdf>. Acesso em 23 abril 2014.

REIS, Ana Carla Fonseca. **Marketing cultural e financiamento da cultura: teoria e prática em um estudo internacional comparado**. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

RODRIGUES, Noemia Fatima. **Contribuições da Lei Rouanet para o Projeto Resgate do Patrimônio Histórico e Cultural da UFRGS**. Estudo de Caso. Dissertação de Mestrado em Memória Social e Bens Culturais, Centro Universitário La Salle, UNILASALLE. Canoas, 2015.

SIMIS, Anita. A política cultural como política pública In RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: Edufba, 2007.

Disponível em:

<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/138/1/Políticas%20culturais.pdf>.

Acesso em: 01 de fevereiro de 2016.

MEMÓRIA ORGANIZACIONAL DO TEATRO SÃO PEDRO: NOTAS INTRODUTÓRIAS

RENATA B. DELLAMEA FERRAZ²²³

JUDITE SANSON DE BEM²²⁴

Resumo: O objetivo do artigo é analisar a memória organizacional do Teatro São Pedro focando a gestão da Associação Amigos do Teatro São Pedro. O método utilizado é exploratório com estudo de caso e abordagem qualitativa. Os resultados parciais do estudo apontam que é a Associação quem efetivamente administra o teatro e que o processo democrático de gestão permite conduzir de forma mais eficiente à oferta de seus serviços.

Palavras-chaves: memória, gestão, cultura, Teatro São Pedro, patrimônio.

Abstract: The objective of this article is to analyze the organizational memory San Pedro Theatre focusing on the management of the Association Friends of the San Pedro Theatre. The method used is exploratory with case study and qualitative approach. The partial results of the study indicate that is the Association who effectively runs the theater and the democratic process management allows you to conduct more efficiently the supply of its services.

Keywords: memory, management, culture, Teatro São Pedro, patrimony.

1. Introdução

Com mais de 150 anos de história, o Teatro São Pedro ainda faz parte do cotidiano dos gaúchos, proporcionando uma variedade de encenações teatrais, oficinas, espetáculos e shows capazes de emocionar o público presente. Seu compromisso ultrapassa o palco, isto é, o teatro é um polo de difusão de arte e da cultura do sul do Brasil. Para isso, conta com a gestão da Associação Amigos do Teatro São Pedro que, desde os anos 80, trabalha para captar e administrar recursos que venham garantir a manutenção e expansão da infraestrutura física do teatro.

A partir disso, o propósito do artigo é analisar a memória organizacional do Teatro São Pedro, focando a gestão da Associação Amigos do Teatro São Pedro. Metodologicamente, será feita uma abordagem qualitativa das informações dos documentos da organização. O artigo está subdividido em três seções: a primeira, referencial teórico sobre memória organizacional; a segunda, descrição do Teatro São Pedro e da

²²³ Doutoranda em Memória e Bens Culturais Unilasalle/RS. Docente da Universidade Feevale (Novo Hamburgo/RS, Brasil). E-mail: llamea@terra.com.br

²²⁴ Doutora em História Ibero Americana PUC/RS. Docente do UNILASALLE (Canoas/RS, Brasil). E-mail: judite.bem@unilasalle.edu.br

Associação; e a terceira, reflexão da memória organizacional e da gestão da Associação. Além das considerações finais.

2. Memória organizacional: múltiplos conceitos

O conceito de memória organizacional não é exclusivo de uma área do conhecimento, muito pelo contrário, independentemente do conceito adotado, cada teoria trata de um ponto específico seja de conteúdo, forma e características que as fazem competir e gerar uma multiplicidade de termos. (PEREIRA, 2013)

Walsh e Ungson (1991, p. 61) definem a memória organizacional como a informação:

[...] armazenada a partir da história da organização e que pode ser recuperada para suportar decisões do presente. Essa informação é armazenada como uma consequência de decisões implementadas [...] pelas recordações individuais e através de interpretações compartilhadas.

Os autores entendem a memória a partir de três princípios: o primeiro aborda as organizações como sistemas que processam as informações do seu entorno; o segundo, aborda os sistemas de informação da organização a questão da interpretação, onde instrumentos para rastrear, interpretar e diagnosticar devem existir; e finalmente o terceiro, aborda a organização além de um sistema interpretativo. É uma rede de significados compartilhados através de uma linguagem comum e interações sociais cotidianas. (WALSH e UNGSON *apud* PEREIRA, 2013).

No modelo proposto por Walsh e Ungson (1991), a memória organizacional é composta de três elementos: aquisição de informações, retenção das informações e recuperação das informações. Quanto à *retenção*, os autores colocam que a memória é armazenada em recipientes (ou depositórios) e encontrada em diferentes localizações como nos *indivíduos*, através de suas experiências e observações; na *cultura*, voltada para o aprendizado, percepção, pensamento e sentimentos transmitidos; nas *transformações*, através dos insumos e produtos, processos e práticas de trabalho; nas *estruturas*, isto é, a estrutura organizacional adotada

impacta sobre o comportamento dos indivíduos e ambiente físico; na *ecologia*, onde o ambiente físico revela o tipo de organização; e *nos arquivos externos*, através de outros meios que não a própria organização.

Já Stein (1995, p. 22), define a memória organizacional como o meio pelo qual,

[...] o conhecimento do passado é exercido sobre as atividades atuais, resultando em níveis mais altos ou mais baixos de efetividade (...) por atividades incluem-se a tomada de decisão, organização, liderança, concepção controle, comunicação, planejamento, motivação [...].

A memória organizacional é entendida como algo multifacetado, essencial para o planejamento, comunicação, tomada de decisão e processamento das informações, sendo relevante para as práticas da gestão e para aumentar a eficácia e competitividade da organização. Além disso, é considerada um sistema social particular, um tipo específico de informação e definida em termos de conteúdo e processo, constituindo-se num mapa do seu passado. Conforme o modelo de Stein (1995), a memória tem como pressupostos a aquisição, retenção, manutenção e recuperação das informações. A *aquisição* está ligada a aprendizagem organizacional e pode ocorrer em níveis variados; a *retenção* está ligada a esquemas, scripts e sistemas; a *manutenção* está voltada à forma como a memória é mantida; e a *recuperação* voltada na utilização da informação.

De acordo com Lehner e Maier (2000), a memória organizacional deve ser compreendida numa abordagem interdisciplinar, contemplando a aprendizagem, inteligência competitiva, organização e desenvolvimento pessoal, gestão da inovação, cultura, teoria dos sistemas, psicologia e sociologia. A memória é enfatizada como um sistema capaz de armazenar informações que impacta na aprendizagem organizacional e gestão do conhecimento, onde a base do conhecimento de uma organização consiste na linguagem comum, nos valores e nas normas que fazem parte da cultura corporativa. Os autores advertem que o problema surge quando um funcionário sai da corporação, levando consigo as informações e recomendam que para diminuir esse risco o compartilhamento do

conhecimento deve ocorrer entre os vários colaboradores. Para os autores, a memória organizacional se relaciona com “coisas” abstratas como modelos, conceitos, teorias e esquemas de pensamento; e “coisas” concretas, como documentos, base de dados, base de conhecimento e repositório. A memória serve para entender o complexo desenvolvimento das organizações e estruturar os processos de mudanças das mesmas.

3. Teatro São Pedro: uma análise da Associação Amigos do Teatro São Pedro

Localizado no centro de Porto Alegre, na Praça da Matriz, entre a Assembleia Legislativa e o Palácio Piratini, o Teatro São Pedro resiste ao tempo. Inaugurado oficialmente em 27 de junho de 1858, onde estabeleceu um novo marco na vida cultural da cidade, sua história foi construída por momentos áureos, com a vinda de companhias teatrais estrangeiras; e por momentos difíceis, com as guerras e ditaduras, no século XX, que impactaram na qualidade e quantidade de seus espetáculos. Nos anos 1970, o teatro fechou devido às condições de infraestrutura precárias, o que culminou, no mesmo período, em uma proposta de restauração. (DAMASCENO, 1975)

Em 1982, tornou-se uma Fundação Estadual, pertencendo à estrutura organizacional da Secretaria da Cultura do Estado do Rio Grande do Sul. A Fundação segue as diretrizes traçadas pelos governos que desenvolve uma política cultural diferente a cada gestão. Para reforçar a obtenção de recursos públicos, nos anos 1980, criou-se, em paralelo, a Associação Amigos do Teatro São Pedro.

Hoje o local é um complexo cultural formado pelo Teatro São Pedro e o Multipalco São Pedro, ocupando uma área de 25 mil m² (Figura 1).

Figura 1 – Teatro São Pedro (a esquerda) e complexo Multipalco São Pedro (a direita) – vista aérea.



Fonte: www.teatrosaopedro.com.br. Foto: João Antonio Pires

Porto

O complexo envolve os seguintes espaços (www.teatrosaopedro.com.br):

- *Praça Multipalco*: onde estão localizados o Du'Attos Restaurante Multipalco e a Concha Acústica;
- *Concha Acústica*: onde proporciona espetáculos ao ar livre;
- *Du'Attos Restaurante Multipalco*;
- *Eco Telhado*: telhado verde presente no restaurante e nas áreas de recepção do Multiplaco;
- *Área Administrativa*: abriga os funcionários e a Orquestra de Câmara Teatro São Pedro, distribuídos em nove ilhas de trabalho;
- *Sala de Atendimento*: aos Associados;
- *Salas de Reunião*: composto de quatro salas;
- *Sala da Música*: composto de quatro salas, dois camarins, musicoteca e sala para guarda de instrumentos;
- *Centro Cultural Refap*: composto de cinco salas, sendo atualmente utilizado pelo projeto da Associação Sol Maior que atende crianças e jovens em condições de vulnerabilidade social, entre 7 e 14 anos;
- *Salas Múltiplas*: composto de salas próprias, sendo três moduláveis;
- *Sala da Dança*: destinada à criação de um corpo de baile;
- *Teatro Italiano*: principal palco do Multipalco;

- *Entrada Principal*: destinada a cafeteria e bar; quatro lojas e sala para entrevistas coletivas e reuniões;
- *Cine Teatro Oficina*: destinado à criação de espetáculos e propostas experimentais;
- *Cafeteria e Bar*: localizados no Foyer principal do Multipalco;
- *Sala da Imprensa*;
- *Lojas*: quatro lojas destinadas à prestação de serviços ao público;
- *Estacionamento*: 240 vagas distribuídas em três andares;
- *Memorial*: financiado pelo Grupo RBS, conta a trajetória histórica do Teatro.

Para se ter uma dimensão de seu complexo, a Figura 2 mostra o Teatro e algumas de suas dependências:

Figura 2 – Frente do Teatro São Pedro (esquerda) e Praça Multipalco (direita); Estacionamento (esquerda) e Sala de Dança (direita); Teatro Italiano (esquerda) e Sala de Oficina (direita).





Fonte: www.teatrosaopedro.com.br. Fotos: Luciane Pires, Dulce Helfer e João Antonio Pires Porto

Conforme uma das gestoras, que há mais de 10 anos trabalha na gestão, a Associação gerencia os recursos públicos e privados como as contribuições dos associados, as receitas do estacionamento e os investimentos advindos da Lei Rounet. A Associação é considerada case de sucesso, contanto, hoje, com mais de mil associados, tendo uma equipe de trabalho composta de cerca de 50 funcionários.

A Associação Amigos do Teatro São Pedro, é uma entidade de promoção cultural e artística que tem como finalidade apoiar as atividades afins da Fundação Teatro São Pedro, através da captação de recursos financeiros junto à pessoas, naturais ou jurídicas, públicas ou privadas, associadas ou não, para a execução de projetos, programas ou plano de ações. Conforme o Estatuto, a Associação não tem finalidade lucrativa, não remunera os ocupantes dos seus cargos de Diretoria e Conselhos. Na sua estrutura organizacional, há membros permanentes (fundadores), natos e eleitos que deliberam decisões acerca do funcionamento do teatro.

Constituem renda e patrimônio da Associação, as contribuições dos associados, as doações, os patrocínios, as subvenções, bem como todos os valores e bens móveis e imóveis que venha possuir. A prestação de contas deve ser submetida à Assembleia Geral e à Secretaria de Cultura do Estado, e em cada encerramento do seu exercício fiscal a Associação deve dar publicidade de sua gestão orçamentária.

4. Reflexão teórica da memória organizacional e a gestão da Associação

Resgatando o conceito de memória organizacional, proposta por Walsh e Ungson (1991) pode-se observar que o Teatro São Pedro conta com mais 150 anos de história, e sua memória pode ser encontrada em diversos lugares, nos indivíduos, na cultura, nas transformações, nas estruturas, no ambiente e nos arquivos externos.

Além disso, de acordo com o estudo de Stein (1995), pode-se ver que os gestores da Associação planejam e buscam formas de financiamento para manter e expandir o teatro e suas dependências, aumentando a eficácia da gestão. Isso é evidenciado através das parcerias das empresas privadas através da Lei Rouanet e da estratégia da Associação ter um Estacionamento próprio.

Por fim, vê-se que a Associação, em consonância com os estudos de Lehner e Maier (2000), tem uma gestão que permite armazenar diversas informações de suas ações possibilitando-a aprender com seu passado, além de ter associados fundadores que continuam contribuindo com suas *expertises* para à tomada de decisão.

5. Considerações finais

O objetivo desse artigo foi analisar a memória organizacional do Teatro São Pedro conduzido pela Associação Amigos do Teatro São Pedro. Com relação aos resultados encontrados evidencia-se quanto à memória organizacional do Teatro São Pedro que: a) as informações sobre o Teatro e sua história podem ser encontradas em documentos internos da Associação; b) a estrutura organizacional é bem definida; c) a equipe de trabalho é reduzida, mas possui associados com vasta experiência de gestão; d) os espaços são bem planejados e conservados; e) há captação de rendas de fontes diversas; f) a tomada de decisão dos gestores é democrática; g) e a existência de empresas parceiras é muito importante para expandir o local.

A partir dessas conclusões, percebe-se que o Teatro possui uma memória organizacional que lhe permite armazenar, reter, manter e

recuperar informações de áreas como comunicação, gestão do conhecimento, recursos humanos, finanças, aprendizagem entre outros, proporcionando aos gestores tomarem decisões mais efetivas para sua organização.

Referências

DAMASCENO, Athos; CESAR, G.; MORITZ, P.A.; CARO, H. **O Teatro São Pedro na vida cultural do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre; Departamento de Estudos Culturais da SEC, 1975.

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO TEATRO SÃO PEDRO. Porto Alegre, 1985.

LEHNER, F. e MAIER, R.K. **How can organizational memory theories contribute to organizational memory systems?** v. 2, n. 3/4, p. 277-298, 2000.

PEREIRA, Claudio de Souza. **Memória Organizacional: conceitos e práticas**. XXXVIII Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro, 2013.

STEIN, E. E. **Organizational Memory: Review of Concepts and Recommendations for Management**. In International Journal of Information Management. Vol, 15 nº.2. p.17-32, 1995.

TEATRO SÃO PEDRO. Disponível em: <https://www.teatrosaopedro.com.br/>

WALSH, J.P. y UNGSON, G.R. **Organizational Memory**. In Academy of Management Review. New York: Vol. 16, nº 1, p. 57-91. Janeiro, 1991.

NOMINANDO O AGRUPAMENTO DE MICROCERVEJARIAS DO BAIRRO ANCHIETA EM PORTO ALEGRE

RICARDO BUNEDER²²⁵
MOISÉS WAISMANN²²⁶

Resumo: A constatação da existência de um agrupamento de empresas produtoras de cerveja artesanal no bairro Anchieta, no município de Porto Alegre, motivou o autor a realizar pesquisa bibliográfica em periódicos nacionais com o objetivo de obter embasamento teórico para analisar se o referido agrupamento, inicialmente denominado de *Cluster* pelo autor, realmente assim poderia ser referenciado, dada a diversidade de nomes e classificações existentes na literatura. Dessa forma, o referido agrupamento empresarial teve suas características coletadas e comparadas com as de algumas denominações como *Cluster*, Arranjo Produtivo Local, Distrito Industrial, Cadeia Produtiva, Redes de Empresas e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais.

Palavras-chaves: agrupamentos de empresas, microcervejaria artesanal, arranjo produtivo local.

Abstract: The finding of a grouping of producers of craft beer in the Anchieta neighbourhood in the city of Porto Alegre motivated the author to conduct a literature research in national journals in order to obtain theoretical framework to analyse the group of micro-brews, study, initially called cluster by the author, really that could be called, given the diversity of names and classifications in literature. Thus, the mentioned business group had collected their characteristics and compared with those of some denominations as cluster arrangement Local Productive, Industrial District, Supply Chain, Network Business and Production Systems and Innovative Local.

Keywords: Groups of companies, craft microbrewery, local productive arrangement.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo é parte de uma pesquisa que visava verificar se o *cluster* de microcervejarias do bairro Anchieta, localizado no município de Porto Alegre, constituía-se em um patrimônio cultural, porém ao analisar a definição de *cluster* verificou-se que existem diferenças sutis entre os diversos conceitos de aglomerados industriais. Neste sentido, este estudo tem como problema de pesquisa investigar, a partir de uma revisão da

²²⁵ Professor da área de gestão e negócios da graduação do Centro Universitário La Salle/Canoas. E-mail: ricardo.buneder@unilasalle.edu.br.

²²⁶ Professor-pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais do Centro Universitário La Salle/Canoas. E-mail: moises.waismann@unilasalle.edu.br

literatura, como se pode nominar o agrupamento de microcervejarias do bairro Anchieta em Porto Alegre.

Este trabalho está organizado em quatro partes além desta introdução. Na primeira parte faz-se uma aproximação dos conceitos de concepções sobre agrupamentos empresariais. Na segunda parte apresenta-se um esboço do bairro Anchieta e das suas microcervejarias, bem como uma definição de qual tipo de agrupamento empresarial se tem. Por fim são apresentadas as conclusões finais e as referências bibliográficas.

2. CONCEPÇÕES SOBRE OS AGRUPAMENTOS EMPRESARIAIS

A discussão sobre o que se entende, ou o que são agrupamentos empresarias é complexa. Para dar conta desta tarefa, busca-se em Aquino e Bresciani (2005) auxílio conceitual. Os autores elaboraram um quadro que tem como finalidade apresentar as principais diferenças entre os conceitos de Distrito Industrial, Cadeia Produtiva, *Cluster* e Arranjos Produtivos Locais (APL).

Quadro 1 – Conceitos sobre os agrupamentos empresariais

Conceito	Distrito Industrial	Cadeia Produtiva	<i>Cluster</i>	APL
Concentração geográfica	Existente	Pode existir	Pode existir	Existente
Especialização setorial	Pode existir	Existente	Existente	Existente
Integração de atores	Pode existir	Pode existir	Fundamental	Fundamental
Cooperação entre empresas	Pode existir	Pode existir	Fundamental	Fundamental

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Aquino e Bresciani, 2005, p.

166

Neste sentido apresenta-se o quadro 1, que relaciona os quatro tipos de agrupamentos empresarias a quatro características específicas. Entende-se por concentração geográfica a aglomeração espacial de atividades industriais de um dado setor; por especialização setorial

entende-se o setor econômico a que pertencem as indústrias do aglomerado estudado; a integração de atores diz respeito ao grau de articulação/conexão entre os agentes econômicos, sociais e políticos presentes; por fim, entende-se por cooperação, o grau com que os atores do conglomerado cooperam entre si e trocam informações.

Pode-se notar no quadro acima que um Distrito Industrial demanda a existência de concentração geográfica de empresas, mas não necessariamente a especialização setorial, a integração entre os atores e a cooperação entre as empresas. Já para a existência de uma Cadeia Produtiva, a concentração geográfica, a integração de atores e a cooperação entre empresas não se constituem em um pré-requisito, porém a especialização setorial deve estar presente. Para a existência de um *Cluster*, a concentração geográfica não se constitui em um pré-requisito, porém a especialização setorial deve estar presente e a integração dos atores e a cooperação entre empresas são consideradas requisitos fundamentais. No que diz respeito ao Arranjo Produtivo Local (APL), a concentração geográfica e a especialização setorial são pré-requisitos, porém a integração de atores e a cooperação entre empresas são consideradas fundamentais.

Já Martins e Silva (2015) elaboraram um outro escopo de análise para os agrupamentos empresariais, onde suprimem dois tipos de agrupamentos (o Distrito Industrial e a Cadeia Produtiva), ao mesmo tempo em que sugerem outros dois (Redes de Empresas e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais). O quadro 2 apresenta as características deste outro desenho.

Quadro 2 - Características de agrupamentos empresariais

Características	APL	CL	RE	SPIL
Concentração geográfica de empresas	x	x		x
Concentração setorial de empresas	x	x		x
Empresas de pequeno e médio porte	x			
Existência ou não de acordos/contratos formais			x	
Formado por empresas e instituições de apoio	x	x		x
Não há outros atores, além das empresas independentes			x	
Não implica necessariamente na proximidade			x	

espacial de seus integrantes				
Destaque central na inovação, no vínculo e no aprendizado interativo entre empresas e demais atores, como fatores de competitividade				x

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Martins e Silva, 2015, p. 11

Nota-se da análise do referido quadro, que os Arranjos Produtivos Locais apresentam concentração geográfica e setorial de empresas, são compostos por empresas de pequeno e médio porte e são formados por empresas e instituições de apoio. Os *Clusters* apresentam concentração geográfica e setorial de empresas, além de serem formados por empresas e instituições de apoio.

As Redes de Empresas, por sua vez, podem apresentar acordos/contratos formais, não apresentam outros atores, além das empresas independentes, além de exigir a proximidade espacial de seus integrantes. Já os Sistemas Produtivos e Inovativos Locais apresentam concentração geográfica e setorial de empresas, são formados por empresas e instituições de apoio e apresentam destaque central na inovação, no vínculo e no aprendizado interativo entre empresas e demais atores, como fatores de competitividade.

Analisando-se as informações anteriores, é possível a elaboração do quadro 3, disposto na sequência, onde são disponibilizadas as características comuns aos Arranjos Produtivos Locais e aos *Clusters*, segundo os autores Aquino e Bresciani (2005) e Martins e Silva (2015).

Quadro 3 – Síntese comum dos agrupamentos empresariais

	Arranjo Produtivo Local	<i>Cluster</i>
Concentração Geográfica	Existente	Pode existir
Especialização Setorial	Existente	Existente
Cooperação entre Empresas (Tomando a característica "Existência ou não acordos/contratos formais" dentro desse parâmetro)	Divergência entre os autores citados	Divergência entre os autores citados

Fonte: Elaborado pelo autor

A análise do quadro 3 mostra que a concentração geográfica está presente quando se fala em Arranjos Produtivos Locais, porém para os *Clusters* sua presença não é obrigatória. A especialização setorial, no entanto, deve existir para ambos os tipos de aglomerados. Já quanto à cooperação entre empresas, existe uma divergência entre os autores estudados, visto que Aquino e Bresciani (2005) citam esse requisito como fundamental para a existência de Arranjos Produtivos Locais e *Clusters*, enquanto Martins e Silva (2015) não os colocam como característica para esses tipos de agrupamentos.

Faz-se necessário contextualizar as análises realizadas até aqui para tentar conceituar o agrupamento de microcervejarias do bairro Anchieta.

3. O agrupamento empresarial das Microcervejarias

O Município de Porto Alegre possui uma população total (2104) de 1.480.967 habitantes (FEE, 2016) distribuídos em uma área (2015) de 496,7 km². A densidade demográfica desse município é de (2013) 2.868,3 hab./km², com um Produto Interno Bruto (2013) de R\$ 57.379.337 mil e um PIB per capita (2013) de R\$ 39.091,64. O total de domicílios particulares é de 574.001 (SPM, 2016). Em 2016, a cidade conta com 81 bairros oficiais (SPM, 2016). Um destes é o Bairro Anchieta, assentado na zona norte da cidade, fazendo limite com a rodovia BR 290. Neste território localizam-se as Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul (CEASA/RS) e também vários galpões industriais de diversos tamanhos e usos. Esta região da cidade vem sendo escolhida por cervejeiros artesanais para instalar os seus equipamentos e fabricar este tipo de bebida. A Figura 1 mostra como estão distribuídas pelo bairro nove das treze cervejarias existentes.

Figura 1- Localização das Microcervejarias no Bairro Anchieta



Fonte: Disponível em <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2015/04/com-nove-mercejarias-bairro-de-porto-alegre-e-polo-para-amantes-da-bebida.html>> acessado em 15 de agosto de 2016.

Percebe-se na figura 1 que as empresas estão na sua grande maioria concentradas em quatro quadras próximas e apenas duas estão deslocadas mais à esquerda do mapa.

Analisando o agrupamento de microcervejarias quanto aos fatores citados no quadro 1, percebe-se que quanto à concentração geográfica o referido bairro abriga treze microcervejarias em uma área de aproximadamente dois quilômetros quadrados (UOL, 30/03/2015), que juntas produzem cerca de 100 mil litros mensais de cerveja. (G1, 24/09/2015). Sobre a especialização setorial, verifica-se que todas as empresas participantes deste conglomerado atuam no setor produtivo de cervejas, embora cada uma tenha suas próprias receitas do referido produto. No que diz respeito à integração de atores nota-se que o bairro Anchieta possui uma área de logística facilitada e conta com a presença de importadoras e distribuidoras, além de pavilhões para instalação industrial, ou seja, esse fato revela que a cadeia produtiva das microcervejarias do

referido aglomerado apresenta algum grau de integração entre seus fornecedores e distribuidores (UOL, 30/03/2015).

Sobre a cooperação entre empresas, o diretor de produção da microcervejaria Baldhead, Giuliano Vacaro, afirma que as empresas do referido conglomerado, atuando em grupo, conseguem reunir benefícios em termos de custos de insumos, garrafas e frete, além de dialogarem sobre técnicas de produção (UOL, 30/03/2015). As microcervejarias do aglomerado estudado, embora sejam concorrentes, pois trabalham com o mesmo tipo de produto, apresentam regime de cooperação, uma vez que as compras de alguns insumos como o malte, são feitas em conjunto, barateando o frete e facilitando a distribuição das bebidas (G1, 24/09/2015). Cria-se, neste sentido, um ambiente que Porter (APUD AQUINO e BRESCIANI, 2005) chama de cooptação, ou seja, presença simultânea de cooperação e competição.

Para ilustrar o conceito de cooptação, recorre-se ao depoimento do empresário Filipo Andreolla (G1, 24/09/2015), um dos donos da Baldhead, microcervejaria que está instalada no bairro Anchieta, o qual afirma que muitas pessoas vão até o bairro comprar cerveja e às vezes não sabem que há outras empresas do mesmo ramo ali. Segundo ele, os empresários do conglomerado estimulam os visitantes a conhecerem as outras cervejarias, pois essas pessoas são clientes potenciais para todos.

Dessa forma, de acordo com a análise realizada a partir dos parâmetros apresentados, é possível afirmar que o aglomerado de microcervejarias do bairro Anchieta, em Porto Alegre, aproxima-se do conceito de Arranjo Produtivo Local, dada a concentração geográfica das empresas, sua especialização setorial, a integração dos atores e a cooperação entre empresas.

Se for realizado um procedimento similar, em relação aos parâmetros citados no quadro 2, tem-se que o aglomerado de empresas supracitado também se aproxima do conceito de Arranjo Produtivo Local, dado que o mesmo apresenta concentração geográfica de suas empresas, que elas são setorialmente concentradas, que são empresas de pequeno porte e que há instituições de apoio (como importadoras e distribuidoras).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo constituiu-se a partir de uma pesquisa maior que visava verificar se o *Cluster* de microcervejarias do bairro Anchieta, localizado no município de Porto Alegre, poderia ser considerado um patrimônio cultural. Teve como problema de pesquisa investigar, a partir de uma revisão de literatura, como se pode nominar o agrupamento de microcervejarias do bairro Anchieta em Porto Alegre. A partir da revisão de literatura sobre o assunto, bem como de informações coletadas sobre as microcervejarias, pode-se concluir que este agrupamento de empresas se assemelha a um Arranjo Produtivo Local. As limitações deste achado que serão superadas na complementação e andamento desta pesquisa através da realização de uma visita *in loco*, para melhor levantar os dados. Desta forma move-se agora discutir se este arranjo produtivo pode-se constituir em um patrimônio cultural.

REFERÊNCIAS

AQUINO, A. L. DE; BRESCIANI, L. P. **Arranjos produtivos locais: uma abordagem conceitual**. Revista Organizações em Contexto - online, v. 1, n. 2, p. 153–167, 2005.

Fundação de Economia e Estatística <http://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/municipios/detalhe/?municipio=Porto+Alegre> acessado em 30/08/2016.

MARTINS, E. R.; SILVA DA, S. **Estudo sobre as Definições e as Diferenças dos Principais Tipos de Arranjos Empresariais**. In: XXXV ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 2015, Fortaleza.

Portal G1. Disponível em <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2015/04/com-nove-ervejarias-bairro-de-porto-alegre-e-polo-para-amantes-da-bebida.html> acessado em 15 de agosto de 2016.

Portal UOL Disponível em <http://jcrs.uol.com.br/site/noticia.php?codn=191987> acessado em 17 de agosto 2016.

Secretaria de Planejamento Municipal. Disponível em
<http://www2.portoalegre.rs.gov.br/spm/default.php?p_secao=128>
acessado em 30/08/2016, as 15 horas.

MEMÓRIA SOCIAL E AUTOGESTÃO: INTERSEÇÕES TEÓRICAS

RITA DE CÁSSIA DA ROSA SAMPAIO BROCHIER²²⁷

MARIA DE LOURDES BORGES²²⁸

Resumo: Este artigo propõe refletir algumas interseções teóricas acerca de memória social e autogestão. Como método desse estudo utilizou-se o levantamento bibliográfico de natureza qualitativa e delineamento descritivo. As reflexões evidenciam que, neste estudo, as interações sociais atravessam a memória social num plano intermediário da memória individual e coletiva. No que tange a autogestão as interações sociais podem ser o meio pelo qual a prática se efetiva na coletividade. Portanto, as interações sociais podem ser entendidas como o elo de interseção entre memória social e a autogestão, pois ambas são constituídas sob o ponto de vista da coletividade, sendo as interações sociais um processo natural nas e das relações sociais, uma vez que as retroalimentam e um contínuo.

Palavras-chaves: Memória Social; Autogestão; Interações Sociais.

Abstract: The aim of this article is to reflect some theoretical intersections about social memory and self-management. As a method, this study used the literature of qualitative and descriptive design nature. The reflections show that in this study, social interactions go through the social memory in an intermediate level of individual and collective memory. Regarding self-management, social interactions can be the means by which the practice is effective in the community. Therefore, social interactions can be understood as the link of intersection between social memory and self-management, because both are made under the collective point of view, being social interactions a natural process in the social relations, since the feed back is continuous.

Keywords: Social Memory; Self-management; Social interactions.

1. INTRODUÇÃO

Conjectura-se que as interações sociais conectem a memória social e a autogestão. Sobre memória social se faz necessário compreender a memória individual e a memória coletiva. A memória individual pode ser considerada um ponto de vista que se lança em meio a uma sociedade, assim como outros pontos parciais. E a memória coletiva, pode ser entendida como sendo as lembranças comuns a mais de um indivíduo, mesmo que estas estejam em condição de seleção. (HALBWACHS, 1990). Já a autogestão pressupõe em seu desenvolvimento, uma prática coletiva

227 Doutoranda PPG Memória Social e Bens Culturais. Bolsista Capes/Prosup. E-mail: ritadecassia.brochier@gmail.com

228 Doutora em Administração. Professora do PPG Memória Social e Bens Culturais (Canoas/RS, Brasil). E-mail: maria.borges@unilasalle.edu.br

do trabalho, sendo a própria prática formativa da cultura autogestionária (SINGER, 2011).

Portanto, este artigo tem por objetivo refletir algumas intersecções teóricas sobre memória social e autogestão. A metodologia utilizada para este artigo é a de uma pesquisa bibliográfica. A pesquisa bibliográfica consiste em “fundamentar teoricamente o objeto de estudo”. (LIMA; MIOTO, 2007, p.44). Para tal, segundo Lima e Mito (2007, p. 38) se faz necessário um “conjunto ordenado de procedimentos” não perdendo o foco no objeto da pesquisa.

O artigo foi organizado em três partes: introdução, desenvolvimento, em que serão abordados os temas: memória social e autogestão, em seguida as reflexões sobre memória social e autogestão e, por fim as considerações finais.

2. MEMÓRIA SOCIAL

A memória é um processo de reconstrução, é uma forma de acessar o passado através do presente, podendo esta, ser coletiva ou individual. Individual porque o primeiro testemunho ao qual se recorre para lembrar são as próprias lembranças, porém, essas próprias lembranças podem também se apoiar nas lembranças de outras pessoas, recorrendo assim, a memória coletiva (HALBWACHS, 1990). Nessa ideia de se recorrer, senão as suas próprias recordações para relembrar algo é que memória individual e memória coletiva, por vezes, se confundem. O quadro 1 tenta esclarecer suas principais diferenças e/ou semelhanças:

Quadro 1: Memória Individual x Memória Coletiva

MEMÓRIA INDIVIDUAL	MEMÓRIA COLETIVA
Apoio nas próprias lembranças.	Apoio também nas lembranças do (s) outro (s).
Recriação em si próprio.	“Nunca estamos sós (...) as lembranças permanecem coletivas” (HALBWACHS, 1990, p.26).
Pode ser o gatilho para a memória coletiva.	Testemunhos podem ser insuficientes para reconstituir uma lembrança suprimida.

Fonte: Embasado em Halbwachs (1990).

A partir do quadro 1 parece haver num primeiro momento, uma forte relação entre memória individual e memória coletiva, mas algumas diferenças podem ser claramente identificadas. A primeira sinaliza que, a memória individual está restrita a próprias lembranças de um indivíduo e que a memória coletiva necessita do apoio das lembranças de outros indivíduos, mesmo que estes não estejam presentes e/ou materiais, para que se reconstitua.

No exemplo do passeio em Londres, descrito por Halbwachs (1990), percebe-se a relação entre memória individual e coletiva. Ao fazer um passeio sozinho, o autor descreve como a presença de lembranças de outros, em determinados momentos servem como gatilhos para a reconstituição de sua memória em relação aos lugares visitados. Dessa forma, a memória, principalmente coletiva, requer a “participação” do outro para sua reconstituição, seja na forma de gatilho ou de compartilhamento.

Diante da separação da realidade em duas dimensões: a dimensão individual e a dimensão coletiva referem-se a uma lógica dicotômica que divide as noções de indivíduo e sociedade (MELO, 2010). Porém, embora os termos individual e coletivo, sejam distintos enquanto conceito, no que se atribui memória individual e/ou memória coletiva, Ferreira (2011) menciona que a memória coletiva é o liame da memória individual com o contexto social, ou seja, um contínuo processo de reconstrução da memória (reinterpretação do passado no presente) em que o indivíduo interage com seu mundo. Talvez, esta interação do indivíduo com o seu mundo seja o que Agamben (2009) cita da obra de Nietzsche “Considerações intempestivas” em que o autor busca uma posição referente ao seu presente a partir de um alinhamento com seu tempo. Porém, esse tempo, não seria o tempo histórico, motivo de excitação para muitos “a cultura histórica” e sim a “atualidade” e a “contemporaneidade” referente ao presente, incoerente e separado, que torna um indivíduo capaz de compreender seu próprio tempo, o presente (AGAMBEN, 2009).

Para Ricoeur (2007) a memória individual e memória coletiva são dispostas em concorrência, mesmo não se opondo no mesmo plano, foram os mundos dos discursos generalizados que as privaram uma da outra.

Portanto, o autor trata esses “universos de discursos alheios” como um equívoco, e se propõe a partir do que denomina “olhar interior” – memória individual e “olhar exterior” – memória coletiva (sob a perspectiva de Maurice Halbwachs), elucidar que, mesmo em composições diferentes, a memória individual e a memória coletiva podem ser recíprocas. Referente à tradição do olhar interior – memória individual, Ricoeur (2007) menciona Santo Agostinho, John Locke e Husserl para compor sua corrente filosófica.

Em Santo Agostinho, Ricoeur (2007) refere-se a três aspectos que caracterizam o sentido alheio da memória individual: a) o caráter singular – as lembranças são somente suas, intransferíveis; b) o liame da consciência e o passado habitam a memória – o seu passado é seu passado, são suas percepções, esse aspecto representa a continuidade do indivíduo no tempo; c) memória como passagem do tempo – passagem do passado para o futuro, por meio do presente. Para Santo Agostinho, segundo Ricoeur (2007) esse tempo seria o tempo do mundo, assim, o próprio Santo Agostinho insere uma questão que denomina “radical” sobre a inserção da memória individual nas operações da memória coletiva em que o tempo do mundo as conjugaria. Uma relação singular com seu próprio tempo (relação de aderência e distanciamento) para Agamben (2009) é a contemporaneidade, um indivíduo não pode viver seu próprio tempo, sua própria época e ser aderente a ela, pois isso não lhe permitirá flexionar um olhar sobre o seu próprio. O ser contemporâneo possui uma relação anacrônica com o tempo.

Referindo-se a John Locke, Ricoeur (2007) o menciona como significativo em sua corrente filosófica. Para John Locke o indivíduo é reconhecido somente por sua consciência que é o self e que essa consciência e a memória são únicas. E por fim, sobre o olhar interior Ricoeur (2007) ainda destaca Husserl, que associa à memória ao tempo, sem que haja intervalos entre eles.

Porém, para Ricoeur (2007), existe um momento em que é necessário passar do eu para nós, levando-nos a uma ideia de possessividade da memória individual, mas de recordações coletivas.

Assim, o olhar exterior segundo Ricoeur (2007), com base em Maurice Halbwachs sobre a memória coletiva, lembrar é uma atividade que se desenvolve coletivamente, uma vez que as pessoas não estão sozinhas, ou seja, não lembram sozinhas, a exemplo do passeio em Londres.

Por fim, Ricoeur (2007) menciona a possibilidade de haver entre a memória coletiva e a memória individual um “plano intermediário” em que as pessoas realizem permutas entre suas memórias individuais e ou coletivas. Para o autor nesse “plano intermediário” se desenvolvem as relações com o “próximo” e que cada um possui a faculdade de apoiar-se na memória individual ou coletiva. Para Ricoeur (2007) “os próximos” são as pessoas que um indivíduo encontra nos caminhos de sua vida e que aceitam a existência recíproca.

Observa-se que, memória individual e memória coletiva podem equivocarse enquanto conceito dada a forte relação do indivíduo na rememoração, porém, elas se distinguem. A memória individual é cerceada apenas pelas próprias lembranças de um indivíduo e a memória coletiva se ampara nas lembranças de outros indivíduos. E, talvez seja nessa forte relação do indivíduo em lembrar individual ou coletivamente é que, memória social e autogestão estejam interseccionadas.

3. AUTOGESTÃO

A autogestão foi reconhecida como conceito em 1950, na Iugoslávia, pelo partido comunista que, na tentativa de modernizar o sistema econômico do país, atraiu a participação de cidadãos detentores de conhecimento técnico e profissional das empresas que o governo possuía o poder (MOTHÉ, 2009).

Porém, segundo Cançado (2008), existem relatos mais antigos sobre o nascimento da autogestão, conforme apresenta em seus estudos, demonstrado no Quadro 2.

Quadro 2 - Histórico da Autogestão

Autores citados por Cançado (2008)	Históricos
Mandell (1977)	Cita a primeira experiência autogestionária, em 1819,

	após 11 semanas de greve, trabalhadores ingleses do tabaco ordenaram seus próprios trabalhos. E, em 1833, depois de organizarem o trabalho como associativo, alfaiates franceses dispensaram a necessidade de patrões.
Motta (1981)	Cita Proudhon como pai da autogestão, este acreditava que a autogestão poderia atingir níveis macros, como uma nação, por exemplo, e que esta era a forma ideal para organizar uma sociedade.

Fonte: Cançado (2008).

A autogestão, comumente, parte de iniciativas de organização com gestão do tipo tradicional, e que, por algum motivo, tiveram que se reorganizar para adequar-se a um novo contexto, tornando-se, desta forma, a autogestão um princípio de organização para a geração de trabalho e renda (CANÇADO, 2008). Alguns autores indicam Proudhon como o criador da autogestão e acreditava nesse processo como forma de organização de uma sociedade, para que o ser humano deixasse de ser controlado pelo próprio ser humano (MOTTA, 1981; CANÇADO, 2008). Assim, a ideologia de um novo formato de sociedade permitiria que o ser humano não fosse mais controlado por ele mesmo. Nesse novo formato prevaleceria a igualdade, e ninguém mais seria controlado, o ser humano trabalharia de igual para igual fazendo sua própria gestão, ou seja, sua autogestão.

Essa ideologia de um processo igualitário de gestão, no Brasil, ressurge como relação de trabalho em Empreendimentos Econômicos Solidários, atrelado ao desenvolvimento da Economia Solidária nos anos 90 (ANDRADA; SATO, 2014). Porém, o processo de autogestão é mais complexo do que uma empresa ser gerenciada pelos ex-empregados, que passam a ser os donos de seu próprio negócio. A autogestão é uma forma de gerir democraticamente, é um trabalho conjunto, mas não é um trabalho fácil. Nesse modelo, pressupõe-se que todas as pessoas trabalham juntas, autoadministram o empreendimento e trabalham ao mesmo tempo. Por mais difícil que possa parecer, as próprias práticas de autogestão são formativas de cultura autogestionária, pois há aprendizado com a práxis.

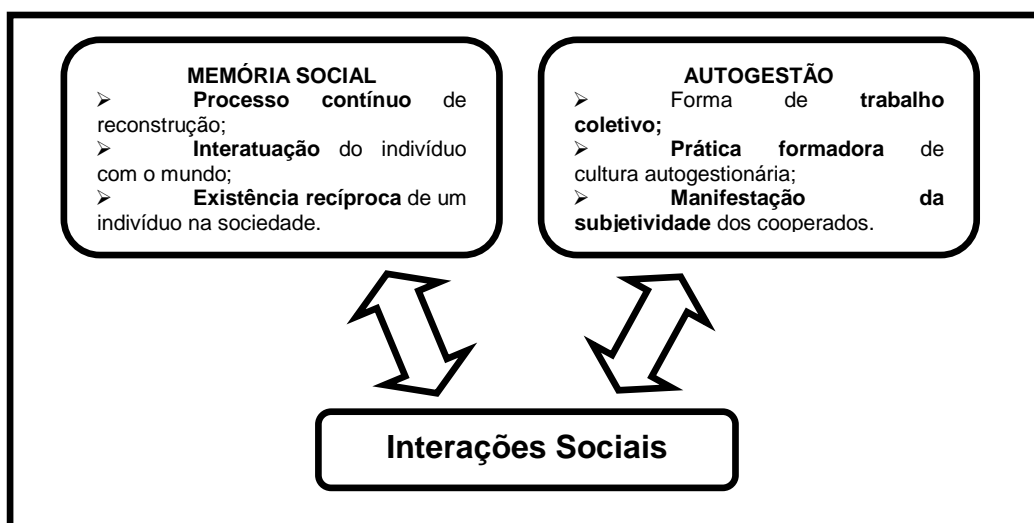
A prática autogestionária vai além da gestão e produção coletiva. Para tal, é necessário que haja amadurecimento e um resgate da

singularidade do cooperado. Amadurecimento, pois os trabalhadores/cooperados carregam consigo a cultura do modelo capitalista de trabalho nas figuras do patrão e do empregado. E o resgate de singularidade, visto que é imprescindível que o cooperado manifeste sua subjetividade, como característica única de cada ser, fazendo parte integrante da coletividade (LIMA, 2013).

4. REFLEXÕES ACERCA DA MEMÓRIA SOCIAL E AUTOGESTÃO

Evidencia-se numa reflexão inicial entre memória social e autogestão que, estas se relacionam sob o aspecto das interações sociais. As interações sociais seriam as ações recíprocas que permitem os indivíduos organizarem-se enquanto grupo, tais como: as relações entre os indivíduos e as relações dos indivíduos com o ambiente em que vivem (VIGOTSKY, 1998). A figura 1, intenta sintetizar estas relações:

Figura 1: Interseções entre Memória Social e Autogestão



Fonte: Própria autora

As relações representadas na figura 1 entre memória social e autogestão, neste trabalho, são entendidas como imbricadas nas interações sociais como causa e consequência daquelas. Na memória social essas interações sociais se destacam na rememoração como um processo contínuo de reconstrução do presente por meio do passado, em que o indivíduo interatua com seu mundo e sua existência nele é recíproca.

Já a autogestão, como forma de trabalho de coletivo, se efetiva na sua própria prática, requerendo a participação dos cooperados a partir de suas manifestações subjetivas.

Nesse sentido, entende-se que as interações sociais atravessam e são atravessadas pela memória social em um contexto intermediário entre a memória individual e coletiva. Tal aspecto pode emergir, por exemplo, quando um cooperado ao resgatar sua singularidade e manifestar sua subjetividade nas construções coletivas, transita no liame a memória individual e também a memória coletiva. A prática autogestionária por sua vez, pode ser formadora de uma cultura autogestionária, sendo por meio das interações sociais há a possibilidade de efetivação daquela (prática) na coletividade. Observa-se também que, tanto a memória social e a autogestão são constituídas sob o ponto de vista da coletividade, sendo as interações sociais um processo natural nas e das relações sociais, pois ao mesmo tempo que são fomentadas por elas, as retroalimentam e um contínuo.

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. **O que é contemporâneo e outro ensaios**. Chapecó: Argos, 2009.
- ANDRADA, Cris Fernández; SATO, Leni. **Trabalho e política no cotidiano da autogestão: a rede Justatrama**. Revista Psicologia e Sociedade, Santa Catarina, v.26, n. esp., p. 3-13, 2014.
- CANÇADO, Airton Cardoso. A construção da autogestão em empreendimentos da economia solidária: uma proposta metodológica baseada em Paulo Freire. In: SILVA JR., Jeová Torres. et al, (Orgs.). **Gestão Social: práticas em debate, teorias em construção**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008, p.97
- FERREIRA, Maria Leticia Mazzucchi. Políticas da memória e políticas de esquecimento. **Revista Aurora**, São Paulo, v.10, p. 102-118, 2011.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- LIMA, Maria Isabel Rodrigues. **Economia Solidária e Vínculos**. São Paulo: Ideias e Letras, 2013.

LIMA, Telma Cristiane Sasso; MIOTO, Regina Célia Tamaso. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico:** a pesquisa bibliográfica. Revista Katál. v. 10 n. esp. p. 37-45 2007.

MELO, Danilo Augusto S. **Memória social e criação: uma abordagem para além do modelo da representação.** Orientador: Miguel Angel de Barrenechea. Rio de Janeiro: UNIRIO/PPGMS; CAPES, 2010. Tese (Doutorado em Memória Social).

MOTHÉ, Daniel. Autogestão. In: CATTANI, Antônia David; et al (Orgs.). **Dicionário Internacional da Outra Economia.** São Paulo: Editora Almedina, 2009, p.26.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento.** Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 2007.

SINGER, Paul. **Entrevista:** Economia Solidária. Revista Estudos Avançados, São Paulo, v.22, n. 62, p. 288-314, 2008.

SINGER, Paul. Políticas Públicas para a Economia Solidária no Brasil. In: SIDNEY, Lianza e ADDOR, Felipe (Orgs.). **Tecnologia e desenvolvimento social e solidário.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011, p.143.

VIGOTSKY, L. S. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

DEFESA DA CULTURA NACIONAL: MOVIMENTO ARMORIAL

ROBERTA FERNANDES FAJER²²⁹
MARGARETE PANERAI ARAUJO²³⁰

RESUMO: Este estudo apresenta o Movimento Armorial – idealizado pelo poeta, dramaturgo e professor Ariano Suassuna – e suas ações em defesa da cultura do nosso país. A partir das reflexões sobre o tema, objetiva-se demonstrar como a cultura nacional é trabalhada e defendida por esse Movimento e pelos que a ele aderiram. Trata-se de uma pesquisa qualitativa descritiva, na qual foi utilizada a metodologia de história oral. Após a análise das informações coletadas, é possível concluir que o Movimento Armorial continua vivo e mantendo seus propósitos por meio de artistas e grupos que aderiram à sua filosofia. E que esses artistas não só continuam o seu legado como se preocupam com a propagação de seus preceitos.

PALAVRAS-CHAVE: Cultura; Movimento Armorial.

ABSTRACT: This study presents the Armorial Movement - designed by the poet, playwright and professor Ariano Suassuna - and their actions in defense of our country's culture. From reflections on the theme, the objective is to demonstrate how the national culture is worked and defended by this movement and those who acceded. This is a descriptive qualitative research, in which we used the methodology of oral history. After analyzing the information collected, it can be concluded that the Armorial Movement is alive and keeping its purposes by artists and groups that adhered to its philosophy. And these artists not only continue their legacy as concerned with the spread of its precepts.

KEY WORDS: Culture; Armorial Movement.

1. INTRODUÇÃO

A cultura nacional, não é de hoje, tem sofrido fortes influências de outras culturas. E isto não ocorre apenas em nosso país. A globalização, a agilidade dos meios de comunicação e a comunicação de massa, de certo modo têm preocupado aqueles que estudam a nossa cultura ao longo do tempo. E assim, alguns movimentos culturais surgiram. É o caso do Movimento Armorial, sobre o qual trata este artigo.

A metodologia adotada no estudo foi bibliográfica e história oral híbrida e temática. Nessa metodologia é imprescindível o uso de

²²⁹Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais, do Centro Universitário La Salle, em Canoas, Rio Grande do Sul. Servidora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: roberta.fernandesfajer@gmail.com.

²³⁰Pós Doutora em Comunicação Social, Cidadania e Região pelas Cátedras UNESCO e Gestão de Cidades na UESP (2010). Professora e pesquisadora da linha de pesquisa em Memória e Gestão Cultural, vinculada ao Programa de Mestrado Profissional em Memória Social e Bens Culturais UNILASALLE. E-mail: mpanerai@terra.com.br.

entrevistas na coleta de dados. O estudo objetivou refletir sobre esse Movimento e sua participação na defesa da cultura brasileira. Desta forma, procura-se responder à questão: como a cultura nacional é trabalhada e defendida pelo Movimento Armorial e seus adeptos? Este artigo está dividido nas seguintes sessões: Introdução, Movimento Armorial, Metodologia, Conclusão. Por último as Referências.

2. MOVIMENTO ARMORIAL

A cultura não é algo concluído, parado; é dinâmica. Por meio de estudos locais é possível compreender de que forma ocorrem as mudanças pelas quais passam as sociedades contemporâneas. De acordo com Santos (2004), a cultura é parte do processo social, pois “[...] diz respeito a todos os aspectos da vida social, e não se pode dizer que ela exista em alguns contextos e não em outros” (SANTOS, 1996, p. 44).

Ávido leitor que era, desde muito cedo Ariano Suassuna interessou-se pelas artes. Na música, aprendeu um pouco de violão e piano; também adentrou o mundo da pintura. Mas, arte para ele era coisa séria, e ele decidiu levar adiante a carreira de escritor. Apesar da escolha feita, ele seguiu ligado a todas as formas de arte. E acompanhava a maneira pela qual outros artistas tratavam as próprias criações (VICTOR e LINS, 2007).

Ainda na Faculdade de Direito Ariano conheceu Hermilo Borba Filho, que viria a ser um dos mais importantes dramaturgos brasileiros. Este lhe apresentou o teatro de Federico García Lorca, repleto de elementos do romancero ibérico, que muito influenciou a direção da obra de Ariano. Pois Lorca também foi um armorial. Assim como Suassuna, ele tomava por base toadas populares que ouvia pelos seus “sertões”, recriava e retocava a letra, adaptava a melodia, e, a partir daí, elas ressurgiam como peças eruditas possíveis de serem interpretadas pelos artistas mais refinados. Transformavam-se em belas peças, que ficavam no limite entre o que é popular e o que é erudito (R. A. L., 2016). E Suassuna entendeu ali que a arte quanto mais local mais universal se torna. Ou, em suas palavras:

Toda obra de arte é ligada a um local determinado,
toda arte é nacional. Ninguém mais espanhol do que
Cervantes e ninguém mais universal do que

Cervantes. [...] Obras criadas em locais determinados e com todas as características dos países em que foram realizadas tornam-se universais por sua alta qualidade e pela divulgação que alcançaram, o que permitiu que elas fossem incluídas no patrimônio comum da Arte mundial (SUASSUNA, apud VICTOR e LINS, 2007, p. 57).

Em 1970 – mesmo ano em que concluiu o *Romance d’A Pedra do Reino e o príncipe do sangue do vai-e-volta* – Ariano lançou o Movimento Armorial, que ele idealizou. O evento aconteceu na catedral de São Pedro dos Clérigos, em Recife, no dia 18 de outubro. Ali foi realizado o evento intitulado “Três Séculos de Música Nordestina: do Barroco ao Armorial”, composto de um concerto realizado pela Orquestra de Câmara Armorial e de uma exposição de artes. Os objetivos do Movimento foram descritos por Ariano durante uma entrevista:

O Movimento Armorial foi criado com o objetivo de buscar uma arte brasileira erudita fundamentada nas raízes populares da nossa cultura. E para, através dessa arte, lutar contra o processo de descaracterização e de vulgarização da cultura brasileira (SUASSUNA, 2009, s. p.).

Esse Movimento – que foi sua maior contribuição no campo da teoria da cultura brasileira – vinha sendo estruturado por Ariano desde 1946, e também buscava as origens ibéricas, mouras, medievais e renascentistas da cultura popular de nosso país. Uniram-se a ele outros nomes de destaque na cultura nordestina, como Antônio Madureira, Francisco Brennand, Raimundo Carrero, Gilvan Samico e Géber Accioly, entre outros, com o mesmo intento, pois Ariano sonhava com uma atuação do Movimento em todos os campos da arte. E assim, o Movimento se estendeu à música, à literatura, à dança, à arquitetura, ao cinema e às artes plásticas. O que ele queria com o Movimento Armorial era que cada artista brasileiro, em qualquer lugar do Brasil, fizesse em relação à cultura popular do seu estado aquilo que os armoriais estavam fazendo em relação à cultura popular do Nordeste. Sua proposta não era divulgar a cultura nordestina; ele pensava muito em termos de Brasil. Como nosso país tem

dimensões continentais, é natural que cada artista esteja mais ligado ao seu local de origem (C. N. J., 2016). Assim, o Movimento Armorial celebra ao mesmo tempo as várias raças, que se juntam para gerar qualquer cultura, e os vários pontos de uma cultura onde essas raças estão (R. A. L., 2016).

O nome do Movimento, como o próprio Ariano explicou, tem origem no significado da palavra “armorial”: “livro onde são registrados os símbolos de nobreza, como os brasões, ou então ao conjunto desses símbolos” (VICTOR e LINS, 2007, p.76). Ele explicava sua escolha: além achar bela a palavra, ela remete à heráldica, que é a arte ou ciência dos brasões. Dessa forma, se a palavra designava um conjunto de insígnias, brasões, estandartes e bandeiras de um povo, para os brasileiros a heráldica seria uma arte popular. Para ele

[...] a unidade nacional brasileira vem do Povo, e a Heráldica popular brasileira está presente, nele, desde os ferros de marcar bois e os autos dos Guerreiros do Sertão até as bandeiras das Cavalhadas e as cores azuis e vermelhas dos Pastoris da Zona da Mata. [...] Desde os estandartes de Maracatus e Caboclinhos até as Escolas de Samba, as camisas e as bandeiras dos Clubes de futebol do Recife ou do Rio (SUASSUNA, apud VICTOR e LINS, 2007, p.76 e 78).

Porém, explica a pesquisadora Carolina Leão, apesar da beleza e sonoridade da palavra Armorial, sua relação com brasões, heráldicas e bandeiras fez com que, no início, ela fosse relacionada ao simbólico da ditadura militar: “No início, havia muitas discussões sobre a natureza institucional do Armorial e sua ligação com as classes dominantes. Foi um confronto político” (LEÃO, apud MINDÊLO, 2007, p. 10).

É importante aqui apresentar a conceituação de Suassuna para cultura popular: “A meu ver, a cultura popular é aquela feita pelos integrantes do quarto Estado – fazendo uma alusão à Revolução Francesa e ao escritor russo Dostoievski, pelo qual tenho grande admiração” (SUASSUNA, apud VICTOR e LINS, 2007, p. 82). Ele considera, ainda, que não há relação de superioridade ou inferioridade

entre a arte erudita e a arte popular. Mas, salienta que a arte popular só se estabelece em países onde houve a dominação de uma cultura por outra. No Brasil, a tradição ibérica é a base da cultura erudita que se tem. E que, “[...] ao ser reinterpretada por negros, índios e mestiços, deu origem à cultura popular” (SUASSUNA, apud VICTOR; LINS, 2007, p. 83).

Vinculados ao Movimento surgiram grupos como a Orquestra Armorial de Câmara, o Quinteto Armorial, a Orquestra Romançal, o Trio Romançal, o Balé Armorial do Nordeste, o Balé Popular do Recife, o Grupo Grial, o Grupo Arraial e o Grupo Gesta – do Rio de Janeiro, entre outros. A Orquestra Armorial de Câmara, vinculada ao Conservatório Pernambucano de Música, era regida pelo maestro Cussy de Almeida e tinha o chileno Rafael Garcia como *spalla*. Mas, Ariano Suassuna e Cussy de Almeida se desentenderam em relação aos instrumentos que compunham a Orquestra. Cussy não aceitava a inclusão dos instrumentos populares sob a justificativa de que os instrumentos eruditos permitiam uma uniformidade maior à música. Assim, Cussy seguiu com a Orquestra Armorial e Ariano fundou o Quinteto Armorial (FENSKE, 2013).

O Quinteto Armorial foi um grupo de música de câmara erudita brasileira com base no popular. Fazia uma ligação entre canções do folclore medieval e do estilo popular nordestino. O grupo tinha seis integrantes; eles tocavam pífano, violão, zabumba, rabeca, viola caipira, violino, flauta transversa e viola. Entre os seus integrantes estavam Antônio Madureira e Antônio Nóbrega. Este último, após o grupo ter-se desfeito, fez carreira solo com um trabalho que se aproxima do armorial. O Quinteto costumava ensaiar na casa de Ariano, em sua sala, tendo sua família como plateia (D. S., 2016).

A Orquestra Romançal foi mais uma experiência feita dentro da concepção de música do Movimento Armorial: buscando a tradição medieval ibérica para fazer a ligação entre o erudito e o popular. Ela foi conduzida pelo pesquisador e músico Antônio Madureira, a partir da experiência do Quinteto Armorial. Quanto ao seu nome, Suassuna dá sua explicação:

[...] romance ou romanceiro, era aquele amálgama de dialetos do latim “mal-falado” e popular que deu origem às línguas românicas ou neo-latinas, inclusive o português, o provençal, o espanhol e o galego. [...] Na Idade Média – acrescentou – convive uma cultura erudita, com livros escritos em Latim, e, ao lado dela, a poesia popular cantada em romance, isto é, em provençal, em espanhol, no dialeto galaico – português etc. É o tempo das cantigas e canções-de-gesta, compostas e cantadas sobre Carlos Magno e os Doze Pares da França, a Demanda do Santo Graal, o Cid, sobre Reis mouros como Abenémur, e os Cavaleiros cristãos como Galaaz (...). Logo, por economia, esses poemas, ao mesmo tempo líricos e épicos, escritos em romance passam a ser chamados somente de romances, e o nome se estende a toda a literatura narrativa em prosa ou em verso; são os romances de cavalaria, escritos em prosa, e as gestas, dos trovadores e troveiros, escritos em verso (apud FENSKE, 2013).

Interessado em trazer o pensamento armorial para a expressão do corpo, Ariano criou em 1976 o Balé Armorial do Nordeste, numa tentativa de fazer uma dança brasileira com base na cultura popular. A seu convite o Balé tinha à sua frente a bailarina clássica Flávia Barros, que ele esperava que conseguisse usar de sua experiência clássica unida a folguedos populares para criar um balé nacional. Mas, a experiência não lhe foi satisfatória. Em suas palavras:

[...] O que eu queria era começar de qualquer maneira, então ficou uma coisa híbrida, porque nem ela (Flávia) adaptou o clássico, digamos, ao popular e o popular não tinha condições de adaptar-se a coisa nenhuma (SUASSUNA, apud MINDÊLO, 2007, p. 8).

Mas a ideia de trazer a dança para o Movimento Armorial não foi esquecida. E em 1977, junto com André Madureira, Ariano fundou o Balé Popular do Nordeste. Porém, passados alguns anos, Madureira e o grupo seguiram um novo caminho; eles não tinham a formação erudita do balé clássico. Madureira explicava:

Somos filhos do armorial. Agradeço a Ariano, porque sem ele o Balé Popular não existiria. Acho que ainda

somos armoriais. Na verdade, o nome é o que menos importa, mas o resultado do nosso trabalho (apud MINDÊLO, 2007, p. 8).

Após a experiência com o Balé Popular do Nordeste, Suassuna desenvolveu novo projeto na dança. Desta vez, junto com a coreógrafa Maria Paula Costa Rêgo, criou em 1997 o Grupo Grial de Dança. O objetivo do Grupo era desenvolver um trabalho de pesquisa e de criação baseada nas tradições culturais nordestinas. Esse grupo se mantém ativo até hoje. Sua diretora e coreógrafa Maria Paula tem no Movimento Armorial uma bandeira artística e política: “O armorial é uma visão de mundo, que se adapta a você, e não o contrário. Eu sempre fui muito livre dentro dele. [...] O pensamento de Ariano me inspira. Ele é muito rico e imaginoso” (RÊGO, apud MINDÊLO, 2007, p. 8).

Houve também o Grupo Arraial, que Suassuna criou durante sua gestão como Secretário de Cultura no Governo de Eduardo Campos, em Pernambuco. Esse Grupo viajou com ele apresentando suas aulas-espetáculo por todo o interior do Estado. E ainda Grupo Gesta de Música Armorial, no Rio de Janeiro. O Gesta, como o Quinteto Armorial, tem um repertório que transita entre o popular e o erudito e utiliza apenas instrumentos acústicos.

Ariano foi também um dos colaboradores do Movimento como artista plástico com suas iluminogravuras, surgidas da união da iluminura medieval, originada nos mosteiros, com os processos modernos de gravação em papel, em *offset*. Elas são textos ilustrados cujas imagens fazem uma associação de trechos dos respectivos poemas com figuras baseadas na nossa arte popular e na arte pré-histórica das itaquatiras – inscrições rupestres em rochedos e cavernas – do Sertão (NEWTON JÚNIOR apud MINDÊLO, 2007).

3. MÉTODO

Do ponto de vista de sua natureza esta pesquisa classifica-se como pesquisa aplicada, que “[...] objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 51). Em relação aos

seus objetivos ela classifica-se como descritiva e qualitativa, por ser este o tipo de pesquisa em que o pesquisador não interfere nos fatos, ele “[...] observa, registra, analisa e ordena dados, sem manipulá-los [...]” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 52), descrevendo as características do assunto em questão e classificando, explicando e interpretando os fatos que ocorrem. Para se chegar às evidências desse estudo, fez-se uso da história oral, que, segundo Meihy e Ribeiro (2011, p. 12), “[...] é um conjunto de procedimentos que se iniciam com a elaboração de um projeto e que continua com a definição de um grupo de pessoas a serem entrevistadas”. Dentro da classificação da história oral, foi adotada a história oral temática – que associa diálogos com outros documentos – e híbrida – uma vez que, além da análise das entrevistas, foi feito o cruzamento de dados.

4. CONCLUSÃO

Na medida em que se percebem jovens artistas que reconhecem a arte armorial e até a praticam, assim como os artistas e grupos que persistem até hoje, pode-se dizer que o Movimento Armorial plantou uma semente e já começou a colher seus frutos. Ou, como disse o artista plástico Romero de Andrade Lima, sobrinho de Suassuna:

[...] hoje em dia é muito engraçado você ver que tem uma camada jovem que é capaz de reconhecer o que é armorial pela estética; tanto a estética das artes plásticas, como da música, como da dança. Então assim, não foi em vão o esforço dele, porque ele realmente conseguiu, num breve tempo – não o tempo da vida dele toda, mas o tempo em que ele esteve atuante no Movimento mesmo, que foram dez anos consecutivos, e depois o Movimento seguiu só – , ele conseguiu imprimir um entendimento do que seria uma estética armorial (R. A. L., 2016).

Os três principais grupos armoriais não ultrapassaram a década de 1970, porém a estética armorial espalhou-se pelo país. Grupos como o Gesta, no Rio de Janeiro, e o Grial, em Recife, continuam atuando dentro da estética do Armorial. Artistas como Antônio Nóbrega – que atuou no Quinteto Armorial e foi motivo de orgulho na dança para Ariano –

continuam trabalhando e divulgando a nossa cultura. Nóbrega, que segue sua carreira na dança, está à frente de uma escola em São Paulo – o Instituto Brincante – que tem como foco a pesquisa e reelaboração da cultura brasileira. Ele diz: “Sou um artista com referências populares que vieram a partir do armorial. Busco uma dança referente a esse universo, mas a outros também. São todas referências catalisadas em mim” (NÓBREGA, A. *apud* MINDÊLO, 2007, p. 8).

Outros artistas e grupos, espalhados pelo país, também continuaram representando o Armorial e semeando nossa cultura. Só para citar alguns: o violeiro Roberto Correa, em Goiás; o Grupo Anima, em São Paulo; o Quinteto da Paraíba; o grupo SaGramma, do Recife. Como bem disse Mariana, filha de Suassuna, quando ele ainda estava entre nós:

[...] Fez um verdadeiro maracatu, conseguindo reunir, desde a década de 70, por meio do Movimento Armorial, artistas das mais diversas áreas, no intuito de defender e divulgar a cultura brasileira, principalmente a do Nordeste. Esse movimento continua muito vivo, porque tem nele, na sua liderança, um apaixonado pelo nosso País e pelo nosso Povo (SUASSUNA, M. *apud* FERNANDES, B. S., 2015, p. 133).

Assim, pode-se concluir nessa reflexão que essa obra cultural resultou da preocupação de Suassuna que, enquanto esteve à frente do Movimento, estava sempre atraindo artistas de gerações mais novas que pudessem dar continuidade ao trabalho que ele e seus amigos armoriais iniciaram.

Referências

CUCHE, Denys. “Gênese social da palavra e da idéia de cultura”. IN:_____. **A noção de cultura nas ciências sociais**. 2 ed. Bauru: EDUSC, 2002. pp. 17-31.

FENSKE, Elfi Kürten (pesquisa, seleção e organização). **Ariano Suassuna - o decifrador de brasilidades**. Templo Cultural Delfos, setembro/2013. Disponível em: <<http://www.elfikurten.com.br/2013/09/ariano-suassuna.html>> Acesso em: 23 ago. 2016.

FERNANDES, Beta Suassuna. **Outras Histórias**. Recife: Ed. do Autor, 2015.

MEIHY, José Carlos Sebe B.; RIBEIRO, Suzana L. Salgado. **Guia prático de história oral**: para empresas, universidades, comunidades, famílias. São Paulo: Contexto, 2011.

MINDÊLO, Olívia. Imaginário em forma de arte. **Jornal do Comércio**, Recife, Especial, p. 5, 16 jun. 2007.

NEWTON JÚNIOR, Carlos. **Ariano Suassuna**: vida e obra em almanaque. Recife: Caixa Econômica Federal, 2014.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <[http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-](http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf)

[book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf](http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf)>. Acesso em 14 dez. 2015.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura**. 16. ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.

SUASSUNA, Ariano. 1975; 2009. In: **Ariano Suassuna – Movimento Armorial**. Disponível em: <<https://setecinerecife.wordpress.com>>. Acesso em: 04 nov. 2015.

VICTOR, Adriana; LINS, Juliana. **Ariano Suassuna**: um perfil biográfico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

HALBWACHS E O UNIMÚSICA: UMA INTERPRETAÇÃO POR MEIO DE IMAGENS

RUBENS CLAIR VIANA FILHO²³¹
MARIA DE LOURDES BORGES²³²

Resumo: Este artigo tem por objetivo propor uma interpretação aplicada do entendimento de Halbwachs (1990) quanto à memória coletiva dos músicos no Projeto Unimúsica. Buscaram-se imagens, mais especificamente registros fotográficos, realizados durante apresentações de eventos do Unimúsica, as quais servem para ilustrar o entendimento de Halbwachs sobre a memória coletiva nos músicos. Os resultados das interpretações das imagens concordam com Halbwachs (1990) pois observou-se a presença da atenção concentrada da plateia e dos músicos em um espaço que é apenas sonoro; onde o músico expressa disposições particulares e provoca uma ambientação para a emergência de emoções nele e no público, em um momento que não tem outra significação senão ela mesma.

Palavras-chave: Memória Coletiva; Músicos; Unimúsica

Abstract: This article aims an interpretation applied of Halbwachs (1990) about the collective memory of the musicians in Unimúsica Project. We search for images (photographic records), clicked at presentations of Unimúsica events, which illustrated the understanding of Halbwachs about collective memory in musicians. The results of image interpretation agree with Halbwachs (1990). Was observed the presence of concentrated attention of the audience and musicians in a just sound space; where the musician expressed special provisions and causes a setting for the emergence of emotions in him and in public, at a time that has no other significance than the music.

Keywords: Collective memory; Musicians; Unimúsica

1. Introdução

Este artigo tem por objetivo propor uma interpretação aplicada do entendimento de Halbwachs (1990) quanto à memória coletiva nos músicos por meio de imagens de apresentações musicais no Projeto Unimúsica. Portanto, para este artigo, a partir do que Halbwachs (1990) escreve sobre a memória coletiva dos músicos, são apresentadas imagens compostas de registros fotográficos que pretendem ilustrar dentro de apresentações do Projeto Unimúsica alguns de seus entendimentos. O pressuposto deste artigo é que o entendimento de Halbwachs (1990) pode se tornar um pouco

²³¹ Mestrando em Memória Social e Bens Culturais UNILASALLE Canoas/RS. E-mail: rubens.unilasalle@gmail.com

²³² Doutora em Administração. Professora do PPG Memória Social e Bens Culturais do UNILASALLE Canoas/RS. E-mail: maria.borges@unilasalle.edu.br

mais completo a partir da aproximação de imagens que ocorreram nas apresentações, as quais os autores interpretam a partir de uma complementaridade.

O contexto aplicado são apresentações que ocorreram dentro do Projeto Unimúsica da UFRGS, o qual foi concebido em 1981, junto à Pró-Reitoria de Extensão. O objetivo inicial era o de dar vazão aos trabalhos artísticos musicais produzidos pelos alunos, professores e técnicos administrativos da Universidade. Com o tempo, o Projeto Unimúsica ganhou vulto no cenário artístico musical de Porto Alegre como um importante espaço de mostra de músicos de âmbito nacional e sul americano.

O Unimúsica é um dos projetos congregados pelo Departamento de Difusão Cultural (DDC) da UFRGS. Estabelecido dentro do DDC, o Projeto Unimúsica está diretamente ligado a estrutura administrativa da Pró-Reitoria de Extensão. A gama de apresentações que o Unimúsica oportunizou aos gaúchos em termos de qualidade e quantidade é significativa e reconhecida pela sociedade. Além disso, apresentando uma programação não segmentada por gênero musical, possibilita ao público um amplo espectro de apresentações, dentre estas, música regional, erudita, folclórica e popular, com autores de várias nacionalidades. Assim sendo, o Unimúsica foi construído ao longo de mais de trinta anos com a participação dos seus gestores e foi legitimado pela comunidade, pela sua importância, tendo se consolidado como espaço democrático e cultural para a comunidade. (DADOS DESTA PESQUISA, 2015).

Cabe ressaltar ainda que as imagens que foram buscadas referem-se a registros fotográficos realizados durante apresentações de eventos do Unimúsica. Algumas fotografias foram feitas pelo primeiro autor e outras referem-se a imagens de documentos públicos disponíveis na internet, bem como documentos que estão em construção, em todas creditando-se a respectiva autoria.

Depois de apresentadas as principais ideias de Halbwachs (1990), uma análise é realizada e a finalização do artigo é encaminhada.

2. Referencial Teórico

Halbwachs (1990) dedica um capítulo para falar sobre a memória coletiva dos músicos. Ele reflete sobre como os sons fazem sentido às pessoas, tais como vozes, ruídos, gritos, etc. Quando a atenção se concentra sobre a voz humana a atenção é dirigida não para as palavras expressas em si mesmas, mas na ênfase sobre o timbre, entonação e o acento. São experiências sonoras que passam noções estáveis de som, porque conhecidos. O mesmo não acontece com os sons musicais. Para os não músicos, os motivos melódicos “perdem-se tais como pérolas de um colar em que o fio se rompeu. (HALBWACHS, 1990, p. 163). Isso porque para Halbwachs (1990) a fixação de sons musicais na memória não ocorre sob “a forma de lembranças auditivas, mas aprendemos a reproduzir uma sequência de movimentos vocais” (p. 163) para pessoas leigas, ou seja, para aqueles sem formação musical.

Já para os músicos (tanto os que executam quanto aqueles que tem formação musical) reconhecem os símbolos musicais e sua sequência, pois dispõe de uma boa memória musical. Eles conseguem reconhecer sinais escritos que traduzem “uma série de comandos aos quais o músico deve obedecer, se quiser reproduzir as notas e sua sequência com as nuances e no ritmo que convém” (HALBWACHS, 1990, p. 164), sendo uma leitura. Neste sentido, a partitura se torna o substituto material do cérebro. Faz sentido para determinado grupo de pessoas, que são os músicos.

Todos os sinais e interpretações musicais não podem ser considerados isoladamente (HALBWACHS, 1990, p. 167), pois os músicos e suas partituras formam um conjunto que precisa ser considerado como um todo para o entendimento da formação das lembranças musicais (HALBWACHS, 1990, p. 168). Para Halbwachs (1990) entre um músico que toca de cor e outro que lê as notas de uma pauta há uma diferença de grau porque ele certamente estudou por longos períodos aquela música. “Não há sensação que não demande um certo tempo para que dela tomemos consciência, porque jamais existe contato imediato entre a consciência e o objeto” (HALBWACHS, 1990, p. 168). A música que foi estudada consiste em um sistema de sinais que foi “fixado pelo grupo

sobre o papel”, portanto a ação daquele grupo permanece sobre ele. Porém, a maioria da plateia não conhece o sistema de notação musical e mesmo assim, como então reconhece as músicas e muitas de suas peculiaridades? Isso porque a atenção do ouvinte se concentra sobre a combinação de temas (ou de notas) que lhe é apresentada, fazendo com que a tarefa da memória musical seja simplificada. (HALBWACHS, 1990).

Quando o músico estava aprendendo e depois treinando uma música “sua atenção se deteve de início sobre os elementos, representados pelas notas, [... pois foi a] repetição frequente dos mesmos movimentos lhe deu mais maestria.” (HALBWACHS, 1990, p. 171). Já o ouvinte apreende “um todo contínuo”, em que a sucessão de sons e palavras definem o ritmo. “O ritmo é um produto da vida em sociedade” (HALBWACHS, 1990, p. 174), tal como a língua que é ritmada entre outros sons que diariamente envolvem o ser humano. O ouvinte gosta de uma música porque compreende o seu ritmo, ou ele lhe é familiar de alguma maneira. Porém, o ritmo dos músicos “supõe um espaço que é apenas sonoro” (HALBWACHS, 1990, p. 176), em que muitos dos sons são percebidos apenas pelos músicos.

Porém, além de compreender os sinais, o músico os interpreta à sua maneira, pois se inspira em disposições afetivas do momento ou de sempre (p. 180). Neste momento o músico não se isola dos demais, mas ainda assim pode expressar disposições particulares quando executa a música, demonstrando por vezes sua sensibilidade musical por meio de sutilezas pessoais aparentes. (HALBWACHS, 1990).

A memória dos músicos está repleta de dados humanos (p. 180), daqueles que se relacionam com os dados musicais. Quando a plateia reconhece o talento de um músico é porque, em última análise, é porque ele “encarna com maior sensibilidade as tendências do grupo” (HALBWACHS, 1990, p. 181) dos músicos.

Ele é considerado como se estivesse acima dos demais por seu gênio musical, porém, é como se estivesse possuído por um demônio invisível, cujo espírito se apodera de todos os músicos, mas que se deixa prender e dominar somente por um pequeno número. (HALBWACHS, 1990, p. 181)

Portanto, esse “demônio invisível” é identificado e aceito quando interpretado dentro da classe dos músicos. Além disso, para a plateia a música pode permitir um aumento das disposições interiores de cada um, tais como tristeza, alegria, amor, projetos, esperanças, etc. Nesse sentido a música pode ser concebida como uma “matéria plástica” que pode ser moldada conforme a disposição do ouvinte.

Para Halbwachs (1990) os dois principais modos de ouvir música são: concentrando-se nos sons e combinações ou no ritmo e sucessão de notas. Além disso, os sons e os ritmos podem comunicar emoções que são concepções comuns ao grupo de músicos e à plateia, proporcionando aos primeiros passarem do plano técnico ao plano humano dentro do mundo musical. Todo o conjunto de notas e símbolos musicais representam os sinais da memória musical, bem como “as lembranças dos músicos se conservam numa memória coletiva que se estende no espaço e no tempo” (HALBWACHS, 1990, p. 185).

E ainda, uma característica que distingue a classe dos músicos de outras, como a dos artistas de teatro ou fiéis em uma igreja com relação à sociedade, é que quando o músico toca ou somente ouve “ele está mergulhado em meio aos homens que se ocupam simplesmente em criar ou ouvir combinações de sons: está por inteiro dentro dessa sociedade” (HALBWACHS, 1990, p. 187).

Enfim, a música coloca em ação todos os recursos da memória coletiva. Por isso,

A música é, para dizer a verdade, a única arte em que se impõe [a] condição [de não ter outra significação senão ela mesma], porque se desenvolve totalmente no tempo, porque não se prende a nada que dura, e porque, para retomá-la, é preciso recriá-la sempre. (HALBWACHS, 1990, p. 187).

Halbwachs (1990) finaliza lindamente o porquê ele entende que a música é uma arte que se impõe sobre as outras, tal como explicado na citação acima. Portanto, poder-se-ia dizer, o momento de uma apresentação musical, encerra em si a memória coletiva em sua plenitude no aqui e agora.

Em contraponto, Wertsch (2010) realiza uma crítica à maneira como

Halbwachs (1990) discorre sobre a memória coletiva dos músicos, pois para ele, o autor se concentra “no papel dos grupos sociais na organização da memória e dos estímulos da memória” e pouco falou sobre os meios semióticos empregados. Porém, os meios semióticos não constituem objeto de análise do presente artigo.

3. Análise Ilustrada

Foram coletados registros fotográficos de diferentes apresentações do Projeto Unimúsica. O corpus para análise foram 91 fotografias, porém foram selecionadas nove imagens para esta análise a partir do entendimento de que tais imagens apresentavam coerência interpretativa com as ideias de Halbwachs (1990) explicitadas no capítulo ‘A Memória Coletiva dos Músicos’.

A primeira imagem é um registro fotográfico do espetáculo da Spok Frevo Orquestra em apresentação de 2012.



Imagem 1: Espetáculo da Spok Frevo Orquestra em apresentação de 2012.

Fotos do Livro Unimúsica 2016 (no prelo)* ²³³

Observa-se na Imagem 1 que os músicos da Spok Frevo Orquestra parecem executar harmonicamente a música através da leitura dos símbolos que se encontram na partitura, obedecendo a “uma série de

²³³ * O livro Unimúsica 2016 está no prelo, o qual credita todas as suas fotografias a um conjunto de autores, sendo eles: Thaís Brandão, Gabriel Bartz, Andrew Sykes, Cristina Lima, René Cabrales, Claudio Etges, Marielen Baldissera, Acervo do Museu da UFRGS, Pedro Ferraz e Rafael Derois.

comandos aos quais o músico deve obedecer, se quiser reproduzir as notas e sua sequência com as nuances e no ritmo que convém” (HALBWACHS, 1990, p. 164). Desta maneira a execução é resultado de uma interpretação conjunta dos sinais e esta leitura acaba fazendo sentido para aquele grupo naquele momento, para usar a metáfora de Halbwachs, tal como um lindo colar de pérolas.

A Imagem 2 é um registro fotográfico do espetáculo de Daniela Rennó em apresentação de 2010.



Imagem 2: Espetáculo de Daniela Rennó em apresentação de 2010. Fotos do Livro Unimúsica 2016 (no prelo) *

Observa-se na Imagem 2 que a artista Daniela Rennó executa uma peça musical com o acompanhamento da uma partitura o que nos remete ao entendimento de que naquele momento ela e sua partitura podiam ser considerados como um todo, tanto para o entendimento momentâneo como para uma possível formação de lembranças musicais, como apontado por Halbwachs (1990).

A Imagem 3 é um registro fotográfico do espetáculo de Papas da Língua em apresentação de 2015.



Imagem 3: Espetáculo de Papas da Língua em apresentação de 2015. Foto de Rubens Clair Viana r

O público participa ativamente do espetáculo por meio da sua atenção e por devotá-la ao músico, às notas e ao ritmo, mostrando que aquela música faz sentido para eles e por isso a tarefa da memória musical é simplificada, pois segundo Halbwachs (1990) a atenção do ouvinte se concentra sobre a combinação de temas (ou de notas) que lhe é apresentada.

A Imagem 4 é um registro fotográfico do espetáculo de Espetáculo de Mônica Salmosa, Ná Ozzetti, Izabel Padovani.



Imagem 4: Espetáculo de Mônica Salmosa, Ná Ozzetti, Izabel Padovani.

Fotos do Livro Unimúsica 2016 (no prelo) *

Pode-se perceber sutilmente na imagem 4 que há uma certa cumplicidade dos artistas no que se refere a comunicação entre eles

naquilo que o músico depreende dos símbolos e das letras musicais, o que permite conjecturar que há um entendimento bem mais amplo da música que uma plateia possa observar entre os músicos. Tal análise se justifica em Halbwachs (1990) quando ele diz que o ritmo dos músicos “supõe um espaço que é apenas sonoro” (p. 176), em que muitos dos sons são percebidos apenas pelos músicos. A Imagem 5 é um registro fotográfico do espetáculo da cantora Maria João.



Imagem 5: Espetáculo de Maria João. Fotos do Livro Unimúsica 2016 (no prelo) *

Através da imagem 5 a cantora expressa sua livre interpretação, demonstrando ao público através de sua performance sua sensibilidade e emotividade com o envolvimento musical interpretando a música à sua maneira. Pois segundo Halbwachs (1990) ao executar uma música e ter consciência que não está isolado dos demais, pode expressar disposições particulares quando executa a música, demonstrando por vezes sua sensibilidade musical por meio de sutilezas pessoais aparentes.

A Imagem 6 é um registro fotográfico do espetáculo de Maria Bethânia.



Imagem 6: Espetáculo de Maria Bethânia. Agenda Cultural Mai/Jun 2016.

Disponível Em: https://Issuu.Com/Difusaoddc/Docs/Agenda_Web

A imagem 6 demonstra Maria Bethânia, cantora reconhecida nacionalmente, expressando sua interpretação de uma música. Maria Bethânia possui grande empatia com seu público. Nas palavras de Halbwichs (1990, p. 181) “é como se [o músico] estivesse possuído por um demônio invisível, cujo espírito se apodera de todos os músicos, mas que se deixa prender e dominar somente por um pequeno número”. Grupo seletivo que certamente Maria Bethânia faz parte, devido ao reconhecimento que tem de seu trabalho (NUNES, 2012).

A Imagem 7 é um registro fotográfico do espetáculo do grupo Papas da Língua.



Imagem 7: Espetáculo de Papas da Língua em apresentação de 2015. Foto de Rubens Clair Viana.

Podemos observar na imagem 7 o alto envolvimento do público ao ouvirem as canções do grupo Papas da Língua, onde fica evidenciada a identificação do público com a música, expressando emoções e suas disposições interiores, tais como tristeza, alegria, amor, projetos, esperanças (HALBWACHS, 1990).

A Imagem 8 é outro registro fotográfico do espetáculo do grupo Papas da Língua.



Imagem 8: Espetáculo de Papas da Língua em apresentação de 2015. Foto de Rubens Clair Viana.

A imagem 9 demonstra o envolvimento da maioria dos presentes (músicos e plateia) na vivência daquele momento musical único, os quais pareciam estar imersos e envolvidos naquele instante. Para Halbwachs (1990), a música é uma das poucas ações humanas que consegue chamar a atenção dos presentes para se ocuparem de simplesmente criar (para os músicos) ou ouvir (para a plateia e músicos) combinações de sons e permanecer por inteiro dentro daquela sociedade naquele momento.

A Imagem 9 é um registro fotográfico do público presente no Show Lenine.



Imagem 9: Público do Espetáculo do Show Lenine. Livro Unimúsica 2016
(no prelo) *

Na imagem 9 é possível observar que a plateia estava naquele momento devotando sua atenção e concentração à música. Para Halbwachs (1990) a música é a única arte em que se impõe a condição de não ter outra significação senão ela mesma, “porque se desenvolve totalmente no tempo, porque não se prende a nada que dura, e porque, para retomá-la, é preciso recriá-la sempre.” (HALBWACHS, 1990, p. 187). Enfim, a música coloca em ação todos os recursos da memória coletiva.

4. Considerações Finais

Este artigo teve por objetivo propor uma interpretação aplicada do entendimento de Halbwachs (1990) quanto à memória coletiva nos músicos. Ficam evidenciadas através das análises das imagens que

algumas ideias de Halbwachs (1990) puderam ser interpretadas, pois o instante de um registro fotográfico é mínimo para captar todos os pontos citados, muito embora a fotografia possa registrar momentos com espantosa precisão transcendendo o registro instantâneo e demonstrando aspectos *sui generis* do espetáculo.

As análises das imagens mostram o que Halbwachs (1990) tinha apresentado sobre a memória coletiva dos músicos tais como: a atenção concentrada da plateia e dos músicos em um espaço que é apenas sonoro; onde o músico expressa disposições particulares e provoca uma ambientação para a emergência de emoções nele e no público, em um momento que não tem outra significação senão ela mesma.

As análises das imagens mostram o que Halbwachs (1990) tinha apresentado sobre a memória coletiva dos músicos tais como: a atenção concentrada da plateia e dos músicos em um espaço que é apenas sonoro; onde o músico expressa disposições particulares e provoca uma ambientação para a emergência de emoções nele e no público, em um momento que não tem outra significação senão ela mesma. Dito de modo mais pormenorizado:, a música mostra-se como uma arte *sui generis*, uma vez que quando apresentada em grupo, necessita interpretação conjunta e harmônica dos sinais (partitura e letras), fazendo sentido para os músicos e para a plateia, onde o músico e sua partitura podem ser considerados como um todo no momento da apresentação, bem como há um momento ou espaço apenas sonoro que somente os músicos compreendem. Pode-se entender também que a tarefa da memória musical é simplificada ao ouvinte, o qual não precisa distinguir entre notas, ritmo, cantor e temas que lhe é apresentada. Já ao músico, a tarefa vai além e explora sua sensibilidade e emotividade, resultando uma música interpretada à sua maneira e no aqui e agora, tal como um "demônio invisível" (HALBWACHS, 1990), que um grupo de músicos consegue prender e dominar. Tal domínio do músico é evidenciado nas emoções que a plateia expressa durante a apresentação, fazendo com que aquele momento seja único, prendendo a atenção somente para o ato de ouvir e apreciar a arte da música, que passa a não ter outra significação senão ela mesma, colocando em ação

todos os recursos da memória coletiva.

Sugere-se que mais trabalhos possam explorar a relação entre a música e a memória coletiva explorando-se outros dados além das imagens.

Referências

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

NUNES, Geraldo. *Maria Bethânia: quinta melhor voz da MPB em todos os tempos*. 2012. Disponível em: <http://www.jornalmovimento.com.br/geraldo-nunes/1298-maria-bethania-quinta-melhor-voz-da-mpb-em-todos-os-tempos> Acesso em 30 ago. 2016.

WERTSCH, James. Texto e dialogismo no estudo da memória coletiva. *Educação e Pesquisa*, v.36, n. especial, p. 123-132, 2010.

**PERCURSO FORMATIVO DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
DOS SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO DA
UFRGS: ESTUDO DE MEMÓRIA SOCIAL**

SANDRA REGINA DOS SANTOS LEDESMA²³⁴

Resumo: A Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, possui cerca de 5.000 servidores, sendo 2.500 técnicos administrativos em educação distribuídos entre os cargos de nível superior, médio e de apoio. Desses 2.500 técnicos²³⁵, 426 possuem o mestrado e desse universo, 322 concluíram o curso entre 2005 e 2015, dentro do novo Plano de Carreira aprovado pela Lei 11.091/2005²³⁶. Este trabalho apresenta resultados parciais da pesquisa que está sendo desenvolvida, na perspectiva da memória social, sobre o percurso formativo desses servidores e o que os levou à realização do curso de pós-graduação *strictu sensu* no referido período. O presente trabalho está baseado no aporte teórico dos autores que discutem memória social e trabalho e educação, e nos dados quantitativos que delineiam o perfil desses servidores. A metodologia adotada consiste, primeiramente, em identificar o público-alvo, selecionar o grupo representativo e definir quais os servidores que serão convidados a participar da entrevista.

Palavras-chave: Memória social; trabalho e educação.

Abstract: The Federal University of Rio Grande do Sul - UFRGS, has about 5,000 servers, of which 2,500 administrative education technicians are distributed among the top, middle and support levels. Of these 2,500 technicians, 426 have a master's degree and 322 have completed the course between 2005 and 2015, within the new Career Plan approved by Law 11,091 / 2005. This paper presents partial results of the research that is being developed, from the perspective of social memory, about the training course of these servers and what led them to the *strictu sensu* postgraduate course in that period. The present work is based on the theoretical contribution of the authors that discuss social memory and work and education, and on the quantitative data that outline the profile of these servers. The methodology adopted is firstly to identify the target audience, select the representative group and define which servers will be invited to participate in the interview.

Keywords: social memory; work and education.

Introdução

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul é uma instituição de ensino superior situada no sul do Brasil, no Estado do Rio Grande do Sul,

²³⁴ Mestranda em Memória Social e Bens Culturais pelo Unilasalle. E-mail: sandra_led@hotmail.com

²³⁵ Dados obtidos junto à PROGESP em 1º/7/2016.

²³⁶ Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências.

na cidade de Porto Alegre, que ultrapassa oitenta anos de existência como universidade. No entanto, teve seu início plantado em 1895 com a fundação da Escola de Farmácia e Química, precedida pela Escola de Engenharia. Em 28 de novembro de 1934 criou-se a Universidade de Porto Alegre.

Historicamente a Universidade têm registrado seus feitos acadêmicos, nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, atribuindo maior destaque ao trabalho realizado por docentes e discentes. Esse estudo busca conhecer a trajetória dos técnicos-administrativos em educação, desde suas origens familiares, passando pela vida escolar e acadêmica até a conclusão do curso de mestrado, imbricando com o currículo profissional, com a intenção de dar visibilidade à busca pela qualificação técnica desses profissionais. É um estudo de memória social sobre servidores técnico-administrativos²³⁷ da UFRGS e seus percursos formativos em cursos de pós-graduação *stricto sensu*, no nível mestrado, com a obtenção do título entre 2005 e 2015.

Trata-se, portanto, de um trabalho, cujo objetivo é inscrever na memória da Universidade Federal do Rio Grande do Sul esse grupo de servidores que, através dos seus percursos pessoal e acadêmico, contribuem para alicerçar o tripé que compõem toda instituição de ensino: alunos, professores e corpo técnico, no início desse século XXI.

Nos últimos dez anos as universidades federais do Brasil cresceram significativamente, tanto em espaço físico, quanto em número de vagas e cursos, inclusive noturnos. Essa expansão decorreu do Programa REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, proposto pelo governo federal através do Ministério da Educação.

²³⁷ O corpo técnico-administrativo da Universidade é responsável por desenvolver as atividades administrativas da instituição, como por exemplo: gerenciamento de recursos humanos, financeiro, logística, infraestrutura, entre outras. São imprescindíveis no apoio da execução das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Este conjunto pode ser categorizado de acordo com cargo funcional: Nível de Apoio, Nível Intermediário e Nível Superior. (Fonte: <http://www.ufrgs.br/proplan/servicos/ufrgs-em-numeros>, acessado em 31/03/2016)

Para atender essa demanda expansionista, o Programa previu também contratação de mais professores e técnicos administrativos em educação, no entanto, a demanda, em relação ao corpo técnico, jamais foi atendida na íntegra, por vários motivos, entre eles, a ausência de concurso público para provimento de vagas durante a década de 1990, consequentes de aposentadorias, exonerações ou morte. O novo plano de carreira extinguiu vários cargos do serviço público, que foram encampados pela terceirização, adequando à nova ordem no serviço público que passa a ter um caráter mais próximo da empresa privada, instituindo gerências administrativas.

Esse rearranjo do aparelho estatal, que se estende desde as transformações destinadas à realocação de recursos e competências institucionais, até a dinâmica normativa e operativa, afeta à dimensão humana do serviço público (os agentes públicos), em suas diferentes esferas, tem operado significativo impacto nas estruturas, nos processos e nas relações de trabalho, orientando-se para uma prática gerencial que tem, como uma de suas premissas norteadoras, a priorização do alcance de resultados efetivos nas ações do Poder Público. (BERGUE, 2010, p. 185)

Em 2005, foi aprovado o Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – PCCTAE (Lei 11.091), que trouxe, entre outras mudanças, o incentivo por qualificação, ou seja, o servidor que obtivesse formação escolar ou acadêmica acima daquela exigida para o exercício do cargo, receberia um percentual incidente sobre o valor básico dos seus vencimentos, que seria incorporado definitivamente aos rendimentos e, portanto, mantido na aposentadoria.

Como decorrência desse novo Plano de Carreira, a UFRGS criou a Escola de Desenvolvimento de Servidores – EDUFRGS - cujo objetivo é

promover a capacitação de servidores, por meio da promoção e da orientação de um conjunto de atividades de aprendizagem interdependentes, que promovam o desenvolvimento pessoal e profissional do servidor. Essas atividades tem o propósito de desenvolver competências institucionais por intermédio do desenvolvimento de competências individuais, através da realização de trilhas de

aprendizagem²³⁸, que visam o desenvolvimento do servidor na carreira ou em atividades gerenciais. (UFRGS, 2016)

Em 2013-2 a EDUFRGS lançou seu primeiro edital para servidores que já estavam cursando ou pretendiam entrar na pós-graduação, nos níveis de mestrado ou doutorado, em instituições privadas. Na época foram contemplados com incentivo educacional (bolsa) 15 alunos do mestrado e 02 do doutorado. A UFRGS, ao final de 2015 possuía cerca de 2.700 técnicos administrativos em atividade, sendo 259 com cargo de nível de apoio, 1.628 do nível intermediário e 840 do nível superior. Desse total, 427 com titulação de mestrado. (UFRGS, 2016)

Percorrendo os Caminhos da Memória Social e do Trabalho e Educação

De que memória estamos falando? A memória a ser investigada pertence aos servidores técnicos-administrativos em educação da UFRGS que cursaram o mestrado durante a década 2005-2015, considerando seus percursos pessoais, escolar, profissional, não, necessariamente, observando essa ordem rígida, mas contemplando esses três enfoques. Os estudos encontram amparo na teoria de Maurice Halbwachs (2003), durkheimiano, para quem a memória social parte do individual para o grupo, porque, ao lembrar um acontecimento esse vem eivado de outras presenças. Halbwachs era um sociólogo francês, ex-aluno de Durkheim que, no início do século XX, afirmou ser a memória individual decorrente da memória coletiva, que tem sua origem nos quadros sociais²³⁹, e essa memória é composta por narrativas, esquecimentos, ficções.

Sobre o conceito de memória social, diz que a lembrança individual é o elemento acionador da memória, mas que a “nossa confiança na

²³⁸ O Plano de Capacitação Formação Integral de Servidores da UFRGS entende como Trilha de Aprendizagem o conjunto de atividades interdependentes que promovem o desenvolvimento pessoal e profissional do servidor, composto por ações de aperfeiçoamento e qualificação por ele escolhidas, conforme seu interesse e disponibilidade, em atendimento às necessidades do trabalho e aos objetivos da instituição.

²³⁹ Quadros sociais correspondem a um sistema de valores que compreende determinados grupos; uma consciência crítica, presente nas famílias e nos grupos religiosos, por exemplo.

exatidão de nossa recordação será maior, como se a mesma experiência fosse recomeçada não apenas pela mesma pessoa, mas por muitas” (Halbwachs, 2010, p.29).

Também contribui nesses estudos da memória social Jô Gondar, para quem “o conceito não pode ser formulado em moldes clássicos, sob uma forma simples, imóvel, unívoca.” Pelo contrário, para a autora o conceito de memória “é complexo, inacabado, em permanente processo de construção” (2005, p. 7), portanto, é sempre atualizada a cada ato de relembrar.

Porém, Jô Gondar (2005) amplia o conceito de memória ao constatar que este não é estanque, nem se encerra em si em um território limítrofe. Se Halbwachs, no início do século XX, compreendeu a memória social como uma memória coletiva, baseada nos quadros sociais, garantida a partir dos valores compartilhados pelos diferentes grupos, como familiares, religiosos, de classe, Gondar (2005) vê a memória social como algo em movimento, com fronteiras elásticas, capaz de abarcar diversas definições, portanto, não é um tema que se restrinja a essa ou aquela área de conhecimento, embora perpassasse cada uma com conceitualização própria, mas destaca que, embora memória social se preste a “uma multiplicidade de definições”, não se trata de um vale-tudo. Ao tratar-se de um território aberto e acolhedor do múltiplo não é sinônimo de ausência de rigor e ecletismo ético.

Os dados numéricos coletados, que serão apresentados, indicam que o tempo de serviço dos técnicos administrativos em educação da UFRGS varia de um a trinta e sete anos, e essa trajetória é permeada por memórias pessoais que se confundem com a do grupo frente a instituição.

Esse trabalho é sobre pessoas que atuam no serviço público federal, na área de educação, que decidiram cursar o mestrado, em diferentes momentos das suas vidas. Existem aqueles que ingressaram no serviço público já com a titulação ou o fizeram nos primeiros anos de ingresso e outros que, por uma questão de oportunidade, resolveram fazê-lo próximo a aposentadoria. Portanto, esse trabalho aborda, além da memória social, a relação trabalho-educação e, para ancorá-lo busca os

ensinamentos de Bernard Charlot (2000) em seus estudos sobre a relação com o saber de um ser social, que o autor descreve como “um ser singular que produz a si mesmo, e é produzido, através da educação” (2000, p. 33)

Como nos traz Arruda, é

O delineamento de um novo perfil profissional, endógeno ao novo modelo econômico, que introduz novas formas de gestão do trabalho e de socialização dos indivíduos, valorizando a atuação em equipe, a interdisciplinaridade, o aprendizado contínuo e atitudes comportamentais. (2000, p. 23)

Albornoz (2002), baseada em Marx e Hegel diz que “a essência do ser humano está no trabalho. O que os homens produzem é o que eles são.” (2002, p. 67) Rossi também faz uma abordagem marxista da relação entre trabalho e educação, de como os homens se relacionam entre si e com a natureza, ou seja, com o trabalho. O ser humano, desde sempre, segundo esse paradigma, precisou trabalhar para atender as suas necessidades e, ao trabalhar, também gerou outras necessidades que vão além das básicas. (2016, p. 52).

Há um momento para o trabalhador que o conhecimento adquirido com a experiência não é suficiente, não atende mais as suas necessidades porque, como já foi dito anteriormente, é da natureza humana a incompletude do desejo, e/ou porque as exigências do mundo do trabalho assim o requer. Para os técnicos-administrativos em educação da UFRGS essa necessidade acentuou-se com a reforma do aparelho do estado, iniciada na década de 1990, que promoveu a redução do número de servidores técnicos no âmbito das universidades federais com a falta de concursos. Todas essas ações possibilitaram uma expansão ampla e rápida da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e os servidores, conseqüentemente, sendo cada vez mais exigidos para atender às novas demandas que a sociedade necessita.

Essa mudança fez com que surgisse

O delineamento de um novo perfil profissional, endógeno ao novo modelo econômico, que introduz novas formas de gestão do trabalho e de socialização dos indivíduos, valorizando a atuação em equipe, a

interdisciplinaridade, o aprendizado contínuo e atitudes comportamentais.” (ARRUDA, 2000, p. 23)

E, de acordo com Rossi (2016), é nessa fase que entra em cena a necessidade de “produtos sociais de ordem mais elevada”, em outras palavras, educação. Porque, “tanto o trabalho como a educação são complexos exclusivos do ser social” (ROSSI, 2016, p. 57), e o “estudo é, nesse aspecto, imperioso, pois sem compreendermos a realidade diminuimos substancialmente as possibilidades de contribuir com a sua transformação” (ROSSI, 2016, p. 64)

Rossi (2016), apoiado em Lukács, diz que a prática educativa influencia as pessoas a irem em busca de novas opções, portanto, a implantação de um novo plano de carreira por si só não é suficiente para fazer com que todos os servidores se disponham a investir tempo e recursos para retornarem à sala de aula. Conforme nos diz Charlot (2000, p. 55), a motivação é externa mas a mobilização para fazer algo é interna, tem que vir “de dentro” de cada indivíduo. E é essa motivação que a pesquisa buscará conhecer a partir das memórias dos servidores.

Percurso Metodológico

Por tratar-se de um trabalho de cunho social, ou seja, se dá no campo das relações sociais, com enfoque principal na área das memórias produzidas por um grupo específico de pessoas, adotar-se-á, majoritariamente, o método de pesquisa qualitativo que, segundo Lakatos: “preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano” (2007, p. 269). No entanto, a pesquisa requer também o uso do método quantitativo que está presente tanto na quantificação da coleta das informações referentes aos servidores técnico-administrativos em educação quanto no tratamento desses dados, definindo o perfil de cada um frente à instituição de trabalho. Esse método possibilitará também o uso da amostragem para sintetização dos dados numéricos, fazendo uso do “agrupamento de dados, de acordo com as necessidades da investigação”. (LAKATOS, 2007, p. 287)

O instrumento a ser utilizado para levantamento dos dados qualitativos é a entrevista semi-estruturada e em profundidade, cujo

objetivo, segundo Lakatos é “a obtenção de informações importantes e de compreender as perspectivas e experiências das pessoas entrevistadas”. (2007, p. 278)

Estágio da Pesquisa

A pesquisa teve seu primeiro momento marcado pela construção do projeto e submissão desse à avaliação da banca de qualificação, onde logrou aprovação mediante reparos pertinentes. Em seguida houve uma aproximação da pesquisadora com os autores principais que fundamentam a pesquisa e, concomitante, deu-se início a busca de dados para compor a parte quantitativa da investigação. Esses dados numéricos foram obtidos junto à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, através da sua Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, e destinam-se ao perfilamento dos servidores técnicos-administrativos em educação, titulados no mestrado durante o período compreendido entre 2005 e 2015.

Concluída essa etapa, a pesquisa encontra-se na fase de definição dos critérios para selecionar o número de servidores – que farão parte da amostragem – para participarem das entrevistas. Portanto, o passo seguinte será entrar em contato com esses servidores e agendar as entrevistas que serão, mediante autorização dos entrevistados, gravadas, bem como o registro fotográfico individual. Posteriormente as entrevistas serão degravadas pela pesquisadora e analisadas a partir da análise de conteúdo.

Os servidores técnicos-administrativos em educação, sorteados, conforme critério descrito acima, serão contatados via email contendo apresentação da pesquisadora e motivo do contato. Anexo ao email vai o convite formal detalhando o objeto da pesquisa e seus objetivos. Aceito o convite, data, horário e local da entrevista fica a critério desse. Na entrevista a pesquisadora iniciará agradecendo o aceite por parte do colega em participar da pesquisa, falará um pouco de si, enquanto também servidora do corpo técnico da universidade e o que a motivou a realizar essa pesquisa. Apresentará ao entrevistado o Termo de Consentimento Informado de Uso de Imagem e de Depoimento, em duas vias que, em

sendo aceite, será assinado por ambos, ficando uma via com a pessoa entrevistada e outra será guardada juntamente com os arquivos das gravações.

Resultados parciais

A pesquisa revelou as seguintes características dos Técnicos Administrativos em Educação da UFRGS que se titularam no mestrado entre 2005 e 2015: as idades desse universo varia entre 25 e 67 anos e a maioria está concentrada na faixa entre 30 e 34 anos, o que equivale a 32% do total; o grupo com idade entre 35 e 39 anos corresponde a 25%, e aqueles que têm entre 50 e 54 anos correspondem a 12%. Os títulos de mestrado estão distribuídos em nove grandes áreas de conhecimento da CAPES, destacando-se 28% em Humanas, 18% em Ciências Sociais Aplicadas, 12% em Ciências da Saúde, 10% em Ciências Exatas e da Terra e também 10% nas Engenharias. A maioria dos titulados é mulher (206), equivalendo a 64%, e os homens, (116), representam 34% do total; 44% estão ligados à Administração Central da Universidade²⁴⁰ e 56% estão distribuídos pelas Unidades Acadêmicas dos campi de Porto Alegre; 74% ocupam cargos técnicos de nível superior, 25% no nível médio e 1% em cargos do nível de apoio. A variável tempo de serviço possibilitou dividir os servidores em dois grupos que serão alvo das entrevistas: os “novos”, que foram assim definidos pela pesquisadora por estarem na UFRGS a menos de dez anos e correspondem ao maior grupo, equivalendo a 75% do universo investigado; e os servidores “antigos” que têm entre 21 e 37 anos de trabalho na Universidade e correspondem a 23% do total dos titulados no mestrado no período de recorte da pesquisa. É este o universo que será utilizado para realização das entrevistas.

REFERÊNCIAS

²⁴⁰ Por Administração Central, nesse estudo, entenda-se todo servidor que estiver lotado em órgão ou setor que não corresponda às unidades de ensino, ou seja, Colégio de Aplicação, Escolas, Faculdades e Institutos.

ARRUDA, Maria da Conceição Calmon et alii. **Educação, trabalho e o delineamento de novos perfis profissionais:** o bibliotecário em questão. Ci. Inf. Brasília, v. 29, n.3, p. 14-24, set. dez. 2000.

ALBORNOZ, Suzana. **O que é trabalho.** São Paulo: Brasiliense, 2002. (Coleção primeiros passos ; 171)

BERGUE, Sandro Trescastro. **Gestão de pessoas em organizações públicas.** 3. ed. rev. e atual. – Caxias do Sul, RS : Educs, 2010.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber:** elementos para uma teoria; trad. Bruno Magne. Porto Alegre ; Artes Médicas Sul, 2000.

GONDAR, Jô. **O que é memória social?** Rio de Janeiro: UNIRIO, 2005.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva.** Trad. Beatriz Sidou. São Paulo : Centauro, 2003. 224p.

LAKATOS, Eva Maria. Marina de Andrade Marconi. **Metodologia Científica.**– 5. ed. – São Paulo : Atlas, 2007.

ROSSI, Rafael. **Trabalho e Educação:** uma relação histórico-ontológica. Belo Horizonte : Trabalho & Educação, jan-abr 2016, v. 25, n. 1, p. 49-66.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS). UFRGS em Números. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/proplan/servicos/ufrgs-em-numeros#TAS>. Acessada em 29/08/2016.

A INDÚSTRIA CRIATIVA NO MUNICÍPIO DE CANOAS/RS: UM OLHAR SUSTENTÁVEL PARA A MODA

SILVANA LEHN²⁴¹
JUDITE SANSON DE BEM²⁴²
MOISÉS WAISMANN²⁴³

Resumo: A Indústria Criativa é um arranjo de setores econômicos que utilizam o capital intelectual e a criatividade com insumo. Esta comunicação tem o objetivo de apresentar um diagnóstico do segmento da moda no município de Canoas localizado na Região Metropolitana de Porto Alegre no estado do Rio Grande do Sul. A fonte dos dados é o Mapeamento da Indústria Criativa no Brasil, produzido pela Firjan (2014), bem como a experiência um projeto de moda sustentável no município de Canoas/RS. Trata-se de uma pesquisa documental que se utiliza da estatística descritiva para tratamento dos dados. Observa-se que o segmento de moda sustentável tem muitas oportunidades de crescimento, pois representa uma possibilidade de desenvolvimento sustentável, gerando renda com a utilização da criatividade e do capital intelectual das pessoas de forma equilibrada.

Palavras-chaves: indústria criativa; moda sustentável; Canoas.

Abstract: The creative industry is an arrangement of economic sectors that use intellectual capital and creativity with input. This paper aims to present a diagnosis of the fashion segment in the city of Canoas, located in the metropolitan area of Porto Alegre, in the state of Rio Grande do Sul. The data source is the Mapping of the Creative Industry in Brazil, carried out by Firjan (2014), as well as the experience of a sustainable fashion project in the city of Canoas/RS. This is document-based research that uses descriptive statistics to process data. It should be noted that the sustainable fashion segment has many opportunities for growth, since it represents the possibility of sustainable development, generating income through the use of creativity and intellectual capital of people in a balanced way.

Keywords: Creative industry; Sustainable fashion; Canoas.

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos a criatividade passou a ser um dos fatores determinantes na vantagem competitiva das empresas, um ativo importante dentro da lógica de agregação de valor (FIRJAN, 2014). A indústria criativa

241 Mestre em Turismo e Hotelaria pela Universidade do Vale do Itajaí (Bal. Camboriú/SC). Coordenadora dos cursos de Tecnologia em Eventos, Tecnologia em Marketing e Tecnologia em Eventos do Centro Universitário La Salle (Canoas/RS). E-mail: silvana.lehn@unilasalle.edu.br

²⁴² Doutora em História PUCRS (Porto Alegre/RS). Prof.^a do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais do Centro Universitário La Salle (Canoas/RS, Brasil). E-mail: judite.bem@unilasalle.edu.br

²⁴³ 3 Doutor em Educação pela Unisinos (São Leopoldo/RS). Prof.^o do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais do Centro Universitário La Salle (Canoas/RS, Brasil). E-mail: moises.waismann@unilasalle.edu.br

surgiu no relatório Nação Criativa, que cita “qualquer atividade econômica que produza simbólicos intensamente dependentes da propriedade intelectual, visando o maior mercado possível” (UNCTAD, 2010).

As indústrias criativas possuem um escopo e abarcam vários setores, desde o patrimônio cultural até os audiovisuais e as novas mídias, dividindo-se em patrimônio, artes, mídia e criações funcionais. Elas dão conta dos ciclos de criação, produção e distribuição de produtos que utilizem a criatividade e o capital intelectual como insumos primários (UNCTAD, 2010).

O artigo tem como objetivo de apresentar um diagnóstico do segmento da moda no município de Canoas localizado na Região Metropolitana de Porto Alegre no estado do Rio Grande do Sul. A fonte dos dados é o Mapeamento da Indústria Criativa no Brasil, produzido pela Firjan (2016). Trata-se de uma pesquisa documental que se utiliza da estatística descritiva para tratamento dos dados e um estudo de caso de uma cooperativa que trabalha com moda sustentável. O texto está organizado em quatro partes além desta introdução, abordando-se o mapeamento da indústria criativa no Brasil, o design sustentável e a moda sustentável e as considerações finais.

2. O MAPEAMENTO DA INDÚSTRIA CRIATIVA NO BRASIL

A FIRJAN tem estudado o segmento das Indústrias Criativas no Brasil e, em 2014, mapeou o segmento nacionalmente, analisando o desempenho deste segmento produtivo, que gera R\$ 126 bilhões ao ano e avançou 69% na última década. (FIRJAN, 2014).

A figura 1 apresenta o fluxograma da cadeia da indústria criativa no Brasil.

Figura 3 - Fluxograma da Cadeia da Indústria Criativa no Brasil



Fonte: FIRJAN, 2014

Verifica-se na figura 1 a cadeia produtiva é composta pelos ciclos de criação, produção e distribuição de bens e serviços que usam criatividade e capital intelectual como insumos primários. Nesse sentido, a cadeia da indústria criativa é formada por três grandes categorias: o núcleo: formada pelas atividades profissionais e/ou econômicas que têm as ideias como insumo principal para geração de valor; as atividades relacionadas: profissionais e estabelecimentos que provêm diretamente bens e serviços à indústria criativa; apoio: ofertantes de bens e serviços de forma indireta à indústria criativa. (FIRJAN, 2014).

O segmento cresceu 90% entre 2004 e 2014, representando 1,8% do total de trabalhadores brasileiros. Em termos de empregos criativos, o setor teve um aumento de 56% do mercado entre 2004 e 2013. O ranking das áreas criativas no segmento do consumo dobrou o número de trabalhadores criativos e foi observado da seguinte forma: publicidade (+238,5%), design (+104,3%), arquitetura (98,5%) e moda (-6,3%). Apesar de a moda ser por definição, uma indústria clássica com profissionais que atuam na fabricação de têxteis, confecção e alta costura, de sapatos e de joias, houve uma retração entre os anos diagnosticados. São 42 mil profissionais criativos neste segmento. (FIRJAN, 2014).

A partir do Mapeamento da Indústria Criativa no Brasil elaboraram-se as figuras 2, 3, 4 e 5. A figura 2 apresenta a remuneração média do profissional no segmento da moda em nível nacional, estadual e no município de Canoas.

Figura 4 – Remuneração média do profissional da moda em Canoas/RS

RS - Canoas	
Segmento: Moda	
Profissionais	
	2013
Total de Profissionais para o Município Canoas - Moda	41
Total de Profissionais no Estado Rio Grande do Sul - Moda	6.837
Total de Profissionais no Brasil - Moda	56.676
Remuneração	
	2013
Remuneração Média para o Município Canoas - Moda	R\$ 1.110,50
Remuneração Média no Estado Rio Grande do Sul - Moda	R\$ 1.531,90
Remuneração Média no Brasil - Moda	R\$ 1.411,72

Valores a preços de 2013 (IPCA - IBGE)

Fonte: Firjan, 2014.

Percebe-se na figura 2 que a remuneração média do profissional no segmento da moda no Rio Grande do Sul é de R\$ 1.531,90, sendo que no mercado nacional esta média é R\$ 1.411,72 e no município de Canoas é R\$ 1.110,50, valores menores do que os apresentados no Estado. Desta forma verifica-se que a remuneração média gaúcha é maior do que a dos outros estados e no mercado interno.

Figura 5 – Gráfico Idade Média do Profissional da Moda no RS

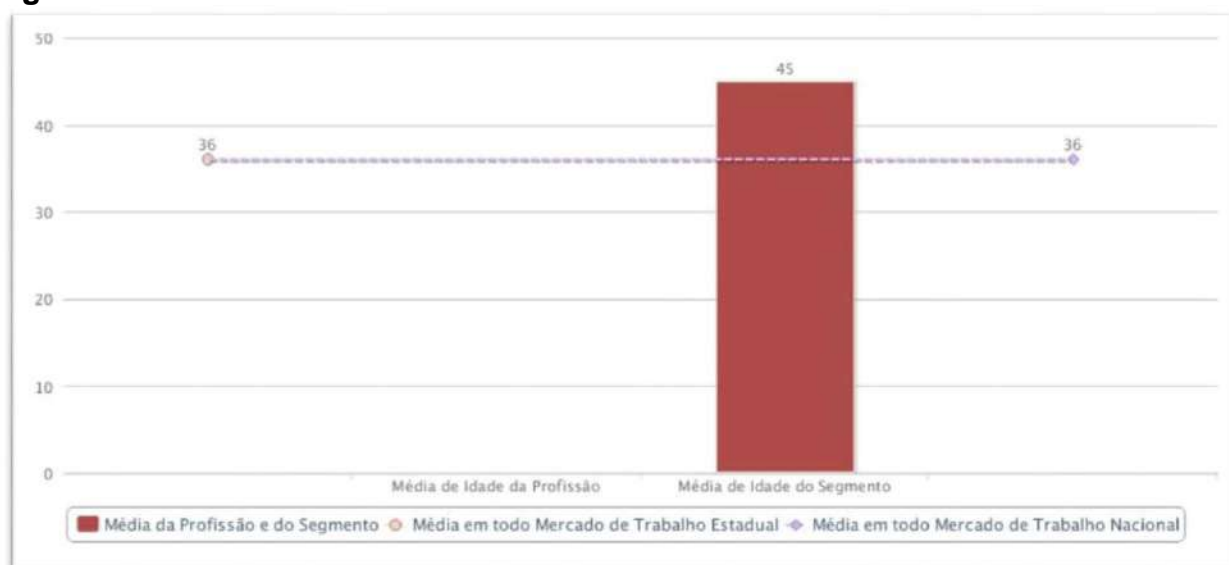


Fonte: Firjan, 2014.

Na figura 3, é possível visualizar que a idade média do profissional da moda no estado do Rio Grande do Sul é 34 anos, sendo a média nacional 36 anos. Portanto, temos no estado profissionais mais jovens neste segmento.

No município de Canoas, a idade média é 45 anos, apresentando uma média mais alta do que as nacionais e estaduais, conforme demonstrado na figura 4.

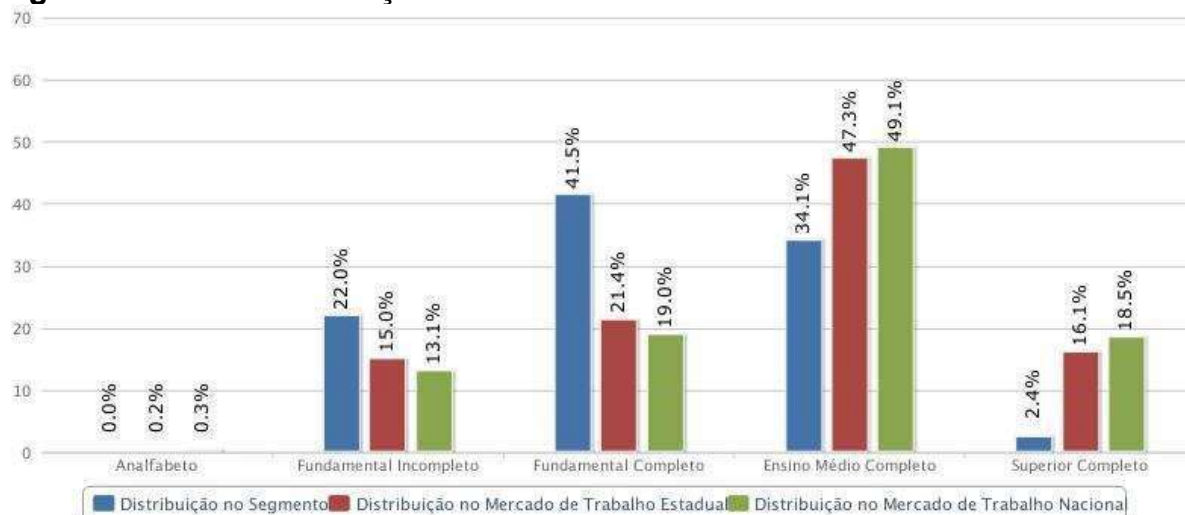
Figura 6 – Gráfico Idade Média do Profissional da Moda em Canoas/RS



Fonte: Firjan, 2014.

Em relação à formação do profissional da moda, como apresentado no gráfico 5, predominam no município de Canoas os profissionais com fundamental completo (41,5%), sendo que 21,4% dos profissionais do Rio Grande do Sul têm o mesmo nível de ensino e no Brasil eles são em 19%.

Figura 7 – Gráfico Formação do Profissional da Moda em Canoas/RS



Fonte: Firjan, 2014.

Já aqueles que possuem ensino médio completo em Canoas são 34,1%, em comparação com 47,3% no Rio Grande do Sul sendo a média nacional 49, 1%. Demonstra-se assim que em Canoas estes profissionais tem uma formação inferior se comparados os dados do Rio Grande do Sul e do Brasil. Também existe um grande percentual de trabalhadores com ensino fundamental incompleto: Canoas (22%), Rio Grande do Sul (21,4%), Brasil (13,1%), dados encontrados na figura 5.

A partir dos dados do segmento da moda no município de Canoas, serão abordados aspectos teóricos do design sustentável, que se preocupa com a preservação dos recursos materiais e os utiliza para criar produtos de moda.

3. O DESIGN SUSTENTÁVEL E A MODA

O desenvolvimento sustentável “é a atividade que harmoniza o imperativo do crescimento econômico com a promoção de equidade social e a preservação do patrimônio natural, garantindo assim que as necessidades das atuais gerações sejam atendidas sem comprometer o atendimento das necessidades das gerações futuras” (BRASIL, 2008, p. 41). A sustentabilidade vem se mantendo em destaque e oportunizou a

criação de novos produtos e inovações em vários segmentos, entre eles o design.

No design de um produto, é importante criar soluções que sejam significativas para as pessoas, que proporcionem novas experiências e inspirem, criando um impacto positivo. As pessoas buscam produtos que sejam sustentáveis e cativantes.

O respeito ao meio ambiente no desenvolvimento de novos produtos é uma maneira de corrigir a degradação ambiental. Desta forma, a busca por materiais sustentáveis é primordial, uma vez que os insumos utilizados no projeto de um produto podem gerar menos impactos, além dos impactos gerados pelas atividades industriais. (ASHBY&JOHNSON, 2011). “O resíduo é um produto inevitável de qualquer ciclo de vida e de consumo. Jogar fora seus resíduos é, conseqüentemente, um gesto cotidiano.” (SAPORTA E PELTIER, 2009, p. 12). A concepção sustentável envolve a redução, reutilização e a reciclagem dos descartes. Saporta e Petlier (2009) acreditam que a solução é a recuperação artesanal, ou o design sustentável, a partir de embalagens já utilizadas.

Ao vincular objetos a projetos de sustentabilidade, o designer passa a ser intérprete de demandas sociais e ambientais, facilitador de novas formas de socialização, estilos de vida e identidades, criando novos produtos e articulando pessoas e artefatos. (MENDES, ONO E REAL, 2010).

O design sustentável desenvolve projetos que se preocupam com descarte ou reuso de materiais, com a utilização de materiais que não prejudiquem o meio ambiente e sejam economicamente viáveis. (MARTINS E MERINO, 2011). Entre os destaques para uso do design sustentável, encontra-se a moda.

A moda pode ser entendida como uma dimensão mais ampla, que reflete ao mesmo tempo a sociedade e seu tempo (imagem); os processos grupais desencadeados pelas identificações a determinados grupos; a cadeia produtiva do têxtil e do vestuário; o design de produtos, além das dimensões estéticas e simbólicas envolvidas em sua dinamicidade e em sua pluralidade. (MARQUES FILHO, ABDALA E CAMARGO, 2015).

A etimologia do significado da palavra *fashion* (moda) remete ao latim *factio*, que significa fazendo ou fabricando. No sentido original era algo que uma pessoa fazia, diferentemente de hoje, quando a empregamos no sentido de algo que usamos. Também se refere à ideia de fetiche, ou de objetos que são fetiche, pois os itens de moda são os itens mais fetichizados entre os fabricados e consumidos. Como substantivo *fashion* tem como sinônimo a palavra modo ou maneira. Barnard (2003) afirma que o significado da palavra *fashion* está longe de ser esclarecido. “De modo geral, moda é o estilo ou estilos mais populares em um determinado momento ou época.” (FRINGS, 2012, p. 60).

“A função primordial da moda é oferecer ao consumidor, a cada estação, um look ou tendência atual.” (MATHARU, 2011, p.6). Na moda, a comunicação é um fator imprescindível, pois transmite uma estética, um estilo e uma atitude que o consumidor quer comprar. A internet deu a moda uma ferramenta de comunicação para expor suas ideias e produtos em escala global, revolucionando a experiência da moda. (MATHARU, 2011).

A moda sustentável que respeita o meio ambiente e a sociedade, valorizando as pessoas envolvidas na produção e incentivando o consumo consciente, trabalha com matérias-primas menos poluentes, em busca da redução do desperdício e o uso nacional dos recursos naturais, além de propor a produção mais humanizada, evitando a exploração dos recursos humanos, com remuneração justa. O objetivo é produzir peças com design e funcionalidade que favoreçam o uso duradouro. A moda sustentável atende os seguintes nichos: produção com fibras naturais e tecidos alternativos; reaproveitamento de rejeitos de tecidos, couros e materiais descartados; ecojoias e biojoias; ecobags (SEBRAE, 2016).

É um segmento que tem crescido principalmente em decorrência do trabalho nas cooperativas e oficinas, agregando conceitos de economia solidária, formando redes de crescimento socioeconômico. “A moda sustentável também trabalha com a valorização dos saberes tradicionais, com o resgate de técnicas de costura manuais e práticas artesanais que agregam valor às peças e ajudam na afirmação da identidade cultural.” (SEBRAE, 2016). As produções de moda sustentável têm se destacado

justamente pelo design funcional e arrojado, pela inovação das peças. Na sequência irá se apresentar um estudo de caso de um segmento da moda sustentável, atuante no município de Canoas/RS.

4. A MODA SUSTENTÁVEL NO MUNICÍPIO DE CANOAS

A Cooperativa Casulo é um exemplo de um projeto que trabalha com moda sustentável, fruto do Projeto Transformando Canoas. A Cooperativa Casulo está atualmente incubada pelo Movimento Ação por Canoas – MACA e a Secretaria de Projetos Especiais, Captação e Inovação da Prefeitura de Canoas. Tem como integrantes os moradores do município de Canoas que estão em vulnerabilidade social. (CASULO, 2016).

Desde 2009, estes moradores estão envolvidos na cenografia natalina do município, além de participarem de atividades de qualificação profissional, com objetivo de gerar de renda, buscando a autonomia financeira dos participantes. Em 2014, o grupo formou a Cooperativa de Trabalho Casulo e criou uma coleção de objetos e luminárias em garrafas PET, com o objetivo de buscar autonomia financeira. A criação da cooperativa representou “a mudança de vida de pessoas que, apesar da situação de vulnerabilidade, se uniram em grupo para alçar voo de borboleta.” (CASULO, 2016).

Algumas imagens de produtos que são comercializados na cooperativa são apresentadas na sequência. São acessórios de moda como colares (figuras 7 e 8) e brincos (figura 6), além de objetos de design como a luminária da figura 9.



Figura 8– Brinco de garrafa Pet



Fonte: Casulo, 2016

Figura 7 – Colar de garrafa Pet

Fonte: Casulo, 2016



Figura 9 – Colar de garrafa Pet



Fonte: Casulo, 2016

Figura 8 – Luminária

Fonte: Casulo, 2016

A atividade desenvolvida na Cooperativa Casulo permite a vivência no desenvolvimento de produtos, o entendimento do design e das práticas de gestão. São realizadas capacitações que qualificam os envolvidos na produção de artefatos com material reciclado. Após “passarem pelas mãos destes empreendedores, se transformam em objetos de arte e decoração sustentáveis” (CASULO, 2016).

Reporta-se ao fato de que os dados estatísticos da Firjan ainda precisam ser mais apurados para que haja consistência ao que é produzido no município no segmento de moda sustentável e aos dados apresentados no relatório técnico. Embora a cooperativa Casulo atue diretamente neste segmento, infere-se de que ela não é considerada no relatório.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Indústria Criativa é o resultado da organização de vários segmentos pré-existentes, que utilizam a criatividade e o capital intelectual como insumo principal para o trabalho desenvolvido. Este estudo teve o objetivo de fazer um pequeno recorte sobre a moda no município de Canoas, trazendo dois exemplos de projetos que trabalham com a sustentabilidade e cooperativismo, fomentando a economia solidária.

Os dados explorados no recorte do estudo apresentado, trouxeram o diagnóstico de que o segmento da moda ainda é muito pequeno no estado do Rio Grande do Sul e no município de Canoas, se comparados aos dados do Brasil. É uma oportunidade de se desenvolver estratégias para fomentar este segmento, aumentando assim seu escopo de abrangência.

As possibilidades de desenvolvimento de produtos de design de moda sustentável são numerosas, visto que grandes empresas do ramo e designers famosos, já desenvolvem suas coleções com foco na sustentabilidade. Agrega-se este quesito ao fato de que a sociedade necessita do desenvolvimento sustentável para avançar no mercado, visando à manutenção dos recursos naturais para a sobrevivência das gerações futuras.

Finaliza-se propondo que se façam novos estudos sobre o tema, que é de suma importância para o desenvolvimento social e econômico, com

objetivo de possibilitar a criação de novos projetos de moda sustentável, que trabalhem com a inovação, criatividade e capital intelectual das pessoas, catalisadores da indústria criativa.

REFERÊNCIAS

ASHBY, M. F. **Materiais e design: arte e ciência da seleção de materiais no design de produto**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier: Campus, 2011.

BARNARD, Malcolm. **Moda e comunicação**. Rio de Janeiro, RJ: Rocco, 2003.

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria de Políticas Públicas. **Programa de qualificação a distância para o desenvolvimento do turismo: turismo e sustentabilidade: formação de redes e ação municipal para regionalização do turismo**. Florianópolis: SEaD/UFSC, 2008.

CASULO. **Cooperativa Casulo**. Disponível em: <<http://www.cooperativacasulo.com.br/>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

FIRJAN – FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS CRIATIVAS DO RIO DE JANEIRO. **Mapeamento da Indústria Criativa no Brasil**. 2014. Disponível em:< <http://www.abradi.com.br/wp-content/uploads/2015/05/Mapeamento-2014.pdf>>

FRINGS, Gini Stephens. **Moda: do conceito ao consumidor**. 9. ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2012.

MARQUES FILHO, Adair; ABDALA, Lorena P.; CAMARGO, Flávio P. **Design de moda ou design de vestuário?**. 5º ENP Moda – Encontro Nacional de Pesquisa em Moda. Universidade Feevale. 2015. Disponível em: < <http://www.feevale.br/Comum/midias/76d5a346-c33c-4f68-b889-91e6f3283e1e/DESIGN%20DE%20MODA%20OU%20DESIGN%20DE%20VESTU%C3%81RIO.pdf>>.

MARTINS, Rosane Fonseca de Freitas; MERINO, Eugenio Andrés Díaz. **A gestão de design como estratégia organizacional**. 2. ed. Londrina, PR: Editora da Universidade Estadual de Londrina, 2011.

MATHARU, Gurmit. **O que é design de moda?**. Porto Alegre, RS: Bookman, 2011.

MENDES, Mariuze D., ONO, Maristela M., RIAL, Carmen S. **Consumo e design**: projetos e metamorfoses sociais mediando estilos de vida sustentáveis. In: DESIGN & consumo. Curitiba, PR: Peregrina, 2010. p. 15-33.

PELTIER, Fabrice; SAPORTA, Henri. **Design sustentável**: caminhos virtuosos. São Paulo, SP: SENAC São Paulo, 2009.

SEBRAE. **Conheça detalhes e potencialidades da moda sustentável**.

18 fev. 2016. Disponível em:

<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/conheca-detalhes-epotencialidades-da-moda-sustentavel,97488b88ba73e410VgnVCM1000003b74010aRCRD>.

UNCTAD. United Nations Conference on Trade and Development.

Relatório de Economia Criativa. 2010. Disponível em:

<http://unctad.org/pt/docs/ditctab20103_pt.pdf>.

CONSIDERAÇÕES DA MEMÓRIA ORGANIZACIONAL SOBRE AS INTERAÇÕES ENTRE A UNIVERSIDADE E SOCIEDADE NA UFRGS

SUZETE MORÉM DE FRAGA²⁴⁴

MARGARETE PANERAI ARAUJO²⁴⁵

JUDITE SANSON DE BEM²⁴⁶

MOISÉS WAISMANN²⁴⁷

Resumo: O presente artigo pretende descrever parcialmente alguns princípios das interações entre a sociedade e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. A metodologia é descritiva e bibliográfica. Procura-se evidenciar na referência teórica a necessidade de manter a memórias dessas atividades de pesquisa, ensino e extensão desenvolvidas.

Palavras-chave: Memória Social; Interações; Ensino; Pesquisa; Extensão.

Abstract: The present article aims to describe some interactions principles; focusing on the relationship between society and Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). It is based on a descriptive and bibliographical approach. In addition, this article searches to highlight the importance of keeping research, teaching and extension projects in memory, according to the theoretical reference.

Keywords: Social Memory; Interactins; Teaching; Research; Extension Projects.

INTRODUÇÃO

A partir da década de 70, com o desenvolvimento do capitalismo mundial e as demandas daí resultantes, houve exigências nas Universidades principalmente de transformações que relacionam o retorno à sociedade do processo produtivo de educação, ensino e extensão. As Universidades não são vistas simplesmente como um lugar onde o

²⁴⁴ Mestranda do Programa em Memória Social e Bens Culturais UNILASALLE; Especialização em Administração Pública pela EADM-UFRGS (2010); Graduada em Psicologia pela PUCRS (1993). Coordenadora do Núcleo de Convênios da UFRGS. E-mail: suzeteфрага@gmail.com

²⁴⁵ Pós-Doutora em Administração Pública e de Empresas em Políticas e Estratégias pela FGV/EBAPE/RJ (2013); e Pós-Doutora em Comunicação Social, Cidadania e Região pelas Cátedras UNESCO e Gestão de Cidades na UEMESP (2010); Doutorado em Comunicação Social pela PUCRS (2004); É professora e pesquisadora da linha de pesquisa em Memória e Gestão Cultural, vinculada ao Programa em Memória Social e Bens Culturais UNILASALLE. E-mail: margarete.araujo@unilasalle.edu.br

²⁴⁶ Pós-Doutora em Economia da Cultura pela UFRGS (2014), Doutorado em História Ibero-Americana PUCRS (2001); Coordenadora do Curso de Ciências Econômicas e professora e pesquisadora da linha de pesquisa em Memória e Gestão Cultural, vinculada ao Programa em Memória Social e Bens Culturais do UNILASALLE. E-mail: judite.bem@unilasalle.edu.br

²⁴⁷ Doutor em Educação pela UNISINOS (2013). Professor e pesquisador da linha de pesquisa em Memória e Gestão Cultural do Programa em Memória Social e Bens Culturais. Coordenador do Observatório do UNILASALLE; Trabalho, Gestão e Políticas Públicas. E-mail: moises.waismann@gmail.com

conhecimento é transmitido, mas como o lugar para atender as necessidades da sociedade, isto é, desenvolvendo parcerias com organismos nacionais e internacionais.

Assim, empresas e o governo voltaram sua atenção à educação, mais precisamente às Universidades que são consideradas geradoras do conhecimento, da ciência, da tecnologia e da inovação para o desenvolvimento de pesquisas, visando o bem-estar coletivo e de outras demandas de interesse para o progresso e modernização do país. Observou-se, com isso, uma mudança significativa no desenho social do país e na forma de gestão das Universidades, bem como, reestruturação nos cursos do ensino superior.

O objetivo geral desse artigo é descrever parcialmente as memórias organizacionais dessas Interações Acadêmicas desenvolvidas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). O contexto que se evidencia relaciona e busca o saber e o conhecimento utilizando tecnologias de inovação e de desenvolvimento científico e tecnológico para execução de projetos de pesquisa, ensino e de extensão nas suas diferentes áreas do conhecimento, em atendimento às políticas públicas, editais ou demandas espontâneas da sociedade. As Interações Acadêmicas na UFRGS, são consideradas aquelas que, sem prejuízo das leis vigentes, utilizando a disponibilidade de recursos existentes na Universidade, atendem às necessidades de terceiros (entidades públicas ou privadas).

Justifica-se que há lugares (na memória), particularmente ligados a uma lembrança, podendo ser pessoal ou lembrança de lugares de infância, lugares de comemoração, não necessariamente envolvendo tempo cronológico, mas que marcaram fortemente o indivíduo. Nesse sentido, é necessário mencionar alguns fenômenos que podem ocorrer na organização da memória individual e coletiva, as transferências e as projeções de outros eventos. Além desses fenômenos, eventos, lugares e personagens, estão os vestígios, datados da memória, isto é, gravados como data precisa de um acontecimento, podendo ser ainda assimiladas ou separadas. A memória é a sustentação da identidade.

Este artigo está dividido nessa introdução; o desenvolvimento com o referencial teórico e, na sequência, as partes relacionadas à discussão dos dados e conclusão e por último as referências.

1. REFERENCIAL

Quando se reflete sobre uma instituição e sua organização é possível elencar as etapas administrativas como: (a) Execução de uma análise do ambiente; (b) Estabelecimento de uma diretriz organizacional; (c) Formulação de uma estratégia organizacional; (d) Implementação da estratégia organizacional e por último (d) o Controle estratégico. Porém reconstruir a memória organizacional nos remete, em primeiro lugar, a um conjunto de funções psíquicas, ou seja, de fenômenos individuais e psicológicos, que possibilitariam ao homem a atualização de impressões ou informações passadas ou que ele representa como passadas. Nesse processo os fenômenos da memória são, tanto aspectos biológicos, como psicológicos, resultados de sistemas dinâmicos de organização e existem na medida em que a organização os mantém ou os reconstitui.

A partir da segunda metade do século XX, a memória social ou coletiva passou a ter um significado mais ampliado devido à constituição das ciências sociais, estimuladas pela sociologia, psicologia, dentre outras ciências num novo conceito, emergindo, com isso, a vontade em preservar a memória. Paul Ricoeur (1913-2005), mostrou em seus estudos analogia entre Memória e História, abordando tempo, narrativa, verdade, testemunho, memória e esquecimento, ou seja, as informações da memória são preservadas como testemunho. Ele compara um lugar social, como um espaço para salvaguardar a memória e pode ser ao mesmo tempo um lugar físico, espacial e também um lugar social.

Esse gesto de separar, de reunir, de coletar é objeto de uma disciplina distinta, a arquivística, à qual a epistemologia da operação historiográfica deve a descrição dos traços por meio dos quais o arquivo promove a ruptura com o ouvir-dizer do testemunho oral. Naturalmente, se os escritos constituem a porção principal dos depósitos de arquivo, e se entre os escritos os testemunhos das pessoas do passado constituem o primeiro núcleo, todos os tipos de

rastros possuem a vocação de ser arquivados (...) o arquivo adquiriu autoridade sobre quem o consulta, em revolução documental (RICOEUR, 2007, p.178).

Segundo, Gondar (2008), na memória aparecem inúmeros sentidos, isto é, varia conforme apropriação da doutrina e/ou do teórico. Por isso não se consegue definir memória social. Situação análoga são os julgamentos para a memória individual e memória coletiva constituída por Halbwachs. Nesse sentido, memória social, em seus estudos acontece partir da memória individual e coletiva, em função de que todas as lembranças são formadas no interior de um grupo, ou seja, fazendo parte os sentimentos, ideias e pensamentos que são atribuídos, originando, a memória do grupo. Assim, nunca lembramos sozinhos, criamos um suporte social, que associa a nossa consciência com as memórias de outros, então sem essa conexão toda recordação se torna irreal. Desta forma, considera-se que a memória não é só um acontecimento de interiorização individual, sendo, especialmente, uma construção social e um fenômeno coletivo. A memória é, em parte, moldada pela família e pelos grupos sociais. Nesse sentido, a memória individual confere combinações casuais das memórias dos demais grupos influenciando o indivíduo, ou seja, a memória individual é formada por várias memórias coletivas. Então, o indivíduo necessita das lembranças de outras pessoas para relembrar o seu próprio passado (GRAEBIN, apud TELLES FILHO et al., 2014, p. 6).

Segundo Halbwachs (1990), o sujeito compreende os móveis e utensílios que compõem o espaço uma vez que se pode decifrá-los familiarmente. Imóveis, apenas o são aparentemente, já que as preferências e os hábitos sociais se transformam. E, verdade que, durante períodos muito longos, é a impressão de imobilidade que predomina, e que se explica ao mesmo tempo pela natureza inerte das coisas físicas e pela estabilidade relativa dos grupos sociais.

Assim, a estabilidade das acomodações e de seu aspecto interior impõe ao próprio grupo a imagem apaziguante de sua continuidade. Quando um grupo está inserido numa parte do espaço, ele a transforma a sua imagem, ao mesmo tempo em que se sujeita e se adapta às coisas materiais que a ele resistem. Ele se fecha no quadro que construiu. A

imagem do meio exterior e das relações estáveis, que mantém passando ao primeiro plano da ideia que faz de si mesmo. Ela penetra todos os elementos de sua consciência, comanda e regula sua evolução. A imagem das coisas participa da inércia destas. Não é o indivíduo isolado, é o indivíduo como membro do grupo, é o próprio grupo que, dessa maneira, permanece submetido à influência da natureza material e participa de seu equilíbrio. Assim, se explica como as imagens espaciais desempenham um papel na memória coletiva (HALBWACHS, 1990, p. 133).

2. MÉTODO

O tipo da pesquisa utilizado foi descritivo, baseado em pesquisa bibliográfica e consulta documental em documentos arquivados e sistemas informatizados. Para Minayo (2011), há diversas tipologias possíveis de pesquisa, quando recomenda empregar aquela que melhor destaca a natureza e qualidades do estudo. Para Gil (2002, p.88) “a pesquisa bibliográfica realiza-se, quase exclusivamente, com material disponível em bibliotecas. Já a pesquisa documental pode exigir a consulta aos mais diversos tipos de arquivos públicos e particulares”.

3. ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS

Procurando (re) construir a memória, mesmo que de forma parcial sobre as interações acadêmicas existentes de ensino, pesquisa e extensão efetuadas em um Núcleo de Convênios (NC), observou-se a necessidade de rever algumas estruturas organizacionais na instituição que merecem ser pontuadas nos estudos. Fazendo uma analogia ainda fragmentada sobre as diretrizes organizacionais da instituição e suas estruturas que desenvolvem essas atividades relacionando com a reconstrução da memória, tem-se:

1. Suas atividades e meios, quando se valem, para sua perpetuação, de manuais, leis, decisões, regras e normas balizadoras de suas funções corporificando-as no seu contexto de trabalho, o uso das regras da instituição a que está vinculada. Assim, constata-se o entrelaçamento da memória com a organização, isto é, a busca de

registros e cumprimento das rotinas e normas.

2. As organizações se caracterizam por serem espaços de trabalhos que ao longo de décadas armazenam um legado coletivo de vivências, condutas normatizadas que se traduzem em regulamentos, documentos, etc. sejam pessoais ou organizacionais que determinarão a relação entre si e com outras instituições no mercado (externo). Nessa dinâmica de atuação as organizações necessitam diferentes formas de abrigar ou divulgar esta memória por meios de arquivos impressos ou digitalizados e sistemas informatizados, cujos memoriais têm e carregam suas histórias criando sua memória coletiva e definindo diferentes usos da memória.

3. A memória não é uma propriedade de inteligência, mas o suporte, seja qual for onde se assenta a construção das práticas, fixando e reproduzindo, desta forma, o comportamento na sociedade. Compreender o Núcleo de Convênios (NC), sua memória para que se faça o registro de sua história e que não tão somente seja um processo de reprodução e acúmulo de documentos gerados e de registros.

4. A comunicação, através do tempo e do espaço; forneceu, um processo de marcação, memorização e de registro para as suas ações e tomada de decisão. Nesse marco percebeu-se a função social da memória firmando o equilíbrio entre “rotina e progresso”, que indica a rotina, o essencial para sobrevivência de um grupo, ou seja, seguindo ritos para perpetuar a ação da instituição, estabelecendo sua identidade.

5. O novo ambiente, que foi mudando e se estruturando, e juntamente com ela, o desenvolvimento do NC, a partir daí, a força e a estratégia política e a afirmação organizacional do NC, obedecendo ao regramento interno, às leis federais e as normas institucionais, com poderes de tomada de decisão e exigir das Unidades Acadêmicas e das demais instituições interessadas o correto cumprimento das normas institucionais e jurídicas para formalização das Interações.

6. Todas as ações do grupo podem se traduzir em termos espaciais, e o lugar ocupado por ele é somente a reunião de todos os termos. Todos os detalhes do lugar – espaço tem um sentido que é distinto apenas para os membros do grupo, porque todas as partes do espaço buscam o

equilíbrio para o grupo. Para Halbwachs (1990), esses momentos, não serão exatamente o mesmo grupo, nem a mesma memória coletiva, e, conseqüentemente, o ambiente material não será mais o mesmo.

7. A memória e a identidade estão suficientemente fundadas, e as inseguranças vindas de grupos externos à organização, não influenciam a necessidade de se proceder as rearrumações no nível da identidade coletiva e da identidade individual. Quando a memória e a identidade trabalham por si sós, favorecem os períodos calmos, diminuindo a ansiedade com a memória e a identidade.

Para Halbwachs (1990), a memória, a sucessão dos eventos individuais, da qual resultam mudanças que se produzem em nossas relações com os grupos com os quais estamos misturados e relações que se estabelecem entre esses grupos para ativar em nós a memória. Em Halbwachs (1990), se encontra uma diferenciação entre a "memória histórica", de um lado, que presume a reconstrução dos dados fornecidos pelo presente da vida social e projetada no passado reinventado; e a "memória coletiva", de outro, aquela que recompõe magicamente o passado, ou seja, apresenta uma oposição entre o universo da memória (experiência vivida, imagem, afeto, etc.) e o da história (uma crítica, de um problema, de conceitos), constituindo uma memória coletiva. Entre essas duas direções da consciência coletiva e individual desenvolvem-se as diversas formas de memória, cujas formas mudam conforme os objetivos que elas implicam.

Assim, a reconstrução do passado se dá a partir da importância e do interesse do presente, bem como, da percepção profunda e constante que fazem a conexão entre o passado e o presente. É nesse entrelaçamento do passado com o presente que se dá a reconstrução do passado, e ainda quando nos é permitido pela memória esquecer-se de alguns detalhes sobre os acontecimentos do passado, sendo ainda importantes para nós. É nesse sentido, que foi possível eleger as categorias que fazem as combinações para refletir sobre a memória organizacional.

CONCLUSÃO

Neste artigo foram abordados alguns conteúdos que apresentam as estruturas organizacionais básicas de uma instituição, que desenvolve interações entre pesquisa, ensino e extensão, e a memória se vale desses processos de reconhecimentos e reconstrução que renovam os “quadros sociais”. É nessa dinâmica que se fez presente a memória coletiva dos grupos envolvidos das Unidades Acadêmicas da UFRGS e de todos os demais fluxos e estratégias de acompanhamento e aprovação dos instrumentos balizadores. Para reafirmar tais estruturas, necessita-se, portanto, de um amplo conjunto organizacional integrado, tanto em pessoas treinadas e articuladas, sistemas integrados para registros, operações como apoio de memória e dos procedimentos para a tomada de decisão em tempo hábil, assim como de manuais, leis, regras que fundamentam a legitimidade da instituição UFRGS, tendo em vista tratar-se de recursos públicos, que a todo instante são auditados pelos órgãos de controle. Assim, analisando esse amplo complexo buscou-se atingir os objetivos propostos, pois as organizações que se valem da memória, são mutáveis e encontram-se sempre num processo de análise e de transformação.

Referências

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GONDAR, Jô. **Memória individual, memória coletiva, memória social**. Morpheus - Revista Eletrônica em Ciências Humanas - Ano 08, número 13, 2008 - ISSN 1676-2924. Disponível em: <http://www4.unirio.br/morpheusonline/numero13-2008/jogandar.htm>. <Acesso em: 24 de jun. 2016.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 1990.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

RICOEUR, Paul. **A Memória, a História, o Esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval; MAHFOUD, Miguel. **Halbwachs: memória coletiva e experiência. Instituto de Psicologia/USP.** Artigo: Psicol. USP v.4 n.1-2 São Paulo 1993. Versão On-line ISSN 1678-5177.

TELLES FILHO, Telmo Silva; KARAWEJCZYK, Tamara Cecília; BORGES, Maria de Lourdes. Memória Organizacional: Construção Conceitual Numa Abordagem Teórico-Metodológica. In: VIII **Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD.** Gramado, RS, em 25 a 27 de maio de 2014.

UFRGS. Conselho Universitário. Interação Acadêmica. **Decisão nº 193/2011.** Disponível em:

<<http://www.ufrgs.br/consun/legislacao/legislacao>>. Acesso em: 30 jun. 2016.

“SOZINHOS NÃO VAMOS VENCER”: PRÁTICAS COLABORATIVAS EM UMA REDE DE EMPREENDEMENTOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

TATIANE MARTINS CRUZ PIROTTI²⁴⁸

CLÁUDIA CRISTINA BITENCOURT²⁴⁹

DOUGLAS WEGNER²⁵⁰

Resumo: Este artigo se propõe a identificar as principais práticas colaborativas de uma rede formada por Empreendimentos de Economia Solidária para a geração de ganhos coletivos. Para tanto foi utilizado o método de estudo de caso, realizado por meio de observação e entrevistas com 06 participantes. Entre as principais práticas colaborativas identificadas estão: troca de informações, formação de grupos de trabalho para busca de objetivos da rede, parcerias para realização de formação, “intercâmbio” de trabalhadores entre os empreendimentos, assim como manifestações e organização coletiva para busca de recursos. Os resultados demonstram a importância da rede para o desenvolvimento e atuação dos empreendimentos que dela fazem parte e para os indivíduos que nela se inserem. Por fim, este trabalho apresenta em seus resultados informações que fortalecem a relação positiva entre as práticas colaborativas exercidas por esta rede e as categorias de ganhos apresentadas na literatura.

Palavras-chave: Redes de Cooperação, Economia Solidária, Práticas Colaborativas

Abstract: This paper aims to identify collaborative practices used by a network of Solidarity Economy to generate collective gains. The approach used was case study, performed through observation and interviews with 06 participants. The main collaborative practices identified were: share information between organizations, create specific working groups to look for new opportunities, formal training, "exchange" of workers among the participating enterprises, usage of public spaces to show their needs, collective search for resources. The results demonstrate the importance of the network for the development and operation of organizations that are part of it and for individuals who are part of it. Finally, this paper presents the results that strengthen the positive relationship between the collaborative practices by this network and gains categories presented in the literature.

Keywords: Cooperation Networks, Solidarity Economy, Collaborative Practice

1. INTRODUÇÃO

O movimento das organizações para se estruturarem em redes para obtenção de ganhos coletivos não é algo recente. Castells (1999) aponta que a atuação em rede já é uma prática fortalecida nos países de cultura

²⁴⁸ Aluna do Mestrado em Administração da UNISINOS. - tatiane.martinsc@gmail.com

²⁴⁹ Professora do Programa de Pós-Graduação em Administração da UNISINOS.

²⁵⁰ Professor do Programa de Pós-Graduação em Administração da UNISINOS.

oriental e que nas últimas décadas ganha cada vez mais espaço no ocidente. Esta adaptação ocorre especialmente pela necessidade de flexibilidade, pela velocidade tecnológica e pela atuação das empresas impulsionada pela globalização.

E em função das mudanças ocorridas na economia nos últimos anos, fortaleceu-se o surgimento dos Empreendimentos Econômicos Solidários como uma alternativa de trabalho, gerando novas oportunidades para muitas pessoas (GAIGER, 1998). Esses empreendimentos são parte da chamada Economia Solidária e, por esta razão, possuem seus princípios norteadores centrados na democracia, na cooperação e na autogestão, devendo considerar ainda a melhoria das condições de trabalho e a qualidade de vida acima do lucro, como meta de atividade econômica (SINGER, 2002).

Os princípios da Economia Solidária remetem as práticas de cooperação e uma das formas de fortalecimento e obtenção de ganhos pelos empreendimentos de economia solidária pode ser a formação de redes. Desta forma, o objetivo deste artigo é identificar as práticas colaborativas utilizadas por uma rede de Empreendimentos de Economia Solidária para a geração de ganhos coletivos. A identificação dessas práticas colaborativas gera contribuições à teoria e à prática, uma vez que amplia o entendimento sobre como a cooperação pode gerar benefícios em empreendimentos com características distintas daquelas normalmente pesquisadas nos estudos sobre redes interorganizacionais.

Empreendimentos de Economia Solidária

A Economia Solidária se dá pela vontade de realização da organização coletiva do trabalho, de maneira sustentável, autogestionária e como uma opção a sistemática capitalista. As principais demandas associadas são: acesso a trabalho, melhores condições de vida, direitos políticos, dignidade ao trabalhador, etc. Pela autogestão, todos os indivíduos exercem o mesmo poder de escolha e possuem um papel mais abrangente do que teriam atuando como funcionários em uma empresa tradicional (COELHO; GODOY, 2011).

Considerados a célula propulsora da Economia Solidária, os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), compreendem a livre associação entre trabalhadores, sendo que cooperação e solidariedade são as suas bases e que geram resultados materiais efetivos e oportunizam ganhos extra-econômicos simultaneamente (CATTANI et al., 2009). Têm ainda entre seus objetivos a geração de renda, o atendimento de necessidades materiais e sociais de seus membros, além do estímulo ao envolvimento comunitário, ou seja, a inclusão social é promovida por estes aspectos (GAIGER, 1998).

Através das definições expostas, entende-se que a atuação dos EES é baseada na cooperação e nas relações, sejam estas de mercado, para geração de resultados financeiros, ou dentro do âmbito da economia solidária para promoção da cidadania e inclusão social. Considerando-se estes aspectos, a seguir são apresentados os conceitos sobre redes de cooperação que podem ser associados à organização objeto deste estudo.

Redes de cooperação

Castells (1999) expõe que uma rede é um conjunto de nós que estão conectados entre si que estabelecem uma nova forma de estruturação social, sendo que a difusão da lógica de redes é impactante e modifica as formas de operar e obter-se resultados. Além disto, Podolny e Page (1998) definem que uma organização em rede é um conjunto de atores que buscam repetidas e duradouras relações de troca entre si e não possuem a necessidade de uma autoridade organizacional para arbitrar e resolver conflitos que possam surgir durante as trocas. É possível que a rede se mantenha ao longo do tempo, sem estruturação de formas hierárquicas.

A base das redes interorganizacionais é cooperação entre os atores envolvidos, sendo reforçados assim os aspectos de confiança e da visão de longo prazo nas relações. Jarillo (1993) explica que o ganho oportunista pode ser facilmente alcançado, enquanto a perda futura (retaliação pelo oportunismo) depende de mais oportunidades de cooperar, então os envolvidos cooperarão se quiserem continuar a fazer negócios

futuramente, mas se não houver esse entendimento a colaboração é mais dificilmente executada.

Cabe ressaltar que existe um conjunto de ganhos que podem ser alcançados por participantes de uma rede de cooperação pela execução de práticas colaborativas. Gulati, Lavie e Madhavan (2011) apontam que é crescente o número de pesquisas que sugerem que os laços entre organizações fornecem recursos que atribuem vários benefícios. Podolny e Page (1998) apontam como principais: aprendizagem, legitimação e status, benefícios econômicos e “outros benefícios gerados na rede”. Tais categorias são a seguir explicitadas.

2. MÉTODO

Optou-se pela abordagem qualitativa, que se propõe a analisar a interpretação que os indivíduos atribuem ao fenômeno estudado (Merriam, 1998). Um estudo de caso foi realizado, entre junho e julho de 2016, por meio de observação e entrevistas. Para realização destas foi criado um roteiro com base em cinco categorias de análise: características da rede, aprendizagem, legitimação e status, benefícios financeiros e outros ganhos obtidos - estipuladas com base em Podolny e Page (1998). Além da observação realizada em reuniões do Fórum e na rotina de um dos EES participantes, foram entrevistados 04 integrantes de EES, atuantes no Fórum há no mínimo 04 anos e 02 integrantes de Entidades de Apoio, atuantes há no mínimo 02 anos. Para embasar a análise, as entrevistas foram transcritas e categorizadas juntamente com os registros das observações.

Características da rede

O Fórum de Recicladores (FR) em questão, surgiu em 2002, quando um grupo de recicladores percebeu a necessidade de construir um espaço para estabelecer ações conjuntas. Atualmente é composto por 17 EES, oriundos de 8 municípios do Vale dos Sinos (RS) e desde sua fundação tem o apoio de entidades como Universidades da região. Para fortalecimento dos laços entre os EES, são realizadas reuniões mensais

(abertas), com pautas definidas em reunião prévia, também mensal, quando um grupo representativo do FR define os assuntos relevantes para a discussão em grupo.

O FR pode ser associado a forma de rede universal, apresentada por Todeva (2006), em que todos os atores da rede estão conectados entre si, ou seja, cada participante da rede está conectado com todos os outros. Pode-se também propor a associação ao que foi apresentado por Provan e Kenis (2008), como governança participante, que é a rede governada por seus membros, sem uma entidade de governança específica ou separada, pois as decisões são compartilhadas.

Aprendizagem

De acordo com Podolny e Page (1998) a criação de aprendizado em uma rede pode ocorrer através da transferência de "peças contentoras" de informação, pois a relação permanente de trocas na rede pode produzir novos conhecimentos, fazendo com que a rede passe a ser o local de inovação. A geração de conhecimento ocorre na rede e não mais pontualmente pelos atores que a compõem, ainda que a contagem de conexões reflita o conhecimento gerado na rede, pois muitas vezes não é claro o caminho do aprendizado na rede, quais são os canais para que o fluxo de informações aconteça.

Para o entrevistado 5, por exemplo, "a troca de ideias no fórum é muito importante [...] daqui a pouco se vive uma situação que outros já revolveram". Nas reuniões mensais é aberto espaço para que os participantes possam relatar problemas e boas práticas e ouvir opiniões. Embora o maior fluxo de informações venha das trocas nas reuniões, práticas de aprendizado formal também são evidenciadas. Através de verbas normalmente alcançadas em conjunto, já foram realizadas formações direcionadas a dicção e oratória para mulheres, inclusão digital e classificação e análise de qualidade de resíduos.

Para Podolny e Page (1998) as práticas de trocas entre "peças" da rede facilitam não só a transferência de conhecimentos existentes, mas a geração de novos. Uma prática em destaque no FR é a adoção de

“intercâmbios”, como uma forma de conhecer a realidade dos EES parceiros e auxiliar os participantes na melhora de métodos de trabalho e geração de ideias. Nestas situações, os representantes de cada EES podem vivenciar a rotina de outros, entender suas dificuldades e conhecer seus processos, o que para o Entrevistado 1 foi muito importante, pois “cada cooperativa tem seu jeito de fazer”.

Outra ação adotada pelo FR foi a criação de grupos de trabalho direcionados para os objetivos e demandas do grupo. Estas comissões são formadas por um representante de entidades de apoio e por representantes do Fórum que se identificam com cada temática. Atualmente estão divididas em: Redes de comercialização, Comunicação e registro e Formação e capacitação.

Para Hamel (1991) a colaboração proporciona a oportunidade de um parceiro internalizar habilidades de outros através das trocas e, assim, melhorar a sua posição tanto dentro como fora da relação estabelecida. Nota-se que, ao mesmo tempo em que a aprendizagem é um objetivo, também é um fator que motiva a permanência na rede, pois é percebida como um ganho, que tem impacto em outros aspectos de cada uma das cooperativas, como na melhoria de seus processos. Neste sentido, Wegner (2011) destaca que, em seu estudo com redes de pequenas empresas, a aprendizagem é um fator de motivação para a participação, bem como da manutenção do interesse nas práticas de colaboração.

Legitimação e status

Em relação à legitimidade e status, Podolny e Page (1998) alegam que se um parceiro da rede possui legitimidade ou status considerável, o ator que estiver conectado a este poderá derivar destes através de sua filiação. O alcance destes fatores poderá, por sua vez, incorrer em uma série de benefícios positivos para o novo integrante, benefícios estes que vão desde a sobrevivência até o impacto no crescimento organizacional ou no aumento de rentabilidade. Observa-se que o FR tem um papel importante no sentido de dar legitimidade aos EES participantes. Conforme relatos, já ocorreram manifestações pacíficas dos integrantes para chamar

a atenção sobre determinadas causas, o que acaba por impactar ainda na legitimidade da classe de trabalhadores (recicladores) associados a estes EES.

Para Hamel (1991) os conhecimentos absorvidos nas trocas entre parceiros podem impactar em outros aspectos de cada organização envolvida, como o seu poder de barganha, por exemplo. No FR observam-se ganhos no poder de negociação junto aos contratantes, pois através do fortalecimento e da união do grupo, do aprendizado sobre formas de negociar e sobre como sobre os direitos dos EES, existem mais possibilidades de acordar com os contratantes, pois de acordo com o Entrevistado 1 “um Fórum já passa toda uma credibilidade perante a um gestor público e perante a sociedade”.

Uma das práticas colaborativas evidenciadas é a reciprocidade. Em falas de entrevistados são expostas situações que remetem as relações de confiança quando afirmam que todos ajudam, assim como recebem ajuda. Como por exemplo para o Entrevistado 3, que expôs: “o meu grupo pode contribuir com outro, assim como eu recebo contribuições.” Então, se um EES necessita do apoio desta rede, ele recebe e ao mesmo tempo se dispõe a ajudar e compartilhar soluções se outro ente precisar. Para Jarillo (1993) a cooperação pode ser desenvolvida por meio da perspectiva de longo prazo e da confiança estabelecida pela repetição de relações positivas. Neste caso, percebe-se a importância desta continuidade nas relações estabelecidas.

Para o Entrevistado 2 os benefícios alcançados pela rede “estão muito relacionados a força coletiva que esse espaço se propõe a constituir”. Assim, a legitimação, se fortalece pelo estabelecimento das normas de significação, que dão sentido a existência da rede e através do sucesso obtido é que esta legitimação da rede ocorre. Desta forma, observa-se que ao mesmo tempo em que a legitimação da rede pode afetar os resultados dos participantes, os bons resultados gerados na rede fazem com que esta validação retorne e mais uma vez fortaleça a rede (SYDOW; WINDELER, 1998).

Benefícios financeiros

Os benefícios financeiros da participação em uma rede podem ser representados de várias formas, e ao promover uma maior comunicação do que as demais relações de mercado, as formas de organização em rede facilitam uma maior coordenação em face de mudanças, cujo significado não pode ser totalmente transmitido ou compreendido através de sinais de preços. Além disto, é necessário observar os benefícios financeiros relacionados a custos e melhoria de qualidade (PODOLNY; PAGE, 1998).

Os benefícios financeiros adquiridos no FR se relacionam fortemente às práticas colaborativas vinculadas a legitimidade da rede, para o Entrevistado 1 “o retorno financeiro vem por todas as coisas anteriores”, ou seja, existe uma construção através do fortalecimento do grupo e de sua atuação junto ao poder público e a empresas privadas, que impacta na realização de contratos que garantem maior segurança financeira e planejamento de longo prazo aos EES. Assim como as formações, em que via Fórum obteve-se recurso financeiro para realização e outros ganhos elencados como o apoio para EES inscreverem-se em editais e obterem acesso a recursos para compra de maquinários e a troca de informações que ajuda no momento de negociação de preço de venda junto a compradores.

Além disto, existem ganhos relacionadas à melhora de produtividade e de métodos de trabalho em função da aprendizagem que ocorre por estarem na rede do Fórum. Neste sentido, Balestrin e Vargas (2004), apontam além de impactos em aprendizagem e comportamento, os impactos econômicos gerados através da interação em rede em atividades relacionadas a e comercialização de produtos, a melhoria de processos de produção e de negociação junto a compradores, acesso a fornecimento de crédito, a obtenção de economias de escala, escopo e especialização, entre outros.

Outros benefícios gerados na rede

Perrow (1993 apud Podolny e Page, 1998) identifica uma série de benefícios de bem-estar social, no que se refere a redes de pequenas

empresas. Tais benefícios podem ser associados ao FR, pois segundo o autor, em comparação com as organizações maiores, as pequenas redes facilitam aos indivíduos maior autonomia, além de conduzirem a uma menor desigualdade na distribuição da riqueza, e fomentar um maior senso de comunidade. Tais aspectos estão diretamente relacionados aos objetivos do FR e como a gestão dos EES é autogestionária, a autonomia é fortalecida nas tomadas de decisões, assim como ocorre no Fórum, respeitando a importância da coletividade.

Balestrin e Vargas (2004) apontam como um dos resultados de seu estudo o impacto no comportamento dos participantes, percebido em função de existir um espírito coletivo entre os envolvidos, que se torna fundamental para a existência de cooperação. No FR este posicionamento é perceptível, pois a disposição para colaborar é muito presente nas falas dos entrevistados, assim como nos posicionamentos tomados durante a reunião plenária.

Além disto, a partir da coleta de dados é possível inferir que os benefícios alcançados pelas práticas colaborativas extrapolam os ganhos financeiros, de legitimação ou aprendizagem, pois através destes, os indivíduos da rede são afetados no que se refere à inclusão social através do trabalho, do orgulho que passam a ter pelo pertencimento a rede e a uma classe de trabalhadores. É possível perceber esta relação na fala do Entrevistado 5 que diz: “sabemos que a nossa principal contribuição é com o meio ambiente e me orgulho disto, não me vejo em outra coisa”. Assim como para o Entrevistado 4 para quem o objetivo do FR é “fortalecer a categoria”. Ou seja, a inclusão econômica, fortalecida e melhorada através das práticas de colaboração da rede acaba por se fundir com os benefícios sociais que são alcançados pelos indivíduos.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na busca de identificar as principais práticas colaborativas utilizadas por uma rede formada na Economia Solidária para a geração de ganhos coletivos, foram obtidos resultados através da pesquisa realizada que demonstram a relação entre uma série de práticas colaborativas adotadas

(reuniões, troca de ideias e informações, projetos compartilhados, busca de recursos em editais para formação e compra de equipamentos, etc.) e ganhos ou impactos gerados para seus integrantes, assim como para a rede como um todo.

Estes apontamentos são válidos principalmente para reforçar a importância das práticas colaborativas como uma forma de fortalecimento da rede. Neste caso, os EES já têm em sua formação básica a colaboração como esteio, mas por vezes tem poucos acessos a recursos, o que torna ainda mais importante destacar de que formas a cooperação pode acontecer e como isso pode se refletir em ganhos para os envolvidos. A força da rede (destacada por alguns entrevistados) é fruto da colaboração e do esforço dos participantes para manutenção do vínculo, sem o qual muitos benefícios não seriam acessados.

A rede estudada possui algumas particularidades, especialmente por suas características de respeito aos princípios de cooperação e solidarismo, oriundos da economia solidária. No que se refere a governança, a autogestão que ocorre nos EES participantes, também ocorre no FR e desta forma a rede se organiza e busca seus objetivos em conjunto. Por esta razão acredita-se que possam ser explorados com maior profundidade em pesquisas futuras os aspectos da governança em redes formadas por EES.

REFERÊNCIAS

- BALESTRIN, A.; VARGAS, L. A dimensão estratégica das redes horizontais de PMEs: teorizações e evidência. **Revista de Administração Contemporânea**. Curitiba, v.8, n. Ed. Especial, p. 203-228, 2004.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: 6ª edição. Paz e Terra, 1999.
- CATTANI, A.; LAVILLE, J.; GAIGER, L.; I. HESPANHA, P. **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Editora Almedina S.A., 2009.
- COELHO, D.; GODOY A.; Entre latas, papelões e outros recicláveis: um estudo sobre a aprendizagem em empreendimentos solidários. In: Claudia

- Simone Antonello; Arida Schmidt Godoy (Org.). **Aprendizagem Organizacional no Brasil**. Porto Alegre: Bookman, 2011, p. 537-564.
- GAIGER, Luiz Inácio. A solidariedade como alternativa econômica para os pobres. **Contexto e Educação**, v. 13, n. 50, p. 47-71, 1998.
- GULATI, R.; LAVIE, D.; MADHAVAN, R. How do networks matter? The performance effects of interorganizational networks. **Research in Organizational Behavior**, v. 31, p. 207–224, 2011.
- HAMEL, G. Competition for competence and inter-partner learning within international strategic alliances. **Strategic Management Journal**. v. 12, p. 83-103, 1991.
- JARILLO, C. **Strategic Networks**. Oxford: Butterworth-Heinemann, 1993.
- MERRIAM, S. **Qualitative research and case study applications in education**. San Francisco: Jossey-Bass, 1998.
- PODOLNY, J.; PAGE, K. Network Forms of Organization. **Annual Reviews Sociological**, v. 24, p.57-76, 1998.
- PROVAN, K. G.; KENIS, P. Modes of network governance: structure, management, and effectiveness. **Journal of Public Administration Research and Theory**, v. 18, n. 2, p. 229-252, 2008.
- SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.
- SYDOW, J.; WINDELER, A. Organizing and Evaluating Interfirm Networks: A Structurationist Perspective on Network Processes and Effectiveness. **Organization Science**, v. 9, n. 3, p. 265-284, 1998.
- TODEVA, E. **Business Networks: Strategy and Structure**. London: Routledge, 2006.
- WEGNER, D. Aprendizagem Interorganizacional: um estudo das redes horizontais de pequenas empresas. In: Claudia Simone Antonello; Arida Schmidt Godoy (Org.). **Aprendizagem Organizacional no Brasil**. Porto Alegre: Bookman, 2011, p. 537-564.

**CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS ENTRE PUBLICAÇÕES DE
REVISTAS (ATREVIDA E TODATEEN) E A CRIAÇÃO DE CAPAS DE
REVISTAS CRIADAS POR JOVENS ALUNOS DE UMA ESCOLA
COMUNITÁRIA EM NOVO HAMBURGO-RS**

ROBSON DA SILVA CONSTANTE ²⁵¹

SARAÍ PATRÍCIA SCHMIDT ²⁵²

ANA LUIZA CARVALHO DA ROCHA ²⁵³

Resumo: Discutir a relação da cultura do consumo e de identidades juvenis contemporâneas, a fim de problematizar as convergências e divergências encontradas entre as chamadas das revistas Atrevida e Todateen, e frente desta discussão, a produção de sete capas de revistas criadas por jovens adolescentes de uma escola comunitária de Novo Hamburgo/RS.

Palavras-chave: Cultura de Consumo; Identidade; Adolescentes.

Abstract: To discuss the relationship between consumer culture and contemporary juvenile identities in order to problematize the convergences and divergences found between the calls of the Atrevida and Todateen magazines, and in front of this discussion, the production of seven covers of magazines created by young adolescents from a community school in Novo Hamburgo / RS.

Keywords: Consumer Culture; Identity; Adolescents.

Introdução

De acordo com Bauman (1999), estar em movimento, numa sociedade de consumo, é imprescindível. O movimento de consumo pode estar caracterizado no ato da compra, quando satisfaz o desejo da conquista de um objeto, mas, em seguida, a sensação de prazer pela compra é substituída pela vontade de comprar outro objeto. Nesse contexto, Bauman (1999, p. 92) diz que comprar é como uma trajetória cuja “chegada tem esse cheiro mofado de fim de estrada, esse gosto amargo de monotonia e estagnação que poria fim a tudo”. Para o autor, o aumento do consumo (consumismo) tem relação com o fato de que, na sociedade atual, os consumidores “precisam ser mantidos acordados e em alerta sempre, continuamente expostos a novas tentações, num estado de excitação

²⁵¹ Doutorando em Diversidade Cultural e Inclusão Social no Programa de Pós-Graduação da Universidade Feevale, Bolsista Capes. Mestrado em Memória Social e Bens Culturais- Centro Universitário Unilasalle. E-mail: robsonconconstante@bol.com.br

²⁵² Doutora em Educação – UFRGS – Professora e pesquisadora da Universidade Feevale nos programas de Pós-Graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social e Processos e Manifestações Culturais. E-mail: saraischmidt@feevale.br

²⁵³ Doutorado e Mestrado em Antropologia UFRGS. Professora e pesquisadora da Universidade Feevale nos programas de Pós-Graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social e Processos e Manifestações Culturais. E-mail: miriabilis@gmail.com

incessante – também, como efeito, em estado de perpétua suspeita e pronta insatisfação” (BAUMAN, 1999, p. 91).

Diante destes argumentos iniciais, o presente estudo tem como finalidade a aproximação dos estudos de Zygmunt Bauman à cultura de consumo e identidade de jovens adolescentes, ao problematizar as convergências e divergências encontradas em chamadas de duas revistas brasileiras (Atrevida e Todateen) e capas de revistas criadas por jovens adolescentes. Cabe destacar que essa pesquisa encontra-se em andamento e que integra uma pesquisa de doutoramento vinculado ao programa Diversidade Cultural e Inclusão Social.

Movimento de Consumo X Identidade

O movimento de consumo está ligado ao ato de comprar determinados objetos, e que segundo alguns autores afirmam que ao consumir os sujeitos dizem um pouco de como são. Para Barbosa e Campbell (2013), consumir pode ser considerado um caminho vital para o autoconhecimento. No entanto, deixam claro que não sugerem com isso que uma identidade possa ser criada pelo ato de consumir produtos, conforme o dito popular em que as “pessoas são aquilo que compram”.

“O verdadeiro local onde reside a nossa identidade deve ser encontrado em nossas reações aos produtos e não nos produtos em si”. “(...) *‘Compramos’ identidade, mediante nosso consumo de bens e serviços específicos*” (BARBOSA ; CAMPBELL 2013, p. 53, grifo dos autores).

Para Bauman (2005), a sociedade vive numa época de cultura líquida, em que a identidade atual pode ser comparada a uma camisa, pois esta pode ser prontamente trocada por outra em qualquer momento. Para Bauman (2005, p. 146), a sociedade vive “uma cultura do desengajamento, da descontinuidade e do esquecimento”, sendo que a identidade pode ser construída em qualquer momento, rejeitando lições do passado ou antigas habilidades, sem inibição ou remorso. As pessoas não querem mais portar uma única identidade no decorrer da vida, visto que supõem ser arriscado mantê-la por um longo período. Para essas pessoas, a identidade foi feita

para ser usada e exibida. Bauman discorre sobre um mundo fluído, onde coisas, sujeitos e identidades caminham para o esquecimento.

Movimento de Consumo X Revistas

Na busca pela felicidade, os adolescentes tendem a procurar satisfazer seus desejos no consumo de bens e produtos. O movimento de consumo desses adolescentes está ligado ao desejo de se comparar a seus ídolos, de estar sempre na moda e atualizados acerca das novas tecnologias.

Muitas vezes, para buscar inspiração e se atualizar, os adolescentes compram revistas voltadas a sua faixa etária. Por outro lado, as revistas, para conquistar a atenção dos adolescentes, elaboram matérias com conteúdos para informar e entreter o público jovem. As matérias, por sua vez, são recheadas com produtos e marcas legitimados por uma celebridade.

A escolha das revistas *Atrevida* e *Todateen* considerou o movimento de consumo juvenil, engendrado por elas. As publicações desses periódicos contam com informações sobre a vida das celebridades, moda, música, comportamento, relacionamento, saúde e sexo. No entanto, as páginas onde as informações são encontradas, também trazem marcas e produtos, que viram sinônimo de compras e oportunidades de movimentar-se, de consumir estilos e apostar em novos looks. A busca incessante por estar sempre mudando e se movimentando, leva os adolescentes ao consumo de produtos e marcas usados pelas celebridades e neste sentido visam contribuir na construção de uma identidade jovem.

As discussões emergem quando partem do preposto da pedagogia de informar/educar em que as revistas (*Atrevida* e *Todateen*) se tornam especialistas em ditar estilos de vida e consumo. Suas colunas trazem as “novidades”, ou informações do que seria a última moda, a fim de contribuir na construção de uma identidade juvenil. Fisher (1996) mostra-nos uma possibilidade de compreender a mídia, por um olhar de estranheza, ao contemplar as possibilidades estampadas nas revistas, quando vêm na forma de anúncios, por vezes, combinados entre publicidade e jornalismo.

Esses anúncios operam seguindo um “estatuto pedagógico da mídia”, que vai além de informar, entreter e vender produtos, pois assumem um status pedagógico, ao ensinar para os jovens os modos de ser e estar no mundo.

Metodologia

A metodologia inicia por uma pesquisa exploratória, seguida por levantamentos bibliográficos que colaboram para o aporte teórico. O *corpus* de análise documental será composto por doze edições das publicações correspondente ao período de outubro de 2014 a março de 2015. Para buscar responder às questões que norteiam este estudo, principalmente, no que tange ao manuseio e organização dos materiais, utiliza-se o método de análise de conteúdo segundo Bardin (2011). Já as categorias provisórias – *Cartilha para Arrasar; Fique Linda/Fique Melhor e Quero ser Diva* - foram constituídas a partir de fichas-descrição, elaboradas para a análise do *corpus*. A fim de problematizar as convergências e divergências encontradas entre as chamadas das revistas, estará à frente desta discussão, a produção de sete capas de revistas criadas por jovens adolescentes em sala de aula. Para que fosse possível essa última etapa, utilizou-se o método etnográfico e fotográfico em uma escola privada do município de Novo Hamburgo. Diante a aprovação da escola, foram realizadas seis oficinas com duas turmas de um curso técnico em Publicidade no mês de abril de 2016.

Considerações Parciais

As revistas enfatizam uma pedagogia do “ensinar aos jovens leitores a estar, fazer e ser” em uma sociedade contemporânea, e que neste sentido operam para posicionar e/ou incluir os adolescentes em esferas sociais e que vão além da família, amigos. As mídias impressas vistas por este estudo enfatizam uma promessa de felicidade e conquistas sociais, por meio do consumo.

As análises até aqui evidenciam que as revistas *Atrevida* e *Todateen* agem midiaticamente para um unívoco ser adolescente cristalizado/padronizado, embalado e vendido em suas páginas. A

pesquisa revela ainda que tais manifestações não condizem numa totalidade desses adolescentes pelas esferas de identidade, cultura e consumo quando afirma a existência de uma pluralidade em diferentes questões que constroem este jovem adolescente contemporâneo dentro de um contexto social. Esses resultados partem das análises das produções de sete capas de revistas produzidas por trinta e sete alunos (com média de idade de 15,7 anos), de um curso técnico em publicidade de uma escola comunitária do município de Novo Hamburgo/RS-Brasil.

Referências

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. 3. ed. Lisboa, Portugal: Edições 70. 2004. 223 p.

BARBOSA, Livia, CAMPBELL, Colin. **Cultura Consumo e Identidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: As Consequências Humanas**. Tradução: Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

_____. **Identidade** Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

_____. **Vida para o Consumo: A Transformação das Pessoas em Mercadoria**. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

_____. **Danos Colaterais: Desigualdades Sociais Numa Era Global**. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. **Adolescência em Discurso. Mídia e Produção de Subjetividade**. Porto Alegre: UFRGS. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 1996.

KLEIN, Naomi. **Sem Logo: A Tirania das Marcas em um Planeta Vendido**. Rio de Janeiro: Record. 2009.

REVISTA ATREVIDA. Número 241. Outubro de 2014.

_____. Número 242. Novembro de 2014

_____. Número 243. Dezembro de 2014

_____. Número 244. Janeiro de 2015

_____. Número 245. Fevereiro de 2015

_____. Número 246. Março de 2015

REVISTA TODATEEN. Número 227. Outubro de 2014.

_____. Número 228. Novembro de 2014

_____. Número 229. Dezembro de 2014

_____. Número 230. Janeiro de 2015

_____. Número 231. Fevereiro de 2015

_____. Número 232. Março de 2015

SARLO. Beatriz. **Cenas da Vida Pós-Moderna: Intelectuais, Arte e Videocultura na Argentina.** Rio de Janeiro: Editora. UFRJ. 2013.

**SEMIFORMAÇÃO: POKÉMON GO COMO POTENCIALIZADOR E
LEGITIMADOR DA INDÚSTRIA CULTURAL**

ADILSON CRISTIANO HABOWSKI ²⁵⁴

DANIEL FELIPE JACOBI ²⁵⁵

JÚLIO SERGIO DOMICIANO ²⁵⁶

VINÍCIUS BARBOSA CANNAVÔ ²⁵⁷

Resumo: O presente ensaio versa sobre o Pokémon GO como Realidade Aumentada e artefato da indústria cultural. Nisso, a semiformação, enquanto propósito de incutir e disseminar os desejos da indústria cultural, revela-se através das produções do mercado. Assim, na medida em que o indivíduo se sente impulsionado a obter o jogo e a seus feitos, sair à caça de *monstrinhos*, revela-se uma atitude de rompimento com o real, para uma adesão à dimensão etérea. Assim, a Realidade Aumentada é uma tecnologia que permite que o mundo virtual seja misturado ao real, possibilitando maior interação e abrindo uma nova dimensão. Com o desenvolvimento do capitalismo e da indústria cultural, os jogos sofreram significativas mudanças e tornaram-se mais um produto a ser comercializado, passando a seguir o princípio do mercado, sendo também incorporados à indústria cultural. E, o jogo Pokémon Go é um desses meios. Para tal feito, os indivíduos aparecem como consumidoras em potencial sem refletir sobre as condições de produção e de poder na sociedade capitalista. Nesse sentido, através da pesquisa bibliográfica, o ensaio apresenta questões subjacentes ao Pokémon Go como semiformação (Adorno e Horkheimer) tornando-se nossa realidade natural, deixando-nos de ser sujeitos para tornarmo-nos usuários de uma indústria que nos mantém e nos alimenta com suas *porcarias mercadológicas*. Esse *lixo* produzido nos conduz a barbárie, e indiferença, na medida em que nos fechamos a meros consumidores da ideologia produzida.

Palavras-chave: Pokémon Go; Indústria Cultural; Semiformação.

Abstract: This study deals with Pokémon Go as Augmented Reality and artifact of the cultural industry. So, the semi-education, while purpose to instill and to disseminate the wish of the cultural industry, reveal through of the market productions. To the extent that the individual feels driven to get the game and its doings, and to go out to get little monsters, reveal a practice of breakup with real, by the ethereal dimension. So, the Augmented Reality is a technology that allows that the virtual world mixes to the real, enabling a biggest interaction and open a new dimension. With the development of the capitalism and the cultural industry, the games changed and become a product to be marketed, moving to follow the principle of the market, also being incorporated into the cultural industry. Pokémon Go its

²⁵⁴ Adilson Cristiano Habowski, discente do curso de Teologia pelo Centro Universitário La Salle – UNILASALLE, Canoas/RS. E-mail: adilsonhabowski@hotmail.com

²⁵⁵ Daniel Felipe Jacobi, discente do curso de Teologia pelo Centro Universitário La Salle – UNILASALLE, Canoas/RS. E-mail: danielfjacobi@hotmail.com

²⁵⁶ Júlio Sergio Domiciano, discente do curso de Teologia pelo Centro Universitário La Salle – UNILASALLE, Canoas/RS. E-mail: julio.domiciano@lasalle.org.br

²⁵⁷ Vinícius Barbosa Cannavô, discente do curso de Teologia pelo Centro Universitário La Salle – UNILASALLE, Canoas/RS. E-mail: vinicius.cannavo@lasalle.org.br

one this. Because this, the individual appear as consumer without reflecting on the condition of the production and power of the capitalist society. So, through the bibliographic search, this study deals underlying issues to the Pokémon Go as semi-education (Adorno and Horkheimer) becoming our natural reality, leaving us to be subject to become users of an industry that keeps us and feed us with your *marketing crap*. This trash produced leads to barbarism and indifference to the extent that us close the mere consumers of ideology produced.

Keywords: Pokémon Go. Cultural Industry. Semi-education.

1 INTRODUÇÃO

Com o advento da modernidade, os recursos tecnológicos tenderam a tornar-se cada vez mais um novo membro ligado ao gênero humano. Esses recursos se renovam e estão em permanente procura de novos dispositivos para melhorar a sua ligação com o público de massa. Assim, o aplicativo Pokémon Go, enquadrando-se dentro desse processo, revelou-se um potencial à manutenção da indústria cultural.

A crítica de Adorno e Horkheimer estrutura-se entorno do monopólio da cultura de massas. O termo indústria cultural, empregado por ambos os teóricos, visa substituir o conceito de cultura de massas e, já que esse por vezes possa transparecer um interesse social, apresentar que o sistema vigente, de homogeneização, não é resultante de escolhas e desejos sociais, mas da construção dos interesses do mercado capitalista

A grande *inovação* e apelo da indústria cultural através do Pokémon Go está na fusão entre realidade virtual e concreta, aquilo que se denomina de Realidade Aumentada. No instante que o indivíduo já não está mais apto a diferir o ilusório do real, cai em subordinação total daquilo que lhe é imposto. Portanto, a semiformação como pseudocultura, evidencia-se na medida que o jogo já não mais manifesta-se como um mero entretenimento, mas como uma necessidade e dependência do usuário.

De cunho qualitativo e com base na busca de pesquisas e dados bibliográficos, o presente ensaio versa sobre a seguinte problemática: como a criação do Pokémon Go auxilia na disseminação da semiformação gerada pela indústria cultural?

Visando essa resposta, inicia-se com uma contextualização e explicação do fenômeno Pokémon Go, ao passo de relacioná-lo com o conceito de indústria cultural, forjado por Adorno e Horkheimer. Subsequente, se trabalhará dentro da lógica da indústria cultural, a semiformação que subjaz e impulsiona a produção de jogos como o Pokémon Go e, o efeito de fetichismo mercadológico gerado nas grandes massas.

2 O FENÔMENO POKÉMON GO: UMA LEITURA A PARTIR DA REALIDADE AMPLIADA E DA INDÚSTRIA CULTURAL

Na contemporaneidade, muitos sistemas operacionais, entre eles os jogos, estão sempre de acordo com os demais avanços tecnológicos, de modo a caminhar numa perspectiva sincrônica. Assim, os jogos adquiriram outra dimensão, que consiste na capacidade de interagir com o mundo. Isso ficou claro com a chamada *febre* que virou o jogo Pokémon GO. Trata-se de um jogo simples em que o jogador precisa caçar Pokémon que estão espalhados pela cidade.

O jogo faz uso da Realidade Aumentada para colocar em diversos pontos do município *monstrinhos* virtuais que são caçados pelos seus usuários. A Realidade Aumentada proporciona ao usuário uma interação, pelo fato de trazer para o ambiente real os elementos virtuais, enriquecendo e ampliando a visão que ele tem do mundo real. De acordo com Botega,

a Realidade Aumentada visa a aprimorar a percepção sensorial e pode ser entendida como uma forma de interface homem máquina de quarta geração que não tem um único foco de atenção (...). São características básicas de sistemas de Realidade Aumentada: o processamento em tempo real, a combinação de elementos virtuais com o ambiente real e o uso de elementos virtuais concebidos em 3D. (BOTEGA, 2008, p. 19).

Assim, o jogo Pokémon Go é exatamente o que a tecnologia de Realidade Aumentada necessitava para comprovar a existência dessa ferramenta e que o mesmo estivesse ao alcance da população. Pokémon GO é um jogo que está voltado para smartphones, fazendo uso do GPS e

da câmera, permitindo aos jogadores a capacidade de capturar e batalhar com os Pokémon que aparecem nos celulares como se fossem parte do mundo real. Conforme o jogador anda em sua cidade, vários Pokémon podem aparecer no mapa. Ao encontrar um Pokémon, entra-se no modo de captura no qual é necessário mirar precisamente o Pokémon e arremessar a Pokébola. O Pokémon pode tentar desviar ou rebater a Pokébola, sendo necessário ter agilidade ao movimentar o celular.

Tudo começa quando o celular vibra, aparecendo um Pokémon e, ao clicar em cima dele, o jogo capta a imagem da câmera e o personagem aparece no celular. Pode ser encontrado um Pokémon em qualquer outro espaço, e cada um deles tem uma característica específica e pode ser aquático, terrestre ou voador. Isso faz com que perto de qualquer *fonte*, há possibilidade de encontrar vários personagens. A maioria deles está em monumentos, majoritariamente religiosos e, pontos de turismo das cidades. Quanto mais Pokémon capturar, maior o nível que se alcança no jogo.

Este dispositivo rapidamente se tornou um dos mais utilizados logo após sua estreia, sendo baixado por milhões de pessoas em todo o mundo. Lançado com críticas diversas e, na maioria delas provocando muita polêmica sobre privacidade de dados, acidentes por ocasião das procuras dos Pokémon, gastos com a bateria, entre outras questões. Porém, algumas dessas informações são mitos e outras verdades. Uma das problemáticas mais comentadas foi de que o jogo coleta e guarda informações dos usuários quanto à localização, o e-mail utilizado para fazer o login, endereço do IP e tipo de navegador usado.

Esse dispositivo, como produto de massa, são artifícios da indústria cultural que se constitui como um dispositivo de entretenimento e lazer, cujo alcance é cada vez mais dilatado em todas as camadas sociais. O termo indústria cultural foi empregado pela primeira vez por Theodor W. Adorno e Max Horkheimer no livro “Dialética do Esclarecimento” em 1947. Estes autores apresentam esta categoria para a análise das estruturas como dominação social que este tipo de cultura estabelece na sociedade de massas. Em vista disso, criam-se imperativos de consumo que estão

longe de serem necessidades básicas. Conforme Adorno e Horkheimer (1991):

criando *necessidades* ao consumidor (que deve contentar-se com o que lhe é oferecido), a indústria cultural organiza-se para que ele compreenda sua condição de mero consumidor, ou seja, ele é apenas e tão-somente um objeto daquela indústria. Desse modo, instaura-se a dominação natural e ideológica (HORKHEIMER; ADORNO, 1991).

As mercadorias advindas da indústria cultural apresentam-se como novas, porém, o que na realidade mudam é simplesmente a apresentação ou acrescenta-se uma pequena função a mais, pois continuam semelhantes com as quais já existiam. Mudam, é claro, a fim de despertar o consumo nos sujeitos. Deste modo, os sujeitos compram, consomem e já estão à espera de uma atualização do mesmo produto. De acordo com Adorno, “a indústria cultural, ao aspirar à integração vertical de seus consumidores, não apenas adapta seus produtos ao consumo de massas, mas, em larga medida, determina seu próprio consumo” (ADORNO, 1999, p.8).

3 SEMIFORMAÇÃO E FETICHISMO MERCADOLÓGICO: POKÉMON GO COMO PROPOSTA ALIENANTE

Para que a efetivação do processo monopolizador da indústria cultural ocorra sem resistência, surge o fenômeno da semiformação, do alemão *Halbbindung*, que nada mais é que a “fraqueza em relação ao tempo, à memória, única mediação que realiza na consciência aquela síntese da experiência que caracterizou a formação cultural em outros tempos” (ADORNO, 1996, p. 406). Semiformação, consiste então, na formação da consciência acrítica do sujeito frente as ideologias que lhe são inculcadas no meio social cotidianamente.

Assim,

o indivíduo semiformado não se sente estimulado a refletir criticamente sobre o que aprende, pois dificilmente consegue apreender algum conhecimento por um tempo que o capacite a elaborá-lo a ponto de poder ressignificar sua própria vida. (ZUIM, 2011, p. 615).

No processo de adesão ao que a indústria cultural apresenta, o indivíduo já não é mais sujeito, mas um mero reprodutor e legitimador das produções culturais. A semiformação, ou apresentada algumas vezes como semicultura ou pseudocultura, é resultado do processo a qual a humanidade se revelou subordinada em toda sua história, através do esclarecimento, desprendendo-se dos mitos, para cair nas entranhas ideológicas da razão. Através da indústria cultural, o mercado não produz para as necessidades plurais da humanidade, mas enquadra a humanidade nas suas produções. Como resultante desse sistema da indústria cultural vemos a fetichização (sacralização, culto e simbolismo) da mercadoria, transformando o consumo numa necessidade ontológica.

Conforme Adorno (1979, p. 94),

a semiformação, apesar do esclarecimento da ilustração e da difusão de informações e mesmo por seu intermédio se tornou a forma dominante da consciência contemporânea – é justamente isto que exige uma teoria mais ampla. A ideia de cultura não deve ser sacrossanta para ela, conforme é hábito da própria semiformação. A formação cultural (*Bildung*) nada mais é do que a cultura pelo lado de sua apropriação subjetiva. A cultura, porém, tem um caráter duplo. Ele remete de volta à sociedade e mediatiza entre a mesma e a semiformação.

A Realidade Aumentada do Pokémon Go, transpõem elementos até então inexistentes para o mundo cotidiano. O indivíduo, como Adorno e Horkheimer em seus inúmeros escritos relataram, já não mais crítico, assimila as verdades da cultura que lhe são incutidas através desses meios. Se as críticas a respeito dos meios de comunicação delineavam-se na introspectividade humana que elas geravam, o sistema de Realidade Aumentada, ao necessitar que seu usuário saia de casa e locomova-se por espaços públicos, pretende romper com o fundamento dessas críticas. Vemos claramente a capacidade da indústria cultural de se refazer nas imediações de crise, dando credibilidade total a semiformação.

Todavia, Dunker (2016) nos alerta que,

muitos poderiam dizer que o jogo é ótimo, pois faz as pessoas andarem pela cidade, saírem de casa, descobrirem lugares novos e encontrarem-se no espaço público. É verdade, e tomara que isso aconteça. Mas o caso exemplifica por que o espaço público não é sinônimo de território aberto da cidade. Ele é público em função das relações que efetivamente travamos, não do tipo de circulação física que fazemos. Certo, nem toda relação se dá por palavras e a maior parte dela ocorre tendo a fantasia como mediação e condição de possibilidade dos encontros desejantes. Nesse nível, é preciso observar que, ao excluir a interação entre jogadores e a prática das batalhas, Pokémon Go individualiza ainda mais nossa experiência comum, agora fora de nossa casa. Esperemos que o Pokémon Go nos tire de casa, mas principalmente que ele nos tire de dentro de nossas próprias Pokébolas.

O que vemos no Pokémon Go, não é o desenvolvimento e progresso, mas o atrofiamento e dependência humana total para com os feitos da indústria cultural. Através da semiformação desenvolve-se o fetichismo para com a mercadoria que é produzida, de maneira que o indivíduo não demonstra desejo em se tornar sujeito, mas num simples e eterno consumidor: “o indivíduo semiculto é aquele que demonstra estar sempre bem informado, a par de tudo o que supostamente acontece, porém de uma forma superficial e acrítica” (BANDEIRA; OLIVEIRA, 2012, p. 230).

Portanto, o avanço tecnológico que o Pokémon Go denota é altíssimo, porém, continuamos a utilizar tais *façanhas* e *progressos* como instrumentos da perpetuidade da semiformação, que acirram o fetichismo pelo consumo desenfreado que nossa sociedade se encontra. Todavia, o sistema nos absorve em seu antro e, nos torna seres indiferentes para com a realidade.

4 CONCLUSÃO

Frente a realidade social condicionada aos interesses da indústria cultural, como denominavam os teóricos frankfurtianos, nos deparamos com criações que denotam a evolução humana. Porém, essa

evolução torna-se o inverso, em *retrocesso*. A cada nova tecnologia lançada, por exemplo o Pokémon Go, o ser humano aprofunda sua subordinação, perdendo qualquer elemento de sua própria identidade.

O sistema da indústria visa criar meios para manter e produzir necessidades nos indivíduos. Tal fato foi notório no instante de lançamento do jogo Pokémon Go, de modo que milhares de pessoas iniciaram seus downloads para capturem seus primeiros Pokémon. A questão subjacente não é o entretenimento, mas a alienação e prisão que indivíduo é sujeitado na medida que vai adentrando e acolhendo as imposições do sistema. A semiformação, como foi denominada essa falsa cultura que se instaurou a nossas cercanias, cria possibilidades e elementos legitimadores, para que de maneira aberta e acolhedora, demos continuidade e credibilidade a indústria cultural.

O Pokémon Go, trivialmente um mero entretenimento, faz uso de uma tecnologia que não somente nos leva a uma estância secundária do nosso cotidiano, mas possibilita a transposição do real para o virtual na medida que já não podemos diferenciar o real do mundo que indústria nos induz, caindo em uma dependência total. Assim, a fetichização das mercadorias e de tudo que é produzido a nível da semiformação torna-se ao nosso gosto, pois fomos programados para o consumo. Assim, a semiformação legitimada e propagada pelo Pokémon Go possui um objetivo, desenvolver uma dependência ainda maior da sociedade àquilo que a indústria cultural produz.

Referências

- ADORNO, T. W. **Textos escolhidos**. São Paulo: Nova Cultural, 1999.
- _____. **Soziologische Schriften**. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1979.
- _____. **Teoria da Semicultura**. Tradução de Newton Ramos de Oliveira, Bruno Pucci e Claudia B. Abreu. Educação & Sociedade (Cedes), Campinas, ano XVII, v. 56. p. 388-411, Dez. 1996.
- BANDEIRA, Belkis; OLIVEIRA, Avelino. **Formação cultural e semiformação: contribuições Theodor Adorno para pensar a**

educação hoje. Educação, Porto Alegre, v. 35, n. 2, p. 225-232, maio/ago. 2012.

BOTEGA, C. L. **Análise de Imagens Tomográficas da Ciência do Solo em Ambiente de Realidade Virtual.** São Carlos, Universidade Federal de São Carlos, 2008.

DUNKER, Christian I. L. **Pokémon Go: este jeito de viver.** 2016. IHU – Instituto Humanistas Unisinos. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/558981-pokemon-go-este-jeito-de-viver-2>>. Acesso em: 29/08/2016.

HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. **A dialética do esclarecimento:** fragmentos filosóficos. Trad. Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

_____. **Textos escolhidos.** In: Os pensadores. Trad. Zelijko Loparié e outros. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

SERRA, Paulo. **Uma leitura da “sociedade da comunicação” a partir de Teillard de Chardin.** Universidade da Beira Interior. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/serra-paulo-teillard-chardin.pdf>> Acesso em: 27/08/2016.

RIBEIRO, Marta Alexandra Ferreira Bouça Fernandes. **A Realidade Aumentada Como Meio de Comunicação:** Relações entre Publicidade Interactiva, Cinema e Realidade Aumentada. Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Ciências da Comunicação - Novas Tecnologias da Comunicação. Universidade Fernando Pessoa Porto, 2013.

ZUIM, Antônio A. **Indústria cultural e semiformação: a atualidade da educação após Auschwitz.** Educação e Filosofia Uberlândia, v. 25, n. 50, p. 607-634, jul./dez. 2011.

KOMBIT COMO DIMENSÃO SOCIAL DO VODU

CHARLES WILNER²⁵⁸

RESUMO: O presente artigo trata a questão de *Kombit* como dimensão social do Vodou. O Vodou é uma religião de matriz africana misturada com algumas práticas católicas e praticada no Haiti. O *Kombit* é a maneira cuja população rural haitiana se organiza para trabalhar na agricultura.

Palavras chaves: *Kombit*; Vodou; Religião; Agricultura; Haiti.

ABSTRACT: This article deals with the question of how *Kombit* the social dimension of Voodoo. The Voodoo is a religion of African origin mixed with some Catholic practices and practiced in Haiti. The *Kombit* is the way whose Haitian rural population is organized to work in agriculture.

1. Introdução

O objetivo do presente trabalho é apresentar o “Kombit como dimensão social do Vodou. Mas em primeiro lugar o que é o Vodou?”

Com efeito, o Vodou é uma religião que influencia sobre toda a população haitiana. Mesmo que o haitiano professa qualquer outra fé religiosa, sua crença no Vodou, sua visão do mundo Vodou continua explicando o seu comportamento e a sua atitude diante dos outros e da vida em geral (FILS-AIMÉ, 2003, p. 128).

2. A história do Vodou

A história do Vodou começou com a chegada dos primeiros escravos a Santo Domingo (MÉTRAUX, 1958, p. 19). Essa religião nasceu num contexto de opressão e de miséria dos descendentes africanos durante o regime colonial. Uma das marcas dominante da característica do Vodou é a busca da sobrevivência e da força (FRANÇOIS, 2011, p. 134-135). Praticamente todas as religiões de origens africanas são reconhecidas sobre o nome Vodou (DENIS, 1997, p. 50). O culto Vodou era um culto de consolação ao sofrimento e miséria. A base fundamental de nascimento do Vodou haitiano é a grande “Cerimônia de *Bois-Caïman* em 1791” (DESCARDRE, 1980, p. 138). Este último foi uma cerimônia que aconteceu na noite do 14 de agosto de 1791, no Estado do Norte do Haiti. Foi uma

258 Mestrando em Teologia sistemática na PUCRS. Sou religioso da congregação dos Oblatos de São Francisco de Sales e trabalho na primeira etapa de formação. Email: Charleswilner@yahoo.fr.

cerimônia Vodou, popularmente chamada CERIMÔNIA DU BOIS CAÏMAN. Foi a força energética que conduziu a revolta para a independência do Haiti. Foi o primeiro grande movimento da união dos escravos contra o sistema escravagista no Haiti. Uma semana depois dessa cerimônia (23 de agosto de 1791) começou a revolta.

Então o Vodou é uma religião de matriz africana que é constituída como religião da grande maioria da população haitiana. Ou seja, é um conjunto de crenças e de ritos de origens africana que são misturados com as práticas católicas, constituem a religião da maioria dos camponeses haitianos. De ponto de vista social, cultural, econômica e espiritual, o vodou é de um lado expressão de relação de classes como religião, cultura das camadas populares. É acusado como superstição primitiva enquanto seus adeptos são explorados pelas classes dominantes; de outro lado, é a dialetização social, linguagem que reflete as situações, dá-lhes sentido e possibilita seu controle e sua orientação (HURBON, 1987, p. 77).

3. O *Kombit* como dimensão social do Vodou

Os fenômenos da vida humana não são nunca independentes, mas são entrelaçados uns aos outros pelos vínculos. Assim, o nosso dever como pessoa humana é enumerar essas associações e determinar como os diferentes fenômenos reagem uns sobre outros. O Vodou possui sua dimensão espiritual, cultural e social. O Haiti é um país que herdou várias tradições, costumes, instituições e valores sociais da África e da Europa. A grande maioria da população rural pobre pratica as tradições do mundo mítico da África. Assim, temos o *Kombit* como forma de associação dos camponeses (DAPHNIS, 1962, p. 56).

Entra-se no que diz respeito ao nosso tema, tratando de *Kombit* como dimensão social do Vodou, a palavra *kombit* ou *coumbite* tem sua origem na língua espanhola convite. *Kombit* é uma herança africana que sobre vive no Haiti. É o trabalho comunitário. Ele é reconhecido também sobre outros nomes como ronda, associação, *corvéé* (DAPHNIS, 1962, pp. 56-57). Em outras palavras pode-se dizer que o *kombit* é uma

associação de camponeses que decidem trabalhar coletivamente num campo em benefício de um único proprietário, com refeição danças e músicas. É verdadeiro sistema de presente e contra presente: ele obriga os seus membros a trabalhar pelos outros. Se alguém adoce seu campo será cultivado. Mas o *Kombit* não tem apenas função econômica: é a ocasião de manifestação de amizade, emulação, recreação, prazer. É ao mesmo tempo sociedade extremamente estruturada com chefes graduados, orquestra, ect., uma serie de coisas que despertam o entusiasmo e a alegria do camponês (HURBON, 1987, p. 74).

Mas o característico sócio econômico do *kombit* é necessário e importante para os camponeses haitianos. O *Kombit* entra na lista de organizações tradicionais camponesas haitianas. As organizações tradicionais camponesas são uma das características na área rural do Haiti, há pelo menos duas décadas. São organizações ou associações de trabalho conhecidas sobre diversos nomes e são repartidos em quatro categorias: O Convite ou *kombite*, pelotão, a sociedade e o *counaber* (CLERISME, 2004, pp. 129-130).

O pelotão é um grupo de 5 a 15 membros que vendam serviços por grupo. Mas entre eles, trabalham em associação. Isto é uma ajuda mútua. Quem recebe o serviço de um dia deve cachaça e comida a seus colegas.

A sociedade é uma associação quase permanente formado em um grupo de 25 a 150 membros. É organizada sobre o modelo do exército e do governo civil. Cada sociedade é em miniatura um pequeno exército com diferentes graus. Entre eles formam uma pequena hierarquia. Trabalham com músicas tradicionais. É um grupo remunerado, mas entre eles trabalham uns pelos outros. Esse grupo se apropria mais aos grandes proprietários, pois, vende o diário caríssimo. Algumas pessoas com dificuldade que não fazem parte da associação, às vezes recebem de graça o serviço desse grupo, assim chama-se membros de honra.

O *counaber* parece como uma sociedade por sua estrutura interna. É formado em um grupo de 15-25 membros. Esse tipo de associação é muito comum na sociedade haitiana.

Entre todas as tradições africanas o camponês haitiano adota o *Kombit*. Os cantos e as músicas tradicionais (tambor, e bambou) são elementos para animação do *Kombit*. No *Kombit* num só dia pode limpar cem centésimos de áreas para plantar feijão, milho e outras plantas.

As vezes o *Kombit* é organizado somente entre os membros da família e os vizinhos. O camponês haitiano para sobreviver na miséria se organiza na ajuda mútua. O *Kombit* é o modo dos camponeses haitianos de ser solidários uns aos outros. Popularmente o *Kombit* pode ser definido como dia de presente, dia prestado, dia de retribuição. No *kombit* se for uma área pequena há duas refeições com cachaça, mas se for grande há três refeições com cachaça.

4.Considerações finais

Sem muito análise *Kombit* é o sistema dos camponeses para trabalhar na agricultura. É um grupo de trabalhadores que se reúnem com o objetivo de trabalhar e, logo após o trabalho, comeram, beberam e, por fim, se espalharam (CLERISME, 2004, p. 130).

Portanto, o *Kombit* sofre certas críticas da classe burguesa que ignora essa prática. Pois, a classe burguesa considera os camponeses como escárnio negro, pés sem sandália, e homem arcaico. Mas os camponeses não se preocupam com essas críticas, continuam a praticar sua tradição (ROUMAIN, 2014, p. 22).

Considera-se o *kombit* como dimensão social do Vodou porque em sua característica plena desenvolve as características do Vodou. O *kombit* é forma de sobrevivência dos camponeses haitianos diante do mundo capitalista que ainda escraviza, empobrece a massa e esquece sua existência. Tanto *kombit* como Vodou são as resistências diante da miséria e do sofrimento. Por isso, observando a forma da organização de *Kombit* na sociedade haitiana, considera-se ele como dimensão social do Vodou.

Referências

CLERISMÉ, Calixte. **Elements de sociologie**. Port-au-Prince: Média-
presse, 2004.

DAPHNIS, Franck C. Organisation de la corvée dans la Grandanse. **Bulletin du Bureau d'Etnologie**, Port-Au-Prince, n.28/3, p. 56 -63, 1962.

DENIS, Lorimer; DUVALIER, François. La Culture populaire. **Bulletin du Bureau d'Etnologie**, Port-au-Prince: Imprimerie de l'Etat, n.12/2, p. 1-30, 1955.

DESCARDRES, Jean Rosier. La vegeance des loas. **Cahier de Folklore et des Traditions orales d'Haïti**, Imprimerie des antilles, sn., p. 131-148, 1980.

HURBON, Laennec. **O Deus da resistência negra: o vodu haitiano**. São Paulo: Paulinas, 1987.

MÉTREAUX, Alfred. **Le Vaudou haïtien**. Gallimard, 1958.

ROUMAIN, Jacques. **Gouverneurs de la rosée**. Fardin, 2014.

OS DESAFIOS DOS IRMÃOS MARISTAS QUE PARTIRAM AO RIO GRANDE DO SUL: UMA LEITURA A PARTIR DE MEMÓRIAS CONTEMPORÂNEAS

DANIEL FELIPE JACOBI²⁵⁹
ADILSON CRISTIANO HABOWSKI²⁶⁰

Resumo: O presente estudo versa sobre as memórias que permanecem a respeito dos primeiros missionários Maristas que chegaram ao Rio Grande do Sul em 1900. Na necessidade de saída da França rumo ao Rio Grande do Sul, também por fatores políticos, a face evangelizadora se revela. Coletar e refletir memórias acerca dos missionários, que se lançaram no mundo em prol de um projeto maior, é possibilitar um novo modo de ser nos tempos hodiernos. Por meio do uso da memória, na coleta de Histórias Orais e fontes bibliográficas, busca-se apresentar o caminho apostólico e de imigração, percorrido enquanto um Instituto internacional, que, à luz dos sinais dos tempos, tem por propósito tornar Jesus Cristo conhecido e amado através da educação.

Palavras-chaves: memória; missão; Instituto Marista.

Abstract: This study deals with the memory that remain about the first Marist missionaries that arrived to Rio Grande do Sul in 1900. Thus, the need of leaving France towards Rio Grande do Sul, also for political factors, the evangelizing face is revealed. Collect and reflect memories about the missionaries, who launched the world in favor of a larger project, is to provide a new way of being in the today times. Through the use of memory, the collection of Oral Histories and bibliographic sources, it seeks to present the apostolic path and of immigration taken as an international Institute, which, in the light of the signs of the times, is intended to make Jesus Christ known and loved through education.

Keywords: memory; mission; Marist Institute.

1. Introdução

O Instituto Marista foi fundado por Marcelino Champagnat em um contexto de pós-Revolução Francesa, propondo tornar Jesus Cristo conhecido e amado através da educação. Inicialmente, a missão Marista estava destinada às crianças e jovens mais esquecidos da França. Posteriormente se expandiu a missão Marista para além do território francês.

Assim, tendo em vista a saída da França rumo ao Rio Grande do Sul (séc. XX), faz-se notório a relevância da memória que permanece, uma vez

259 Daniel Felipe Jacobi, discente do curso de Teologia pelo Centro Universitário Unilasalle – Canoas. Email: danielfjacobi@hotmail.com

260 Adilson Cristiano Habowski, discente do curso de Teologia pelo Centro Universitário Unilasalle – Canoas. Email: adilsonhabowski@hotmail.com

que a história missionária Marista é constituída pela doação e entrega de vida de muitos Irmãos em prol de tornar Jesus Cristo conhecido e amado. Portanto, como são os relatos, as memórias, enquanto perspectivas, que marcam e marcaram a vida das pessoas que conheceram os Maristas missionários?

Enquanto metodologia, se fará uso da pesquisa bibliográfica e a coleta de Histórias Orais. No que tange à História Oral, foram realizadas três entrevistas acerca da vinda dos primeiros Irmãos Maristas ao Rio Grande do Sul. Os que prestaram os depoimentos, ambos residentes no Rio Grande do Sul, são Irmãos Maristas que conheceram diversos Irmãos que vieram da Europa em meados do século XX. Inclusive alguns, dos que prestaram depoimento, chegaram a conhecer ao menos um dos três primeiros Irmãos que vieram ao Rio Grande do Sul em 1900. Para o uso dessas entrevistas, as mesmas serão divididas em temáticas centrais e a partir dessas, aplicadas no presente trabalho.

Ao entrar em contato com os relatos orais, é preciso assumir uma postura crítica, uma vez que esses estão imersos de uma carga afetiva-emocional por parte dos depoentes. Todavia, mesmo com uma conotação romantizada nos relatos, esses não perdem sua validade científica, já que a memória sempre está condicionada ao todo das dimensões humanas. Mas, é necessário ter presente que o uso da memória é imprescindível. Ela ajudará a buscar aquilo que a história não nos revela, aquilo que estava obscuro.

Por mais que corremos o risco, com a memória, de perdemos elementos essenciais, não podemos deixá-la de lado, pois a perda será muito maior. Não fazer uso da memória, estaremos deixando para trás o que a história provocou na vida dos indivíduos, deixaremos aquilo que a história não nos revela: “atravessando gerações e cruzando temporalidades, os objetos de memória vão adquirindo outros sentidos na sucessão temporal, mantendo, no entanto, a referência constante à sua origem” (TEDESCO, 2002, p. 52).

Com esses apontamentos, o presente estudo inicia por uma retomada da fundação e da missão Marista, e em seguida, após uma

contextualização histórica, revela as memórias que ficaram daqueles que conheceram os primeiros Maristas que vieram ao Rio Grande do Sul.

2. Fundação, missão e carisma da Congregação dos Irmãos Maristas

Um dos grandes fatos que marcou a história da humanidade foi a Revolução Francesa, que em 1789 deu início à ruptura entre Igreja e Estado. Inúmeras forças políticas e sociais fizeram-se presentes, propondo dar um fim à hegemonia da nobreza e de seu aliado, o clero. A desestruturação da organização vigente acarretou inicialmente um clima de desorientação, especialmente na educação. Isso se deu pelo fato da base educacional na qual se encontrava alicerçada no clero e, sendo esse perseguido e desvinculado de qualquer partição pública, precisava-se construir um novo alicerce.

Nessa conjuntura nasceu José Bento Marcelino Champagnat, no dia 20 de maio de 1789, em *Rosey*, França. E, foi em meio às atividades do campo que Champagnat, aos 14 anos (1803), foi convidado à vida sacerdotal (cf. EMILE, 1988, p. 10). Ingressou no Seminário de *Verrières* no ano de 1805. Em 1813 Champagnat e outros seminaristas foram enviados ao Seminário Maior de Santo Irineu, lugar onde ele e 11 colegas pensaram o projeto da fundação de uma Sociedade dedicada à Maria. Essa sociedade queria regenerar a fé no mundo através da fundação de ramos, bem como os Irmãos, que ficou a encargo de Champagnat.

Ao ser ordenado sacerdote foi enviado, em 1816, para ser vigário da paróquia de *La Valla*. Nesse ano, conheceu um jovem desinstruído do catecismo e das coisas de Deus. Esse fato ocasionou no dia 02 de janeiro de 1817, a fundação do Instituto dos Pequenos Irmãozinhos de Maria, com apenas dois jovens: João Maria Granjon e João Batista Audras. Esse Instituto, ramo da Sociedade de Maria, posteriormente veio a ser denominado de Irmãos Maristas.

Nas escolas dirigidas pelos Irmãos, sob a orientação do Padre Champagnat, visava-se o ensino do Catecismo, uma vez que os jovens deveriam ser conhecedores das coisas de Deus. O objetivo era, através do aprendizado dos conhecimentos, que as crianças e os jovens

conhecessem os preceitos de Deus e O amassem, uma vez que o propósito das Escolas Maristas é “fazer conhecer e amar Jesus Cristo” (LANFREY, 2011, p. 133).

3. A missão na vinda dos Irmãos Maristas para o Rio Grande do Sul

Na primeira oportunidade de enviar missionários, o Padre Champagnat, muito empenhado na busca da oficialização do Instituto Marista, enviou três irmãos à Oceania com os Padres Maristas às missões da Polinésia no ano em 1836.

No decurso do século XIX, houve grande estímulo para a emigração de europeus para as Américas, inclusive para o Sul do Brasil. Esses vinham e se estabeleciam em terras onde buscavam a sobrevivência e o progresso, uma vez que a realidade europeia, fruto da Revolução Francesa e Industrial, não se mostrava muito favorável para as classes minoritárias e economicamente desfavorecidas. É num contexto de imigrantes vulneráveis, em uma terra desconhecida e abandonada pelo estado, que iniciou um processo de organização e progresso e, para isso, a educação fez-se imprescindível. Assim, em 1897 chegaram os primeiros Maristas ao Brasil, instalando-se em Congonhas do Campo, Minas Gerais.

Sob responsabilidade do Pároco Stenmanns, o bispo do Rio Grande do Sul, Dom Cláudio José Gonçalves Ponce de Leão, foi comunicado sobre a necessidade de educadores para a região do município de Caí, Bom Princípio, já que a qualificação educacional dos imigrantes era baixa, e necessitava-se de educadores qualificados para lecionarem para os filhos dos imigrantes. Esse, Bispo Ponce de Leão, conhecendo o trabalho da Congregação dos Irmãos Maristas, entrou em contato com o Superior Geral, Irmão Teofânio, para solicitar Irmãos para empreenderem uma missão em sua diocese.

Concomitante a esse pedido, a tensão frente à movimentação em prol da laicização na França havia aumentado em 1900, e então, o Irmão Teofânio solicitou três Irmãos da Província de Beaucamps, uma vez que essa localizava-se no Norte da França. A língua alemã, conhecida pelos

Irmãos dessa Província, era o requisito básico para os educadores solicitados para o interior do Rio Grande do Sul.

4. Chegada dos primeiros Irmãos Maristas ao Rio Grande do Sul

No dia 13 de Junho de 1900, três Irmãos Maristas, Weibert (August Marx) - 41 anos, Jean-Dominici (Johann Fattler) – 27 anos e Marie-Berthaire (Pierre Redt) – 26 anos, partiram da França. Assim, no mesmo porto do qual, em 1836 irmãos partiram para a primeira missão Marista, na Oceania, em 1900, os três Irmãos partiram do *Havre* rumo a Bom Princípio.

Hoje, ao se questionar Irmãos Maristas que sucederam aos primeiros Irmãos na obra Marista no Rio Grande do Sul, é notável encontrar-se na memória o reconhecimento e a gratidão pela audácia daqueles que vieram sem nada conhecer, mas com muito a oferecer:

[...] a finalidade [era] exatamente educar os filhos dos migrantes alemães em Bom Princípio e Italianos, Bento Gonçalves, Garibaldi ... [...] para ajudar no ensino da religião, da fé cristã [...]. A compreensão missionária dos primeiros Irmãos ao Rio Grande do Sul não era uma compreensão de ser missionário no *strito sensu*, no sentido estrito. Era focado em evangelizar aquele povo. [...]. Faziam no sentido da compreensão missionário no *lato sensu*, no sentido mais amplo, evangelizar. Manter a fé cristã já existente e não levá-la. (SALET, 2015, 75 anos).

Com toda a certeza e alegria no olhar, é assegurado que eles faziam uma opção: partir para terras longínquas, para educar e transmitir as verdades da fé.

A alternativa era: ou secularizar-se e deixar a vida religiosa ou ir para o exílio. É evidente que bom número deles optou pela ação missionária, com certeza pensando naquilo que Marcelino Champagnat tanto almejava: tornar Jesus Cristo conhecido e amado em todas as dioceses do mundo. (TREVISAN, 2015, 84 anos).

Foram missionários por amor ao carisma que abraçaram, e não por desejo próprio. Eles mostraram-se desapegados de si e integrantes de um projeto maior:

podemos sim chamá-los de missionários, pois vieram para cá realmente para uma missão, optaram deixar o país e guardar a própria vocação, do que

simplesmente sair e ficar por lá. Isso significa que valorizaram aquilo que a vocação deles de educar pedia e por isso vieram para cá. (CORRENT, 2015, 81 anos).

Chegaram a Bom Princípio no dia 2 de agosto de 1900. No longo caminho que percorreram, perderam todo o dinheiro que possuíam na alfândega de Rio Grande (RS) para poderem ficar com seus pertences, de forma que, viveram inicialmente com o que a paróquia e a generosidade local lhes possibilitavam (cf. DAMIÃO, 1950, p. 28-29).

Os depoentes do presente ficam encantados ao falarem e trazerem presentes à memória os sentimentos e pensamentos que abarcavam os Irmãos que outrora cá vieram:

Champagnat tinha em mente todas as dioceses do mundo e por isso os Irmãos se sentiam desafiados a irem a qualquer lugar do mundo e a qualquer diocese de todo o ocidente e de toda a existência de membros disponíveis. Isso gera um dos nortes da mentalidade dos irmãos dos que sabiam que podiam ter esse tipo de convite-surpresa de irem para outros lugares. (TREVISAN, 2015, 84 anos).

A emoção, o sorriso e a ternura no olhar, são algumas das muitas expressões reveladas nessas lembranças.

[...] [As] marcas desses primeiros irmãos que vieram, [são a] fidelidade ao Carisma fundacional, amor ao Sagrado Coração de Jesus, amor à Maria, espírito de fé, pobreza extrema, zelo apostólico... [...] [Eles] Deixaram pai, mãe, família, porque tinham zelo apostólico [...]. (SALET, 2015, 75 anos).

Com o mínimo partiram da França rumo ao Rio Grande do Sul. Desconheciam o que encontrariam, apenas que iriam educar.

Foi assim que iniciou então o próprio projeto de evangelizar da Província, numa experiência no campo sem grandes projetos. Eles não vieram com projetos prontos, nem com plano estratégico, absolutamente nada. Eles vieram sequer sabendo a língua, como eles sabiam o alemão, pois estavam no norte da França perto da Alemanha. Aqui em contato com uma colônia alemã, Bom Princípio, o que propiciou que eles pudessem se comunicar. (CORRENT, 2015, 81 anos).

As atividades dos Irmãos foram iniciadas no dia 16 de agosto do mesmo ano, assumindo “a direção da escola alemã que contava com 39

alunos” (RODRIGUES, 1997, p. 140). No final daquele ano, todos passaram pelos exames finais com satisfação louvável, inclusive os Irmãos que foram avaliados pela comunidade local (cf. HENZ, 2000, p. 40-41).

Porém, o pensamento e a ação desses eram reflexos da mentalidade e do contexto da Igreja contemporânea a eles, na qual a piedade e a catequese possuíam seus espaços privilegiados, mas, ao mesmo tempo, sem serem contraditórios, eles tinham uma visão além dos seus tempos, uma vez que rompiam com a visão teológica dualista, que valorizava demasiadamente a alma e conseqüentemente negligenciava o corpo, empregando valor integral ao ser humano no seu todo:

não se utiliza a palavra evangelização, se usa irmãos que dão catequese. Champagnat quer Irmãos para a educação e para a catequese. [...] [Assim, os primeiros Irmãos tinham] o cuidado da catequese diária, a devoção à Maria, dentro de uma visão pré-conciliar [...]. [Mas ao mesmo tempo tinham] [...] a capacidade de inserir-se na cultura, estando em meio à cultura de origem alemã (predominante) e de origem italiana. [Assim,] criando espaços, campos de futebol, áreas para a prática do esporte. Isso é uma visão de futuro, da integralidade da educação. Não é só pensar com uma visão pré-conciliar, alma e corpo como dicotomia do ser humano, quando o ser humano é uno. Nesse sentido os Irmãos naquela época anteciparam os tempos, junto com o fundador São Marcelino Champagnat, ele sendo o líder. (SALET, 2015, 75 anos).

Podemos perceber isso claramente no que hoje é salientado pelos Irmãos e no que os Maristas se propõem a oferecer através da educação:

[por isso,] a escola não era simplesmente dar o catecismo, nem era uma escola para ensinar simplesmente disciplinas. Então ele [Champagnat] dizia que na escola as disciplinas servem como um chamariz para trazer os jovens, para poder ensinar a eles o catecismo, a evangelizar. (CORRENT, 2015, 81 anos).

Com audácia e empenho dos três primeiros Irmãos Maristas vindos ao Rio Grande do Sul, e dos demais irmãos que vieram agrega-se à Província Marista Brasil Meridional, a obra dedicada ao Sagrado Coração de Jesus vigorou e cresceu ao longo dos anos, de modo a ter-se uma educação humana cristã integral com excelência.

5. Conclusão

Na necessidade de partir da França para terras longínquas, é revelado o zelo apostólico dos Maristas, bem como a fidelidade ao projeto legado por Champagnat, à luz da necessidade de imigração e de educadores qualificados nas imediações das colonizações alemãs. Os Irmãos que para o Rio Grande do Sul partiram, se sentiram comprometidos com um projeto maior. Essa ação, mesmo na coerência com o pensamento missionário vigente na época, da busca pela salvação das almas, revelou-se audaciosa ao apresentar uma proposta educativa que visava a formação integral do ser humano. Portanto, olhar as memórias que permanecem, mesmo que permeadas por um romantismo de quem recorda um passado brilhante, é possibilitar, com um olhar crítico das mesmas, o encontro das riquezas mais sutis da história, uma vez que essas são as marcas da história vivida.

Nos relatos orais, fez-se notório o quão fidedigno foi a opção dos três primeiros maristas que no Rio Grande do Sul chegaram, bem como, a marca que ficou naqueles que os sucederam, dando continuidade e perpetuidade a missão de tornar Jesus Cristo conhecido e amado. Contudo, nesse comprometimento ao sonho de Champagnat, vemos que os relatos dos Irmãos são de orgulho e felicidade, uma vez que, só é possível tornar a missão Marista no Rio Grande do Sul real na contemporaneidade, porque no passado três irmãos acreditaram e fizeram acontecer. Tais percepções mostram-se profundamente brilhantes, como se no processo de vinda e instalação dos primeiros Irmãos Maristas não houvesse ocorrido nenhuma dificuldade e, tal processo fosse tão somente fruto de uma necessidade religiosa. Mas, é sabido que as memórias revelam a beleza do passado, justamente aquilo que a história não nos possibilita enxergar. Por isso, com olhar crítico, é perceptível nesses relatos de conotação religiosa institucional, atribuída a formação da Província Marista do Rio Grande do Sul, atual, Província Brasil Sul-Amazônia, que subjacente a todo esse processo, a vinda dos primeiros Irmãos se deu fortemente alicerçada por necessidades sócio-histórica europeia e riograndese.

Referências

- CORRENT, Arlindo. **Irmão Marista entrevistado em Porto Alegre**, 18/11/2015. 81 anos. Acervo do autor.
- DAMIÃO, Eugênio. **Histórico da Província do Brasil Meridional: 1900 – 1950**. Porto Alegre: TIP. CHAMPAGNAT, 1950.
- EMILE, Jean. **História do Instituto dos Irmãos Maristas**. [Tradução de José Henrique Pereira]. Curitiba: EDUCAL, 1988.
- HENZ, Alfredo. **Maristas no Brasil Meridional: primórdios da obra dos Irmãos Maristas**. Porto Alegre: Centro Marista de Comunicação - CMC, 2000.
- LANFREY, André. **Introdução à Vida de M. J. B. Champagnat**. [Tradução de Baptista Santos]. Brasília: UMBRASIL, 2011.
- RODRIGUES, Nadir Bonini. **Assim nossos Irmãos Maristas escreveram: 1897 – 1941**. Porto Alegre: USBEE, 1997.
- SALET, Roque. **Irmão Marista entrevistado em Porto Alegre**, 09/11/2015. 75 anos. Acervo do autor.
- TEDESCO, João Carlos. **Re(vi)vido o ontem no tempo e no espaço “dos de hoje”**: fragmentos de memória de idosos. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). **Uso de memórias**. Passo Fundo: UPF, 2002. P. 41 – 79.
- TREVISAN, Albino. **Irmão Marista entrevistado em Viamão**, 20/11/2015. 84 anos. Acervo do autor.

TRACUNHAÉM: AS MEMÓRIAS E IDENTIDADES MOLDADAS NO BARRO

JULIANO LEAL CAMARGO²⁶¹
ARTUR CESAR ISAIA²⁶²

Resumo: Este artigo aborda uma revisão teórica, para situar e dar embasamento a um objetivo maior que é: analisar as relações entre memória e identidade, a partir do estudo de uma comunidade de artesãos, habitantes da cidade de Tracunhaém, Zona da Mata pernambucana. Será utilizada aqui, como metodologia a pesquisa bibliográfica, o presente estudo toma forma como sendo uma revisão de literatura. Cabe abordar, que a metodologia futura será a técnica de história oral.

Palavras-chave: Tracunhaém. Memória. Identidade. Mestres Artesãos. Bens Simbólicos.

Abstract: This article discusses a theoretical review, to locate and give foundation to a larger goal that is: to analyze the relationship between memory and identity, from the study of a community of artisans, townspeople of Tracunhaém, Pernambuco, Brazil. Will be used here as a methodology the literature, this study takes shape as a literature review. It should be addressed, that the future approach will be the technique of oral history.

Keywords: Tracunhaém. Memory. Identity. Craftsmen Masters. Symbolic Goods.

1. Introdução

A temática deste artigo reside nas relações entre a memória dos artesãos da cidade de Tracunhaém, Pernambuco, Brasil, com um projeto de identidade urbana, calcado na “vocação” artística e artesanal da cidade.



Figura1: Mapa da cidade de Tracunhaém.

Fonte: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=261550&search=pernambuco|Tracunhaem>>. Acesso 28 Jun. 2016.

²⁶¹ Mestrando em Memória Social e Bens Culturais - Unilasalle/Canoas. Email: julianogarin@gmail.com

²⁶² Professor do PPG Memória Social e Bens Culturais. Email: arturci@uol.com.br

Sendo assim, o problema traçado é: Como a memória artesã manifesta-se, servindo de ponto de referência para uma identidade urbana em Tracunhaém? E, o objetivo geral da pesquisa passa a ser: analisar as relações entre memória e identidade a partir do estudo de uma comunidade de artesãos, habitantes da cidade de Tracunhaém.



Foto 1: Trevo da entrada da cidade.



Foto 2: Trevo da entrada da cidade.



Foto 3: Trevo da entrada da cidade.

Como trata-se de um trabalho que envolve as relações de memória social, as contribuições de Halbwachs (2003) e Candau (2012) são de grande importância; Hobsbawm e Ranger (1997), e Hall (2006) no campo das identidades e tradições; Baczko (1985), para compreender questões de imaginário e representação. Para descrever a classe produtora de bens simbólicos e seu local dentro da cidade utilizo-me de Bourdieu (2011) e a introdução da obra efetuada por Miceli, e Jolles (1976).

Para situar o objeto de estudo, utilizo algumas fontes de materiais já lidos, principalmente produzidos pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

2 Referencial Teórico

Pensar Tracunhaém é pensar em uma cidade onde a produção artesanal parece estar ligada diretamente com a memória do município e

de todo o grupo que compõe o seu espaço, ou pelo menos de uma grande maioria, Halbwachs descreve:

Mas o local recebeu a marca do grupo, e vice-versa. Todas as ações do grupo podem se traduzir em termos espaciais, o lugar por ele ocupado é apenas a reunião de todos os termos. (Halbwachs, 2003, p. 159)

O trabalho de transformação do barro em bens simbólicos alimentou essa marca, de tal forma que Tracunhaém entrou no mapa do artesanato brasileiro, e tornou-se conhecida como polo produtor de um artesanato com nível de criatividade impar. Para Candau,

[...] uma socialização da memória, que pode ser objetiva quando se trata de uma memória factual e que é, pelo menos, o sentimento subjetivo que os membros de um grupo possuem de compartilhar a mesma memória. (CANDAU, 2012, p.45),

Candau pontua que sociedades menores, são mais propícias a uma memória coletiva forte, distinguindo-se de grandes centros urbanos, e conseqüentemente formam uma socialização mais engajada de memória.

A marca, gravada no social, de boa parte da população de uma Tracunhaém como polo de artesanato começa segundo Mestres... (2010) na década de 40 do século XX, com a fabricação de peças decorativas. Anteriormente, “A confecção de peças figurativas era às crianças das famílias de louceiros e oleiros, que inventavam brinquedos, dando ao barro formas lúdicas.” Mestres... (2010, p.17). Waldemar Valente relaciona o começo desta produção a “[...] uma descoberta do artista e colecionador Abelardo Rodrigues – Severino, cujas peças de barro também figurativas se distinguem das de Vitalino” (1979, p.46). Se o começo dá-se através da descoberta do artesão Severino, provavelmente antes de todo o acontecimento o povoado de Tracunhaém, era conhecida por alguma outra tradição. Vamos, então, nos apoiar operacionalmente no conceito de tradição inventada: “Em suma, inventam-se novas tradições quando ocorrem transformações suficientemente amplas e rápidas tanto do lado da demanda quanto da oferta.” Hobsbawm e Ranger (1997, p.12). Nossas leituras e pesquisas exploratórias apontam, nesta etapa da pesquisa, que a tradição e a caracterização da cidade como a capital do barro é um

símbolo. O ofício sempre existiu, mas a valorização do mesmo somente acontece quando a figura do artesão do barro ganha notoriedade externa.

Hobsbawm e Ranger (1997, p.12), pontuam: "Consideramos que a invenção de tradições é essencialmente um processo de formalização e ritualização, caracterizado por referir-se ao passado, mesmo que apenas pela imposição da repetição.". É relevante pensarmos como esse processo de uma tradição foi criado, para compreendermos e distinguirmos seus ritos e símbolos e como uma população acredita e torna-se participante de uma tradição, assumindo assim uma identidade, mesmo não pertencendo ao grupo dos artesãos.

Hall (2006, p.47) descreve que a identidade do sujeito, não está gravada no gene, mas é como se lá estivesse, "Entretanto, nos efetivamente pensamos como se fossem parte de nossa natureza essencial.", Iguamente pontua que a presença do símbolo como distintivo de uma comunidade é importante para gerar uma identidade. Para o poder político é importante ter algo que reflita uma identidade, Baczko (1985, p.297) "Para tal poder, o domínio do imaginário²⁶³ e do simbólico é um importante lugar estratégico.", em muitos momentos os produtores de símbolos e o poder institucionalizado convivem em uma linha tênue, o poder como utilizador de uma tradição, utilizando-a como propaganda e assim tirando um proveito, já que o símbolo reflete o pertencimento e identidade do habitante do lugar; enquanto o produtor dos símbolos como "guardiões do sagrado" Baczko (p. 300), tal constructo remete às ideias das formas simples de Jolles.

No nordeste, o artesão é um dos responsáveis por suprir a população extremamente permeada por valores religiosos, com os materiais para os ritos de agradecimento e fé, na fabricação de ex-votos, ou mesmo alimentando a devoção, com a elaboração de santos. A temática religiosa é bastante presente na obra dos mestres, por exemplo:

²⁶³ Conjunto coordenado de representações, uma estrutura de sentidos, de significados que circulam entre seus membros, mediante diferentes formas de linguagens: esse conjunto é o imaginário social, como o quadro cultural que matricia a produção imaginativa do grupo. (TEVES, 1992, p. 17)

Mestre Zezinho de Tracunhaém, Mestra Maria Amélia, Mestre Baé (pai), Mano de Baé e Mestre Zuza.

Tracunhaém, uma cidade onde praticamente a fonte de subsistência de grande parte da população é o trabalho desenvolvido nas olarias ou o trabalho rural,

“Os ofícios relacionados à transformação do barro, contudo, constituem alternativa ao trabalho no corte da cana-de-açúcar²⁶⁴” (MESTRES..., p.16, 2010 apud COIMBRA, 1980). Uma categoria de trabalhadores se sobressai: a dos artesãos, que trabalham com o barro, utilizando a criatividade e habilidades manuais no processo de criação, distinguindo-se assim, dos que trabalham em atividades rurais. Esses artesãos aproximam-se do que Bourdieu apresenta como uma acumulação simbólica.

Bourdieu relaciona esta acumulação simbólica com a própria forma de estratificação social, que extrapola, portanto, as questões meramente econômicas. (2013, p. 5), Neste sentido, Bourdieu mostra que não há uma “fórmula” de estratificação social previamente dada e que serve para qualquer realidade histórica. (Bourdieu, 2013, p. 5).

Podemos verificar que mesmo em uma pequena cidade, existem grupos que se diferem, não somente pela situação econômica, mas por questões de uma autonomia intelectual criativa, formando segundo Bourdieu (2013, p. 101) “[...] uma categoria socialmente distinta de artistas ou de intelectuais profissionais”²⁶⁵, que irão estabelecer-se onde encontrem condições de produção, de seus trabalhos:

O artesão percorre o mundo como aprendiz, depois instala-se onde termina o campo, onde muda a ordem de todas as coisas, onde estas são subtraídas à natureza, onde se alteram os processos naturais da vida; ele vai para o bairro dos artesãos, para a cidade. (JOLLES, 1976, p.24)

As relações de trocas criativas, também pesam na escolha, garantem um amadurecimento, de experiências e vivências. Segundo

²⁶⁴ COIMBRA, Silva. ... [et al]. **O reinado da lua**: escultores populares do nordeste. Rio de Janeiro: Salamandra. 1980.

²⁶⁵ Artistas, artesãos e mestres, todos constituem a categoria de produtores de bens simbólicos, tanto no campo da cultura erudita como na cultura popular.

Jolles (1976, p.24). “[...] o artesão une-se a outros artesãos na cooperação ou na cooperativa.”, a união é uma forma de sobreviver, uma independência propiciada através da transformação de uma matéria bruta em bens simbólicos.

A inspiração no processo criativo é de extrema importância, alguns criadores são chamados de mestres, como uma forma de respeito e também de distinção, um moldar considerado com uma legitimidade artística impar, uma inspiração além do normal. Nhõ Caboclo notável artista pernambucano, dizia-se dotado de “corgo”,²⁶⁶ “que é uma pessoa fechar os olhos e o que vier no sentido, fazer” Mestre V... (2009, p. 31), palavras que remetem à ideia de inspiração, revelação religiosa. Realmente, no universo mítico nordestino, sobretudo em sua relação com as religiões afro-brasileiras, a denominação “mestre” aparece como um distintivo social que remete seu titular a um desfrute de poder sobrenatural específico. A palavra mestre, aparece no vocabulário mítico nordestino em outra acepção: aos espíritos presentes, tanto no Catimbó quanto no Candomblé de Caboclo baiano Motta (2000). Desta forma, a figura do mestre, como aparece na memória e na identidade da cidade parece relacionar-se com um ser dotado de poderes suficientemente fortes para contrariar o mundo natural, através da criação. Justamente, para Jolles, o artesão aparece claramente como alguém dotado de força suficiente para interromper a ordem natural, ou seja, alguém próximo da figura do mago, Isaia (2008, p. 210). O artesão é o “obstante²⁶⁷ subverte a realidade, (re) cria, e nessa (re) criação impõe sua vontade”, o artesão, como o mago cria a partir da manipulação de elementos materiais, justamente o que as práticas mágicas afro-indígenas-brasileiras propõem em seu cotidiano.

O artesão fabrica; o seu trabalho consiste em mudar a ordem das coisas dadas na natureza, de modo tal que elas deixam de ser naturais. Os processos naturais são interrompidos e constantemente perturbados. O que ele renova torna-se verdadeiramente novo. (JOLLES, 1976, p.22)

²⁶⁶ córrego

²⁶⁷ André Jolles interpreta o homem a partir de três posições básicas frente à realidade social o circunstante (cultivo, figura do agricultor), obstante (fabricar, figura do artesão) e o intérprete (sentido a realidade, figura do sacerdote). Adaptado de Isaia 2008.

Com a mudança da ordem da natureza, o artesão torna-se um trabalhador livre, travando assim, uma luta constante pela autonomia, e regramentos. Como regrador da obra artística, Bourdieu (p. 101, 2013) apresenta dois fatores como principais:

[...] censuras morais e programas estéticos de uma Igreja empenhada em proselitismo, seja dos controles acadêmicos e das encomendas de um poder político propenso a tornar a arte como instrumento de propaganda.

Jolles nas formas simples (p.24, 1976), apresenta a figura do sacerdote com uma função regradora na comunidade, "[...] é ao mesmo tempo fixo e móvel; não percorre o universo mas escolhe um ponto donde o seu olhar possa abrangê-lo todo". Bourdieu apresenta o regramento a partir de uma óptica de classes. Jolles apresenta um regramento sem levar em conta as classes, colocando o artesão, agricultor e sacerdote em um mesmo grupo.

Como anteriormente escrito, o papel da tradição é fundamental na análise proposta. Assim, recorremos a Bourdieu (2013, p. 101) para mostrar a relação existente entre trabalho artístico e intelectual e tradição:

"[...] uma tradição intelectual ou artística herdada de seus predecessores, o que lhes fornece um ponto de partida ou um ponto de ruptura, e cada vez mais propensos a liberar sua produção e seus produtos de toda e qualquer dependência social [...]"

A tradição artística, herdada pode ser o ponto de partida para a investigação na obra de artistas e seus discípulos, ou de uma família com tradição artística. Candau recorre a Halbwachs para a interpretação de memória genealógica e familiar, "o laço vivo das gerações"²⁶⁸ (CANDAU 2012, p.137 apud HALBWACHS, p. 50), assim formando uma identidade familiar, seja pelas memórias ou pela produção de bens. Esta ideia está muito presente em Tracunhaém: uma criação artística efetuada e complementada por membros da família. Uma atividade que não é uma exclusividade de um artesão, mas torna-se um bem de família, praticamente passada como herança. A morte do artesão não representa o

²⁶⁸ HALBWACHS, M. La mémoire collective, op.cit., p.50.

fim de uma técnica, pelo contrário, a morte se dará no abandono da técnica, ou pela falta de uma sequência.

Considerações Finais

Seguramente, relações de memória se estabelecem fortemente pelo fato do fazer artístico e das relações familiares. Esta ideia é de fundamental importância para relacionar memória, identidade e tradição em Tracunhaém, como ponto de partida para um estudo mais aprofundado

Referências

BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. In: Leach, Edmund ... et al. (org.). **Antropos-Homem**. Lisboa, Imprensa nacional/Casa da moeda, 1985, p. 298-332.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. Introdução e organização Sergio Miceli. São Paulo : Perspectiva, 2013.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo : Contexto, 2012.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOBBSBAWN, Eric; RANGER, Terence. 3 ed. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

ISAIA, Artur. Religião e magia na obra dos intelectuais da umbanda. **Projeto história**, São Paulo, n. 37, p. 195-214, Dez 2008. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/3052/1965>>. Acesso em: 11 jun. 2016.

JOLLES, André. **Formas simples**: legenda, saga, mito, adivinha, ditado, caso, memorável, conto, chiste. São Paulo: Cultrix, 1976.

MESTRES que se renovam: a cerâmica popular de Tracunhaém Rio de Janeiro: IPHAN, CNFCP, 2010. 40 p. Catálogo da exposição realizada na Sala do artista popular. Pesquisa e texto Valena R. G. Ramos, Júlio Lêdo e Walter Gomes.

MESTRE Vitalino e artistas pernambucanos. Rio de Janeiro : IPHAN: CNFCP, 2009. 47p. Catálogo da exposição realizada na sala Mestre Vitalino. Pesquisa Guacira Waldeck.

MOTTA, Roberto. Tempo e milênio nas religiões afro-brasileiras. In :ANAI DO XXIV ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 24., 2000. Petrópolis. **Anais...** São Paulo : ANPOCS, 2000. 21f. Disponível em: <http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=4854&Itemid=357>. Acesso em: 10 jul. 2016.

TEVES, Nilda. O imaginário na configuração da realidade social. In: Teves, Nilda ... et al. (org.). **Imaginário social e educação**. Rio de Janeiro: Graphus/ Faculdade de Educação da UFRJ, 1992.

VALENTE, Waldemar. **Folclore Brasileiro**: Pernambuco. Rio de Janeiro : Funarte, 1979.

_____. **Sincretismo religioso afro-brasileiro**. São Paulo: Nacional, 1976.

GAUCHISMO NA FÉ CATÓLICA: ADAPTAÇÕES E RESISTÊNCIAS JULIANO SOUZA DE OLIVEIRA²⁶⁹

Resumo: O presente trabalho resulta de uma pesquisa feita sobre a formação cultural do habitante típico do Rio Grande do Sul, que busca perpetuar as tradições devidamente organizadas em centros culturais e normas estabelecidas. Estas normas permeiam os locais de culto da tradição, esta formada por diversos aspectos regionais e elementos diversos e invade outros campos, como a religião. A chamada Missa Crioula, tão recente quanto a tradição gaúcha, ainda busca aceitação plena de católicos que a veem como uma afronta à liturgia. Outros, no entanto, defendem efusivamente a inculturação e o sincretismo entre uma fé local e uma fé normativa. Este artigo conta os dois aspectos e apresenta dados referentes aos movimentos históricos de negociações entre Roma e os defensores da Missa Crioula, bem como os avanços e recuos deste diferente modo de celebrar o sacrifício da Missa.

Palavras chave: Cultura; normas; tradição; fé; Liturgia

Abstract: This work results from a research done on the cultural formation of the typical population of Rio Grande do Sul, which seeks to perpetuate the traditions properly organized in cultural centers and established norms. These norms permeate the places of worship of tradition, this formed by several regional aspects and various elements and invades other fields such as religion. The call Missa Crioula, as recent as the gaucho tradition, still seeks full acceptance of Catholics who see it as an affront to the liturgy. Others, however, defend effusively inculturation and the syncretism between local faith and normative faith. This article has two aspects and presents data relating to historical movements of negotiations between Rome and the defenders of the Missa Crioula, as well as the advances and retreats of this different way of celebrating the sacrifice of the Mass.

Keywords: Culture; norms; tradition; faith; liturgy.

1 . A construção de um símbolo

É uma tarefa impossível pensar a formação histórica do Brasil sem a presença da Igreja Católica. Em todo território nacional, de um extremo ao outro, existem influências diretas e indiretas do catolicismo.

Por se tratar de um país com dimensões continentais, algumas características regionais acabam se entrelaçando à aspectos dogmáticos e doutrinários pré-estabelecidos por Roma. Falar a língua do povo, conhecer suas características, anseios e peculiaridades, permite uma melhor aceitação e catequese por parte da Igreja.

269 Graduado em História pela Universidade Feevale. Pós-Graduando em Teologia e Sociedade pela Escola Superior de Teologia e Espiritualidade Franciscana. Professor da Escola de Educação Básica Feevale de Novo Hamburgo – RS. E-mail: julianos@feevale.br

No caso do Rio Grande do Sul, a questão do regionalismo cultural o faz um lugar singular, com características marcantes na cultura, na forma de falar e de se comunicar. A Igreja, em sua capacidade de adaptação, nunca perdendo o cerne dos Evangelhos, perpetua-se como instituição sagrada, mas ao mesmo tempo identificada com o rosto do povo no qual está inserida.

Desse modo, conhecer a realidade local possibilita um estudo mais aprofundado de qualquer que seja o tema analisado. Através de um diagnóstico da realidade, pode-se entender os tempos passados de uma forma mais concreta e segura, bem como alimentar uma consciência de uma fé absolutamente verdadeira.

No caso particular do Rio Grande do Sul, verificamos que, se comparado com o restante do Brasil, teve uma colonização tardia por parte dos europeus. A presença dos primeiros missionários jesuítas, as catequeses dos povos nativos no século XVII possibilitou naquele momento da História uma primeira análise da realidade: a cultura predominante não poderia ser suprimida, mas incorporada ao que se pretendia com a Evangelização.

Da mesma forma, a presença de imigrantes dos mais diversos rincões, com suas características próprias fez com que a região do extremo sul do Brasil se tornasse uma grande “colcha de retalhos”, com as mais diversas influências e micro regionalismos.

Assim, pensar o tradicionalismo como algo historicamente remoto é um engano. A formação da figura do gaúcho, suas canções, sua fala e sua tradição nascem no final do século XIX. A primeira tentativa de organização do tradicionalismo surge em 1898 com a criação do Grêmio Gaúcho de Porto Alegre, por João Cezimbra Jacques. Em 1940, com a estatização da Rádio Nacional por Getúlio Vargas, a padronização cultural borra as manifestações culturais regionais. Estamos em plena Segunda Guerra Mundial, e Vargas, político hábil que era, preferia manter-se neutro no maior conflito do século passado, já que mantinha boas relações com Itália e Alemanha. Contudo, em 1941, os Estados Unidos reforçam as relações econômicas e culturais com a América Latina e começa a divulgar no Brasil

o *american way of life*, ou seja, o estilo de vida compatível com o consumo dos produtos tipicamente norte-americanos. Toda esta avalanche de informações culturais chega num momento em que o País atravessa um período de fragilidade cultural. Getúlio Vargas cria o Estado Novo e promove uma afronta às diferenças culturais do País. Estabelece, em 1937, a Constituição com o objetivo de unificar a Nação. A partir daí, as mudanças profundas movem com o imaginário popular e a cultura passa a ser algo estabelecido pelo Estado Central. O samba ganha legitimidade como a representação musical e a identidade cultural do País. Depois, o governo que impõe uma postura de unidade nacional, permite que esta nacionalidade seja enxovalhada pela de outro país.

Com a queda da Ditadura Vargas o cotidiano regional começa a ser repensado. A imprensa começa atuar livremente e os intelectuais retornam a divulgar o Brasil como uma nação de vários segmentos culturais.

Desaparecidos das grandes cidades, os hábitos campestres gaúchos, encontraram em Porto Alegre, uma centelha que faria com que eles ressurgissem para toda a população. Durante a semana da Pátria de 1947, jovens estudantes gaúchos, todos vindos do interior do estado e estudantes do Colégio Júlio de Castilhos, se apropriaram de uma centelha do Fogo Simbólico da pira da pátria em 7 de setembro, para criar assim a Chama Crioula, que seria mantida acesa até o dia 20 de setembro, data do dia do gaúcho e marco do início da Revolução Farroupilha em 1835. (OLIVEN, 2006, p. 78).

2 . A igreja gaúcha

A religiosidade é um elemento presente na História e ajuda a contá-la. Não apenas na religião em si, como doutrina, que se propaga através das pregações e escritos de seus adeptos. Mas através de construções, imagens, templos, igrejas e capelas, a religiosidade ajuda a explicar a história de um povo. De maneira mais específica, a religião católica esteve presente desde o início do povoamento do solo gaúcho. Carlos Alberto Steil, em seu artigo *Catolicismos e Memória no Rio Grande do Sul* (2004, p.2) afirma que:

O catolicismo no Rio Grande do Sul tem uma trajetória de quase 500 anos que, em linhas gerais, se confunde com a história social e política do próprio estado (...). De modo que podemos aqui destacar alguns aspectos que estão presentes nos rituais de peregrinação contemporâneos e que nos remetem para sentidos que foram sendo construídos pela sociedade gaúcha em diferentes momentos da sua história com recursos da religião, enquanto uma estrutura de significados, e particularmente do catolicismo, enquanto religião dominante.

A presença de sacerdotes e de seminaristas faz-se notar desde a formação do Departamento de Tradições Gaúchas, em 1957, no Diretório Acadêmico da Faculdade de Filosofia no Seminário Maior Imaculada Conceição de Viamão. No ano seguinte, esse departamento tornou-se uma entidade independente com o nome de CTG Centauro dos Pampas e o lema: “Conhecer para Amar”, sob a liderança de Paulo Aripe e Caetano Secundino Borges Caon.

E já em 1959, a 5 de julho, teve lugar a Missa Gauchesca, durante a realização do 1º Congresso Tradicionalista Estudantil, na Escola Técnica de Agricultura de Viamão. Tendo como presidente da celebração o saudoso Pe. Érico Ferrari (mais tarde Bispo de Santa Maria), ainda em latim, a missa foi acompanhada pelos “potrilhos de padre” com cânticos e comentários em linguagem gauchesca.

Com o advento do Concílio Vaticano II, houve a possibilidade de uma adaptação da Santa Missa aos usos, costumes e tradições do Rio Grande do Sul. E a 7 de abril de 1967, o Sr. Arcebispo de Porto Alegre, Dom Vicente Scherer, aprovou para “ocasiões extraordinárias” o texto da Missa Crioula elaborado pelo Pe. Paulo Aripe. Aos poucos, os demais Bispos do Estado deram apoio e aprovação. E o Rio Grande ganhou um rito crioulo da Santa Missa, fazendo jus às suas raízes cristãs.

Viamão, 7 de abril de 1967

Exmo. e Revmo. Sr. Arcebispo Metropolitano.

O abaixo assinado, Diácono Amadeu Gomes Canellas e, por seu intermédio, o CTG Centauro dos Pampas do Seminário N. S. da Conceição de Viamão vem submeter ao parecer e à aprovação de V. Excia. Revma. o “Texto para uma missa crioula”, cujo autor é

o Revmo. Padre Paulo Aripe, para uso nos meios tipicamente gaúchos e tradicionalistas, como os Congressos Tradicionalistas, Reuniões de Centros de Tradição, outras festividades tradicionais do Rio Grande do Sul. Diác. Amadeu Gomes Canellas”

De fato, Dom Vicente consente. Ainda assim, a Missa com rituais do campo gaúcho não era uma unanimidade. E ainda não o é. O fato de ter diversas adaptações e ter uma liturgia “livre” pode comprometer o caráter central litúrgico, transformado a celebração em quaisquer coisas, menos no sacrifício da Missa. Dom clemente Isnard, Presidente da Comissão Nacional de Liturgia, com carinho paternal, chamava a atenção para algo que considerava inapropriado, mas com cuidado para não criar maiores divergências. Como um pai, aconselhava e fazia o filho ver, por si próprio, o caminho:

A Missa Crioula é bonita, contém verdadeiros achados, é escrita numa boa linha teológica (penso apenas que se deveria destacar melhor o Mistério do Sacrifício Eucarístico), mas julgo-a um tanto sobrecarregada de expressões e símbolos gaúchos. V. Excia. acha que chamar Cristo de tropeiro é psicológico? O gaúcho não procurará em Cristo, como todos nós, algo mais que um camarada?

Ainda sim, a insistência, pertinente ao gaúcho, prevaleceu. Os séculos mudaram, mas o culto à Missa Crioula, como tentativa de aproximar o gauchismo da Liturgia seguia-se em cultos em galpões, com rodas de carreta, ornamentação campesina e em alguns casos, cabeças de bois, numa tentativa de remeter diretamente ao meio rural. Parecia aos líderes católicos uma situação um tanto constrangedora: não suprimir definitivamente a Missa Crioula, mas alertar os seus adeptos de que exageros não seriam tolerados, sob pena de tal ato tratar-se de um grande teatro e não de uma Santa Missa. O próprio Vaticano admitia que era uma celebração genuína, mas alertava que os tempos mudaram e que era preciso levar-se em consideração cuidados importantes e normas regulamentadoras. Assim disse Cardeal Francis Arinze, prefeito da congregação ao Culto Divino, em 2007:

Excelência Reverendíssima,

Chegaram a esta Congregação para o Culto Divino e a Disciplina dos Sacramentos algumas informações acerca da “Missa crioula” (Missa do pampa), que teria sido aprovada pelo então Arcebispo de Porto Alegre em 1967, quando ainda não tinha sido publicado o renovado “Ordo Missae”, e teria sido sucessivamente revista e agora difusa em um folheto estampado com “a aprovação eclesiástica” dessa Arquidiocese de Porto Alegre.

Considerando os dados por nós conhecidos sobre a “Missa crioula” se reconhece tratar-se de um texto que provoca certa admiração e revela irregularidades, já que em matéria de texto litúrgico e de eventuais adaptações consentidas a normativa vigente prevê sua aprovação por parte da Conferência dos Bispos e a “*recognitio*” da Sé Apostólica. Somente a autorização do Bispo não é suficiente. (...)

As autoridades eclesiásticas da Arquidiocese de Porto Alegre, à época, concordaram e responderam ao Vaticano. Dom Dadeus escreveu:

Agradeço de coração esta missiva que veio, em tempo oportuno, não só para nos orientar no que concerne ao Culto divino, como também e principalmente dar força para tomar as medidas que se fazem necessárias.

Já havíamos pedido a uma comissão de liturgia examinar a questão destas celebrações. Como Vossa Eminência bem observou, o folheto, exclusivo para aquela celebração, contava, de modo geral, com a nota “com a aprovação eclesiástica”, referindo-se mais ou menos àquela de 1967, de Dom Vicente Scherer. De fato nenhum Bispo, e muito menos eu, como Arcebispo deste Regional Sul 3, teríamos dado nossa aprovação. Fomos surpreendidos com o texto na hora da celebração. Teve o acompanhamento de Dom Gílio Felício, Bispo de Bagé e de Dom Hélio Rubert, de Santa Maria, formado em liturgia, que não assinaram a aprovação.

Como se pode notar, a insistência de católicos devotos da tradição gaúcha permaneceu durante muitos anos. Ainda hoje, existem padres que celebram a Missa Crioula. Gaitas, violões e bumbo leguero normalmente ditam o ritmo dos cantos das celebrações. É uma tentativa de fazer com que, liturgicamente, o gaúcho, figura criada em meados do século passado possa ter, digamos a “sua missa”. Como já fora dito, em italiano: *“Quanto alla questione della inculturazione vorrei dire che non è la Liturgia che si*

deve addattare alle culture, ma le culture si devono addattare alla Liturgia". Não se faz necessária a tradução.

Podemos afirmar que o gauchismo é uma tradição inventada, moldada como uma colcha de retalhos dos mais diferentes panos. E não se quer aqui que rasguemos nossas bandeiras verdes, vermelhas e amarelas, ou as ponhamos a arder no fogo, como fizera Vargas. Não. É preciso que se faça uma análise mais completa do tema, sabendo que não somos os detentores da verdade e os melhores em todas as circunstâncias. Os lanceiros negros que o digam. E as mulheres, nesta cultura machista e autoritária. E os nossos bispos, que tentam não fazer-nos esquecer, que nessa colcha de retalhos, existe uma veste brilhante e esplendente, feita com o mais puro ouro de Ofir: a Liturgia.

Referências:

- BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- BRUNEAU, Thomas C. O catolicismo brasileiro em época de transição. São Paulo: Loyola, 1974.
- DEL PRIORI, Mary. Festas e utopias no Brasil Colonial. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- FAUSTO, Boris. História Concisa do Brasil. São Paulo: EDUSP, 2002. 328p.
- GIDDENS, Anthony. As consequências da modernidade. São Paulo: Editora Universidade Paulista. 1991.
- HASTENTEUFEL, Zeno. Dom Feliciano na Igreja do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Acadêmica, 1987. 310p.
- KUCHENBECKER, Valter. O homem e o Sagrado. 5ª ed. Canoas: ULBRA, 1998. 372p.
- MAFFESOLI, Michel. O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa. 2ª edição. Trad. Maria de Lurdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

NEISS, Ruben. Os Selbach no Rio Grande do Sul. Série Rio Grande Antigo. Correio do Povo. Porto Alegre, 27 de janeiro de 1968 e 10 de fevereiro de 1968.

OLIVEN, Ruben Jorge. A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-Nação. Petrópolis: Vozes, 2006.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História do Rio Grande do Sul. 7ªed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994. 142p.

RUBERT, Arlindo. História da Igreja no Rio Grande do Sul: época colonial (1626-1822). Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994. 182p.

_____. História da Igreja no Rio Grande do Sul: época imperial (1822-1889). Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998. 332p.

REVISTA Instituto Humanitas Unisinos. Número 493. Ano XVI, 2016.

SCHUPP, Ambros. A missão dos jesuítas alemães no Rio Grande do Sul. São Leopoldo: UNISINOS, 2004. 268p.

SCHNEIDER, Roque. Apostolado da Oração – Um serviço à Igreja. São Paulo: Edições Loyola, 1989, p. 21.

TAVARES, Mauro Dillmann. Irmandades religiosas, devoção e ultramontanismo em Porto Alegre no bispado de Dom Sebastião Dias Laranjeira. (1861-1888). São Leopoldo: UNISINOS, 2007. 278p.

**CONHECENDO O CENTRO DE UMBANDA CACIQUE SETE ONDAS:
ONTEM E HOJE, NA MEMÓRIA DA CIDADE**

MARILDA BATTILANA DA SILVA²⁷⁰

Resumo: A proposta desse trabalho tem como objetivo abordar um tema que não foi contemplado na monografia "Um Outro Olhar Bairro Niterói: Desde Suas Origens Até Os Dias Atuais (1932 - 2001)", realizado no Centro Universitário La Salle, no período de março à junho de 2001. Nossa preocupação é conhecer e socializar as histórias e lembranças do Centro de Umbanda Pai Oxalá - Fraternidade Cacique Sete Ondas que desde a década de 1950 faz parte da vida da comunidade Canoense, uma vez que é o Centro mais antigo da cidade e o que vai dar origem aos outros Centros Umbandistas.

Palavras-chaves: História; Memória; Religião Afro-Brasileira; Preconceito.

Abstract: The purpose of this study aimed to address a topic that was not covered in the monograph "Another Look at the Niteroi Neighborhood: From Its Origins to The Present Day (1932 - 2001)", held at the University Center La Salle, from March 2000 to June 2001. Our concern is to know and socialize the stories and memories of Umbanda Center Father Oxalá - Fraternity Cacique Seven Waves since the 1950 is part of life Canoense Community, since it is the oldest center of the city and i saw to rise to other Umbanda Centers.

Keywords: History; Memory; Religion Afro-Brazilian; Prejudice.

1. Conhecendo o centro de umbanda Cacique Sete Ondas: ontem e hoje na memória da cidade

A proposta desse trabalho tem como objetivo abordar um tema que não foi contemplado na monografia "Um Outro Olhar Sobre O Bairro Niterói: Desde Suas Origens Até Os Dias Atuais (1932 - 2001)", realizado no Centro Universitário La Salle, no período de março de 2000 à junho de 2001.

Destacamos o projeto realizado por esta Instituição "Canoas - Para Lembrar Quem Somos" uma coleção editada, que tem como objetivo o resgate da história da cidade através de relatos dos antigos moradores. Entretanto como sou moradora da comunidade observei que havia uma questão muito importante relativa à religiosidade que não foi contemplada no projeto citado.

Nossa preocupação é conhecer e socializar as histórias e lembranças do Centro de Umbanda Pai Oxalá - Fraternidade Cacique Sete

270 Aluna especial do Mestrado em Memória Social e Bens Culturais do Unilasalle Canoas/RS. E-mail: mbattilanas@yahoo.com.br

Ondas que desde a década de 1950 faz parte da vida da comunidade canoense, uma vez que é o centro mais antigo da cidade e a que vai dar origem aos outros Centros Umbandistas.

Para tanto precisamos conhecer um pouco da história local para entendermos a fundação deste Centro. Este bairro desde sua origem tem uma forte ligação com os Imigrantes: alemães, italianos, poloneses e ucranianos, por serem as primeiras famílias que compraram lotes de terras contribuindo para a transformação de uma granja de arroz em um bairro residencial. As famílias que aqui chegaram vieram de diversos lugares do nosso Estado em busca de melhores condições de vida. Como a capital não possuía infra-estrutura suficiente para absorver este contingente vieram para o novo loteamento inaugurado no bairro.

Ao estudarmos a imigração, não podemos falar de uma categoria social única, mas de diferentes contingentes, pois os descendentes de imigrantes europeus que aqui chegaram vieram de países distintos com bagagens culturais diferenciadas. Reconhecemos que a diversidade regional implica na existência de modos de vida, de padrão cultural e de perspectiva de futuro diferentes entre as de uma dada região receptora com diferentes contingentes étnicos.

Sendo assim, nossa preocupação consiste em apresentar o Centro de Umbanda Pai Oxalá - Fraternidade Cacique Sete Ondas localizado no bairro Niterói, onde praticamente as religiões eram representadas pelos cultos Católicos, Luteranos e Ortodoxos da Igreja Ucraniana.

O Centro de Umbanda teve como fundador responsável Sr. Alípio Vieira Duarte policial militar, filho de católicos proveniente do interior do Estado que em 15/12/1955 foi coroado Cacique na lei de Umbanda e teve como missão criar o templo de Umbanda Pai Oxalá – Fraternidade Cacique Sete Ondas na cidade de Canoas. Percebemos que o este Centro se destaca por formar muitos Cacicques fundadores de terreiros no município.

Nosso questionamento é descobrir como a comunidade basicamente constituída por imigrantes convive com uma diversidade religiosa com características afro-brasileira num mesmo espaço?

Não esquecemos que as religiões afro-brasileiras ainda hoje carregam consigo preconceitos, que as ligam a práticas julgadas enganatórias ou curanderísticas. Além disso, sua origem africana é mais um fator de discriminação de inferioridade.

Ari Pedro Oro (2016) cita Vagner Gonçalves Silva que enfatiza a perseguição religiosa e preconceituosa para com as religiões ditas inferiores.

"(...) foram perseguidos pela Igreja Católica ao longo de quatro séculos, pelo Estado republicano, sobretudo na primeira metade do século XX, quando este se valeu de órgãos de repressão policial e de serviços de controle social e higiene mental, e, finalmente pelas elites sociais num misto de desprezo e fascínio pelo exotismo que sempre esteve associado às manifestações culturais dos africanos e seus descendentes no Brasil. (SILVA, 2007. p. 23-27).

Existe um mito de fundação da Umbanda no Brasil que remete ao ano de 1908 a "origem" da Umbanda, através de um médium chamado Zélio Fernandino de Moraes. Podemos compreender a relação deste mito com os preconceitos nutridos à época em relação ao negro e ao indígena. Igualmente este preconceito era existente no interior do próprio Espiritismo brasileiro, que não aceitava a "comunicação" ritualizada com os ancestrais negros e índios. No Rio grande do Sul a implantação da Umbanda aparece em 1926 na cidade de Rio Grande, em um Centro Fundado por um ferroviário chamado Otacílio Charão com o nome de "Reino de São Jorge". Em 1932 a Umbanda chega a Porto Alegre através do capitão da marinha Laudelino de Souza Gomes que criou na capital a Congregação Espírita Franciscanos, existente até hoje.

De acordo com Correa (1994), citado por Oro (2016), o surgimento das religiões afro-brasileiras se dá na medida em que o Rio Grande do Sul acompanha mudanças sócio- econômicas.

"(...) o batuque floresceu na segunda metade do século XIX e adaptou-se às condições de um Rio Grande tradicional, eminentemente agrário (...), os sacrifícios dos animais não ofereciam problemas num estado pastoril e numa Porto Alegre que ainda havia

bairros "rurais"(...), reúne elementos africanos de origem Sudanesa e Católica. (CORREA, 1994, p.19).

A Umbanda se instala no Estado na década de 1930, quando já existia um êxodo rural significativo e que a capital gaúcha inicia a sua industrialização, atraindo população do interior. Outro ponto importante a destacar está ligado à mudança social, pois as pessoas passavam mais tempo se dedicando ao trabalho externo, sobra pouco tempo para a família e para os afazeres domésticos e assim o tempo tomava nova dimensão. A Umbanda se adapta bem a este novo estilo de vida, na medida em que os rituais não se prolongam noite à dentro, não faziam uso dos tambores tão pouco matança de animais.

Segundo Oro, a Umbanda representa-se diferente das outras formas de religião afro-brasileira, na medida em que se utiliza em seus rituais apenas elementos da natureza como: mel, flores, frutas e legumes, prescindindo de matança de animais e rituais julgados em desacordo com a modernidade. Enfatiza também que se trata de uma religião “letrada” em oposição às demais que se servem da transmissão oral.

Por fim a Linha Cruzada intensifica-se na segunda metade do século XX, na fase da consolidação do capitalismo, a qual, esta se apresenta como solução dos problemas sociais, econômicos e existenciais constantes em uma sociedade capitalista. Esta por sua vez, constitui-se como religião de serviços, clientelista, proporcionando através de passes dos médiuns e das consultas aos Pretos Velhos e Caboclos, bem-estar àqueles que os procuram. Além disso, a chamada linha Cruzada trabalha também com os Orixás.

Correa, em seu texto, "Panorama das Religiões Afro-Brasileiras do Rio Grande do Sul", lança um questionamento importante relativo aos frequentadores dos terreiros. Quem são efetivamente os católicos no Brasil? Segundo ele praticamente todos se identificam como tal, mas há os que fazem por tradição, para esconder filiação às religiões de linha africana; por medo de censura; por assistirem ocasionalmente à missa ou

entrar em Igreja Católica para rezar; por serem batizados e casados ou por praticarem diariamente a religião.

Um exemplo interessante encontramos num depoimento do diretor espiritual da "Casa Pai José de Aruanda", no texto de Elsa Avancini relativo a vergonha de ser visto numa terreira:

Segundo o seu Nelson, quando a terreira era nos fundos de sua casa na rua Seibel, havia uma frequência louca e na nova sede diminuiu porque é na beira da rua. Para alguns médiuns isto se dava porque as pessoas tinham vergonha de ser vistos vindo à terreira. (AVANCINI, 2006, p. 197-224).

Para Avancini (2006) era muito comum naquela época as pessoas esconderem seu culto, e participarem das terreiras em outros bairros para não serem identificados no seu, por temerem os preconceitos que pairam sobre as religiões afro-brasileira.

Por fim, poderemos questionar alguns pontos relativos à formação e preparo dos médiuns, que integram a Corrente no Centro de Umbanda Cacique Sete Ondas. Este é conhecido pela Comunidade Canoense como referência na formação de muitos dirigentes de terreiras na cidade. Sendo assim, que tipo de preparo os médiuns recebem? E ainda, como se dá a formação de Caciques?

Na atualidade o Centro de Umbanda Sete Ondas não tem preparado médiuns para a função de Cacique, pois segundo Dona. Célia Sandim Echade, a terreira não possui no momento pessoas preparadas para orientar os membros da corrente mediúnica. Dona. Célia, com seus 97 anos é a umbandista mais antiga da cidade. Conhecida como Pérola da Umbanda de Canoas, foi coroada Cacique a mais de cinquenta anos, orientadora espiritual durante muito tempo, preparou alguns grupos de Caciques na terreira, muitos deles abriram outros Centros Umbandista na cidade. Para ela o curso de preparação para cacique é bastante longo no mínimo 27 aulas, que envolve conhecimentos da parte material e espiritual, além do preparo dos médiuns que terão de cumprir os Sete rituais: o batizado, o cruzamento na água doce, no mar, na cachoeira, na pedreira, na mata e finalmente a coroação de Cacique.

Outro ponto também importante de ser questionado, diz respeito aos membros que fazem parte da assistência, são moradores da comunidade? Que tipo de auxílio eles buscam? Suas necessidades são atendidas? Eles sofrem preconceitos por fazerem parte de um Centro de Umbanda?

Para responder estas perguntas conversei com Vera Maria Farias, 39 anos, auxiliar de enfermagem, participa das atividades no Centro desde criança, e com Ayanna Farias Moraes, 15 anos, estudante freqüenta o Centro Espírita Sete Ondas desde bebê, ambas são moradoras da comunidade. Para Vera o centro de umbanda tem muito significado na medida em que encontra no terreiro o que vem buscar, conforto, paz de espírito e uma palavra amiga, segundo ela, recorre a casa pra tudo. Quanto ao preconceito de pertencer ao grupo umbandista, diz que não comenta sobre o assunto, mas observa em seu local de trabalho comentários pejorativos a respeito de religiões de matriz africana, dizem que nestes lugares fazem magia disso e daquilo. Não tenho vergonha de falar assuntos relativos à Umbanda, para mim é a melhor. No entanto comenta que foi batizada e fez primeira comunhão na religião católica, apesar de sua mãe ter feito parte da corrente mediúnica do Centro Sete Ondas durante muitos anos.

Ayanna Farias Moraes comenta que sua presença no centro tem a ver com a tradição familiar, pois todos os integrantes de sua família fazem parte do Centro Espírita Sete Ondas, segundo ela, sempre encontra na casa o que vem buscar a energia e proteção, depois de uma sessão sempre sai mais aliviada. Ela diz que é do saravá, não gosta do catolicismo, apesar de ter sido batizada na Igreja Católica. Quanto ao preconceito, diz ter sofrido na escola um tempo atrás, colegas e professores faziam comentários preconceituosos associavam a Umbanda a coisas ruins, como a matança de animais, entretanto hoje não percebe mais estes comentários mesmo sabendo que sou umbandista.

Dona Célia também sofreu preconceito por pertencer à umbanda, diz que perdeu emprego de professora em uma escola particular de Porto Alegre, as freiras descobriram e me demitiram. Eu nunca escondi a minha preferência religiosa, continuo umbandista mesmo perdendo meu

vencimento, tenho minha consciência tranquila não faço mal a ninguém. A Umbanda é uma religião importante como qualquer outra, portanto deverá ser respeitada.

REFERÊNCIAS

AVANCINI, Elsa Gonçalves; FRANÇA, Maria Cristina C. de Castilhos; SIMÕES, Rodrigo Lemos. Casa espírita pai José da Aruanda: a reordenação da memória histórica de uma comunidade umbandista do município de Canoas/RS. *Diálogo - Universidade e Comunidade: Revista Temática Acadêmico* - Científica do Centro Universitário La Salle, Canoas, n.8, jan./jun. 2006.

CORREA, Norton Figueiredo. Panorama das religiões afro-brasileiras no Rio Grande do Sul. In. ORO, Ari Pedro. (Org.). **As religiões afro-brasileiras do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS,1994.

ORO, Ari Pedro. Liberdade religiosa no Brasil; as percepções dos atores sociais. In: Oro Ari Pedro et al (Org.). *A Religião no Espaço Público - Atores e Objetos. Coleção Antropológica Hoje*, São Paulo: Terceiro Nome, 2016. _____ . As religiões afro-brasileiras. **Debate do NER**, ano 9, n. 13, jan./jun. 2008.

PENNA, Rejane (Org.). **Canoas para lembrar quem somos - Niterói**. Canoas: La Salle, 1995.

SILVA, Marilda Battilana. **Um outro olhar sobre o bairro Niterói**: desde as origens até os dias atuais (1932-2001) - memória oral e visual. Monografia (Especialização em História Contemporânea)- Centro Universitário La Salle, UNILASALLE, Canoas, 2001.

A ASCENSÃO DA MEMÓRIA EM UM TERREIRO DE CANDOMBLÉ

SANDRO RODRIGUES DA SILVA²⁷¹

ARTUR CESAR ISAIA²⁷²

Resumo: Este artigo é parte integrante de uma pesquisa de Mestrado, atualmente em andamento no Programa de Memória Social e Bens Culturais, do UNILASALLE. Tem como objetivo principal contribuir para a discussão da importância da memória na vida de um terreiro de Candomblé localizado em Gravataí, RS. Atualmente, o estudo está na fase da exploração bibliográfica no que concerne à fundamentação teórica e ao embasamento empírico mais amplo. O enfoque do trabalho repousa na relação entre Memória e Candomblé, utilizando como fio condutor as publicações de Halbwachs (2006) e Prandi (2005), respectivamente. Sendo um tentáculo de um estudo maior, este artigo instiga a continuidade de pesquisa sobre a amplitude conceitual da memória e seu papel na ressignificação da construção social mnemônica. Os resultados desta revisão indicam que a memória é parte essencial na manutenção das práticas ritualísticas do Candomblé, considerando sua hierarquia facilmente identificada e suas rígidas concepções de conhecimento transferidos através da oralidade.

Palavras-chave: Memória Social; Candomblé; ressignificação; oralidade.

Abstract: This paper is a part of a master's thesis, currently ongoing at the Social Memory and Cultural Heritage Program of UNILASALLE. Its main objective is to contribute to the discussion regarding the importance of memory in the life of a Candomblé yard, located in Gravataí, RS, Brazil. Currently, in this phase, the study consists in exploring related literature, concerning its theoretical foundation and a wider empirical basis. This work approach lies in the relationship between memory and Candomblé, using as a guide the Halbwachs publications (2006) and Prandi (2005), respectively. As an attempt of a larger study, this article aims to continue the research on conceptual range of memory and its role in reframing mnemonic social constructions. The results of this review demonstrate that memory is essential to maintain the ritualistic practices of Candomblé, considering the religion easily identifiable hierarchy and also its rigid conceptions of knowledge transmission through orality.

Keywords: Social Memory; Candomblé; reframing; orality

1. Introdução

A contribuição da cultura negra para a formação identitária e cultural do Brasil tornou-se evidente quando suas influências adentraram a música, a dança, a culinária, a linguística e, sobretudo, as crenças religiosas.

²⁷¹ Mestrando do PPG em Memória Social e Bens Culturais – Unilasalle(Canoas/RS, Brasil). Tutor - Uniritter (Porto Alegre/RS, Brasil). E-mail: sandrobeep@gmail.com.

²⁷² Doutor em História Social. Professor do PPG em Memória Social e Bens Culturais – Unilasalle (Canoas/RS, Brasil). E-mail: arturci@uol.com.br.

Assim, pretende-se desenvolver a pesquisa no terreiro de Candomblé Axé Ogunjá, localizado na cidade de Gravataí no estado do Rio Grande do Sul RS.

Considerando este contexto e algumas obras de Reginaldo Prandi (1996 e 2005), não seria equivocado elencar as raízes dos centros religiosos de influências africanistas como polos de preservação da memória e da cultura originária candomblecista no país. Os terreiros cumpririam, assim, a antiga função dos templos religiosos como lugares de memória de que nos fala Nora (1993).

Para esta pesquisa, propõe-se como objetivo uma reflexão a partir do campo de estudo de Memória Social que possa contribuir para a discussão de como os rituais no Candomblé fundamentam-se e são atualizados na memória. Já a problemática contempla uma discussão articulada totalmente ao Programa de Pós-Graduação ao qual se vincula. Justificando-se que, através de estudos já publicados, é impossível pensar o Candomblé abstraindo-se dele a memória. O Candomblé é uma religião marcada pelas narrativas orais e pela preservação da memória. Portanto, propõe-se como problema de pesquisa o seguinte questionamento: como os rituais em um terreiro de Candomblé fundamentam-se e são atualizados na memória?

O presente estudo visa contribuir para a produção de conhecimento específico da área, indo ao encontro da Lei nº 10.639, de 2003, que evidencia as diretrizes para a integração dos aspectos culturais afro nos currículos do ensino fundamental e médio.

Observa-se uma relevância social para com a comunidade que integra este centro africanista que servirá de cenário para o desenvolvimento da pesquisa, evidenciando suas memórias, ressignificações e reforçando sua cultura através da religião.

Através do objetivo geral de contribuir para a discussão de como os rituais no Candomblé fundamentam-se e são atualizados na memória, possibilita-se ramificar outros objetivos, abrindo oportunidade para originarem-se outros projetos que poderão dar continuidade à pesquisa e cada vez mais aprofundar tal campo de estudo.

2. A ascensão da memória

A prática da pesquisa integrada a um estudo interdisciplinar permite melhor compreender o sentido social da palavra memória utilizada através de diversas abordagens costuradas no sentido de conceber novos conhecimentos e contribuições. Para este entendimento, inicia-se esta revisão bibliográfica através da explicitação e apresentação de alguns autores, avaliados como importantes, na compreensão da construção social da memória e sua apreensão interdisciplinar pertinente a este estudo.

Ao explorar o significado de memória enquanto parte integrante da construção social e coletiva não se pode deixar de mencionar o filósofo visionário Maurice Halbwachs (1877 – 1945), pois ele é considerado como o pioneiro no estudo da memória enquanto construção social e as suas relações com o espaço e o tempo. Neste sentido, pontua-se que “nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos” (HALBWACHS, 2006, p. 30). Halbwachs deixa claro que a memória coletiva é a base para todas as outras memórias e que só consegue-se lembrar de um fato individual, através de referências coletivas.

Reportando-se ao fato de que o contexto da pesquisa foca-se em um terreiro de Candomblé, percebe-se que há a explícita relação dos sujeitos em uma construção coletiva baseada na ancestralidade herdada ou absorvida. Assim, o nosso objeto de pesquisa torna ainda mais explícito o embasamento social da memória proposto por Halbwachs: “Para que a nossa memória se aproveite da memória dos outros, não basta que estes nos apresentem seus testemunhos: também é preciso que ela não tenha deixado de concordar com as memórias deles”. (HALBWACHS, 2006, p. 39) Esta ancestralidade permanece latente e valorizada pela memória dos mais velhos, dando continuidade aos ritos e mitos na oralidade organizada pela forte hierarquia distribuidora de poderes simbólicos naquele grupo.

Para Prandi (2005) o Candomblé é uma religião essencialmente estruturada pela memória, pelo tempo mítico e pela oralidade como

elementos constitutivos de orientação de conduta e fonte de valores dos ancestrais. Como ancorado no tempo mítico, o Candomblé insere-se em uma lógica temporal diferente da que rege a sociedade capitalista. Reafirmando-se no Candomblé “o tempo da tradição, da permanência, da ancestralidade”. (PRANDI, 2005, p. 169)

Considerando a compreensão de que a memória é um elemento coletivo, passível de ressignificações constantes dos sujeitos que compartilham e reformulam esta construção, Halbwachs (2006, p. 41), ajuda a elucidar mostrando “que se pode falar de memória coletiva quando evocamos um fato que tivesse um lugar na vida de nosso grupo e que vemos ainda agora no momento em que recordamos”.

Relacionar a memória individual à memória coletiva necessita compreender, simplificada, que a memória coletiva pode ser entendida como sendo um conjunto de memórias individuais compartilhadas em determinado espaço e recorte de tempo, em que “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda [...] as relações que mantenho com outros ambientes”. (HALBWACHS, 2006, p. 69)

Após o pioneirismo de Halbwachs, outros autores também desenvolveram trabalhos na área de memória social, inclusive, introduzindo novos conceitos interligados a esta construção, ora coletiva, ora individual. Michel Pollak (1948 – 1992) aborda a memória social como um conjunto de acontecimentos individuais e coletivos vividos pessoalmente, integrados a um sentimento de pertencimento (POLLAK, 1992).

Em um terreiro de Candomblé este sentimento de pertencimento é o que destaca a identificação ou a projeção com cultura afro-candomblecista. Para Pollak (1992), esta identidade ou projeção é despertada por acontecimentos, pessoas, personagens, lugares e vestígios na construção do fenômeno chamado memória, que por sua vez, “é um elemento constituinte do sentimento de identidade”. (POLLAK, 1992, p.204)

Ainda pensando a relação entre a dimensão individual e social da memória e sua relação com identidade, Pollak (1992) mostra como cada experiência vivenciada está, intrinsecamente, relacionada a uma percepção

de identidade. Consequente, cada momento efetivado relaciona-se ao futuro através da construção de uma nova possível memória representada e preservada através de narrativas de acontecimentos que “tornam-se realidade, passam a fazer parte da própria essência da pessoa”, ligados a sua identificação pessoal. (POLLAK, 1992, p.201)

A memória pode ser enfocada através de narrativas orais ou escritas, sendo que não há a necessidade, para confirmar ou recordar uma lembrança, de testemunhos materiais e sensíveis (HALBWACHS, 2006). Mas que, ao menos, existem muitos pontos de contato entre uma e outras para que a lembrança que nos fazem recordar venha a ser constituída sobre uma base comum. (HALBWACHS, 2006, p. 39)

Para elucidar a importância das narrativas orais na construção da memória social em um terreiro de Candomblé referencio coerentemente Prandi (2005, p.168-169), onde diz que “o passado mítico, coletivo, compartilhado de geração a geração, fornece à sociedade o sentido geral da vida, orienta a conduta e fornece valores para nortear a vida”.

Pode-se compreender por Prandi (2005) que o processo de elaboração do Candomblé se dá através da ressignificação do passado que orienta a construção da memória e da identidade preservadas como fundamento religioso a partir de uma origem idealizada. Perfazendo-se nas narrativas orais, o Candomblé emerge como uma religião da oralidade, pois “é no passado remoto que se acredita estar a verdade do presente”. (PRANDI, 2005, p.168)

A memória, também pode elencar três elementos constitutivos: acontecimentos vividos, acontecimentos presenciados e acontecimentos herdados (POLLAK, 1992). Entende-se como acontecimentos vividos como sendo aqueles vivenciados no âmbito pessoal, entendido como sujeito participante da memória. Ainda, mencionam-se como acontecimentos presenciados, aqueles que despertam sentimento de pertencimento, ao qual o sujeito participa de maneira indireta, presenciando ou observando o ocorrido, “vividos por tabela”. (POLLAK, 1992, p.201) O último acontecimento relatado por Pollak é o herdado, que integra-se ao contexto do Candomblé no que tange às afinidades com a ancestralidade. Para

Pollak (1992, p. 204), “quando se fala em memória herdada, podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade”, são aqueles acontecimento incorporados pela memória, seja pela identificação com passado ou projeções de ressignificação para presente e futuro.

Halbwachs e Pollak não se divergem frontalmente, desenvolvem caminhos de abordagens próprios. Cabe destacar que a identidade preserva tamanha contribuição à abordagem de Pollak que torna-se um elemento significativo no entendimento da memória em seu processo de esquecimento, ressignificação, pertencimento e, não menos importante, como “um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e coerência de uma pessoa ou um grupo em sua reconstrução de si”. (POLLAK, 1992, p.204) Ainda considerando a analogia de Pollak a Halbwachs, o segundo enfatiza a explícita ligação da manutenção da memória individual dependente à memória coletiva e seu contexto de tempo e espaço, considerando que “o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou, mas que toma emprestado de seu ambiente”. (HALBWACHS, 2006, p.72)

Pensando nas implicações entre memória e sociedade, ressalta-se Pierre Bourdieu (2007), que eleva o conceito de *habitus* como sendo a projeção das organizações sociais, fonte e arquivo de pensamentos motivadores que podem ser considerados como instrumentos de rememoração e, conseqüentemente, de ressignificação da organização social que “constitui um princípio gerador que impõe esquema durável e, não obstante, suficientemente flexível a ponto de possibilitar improvisações reguladoras”. (BOURDIEU, 2007, p.XLI)

O *habitus* representa a reprodução das lembranças no presente através de ressignificações, tornando-se ordenamentos perduráveis e aplicáveis nos mais diversos átomos como fonte de percepção, apreciação e ação, constituindo “o fundamento mais sólido e melhor dissimulado da integração dos grupos ou das classes”. (BOURDIEU, 2007, p.XLI. Para o autor, o *habitus* acenaria para “sistemas de disposições duráveis,

estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes [...]”. (BOURDIEU, 2007, p. XL).

Com uma abordagem, que pode ser considerada uma reafirmação à teoria de Halbwachs, o antropólogo Joël Candau (2011) traz outras nuances para a construção social da memória e socializa sua decomposição conceitual em três qualidades sob o caráter de influência na construção da identidade, são elas: a protomemória, a memória de evocação e a metamemória.

Trabalhar com memória e ancestralidade em um terreiro de Candomblé envolve uma discussão e uma compreensão do individual e do social. Ou seja, precisamos compreender até que ponto se trabalha com memórias individuais *stricto sensu* ou sociais. Esta é uma das questões mais debatidas por quem estuda as relações memória/sociedade. O conceito de protomemória de Candau é fundamental para avançarmos nesta questão. Para contextualizar o conceito de protomemória, retorna-se a Sergio Miceli, em sua introdução à coletânea de ensaios de Bourdieu (2007, p. xl) quando realça que “o habitus completa o movimento de interiorização de estruturas exteriores, ao passo que as práticas dos agentes exteriorizam os sistemas de disposições incorporadas”.

Ao exposto, Candau (2011, p. 23) relata que “o passado não é representado, mas age pelo corpo, ou mais exatamente, está presente agindo nas disposições que ele produziu”. A influência da memória no comportamento cotidiano, sem a necessidade de submeter-se às regras externas, classificada como inconsciente e que não se separa do corpo que a conduz, é traduzida por Candau como protomemória. Já a segunda qualidade designada por Candau recebeu a nomenclatura de memória de evocação, trata-se da memória propriamente dita, que também é chamada de memória de alto nível, a qual se elenca à memorização irrefletida. Traz-se a terceira e última qualidade defendida por Candau na decomposição do conceito de memória, chamada de metamemória, faz uma desconstrução crítica à noção de memória coletiva de Halbwachs (2003).

A conservação, manutenção e, porque não, a preservação da memória são processos instintivos e/ou manipulados que modificam a

organização social, percepção de identidade e as condutas comportamentais, conforme já se constatou através dos argumentos dos autores supracitados. Estes processos complexos, construções, quando compreendidas na prática, são passíveis de visibilidade nos mais diversos grupos da sociedade.

O processo de elaboração do Candomblé se dá através da reconstrução do passado que orienta a construção da memória e da identidade preservadas como fundamento religioso a partir de uma origem idealizada perfazendo-se nas narrativas orais, pois o Candomblé é uma religião da oralidade (PRANDI, 2005).

Esta modificação da organização social pode ser observada nos terreiros de Candomblé, onde a “reconstrução da cultura negra no Brasil foi orientada, não sem a ocorrência de mudanças, acréscimos e perdas, por um processo que vislumbra dar sentido à memória e à identidade do negro na diáspora”. (PRANDI, 2005, p.168)

Para este estudo, que integra a construção da memória e os conceitos de religião e ancestralidade, avalia-se indispensável a explanação sobre o entrelaçamento de conceitos. Os autores apresentados nesta revisão bibliográfica trouxeram conceitos e abordagens ao encontro da contribuição no entendimento da base teórica deste estudo elencado à sua linha de pesquisa.

3. Considerações Finais

A pesquisa encontra-se na etapa de revisão bibliográfica, embasando o contexto de construção social da memória e sua relação evidenciada dentro de um terreiro de Candomblé. Tal passagem justifica-se através da apresentação parcial desta etapa e seus resultados neste artigo. Espera-se que através do conteúdo apresentado, consiga-se contribuir para a discussão no entendimento da memória e seu papel na manutenção dos rituais candomblecistas, incluindo a liturgia das plantas e as práticas de cura. Considerando que a formação do Candomblé permanece em constante processo de transformação, onde cada terreiro possui suas ressignificações, valores e percepção de fé, destaca-se que este estudo,

apesar de apresentar preceitos, rituais e características comuns a muitos terreiros, não evidencia uma única forma na interpretação destas mudanças, pois entende que estas mudanças são as próprias ressignificações integradas ao processo de construção da memória, da cultura e das raízes ainda presentes nestes chamados polos de preservação da fé de matriz africanista.

Os resultados desta revisão indicam que a memória é parte essencial na manutenção das práticas ritualísticas do Candomblé, considerando sua hierarquia facilmente identificada e suas rígidas concepções de conhecimento e experiência, destacadamente transferidos através da oralidade. A ressignificação dos rituais e o simbolismo empírico canalizado pela fé evidenciam-se pela memória viva, pulsante e que permanece ali como uma estrutura que permeia a hierarquia e rigidez da família de santo que encontra em seus próprios mitos a fonte de permanência dos seus ritos.

Referências

- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- CANDAU, Jöel. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.
- GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projeto de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.
- JOHANN, JORGE Renato (Coord.); DVORANOVSKI, Clovis; CHINAZZO, Cosme Luiz. et al. **Introdução ao Método Científico: Conteúdo e forma do conhecimento**. 3. ed. Canoas: ULBRA, 2002.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. **Projeto História**. (10):28, 1993.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de Metodologia Científica:** Projetos de Pesquisas, TGI, TCC, Monografias, Dissertações e Teses. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 2000.

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social.** In:_____ Estudos Históricos. Rio de Janeiro: v. 5, n. 10, 1992.

PRANDI, Reginaldo. **Herdeiras do Axé:** Sociologia das religiões afro-brasileiras. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Segredos Guardados:** Orixás na alma brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

**A REVISTA *MENSAGEIRO DE NOSSA SENHORA MENINA*:
INSTRUMENTO DE IMPRENSA NA CONSOLIDAÇÃO DA IGREJA
CATÓLICA APOSTÓLICA BRASILEIRA – ICAB**

ANDERSON JOSÉ GUISSOLPHI²⁷³

DIRCEU MILANI²⁷⁴

Resumo: O presente artigo apresenta a Revista *Mensageiro de Nossa Senhora Menina*, criada e dirigida por Dom Carlos Duarte Costa, bispo excomungado pela Igreja Católica Apostólica Romana – ICAR e fundador da Igreja Católica Apostólica Brasileira – ICAB. A circulação da revista ocorreu entre 1940 e 1946 e foi a principal ferramenta porta-voz do bispo. Estudamos aqui a edição 49, que circulou em 1946. A história por meio de periódicos tem se tornado um privilegiado caminho metodológico de utilização desse tipo de fontes. Amparado pelos que já o fizeram em pesquisa histórica, percorre-se aqui caminho semelhante, em uma revista e problemática singulares.

Palavras-chaves: história; catolicismo; excomunhão; Estado-Novo; Imprensa.

Abstract: This article presents the magazine *Our Lady Girl Messenger*, created and directed by Dom Carlos Duarte Costa, bishop excommunicated by the Roman Catholic Church – ICAR and founder of the Brazilian Catholic Apostolic Church - ICAB. The circulation of the magazine occurred between 1940 and 1946 and was the main tool of the bishop's spokesman. We study here the 49th edition, which circulated in 1946. The story through periodic has become a privileged methodological way of use of such sources. Bolstered by those who have already done in historical research, scrolls through here similar way, in a unique magazine and problematic.

Keywords: History; Catholicism; excommunication; New State; Press.

Apresentação

Inegavelmente, o cotidiano no Brasil é permeado por fenômenos religiosos em todas as regiões do país, tão recorrentes na mídia. Apesar da emergência e multiplicação na pesquisa historiográfica no Brasil de temas como gênero, micro-história e outros, o estudo histórico das religiões ainda é pouco recorrente (NUNES, 2011). Em busca da institucionalização de suas pesquisas, um grupo de professores, historiadores e outros profissionais, criou em 1999 a Associação Brasileira de História das Religiões – ABHR. A associação foi fundada com o objetivo de fortalecer e

273 Doutorando em História (UPF). Docente UNOESC, UCEFF. Servidor UFFS, em Chapecó - SC. E-mail: hystoriander@hotmail.com

274 Mestrando em Teologia (EST). Docente Faculdade Panamericana – FPA/ Faculdade de Bragança – FABRA, no Estado do Pará. E-mail: idedema.ma@hotmail.com

legitimar nos meios acadêmicos os estudos de história das religiões. Para além da ABHR, os congressos da Associação Nacional dos Professores Universitários de História - ANPUH também têm se tornado espaços recorrentes de simpósios temáticos acerca da história das religiões. Da mesma maneira, tem se multiplicado nos programas de pós-graduação em história, cadeiras que se dedicam ao tema. De maneira especial, o Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade de Passo Fundo - PPGH-UPF, com o componente curricular História das Religiões e Religiosidades.

Com essas considerações e para além delas, apresentamos aqui uma possibilidade de pesquisa relacionado aos estudos de história do catolicismo no Brasil. O tema a ser pesquisado trata da fundação da Igreja Católica Apostólica Brasileira – ICAB, em 1945, após a excomunhão do Bispo Dom Carlos Duarte Costa – Bispo de Maura. A abordagem neste artigo, apresenta a revista *Mensageiro de Nossa Senhora Menina*, como instrumento de imprensa da ICAB. Para o recorte temático, escolhemos a edição de número 49, publicada no mês de fevereiro de 1946. Tal escolha não foi aleatória, pois tratou-se da única edição após o fechamento da revista em 1944 pelo Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP e a prisão de Dom Carlos Costa. Após a libertação do bispo e processo judicial, a circulação da revista foi autorizada novamente em 1946, com a edição número 49. A partir do mês de março de 1946, outra revista passou a circular em seu lugar, com o nome de *A Luta, por Deus, terra e liberdade!*, também sob a direção de Dom Carlos Costa.

Dom Carlos Costa e sua trajetória religiosa

Carlos Duarte da Costa (GUISOLPHI, 2016) nasceu no Rio de Janeiro, em 1888. De família católica, era sobrinho do Bispo de Uberaba – MG, Dom Eduardo Duarte Silva. Seu tio era também seu protetor, que o levou para estudar em Roma com apenas 09 anos de idade, no Colégio Pio Latino-Americano. Lá cursou a etapa de formação eclesial chamada de Seminário Menor. De volta ao Brasil, em 1905 ingressou no Seminário Maior em Uberaba, onde estudou Teologia. Foi ordenado presbítero por

seu tio, em 1911 e retornou a Roma, onde doutorou-se em Teologia na Pontifícia Universidade Gregoriana. (MENDEZ, 2005)

Ao regressar ao Brasil, foi padre auxiliar do Cardeal Joaquim Arcoverde e, depois, de Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra, de quem recebeu vários títulos eclesiásticos: Cônego Capitular, Monsenhor, Secretário Geral da Arquidiocese do Rio de Janeiro, Vigário Geral. Por fim, foi eleito Bispo e designado para a Diocese de Botucatu – SP, pelo Papa Pio XI, em 1924.

Em Botucatu - SP, foi acusado de ter levado à falência financeira as contas diocesanas e, por esse e outros motivos, perdeu a titularidade da Diocese de Botucatu em 1937. Dom Carlos Duarte Costa foi excomungado da ICAR em 1944, por suas ações e posições que causaram tamanho desconforto na cúpula da hierarquia católica. Os conflitos com o Vaticano foram iniciados na ocasião da visita de Dom Carlos ao Papa Pio XII, em 1936. Na ocasião, reivindicou autorização para celebrar a missa e demais rituais católicos em língua portuguesa. Até então, todos os ritos eram praticados em latim, que foi abolido pela ICAR somente após o Concílio Vaticano II e a reforma litúrgica em 1963. Dom Carlos Costa defendeu ainda, que o celibato entre os padres de sua diocese fosse opcional. Por fim, solicitou o fim da confissão auricular, nos confessionários, em segredo ao padre.(NAVES, 2013)

Ao retornar ao Brasil, além das polêmicas já listadas, somaram-se o envolvimento na Revolução Constitucionalista, em 1932, pois, Dom Carlos Duarte da Costa organizou um grupo armado, para defender São Paulo e atacar o governo getulista.(MANDATO, 1999)

Em 1937, perdeu a titularidade da diocese. Continuou como bispo, pois na tradição católica, os sacramentos são irrevogáveis, embora sem jurisdição eclesiástica a governar. Na hierarquia eclesiástica não há revogação de ordens, ou seja, Dom Carlos não poderia ter sido declarado ex-bispo. Dessa forma, foi nomeado com o título honorífico de Bispo de Maura, uma extinta diocese no norte da África, atual Mauritânia.

Dom Carlos passou a residir no Rio de Janeiro, então capital federal e centro político administrativo do país. Ali, de forma privilegiada, dispunha

de tempo e excelentes relações sociais para aprofundar e divulgar suas reflexões teológicas tão distintas do Vaticano. Fundou uma revista católica chamada de *Mensageiro de Nossa Senhora Menina*, o principal meio de difusão de suas polêmicas, e objeto de análise deste artigo.(MANDATO, 1999)

No Rio de Janeiro (COSTA, 1946), escreveu o prefácio para a tradução em português, do livro *O Poder Soviético*, de autoria do Reverendo Hewlett Johnson, da Igreja Anglicana. (JOHNSON, 1943) Deu várias declarações nos jornais locais tecendo críticas às Encíclicas *Rerum Novarum* (LEAO XIII, 1891) e *Divini Redemptoris* (PIO XI, 1937). Afirmava, em tom de denúncia, que os padres estrangeiros da ICAR, sobretudo alemães e italianos, estavam a serviço do nazi-fascismo, com o apoio da nunciatura.(NAVES, 2013, p.104)

Dom Carlos foi suspenso das ordens pela nunciatura apostólica. Após a instabilidade e mal-estar gerado entre o clero no Brasil pela denúncia, Dom Carlos Duarte da Costa recebeu a mais dura das punições católicas, a excomunhão *latea sentientae*. Conforme o Decreto do Santo Ofício, está excomungado todo católico que foi advertido sobre a posição da ICAR sobre o comunismo e, mesmo assim insistirem favorecer ou difundir tais ideias. Ainda nesse sentido, Pio XII (1949) afirma em seu *Decretum Contra Communismum* que os cristãos que abraçam o comunismo cometeram o pecado de apostasia, renegando a fé católica e não podem receber os sacramentos. No mesmo dia da excomunhão, Dom Carlos Costa fundou a Igreja Católica Apostólica Brasileira – ICAB.

Taxado como comunista, Dom Carlos Costa foi preso no Rio de Janeiro e enviado para a cidade de Bonfim-MG, por ordem do governo de Getúlio Vargas, a quem criticava. A revista *Mensageiro de N. S. Menina* foi fechada. Dois meses depois, foi posto em liberdade a pedido da Associação Brasileira de Imprensa.(COSTA, 1946, p.02) Mas a revista continuou proibida de circular. Somente após longo processo judicial, em 1946, quando o Estado Novo já tinha cessado, obteve autorização para criar outra revista.

Mensageiro de Nossa Senhora Menina: a edição número 49

A revista *Mensageiro de Nossa Senhora Menina* foi criada em 1940, no Rio de Janeiro. A primeira edição circulou em Abril de 1940, sob a direção do então, Bispo de Maura, Dom Carlos Costa, enquanto ele ainda estava ligado à ICAR. Embora o nome da revista seja devocional, seu conteúdo está para além da religiosidade. Apresenta matérias sobre a Alemanha nazista e as perseguições promovidas à Polônia na Segunda Guerra. Apresenta também uma seção de resenha da Guerra Mundial. As edições da revista são ainda permeadas de inúmeros anúncios, de bebidas, moda feminina, confeitaria e outras casas comerciais. Os anúncios indicam a venda de espaço para ajudar a subsidiar a revista, somados à venda de assinaturas.

A revista tem um formato tabloide, medindo 30cm X 22cm. Na contracapa da edição 49, apresenta as informações: 'Expediente: Mensageiro de N. S. Menina. Registrado no D.I.P. sob o número 10.584. Redação: Rua Oto de Alencar, 20. [...] Proprietário e Diretor: Dom Carlos Duarte Costa, Bispo do Rio de Janeiro. Revista Mensal Ilustrada, de caráter católico, educativo e social. Órgão oficioso da Igreja Católica Apostólica Brasileira. (COSTA, 1946, p.02) As informações da contracapa apresenta a revista como órgão oficial da ICAB, uma particularidade da edição analisada, pois nas edições anteriores, Dom Carlos Costa ainda era integrante da ICAR.

A capa foi impressa em papel revista, com leve superioridade material em relação às demais páginas, que são impressas em papel jornal, com inferior qualidade e, que pela ação do tempo, ficou com aspecto amarelado. Na capa, em letras garrafais, traz seu título, em vermelho: *Mensageiro de N.S. Menina*, abreviando as palavras 'Nossa Senhora', substituídas por N.S. A edição possui trinta páginas, contando com a capa.

Vejamos um panorama da edição número 49, aqui analisada:

Título	Autor	Páginas
---------------	--------------	----------------

O "Syllabus"	Dom Carlos Duarte Costa	03-08
A Sagração do Exmo. e Remo. Sr. Dom Jorge Alves de Souza, Bispo de Campos	Não informado	09-11
A intolerância religiosa em Cabo Frio	Não informado	12-13
Ordenação Sacerdotal	Não informado	p.16
Excursão de Dom Carlos em São Paulo	Não informado	p.17
Dom Carlos em Santos	Não informado	p.18
Governo Diocesano – Igreja Católica Apostólica Brasileira	Padre Floriano Pinheiro Alves	19-20
Diocese de Campos – Carta Pastoral de Dom Jorge Alves de Souza	Dom Jorge – Bispo de Campos	21-23
O Grande Consistório	Jayme de Figueiredo	24
O Cristianismo e o Socialismo	Dom Carlos Duarte Costa	25-29
Reminiscencias...	Boaventura	29

De uma maneira abrangente, consideramos que na edição 49, há uma evidente preocupação em manter a divulgação das ideias de Dom Carlos Costa, o criador da ICAB, pois a maior parte das matérias foram assinadas por ele. Quanto às matérias onde não consta o nome do autor, julgamos pelo estilo e padrão de escrita, que também sejam atribuídas à Dom Carlos Costa ou a alguém próximo que compartilhe suas perspectivas.

Quanto aos conteúdos, evidenciam-se dois eixos principais: o primeiro com a temática religiosa, e, o segundo, de cunho político-ideológico. Logo na capa da edição número 49, traz matéria sobre a Rússia Soviética, apresentando sua análise de conjuntura russa no contexto do final da Segunda Guerra Mundial, em defesa daquela nação contra o isolacionismo ocidental.

Na matéria de abertura da edição, lemos

A arma manejada, pela Igreja Romana, para conquista do mando, é a bajulação, alimentada por homens esquecidos que estão sustentando a pior das víboras, que é o fascismo clerical. O " SILLABUS é

um atentado contra a liberdade constitucional e de consciência. [...] A Europa está estragada. Agora o Papa volta suas vistas para a América. Aí estão os Cardiais criados nas Americas. O Papa deu o bote. Aproveitou-se, como sempre, do imperialismo e dos remanescentes do fascismo. (COSTA, 1946, p.03-04)

Dom Carlos Costa discorre longamente, sobre o contexto histórico da carta 'Syllabus', do Papa Pio IX, na Revolução Francesa. Apresenta sistematicamente as condenações de Pio IX, fazendo seus comentários pessoais em cada citação, construindo uma maneira singular de pensamento teológico. O bispo demonstra de maneira clara e aberta suas críticas e oposições à ICAR e ao Papa, sem medo de represálias, pois fora excomungado e, desta posição, do lado de fora da ICAR, que profere suas críticas.

Quanto à sua posição política e ideológica, expõe de maneira pontual e explícita, suas opções, na redação da matéria 'O Cristianismo e o Socialismo'. Nas edições até 1944, antes de sua excomunhão, tratou desta temática de maneira indireta, subjetiva. Na edição número 49, o fez explicitamente, apresentando suas convicções teológicas sobre o socialismo cristão. Antes, talvez, não o fez por ainda estar ligado à ICAR. Ou, porque o Brasil ainda se encontrava sob o chamado Estado Novo, do governo de Getúlio Vargas, sob lei de censura da imprensa e perseguição aos comunistas. Já em 1946, estando excomungado da ICAR, e findada a Segunda Guerra Mundial, deposto Getúlio Vargas, não haveria porque camuflar suas opções ideológicas.

Quanto aos textos de temática religiosa, apresentam imagens fotográficas. Com limitada qualidade de impressão, em branco e preto, ocupam cerca de um terço de cada página. Associadas ao texto, demonstram a satisfação de Dom Carlos Costa em fazer a ICAB multiplicar-se. Talvez soubesse ele, da força persuasiva das imagens, utilizando-as como meio de divulgação. Dom Carlos Costa faleceu em 26 de março de 1961, com 73 anos de idade, 50 anos de sacerdócio e 37 de episcopado. A ICAB continua sua atuação no Brasil, constantemente conflitando com os representantes da ICAR.

Considerando que este artigo pretende, entre outras coisas, demonstrar o uso de revistas e outros impressos como fonte de pesquisa histórica, é imprescindível a contribuição de pesquisadores que tornaram os impressos e suas categorizações em objeto de estudo.

Tania de Luca (2008, p.111-153) indica abordagens metodológicas adequadas às fontes impressas. Traz presente como se tratou desse tipo de fonte no passado, mesmo na primeira geração de *Annales* que não reconheceu a devida importância de imediato, até as renovação dos temas, problemas e procedimentos metodológicos da pesquisa em história. Cabe destacar as diversas abordagens da imprensa como objeto: trabalho, cidade e imprensa; revistas, imagens e publicidade; a imprensa e o mundo das letras; imprensa, gênero e infância; imprensa, política e censura. Em um segundo bloco a autora aborda técnicas de impressão e o lugar social da imprensa, tratando da materialidade dos impressos; imprensa ilustrada; imprensa e lucros; o conteúdo e os idealizadores. Por fim, aponta sugestões práticas no vasto universo de pesquisa com esse tipo de material.

O objetivo amplo da pesquisa não problematiza imprensa e história, mas a contribuição destes autores é fundamental para a compreensão do processo histórico e também dos comportamentos e práticas nos meios urbanos do início do século XX. Pretendo ampliar os olhares e as escalas de análise sobre as revistas de Dom Carlos Costa e também àquelas publicadas por seus críticos. Há outros elementos a serem considerados, como os anúncios, a análise dos discursos, a qualidade técnica das revistas, o financiamento e circulação. Esses e outros elementos apontam para uma visão múltipla do objeto em questão.

Referências

- NUNES, Elton de Oliveira. Teoria e metodologia em história das religiões no Brasil: o estado da arte. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 55, p. 43-58, jul./dez. 2011. Editora UFPR
- GUISOLPHI, Anderson José. São Carlos do Brasil e a fundação do catolicismo nacional na década de 1940. In: **Anais do III Congresso**

Internacional de História Regional (2015). Disponível em: <<http://www.upf.br/historiaregional/images/pdf/2015/ST5/anderson-g.pdf>>, acessado em 06/06/2016.

CASTILLO MENDEZ, Fernando Luiz. **Igrejas Católicas Nacionais: origens e normas.** São Paulo, SP: SER, 2005, 90p.

NAVES, Nelsimar José. **História e memória do Ginásio Simon Bolívar em Corumbáiba – GO: 1956-1974.** Universidade Federal de Goiás, 2013. Dissertação.

MANDATO, Jácomo. **O Papa verde-amarelo.** Editora Graphicall. Itapira – SP, 1999, p.82.

COSTA, Carlos Duarte. Manifesto à Nação. In: **Mensageiro de Nossa Senhora Menina.** Rio de Janeiro, 1946.

JOHNSON, Hewlett. Reverendo. **O Poder Soviético.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Editorial Calvino Limitada. 1943. Pref. Dom Carlos Duarte Costa.

LEÃO XIII, Papa. 15 de Maio de 1891. Disponível em: http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerumnovarum_po.html, acesso em 08 de set de 2015.

PIO XII, Papa. **Decretum contra communismum.** Decreto do Santo Ofício de 1949. Disponível em <<http://w2.vatican.va/content/vatican/it.html>>, acesso em 12/09 /2015.

LUCA, Tania Regina de. Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos. In: In: PINSKY, Carla B.(org). **Fontes Históricas.** São Paulo: Contexto, 2008. P. 111-153

PIO XI, Papa. 19 de março de 1937 Disponível em: http://www.vatican.va/holy_father/pius_xi/encyclicals/documents/hf_pxi_enc_19370319_diviniredemptoris_phtml, acesso em 08 de set de 2015.

PIO XII, Papa. **Decretum contra communismum.** Decreto do Santo Ofício de 1949. Disponível em <<http://w2.vatican.va/content/vatican/it.html>>, acesso em 12/09 /2015.

NARRATIVA E LEITURA DE QUADRINHOS: DO IMPRESSO AO DIGITAL

THIAGO DA SILVA KRENING²⁷⁵
TÂNIA LUISA KOLTERMANN DA SILVA²⁷⁶

Resumo: A partir da convergência das mídias para o ambiente digital, a forma de se produzir narrativas e de consumi-las mudou. O hipertexto e a hiperídia trouxeram novas formas de engajar o leitor em narrativa, possibilitando mudanças na forma de se contar histórias. As histórias em quadrinhos também passam por essas mudanças, adaptando-se a esta nova realidade. O presente trabalho tem como objetivo discutir a evolução da narrativa e da leitura de histórias em quadrinhos, das versões impressas até as digitais. Trata-se de uma pesquisa básica e exploratória, através de levantamento bibliográfico, abordando a temática de forma qualitativa. Para tanto, começa-se definindo narrativa de uma forma mais ampla, para em seguida aproximá-la dos quadrinhos e sua linguagem própria. Por fim, analisa-se o contexto das HQs (histórias em quadrinhos) digitais, apontando-se especificidades de narrativa e leitura. Com isso, o trabalho propõe uma discussão do atual contexto narrativo das HQs digitais e de como se dá a leitura destas.

Palavras-chaves: Histórias em quadrinhos; Narrativa; Leitura; Convergência midiática; Hiperídia.

Abstract: From the convergence of the media to the digital world, the way to produce and consume stories has changed. Hypertext and hypermedia brought new ways to engage readers, allowing changes on the way stories are told. Comics have also been through those changes, adapting to this new reality. This paper aims to discuss the storytelling and reading evolution on comics, from printing to digital. It is a basic and exploratory research, using literature to face the theme on a qualitative approach. For such, it starts setting storytelling on a general way, to then bring it closer to comics and its own language. At the end, the digital comics context is analyzed, pointing storytelling and reading specificities. With this, the work proposes a debate on the current context of the digital comics.

Keywords: Comics; Storytelling; Reading; Media convergence; Hypermedia.

1. Introdução

As formas de se contar e consumir histórias mudaram a partir da digitalização das mídias. O fenômeno da convergência permitiu que diferentes linguagens se hibridizassem, trazendo novas possibilidades para narrativas. As histórias em quadrinhos também passam por mudanças a

275Doutorando no Programa de Pós Graduação em Design da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; thiago.krening@gmail.com

276 Professora Associada do Departamento de Design e Expressão Gráfica da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, tania.koltermann@ufrgs.br.

partir deste contexto, incorporando elementos hipermediáticos a sua tradicional linguagem, propondo novas interações e buscando satisfazer novos perfis de leitores. Neste trabalho são discutidas mudanças que estas tecnologias proporcionaram nas formas de se produzir e ler HQs dentro do ambiente digital.

2. Narrativa e leitura

O ato de contar histórias é uma prática humana muito antiga e envolve processos mentais complexos como a compreensão de um sistema simbólico, memória e imaginação, de acordo com Forster (1969 apud REIS, 2012, p. 247). Gruen et al (2002, p. 507, tradução nossa) dizem que, “de uma perspectiva social, histórias são um mecanismo-chave através do qual a experiência humana foi compartilhada por gerações”, ou seja, além de mover o indivíduo, as narrativas também refletem na sociedade como um todo. A ligação do homem com as narrativas é tão natural e intensa que, segundo Gottschall (2013, p. 7, tradução nossa) somos uma espécie viciada em histórias. O autor cunhou o termo “*Homo Fictus*” (GOTTSCHALL, 2013, p. 7, tradução nossa), o homem da narrativa, em contrapartida ao “*Homo Sapiens*”, ou homem sábio, para definir nossa espécie.

Segundo Costa (2006, p. 17), o cinema foi o responsável por, no início do século XX, inaugurar uma era de predominância de imagens. Não por coincidência, na mesma época as histórias em quadrinhos tiveram sua origem como são conhecidas hoje. Segundo Rahde (1994, p. 105), esta era surgiu não por uma derivação das linguagens, “mas incorporando uma profunda tendência do homem na busca da união da imagem, presente na expressão humana, com a linguagem escrita e posteriormente falada”.

Ramos (2007) explica ainda que o ato de ler é um diálogo entre o leitor e o texto, entre diferentes leitores e do leitor com ele próprio, pois cada sujeito possui preferências de leitura associadas a interesses e necessidades de descobertas do momento. Para Larrossa, o processo de interpretação não é apenas um método com regras a serem seguidas, mas

sim, como explicado por Reis, a interiorização de novas experiências. (LARROSA, 2004 apud REIS, 2012, p. 246).

3. Histórias em quadrinhos

Will Eisner (2010, p. 9) afirma que as HQs são uma arte seqüencial e as explica como um "veículo de expressão criativa, uma disciplina distinta, uma forma artística e literária que lida com a disposição de figuras ou imagens e palavras para narrar uma história ou dramatizar uma ideia". Cappellari (2009, p. 51) explica que a arte seqüencial é representada por diversas formas de expressão, como a pintura, o cinema e os quadrinhos, e é caracterizada pela utilização de duas ou mais imagens para se narrar uma história. Franco (2000, p. 148) define os quadrinhos como uma fusão entre duas linguagens – a escrita e a da expressão pictórica – e McCloud (1995, p. 9) busca uma definição mais pragmática, definido HQs como "imagens pictóricas e outras justapostas em seqüência deliberada destinadas a transmitir informações e/ou a produzir uma resposta no espectador".

As histórias em quadrinhos possuem uma linguagem própria desenvolvida ao longo de sua evolução. Um dos elementos mais diretamente reconhecíveis é a estrutura de divisão de cenas em quadros que se intercalam em páginas e são emoldurados pelos "requadros", ou seja, a borda que os delimita. McCloud (1995, p. 66) explica que eles são responsáveis "por grande parte da magia e mistério que existem na essência dos quadrinhos", e que é neste espaço que a imaginação do leitor capta duas cenas distintas e as conecta, transformando-as em uma única ideia. Além disso, dois outros recursos básicos ajudam a definir a linguagem clássica das HQs: os balões de fala, considerados por Ramos (2010, p. 17) como o recurso que mais identifica os quadrinhos como linguagem e as onomatopeias (figura de linguagem que representa um som através de um fonema ou palavra).

Na opinião de McCloud (2008, p. 53), existem duas metas ao se fazer histórias em quadrinhos: primeiro, que os leitores entendam o que se tem a contar e segundo, que eles se importem com a história. Esta

afirmação vai ao encontro do que Eisner diz, afirmando que na arte seqüencial o artista deve prender a atenção do leitor e ditar a seqüência da narrativa (EISNER, 2010, p. 40). Para Neto e Silva (2011, p. 28), ao se ler histórias em quadrinhos, depende-se um esforço de percepção estética e intelectual, enquanto Ropelatto et al (2013, p. 28) afirmam que as HQs estimulam o imaginário, despertando interesse, desenvolvendo aptidões e possibilitando a interatividade.

A popularização dos quadrinhos está intimamente ligada à história do jornalismo. García (2012, p. 66) afirma que os *comics* (como são conhecidas as histórias em quadrinhos nos Estados Unidos, por sua origem em suplementos cômicos) desempenharam papel fundamental na concorrência entre os jornais *New York World* e *New York Journal* no fim do século XIX. Com essa popularização, as HQs ganharam publicações próprias em formato de revistas. Segundo Vieira (2013, p. 7), a mídia física em que os quadrinhos eram apresentados (as revistas), precisava de uma atualização que desse conta de tamanho valor associado. Em fins da década de 1980, o público alvo foi se modificando (ou ampliando) e as revistas em quadrinhos passaram a ganhar edições de luxo, encadernadas e voltadas aos colecionadores. Estas modificações buscavam satisfazer o público colecionador e acabaram contribuindo para a construção do mito, ou seja, da materialização das obras, o objeto de desejo, a via de encontro dos fãs com os ídolos (VIEIRA, 2013, p. 7). Segundo Fedel (2007), os leitores de quadrinhos podem ser separados em três categorias: consumidores ocasionais, naturais e aficionados. Segundo o autor, o terceiro grupo é um dos motores da indústria de entretenimento, pois são estes que mantêm o hábito do colecionismo e que estão dispostos a investir em produtos relacionados a suas histórias preferidas.

A partir da convergência de mídias para o ambiente digital, algumas destas características, tanto da linguagem quanto da forma de se consumir HQs, passaram por mudanças e adaptações.

4. Convergência midiática

O conceito de convergência é explicado por Jenkins (2009, p. 29) como algo que abrange desde transformações tecnológicas, mercadológicas até culturais e sociais. Dentro desse contexto, o autor define convergência como o movimento de conteúdos por diversas mídias diferentes, a cooperação de mercados midiáticos e também ao comportamento do público, que se torna migratório. Estas mídias dispersas encontram-se e hibridizam-se no ambiente digital, sofrendo transformações na forma e na linguagem.

Murray (2003, p. 166) afirma que as histórias podem mudar aquilo que somos como seres humanos, destacando que as narrativas digitais acrescentam ainda um novo e poderoso elemento: a possibilidade de participar ativamente das histórias através da interação. Segundo a autora, os acontecimentos “encenados” (dos quais o leitor/consumidor participa) têm um potencial transformador maior que os fatos narrados ou dramatizados, pois são assimilados como experiências pessoais.

Nicolau e Magalhães afirmam ainda que estas novas tecnologias reduzem custos de produção e distribuição, permitindo que potencialmente qualquer um crie, edite e redistribua conteúdo, possibilitando uma coexistência entre o alternativo e o corporativo (NICOLAU; MAGALHÃES, 2014, p. 69). Schlittler (2011, p. 127) concorda com este cenário, comentando que a internet permite o compartilhamento de conteúdo gerado por usuários, o que inverte a lógica da indústria de comunicação de massa, transformando o receptor também em transmissor.

Além das mudanças relativas ao contexto de produção e consumo, a convergência mexe também com as identidades das mídias, com a forma como elas se apresentam e como as vemos e compreendemos. Schlittler (2011, p. 127) explica que, devido à convergência, as mídias passam a ser identificadas pela experiência do usuário e pelo design de interfaces das plataformas digitais em que são encontradas. Para Silveira (2008, p. 38), “o digital é uma metalinguagem que permitiu separar e liberar todos os conteúdos e formatos dos seus suportes físicos”. Murray destaca que para ser bem-sucedida em contar histórias, toda tecnologia deve se tornar “transparente”, ou seja, fazer com que o consumidor deixe de ter

consciência do meio e não enxergue mais a impressão ou o filme, apenas a história (MURRAY, 2003, p. 40).

No que diz respeito à leitura em ambientes digitais, Pires (2010, p. 108) afirma acontecer de uma nova forma, mais dinâmica em questão de deslocamento físico e de ação, além da incorporação de elementos que estimulam outros sentidos. Os novos suportes de leitura citados acima permitem, segundo Chartier (1999, p. 88) diferentes usos, manuseios e intervenções quando comparados com livros, o que complementa esta nova forma de leitura. De acordo com Carr (2011), ela é fragmentada, interativa e rápida, mudando os tradicionais hábitos de leitura. Para o autor, o hábito de ler durante várias horas estaria se perdendo, pois a mente estaria se adaptando a um rápido processamento de fragmentos e a uma atenção à diferentes modos, ao contrário da leitura reflexiva de textos longos.

5. HQs digitais

As HQs digitais existem como informação pura, no sentido que a materialidade da mídia some, mas o contexto social, eventual e sensorial se mantém (SCHLITTLER, 2011, p. 136). Uma HQ digital não possui mais a mesma forma de sua versão impressa, mas a linguagem empregada nos faz reconhecê-la como uma história em quadrinhos mesmo assim.

Para Edgar Franco (2009, p. 3), as HQtrônicas (termo cunhado pelo próprio autor) fazem parte de uma das novas linguagens possibilitadas pelo momento contemporâneo da convergência de mídias e que estas não vieram para competir com suas contrapartes impressas, mas sim, para possibilitar novos espaços de existência. Cappellari diz que as HQs estão se remodelando para existirem no ciberuniverso, e através disso, formatos híbridos de comunicação visual estão surgindo (CAPPELLARI, 2010 B, p. 156). Para Moraes, as histórias em quadrinhos digitais “adquirem o caráter de uma estrutura narrativa que abrange várias outras mídias” (MORAES, 2014, p. 128).

Quanto aos elementos próprios das HQs digitais, Franco (2014, p. 15) os define como sendo “animação, diagramação dinâmica, trilha sonora,

efeitos de som, tela infinita, tridimensionalidade, narrativa multilinear e interatividade”. Além disso, Mendo (2008, p. 80) categoriza diferentes níveis das histórias em quadrinhos digitais, do mais próximo da impressa até aqueles que mais utilizam os recursos digitais. As categorias seriam as seguintes: reprodução da página de HQ impressa, reprodução da HQ impressa adaptada ao formato da tela de computador, HQ com interface característica dos meios digitais, HQ com utilização moderada de recursos multimídia e interatividade e HQ com uso avançado de animação, som e interatividade.

6. Considerações finais

Neste trabalho buscou-se discutir a evolução das narrativas em quadrinhos, do suporte impresso ao suporte digital. Para tanto, foram buscados conceitos de narrativa e discutiram-se as mudanças que a convergência midiática trouxe para a forma como se lê atualmente. Com esta base teórica, pontuaram-se especificidades das HQs digitais, ilustrando como esta convergência tem afetado a produção e leitura de quadrinhos. Acredita-se que este tipo de estudo é importante para buscar uma maior compreensão de como o ato de contar histórias tem acontecido atualmente, especialmente dentro da linguagem das histórias em quadrinhos.

Referências

- CAPPELLARI, Márcia Schmitt Veronezi. **História em Quadrinhos e Cinema**: meios cada vez mais próximos no ambiente digital. In: Espaços Digitais Porto Alegre no 21 agosto 2009 Famecos/PUCRS.
- CARR, Nicholas. **Superficiais**: ¿qué está haciendo internet con nuestra mente? Madri: Taurus, 2011.
- CHARTIER, R. **A aventura do livro do leitor ao navegador**: conversações com Jean Lebrun. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, UNESP, 1999.
- COSTA, Flávia Cesarino. **Primeiro Cinema**. In: MASCARELLO, Fernando (org.). História do cinema mundial. Campinas, SP: Papyrus, 2006. p. 17-52.

EISNER, Will. **Quadrinhos e arte sequencial**: princípios e práticas do lendário cartunista. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

FEDEL, Agnelo. **Os Iconográficos**: Teorias, Colecionismo e Quadrinhos. São Paulo: LTCE Editora, 2007.

FRANCO, Edgar Silveira. **Histórias em Quadrinhos e hiperídia**: As HQtrônicas chegam à sua terceira geração. In: LUIZ, Lucio (org.). Os Quadrinhos na era digital: HQtrônicas, webcomics e cultura participativa. Nova Iguaçu, RJ: Marsupial Editora, 2014.

_____. **Hqtrônicas**: As Histórias em Quadrinhos na rede internet. In: Cadernos da Pós-Graduação. Instituto de Artes/Unicamp, Campinas, SP - Brasil, 2000. P. 148-155.

_____. **Novos suportes para as narrativas sequenciais**. Entrevista realizada pelo professor Roberto Elísio dos Santos, em dezembro de 2008. In: Caderno.com: Publicação do Curso de Comunicação Social da Universidade Municipal de São Caetano do Sul. V. 4, n. 1 jan/jun 2009. São Caetano do Sul: USCS, 2009. P. 3-6.

GARCÍA, Santiago. **A novela gráfica**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

GOTTSCHALL, Jonathan. **The storytelling animal**: how stories make us human. New York: First Mainer Books, 2013.

GRUEN, Dan; RAUCH, Thyra; REDPATH, Sarah; RUETTINGER, Stefan. **The Use of Stories in User Experience Design**. In: International Journal Of Human-Computer Interaction, v. 14. Lawrence Erlbaum Associates, Inc., 2002.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência** - 2. ed. São Paulo: Aleph, 2009.

MCCLOUD, Scott. **Desenhando Quadrinhos**. São Paulo: M. Books do Brasil Editora Ltda., 2008.

_____. **Desvendando os Quadrinhos**. São Paulo: M. Books do Brasil, 1995.

MENDO, Anselmo Gimenez. **História em quadrinhos**: impresso vs. Web. São Paulo: Unesp, 2008.

MORAES, Reinaldo Pereira de. **Histórias em Quadrinhos eletrônicas em banners publicitários na web**. In: LUIZ, Lucio (org.). Os Quadrinhos na

era digital: HQtrônicas, webcomics e cultura participativa. Nova Iguaçu, RJ: Marsupial Editora, 2014.

MURRAY, Janet H. **Hamlet no holodeck**: o futuro da narrativa no ciberespaço. São Paulo: Itaú Cultural: Unesp, 2003.

NETO, Elydio dos Santos; SILVA, Marta Regina Paulo da (orgs.). **Histórias em Quadrinhos e Educação** – formação e prática docente. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2011.

NICOLAU, Vítor; MAGALHÃES, Henrique. **As tirinhas e a cultura da convergência**: um estudo sobre a adaptação deste gênero dos Quadrinhos às novas mídias. In: LUIZ, Lucio (org.). **Os Quadrinhos na era digital**: HQtrônicas, webcomics e cultura participativa. Nova Iguaçu, RJ: Marsupial Editora, 2014.

PIRES, J. A. **Leitura e virtualidade**: tecendo entre as linhas da narrativa. In: Design: olhares sobre o livro. Organização: Luiz Antônio Coelho, Alexandre Farbiarz. Teresópolis: Editora Novas Ideias, 2010.

RAHDE, Maria Beatriz. **Origens e evolução da história em Quadrinhos**. In: Revista Famecos: mídia, cultura e tecnologia. Faculdade dos Meios de Comunicação Social, PUCRS. Nº 1 (Set. 1994). Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994 - Semestral. P. 103-106.

RAMOS, Flávia Brocchetto. **Leitura de narrativa infantil contemporânea**: todo cuidado é pouco. In: *Espéculo - Revista de estudios literarios*. Universidad Complutense de Madrid. V. 37 (2007 – 2008). Disponível em <http://www.ucm.es/info/especulo/numero37/todocui.html>. Acesso em 09/05/2015

RAMOS, Paulo. **A leitura dos Quadrinhos**. São Paulo: Contexto, 2010.

REIS, Carine Isabel. **Narratividade**: Um modo de conhecer/interpretar o ser humano. In: Signo - Revista do Departamento de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Letras. Santa Cruz do Sul, v. 7, n. 62, p. 240-253, jan./jun. de 2012. Disponível em <<http://online.unisc.br/seer/index.php/signo/index>>

ROPELATTO, Luciane; TRISKA, Ricardo; PEREIRA, Alice Theresinha Cybis; Gonçalves, Marília Matos. **História Em Quadrinhos Como Objeto De Aprendizagem Hipermediático**. In: Anais do XXI simpósio nacional de

geometria descritiva e desenho técnico - X International Conference on Graphics Engineering for Arts and Design, 2013, Florianópolis. Florianópolis: Editora do CCE (Universidade Federal de Santa Catarina), 2013.

SCHLITTLER, João Paulo Amaral. **TV digital interativa**: convergência das mídias e interfaces do usuário. São Paulo: Blucher, 2011.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. Convergência digital, diversidade cultural e esfera pública. In: PRETTO, Nelson de Luca. **Além das redes de colaboração**: internet, diversidade cultural e tecnologia do poder. Salvador: EDUFBA, 2008.

VIEIRA, Allan Victor Castro. **Aplicação da Cauda Longa na venda de Quadrinhos pela internet e a importante função dos consumidores colecionadores**. In: Anais do Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste. Mossoró: Uern - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, 2013.

JUVENTUDE, IDENTIDADE E MEMÓRIA

Luciane Raupp²⁷⁷

Resumo: A noção de juventude tem sido foco de diversos estudos no campo das ciências humanas e sociais, pautados por distintos referenciais teóricos. Este trabalho objetivou, sob a forma de um ensaio acadêmico, articular as noções de memória e identidade como via profícua ao estudo da juventude, destacando a pluralidade de formas de viver esta fase, conformando distintas 'juventudes', dada a diversidade de formas de expressão, identidades e sociabilidades. Buscou-se compreender os processos através dos quais os jovens constroem suas vivências no presente de forma articulada tanto por suas heranças genealógicas e memórias familiares, quanto pela multiplicidade de influências socioculturais disponíveis para a construção identitária e de projetos de vida.

Palavras-chave: juventude; memória social; identidade; projetos de vida; ensaio.

Abstract: The notion of youth has been the focus of several studies in the humanities and social sciences, guided by different theoretical frameworks. This study aimed, in the form of an academic essay, articulate memory and identity concepts as a way profitable to the youth study, highlighting the plurality of ways of living this phase, forming distinct 'youths', given the diversity of forms of expression, identities and juvenile sociability. He sought to understand the processes through which young people build their experiences in a way where genealogical heritages and family memories are mixed with the multiplicity of socio-cultural influences available to the identity construction.

Keywords: youth; social memory; identity; life projects; essay.

Introdução

Este trabalho tem por objetivo produzir articulações teórico-conceituais acerca das noções de juventude, identidade e memória social, dada a importância das mesmas para compreender as expressões juvenis na atualidade – relação pouco analisada entre os autores dedicados aos estudos de Memória Social. Busca-se por meio do desenvolvimento de um ensaio acadêmico entrelaçar esses campos em busca de uma compreensão dos processos através dos quais os jovens constroem suas vivências no presente de forma articulada tanto por suas heranças genealógicas e memórias familiares, quanto pela multiplicidade de

²⁷⁷ Doutora em Saúde Pública. Professora colaboradora do Programa de Pós-graduação em Memória Social e Bens Culturais do Centro Universitário Unilasalle – Canoas. Email: luciane.raupp@unilasalle.edu.br

influências socioculturais disponíveis para a construção identitária no contemporâneo.

Nesse caminho entende-se, com base em uma visão interdisciplinar, que os projetos de vida dos jovens se constroem nesta articulação de distintos tempos, nos quais projetam vetores para o futuro a partir das memórias e influências familiares e socioculturais, vivenciadas no passado, no presente e também por meio de experiências e memórias vividas “por tabela” (POLLAK, 1992) as quais, numa via de mão dupla, colaboram elas mesmas para a reconstrução permanente do fluxo da memória. Nesse sentido, compreende-se que o passado não se estrutura como um arquivo passível de recuperação a qualquer momento, de forma definitiva e estática, funcionando como um agente causal dos fatos do presente, pois é permanentemente selecionado, filtrado e reelaborado sob o impacto das influências sociais atuais (VALENTIM; TRINDADE; MENANDRO, 2010).

Como uma via inicial para estas articulações faz-se necessário demarcar o campo de estudos da memória social como de difícil delimitação, inerentemente interdisciplinar, pois construído a partir da relação entre diferentes perspectivas disciplinares, estando ainda em processo de construção (BERNDT; MANGAN, 2014). Sob a influência da tradição sociológica durkheimiana, Maurice Halbwachs propôs o conceito de Memória Coletiva referindo-se aos quadros sociais que a compõem. Para o autor não existe memória puramente individual, pois os sujeitos estão constantemente interagindo e sofrendo a ação dos demais, através dos contextos e instituições nos quais interagem (Halbwachs, 2006). Assim, apesar de a memória parecer ser um fenômeno puramente individual, íntimo, a mesma deve ser compreendida, sobretudo, como um fenômeno social, construído coletivamente e sujeito a constantes flutuações e variações, pois, embora sejam os sujeitos que se lembrem, esta ação se dá sempre em contextos interacionais, ligados a vivências sociais, sejam estas diretas, por meio de interações com os demais, ou indiretas, construídas através da intermediação de objetos culturais que remetem a um imaginário compartilhado (POLLAK, 1992; BERNDT; MANGAN, 2014). Dessa forma, acontecimentos vividos pessoalmente

ligam-se aos vividos pelas coletividades, incluindo elementos que não foram vivenciados no mesmo espaço-tempo, mas que marcaram um passado coletivo (POLLAK, 1992). As lembranças são coletivas e reforçadas pelos outros, mesmo se tratando de acontecimentos nos quais estávamos sozinhos, dado que temos grupos sociais internalizados, constituindo nossas subjetividades (HALBWACHS, 2006).

De acordo com Pollak (1992, p. 204), se a memória é uma construção individual, mas sobretudo social, pode-se dizer que há uma ligação muito estreita entre memória e identidade – sendo esta conceituada como “(...) o sentido da imagem se si, para si (...), a imagem que a pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros”. A memória é um elemento fundamental do sentimento de identidade, dando a sensação de continuidade e coerência de uma pessoa ou grupo, a qual se dá sempre em referência aos outros, em negociação direta com a coletividade significativa para o sujeito (POLLAK, 1992).

Quando o foco se centra nas relações entre memória, identidade e juventude, algumas demarcações se fazem necessárias. Inicialmente é importante descolar a noção de juventude de recortes tradicionais que a definem como um grupo homogêneo, mera expressão de parâmetros demográficos (período da vida que vai dos 15 aos 29 anos), biológicos e/ou psicológicos, os quais são importantes como marcadores iniciais, mas insuficientes para demarcar todos os aspectos socioculturais presentes nessa etapa. Elegendo outra via de compreensão se destacam análises que descrevem a juventude como uma construção social que varia segundo aspectos históricos, culturais, econômicos, enfim, de acordo com as particularidades de cada época e grupo social. Impõe-se assim a impossibilidade de definir uma categoria homogênea que definiria ‘o’ jovem, dada a diversidade de formas de expressão, identidades e sociabilidades juvenis, expressão de distintos contextos sociais e econômicos, pautados por relações de poder-saber que conformam diferentes processos de

subjetivação. Nesta via de entendimento se adota o termo *juventudes*, no plural, visando dar conta de toda a gama de possibilidades inerentes a essa fase de vida que conformam múltiplas culturas juvenis com pontos de aproximação e divergência entre si. (ESTEVES; ABRAMOVAY, 2007).

Com base nestes vetores conceituais considera-se que as escolhas dos jovens e suas expressões culturais se interligam ao campo da memória social, instância que coaduna passado e futuro, orientando e sendo fruto de valores, normas e experiências que conformam sentidos identitários diversos (MARTINS, 2011). Assim, a construção de identidades na atualidade supõe uma implicação mútua entre as instâncias herdadas de identidade (nação, linhagem, família) e as que são construídas no contato dos jovens com os diferentes meios e influências sociais que abundam em um mundo globalizado. (VELHO, 2003).

Fischer (2008), em um trabalho sobre juventude, memória e mídia, contribui para um ponto fundamental deste debate ao problematizar a extensão das influências da indústria cultural na conformação do ser jovem no contemporâneo, problematizando as formas pelas quais os jovens articulam suas memórias à experiência com produtos da publicidade e da cultura audiovisual. Para a autora, estes veículos produzem efeitos concretos nas formas de autopercepção dos jovens e em suas experiências e narrações sobre o tempo presente, passado e futuro, por meio do bombardeio de imagens que os têm inventado. Segundo Fischer (2008) há uma forte presença da imagem jovem na mídia - sempre atenta à desejada e idealizada figura da vitalidade e do corpo jovem. Essa onipresença de determinadas representações de juventude produziria efeitos de memória e identificações pautadas nas imagens idealizadas desse público. Esse processo, segundo a autora, tenderia a exacerbar sentimentos de vazio subjetivo, dado que essa presença constante da imagem jovem cultuada pela mídia não conformaria respostas efetivas às aspirações dos jovens de pertencer e participar por meio de formas de expressão de si mesmo capazes de criar formas autênticas de expressão e autoconstrução social.

Além da ênfase na imagem corporal, outra série de representações sociais dominantes na cultura ocidental aproxima juventude de futuro, de vir a ser, considerando o jovem como um ser em construção, exacerbando assim sua potência e vitalidade com ser em devir, com uma multiplicidade de escolhas por fazer, colaborando ainda mais para sua idealização no contexto de uma sociedade com horror de envelhecer. Essa construção social sobre a juventude dá centralidade à noção de “projeto de vida” como uma tarefa fundamental neste momento da vida.

Buscando compreender como se articula a categoria projetos de vida ao campo da memória social, compreende-se que a consciência e valorização de uma identidade, baseada em uma memória que dá consistência à biografia, seria o que possibilitaria a formação de projetos de vida, pois ao contatar com as instâncias de memória o jovem entraria em contato consigo mesmo, se reconhecendo, ao mesmo tempo em que encontraria seu espaço social de referência. (MARTINS, 2011). Portanto, se a memória permite uma visão retrospectiva da biografia, o projeto é a antecipação de trajetórias futuras. Desta forma, na constituição das identidades na contemporaneidade memória e projeto se articulam, dando significado a vidas e ações, processo permeado pelas características de cada momento histórico. Neste caminho pode-se afirmar que “*memória é identidade*”, pois se esta expressa uma individualidade, a mesma só é possível pelo caminho da memória (MARTINS, 2011, p. 219).

Palavras finais

A noção de juventude tem sido foco de diversos estudos e pesquisas no campo das ciências humanas e sociais, pautados por distintos referenciais teóricos. Neste breve ensaio buscou-se articular as noções de memória e identidade como via profícua ao estudo da juventude contemporânea, destacando a pluralidade de formas de viver essa fase, conformando distintas “juventudes”, ao mesmo tempo em que objetivou-se destacar o caráter de construto social da noção de juventude, a qual deve ser entendida tanto como condição social quanto como representação.

Nessa via de compreensão destaca-se o papel determinante da cultura na delimitação de formas possíveis de vivência e expressão desse momento, colocando a disposição destes seres “em construção” determinados modos de levar a vida, processo permeado por determinantes histórico-sociais, heranças geracionais e memórias familiares, os quais são tomados como “expressões das relações intra e intergeracionais, manifestando-se a partir das experiências desencadeadas pelos vínculos entre gerações mais experientes e por aqueles vividos pela própria juventude” (Macedo, 2014).

Essa forma de compreensão trata as memórias e projetos de vida dos jovens, portanto, como uma construção que se dá por meio de um entrelaçamento entre heranças geracionais e expressões da própria juventude, pautadas por determinantes geracionais que se conformam a partir da influência de diferenças, disrupturas que marcam os sujeitos, em distintos momentos da história dos grupos sociais (FEIXA; LECCARDI, 2010). Nessa construção memorial, há um trânsito geracional, onde influências significativas de grupos específicos, como a família e amigos competem com instâncias mais amplas – destacando-se o papel da indústria cultural e da globalização na conformação das juventudes atuais, bem como de seus projetos de vida.

No entanto, nem tudo é reprodução, pois os vínculos estabelecidos por meio dos processos de socialização e participação na vida social produzem as ditas disrupturas geracionais, as quais, ao mesmo tempo, podem tensionar o devir, produzindo o que distingue os grupos geracionais ao longo dos tempos – processos nos quais “a juventude vive e diz a vida social” (Macedo, 2014, p. 91). Nessa via, ao mesmo tempo em que os jovens vivem e atuam através das principais influências que os permeiam, também tensionam novas formas de ser e estar no mundo, expressas em seus projetos de vida.

Referências bibliográficas

BERND, Zilá; MANGAN, Patrícia Kayser Vargas (orgs.). **Dicionário de expressões da Memória Social, Bens Culturais e Cibercultura**. Canoas: Editora Unilasalle, 2014.

ESTEVES, Luis Carlos Gil; ABRAMOVAY, Míriam. Juventude, juventudes: pelos outros e por elas mesmas. In ABRAMOVAY, Míriam.; ANDRADE, Eliane Ribeiro; ESTEVES, Luis Carlos Gil (Orgs.). **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; UNESCO, 2007.

FEIXA, Carles; LECCARDI, Carmem. O conceito de geração nas teorias sobre juventude. **Sociedade e estado**. Brasília, v. 25, n. 2, p. 185-204, 2010.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Mídia, juventude e memória cultural. **Educação & Sociedade**, v. 29, pp. 667-686, 2008.

HALBWACHS, Maurice. **Memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

MARTINS, Carlos Henrique dos Santos. Juventude e memória: lembranças de tempos recentes. **Ciências Sociais Unisinos**, v.47, n.3, pp. 218-227, 2011.

MACEDO, Ricardo Cruz. Juventude, grupos de referência e memórias. **Áskesis**, v.3, n.2, pp.91-102, 2014.

POLLACK, Michel. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, 5(10), pp. 200-212, 1992.

VALENTIM, Renata; TRINDADE, Zeidi Araújo; MENANDRO, Maria Cristina Smith. Memórias sociais de juventude entre quilombolas do norte do Espírito Santo. **Psicologia e Sociedade**, v. 22, n.2, pp. 279-287, 2010.

VELHO, Gilberto. Memória, identidade e projeto. In: VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2003.

A FÁBRICA RHEINGANTZ: UM PATRIMÔNIO CULTURAL ETERNIZADO NA SALA DE AULA

MÁRCIA ALONSO PIVA DA SILVA ²⁷⁸

ROGÉRIO PIVA DA SILVA ²⁷⁹

Resumo: A educação Patrimonial é ação permanente e metódica do trabalho educativo, tendo como foco o Patrimônio Cultural e suas manifestações. Com o intuito de trabalhar o conceito de Patrimônio Cultural e sua importância para sociedade, foi desenvolvido junto aos alunos do Projeto Pescar da Refinaria Riograndense, uma ação didática-pedagógica. Para tanto, foi escolhida a temática da industrialização no Rio Grande do Sul com ênfase na primeira indústria gaúcha, a “Fábrica Rheingantz”, fundada em 1873. As atividades tiveram a duração de 20 horas e a metodologia utilizada foi a do *Guia de educação Patrimonial* (1990) de Grunberg, Horta e Monteiro e foram resumidas em quatro etapas: observação, registro, exploração e apropriação. O projeto culminou com uma visita técnica a Fábrica, uma exposição de fotos e materiais (ponches, jornais, livros) e entrevistas com antigos funcionários.

Palavras-chaves: Educação Patrimonial; Memória; Patrimônio; Industrialização; Rheingantz;

Abstract: Patrimonial education is permanent and methodical action of educational work, focusing on Cultural Patrimony and its manifestations. In order to work the concept of cultural heritage and its importance to society, it was developed didactic pedagogical activities with the students of the “Projeto Pescar” – social project of Riograndense Refinery. For this purpose, the theme of industrialization was chosen in Rio Grande do Sul with emphasis on the first gaucho industry, “Rheingantz Factory”-founded in 1873. The activities lasted 20 hours and the methodology used was the Patrimonial Education Guide (1990) Grunberg, Horta and Monteiro. Those activities were summarized in four steps: observation, registration, operation and ownership. The project resulted in a technical visit to the factory, a photo exhibition and materials (punches, newspapers, books) and interviews with former employees.

Keywords: Heritage Education. Memory. Patrimony. Industrialization. Rheingantz.

1. Introdução

Em 1983 foi introduzida no Brasil a expressão Educação Patrimonial como uma metodologia inspirada no modelo da *heritage education*, desenvolvido na Inglaterra. Em 1996, Maria de Lourdes Parreiras Horta,

278 Pedagoga, Mestranda do Programa de Pós-Graduação Mestrado profissional em História pela Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Educadora Social do Projeto Pescar na Refinaria de Petróleo Riograndense, marciaapiva@hotmail.com

279 Professor Associado da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Doutor em Economia, Mestre e doutorando em Memória Social e Patrimônio Cultural – UFPEL. piva_furg@hotmail.com

Evelina Grunberg e Adriana Queiroz Monteiro difundiram o Guia Básico de Educação Patrimonial, tornando-se o principal material de apoio para ações educativas realizadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Para as autoras a Educação Patrimonial consiste em um “processo permanente e sistemático”, centralizado no patrimônio cultural” (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 6).

Por sua vez, o conceito de patrimônio está sendo edificado ao longo dos anos, a partir da complexa transformação da sociedade quanto a seus sentidos, gostos, preferências e valores. Segundo Silva (2013, p. 111), “o conceito foi passando de uma definição redutora, materialista e tradicionalista para uma visão mais antropológica”. Neste sentido, Prats (1998) adverte sobre o caráter polissêmico que tem adquirido o termo definindo patrimônio cultural como tudo aquilo que socialmente se considera digno de conservação independente de seu interesse utilitário.

Com o intuito de trabalhar o conceito de Patrimônio Cultural e sua importância para sociedade foi desenvolvido junto aos 17 alunos da 6ª turma do curso de formação de operadores de processos químicos e petroquímicos, da Refinaria Riograndense através do Projeto Pescar²⁸⁰ a jovens em vulnerabilidade social na faixa etária entre 18 e 21 anos, a realização de um projeto de ação didática-pedagógica para explorar a relação do bem cultural com o ensino de história. Para tanto, foi escolhida a temática da história da industrialização no Rio Grande do Sul com ênfase na primeira indústria gaúcha, a Fábrica Nacional de Tecidos e Panos Rheingantz e Vater, fundada em 1873 na cidade do Rio Grande e tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado – Iphae, em 2012.

As atividades tiveram a duração de 20 horas divididas em apresentação dos conceitos de Patrimônio Cultural e da história do processo de industrialização gaúcho a partir da história da Fábrica Rheingantz. Foram também realizadas entrevistas com ex-funcionários,

²⁸⁰ O Projeto Pescar tem por objetivo promover oportunidades de desenvolvimento pessoal, cidadania e iniciação profissional para jovens em situação de vulnerabilidade social, por meio de parcerias com empresas e organizações. A história do Projeto Pescar iniciou em 1976 e atualmente conta com 98 unidades em todo o Brasil.

uma exposição de fotografias, objetos e documentos da antiga fábrica e uma visita técnica as dependências que formam o complexo da Rheingantz.

A metodologia utilizada foi a do *Guia de educação Patrimonial* resumida em quatro etapas: observação, registro, exploração e apropriação. A observação se deu através de uma palestra sobre a importância da Fábrica no processo de industrialização do Estado do Rio Grande do Sul e exposição de materiais (ponches, fotos, jornais, livros); o registro foi a partir de entrevistas com pessoas que trabalharam na Rheingantz. A exploração do objeto se deu numa visita técnica, na qual os jovens puderam verificar a magnitude do Complexo e a precariedade de sua conservação. A apropriação se concretiza na exposição de fotos e objetos que a turma organizou para apresentar aos colaboradores da Refinaria, com a finalidade de sensibilizá-los para a importância da conservação e valorização de um bem patrimonial.

2. Educação Patrimonial

A Educação Patrimonial é uma modalidade de intervenção pedagógica que surgiu inicialmente na Europa comprometendo-se com as políticas de conservação e administração de patrimônios históricos edificados de interesse estatal. No Brasil, na década de 1930 práticas foram identificadas, porém o termo surge no fim dos anos de 1980 objetivando a conservação do patrimônio remanescente do período colonial e do caráter nacionalista da cultura brasileira.

A Educação Patrimonial ganhou força no Brasil a partir de 1983, “com a ação precursora do Museu Imperial de Petrópolis. A partir do trabalho realizado na Inglaterra, a então diretora do Museu, a museóloga Maria de Lourdes Parreira Horta, pronunciou a realização do 1º seminário de Educação Patrimonial no Brasil” (BARROSO, 2010, p.16).

Apesar de esta data marcar seu início, somente por volta do final de 1990 que tal expressão alcançou seu auge, como afirma Barroso:

Essa metodologia foi sendo propalada, ganhando espaços e conhecimento no meio acadêmico e nos lugares de memória. A sua disseminação ganhou

maior força quando o IPHAN publicou em 1999, o Guia Básico de Educação Patrimonial (BARROSO, 2010, p.18).

O IPHAN concebe educação patrimonial como todos os processos educativos que se destacam pela construção coletiva do conhecimento, pelo diálogo entre os agentes sociais e pela participação efetiva das comunidades possuidoras das referências culturais onde convivem elementos de patrimônio cultural diversas. Define Educação Patrimonial como um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. Procura levar as pessoas a um processo ativo do conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-as para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural (HORTA et. al., 1999, p.7).

A educação Patrimonial é utilizada como uma metodologia mediadora na formação de sujeitos ativos e críticos na sociedade. Compreendendo que, quando os sujeitos envolvidos num processo histórico começam a conhecê-lo, estabelecem relações diretas com a realidade social e sugerem transformações em diferentes âmbitos, construindo novos conhecimentos. Cultivar o sentimento de pertencimento é o principal passo para uma efetiva educação patrimonial com vistas a preservação e valorização do bem (PAIM, 2010).

Barroso (2010, p.22) afirma que a Educação Patrimonial, tem como finalidade promover nos sujeitos o “reconhecimento de si no espaço e no tempo em que vive, despertando o sentimento de pertença”.

3. A Fábrica Rheingantz.

Para vários autores o surgimento da indústria gaúcha tem como base a imigração, principalmente alemã e italiana (ROCHE, 1969). Outros, contudo, acreditam que a origem da indústria nas terras do Sul está no artesanato (TEJO, 1937). Por outro lado, Pesavento (1986) analisa o surgimento da indústria pelo lado da acumulação de capital oriundo de

outros setores e que possibilitaram os investimentos necessários para sua instalação.

Figura 1: Fabrica Rheingantz

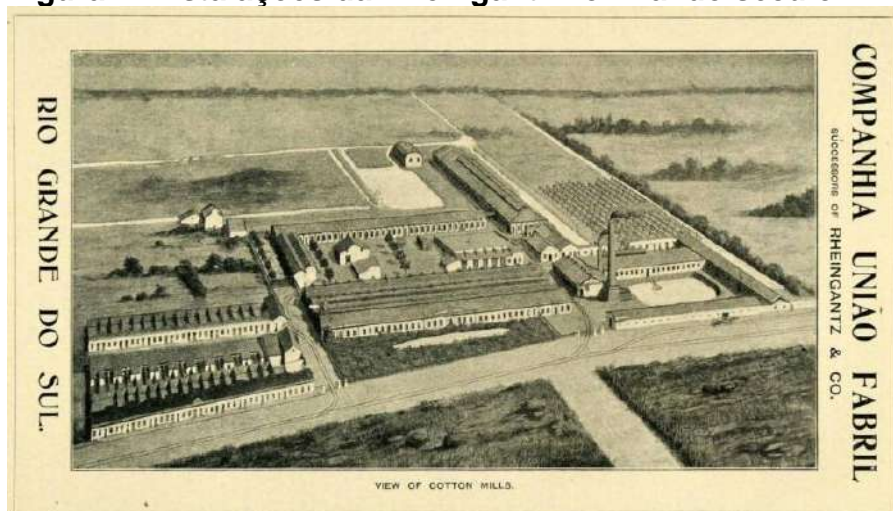


Fonte: América Magazine – 1959.

A primeira indústria do Rio Grande do Sul foi a “fábrica Rheingantz”, como é chamada até hoje pela população da cidade do Rio Grande. Fundada em novembro de 1873, com a denominação de Fábrica Nacional de Tecidos e Panos de Rheingantz & Vater (figura 1). Os fundadores Carlos Guilherme Rheingantz, Miguel Tito de Sá e Hermann Vater.

Segundo a Revista Paulista da Indústria de dezembro de 1955, página 4, “além de primeira, foi, por muito tempo, a única no gênero em todo país”.

Figura 2: Instalações da Rheingantz no final do século XIX.



Fonte: Acervo Marcelo Degani

Já nos primeiros anos de funcionamento, os altos investimentos em máquinas e equipamentos propiciaram o rápido avanço nos números da companhia, que, conforme o relatório de 1891, “passara a empregar 543 pessoas nas oficinas e 43 fora delas”. A empresa também produzia roupas para o exército desde 1888.

Figura 3: Rheingantz - início do séc. XX.



Fonte: Acervo da Biblioteca Pública do Rio Grande.

A fábrica funcionou com toda a força, e no ano de 1907, “foi necessário durante os meses de inverno, trabalhar além do horário ordinário para atender os consideráveis trabalhos contratados com as repartições militares da União (...) o nosso número de operários chegou a 1008” (RELATÓRIO, 1907).

Nos anos seguintes, os negócios continuaram a prosperar. Em virtude disso, o número de funcionários em 1912 ultrapassou os 1200. O movimento de vendas e lucros oscilou no decorrer dos anos e em 1956, o complexo empregava 2.000. Entretanto, a década de 1960 começa com uma conturbada atividade política e com o esgotamento do crescimento econômico a partir da industrialização de bens duráveis o que, conseqüentemente, afeta a Rheingantz.

Apesar dos esforços locais em buscar soluções para a crise que enfrentava a empresa as dificuldades aumentam. Conforme nota do Jornal Rio Grande:

A situação dos operários da Cia União Fabril, apresenta-se cada vez mais difícil. Até agora as soluções apresentadas não conseguiram triunfar e os trabalhadores continuam com salários em atraso e o fantasma da miséria começa a rondar oitocentos lares em Rio Grande (JORNAL RIO GRANDE, 03/01/1968).

Paulitsch (2008) afirma que a falência foi fruto da concorrência de confecções e magazines que utilizavam matéria-prima importada do Uruguai a preços mais baixos. Para Martins (2007, p. 163) foi a “concorrência desigual frente às novas indústrias que se consolidavam no Sudoeste”.

Já Ferreira (2009), atribui à má gestão familiar e a introdução do fio de nylon ao processo produtivo no Brasil.

O decreto oficial da falência da Rheingantz ocorreu no dia três de março de 1969.

4. O Projeto

Para dar início ao trabalho foram apresentados os conceitos de Patrimônio Cultural, pertencimento e identidade.

Figura 4: Trabalhando os conceitos



Fonte: Acervo dos autores

Após, foi proposto aos alunos que se projetassem no futuro e imaginassem como estaria a Refinaria daqui quatro décadas. Todos responderam que gostariam que estivesse como agora, na ativa, conservada e se possível alguns deles ali trabalhando. A evidência de pertencimento a essa empresa estava nítida em suas palavras e expressões: *“Com a importância que tem na economia da cidade nunca será esquecida”* (LARISSA, 18 anos), *“a Refinaria faz parte de nossas vidas”* (EDUARDO, 18 anos), o sentimento de pertencer é a necessidade de se sentir enraizado, gerar uma referência e identidade social.

O patrimônio tanto pode ser material ou imaterial, mas tem que ter um valor subjetivo que transcende os aspectos físicos, conforme Silva (2013, p.3), *“além dos valores históricos, artísticos etc., atribuídos ao patrimônio por Alöir Rigel em 1903, existem valores fundamentados no sentimento de pertencimento e no ganho de bem-estar que proporciona”*.

Figura 5: Análise de Materiais produzidos pela Rheingantz



Fonte: acervo dos autores

É preciso se sentir parte de algo e com ele compartilhar comportamentos dando espaço para o processo de construção de identidade. Somente quando a identidade é posta em dúvida é que se faz necessário recorrer à memória e à narrativa memorial para construir ou (re)afirmar uma identidade: “A busca memorial é então considerada como uma resposta às identidades sofredoras e frágeis que permitiria, apoiar um futuro incerto em um passado reconhecível” (CANDAU, 2011, p. 10).

A necessidade de compreender a verdadeira contribuição da Rheingantz para o crescimento industrial do Rio Grande, fez a turma realizar pesquisas, analisar objetos, fotos, jornais (imagens 4 e 5) e assistir a uma palestra sobre a história da industrialização no RS e o pioneirismo da Fábrica Rheingantz.

Figura 6: O Projeto Pescar na Fábrica Rheingantz



Fonte: Autores

O desejo por mais informações foi crescendo e a necessidade de ouvir e registrar o que a comunidade guardava em suas memórias fez com que realizassem entrevistas semiestruturadas com ex-funcionários da antiga fábrica.

As narrativas confirmavam o que autores conceituados já tinham colocado em seus livros e/ou artigos: o carinho de todos pela empresa centenária *“A fábrica acolhia seus funcionários. Trabalhei lá até me aposentar, por isso me entristece muito ver o estado que ela se encontra”* (OSNI GARCIA, 82 anos).

Agora precisam visualizar e explorar o Complexo (figura 2) com 43 mil metros quadrados de área construída, em um terreno de mais de 150 mil metros quadrados de área.

A visita técnica foi de grande valia para que a turma tomasse consciência da responsabilidade de cada um com a preservação de um bem cultural. Entenderam que a Educação Patrimonial é de suma importância para o cotidiano dos espaços de formação. O entendimento dos conceitos de identidade, pertencimento e patrimônio cultural estava concretizados frente a tanta degradação causada pelo descaso público e político.

Figura 7: Parte dos artigos da Rheingantz em Exposição



Fonte: Acervo dos autores

A turma resolveu começar sua apropriação pela história da Rheingantz realizando nas dependências da Refinaria Riograndense, uma exposição com as fotos e objetos da fábrica, para sensibilizar, conscientizar, difundir sua história e auxiliar de alguma forma com a conservação desse Patrimônio, figura 11.

A Refinaria é uma empresa que se preocupa com a valorização dos bens-culturais, financiou através da Lei *Rouanet* o restauro da Catedral de São Pedro, Sobrado dos Azulejos, Igreja da conceição e Igreja do Carmo.

5. Conclusão

O desenvolvimento deste projeto teve por objetivo trabalhar os conceitos de Patrimônio Cultural e sua importância para sociedade a partir da educação patrimonial, apresentando a história da primeira indústria gaúcha para os jovens do Projeto Pescar vinculados a Refinaria de Petróleo Riograndense.

A primeira indústria Gaúcha foi fundada no ano de 1873, na cidade do Rio Grande, com o nome de Fábrica Nacional de Tecidos e Panos de Rheingantz e Vater. Esta fábrica que chegou a empregar 2000 pessoas e estava estabelecida em uma área de 155 mil metros quadrados criou uma nova dinâmica para o local.

Durante quase um século, esse empreendimento pioneiro, além do grande valor econômico que trouxe para a região acolheu entre os seus funcionários várias gerações de famílias rio-grandinas. Isso fez que aflorasse um sentimento de estima na população e, mesmo depois de muitos anos após o fim de suas atividades, a Fábrica, ainda hoje, parece fazer parte da vida local. Sua estrutura física que ainda permanece erguida em uma das principais avenidas da cidade foi tombada como Patrimônio Cultural do Rio Grande do Sul – IPHAE em 2012.

Entretanto, o abandono e ruína do espaço vem diminuindo progressivamente sua importância patrimonial para as novas gerações. Assim, trabalhar com a temática do patrimônio cultural a partir da proposta da educação patrimonial é de fundamental importância para o processo sistêmico do ensino centrado na relevância dos bens culturais como fonte primária do desenvolvimento pessoal e coletivo dos discentes.

Ao término desse projeto com a turma do Pescar ficou evidenciado o sentimento de pertencimento a este tão importante bem cultural. Os jovens passaram a sentir a necessidade de cuidar e preservar o Patrimônio cultural. Compreenderam através da educação patrimonial a necessidade de manter viva a história de seus antepassados. Portanto, podemos concluir que a Educação Patrimonial deve ser uma prática cotidiana nas salas de aulas, para que assim se solidifique a valorização e a preservação dos bens culturais e permita ao estudante perceber a estreita relação entre memória, patrimônio, identidade e preservação.

Referências:

- BOLETIM DA COMPANHIA UNIÃO FABRIL – diversas edições.
BARROSO, Vera Lucia Maciel. Educação Patrimonial e ensino de história: registros, vivências e proposições. In: BARROSO, Vera Lucia Maciel [et al.]. Ensino de história: desafios contemporâneos. Porto Alegre: EXCLAMAÇÃO: ANUPUH, 2010. p.15-24.
CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. Trad. Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.
CONSTITUIÇÃO FEDERAL de 1988.

CATALOGO DA PROVINCIA DO RIO GRANDE DO SUL - 1881.

FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi. *Patrimônio industrial: lugares de trabalho, lugares de memória*. Revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, v. II, n. 1, pp. 22-35, jan./jun. 2009

HORTA, Maria de L. P.; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Q. *Guia básico de Educação Patrimonial*. Brasília: Iphan; Museu Imperial, 1999. P.7.

JORNAL AGORA – RIO GRANDE – Várias edições.

MARTINS, Solismar F. *Cidade do Rio Grande: Industrialização e urbanidade*. 1º. ed. Rio Grande: FURG, 2007. v. 1. 245 p.

NORA, Pierre. Entre memória e História: a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, n. 10, dez. 1993.

PAULITSCH, Vivian S. *Rheingantz, uma vila operária em Rio. Grande*. Rio Grande, Editora da FURG, 2008. 202 pp.

PAIM, Antonio. Lembrando, eu existo. Brasília: MEC. Ed. 2010.

PRATS, Llorenç. El Concepto de Patrimonio Cultural. Política y Sociedad, (27):63-76, 1998

PESAVENTO, S. J.; FAGUNDES, L. K.; KUMMER, L.; STEPHANOV, M. *Memória da Indústria Gaúcha. (1889-1930)*. Porto Alegre: UFRGS; FEE, 1986.

RELATÓRIOS DA FÁBRICA RHEINGANTZ – Vários números.

REVISTA PAULISTA DE INDÚSTRIA, Nº 41, 1955, ANO V.

ROCHE, Jean. *A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Globo, 1969.

SILVA, Rogério Piva da. *Quanto vale um patrimônio cultural? O caso da fábrica Rheingantz na cidade do Rio Grande - RS*. Rio Grande: Ed. da FURG, 2013.

TEJO, Aurélio Limeira. *A Indústria Rio-grandense em Função da Economia Nacional*. Porto Alegre, Globo – 1937.

POLIANTEIA DO PADRE CARLOS TESCHAUER: ENTRE VÍNCULOS INTELLECTUAIS E RELIGIOSOS

Cláudio Pereira Elmir²⁸¹

Resumo: Em 5 de agosto de 1926, foi realizada em Porto Alegre, provavelmente em reunião do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, uma homenagem ao Padre Carlos Teschauer S.J. (1851-1930), por seus “amigos e admiradores”. No mesmo ano, foram reunidos vários textos referidos ao preito e publicados em uma polianteia pela Typographia do Centro, situada também na capital do estado. A proposta desta comunicação é partir do exame desta fonte, e dos nomes de seus “amigos e admiradores” ali presentes, a fim de perseguir os vínculos que o historiador e sócio fundador do IHGRGS mantinha com outros homens de letras das três primeiras décadas do século XX, período no qual o jesuíta publicou grande parte de sua produção intelectual. O propósito mais amplo deste trabalho, do qual esta comunicação é apenas um ensaio, é verificar na trajetória de cada um dos nomes que assinam os textos indícios de identificação do grupo. Essa convergência, ao que tudo indica, está fortemente marcada, para além da proximidade intelectual, pelos vínculos religiosos que os integram num coletivo.

Palavras-chave: Homenagem; Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS); Intelectuais; Historiografia; Jesuítas

Abstract: On August 5, 1926 a homage to Father Carlos Teschauer S.J. (1851-1930) was held by his “friends and admirers” in the city of Porto Alegre, probably in a meeting at the Historic and Geographic Institute of Rio Grande do Sul (IHGRGS). In the same year several texts related to the homage were gathered and published in an anthology by Typographia do Centro, a printing company also situated in the state capital. This presentation examines this source and the names of Father Teschauer’s “friends and admirers” present in it in order to investigate the bonds which the historian and IHGRGS founding partner kept with other men of letters in the first three decades of the twentieth century, the period in which the Jesuit published a great part of his intellectual production. The broader purpose of this work, of which this presentation is only an initial attempt, is to recognize signs of a group identification in the history of each text author. Apparently, besides intellectual closeness, that convergence is strongly marked by the religious bonds which integrate those men into a group.

Keywords: Homage; Historic and Geographic Institute of Rio Grande do Sul (IHGRGS); Intellectuals; Historiography; Jesuits.

Introdução

A fonte principal que servirá de base para a discussão a ser realizada neste artigo intitula-se *O Reverendíssimo Padre Carlos Teschauer S. J., historiador do Rio Grande do Sul. Homenagem dos seus*

²⁸¹ Doutor em História - UFRGS. Professor e pesquisador do PPGH - Unisinos. Email: elmir@unisinos.br

amigos e admiradores. O referido texto foi publicado em Porto Alegre, pela Typographia do Centro²⁸², no ano de 1926, e dá conta da homenagem realizada ao historiador jesuíta nessa cidade no dia 5 de agosto do mesmo ano.

Trata-se de uma polianteia²⁸³, a qual pode ser definida como uma miscelânea de homenagens, expressa, no caso em questão, sob diferentes formas textuais: pequenos ensaios, poemas, matérias publicadas na imprensa local (no jornal *Diário de Notícias e Correio do Povo*) e reproduzidas naquele volume.

O livro foi feito por ocasião dos 75 anos de vida do Padre C. Teschauer (1851-1930), quatro anos antes de seu falecimento, ocorrido em 16 de agosto de 1930. Em 1924, Teschauer havia completado 50 anos de sua ordenação sacerdotal e ingresso na Companhia de Jesus (1874), o que, certamente, também concorreu para a reverência feita.

Assinam a publicação do livro: (1) Felix Christiano Kessler, (2) Capitão Alcides R. Paim, (3) Dr. Eduardo Duarte (de quem veio a iniciativa da homenagem), (4) Adroaldo Mesquita da Costa, (5) Henrique de Casaes, (6) Armando Dias de Azevedo, (7) Clemenciano Barnasque, (8) Dr. Jaci Antonio L. Tupi Caldas e (9) Roque Callage.

A primeira pergunta que nos ocorre fazer é: quem são os autores da homenagem? A maioria deles é constituída de sócios do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS), do qual Teschauer pertencia desde sua criação. Portanto, existe um referente institucional

²⁸² Ao fazer uma análise da imprensa pedagógica produzida em área de imigração alemã (São Leopoldo) no período da 1ª República, Lúcio Kreutz associa as publicações dos católicos à Typographia do Centro e à Livraria e Editora Selbach, de Porto Alegre, ao passo que o material didático dos luteranos era publicado normalmente pela Editora Rotermund, de São Leopoldo (KREUTZ, 2007, p. 200). Já em 1928, dois anos após a publicação da homenagem a Teschauer, "(...) a [Livraria e Editora] Globo respondeu (...) por quase 70% da produção gaúcha, em literatura, história, ciências, livros jurídicos e de administração: 21 de 31 novos títulos" (ZALLA, 2015, p. 315). Roque Callage e Clemenciano Barnasque, que integram o grupo que presta homenagem a Teschauer, publicaram títulos literários pela Globo em meados da década de 1920 (ZALLA, 2015, p. 314-5).

²⁸³ Trabalho do mesmo gênero havia sido publicado por oficiais da Brigada Militar em 1903, em Porto Alegre, em homenagem a Júlio de Castilhos, na ocasião dos trinta dias de seu falecimento, em 24 de novembro. V. *Homenagem da Brigada Militar ao emérito estadista rio-grandense Dr. Júlio Prates de Castilhos no 30 dia de seu falecimento (24 de novembro de 1903)*.

para ela, embora não se possa afirmar que tenha partido da instituição a iniciativa para tanto, nem que aquela agremiação a sustentasse de maneira integral.

Alguns questionamentos advêm dessa situação, os quais desejamos responder na reflexão a ser feita. Que potencial tem esta fonte em um projeto de investigação situado no campo da História da Historiografia? Que indícios ela contém e que podem servir de ponto de partida para a melhor compreensão da inserção do autor no quadro da historiografia produzida no Rio Grande do Sul nas três primeiras décadas do século XX (1900-1930), já que este é o período no qual Teschauer produz suas pesquisas e publica seus textos? É possível, por meio desta publicação, ter acesso ao grupo do qual Teschauer fazia parte, para além de seus companheiros de congregação religiosa (Companhia de Jesus) e para além de seus confrades no IHGRGS, do qual ele é sócio fundador, desde 1920? Enfim, a pesquisa mais detida aos nomes dos “amigos e admiradores” que realizam a homenagem ao “historiador do Rio Grande do Sul” (maneira pela qual se dirigem a ele no título da publicação) permite o estabelecimento de um quadro mais amplo de sociabilidade compartilhada por Teschauer, ao menos em nível regional?

A seguir, listamos um possível caminho para perseguir respostas às questões formuladas anteriormente. É preciso acessar diferentes bases de consulta biobibliográficas, tomando como referência os nove nomes citados anteriormente. Possivelmente, esta incursão irá oferecer nomes e trajetórias de algumas outras pessoas que mantinham relações com o historiador da Companhia, alargando o espectro desta lista primeira.

Uma prospecção preliminar indica que os “amigos e admiradores” do Padre Teschauer compõem, em sua maioria, um grupo de letrados (ou *homens de letras*)²⁸⁴ com alguma projeção no meio cultural da cidade de

²⁸⁴ Teschauer viveu no Rio Grande do Sul (1880 a 1930) em um período em que se pode verificar a transição de um regime de homens de letras para um regime de intelectuais, se assim podemos denominar, no ambiente cultural da província/estado. Para Letícia Nedel, no século XIX, “(...) o que havia era um círculo muitíssimo restrito de notáveis, homens de letras, políticos que escreviam e cujos interesses e posicionamentos ditavam a pauta do debate cívico”. Na concepção da autora, “Para haver intelectuais (...) É preciso, primeiro, uma certa diversificação de públicos, a existência de consumidores de cultura, o que, por sua vez, remete à ampliação do acesso à cultura escrita, além de espaços de formação e

Porto Alegre (vale lembrar que o IHGRGS tem seu funcionamento na capital do estado) e que compartilham, além de um mesmo ambiente intelectual, crenças religiosas comuns. Portanto, trata-se, ao que tudo indica, de leigos católicos, ou leigos com militância católica.

O passo seguinte consiste em testar estas hipóteses de maneira mais efetiva. De que maneira fazer isso? Avançando no esclarecimento das *bases sociais* e dos *recursos intelectuais* de que estes homens (e, possivelmente, outros) são portadores.

O limite ótimo desta operação seria chegar a compor (em contraste com outros grupos) a *estrutura do campo intelectual* das três primeiras décadas do século XX em Porto Alegre. Para tanto, haveria que reconhecer e perseguir a conformação de outros grupos intelectuais. Não esquecendo, entretanto, que dentro do próprio IHGRGS (da mesma forma que no IHGB, no Rio de Janeiro), engendram-se grupos distintos consoante as posições intelectuais, políticas e religiosas que seus membros assumem frente a temas específicos suscitados em ocasiões particulares.

De qualquer maneira, trata-se de compor, em alguma medida, biografias coletivas, as quais exigem, para maior sistematicidade, o estabelecimento de variáveis comuns (datas de nascimento e morte, formação escolar e acadêmica, origem familiar, formação religiosa, natureza e característica da produção intelectual, entre outras a serem definidas no manuseio das fontes).

A partir deste princípio de método, devemos nos questionar que recursos dispomos para dar conta com proficiência desta operação. Basicamente, por meio da consulta a repertórios biobibliográficos, vertidos sob diferentes formas textuais: dicionários, necrológios (elogios fúnebres), (auto)biografias, livros de memórias, diários, entre outros. Uma lista muito preliminar para engendrar esta operação incluiria alguns títulos como os elencados a seguir:

produção de conhecimento, editoras, instituições culturais, jornais etc” (NEDEL, 2016, p. 48).

- *Bibliografia sul-riograndense*, sob a coordenação de Abeillard Barreto (1973);
- *Brasil e brasileiros de hoje*, sob a direção de Afrânio Coutinho (1961);
- *Dicionário Biobibliográfico de Autores Brasileiros*, publicado pelo Senado Federal do Brasil (1999);
- *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*, do CPDOC-Fundação Getúlio Vargas, 1930-1983, sob a coordenação de Israel Beloch e Alzira Alves de Abreu (1984);
- *Escritores do Rio Grande do Sul*, de Ari Martins (1978);
- *Médicos (pr)escrevem 7, vidas e obras*, organizado por Blau Souza, Fernando Neubarth, Franklin Cunha e José Eduardo Degrazia (2001).
- *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (especialmente, para os elogios fúnebres) (1900-1930)
- *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul* (especialmente, para os elogios fúnebres) (1921-1930);

A seguir, teço alguns comentários iniciais, os quais devem balizar nosso inquérito às fontes e discussão historiográfica a ser feita posteriormente, a fim de responder, em outro momento, de maneira mais consistente e sistemática, aos questionamentos formulados no início deste texto.

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, em âmbito regional, assim como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em nível nacional, podem ser vistos como instâncias de consagração cultural. No caso do RS, também há que mencionar a Academia Rio-Grandense de Letras (a qual foi fundada em 1901), e da qual Teschauer fazia parte, assim como das outras duas agremiações citadas, bem como de vários outros Institutos Históricos em diferentes estados brasileiros (Paraná, Ceará, São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte), aos quais ele pertencia na qualidade de sócio correspondente.

É preciso lembrar que os *homens de letras* deste período não são especialistas, no sentido que compreendemos esta expressão mais recentemente, em termos de inserção a *campos disciplinares*. Eles eram, na verdade, polígrafos; ou seja, escreviam sobre vários assuntos. E este

era o caso de Teschauer (visto como historiador, etnógrafo, lingüista, folclorista) e de tantos outros homens de seu meio e de seu tempo.

Além disso, esses intelectuais publicam seus textos com bastante frequência na imprensa. Muitas polêmicas intelectuais têm como arena principal os órgãos de imprensa (tanto jornais diários de maior circulação, quanto veículos especializados, com difusão mais restrita, nem sempre em língua portuguesa, não obstante produzidos no Brasil), os quais repercutem as opiniões da Igreja Católica, assim como dos luteranos, dos maçons, dos anarquistas, dos socialistas... É possível observar este fenômeno, pelo menos, desde meados do século XIX, especialmente no Rio Grande do Sul.

No caso do conhecimento histórico, trata-se de um saber não institucionalizado na conjuntura específica de nosso interesse. Diferentemente do que ocorre na Europa, onde este processo se dá ainda no século XIX, os primeiros cursos superiores de História no Brasil (em São Paulo, especificamente) são da década de 1930. E, no Rio Grande do Sul, a criação destes cursos é localizada apenas na década seguinte (primeiro, na PUCRS, em seguida, na UFRGS).

É possível encontrar nesta baixa institucionalização uma explicação (certamente não a única) para que se atribua ao Padre Carlos Teschauer o epíteto de “pai da história no Rio Grande do Sul”, designação que aparece nos textos das homenagens no documento mencionado e em outros diversos textos já consultados. Notadamente, nos elogios fúnebres a ele pronunciados.

Assinam o “justo preito” - espécie de apresentação do volume - Félix Christiano Kessler, Capitão Alcides R. Paim e Dr. Eduardo Duarte, este último sócio fundador do IHGRGS. Sobre os dois primeiros nomes, não fizeram parte do Instituto. Não foram obtidos, até o presente momento, outros dados sobre as suas biografias, a não ser de que o primeiro teve uma fábrica de chapéus em Porto Alegre, por volta de 1907. Não se

descarta, por isso, a hipótese de que Kessler tenha financiado a publicação²⁸⁵.

Todos os demais nomes constantes na publicação foram sócios do Instituto (v. MARTINS, 2015). Roque Callage, Adroaldo Mesquita da Costa, Armando Dias de Azevedo e Eduardo Duarte foram, ao lado do homenageado e do Padre João Batista Hafkemeyer, entre outros, sócios fundadores da agremiação ilustrada. Já Clemenciano Barnasque e Jacy Tupi Caldas integraram aquela casa como sócios efetivos já na década de 1930. Chama a atenção, por outro lado, a ausência, na publicação, de Mansueto Bernardi, o qual foi admitido no Instituto em 1925, e que se revelou, na década de 1950, grande defensor da atuação dos jesuítas no RS e da produção do Padre Carlos Teschauer, em particular (v. BERNARDI, 1957 e 1982).²⁸⁶

Um exame preliminar da produção intelectual dos discípulos de Teschauer permite perceber a sua identificação, pelo menos em parte, com o catolicismo. Casaes, por exemplo, é definido, por Ari Martins, como “poeta religioso, lírico e humorístico” (MARTINS, 1978, p. 137). Bacharel em Direito, entre outras funções desempenhadas, foi professor da Escola Normal de Porto Alegre. Nela, revelou-se um dos principais colaboradores (com textos literários) da Revista *O Estudo*, mantida pelas alunas da referida escola no período de 1922 a 1931 (FRAGA, 2012, p. 95;100).²⁸⁷ Eduardo Duarte também escreveu textos com temática religiosa. Mas, certamente, foram Adroaldo Mesquita da Costa e Armando Dias de Azevedo, os mais jovens por ocasião da homenagem a Teschauer, os católicos mais militantes do grupo. Especialmente nos anos 1930 e 1940,

²⁸⁵ Entre os “teutos afortunados” localizados por Magda Gans em Porto Alegre na segunda metade do século XIX, consta o nome de Felix Henrique Kessler, que, no período de 1882 a 1889, segundo os dados levantados pela autora, atuava como comerciante importador (GANS, 2004, p. 56). Não se descarta a possibilidade de seu parentesco com Félix Christiano Kessler.

²⁸⁶ O necrológio publicado na Revista do Instituto em 1930, por ocasião da morte do sacerdote jesuíta, contou, ao que tudo indica, com a participação de Bernardi, já que ele compunha, junto com Adroaldo Mesquita da Costa, Eduardo Duarte e Souza Docca, a Comissão de Redação do periódico.

²⁸⁷ Vale destacar que o Padre jesuíta João Batista Hafkemeyer também escreveu para a Revista no mesmo período; além de textos literários, escreveu dois textos didáticos de história: um sobre a independência do Brasil, e outro sobre a história do Rio Grande do Sul (FRAGA, 2012, p. 95).

publicaram diversos textos que associavam questões jurídicas, morais e religiosas. Ambos estudaram nos ginásios mantidos por padres jesuítas: o primeiro, no Conceição, em São Leopoldo, entre 1908 e 1911, e o segundo, no Anchieta, em Porto Alegre, entre 1908 e 1912, quando, possivelmente, travaram conhecimento com Teschauer. Azevedo, alguns anos depois (1918-20), antes de se tornar catedrático na PUCRS e na UFRGS, foi professor no mesmo Ginásio Anchieta.

Em outro texto, já no final da vida, no qual homenageia a figura do Padre João Batista Hafkemeyer, Azevedo narra as circunstâncias nas quais se deu seu encontro com o historiador jesuíta:

Meu conhecimento pessoal com ele, logo transformado em grande amizade, apesar de ter eu 26 anos menos do que ele, muito aprendendo eu com a sua convivência, datou de princípios de 1916, quando se fixou definitivamente nesta capital, coincidindo com meu 4 ano de direito. Essa amizade durou os seus oito anos restantes de vida, eu a lembro com saudades hoje às vésperas do 46 aniversário de sua morte (AZEVEDO, 1982, p. 70).

Visitava-o, quando era solteiro, quase todas as manhãs de domingo, após a Missa, palestrando sobre assuntos variados (religião, literatura, ciências políticas e sociais), mas mui especialmente sobre história. Visitávamos-nos [sic], mutuamente, com frequência desde 1922. Gozavam de sua intimidade muitos outros, principalmente, entre os sobreviventes, meus amigos Adroaldo Mesquita da Costa e Ruben Rosa²⁸⁸, seus antigos discípulos, o primeiro no “Conceição” e o segundo no “Anchieta” (AZEVEDO, 1982, p. 71).

Apesar de a trajetória escolar em instituição confessional ser uma referência importante a ser levada em conta na conformação de uma certa identidade religiosa, certamente ela não é uma determinação inescapável. Na defesa que faz de parecer emitido pelo IHGRGS (1955), contrário a ereção de monumento a Sepé Tiaraju, Moysés Vellinho lembra de seus vínculos com os jesuítas na mocidade:

²⁸⁸ Nascido em 1902 em Porto Alegre, Ruben (Machado) Rosa estudou no Colégio Anchieta de 1912 a 1915, formando-se em Bacharel em Direito pela Faculdade de Porto Alegre em 1924. Atuou como advogado, professor, ministro do Tribunal de Contas e Ministro do Supremo Tribunal Federal. Na sua bibliografia, constam obras do campo do Direito (MARTINS, 1978, p. 505).

Tenho grande respeito pela Ordem de Santo Inácio, a cujos mestres devo o melhor de minha formação. Muito me prezo de ter sido aluno do Anchieta e não me esqueço de que foi por empenho de um jesuíta, o saudoso Padre Enrique [sic] Book²⁸⁹, que, ainda ginasião, vi publicado o meu primeiro artigo no “Correio do Povo” (VELLINHO, 1957, p. 155).

Vinte e cinco anos após a morte de Carlos Teschauer, em meados da década de 1950, uma grande polêmica terá lugar no IHGRGS, com desdobramentos na imprensa local, a qual envolve o lugar ocupado (ou não) pelas Missões Jesuíticas na história do estado. Ainda que indiretamente, a produção historiográfica de Teschauer (especialmente, sua obra *A História do Rio Grande do Sul dos dois primeiros séculos*, publicada em três volumes, em 1918, 1921 e 1922) está no centro deste debate, haja vista ela ter inserido a experiência missioneira dos séculos XVII e XVIII na história do estado. O projeto formulado por seus *amigos e admiradores*, de instituí-lo, ainda em vida (1926), em “pai da história” do Rio Grande do Sul, nesta ocasião e na década seguinte, sofreu seu derradeiro golpe, por meio especialmente da contundente crítica feita por Moysés Vellinho (2005).

Referências:

AZEVEDO, Armando Dias de. O Padre Hafkemeyer. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, n. 122, p. 69-74, 1982.

BELOCH, Israel e ABREU, Alzira Alves de (Coord.). *Dicionário histórico-geográfico brasileiro 1930-1983*. Rio de Janeiro: CPDOC-FVG / Forense Universitária, 1984.

BERNARDI, Mansueto. *O primeiro caudilho rio-grandense*. Porto Alegre: Globo, 1957.

²⁸⁹ Nascido na Alemanha (1872), o Padre Henrique Book veio para o Brasil em 1896, “para fazer o magistério no Colégio Conceição, São Leopoldo” (SPOHR, 2011, p. 104). Veio para o Colégio Anchieta transferido do Colégio Catarinense (Florianópolis), morando em Porto Alegre desde então (1916) até sua morte, ocorrida em 1946; “(...) sempre em cargos de responsabilidade como prefeito geral, secretário, prefeito dos estudos, procurador da Vice-Província, Diretor do Colégio (1928-1935), e novamente secretário (...)” (SPOHR, 2011, p. 105).

BERNARDI, Mansueto. *Missões, índios e jesuítas*. Porto Alegre: EST/Sulina, 1982.

CARVALHO, Mario Teixeira de [1937]. *Nobiliário sul-rio-grandense*. Porto Alegre: Edigal, 2011.

COUTINHO, Afrânio (Dir.). *Brasil e brasileiros de hoje*. Vol. I e II. Rio de Janeiro, Sul Americana, 1961.

Dicionário biobibliográfico de autores brasileiros. Brasília: Senado Federal, 1999.

FRAGA, Andréia Silva de. *Imprensa estudantil e práticas de escrita e de leitura: a Revista "O Estudo" (Porto Alegre/RS, 1922 a 1931)*. Porto Alegre: UFRGS, 2012 [Dissertação de Mestrado em Educação].

GANS, Magda Roswita. *Presença teuta em Porto Alegren o século XIX (1850-1889)*. Porto Alegre: ANPUH-RS/UFRGS, 2004.

Homenagem da Brigada Militar ao emérito estadista rio-grandense Dr. Júlio Prates de Castilhos no 30 dia de seu falecimento (24 de novembro de 1903).

KREUTZ, Lúcio. *Das Schulbuch (O livro escolar), 1917-1938*. Um periódico singular para o contexto da imprensa pedagógica no período. *História da Educação*, Pelotas, n. 23, p. 193-215, set/dez 2007.

LAYTANO, Dante de. *Manual de fontes bibliográficas para o estudo da História Geral do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1979.

MARTINS, Ari. *Escritores do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: IEL/UFRGS, 1978.

MARTINS, Jefferson Teles. *O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e o Espaço Social dos Intelectuais*. Porto Alegre: PUCRS, 2015 [Tese de Doutorado em História].

NEDEL, Letícia Borges. É preciso interrogar o pragmatismo político e a eficácia simbólica do tradicionalismo. Entrevista concedida à Vitor Necchi. *IHU-on line*, Revista do Instituto Humanitas UNISINOS, São Leopoldo, ano XVI, n. 493, p. 47-51, 19 set 2016.

O Rev. Padre Carlos Teschauer S.J., historiador do Rio Grande do Sul. Homenagem dos seus amigos e admiradores. Porto Alegre: Typographia do Centro, 1926.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: 1900-1930.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 1921-1930.

SILVA, João Pinto da [1924;1930]. *História literária do Rio Grande do Sul*. 3ª ed. Porto Alegre: IEL/Corag, 2013.

SOUZA, Blau; NEUBARTH, Fernando; CUNHA, Franklin; DEGRAZIA, José Eduardo (Org.). *Médicos (pr)escrevem 7*. Vidas e obras. Porto Alegre: SIMERS / AGE, 2001.

SPOHR, Inácio. *Memória de 665 jesuítas da Província do Brasil Meridional*. Porto Alegre: Padre Reus, 2011.

TESCHAUER, Carlos [1918]. *História do Rio Grande do Sul dos dois primeiros séculos*. Vol. I. 2ª ed. São Leopoldo: UNISINOS, 2002.

TESCHAUER, Carlos [1921]. *História do Rio Grande do Sul dos dois primeiros séculos*. Vol. II. 2ª ed. São Lepoldo: UNISINOS, 2002.

TESCHAUER, Carlos [1922]. *História do Rio Grande do Sul dos dois primeiros séculos*. Vol. III. 2ª ed. São Leopoldo: UNISINOS, 2002.

VELLINHO, Moysés [1955]. Defesa do Parecer da Comissão de História. In:

VELLINHO, Moysés [1964]. *Capitania D'El Rei* . 2 ed. Porto Alegre: IEL / CORAG, 2005.

VILLAS-BÔAS, Pedro. *Notas de bibliografia sul-rio-grandense*. Autores. IEL/A Nação, 1974.

ZALLA, Jocelito. O Rio Grande da Globo: temporalidades regionalistas e edição de livros (1924-1960). *História UNISINOS*, São Leopoldo, vol. 19, n. 3, p. 313-324, set/dez 2015.

MEMÓRIA E PAISAGEM NA POESIA ITAQUIENSE

JUCELINO VIÇOSA DE VIÇOSA²⁹⁰

MARIA LUIZA BERWANGER²⁹¹

CLEUSA MARIA GOMES GRAEBIN²⁹²

Resumo: O presente artigo tem como tema o estudo de poemas de autoria de José João Sampaio da Silva e Mário Rubens Battanoli de Lima, com descrição das paisagens geográficas e subjetivas de Itaquí-RS. Pretende-se realçar a atuação das figuras mediadoras e sua significação na paisagem itaquicense, destacando-se aspectos da memória individual e da coletiva, evidenciados pela verificação de marcas e traços de paisagens geográficas e subjetivas, a fim de se configurar/reconfigurar uma paisagem poética pela mediação dos poemas estudados. O estudo das paisagens de Itaquí e suas representações subjetivas e coletivas presentes nas construções poéticas se justifica em razão da configuração do lugar e as experiências artísticas e culturais nele vivenciadas.

Palavras-chave: memória; paisagens; configuração; poesia.

Resumen: El presente artículo tiene como tema el estudio de poemas de autoria de José João Sampaio da Silva y Mario Rubens Battanoli de Lima, con descripción de los paisajes geográficos y subjetivos de Itaquí-RS. Se pretende realzar la actuación de las figuras mediadoras y su significación en el paisaje itaquicense, destacándose aspectos de la memoria individual y colectiva, evidenciados por la verificación de marcas y trazos de paisajes geográficos y subjetivos, a fin de configurarse / reconfigurar un paisaje poético por la mediación de los poemas estudiados. El estudio de los paisajes de Itaquí y sus representaciones subjetivas y colectivas presentes en las construcciones poéticas se justifica en razón de la configuración del lugar y las experiencias artísticas y culturales en él vivenciadas.

Palabras clave: memoria; paisajes; configuración; poesía.

1 Introdução

O presente artigo tem como tema o estudo dos poemas *Entrando no*

290 Mestrando do PPG-Memória Social e Bens Culturais do Unilasalle/Canoas – RS e Servidor Técnico Administrativo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Endereço eletrônico: jucelino.vicosa@yahoo.com.br; jucelino.vicosa@ufrgs.br.

291 Doutora em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1995) e Pós-Doutorado em Literatura Comparada pela Université de la Sorbonne-Nouvelle Paris. Professora, Pesquisadora e Orientadora do Programa de Pós Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Professor Pesquisador Sênior do Mestrado em Memória Social e Bens Culturais no Centro Universitário La Salle - UNILASALLE.- Canoas – RS. Endereço eletrônico: maria.silva@unilasalle.edu.br

292 Possui Doutorado (2004) e Mestrado (1998) em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Atualmente é professora e coordenadora do PPG em Memória Social e Bens Culturais do Unilasalle. Coordenadora do Museu Histórico La Salle (Unilasalle); vice-líder do Grupo de Pesquisa Memória, Cultura e Identidade; Editora da Mousseion Revista Eletrônica. Endereço eletrônico: cleusa.graebin@unilasalle.edu.br.

*Bororé*²⁹³ de José João Sampaio da Silva e *Canção de ninar*²⁹⁴, de Mário Rubens Battanoli de Lima, com descrição das paisagens geográficas e subjetivas de Itaqui-RS. Tem-se como objeto de pesquisa a configuração das paisagens presentes nos poemas, com ênfase na produção poética dos dois autores itaquienses, considerando-se a trajetória de cada um e o modo como recriam as atividades e vivências do cenário fronteiriço.

José João Sampaio da Silva, nascido em Itaqui, no dia 14 de agosto de 1957, e Mário Rubens Battanoli de Lima, nascido a 26 de agosto de 1953, são poetas contemporâneos e integram a corrente regionalista/tradicionista do Rio Grande do Sul, cuja produção poética está voltada, principalmente, para o segmento da música tradicionalista. Ambos têm reconhecida atuação no mercado fonográfico do RS por serem autores de sucessos, entre outros, como “*O Baile das Negra Touro*”, “*Galope do Mouro*”, “*Bagual Corcoveador*” e “*Entrando no Bororé*” (objeto desse estudo), de autoria de João Sampaio; assim como “*Cadela Baia*”, “*Lobisomem do Arvoredo*” e “*Estouro de Tropa*” de autoria de Lima, tendo sido gravadas pelo mesmo, porém com o nome artístico de Mano Lima.

Tanto João Sampaio como Mano Lima, no que diz respeito à sua atuação enquanto expoentes do regionalismo/tradicionismo gaúcho, têm seu reconhecimento no Estado e além fronteiras, com indicações para o Prêmio Açorianos de Música²⁹⁵, na categoria regional, com seus álbuns e composições. Sampaio tem muitas de suas composições gravadas que, primeiramente, foram lançadas em seus livros de poemas (14 ao todo), tendo passado por algumas modificações em razão das exigências melódicas.

Já Lima compõe obras voltadas à temática campeira, em razão de sua vivência e, como cantor, explora o lado engraçado/humorístico em

²⁹³ Poema integrante da obra **Para alguns iluminados**. Desantis: São Luiz Gonzaga, 1999. Música integrante do cd **Lá vem o Rio Grande a cavalo** (1993). Gravada pelo Grupo Quero Quero. (Faixa 5).

²⁹⁴ Poema integrante do cd **Campo Afora**. Gravada por Mano Lima, 1993. (Faixa 5).

²⁹⁵ Maior premiação da música do Rio Grande do Sul, o **Açorianos de Música** foi instituído em 1991 pela Secretaria Municipal da Cultura de Porto Alegre. A cada ano, o prêmio destaca lançamentos fonográficos realizados no estado, divididos em categorias como pop, instrumental, MPB, regional e erudito – além das premiações individuais para músicos, produtores, compositores e intérpretes.

situações que reproduzem o cotidiano da campanha em tempos passados; argumenta que sua finalidade é de divertir e mostrar como era possível aliviar a carga de um estafante dia de trabalho, bem como criar um agradável clima de convivência entre os peões. Assim, o cantor Mano Lima construiu um tipo que cativa o público que admira músicas engraçadas, com linguagem peculiar e melodia simples, resultando num reconhecimento pela premiação já recebida e vendagem de discos.

Salienta-se que os poemas musicados atuam como mediadores potenciais da travessia da paisagem de Itaqui a outros lugares, realçando-se a atuação das figuras mediadoras e sua significação na paisagem itaquense, destacando-se aspectos da memória individual e da coletiva, evidenciados pela verificação de marcas e traços de paisagens geográficas e subjetivas, a fim de se configurar/reconfigurar uma paisagem poética pela mediação dos poemas estudados.

2 Memória

Considerando-se que uma lembrança pode ser construída e reconstruída, é preciso trazer uma semente de rememoração para que se transforme em “massa consistente de lembranças”; nesse caso, a primeira testemunha a quem se pode recorrer é ao próprio sujeito. Os sentimentos e pensamentos buscam sua fonte nos meios e circunstâncias sociais definidas e as lembranças permanecem coletivas, sendo lembradas através do outro (HALBWACHS, 1990). Desse modo, a memória se configura como um processo em que há uma busca constante de se construir/desconstruir e sua conquista sempre se apresenta de forma fragmentária, inacabada (BERND, 2013).

A memória pode ser entendida como o elemento capaz de estruturar uma identidade, organizar seu sentido (CANDAU, 2014); de modo que, para o indivíduo, os acontecimentos passam a integrar sua trajetória de vida, suas vivências, seus desdobramentos, mediando os aspectos peculiares de Itaqui, no caso deste artigo, para que possam ser ressimbolizados a partir da paisagem evidenciada nos sujeitos configurados nos poemas.

Salienta-se que esses acontecimentos povoam o imaginário, e este permite ao indivíduo sentir-se parte integrante de suas memórias, sem levar em consideração se viveu ou não o que está sendo contado, isto é, possibilita ao sujeito a oportunidade de reproduzir experiências vivenciadas por meio de suas próprias impressões, dando-lhe o caráter de uma atividade criativa e capaz de articular sua sensibilidade com a representação de uma dada realidade, vivida ou imaginada (POLLAK, 1992).

Os poetas estudados se utilizam de suas lembranças para reproduzir fatos de um passado ao qual pertenceram ou tomaram conhecimento por meio das narrativas de outras pessoas e, com a produção de seus versos, conseguem expor sua visão de mundo e de povo, utilizando-se das figuras integrantes dos poemas como meio de propagação de seu pensamento e de suas convicções. Assim, cada período vivido, cada situação experimentada torna-se capaz de deixar suas marcas dentro da história pessoal desses autores e, a partir daí, podem surgir as mais variadas interpretações e significações.

Com o emprego dos vestígios memoriais (BERND, 2013), busca evidenciar-se a reprodução de um mural representativo do município de Itaqui em que os versos servirão como testemunha da história e dos fatos ocorridos, isto é, a vida rural interiorana é apresentada pela atuação de personagens simples, possibilitando que se analisem os fatos acontecidos num passado remoto e que podem ter servido de origem à construção de um tipo, a partir das observações e impressões dos autores, que descrevem as figuras e sua interação no contexto da época.

3 Paisagem

Enfocar a presença da paisagem nas produções literárias significa abordar a relação da geografia com a subjetividade. De maneira que trabalhar com a poesia de José João Sampaio da Silva e Mário Rubens Battanoli de Lima caracteriza-se por apresentar a paisagem geográfica de Itaqui em seu contexto rural, assim como demonstrar a sensibilidade dos autores no momento em que produzem versos. Diante de uma paisagem, a

emoção que se experimenta traduz uma noção de pertencimento ao universo natural por parte do espírito humano, uma vez que a paisagem está diretamente ligada ao campo de observação de um sujeito, sendo vista como o lugar em que se permite uma troca entre a figura integrante do cenário e o mundo que a cerca (COLLOT, 2013).

O “pensamento paisagem²⁹⁶” tem a capacidade de ampliar tudo o que é subjetivo, visto como produto de um olhar sobre um espaço geográfico, provocando uma transformação nesse por meio da subjetividade. De modo que há uma espécie de aliança entre o interior (aspectos subjetivos) e o exterior (a realidade objetiva) em que passa a ter sua definição a partir do ponto de vista de um sujeito sobre o mundo (COLLOT, 2013). Considerando-se que a forma como cada um observa depende exclusivamente de seu ponto de vista, dando-lhe a devida extensão e caracterização, e, dessa maneira, ampliam-se os horizontes, dando-se ênfase à caracterização das paisagens identificadas como geografia simbólica, uma vez que esta enfatiza transformação e uma passagem como desdobramento da paisagem (BERWANGER, 2010).

Com relação ao espaço, entende-se que cada indivíduo tem sua própria maneira de representá-lo, ou seja, a subjetividade do olhar é quem determina a configuração desse espaço, sendo que este se torna capaz de responder aos entrecruzamentos dos tempos sociais onde está localizada a lembrança e os grupos fixam, de maneira provisória ou definitiva, os acontecimentos vivenciados por seus integrantes (HALBWACHS, 1990).

Assim sendo, a paisagem e o vocabulário característico funcionam como aspectos ilustrativos do contexto itaquense sem, contudo, significar alguma limitação para as possibilidades interpretativas presentes numa mensagem bastante simples e, ao mesmo tempo, rica e humana.

4 Ressignificação da paisagem presente nos poemas

No poema *Entrando no Bororé*, José João Sampaio da Silva enfoca a paisagem interiorana de um fim de tarde itaquense, em que um

²⁹⁶ Trata-se[...] de um pensamento partilhado, do qual participam o homem e as coisas (COLLOT, 2013, p. 29).

indivíduo, montado em seu cavalo, encerra o dia de atividades. Inicia descrevendo a figura humana constante do poema, ressalta a companhia do cachorro, companheiro do peão em seus afazeres, e dá a localização do espaço geográfico em que transcorre a cena, ao escrever: “*Lá vem o Vitor “solito”, entrando no Bororé / E um cusco brasino ao tranco, na sombra do pangaré*”. De poucas posses, o tipo humano é representado apenas como alguém de “*chapéu grande, lenço negro, jeitão calmo de quem chega*”; para logo em seguida finalizar a primeira estrofe com a paisagem característica de um entardecer na fronteira oeste do Rio Grande do Sul, comparando-o a uma obra de arte, ressaltando: “*Na tarde em tons de aquarela, lembra um quadro do Berega*”²⁹⁷.

Desse modo, a linguagem poética busca revelar a magia que está contida na língua, edificando as paisagens visualizadas pelo poeta, uma vez que este torna-se capaz de vibrar diante dos elementos integrantes de uma paisagem em face de sua subjetividade estreitamente ligada a este cenário (COLLOT, 2013).

Na estrofe seguinte, Silva insere no cenário a interação do peão rural, em sua faina diária e constante, e o cavalo, esse com sua inquietação natural “*O flete troteando, alerta, bufa e se nega pra os lados*”; assim como as aves, mais especificamente a perdiz que é desalojada de seu ninho pela indocilidade do cavalo e levanta voo, acabando por se chocar contra um dos arames da cerca “*E uma perdiz se degola no último fio do alambrado*”. Neste momento, a paisagem se configura como o caminho a ser trilhado por quem busca realizar uma descrição poética de um momento vivenciado, mesclando elementos da natureza representados pelos animais e demais componentes do cenário natural.

A linguagem torna-se capaz de traduzir os aspectos paisagísticos e

²⁹⁷ “Luiz Alberto Pont Beheregaray, Berega, nasceu em 1934 na cidade gaúcha de Uruguaiana, fronteira com a Argentina. Residiu em Porto Alegre de 1958 a 2000, exercendo as atividades de bancário, empresário e artista plástico, quando voltou a sua cidade natal, exercendo a atividade de pecuarista. [...] Sua temática foi recorrente às impressões da cultura de sua terra, sua região, e suas impressões de sua infância em meio ao pampa gaúcho: sua gente, sua cultura e suas coisas e o inseparável cavalo. Neste quesito, rompeu fronteiras e o retratou em inúmeras raças, nos infinitos movimentos, usos, culturas e esportes”. Disponível em: <<http://www.berega.com.br/pagina2.htm>>. Acesso em: 07/07/2016.

geográficos vislumbrados pelo autor, fazendo com que o texto produzido traga consigo os sons, os gestos e outros detalhes da paisagem configurada, ressignificando-a de modo a orquestrar a geografia e a subjetividade integrantes do “pensamento-paisagem” elaborado a partir do poema.

Nos versos seguintes, Silva expressa a religiosidade e o sentimento de amizade presentes nas pessoas do campo, inclusive indicando a emoção do momento, ao escrever *“Apeia na cruz da estrada e o seu olhar se enfumaça / Saca o sombrero em silêncio, por respeito à sua raça”*. Sintetiza o tipo humano em que o gaúcho ora representado é um trabalhador que está finalizando sua rotina e que, para o autor, reveste-se de uma beleza significativa: *“Lá vem o Rio Grande a cavalo, / Entrando no Bororé, / Lá vem o Rio Grande a cavalo, / Que bonito que ele é”*.

Collot (2013) sustenta que a chamada ‘estética da paisagem’ oportuniza o encontro entre o ser humano e suas respectivas matrizes, envolvendo o mundo, o sujeito, as identidades possíveis e as alteridades. Por meio da dimensão espacial, há possibilidade de expressar o pensamento do sujeito, as dimensões humanas e seu envolvimento com a paisagem, representado pelas manifestações afetivas expressas.

Após o momento de reflexão e respeito por quem morreu, o peão retoma seu caminho instante em que, ao montar, novamente se revela a simbiose entre ser humano e animais no contexto do pampa gaúcho, pois uma borboleta, com sua graça e beleza, pousa no freio do cavalo, enquanto se pode ver uma garça cortando o céu em seu voo de retorno: *“Procura a volta do pingo e alça o corpo sem receio / Enquanto uma borboleta senta na perna do freio / ‘Inté interte’ o cristão, que se cruza campo a fora / Mirar a garça matreira no seu pala cor de aurora”*.

Entende-se a paisagem como a resultante de uma interação entre o olhar do ser humano e o contexto ao qual está inserido, captando elementos significativos de binômios como natureza e cultura, com aspectos de interioridade e exterioridade, ressaltando os fatores individuais e os coletivos, bem como situações reais e imaginárias.

Ao voltar para casa, após concluir sua jornada de trabalho, o gaúcho

encontra seu rancho vazio, salientando-se que o mesmo foi uma construção pessoal com o propósito de abrigar uma possível companheira, mas que essa possibilidade ficou restrita ao campo dos sonhos. Então só resta seguir o caminho de casa, rumar com as aves para dar um fecho à tarde e esperar que a noite venha para, quem sabe, acalentar novos sonhos: *“Pois lá num rancho de leiva, que ele ergueu com seu suor / Fica um sonho por metade de quem vive sem amor / Num suave bater de asas, cruza um bando, sem alarde, / E as garças e o Vitor somem lá na lonjura da tarde”*.

De acordo com Collot (2013), a paisagem se torna uma fonte de horizontes estéticos a estimular a criação e a imaginação humanas, tornando-se um estado de ‘alma’ capaz de oportunizar ao poeta a captação dos elementos da natureza e suas manifestações, descrevendo-os numa linguagem toda própria, descortinando as mais diversas emoções.

Por sua vez, Lima traz no poema *Canção de ninar* aspectos relacionados à sua infância, a partir de uma paisagem tão próxima ao autor, ou seja, o cotidiano de uma tropa. Tem-se a associação entre cantigas, a de ninar e a de ronda, e uma criança que dorme ao som de um cantar tão próximo *“Num rancho de palha e barro / Um gurizinho dormia / Escutando esta cantiga / Que até a mãe repetia”*. Salientando-se que o tropeiro também se utiliza da cantiga como forma de acalmar a boiada, num caso como a ronda, hora em que os animais são reunidos para o descanso, como nos versos: *“Uma cantiga de ronda / Em noites de calma / Quando o tropeiro cantava / De muito longe se ouvia”*.

Tem-se aqui, novamente, a experiência do pensamento paisagem, pois entre a figura humana, a paisagem geográfica e os animais que integram o cenário rural há constantes interações, de modo que um age sobre o outro, ao mesmo tempo em que exercem e sofrem influências no momento dessa convivência. Portanto, pode-se dizer que *“Uma vez que a paisagem está ligada a um ponto de vista essencialmente subjetivo, ela serve de espelho à afetividade, refletindo os ‘estados da alma’*. A paisagem não está apenas habitada, ela é *vivida”* (COLLOT, 2010, p. 207).

Daí se compreende que:

Enquanto horizonte, a paisagem propicia tanto adivinhar quanto perceber: não é um dado objetivo, imutável, que bastaria descrever ou reproduzir. É um fenômeno que muda segundo o ponto de vista que se adota, e que cada sujeito reinterpreta em função não só do que vê, mas do que sente e imagina (COLLOT, 2013, p. 192).

No verso seguinte, “*Mas o tempo foi passando / A tropa nunca mais vi / Só ‘ficou’ marcas da ronda / No coração do guri*”, percebe-se a presença do processo evolutivo, ou seja, o transporte de animais na região passa a ser feito por modal rodoviário, no sistema embarcado, e já não se faz mais necessária a utilização dos tropeiros para a entrega desses animais.

E o ser humano, neste espaço de sofrimento e inquietação, deixa-se envolver pelo momento mágico representado pelo avanço dos dias e a passagem do tempo, na esperança de que o sol possa lhe aquecer os sonhos de permanência, mas que não se realizam, diante das marcas deixadas pela realidade presente. Por isso que o autor expressa “*O tempo, amigo, é igual tropa / Que parte pra o saladeiro / Só deixa marcas da taipa / Na memória do tropeiro*”, ou seja, a leitura dos versos permite observar que o que representava apenas uma expectativa finalmente se concretizou, a vida de antigamente não existe mais, a modernidade chegou e está a exigir uma nova paisagem, como se o vento tivesse mandado para longe o que ainda havia de passado, cabendo incorporar as lembranças presentes, reproduzindo-as nos acordes de um saudoso cantar.

Assim sendo, assegura-se que a paisagem se cristaliza a partir da união entre memória, sensibilidade e experiência, captadas pelo olhar, reunindo sensações e percepções. Por sua vez, a memória acaba fixando as impressões captadas, assegurando-lhes significado e existência (FIGUEIREDO, 2010). Evidenciando-se uma convivência entre pessoas e animais num cotidiano que redesenha o espírito e as atitudes do ser humano em constante transformação. Percebe-se que o ambiente da fronteira exerce sua atuação sobre as pessoas, oportunizando aprendizagens a partir da vivência das ocorrências cotidianas, de modo que o elemento humano acaba se incorporando à paisagem, tornando-se

capaz de compreender o que ocorre em seu entorno.

Ao cair da noite, o campo silencia e a vida se aquieta, cada um se volta, então, para seus pensamentos e a realidade presente está a gritar que os tempos são outros, é isso que se depreende ao ler “*Aquele rancho de barro / Aonde o guri nasceu / Tá no meu peito cravado / Porque o guri era eu*”. Como a assegurar que as pessoas também irão se confrontar com transformações no espaço, pois serão necessários novos elementos para fazer frente às exigências de um futuro que se apresenta.

Por fim, a realidade pode ser constatada até por quem nela está inserido, ao se perceber que, em face disso, finda-se uma atividade e o tropeiro terá que tomar outro rumo, mesmo sem ter noção de qual seja, pois era especialista numa única atividade. Assim, o que lhe resta é tentar domar o destino e carregar consigo a saudade presente, definitivamente enraizada em sua memória. “*Estas cantigas de ronda / Chorosas parecem ir / Ainda embalar minhas noites / Na hora em que eu vou dormir*”.

A produção poética busca reproduzir a natureza campeira, isto é, captar o ambiente rural com seus detalhes e nuances, numa convivência entre seres humanos e animais, ressaltando a integração entre o elemento humano e a paisagem natural, numa simbiose entre pessoas e o meio ambiente, com as atuações de um sobre o outro acabando por determinar os modos de vida de quem habita o espaço da zona rural.

Desse modo, pode-se estabelecer que a paisagem não se caracteriza por ser apenas uma mera representação, nem somente uma simples presença, caracterizando-se como o entrecruzamento entre representação e presença, entendendo-se o pensamento-paisagem como sendo o elemento de transgressão entre as dicotomias. A paisagem é um espaço transicional e de transferências estéticas e culturais, onde o sujeito não reside apenas nele próprio, abrindo-se para o “fora”.

Assim procedendo, constituem-se tanto novas espacialidades, nas quais Itaqui se apresenta como lugar próximo enquanto geografia local, passível de universalidade e novas temporalidades nas quais presente, passado e futuro podem realizar-se simultaneamente.

Reflexões Finais

As imagens poéticas construídas objetivam articular o real e o simbólico, ao partir de elementos e situações reais, busca-se envolvê-las com aspectos relacionados ao imaginário, à fantasia, dando ênfase nas questões subjetivas representadas. Por outro lado, os tipos se expressam de acordo com sua natureza, empregando uma linguagem simples, revestida de conotação telúrica e construindo imagens que possam servir como argumentação a posicionamentos pessoais. Como se pode evidenciar no trabalhador regressando ao seu lar e numa pessoa já adulta que rememora uma cantiga de infância que a remete a um tempo que já não mais existe: o dos tropeiros.

A experiência da paisagem mobiliza os sentidos e a percepção, acabando por confrontar quem a descreve com a materialidade presente no mundo. No “pensamento-paisagem”, a representação acaba sendo substituída pela presença; e se a poesia trabalha no espaço de falta, o “pensamento-paisagem” é a confissão do autor diante desse espaço vazio.

Em face disso, pode-se dizer que tanto Silva quanto Lima buscam na memória aqueles elementos capazes de comporem o quadro paisagístico das lembranças por eles incorporadas, para transformá-las em poesia.

No momento em que se articulam os campos simbólicos e os não-simbólicos, entende-se que há um outro lugar configurado como lugar de passagem e de mediação, capaz de proporcionar traços de um quadro que se amplia no espaço, fazendo com que a paisagem local se descortine num processo de constante construção. A paisagem, assim, pode ser entendida como resultante do modo de olhar de cada um diante de uma construção cultural, ou seja, trata-se de uma ressignificação pessoal a partir da organização subjetiva da natureza e do espaço.

A paisagem fronteiriça reveste-se de suas nuances peculiares de linguagem (solito / inté / interte / ronda / saladeiro, por exemplo), cenário geográfico (rancho de leiva / rancho de barro), inserção da paisagem natural (garças, borboleta, perdiz, boiada) e a ressignificação de situações metafóricas (Lá vem o Rio Grande a cavalo / tá no meu peito cravado /

olhar se enfumaça / chorosas parecem ir), fazendo com que, por meio da leitura simbólica dos poemas, possa se sublinhar as transformações da paisagem geográfica e cultural em paisagem poética e artística, considerando-se que o ambiente exerce uma atuação sobre os seres humanos ao longo da vivência de ocorrências cotidianas.

Referências

BERND, Zilá. **Por uma estética dos vestígios memoriais**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

BERWANGER, Maria Luiza. **Paisagens do dom e da troca**. Porto Alegre: Literalis, 2009.

_____. Regionalismo mundializado. In: **Raido**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFDG: Dourados – MS. vol. 4, n. 8, jul.dez. 2010.

CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto. 2014.

COLLOT, Michel. Do horizonte da paisagem ao horizonte dos poetas. In: ALVES, Ida Ferreira; FEITOSA, Marcia Maria Miguel (orgs.). **Literatura e paisagem**: perspectivas e diálogos. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2010. (p. 205-217).

_____. **Poética e filosofia da paisagem**. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2013.

FIGUEIREDO, Carmem Lúcia Negreiros de. Paisagem em três lições. In: ALVES, Ida Ferreira; FEITOSA, Marcia Maria Miguel (orgs.). **Literatura e paisagem**: perspectivas e diálogos. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2010. (p. 205-217).

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Estudos Históricos: Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

NARRATIVAS SOBRE AUTOS DE RESISTÊNCIA: DESMENTIDO E REDES DE SOLIDARIEDADE

Marcela Werneck²⁹⁸
Vera Dodebei²⁹⁹

RESUMO: Esta comunicação tem por objetivo apresentar um estudo, ainda preliminar, sobre o patrimônio afetivo de comunidades que vivem em regime de violência, com foco nas narrativas memoriais que compõem os registros policiais chamados “homicídios decorrentes de intervenção policial” ou “autos de resistência”. Sugere-se a classificação das narrativas no exemplo do desmentido, a partir da interpretação política do conceito de trauma do psicanalista Sandor Ferenczi elaborada por Gondar (2012). Analisa-se o registro do auto de resistência, considerando-se que este documento está ancorado na reprodução de uma narrativa-padrão que antecipa a conclusão à investigação técnica e criminaliza a vítima em função de seus antecedentes criminais e do contexto de violência do local da ação (MISSE, 2011). Conclui-se que por meio da formação de redes de solidariedade, os familiares e apoiadores, com o auxílio de recursos jurídicos e tecnológicos, se engajam em uma disputa pelo reconhecimento de narrativas de memória divergentes da versão oficial apresentada pelas forças de segurança do Estado, transformando-se em empreendedores da memória, na concepção de Jelin (2002).

Palavras-chave: autos de resistência; narrativas memoriais; desmentido; redes de solidariedade; patrimônio afetivo

ABSTRACT: This communication aims to present a study, although preliminary, about the affective heritage of communities living under violent conditions, focusing on memorial narratives that make up the police records called "homicide resulting from police action" or "acts of resistance". It is suggested that such narratives may be classified as examples of denials, based on the political interpretation of psychoanalyst Sandor Ferenczi's concept of trauma elaborated by Gondar (2012). The registry of the “act of resistance” is analyzed, considering that this document is anchored in the reproduction of a standard narrative that anticipates the conclusion of the technical investigation and criminalizes the victim based on their criminal record and the context of violence of the site where the action took place (MISSE, 2011). It is concluded that with the formation of networks of solidarity, family members and supporters, with the aid of legal and technological resources, engage in a struggle for the recognition of memorial narratives that divert from the official version presented by state security forces, becoming memory entrepreneurs, as put by Jelin (2002).

Keywords: acts of resistance; memorial narratives; denial; networks of solidarity; affective heritage.

²⁹⁸ Mestre em Memória Social – UNIRIO. Email: marcelawerneck@yahoo.com

²⁹⁹ Profa Titular do Programa de Pós-graduação em Memória Social – UNIRIO. Email: dodebei@gmail.com

Introdução

Esta comunicação tem por objetivo propor a classificação das narrativas memoriais sobre os chamados “homicídios decorrentes de intervenção policial” ou “autos de resistência” como exemplos de desmentidos geradores de traumas, na concepção do psicanalista Sandor Ferenczi, mas sob uma perspectiva política, conforme apresentado por Gondar (2012). Para pesquisadores como Michel Misse (2011) e órgãos como a Anistia Internacional (2015), estas são formas institucionalizadas de violência contra uma população específica, em espaços específicos: negros, jovens e pobres habitantes de favelas e periferias.

O registro do auto de resistência está ancorado na reprodução de uma narrativa-padrão sobre o desenrolar dos acontecimentos que antecipa a conclusão à investigação técnica, em função de uma rede de proteção entre policiais civis e militares, da escassez de recursos investigativos, do grande volume de ocorrências e do senso comum entre os agentes de que a morte de um criminoso é benéfica para a sociedade. (MISSE, 2011) Em alguns casos que alcançam notoriedade, entretanto, seja pela excessiva violência, pela pouca idade da vítima ou devido a registros amadores em vídeo feitos nos celulares dos moradores das comunidades, a narrativa oficial pode ser questionada e desconstruída por uma rede de apoio formada por familiares das vítimas determinados em obter justiça.

Autos de resistência no Brasil: instituição da pena de morte?

O Brasil ocupa o topo do ranking mundial em número de homicídios. Segundo a Anistia Internacional, no ano de 2012 foram 56 mil registros. A maioria destas vítimas tinha entre 15 e 29 anos e 77% destes jovens eram negros. No estado do Rio de Janeiro, o número de mortes cometidas por policiais é alarmante: quase 8.500 casos entre 2005 e 2014, ano em que o número representou 15,6% do total de homicídios. As vítimas se enquadram em um perfil específico: na capital, entre 2010 e 2013, 99,5% das 1.275 eram homens, 79% negros e 75% na faixa etária acima descrita.

Quando um policial comete um homicídio em serviço, a legislação logicamente determina que haja uma investigação sobre o ocorrido. O auto

de resistência é o registro de ocorrência (RO) na delegacia da respectiva área de circunscrição, contendo a alegação de que o homicídio ocorreu em legítima defesa ou para vencer a resistência do suspeito à ordem de prisão, não constituindo portanto crime. Os altos números destas ocorrências e o posterior arquivamento sugerem, entretanto, que no Brasil há uma prática habitual de execuções corroborada pelo sistema judiciário. A morte geralmente é comunicada à delegacia civil pelos próprios policiais participantes na ação, que também assinam como testemunhas. Na seção “ocorrências” do RO, é especificado o crime de homicídio cometido pelo policial, assim como aquele praticado pelo morto, como por exemplo tentativa de homicídio contra os agentes ou resistência à prisão, inflingindo-lhe o status simultâneo de vítima e autor. A estas informações acrescentase o Termo de Declaração dos policiais envolvidos, ou seja, a descrição da sequência de ações que levaram ao homicídio. Ocorre que, conforme argumenta Misse (2011), tais textos seguem um modelo padrão, e antes que seja realizada uma investigação técnica e imparcial, conclui-se pela culpabilidade da vítima:

Os Termos de Declaração presentes em diferentes registros classificados como "autos de resistência" também se parecem bastante, compondo uma espécie de narrativa padrão observável na grande maioria dos casos. Isto aponta para o compartilhamento de um senso comum sobre as práticas policiais e sobre a forma de narrá-las oficialmente, tanto pelos PMs, quanto pelos policiais civis encarregados do registro. Eles tomam a legitimidade da ação policial como contexto e elaboram seus relatos, ou accounts, no sentido de legitimá-la. Esses accounts compõem as estruturas sociais que perpassam as práticas rotineiras da polícia como um todo e denotam um consenso tácito sobre a maneira de se administrar conflitos e de se perceber as mortes que deles resultam. (MISSE, 2011, p.32-33)

Ainda segundo o autor, a possibilidade da aplicação recorrente dessa narrativa-padrão e a ausência de uma imparcialidade investigativa irá influenciar decisões sobre formas de ação em operações futuras, perpetuando o ciclo.

Além do Termo de Declaração, irá constar no inquérito uma outra construção narrativa, não mais sobre o desenrolar dos fatos, mas sim sobre a vítima: sua Folha de Antecedentes Criminais. O arrolamento de outras testemunhas que não os policiais, normalmente familiares do morto, tem por objetivo inquirir se o mesmo era “homem de bem”, se era trabalhador, ou tinha envolvimento com roubos, uso ou tráfico de drogas. Mesmo se o caso for a julgamento, o que raramente ocorre, o questionamento aos familiares feito pela defesa também segue esta linha, acrescentando-se habitualmente perguntas que levem à conclusão de que o local do homicídio era ocupado por criminosos e os policiais agiram portanto em legítima defesa. No conjunto, temos, assim, três gêneros de narrativas que se confrontam ou se completam: a narrativa memorial-testemunhal, a narrativa-padrão e a narrativa documental-criminal.

Desmentido, descrédito e desrespeito

A morte inesperada de um ente querido por homicídio tem um impacto devastador na vida de qualquer família. Famílias pobres, entretanto, carecem de apoio jurídico e psicológico, e havendo envolvimento de policiais, ainda têm como adversária a máquina do Estado, que pretende sustentar sua versão oficial de criminalização da vítima, independentemente de haver-se realizado adequada investigação. Sugerimos aqui, portanto, que o auto de resistência enquanto narrativa do desmentido pode originar uma situação de trauma, no sentido cunhado pelo psicanalista Sandor Ferenczi, cuja obra, embora organizada em torno de casos de abuso sexual em crianças, na interpretação de Gondar (2012), transborda o terreno das subjetividades individuais e adentra o campo social da política. A autora explica que o trauma, para Ferenczi, é originado não propriamente na violência em si, mas no desmentido, na negação documental do acontecido:

Por desmentido entenda-se o não-reconhecimento e a não-validação perceptiva e afetiva da violência sofrida. Trata-se de um descrédito da percepção, do sofrimento e da própria condição de sujeito que vivenciou o trauma. Portanto o que desmente não é o evento, mas o sujeito. (GONDAR, 2012, p.196)

Esta situação de desrespeito e descrédito, tanto em relação ao enlutamento do familiar, quanto à insistência na construção de uma narrativa identitária moralmente condenável é evidenciada por Misse (2011) que narra o nervosismo da mãe de uma vítima ao ser interrogada pelo advogado de defesa dos policiais e não saber dar detalhes precisos sobre o emprego do filho:

Advogado: Naquele dia o seu filho foi trabalhar?

Mãe: Ele disse que ia trabalhar e era para eu deixar a roupa dele pronta porque ele ia trabalhar à tarde.

Advogado: Olha, eu estou aqui defendendo esse policiais militares que estão sendo acusados de ter matado o seu filho, então me desculpe por tantas perguntas, mas a senhora não procurou saber o que ele foi fazer em G. naquele dia?

Mãe: Não.

Advogado: Ele saiu de casa a que horas naquele dia?

Mãe: Ao meio dia e meia. Ele ia pegar à tarde.

Advogado: a senhora sabe a que horas ele morreu?

Mãe: Acho que foi à tarde, né.

Advogado: Algum parente da senhora morreu naquela tarde?

Mãe: Não.

Novamente, a mãe fica nervosa e começa a chorar. Voltando-se ao juiz, a mãe questiona porque deveria estar ali:

Mãe: Eu queria saber porque eu tenho que estar aqui se e não acusei ninguém. Eu não fiz nada. Eu nem queria ter que vir aqui.

Juiz: A senhora não precisa ficar nervosa. Ninguém aqui está dizendo que a senhora acusou alguém. Nós sabemos disso. Fique calma.

Promotor: Deixa eu explicar para a senhora. A senhora foi chamada para testemunhar porque nós queremos saber quem era o seu filho. Queremos saber se o seu filho era vagabundo, se era viciado, se trabalhava, se tinha casa. Isso tudo é importante de saber. Quando alguém morre dessa forma, nós precisamos saber quem era a pessoa. Por isso nós chamamos os parentes para virem até aqui e prestarem essas informações. (MISSE, 2011, p.85)

Indignação seletiva

A maioria das mortes ocorridas nas comunidades não causa comoção na opinião pública. Jurandir Freire Costa (1996) explica esta seletividade através do conceito de alheamento em relação ao outro, ou seja, o ato de tornar o outro um estranho. Distinto da atitude de ódio ou de perseguição, o alheamento consiste num distanciamento que desqualifica o sujeito como um ser moral, como sujeito autônomo que partilha dos mesmos deveres e direitos e cuja integridade física e moral deve ser respeitada. É neste sentido que Zaccone (2015) descreve os suspeitos de tráfico de drogas como indignos de vida: sua eliminação em operações policiais está plenamente justificada para a sociedade, que elegeu este delito como o mal maior da sociedade brasileira, não obstante a seletividade normativa que permite o comércio de substâncias recreativas altamente tóxicas como o tabaco e o álcool, mas proíbe outras.

A formação de uma rede de apoio a estas famílias por ativistas de direitos humanos, de defensorias públicas e algum espaço alcançado na mídia são fatores que impedem o arquivamento dos inquéritos sobre autos de resistência. Sua ação concentra-se na organização e na divulgação de uma contra-narrativa memorial, que busca resgatar o respeito à identidade da vítima e ao enlutamento do familiar, que vai tornar-se, na concepção de Jelin, um empreendedor de memórias: “pretenden el reconocimiento social y de legitimidad política de una (su) versión o narrativa del pasado. Y que también se ocupan y preocupan por mantener visible y activa la atención social y política sobre su emprendimiento” (JELIN, 2002, p. 49).

Um exemplo recente foi o caso do menino Eduardo de Jesus Ferreira, de 11 anos, morto com um tiro de fuzil por um policial no Complexo do Alemão. A investigação inicialmente concluiu que os policiais agiram em legítima defesa, atingindo o menino não intencionalmente ao revidarem um ataque de traficantes. Entretanto, a mãe, Dona Terezinha, afirmou que não havia confronto no local, que o menino brincava com um videogame na porta da casa e que o policial estava a curta distância do mesmo, com boa visibilidade, não havendo portanto justificativa para o

disparo. (G1 Rio, 2015). Com a repercussão, o inquérito prosseguiu cumprindo as exigências técnicas de perícia.

Outra ação extremamente violenta foi o assassinato dos cinco jovens, na favela de Costa Barros, que estavam no Palio metralhado com 111 tiros por policiais à procura de assaltantes de carga. Houve imediata reação de setores da sociedade e a polícia civil abriu prontamente a investigação, sendo os agentes presos em flagrante por homicídio doloso e fraude processual (alteração da cena do crime). Apesar do descrédito da polícia civil sobre a versão dos PMs, a defesa dos mesmos no julgamento segue a linha da legítima defesa e o STJ concedeu-lhes Habeas Corpus (MARTINS, 2016). Ambos os processos tramitam na justiça do Rio de Janeiro até o momento de conclusão deste artigo.

Considerações finais

Faz-se necessária a observação da crescente forma de resistência que é a utilização das tecnologias móveis pela população das comunidades para registro e denúncia de ações policiais irregulares como, por exemplo, o aplicativo para celulares Nós por Nós, desenvolvido pelo Fórum de Juventudes do Rio de Janeiro, que se propõe a proteger o anonimato daqueles que queiram divulgar registros de violações de direitos, recebendo os dados em modo codificado e posteriormente os repassando para as instituições responsáveis.

A produção e a divulgação de suas próprias narrativas, através dos diversos canais disponíveis, é indispensável ao engajamento destes moradores de comunidade nesta luta contra o desmentido, transformando-os, em empreendedores de memória, protegendo o seu luto - seu patrimônio afetivo - tanto da indiferença por parte da sociedade, quanto da apropriação indevida por outrem. Sua ação, busca, portanto, freiar a reprodução automática do discurso do auto de resistência, nas três esferas: a memorial-testemunhal, com a rápida inserção dos registros midiáticos do momento do crime buscando desfazer o relato dos agentes; a narrativa-padrão, que expressa os valores da força policial e da sociedade, o

alheamento; e o produto final resultante destes dois vetores: a narrativa documental-criminal, ou seja, o inquérito e seu subsequente arquivamento.

REFERÊNCIAS

ANISTIA INTERNACIONAL. **Você matou meu filho**: homicídios cometidos pela polícia militar na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Anistia Internacional, 2015.

COSTA, Jurandir Freire. **A ética democrática e seus inimigos**: o lado privado da violência pública. In: Nascimento, Elimar Pinheiro do (org). Brasília: capital do debate – século XXI. Ética. Rio de Janeiro / Brasília: Garamond / Codeplan, 1997. Pp 67-86.

G1 Rio. **Pezão admite erro da PM em ação que matou Eduardo no Alemão**. Publicado em: 13 abr 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/04/pezaoadmite-erro-da-pm-em-acao-que-matou-eduardo-no-alemao.html>>. Acesso em: set 2016.

GONDAR, Jô. Ferenczi como pensador político. **Cad. Psicanál.-CPRJ**. Rio de Janeiro, v. 34, n. 27, p. 193-210, jul./dez. 2012

JELIN, Elisabeth. **Los trabajos de la memoria**. Madrid: Siglo XXI de España Editores, 2002.

MARTINS, Marco Antonio. STJ concede liberdade a policiais acusados de matar jovens com 111 tiros. **Folha de São Paulo**. Publicado em: 21 jun 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/06/1783898-stj-concede-liberdade-a-policiaisacusados-de-matar-jovens-com-111-tiros.shtml>>. Acesso em: set 2016.

MISSE, Michel. **“Autos de resistência”**: uma análise dos homicídios cometidos por policiais na cidade do Rio de Janeiro (2001-2011). Relatório final de pesquisa. Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana, Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2011.

ZACCONE, Orlando. **Indignos de vida**: a forma jurídica da política de extermínio de inimigos na cidade do Rio de Janeiro: Editora Revan, 2015.